trabalho informal: processo ou exceção permanente?

trabalho informal como produção do espaço urbano

exploração da clandestinidade

VOLUME 2

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

trabalho informal nos espaços públicos no Centro de São Paulo:
pensando parâmetros para políticas públicas

São Paulo, agosto de 2006 orientadora: prof. dra. Maria Cecília Loschiavo FAPESP DD 03/04501-2. FAU-USP 3411630 - Luciana Fukimoto Itikawa

marketing urbano e segregação espacial

inoperância das políticas públicas

parâmetros para políticas públicas

Universidade de São Paulo

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

VOLUME 2

Trabalho informal nos espaços públicos no Centro de São Paulo: pensando parâmetros para políticas públicas

arq. Luciana Fukimoto Itikawa

Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutor em estruturas ambientais urbanas

Área de concentração: Design e Arquitetura

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cecília Loschiavo dos Santos

São Paulo, agosto de 2006

Universidade de São Paulo

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Trabalho informal nos espaços públicos no Centro de São Paulo: pensando parâmetros para políticas públicas

Luciana Fukimoto Itikawa

Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutor em estruturas ambientais urbanas

área de concentração: Design e Arquitetura

orientadora: profa. dra. Maria Cecília Loschiavo dos Santos

data de aprovação:

componentes da banca:

Dedico esta tese a todos os trabalhadores que batalham diária e dignamente para seu sustento e de sua família.

Aos meus pais e avó, pelo exemplo e incentivo. Ao Baden Powell, pela concentração e disciplina necessárias.

Dedico, especialmente, ao Ulisses e à Diana, pela descoberta que o humor é muito mais legal a três.

agradecimentos:

São muitas as pessoas que confiaram no meu trabalho. São 6 anos de trabalho. Agradeço a todos profundamente.

Aos trabalhadores, minha admiração e respeito: seu Gaúcho, seu Orlando, Juarez, Chico, Bernadete, Lindomar, Ênio, Amaro, Edvaldo, Emerson, Pedro, seu Nunes, Maria, Nicéia;

À FAU-USP, em especial minha orientadora, Maria Cecília Loschiavo dos Santos, pela fidelidade inabalável; aos professores que me receberam gentilmente e participaram das bancas: prof. Ricardo de Toledo; profa. Maria Lúcia Refinetti Martins; profa. Andreina Nigriello, prof. Jorge Oseki;

À FAPESP, à Diretoria Científica e aos assessores que analisaram paciente e cuidadosamente minha tese;

À Universidade de Harvard, Escola de Governo John Kennedy, profa. dra. Martha Chen, Marais Canali, que confiaram no meu trabalho e me chamaram a participar do Congresso Internacional na África do Sul;

À Universidade da Califórnia- Los Angeles, que me recebeu para estágio de pesquisa: minha orientadora, profa. Anastasia Loukaitou-Sideris; ao prof. Abel Valenzuela e à colega Renya Ehrenfeucht, pela importante interlocução;

À Universidade do Sudoeste da Califórnia: profa. Grace Dyrness, pelo fantástico subsídio;

À Universidade de Columbia, prof. Peter Marcuse, que me colocou na sua rede de planejadores engajados;

À Universidade de Nova Iorque, profa. Simone Buechler, pelas referências;

Ao Instituto de Tecnologia de Massachussets, profa. Diane Davis, pelo suporte institucional;

À Universidade Kwazulu-Natal em Durban, África do Sul, profa. Caroline Skinner e profa. Francie Lund, pela produtiva interlocução ;

À Streetnet, Pat Horn, pela admirável batalha por direitos em escala global e pela generosidade no debate;

Ao IBGE e ao SEADE, pelas informações das pesquisas sobre Economia Informal;

Ao prof. Chico de Oliveira, pela hospitalidade intelectual ;

Aos professores de diferentes instituições e universidades que foram importantes interlocutores: prof. Plínio de Arruda Sampaio Jr. - Instituto de Economia UNICAMP; prof. Nelson Ferrara - Instituto de Física; prof. Marcos Fernandes da Silva - FGV-SP; prof. Marcelo Nery - FGV-SP; profa. Maria Helena Simielli - Geografia USP; prof. Reinaldo Pérez Machado - Geografia USP; profa. Sarah Feldman - FAU USP S. Carlos; prof. Gilberto Dupas - IEEI/USP; prof. Eduardo Noronha - USP S. Carlos; prof. Rubens Adorno Fac. Saúde Pública USP;

Às lideranças de sindicatos e associações que abriram suas portas para fornecer informações: Alcides, Josefa, Sampaio, Arthur, Armando, Otávio, Isabel, Neo Marques, Amílcar, Peggy Lee;

Ao Instituto Pólis, onde desenvolvi o Plano Diretor da Subprefeitura Sé: Raquel Rolnik, Kazuo Nakano, Renato Cymbalista, Paula Santoro, Laila, Vanessa e Weber;

Aos companheiros de luta do Fórum Centro Vivo: Mariana Fix, Chico Comaru, Weber, Julia, Grazi, Mariana Cavalcante, Eric Verhoeckx, Tatiana Nobre;

À FIPE-USP, onde participei do projeto de formulação de indicadores de monitoramento dos programas destinados ao Centro de São Paulo, profa. Silvia Schor, prof. André Portela, Antonieta Vieira, Valeria Bomfim;

Ao CEBRAP/CEM, prof. Álvaro Comin, que me convidou a participar do livro sobre Políticas Públicas para o Centro de São Paulo; e prof. Eduardo Marques;

À WIEGO, ONG de pesquisa sobre economia informal pelo mundo ligado à Escola de Governo Kennedy na Universidade de Harvard, ao Sharit Browmik e Sally Roever, que iniciaram o debate;

À Associação Viva o Centro, Jule Barreto (*in memoriam*) e Vitor Squinazzi, pelos mapas;

Ao Núcleo de Estudos da Violência da USP, profa. Nancy Cardia, que me disponibilizou seu banco de dados sobre violação de direitos humanos;

À radio CBN, Fabiana Boa Sorte e Miltom Jung, pela entrevista;

À rádio Eldorado, Fernando Solano, que me levou a conhecer o Centro e o resto da cidade a “olhos de pássaro”;

Aos companheiros que compartilham o mesmo tema de pesquisa e foram ótimos interlocutores: Francisco José Ramires, Alexandre Dallari Guerreiro, Lauro Ibanhez, Silvia Marrey, John Cross;

Aos assessores políticos, Maldonado, Zeca, Estela, Liane;

Aos servidores públicos da Prefeitura Municipal de São Paulo, gestão 2000-2004: Nadia Somekh, Silvana Zioni, Luciana Barbuto, Rubens Possati, Luis Otávio Calagian, Roberto Sugiyama, Gutemberg, Glauco. Da gestão 2004-2008: Heloísa da Sub-Sé;

Aos servidores públicos de Diadema, gestão 2000-2008, Iara e Luci;

Aos amigos que compartilharam e me ampararam durante a pesquisa, Ligia Nobre, Jorge Menna Barreto, André Luis, Márcia Hirata, Charles Kirchbaum, Eduardo Aquino e Karen, Maria, Kika, mestre Teles, Maristela Ono, Gabriela Gusmão, André Leirner, Giovanna Pessoa, Marcos José Silva, April Colette, Kimiko Shiki, Fernando Bastos, Jirina Kyas, Natalio Jamuche, Cristina Mogami, Yasuhiro Morisaki, Olga Stockler, Vera Gropper, Franklin Lee;

À minha família, meus pais, meus irmãos, minha avó: pelo exemplo e incentivo; aos meus sogros, pela compreensão silenciosa. Ao Ulisses e Diana, razões da minha existência.

Resumo

Cinco hipóteses explicam a permanência do trabalho informal nos espaços públicos do Centro de São Paulo como ocupação precária e vulnerável: 1- Incapacidade estrutural do mercado de trabalho formal de absorção de mão-de-obra: informalidade como processo mundial e exceção permanente no formato do capitalismo brasileiro; 2- Desconhecimento do comércio informal de rua como produção do espaço urbano: modificação de atributos espaciais: valorização, competição, posse, etc.); 3- Exploração oportunista da clandestinidade dos trabalhadores na forma de corrupção e clientelismo; 4- Marketing urbano e Segregação Espacial: articulação entre as elites locais, Poder Público e agências multilaterais no intuito de promover a “revitalização” do perímetro estudado, expulsam ou isolam sistematicamente os trabalhadores de rua; 5- Inoperância das políticas públicas: o conhecimento insuficiente ou parcial do comércio de rua resulta na formulação de políticas públicas descoladas da realidade e, portanto, inoperantes. A partir dessas hipóteses, foi possível pensar parâmetros para políticas públicas que superem a polarização entre intolerância e permissividade em relação à atividade.

Palavras-chave: trabalho de rua, economia informal, clandestinidade, segregação espacial, camelô

Abstract

Five hypotheses explain streetvending in downtown Sao Paulo as a precarious and a vulnerable occupation: 1- Structural impermeability of formal labor market: informal sector as a global process, and as a permanent exception in brazilian capitalism; 2- Lack of awareness of streetvending as a production of urban space: transformation of spatial attributes - profit, competitiveness, ownership, etc.; 3- Opportunist exploitation over clandestine street vendors: corruption and patronage; 4- Urban marketing strategies and Spatial segregation: partnership among government, ruling elite and multi-lateral financial agencies in order to improve urban renewal, frequently isolate and gentrify against street vendors; 5- Innefective public policies - lack of understanding of streetvending results in unlikely public policies. Assuming these hypotheses, this research built public policies directions in order to overcome contradiction between intolerance and permissiveness.

Key words: street vending, informal economy, clandestinity, spatial segregation, street vendor

sumário	pág.
AGRADECIMENTOS	V
RESUMO	VII
ABSTRACT	VIII
SUMÁRIO	IX
LISTA DE FIGURAS	XIII
LISTA DE MAPAS	XVIII
LISTA DE TABELAS	XX
INTRODUÇÃO	XXII
PARTE I - RAZÕES DA PRECARIEDADE E CLANDESTINIDADE DA OCUPAÇÃO DO TRABALHO INFORMAL NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DO CENTRO DE SÃO PAULO	
CAPÍTULO 1: INFORMALIDADE: PROCESSO OU EXCEÇÃO PERMANENTE?	
- Origens do termo e controvérsias sobre a definição	3
- Informalidade: exceção permanente?	6
- Informalidade: processo?	21
- Dilemas da informalidade	28
- Relação formal e informal	32
- Perfil do aparato de trabalho	34
- Perfil da mercadoria	36
- Relação com o Poder Público	40
- Relação com a sociedade	41
- Alguns exemplos em outros países	42

CAPÍTULO 2: COMÉRCIO INFORMAL DE RUA COMO PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO	pág.
- Aspectos territoriais do trabalho informal nos espaços públicos	54
- Disputa pelo espaço público: competição e micropoderes	56
- Relações pessoais na esfera impessoal, o espaço público	58
- Características do trabalho informal nos espaços públicos do Centro	61
- Marcos conceituais de mapeamento do fenômeno	83
mapas	
- Dimensão da ocupação informal na cidade e no Centro de São Paulo	93
- Dinâmica econômica no espaço privado e público	109
- Dinâmica de fluxos e o trabalho informal nos espaços públicos	137
- A geopolítica da informalidade	165
- A questão temporal e o trabalho informal nos espaços públicos	171
- Cultura popular nos espaços públicos	177
 CAPÍTULO 3: EXPLORAÇÃO DA CLANDESTINIDADE: CLIENTELISMO E CORRUPÇÃO	
- Exploração da clandestinidade: clientelismo	182
- Clientelismo como cooptação dos sindicatos dos trabalhadores informais	183
- Exploração da Clandestinidade: corrupção	186
- Corrupção no Centro de São Paulo: a "Máfia da Propina"	188
- Geometrias da Clandestinidade	191

CAPÍTULO 4: MARKETING URBANO E SEGREGAÇÃO ESPACIAL	pág.
- Algumas considerações	217
- Mudança estrutural na esfera pública moderna	218
- A ficção do acesso universal à cidade	221
- Marketing urbano e segregação espacial	227
- O papel das agências multilaterais	229
- O papel do Terceiro Setor	231
- O papel do Poder Público	233
- Domando o espaço público: gentrificação nas cidades de Los Angeles e Nova Iorque	236
- Marketing urbano e segregação espacial no Centro de São Paulo	244
 CAPÍTULO 5: INOPERÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	
- Histórico da conduta do Poder Público em relação à ocupação nos espaços públicos pelo trabalho informal no município de São Paulo	248
- Políticas atuais para a atividade	252
- Inoperância das políticas públicas: legislação em vigor e projetos de lei	261
- Inoperância das políticas públicas: experiência de bolsões mal sucedidos	285
 PARTE II - PARÂMETROS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS	
CAPÍTULO 6: PARÂMETROS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS	
Parâmetros para regulação e gestão	
- Regulação da atividade - importância de uma política nacional	291
- Gestão e monitoramento da atividade	292

	pág.
- Canais de negociação permanentes	304
- Suporte à atividade - financeiro, assistência técnica e jurídica	311
- Construção de canais de denúncia autônomos	316
- Formulação de parâmetros justos de tributação e fiscalização	317
Política urbana	
- Reforma urbana	319
- Articulação com as atividades e usos urbanos	355
- Projetos de referência	371
 CONCLUSÃO	 378
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	391
ANEXO: CONFLITOS E CONTRADIÇÕES EXPRESSOS NAS REPORTAGENS	412

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- local: Viaduto do Chá. foto Luciana Itikawa. Outubro de 2002

Figura 2- foto de Christiano Jr., 1860. "De pés descalços - estatuto da escravidão - esse vendedor é, muito provavelmente, um cativo branco." (Alencastro, 1997)

Figura 3- fonte: Vincenzo Pastore: Sem Título, 1908-14 (Wissenbach, 1998)

Figura 4- fonte: Henri Chamberlain: 'Mercado'. Rio de Janeiro, 1822. "Negras quitandeiras entregavam doces e frutas à domicílio". (Algranti, 1997)

Figura 5- fonte: Autor sem identificação: "O china vendedor de peixe e camarão". (Wissenbach, 1998)

Figura 6- 'Cena de Carnaval': Rio de Janeiro, ~1816. Debret, Jean Baptiste. (Debret, 1989)

Figura 7- fonte: Arquivo Nacional, 1940. "Em meio a quinquilharias, o camelô vende retratos de Getúlio Vargas" (Gomes, 1998)

Figura 8- 'Lojas de Barbeiros'. Rio de Janeiro, ~1816. Debret, Jean Baptiste. (Debret, 1989)

Figura 9- 'Negras Cozinheiras vendedoras de angu'. Rio de Janeiro, ~1816. Debret, Jean Baptiste. (Debret, 1989)

Figura 10- Sem Título (Nonato; e Santos, 2000)

Figura 11- 'Negras livres vivendo de suas atividades'. Rio de Janeiro, ~1816. Debret, Jean Baptiste. (Debret, 1989)

Figura 12- fonte: Autor sem identificação: "Distribuição de leite, 1920". (Wissenbach, 1998)

Figura 13- fonte: Arquivo do Estado de São Paulo/ Fundo Última Hora. "Vendedora de Frutas" Brasília, 1960 (Mello & Novais, 1998)

Figura 14- fonte: Arquivo agência Estado. autor: desconhecido. "o rapa no " Rio de Janeiro, ~1950. publicado em março de 2002

Figura 15- fonte: jornal O Estado de São Paulo. "Desemprego de 9,3% é recorde em São Paulo". 24 de Outubro de 2002

Figura 16- foto: Luciana Itikawa. local: r. Barão de Itapetininga. Novembro de 2001

Figura 17- fonte: jornal O Estado de São Paulo. "Governo prepara combate ao trabalho informal". 06 de Fevereiro 2000

Figura 18- Em 1999: o: Setor Formal representava 45,8%; e o Setor Informal: 54,2%. (Dupas 1999)

Figura 19- Em 2004, o Formal 45,1%; Informal 54,9%. (Dupas, 2004)

Figura 20- fonte: jornal O Estado de São Paulo. "Sem emprego, vale tudo para ganhar a vida. 27 de Julho de 2003

Figura 21- foto: Luciana Itikawa. local: ladeira General Carneiro. Outubro de 2002

Figura 22- foto: Giovanna Pessoa. local: Bahia. Julho de 2002

Figura 23- foto: Luciana Itikawa. local: r. Direita. Outubro de 2002

Figura 24- foto: Luciana Itikawa. local: Viaduto do Chá. produto: ervas. Novembro de 2001

Figura 25- produto: DVDs e vídeos. foto: Luciana Itikawa. local: Anhangabau. Novembro de 2001

Figura 26- artista: repentista. foto: Luciana Itikawa. local: Viaduto do Chá. Outubro de 2002

Figura 27- artista: forrozeiro. foto: Luciana Itikawa. local: av. Ipiranga. Abril de 2002

Figura 28- fonte: jornal O Estado de São Paulo. "Camelôs e guardas entram em choque no Centro". 03 de agosto de 2002

Figura 29- Trabalhador Fixo. foto: Luciana Itikawa. local: Largo da Memória. Novembro de 2001

- Figura 30-Trabalhador Provisório. foto: Luciana Itikawa. local: r. 25 de Março. Novembro de 2001
- Figura 31- Trabalhador Itinerante. foto: Luciana Itikawa. local: r. São Bento Abril de 2002
- Figura 32- Trabalhador Itinerante. foto: Luciana Itikawa. local: Largo da Concórdia. Setembro de 2001
- Figura 33- foto: Luciana Itikawa. local: r. Barão de Itapetininga. Novembro de 2001
- Figura 34- mercadoria: CDs pirateados. foto: Luciana Itikawa. local: r. Barão de Itapetininga. Novembro de 2002
- Figura 35- foto: Luciana Itikawa. local: r. Direita. Novembro de 2002
- Figura 36- fonte: Revista Isto é. "O camelô que virou cineasta - Flávio Alves vende tênis e camisetas para pagar atores com cesta básica e assim terminar seu documentário". Julho de 2001
- Figura 37- foto: Luciana Itikawa. local: r. Barão de Itapetininga. Novembro de 2001
- Figura 38- foto: Luciana Itikawa. local: r. Quintino Bocaiuva. Novembro de 2001
- Figura 39- comerciantes ('tianguistas') em Guadalajara, México. foto: Victor Márquez (WIEGO, 2001)
- Figura 40- foto: Luciana Itikawa. local: av. Ipiranga. Setembro de 2001
- Figura 41- fonte: Dzokic, Ana et alii., 2001/2002. Revista The Berlage Institute. n.º 4- Rotterdam
- Figura 42- fonte: Dzokic, Ana et alii., 2001/2002. Revista The Berlage Institute. n.º 4- Rotterdam
- Figura 43- fonte: Dzokic, Ana et alii., 2001/2002. Revista The Berlage Institute. n.º 4- Rotterdam
- Figura 44- foto: Luciana Itikawa. local: viaduto do chá. Outubro de 2002
- Figura 45- foto: Luciana Itikawa. local: r. 24 de Maio. Outubro de 2002
- Figura 46- foto: Luciana Itikawa. local: r. Barão de Itapetininga. Outubro de 2002
- Figura 47- foto: Luciana Itikawa. local: r. S. Bento. Novembro de 2001
- Figura 48- DISTRITO Sé: local: r. 25 de Março. foto: Luciana Itikawa. Novembro de 2001
- Figura 49- DISTRITO Brás. local: Lgo. da Concórdia. foto: Luciana Itikawa. Novembro de 2001
- Figura 49- foto: Luciana Itikawa. DISTRITO República. r. Barão de Itapetininga. Novembro 2001
- Figura 50- DISTRITO República. foto: Luciana Itikawa. local: r. Barão de Itapetininga. Novembro de 2001
- Figura 51- iniciativa individual. foto: Luciana Itikawa. local: r. Barão de Itapetininga. Novembro de 2001
- Figura 52- venda organizada. foto: Luciana Itikawa. local: r. 24 de maio. Novembro de 2001
- Figura 53- venda organizada. foto: Luciana Itikawa. local: pça. da República. Novembro de 2001
- Figura 54- anunciantes de emprego. foto: Jesus Carlos (imagemlatina). revista URBIS n.º 27/2002. local: r. Barão de Itapetininga.
- Figura 55- venda de vestuário por parte dos lojistas no espaço público. foto: Luciana Itikawa. local: ladeira General Carneiro. Outubro de 2002
- Figura 56- Setores Econômicos nos distritos Sé e República. fonte: PLano Diretor Regional da Sé. Instituto Pólis. São Paulo, 2002.
- Ficura 57- Dinâmica Imobiliária no Centro. fonte: emurb. 2002
- Figura 58- Movimentação diária Município de São Paulo.. fonte: Secretaria de Transportes 2002

- Figura 59- Gráfico Sé-República - total de viagens. Insituto Pólis, 2002
- Figura 60 - tabela - RMSP, MSP, Sé e República - Total de viagens atraídas por motivo - 1997. fonte: Instituto Pólis, 2002
- Figura 61- Fluxos de ônibus região central. fonte: Sec. Transportes, 2002
- Figura 62- Fluxos de ônibus região central. fonte: Sec. Transportes, 2002
- Figura 63- Fluxos de ônibus região central. fonte: Sec. Transportes, 2002
- Figura 64- Fluxos de ônibus. distritos Sé e República. fonte: Sec. Transportes, 2002
- Figura 65- Fluxos de ônibus área central. fonte: Sec. Transportes, 2002
- Figura 66- Pontos Finais de ônibus no Centro. fonte: Sec. Transportes, 2002
- Figura 67- movimento nos terminais de ônibus. fonte: Sec. Transportes, gráfico: Inst. Pólis, 2002
- Figura 68- Acidentes de autos no Centro. fonte: Sec. Transportes, 2002
- Figura 69- Viagens a região Central. fonte: Sec. Transportes, 2002
- Figura 70- Localização dos calçadões. fonte: Sec. Transportes, 2002
- Figura 71- Volume de pedestres em algumas ruas do Centro. fonte: Sec. Transportes, 2002
- Figura 72- Deslocamentos à pé - Volume de pedestres. fonte: Sec. Transportes, 2002
- Figura 73- foto: Luciana Itikawa. local: Viaduto do Chá. Abril de 2002
- Figura 74- foto: Luciana Itikawa. local: av. Ipiranga. Abril de 2002
- Figura 75- fonte: jornal Folha de São Paulo. "De onde vêm as mercadorias vendidas nas ruas de São Paulo".. 20 de Outubro de 2002
- Figura 76- fonte: jornal Folha de São Paulo. "De madrugada, São Paulo vira Ciudad del Este". 20 de Outubro de 2002
- Figura 77- Repentista. foto: Luciana Itikawa. local: Viaduto do Chá. Outubro de 2002
- Figura 78- Cantor. foto: Luciana Itikawa. rlocal: . 15 de Novembro. Outubro de 2002
- Figura 79- Fonte: Raul Pederneiras: "Algumas figuras de ontem, 1924". (Wissenbach, 1998)
- Figura 80- fonte: jornal O Estado de São Paulo. "Camelô preso alega que é perseguição". 09 de Setembro de 2005
- Figura 81- fonte: Jornal O Estado de São Paulo. "Máfia dos Fiscais: Savelli condenado a 17 anos". 02 de Abril de 2003.
- Figura 82- fonte: Jornal O Estado de São Paulo. "Justiça condena Gharib a 20 anos de prisão". 26 de Maio de 2004
- Figura 83- fonte: Jornal Folha de São Paulo. "Fiscais corruptos arrecadam R\$1,2 milhão com ambulantes". 15 de Agosto de 2002
- Figura 84- fonte: Jornal Folha de São Paulo. "Camelôs dizem que máfia está ativa". 8 de Dezembro de 1999
- Figura 85- Um 'rapa'. foto: Luciana Itikawa. local: r. Direita. Abril de 2002
- Figura 86- foto: Jesus Carlos (imagemlatina). local: Viaduto do Chá - centro de São Paulo. revista URBIS. n.º27/2002
- Figura 87- foto: arquivo Associação Viva o Centro. local: r.Barão de Itapetininga. revista URBIS, 2000.
- Figura 88- foto: Luciana Itikawa. local: r. 15 de Novembro. Outubro de 2002

Figura 89- foto: luciana itikawa. local: Praça Ramos. Janeiro de 2001

Figura 90- foto: luciana itikawa. local: r. 25 de março . Setembro de 2001

Figura 91- foto: Luciana Itikawa. local: Praça Ramos. Julho de 2002

Figura 92- foto: Luciana Itikawa. Comerciantes de rua legalizados na área central da cidade de Boston - um Business Improvement District, que passou por um processo de "revitalização". Abril de 2005.

Figura 93- foto: Raul Isidoro Pereira. local: Parque D. Pedro e Largo da Concórdia. fonte: revista URBIS n.º26/2001

Figura 94- A imagem do espaço público através da Associação dos Lojistas da região da r. 25 de Março. fonte: jornal Folha de São Paulo. Março de 2001

Figura 95- "Isto sim é capitalismo selvagem". revista Urbis n.º20 fev./ março de 2001

Figura 96- "De quem afinal é a selvageria?" foto: Marcelo Santos. fonte: revista URBIS n.º22/2001

Figura 97- "Camelô é obstáculo à mudança no Centro". A disputa ideológica dos sujeitos da mudança e dos obstáculos. fonte: jornal Folha de São Paulo, 16 de maio de 2001

Figura 98- fonte: Jornal Diário do Comércio. "Sob Pressão, Prefeitura retira camelôs irregulares do Centro. 04 de Junho de 2003

Figura 99- fonte: Jornal O Estado de São Paulo. "Serra defende ação da Guarda". 22 de Maio de 2005

Figura 100- fonte: Jornal O Estado de São Paulo. "Operação Centro Seguro". 24 de Abril de 2003

Figura 101- Comerciantes de rua na região central da ilha de Manhattan, cidade de Nova Iorque - Soho. foto: Luciana Itikawa. Abril de 2005.

Figura 102- fonte: jornal O Estado de São Paulo. "Ambulantes invadem o coração de Manhattan. Dezembro de 2003

Figura 103- Comerciantes de rua na região mais nobre da ilha de Manhattan, cidade de Nova Iorque - esquina com 5a avenida e rua do Museu de Arte Moderna. foto: Luciana Itikawa. Abril de 2005

Figura 104- ocupação no espaço público por artistas e performers políticos. local: Venice, Los Angeles. foto: Luciana Itikawa. Março de 2005

Figura 105- ocupação no espaço público por artistas e performers políticos. local: Venice, Los Angeles. foto: Luciana Itikawa. Março de 2005

Figura 106- ocupação no espaço público por artistas e performers políticos. local: Venice, Los Angeles. foto: Luciana Itikawa. Março de 2005

Figura 107- audiência pública 16-02-2005. praia de Venice, Los Angeles. foto: Luciana Itikawa. Fevereiro e Março de 2005

Figura 108- protesto 01-03-2005. praia de Venice, Los Angeles. foto: Luciana Itikawa. Fevereiro e Março de 2005

Figura 109- protesto 06-03-2005. praia de Venice, Los Angeles. foto: Luciana Itikawa. Fevereiro e Março de 2005

Figura 110- protesto em Venice Beach contra o sistema de loterias que discrimina e exclui trabalhadores informais no espaço público. foto: Luciana Itikawa. local: praia de Venice, Los Angeles. 06 de Março de 2005

Figura 111- foto: luciana itikawa. local: praça d. José Gaspar. Maio de 2002

Figura 112- fonte: jornal Folha de São Paulo. "Lista aponta 98% de camelôs irregulares". 14 de Maio 2006

Figura 113- fonte: jornal O Estado de São Paulo. "Após o rapa, R\$500 oferecidos pela Prefeitura". 05 de Setembro de 2003

Figura 114- fonte: jornal O Estado de São Paulo. "Camelô cruza a Paulista e foge de fiscal". 14 de Maio 2006

Figura 115- fonte: jornal O Estado de São Paulo. "Parcerias vão ajudar camelôs e incentivar cultura". 12 de Agosto de 2003

Figura 116- fonte: jornal O Estado de São Paulo. "Contra camelôs, curso de cidadania e ajuda de R\$315". 17 de Junho de 2003

Figura 117- fonte: jornal Folha de São Paulo. "Camelô usa walkie talkie contra rapa". 08 de Março de 2006

Figura 118- foto: Luciana Itikawa. local: praia Venice, Los Angeles - EUA. Fevereiro de 2005

Figura 119- fonte: jornal O Estado de São Paulo. "Nas ruas do Rio, camelôs 'românticos'". 30 de Novembro 2003

Figura 120- fonte: jornal O Estado de São Paulo. "A burocracia e o aumento da informalidade". 24 de Novembro 2003

Figura 121- fonte: jornal O Estado de São Paulo. "Quero trabalhar honestamente". 05 de Junho de 2005

Figura 122- fonte: jornal O Estado de São Paulo. "Camelô leva flores e pássaros à 23 de Maio". 18 de Setembro de 2003

Figura 123- fonte: jornal O Estado de São Paulo. "Contra INSS, ambulante tentar sequestrar Boeing". 13 de Novembro de 2002

Figura 124- fonte: Jornal O Estado de São Paulo. "Universo dos camelôs inspira Arte/Cidade". 05 de Fevereiro de 2002

Figura 125- fonte: Jornal Folha de São Paulo. "Projeto da nova 25 de Março exclui camelôs". 24 de Março de 2001

Figura 126- fonte: Jornal O Estado de São Paulo. "Solução para especialistas é disciplinar o comércio informal". 17 de Dezembro de 1999

Figura 127- fonte: Jornal O Estado de São Paulo. "Camelôs e guardas se enfrentam no Centro". 07 de Maio de 2003

Figura 128- fonte: Jornal O Estado de São Paulo. "Com fim das blitzes, camelôs voltam com tudo ao Centro". 21 de Junho de 2005

Figura 129- fonte: Jornal O Estado de São Paulo. "GCM investiga morte de camelô. 11 de Fevereiro de 2006

Figura 130- fonte: Jornal O Estado de São Paulo. "Camelôs e guardas entram em confronto". 27 de Novembro de 2003

Figura 131- fonte: jornal O Estado de São Paulo. "Lula quer ceder prédios desocupados a pobres". 04 de Outubro 2003

Figura 132- fonte: Jornal Folha de São Paulo. "Camelódromo e abandono desafiam Brás". 17 de Novembro de 2002

Figura 133- Domicílios não ocupados - fechados, vagos e de uso ocasional - nos setores censitários – 2000: Subprefeitura Sé e setor sudoeste. Fonte: Plano Diretor Regional da Subprefeitura Sé (2003) com dados do IBGE, 2000. Instituto Pólis, 2002.

Figura 134- Domicílios não ocupados - fechados, vagos e de uso ocasional - nos setores censitários – 2000. Focado na Subprefeitura Sé. Fonte: Plano Diretor Regional da Subprefeitura Sé (2003) com dados do IBGE, 2000. Instituto Pólis, 2002

Figura 135- Distribuição da estimativa dos edifícios vazios por setores dos distritos Sé e República. Desenho sem escala. fonte: Bomfim (2004)

Figura 136- Imóveis Ociosos e ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) na Subprefeitura Sé. Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo, levantamento dos Movimentos de Moradia e das associações de bairro. Plano Diretor da Subprefeitura Sé/ Instituto Pólis, 2003

Figura 137- Imóveis Ociosos nos distritos Sé, República e parte do distrito Brás. Fonte: levantamento EMURB, 2003

Figura 138- r. 7 de Abril. foto: Luciana Itikawa. Abril 2004

Figura 139- r. 15 de Novembro. foto: Luciana Itikawa. Abril 2004

Figura 140- r. 24 de Maio. foto: Luciana Itikawa. Abril 2004

Figura 141- r. Álvares Penteado. foto: Luciana Itikawa. Abril 2004

Figura 142- r. Álvares Penteado. foto: Luciana Itikawa. Abril 2004

Figura 143- r. Álvares Penteado. foto: Luciana Itikawa. Abril 2004

Figura 144- r. Barão de Itapetininga. foto: Luciana Itikawa. Abril 2004

- Figura 145- r. Barão de Itapetininga. foto: Luciana Itikawa. Abril 2004
- Figura 146- r. Barão de Itapetininga. foto: Luciana Itikawa. Abril 2004
- Figura 147- r. Cons. Crispiniano. foto: Luciana Itikawa. Abril 2004
- Figura 148- r. d. José de Barros. foto: Luciana Itikawa. Abril 2004
- Figura 149- r. José Bonifácio. foto: Luciana Itikawa. Abril 2004
- Figura 150- r. Libero Badaró. foto: Luciana Itikawa. Abril 2004
- Figura 151- r. Libero Badaró. foto: Luciana Itikawa. Abril 2004
- Figura 152- r. Marconi. foto: Luciana Itikawa. Abril 2004
- Figura 153- Praça da Sé. foto: Luciana Itikawa. Abril 2004
- Figura 154- r. da Quitanda. foto: Luciana Itikawa. Abril 2004
- Figura 155- r. São Bento. foto: Luciana Itikawa. Abril 2004
- Figura 156- r. Xavier de Toledo. foto: Luciana Itikawa. Abril 2004
- Figura 157- r. Xavier de Toledo. foto: Luciana Itikawa. Abril 2004
- Figura 158- r. Xavier de Toledo. foto: Luciana Itikawa. Abril 2004
- Figura 159: fonte: jornal O Estado de São Paulo. "Shopping de Camêlô pode virar franquia". 18 de Julho de 2003
- Figura 160: mapa dos órgãos de administração pública nos distritos Sé e República. Fonte: CEM/CEBRAP, 2003
- Figura 161- homem-placa. foto: Luciana Itikawa. local: esquina da r. Direita com Largo da Misericórdia. Abril de 2004
- Figura 162- mapa do setor de serviços nos distritos Sé e República. Fonte: CEM/CEBRAP, 2003
- Figura 163- mapa do setor de comércio atacadista/varejista nos distritos Sé e República. Fonte: CEM/CEBRAP, 2003
- Figura 164: fonte: jornal O Estado de São Paulo. "Eles vivem da rua. E ganham bem". 22 de Junho de 2003
- Figura 165- pavilhão construído ao lado do terminal Warwick Junction. foto: Luciana Itikawa. local: Durban, África do Sul. Abril de 2006
- Figura 166- vendedores de erva na passarela ao lado do terminal Warwick Junction. foto: Luciana Itikawa. local: Durban, África do Sul. Abril de 2006
- Figura 167- fachada do shopping popular em Diadema. foto: secretaria do Abastecimento de Diadema. data não especificada
- Figura 168- interior do shopping popular em Diadema. foto: secretaria do Abastecimento de Diadema. data não especificada

LISTA DE MAPAS

MAPA 1: N.º DE TRABALHADORES CADASTRADOS POR SUBPREFEITURA

MAPA 2: TRABALHO INFORMAL NOS DISTRITOS SÉ-REPÚBLICA-BRÁS

MAPA 3: PERÍMETRO EM ESTUDO

MAPA 4: USO DO SOLO NO ESPAÇO PÚBLICO DURANTE A SEMANA

MAPA 5: OCUPAÇÃO INFORMAL NOS ESPAÇOS PÚBLICOS NO FINAL DE SEMANA

- MAPA 6: EXTENSÃO DA ATIVIDADE DO TERCIÁRIO PRIVADO NO ESPAÇO PÚBLICO;
- MAPA 7: ESPAÇOS INSTITUCIONAIS DE USO PÚBLICO;
- MAPA 8: ZONEAMENTO DOS SETORES NO ESPAÇO PRIVADO E PÚBLICO;
- MAPA 9: RELAÇÃO DO USOS ENTRE ESPAÇO PRIVADO E PÚBLICO
- MAPA 10: ARTICULAÇÃO ENTRE TRABALHO INFORMAL NOS ESPAÇOS PÚBLICOS COM O TECIDO URBANO
- MAPA 11: RENDA DIÁRIA BRUTA NO ESPAÇO PÚBLICO
- MAPA 12: RENDA MENSAL/M2 BRUTA NO ESPAÇO PÚBLICO
- MAPA 13: ALUGUEL/M2 PARA ESCRITÓRIOS
- MAPA 14: ALUGUEL/M2 PARA LOJAS NO ESPAÇO PRIVADO; E 'PONTO' NO ESPAÇO PÚBLICO
- MAPA 15 E 16: FLUXOS DE TRANSPORTE COLETIVO: ATUAL E PROJETO
- MAPA 17: PÓLOS GERADORES DE TRÁFEGO DE AUTOS E CONTAGEM DE PEDESTRES
- MAPA 18: DENSIDADE DE PEDESTRES
- MAPA 19: CONTAGEM E DENSIDADE DE TRABALHADORES INFORMAIS
- MAPA 20: MOBILIDADE DOS TRABALHADORES NO ESPAÇO PÚBLICO
- MAPA 21: DESLOCAMENTOS DE TRABALHADORES ITINERANTES - PROVÁVEIS PÓLOS GERADORES DE PEDESTRES
- MAPA 22: FRONTEIRAS PERMEÁVEIS DE ROTAS DE MERCADORIAS CONTRABANDEADAS
- MAPA 23: ARTICULAÇÃO DAS CIDADES FRONTEIRIÇAS PARA PASSAGEM DE MERCADORIAS
- MAPA 24: LOCALIZAÇÃO DOS ENTREPOSTOS DE MERCADORIAS NA REGIÃO CENTRAL
- MAPA 25: VARIAÇÃO DA OCUPAÇÃO INFORMAL NAS RUAS EM UM DIA - 1
- MAPA 26: VARIAÇÃO DA OCUPAÇÃO INFORMAL NAS RUAS EM UM DIA - 2
- MAPA 27: TOPOGRAFIA TEMPORAL DE OCUPAÇÃO INFORMAL EM UM DIA
- MAPA 28: CULTURA POPULAR NOS ESPAÇOS PÚBLICOS X ESPAÇOS PRIVADOS
- MAPA 29: RELAÇÃO ENTRE PROJETO DE OCUPAÇÃO DOS PONTOS PELA PREFEITURA X REALIDADE
- MAPA 30: ÁREAS DE INFLUÊNCIA DE GRUPOS DE TRABALHADORES DE RUA
- MAPA 31: ÁREAS DE INFLUÊNCIA DOS AGENTES VISTORES
- MAPA 32: VETORES DE REPRESSÃO E FUGA
- MAPA 33: PROPINA ARRECADADA POR MÊS EM N.º ABSOLUTOS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS
- MAPA 34: PROPINA ARRECADADA POR MÊS/ M2 NOS ESPAÇOS PÚBLICOS
- MAPA 35: ÍNDICE PROPINA X RENDA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS
- MAPA 36: IMÓVEIS OCIOSOS - IMÓVEIS CUJO PAVIMENTO TÉRREO ESTÁ VAZIO. LEVANTAMENTO PRÓPRIO, 2004
- MAPA 37: LOCAIS SUGERIDOS PELAS LIDERANÇAS DA CATEGORIA PARA TRABALHO. LEVANTAMENTO DA AUTORA, 2006

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: ENTREVISTAS REALIZADAS COM 22 TRABALHADORES DE RUA NO PERÍMETRO DE ESTUDO

TABELA 2: VALORES DOS RENDIMENTOS NO CENTRO NOVO

TABELA 3: VALORES DOS RENDIMENTOS NO CENTRO VELHO

TABELA 4: VALORES DOS ALUGUÉIS/M2 PARA ESCRITÓRIOS, LOJAS NO ESPAÇO PRIVADO; E 'PONTO' NO ESPAÇO PÚBLICO NO CENTRO NOVO

TABELA 5: VALORES DOS ALUGUÉIS/M2 PARA ESCRITÓRIOS, LOJAS NO ESPAÇO PRIVADO; E 'PONTO' NO ESPAÇO PÚBLICO NO CENTRO VELHO

TABELA 6: ÍNDICE DE PROPINAS NO CENTRO NOVO (DENTRO DO PERÍMETRO DE ESTUDO)

TABELA 7: ÍNDICE DE PROPINAS NO CENTRO VELHO (DENTRO DO PERÍMETRO DE ESTUDO)

TABELA 8: ÍNDICE DE PROPINAS EM TODO O CENTRO

TABELA 9: ÍNDICE DE PROPINAS EM TODO O CENTRO

TABELA 10: ÍNDICE DE PROPINAS EM TODO O CENTRO

TABELA 11: ÍNDICE DE PROPINAS EM TODO O CENTRO

TABELA 12: LEIS ANTERIORES DE 1896 A 1981

TABELA 13: LEGISLAÇÃO NOS ÚLTIMOS 4 MANDATOS MUNICIPAIS

TABELA 14: LEIS RECENTES

TABELA 15: CRONOLOGIA DA MUDANÇA NO PERFIL DAS POLÍTICAS E AS RESPECTIVAS VISÕES SOBRE O SETOR INFORMAL

TABELA 16: CARÁTER FICCIONAL DA LEI: LEGISLAÇÃO FORA DA REALIDADE

TABELA 17: INOPERÂNCIAS DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR

TABELA 18: INOPERÂNCIAS DOS PROJETOS DE LEI

TABELA 19 - DOMICÍLIOS NÃO OCUPADOS NOS DISTRITOS DA SUBPREFEITURA SÉ. FONTE: IBGE, 2000. INSTITUTO PÓLIS, 2002

TABELA 20: RELAÇÃO DOS IMÓVEIS COM TÉRREO VAZIO E TEMPO DE PERMANÊNCIA SEM OCUPAÇÃO. LEVANTAMENTO PRÓPRIO, 2004

TABELA 21: PORCENTAGENS DOS TIPOS DE JUSTIFICATIVAS ALEGADAS. LEVANTAMENTO PRÓPRIO, 2004

TABELA 22: EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DE SÃO PAULO. FONTE CEBRAP. MARÇO, 2002

TABELA 23: EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO DISTRITO REPÚBLICA. FONTE CEBRAP. MARÇO, 2002

TABELA 24: EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO DISTRITO SÉ. FONTE CEBRAP. MARÇO, 2002

trabalho informal nos espaços públicos do Centro de São Paulo:

pensando parâmetros para políticas públicas

introdução

INTRODUÇÃO

No prefácio do livro de Hernando de Soto, *El Otro Sendero*, que se tornou um clássico sobre o estudo da economia informal na América Latina, Mario Vargas Llosa argumenta: “Quando a legalidade é um privilégio que só se alcança mediante o poder econômico ou político, às classes populares não resta outra alternativa senão a ilegalidade.” (SOTO, 1987)

A informalidade não é exclusiva dos países periféricos. A discussão da informalidade está subjacente à economia mundial, pois está inserida em um contexto de transformações estruturais do trabalho formal e de novas modalidades de emprego informal, que se manifesta igualmente nos países centrais.

Estudar a informalidade é reconhecer sua importância enquanto indicador social, uma vez que os números indicam que esse fenômeno significa mais do que uma mera situação de exceção na sociedade. Há uma tendência de se subestimar a informalidade - a crença de que ela ocorre como economia de sobrevivência transitória, não precisando, portanto, ser considerada do ponto de vista macroeconômico. Todavia, estudos mostram que seu potencial econômico, humano e cultural se dá em escala significativa. Nesse sentido, a informalidade entra na discussão do papel do Estado na necessidade de inclusão de políticas públicas, sobretudo urbanas. O tema já alcançou fóruns internacionais, assim como espaços de interlocução dos mais variados campos de estudo: saúde pública, economia, sociologia, antropologia, advocacia pública, etc.

Analizamos a informalidade a partir de um determinado perímetro no Centro da cidade de São Paulo e constatamos como essa área específica, com suas idiossincrasias e contradições, pode espelhar esse fenômeno em sua complexidade, em uma escala maior.

No primeiro capítulo apresentamos dois marcos teóricos antagônicos que explicam de modo diferente a informalidade, sem que se excluam, porém, na abordagem da questão. O primeiro marco teórico coloca a informalidade como um processo em curso, daí o termo emprestado de Souza (2000) “Processo de informalidade”. A informalidade é, portanto, resultado da incapacidade crescente de absorção da mão-de-obra em um mercado de trabalho cada vez mais excludente e ausente de direitos.

É correto afirmar que essas transformações podem ser consideradas, em escala mundial, um processo contínuo de precarização das relações de trabalho, porém é também certo dizer que

países como o Brasil jamais passaram pelo pleno emprego e, portanto, jamais tiveram grande parcela da sua população com acesso aos benefícios trabalhistas.

O outro marco teórico defende, dentro dessa lógica, que não se trata de pensar a informalidade como uma adaptação ou uma acomodação evolutiva do capitalismo. Segundo Francisco de Oliveira (2003), trabalho informal sempre existiu como trabalho precário no Brasil e é mais uma das características do “mostrengo social” que somos. Ele afirma que a informalidade não é um regime transitório e passível de ser formalizado, e que, de fato, acontece o inverso: é o informal que dita regras ao formal. A utilização dos termos “flexibilidade” nas relações de trabalho, terceirização, entre outros., nada mais faz que esconder a precarização e a eliminação de direitos trabalhistas.

Não pode ser considerado, portanto, como um processo porque não existe começo, meio e fim; e, tampouco, uma gradação nos seus aspectos socio-econômicos. As estatísticas do SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados) e IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em parte confirmam esta hipótese, cujos resultados mostram, mesmo com grande variação na economia brasileira, uma estabilidade nos números que indicam a informalidade, medidos a partir de pelo menos uma década. A última pesquisa do IBGE sobre economia informal indica que existe, na verdade, uma complexificação da condição informal, com novas idiossincrasias e pluralidades.

Trabalho Informal: Processo ou Exceção Permanente? Essas duas leituras ambivalentes sobre o setor informal podem conduzir a políticas equivocadas dependendo da formulação ideológica. No capítulo 5, veremos que o Poder Público formulou políticas apostando, em momentos diferentes, em cada um dos conceitos. Em determinada época acreditou, por exemplo, na provisoriedade do setor informal, justificando políticas de formalização. Em outra, o Poder Público passou a acreditar que pudesse apenas “gerenciar” a informalidade, e não extingui-la inteiramente, justificando-a como permanente exceção do capitalismo periférico.

O setor informal tem sido abordado, na literatura encontrada, primordialmente do ponto de vista econômico e social, tal qual vimos no capítulo 1. O capítulo 2 demonstra, por meio de mapas, que as diferenças ocorrem também no espaço. Pensamos que a contribuição desta tese seja fundamentalmente demonstrar que o desconhecimento do comércio informal de rua enquanto produção do espaço produz um tipo de conduta por parte do Poder Público equivocada, cujo intuito é tão somente expulsar ou isolar a atividade da vida urbana.

O governo limita-se somente a enxergar que a utilização do espaço público pelo comércio informal tem somente valor de uso, daí a regulamentação da atividade restringir-se somente na determinação dos locais onde ela pode realizar-se.

Por “produção do espaço”, expressão cunhada por Lefebvre (1981), entende-se a reprodução no espaço das relações capitalistas e todas as suas manifestações enquanto lugar de conflitos e contradições. Há uma extensa literatura que dedicou-se à reflexão da produção social do espaço, a partir de diferentes vertentes filosóficas. Cabe destacar a marxista, pela qual baseou-se Lefebvre, que empenhou à palavra “produção”, o significado de organização do trabalho e dos meios necessários para a sua realização enquanto produção de valor.

Não cabe aqui estendermos sobre essas diferentes correntes de pensamento e suas definições. Aqui nos interessa delimitar o marco teórico definido por Lefebvre (1981) para entendermos como o objeto em estudo – comércio informal de rua – modifica os atributos do espaço urbano sob diferentes formas: valorização, competição, posse, controle, etc.

Os mapas do capítulo 2 demonstram, portanto, que o comércio informal de rua no Centro de São Paulo atingiu tal complexidade que o valor de uso do espaço sucumbiu ao valor de troca. A competição pelo espaço traduz-se em conflitos cotidianos, através do controle e posse dos espaços mais lucrativos e valorização do Termo de Permissão de Uso (TPU), como mercadoria de troca. A face mais perversa da valorização do espaço é a cobrança de propina de acordo com a lucratividade que tal local gera para o trabalhador. Veremos o mapeamento da corrupção no capítulo 3.

A modificação dos atributos espaciais pelos trabalhadores informais não se dá somente como mercantilização da terra urbana, mas também na divisão do espaço, loteando-o segundo regras específicas de poder e influência. Alguns mapas demonstram, nesse sentido, a delimitação de áreas de influência por parte de lideranças de trabalhadores para a venda organizada dentro de uma hierarquia específica de distribuição, comercialização e comunicação. Estes aspectos estão retratados nos diferentes grupos de mapas.

O capítulo 2 está dividido em duas partes. A primeira parte mostra três abordagens do comércio informal de rua: aspectos históricos do trabalho no Brasil, as relações de poder, dominação e cooperação entre os trabalhadores para a sobrevivência na clandestinidade; e um levantamento das características sócio-econômicas de 22 trabalhadores informais dentro de um perímetro no Centro de São Paulo.

Sobre as relações de poder no espaço público há duas leituras antagônicas: uma que privilegia a natureza conflitante produzida por vetores de poder e dominação sobre o espaço público e outra, que mostra a natureza relacional e orgânica entre indivíduos que não se opõem, mas que estabelecem acordos mútuos. Duas interpretações que, apesar de divergentes, convivem simultaneamente no mesmo território: 'dispersão da dominação', simbolizando oposição; e 'relações pessoais na esfera impessoal', como símbolo de associação.

Foram realizadas 22 entrevistas com os trabalhadores informais nos espaços públicos dentro do perímetro contido entre os distritos Sé - República. As entrevistas aconteceram ao longo do primeiro semestre do ano 2002, com diferentes características de gênero, idade, mobilidade, etc.

O objetivo destas entrevistas, dada o reduzido número de entrevistados, não é representar o fenômeno da informalidade nas ruas como um todo, mas sim entender melhor alguns aspectos que somente aparecem nos bastidores do cotidiano captado no corpo a corpo.

Nesse sentido, muitas delas, apesar de estarem tabuladas e apresentadas friamente como dados nas páginas seguintes, em muitos casos, quase tratou-se de um desabafo de vida por parte dos trabalhadores que, surpreendidos com o perfil da iniciativa, expandiram muitos aspectos até então ignorados do fenômeno.

Como a informalidade nos espaços público está ainda revestida de forte carga ideológica e estar na zona de penumbra entre o preconceito e repressão x compreensão e tolerância, percebeu-se que muitas das respostas podem ou não ser absolutamente verídicas, uma vez que o próprio conteúdo dos dados relatados contradizem com a condição vividas nas ruas.

Dada a impossibilidade de conferir os dados, restava confiar no pacto, ainda que precário, estabelecido com os trabalhadores para disponibilização dos dados pessoais, do trabalho, etc. Para isso, a função destes dados é mais ilustrar que contabilizar, complexificar mais que delimitar.

Veremos que muitas das características citadas correspondem àquelas do trabalho informal *lato sensu*, porém o universo das ruas revelou-se mais complexo e autêntico do que se esperava.

A segunda parte é a territorialização das características sociais e econômicas descritas nos capítulos anteriores: sua dimensão na cidade de São Paulo; a valorização do espaço em locais mais ou menos lucrativos para a venda de mercadorias, para o aluguel a terceiros e para a cobrança de propina; a articulação com os fluxos urbanos para obtenção de lucro; a conexão com as rotas

mundiais de mercadorias; e, por fim, o aspecto temporal como fator decisivo para a existência da atividade.

O capítulo 3 divide-se em duas partes. Na primeira, a exploração da clandestinidade é abordada sob dois aspectos: o clientelismo, como ganho político sobre os trabalhadores; e a corrupção, como lucratividade por meio de extorsão. A segunda parte é um mapeamento das características espaciais da clandestinidade nos espaços públicos do Centro de São Paulo.

Acreditava-se que o comércio de rua era uma prática isolada e frágil do ponto de vista de sua organização e dimensão econômica e a clandestinidade no espaço público, portanto, fácil de ser controlada. A crença ainda persiste, e a prova disso são as posturas repressivas adotadas pela maioria das administrações municipais brasileiras. A ineficácia de tais condutas tem revelado completo desconhecimento da articulação entre a atividade e parte das instituições públicas na forma de corrupção e clientelismo.

A intenção de investigar a exploração da clandestinidade e as geometrias espaciais dela resultantes é dar tonalidade política a um aspecto muitas vezes desprezado por planejadores e gestores. O entendimento da lógica econômica, espacial e política do comércio de rua é fundamental para que sejam elaboradas políticas públicas que, de fato, enfrentem a clandestinidade.

Dois momentos recentes revelaram com clareza como essa lógica opera no Centro de São Paulo. O capítulo 3 reúne testemunhos colhidos da investigação da “Máfia da Propina” no comércio de rua em 2000, na gestão de Celso Pitta (CARDOZO, 2000); e em 2002, na gestão de Marta Suplicy. Apesar do escândalo que culminou no pedido de *impeachment* de Celso Pitta e na desmoralização do Executivo e do Legislativo municipais, a corrupção permaneceu na gestão seguinte.

Apesar da forte pressão da opinião pública que resultou na cassação política de alguns parlamentares, não foram destruídas as raízes da corrupção no Centro de São Paulo. Não cabe aqui investigar com profundidade as causas históricas da existência do clientelismo e da corrupção no Brasil, mas, sobretudo, entender como ocorrem na atividade e quais suas especificidades no perímetro estudado.

O clientelismo e a corrupção não são exclusividades brasileiras. A diferença é que, em alguns países^{*1}, há um controle maior das instituições em coibir tais práticas. No Brasil, ao contrário, foi truncada a evolução da legislação que regulamenta a ação dos agentes públicos e privados com

^{*1}: Estados Unidos e Inglaterra. (SILVA, 2002)

relação à *res publica*, o que permitiu brechas para que tais práticas se consolidassem (SILVA, 2000).

Na análise do impacto do clientelismo e da corrupção na vida urbana é preciso entender que ambos produzem considerável regressão do funcionamento da máquina pública, uma vez que funcionam como investimento nulo para os cofres públicos. Silva (2002) nomeia estas duas relações entre o cidadão e as instituições como “deseconomias de escala”, ou seja, “custos gerenciais crescentes associados à gestão de governos em termos orçamentários”.

A corrupção gera, de fato, prejuízos colossais: “Segundo cálculos do Ministério Público paulista, por exemplo, o total de ações envolvendo corrupção e outros atos ilegais na cidade de São Paulo entre 1992 e junho de 2000, chega a R\$11,5 bilhões - o equivalente a dois anos de orçamento do município de São Paulo.” (JORDÃO, 2000)

De acordo com levantamento realizado dentro do perímetro de estudo, em conjunto com informações fornecidas pela Ouvidoria do Município de São Paulo, cerca de 1 milhão de reais seriam extorquidos de trabalhadores de rua pelos agentes fiscalizadores no Centro de São Paulo por mês. A soma não só impressiona pela dimensão dos recursos desperdiçados, como pela consciência de que poderiam reverter em benefício dos próprios trabalhadores.

A segunda parte do capítulo 3 é um mapeamento da corrupção no comércio de rua em um perímetro contido no Centro de São Paulo. A relação com as atividades e fluxos urbanos verificada no capítulo 2 é determinante para a intensidade da ocorrência da corrupção no espaço público. Nesse sentido, é possível dizer que há relação, nem sempre direta, entre a lucratividade do comércio de rua e a lucratividade da extorsão.

O perímetro de estudo permitiu que se abordassem dois aspectos. Primeiro, as discrepâncias de uma rua para outra, do valor da propina exigido para “fazer vista grossa” à clandestinidade dos trabalhadores. Outro aspecto bastante sugestivo da espacialização da corrupção é a divisão territorial das áreas de influência de grupos de agentes governamentais para extorsão dos trabalhadores clandestinos.

O capítulo 4 contextualiza a gentrificação do trabalho informal nos espaços públicos à luz dos novos condicionantes de segregação espacial, que tem nas formas de *marketing* urbano a expressão mais forte da legitimação da expulsão de determinados grupos sociais.

O tópico – ‘mudança estrutural da esfera pública’ analisa o início desta controvérsia, a partir da busca das raízes de algumas premissas (oposição entre público x privado, a rua como espaço coletivo de direitos, etc). Para isso, abordamos a característica do espaço público moderno que é eminentemente o espaço público burguês e as noções derivadas deste conceito: ‘esfera pública’, ‘espaço privado’ a partir do que Habermas coloca em seu livro *Mudança Estrutural da Esfera Pública – Investigações quanto à uma Categoria da Sociedade Burguesa*.

A idéia de discutir primeiro a controvérsia entre espaço público e privado é tentar focar as fronteiras de oposição ou complementaridade entre estes dois territórios e identificar os vetores de poder e seus efeitos sobre as relações no espaço público. Desta forma, este espaço é humanizado por conflitos e/ou combinações de interesses divergentes e não apenas como um suporte neutro das atividades. É uma abordagem sócio-espacial que parte da natureza contraditória do espaço público porque identifica nele, a intensidade do equilíbrio nervoso entre os vetores de poder em relação ao espaço privado.

Dessa forma, é impossível entender a dinâmica sócio-espacial no espaço público sem enxergar o espaço privado simultaneamente, já que a fronteira entre os dois não é nem refratária, nem tampouco impermeável, como todo o conjunto desta pesquisa demonstra.

Paralelamente, o capítulo 4 discute as noções de Espaço Público como Espaço Político, a partir do pensamento de Hanna Arendt, que é a chave para entender as manifestações no espaço público como posicionamento da afirmação da existência na sociedade - o ato político.

Em seguida, no tópico – ‘a ficção do acesso universal à cidade’ - desmistificamos a universalização da cidadania no Brasil. Apresentamos um breve ensaio histórico de como foram tecidas as relações entre o cidadão e as instituições no Brasil e o rebatimento no acesso restrito às infra-estruturas urbanas.

A partir das matrizes de Sérgio Buarque de Holanda (1995) Kowarick (1983) e Wanderley Guilherme dos Santos (1979) analisaremos a precariedade do espaço público brasileiro como um espaço democrático. Discutimos como alguns retrocessos nos direitos e deveres cidadãos se tornaram consensuais, apesar das penosas conquistas no Brasil para a consolidação da democracia.

Em seguida, analisaremos como o *marketing* urbano, construído no contexto da chamada ‘revitalização’ de perímetros exclusivos, promove formas ambivalentes de cidadania através da articulação de agências governamentais e as não-governamentais.

A criação de um consenso sobre quem são os sujeitos de qualificação ou desqualificação dos centros urbanos, revela matizes ideológicas que se manifestam diferentemente nas ações e nos discursos dos agentes de produção desses espaços.

A grande marca da gentrificação nesses perímetros “reformulados”, apontada pela literatura encontrada sobre o assunto, é a institucionalização do privado sobre a coisa pública. Nesses perímetros, chamados de *Business Improvement Districts*, não só o regime legal, fiscal e urbanístico são exclusivos, como a segurança, em alguns casos, é privatizada. A extensa disseminação de distritos exclusivos nas principais metrópoles dos Estados Unidos, por exemplo, tem sido a grande oportunidade para que proprietários e comerciantes “limpassem” as “suas” calçadas aquilo que eles julgam “incômodo”. Veremos no capítulo 4 como isso ocorre no perímetro estudado no Centro de São Paulo.

O capítulo 5 objetiva investigar como a inoperância das leis é em si um instrumento de reprodução da desigualdade, já que ao legislar sobre uma minoria, coloca na clandestinidade a grande maioria de trabalhadores. À quem interessa a inoperância das leis?

A inoperância das políticas direcionadas à atividade deve-se basicamente a dois fatores: técnicos e políticos. Do ponto de vista técnico, o conhecimento parcial e insuficiente sobre o setor informal, especificamente, sobre o comércio informal de rua, resulta em leis inverossímeis que corroboram ainda mais para a precarização do trabalhador de rua. Politicamente, a aplicação arbitrária da legislação contribui para a desmoralização da lei como instrumento para o acesso universal dos direitos.

Para entendermos a razão desta ineficácia, é preciso entender até que ponto ela é funcional para as engrenagens de exploração política da clandestinidade por meio do clientelismo ou da corrupção. Há uma relação de dependência mútua entre parte do aparelho do Estado e o trabalhador no acesso privilegiado a um direito que, teoricamente deveria ser de acesso igual à todos.

Um dos grandes desafios para enfrentar a utilização viciosa dos velhos instrumentos oligárquicos arcaicos, segundo Telles, que permitem o acesso apenas mediante relações de privilégio, é reverter essa atual e perversa “demolição das mediações políticas e referências públicas”, ou seja, desparticularizar as esferas de acesso à cidadania, onde o particular é referência para legitimação dos direitos.

Nesse contexto no qual os direitos não são universais e a cidadania é restrita a poucos, deveria soar estranho o quadro jurídico, em geral bastante avançado. Entre a lei e sua aplicação há um abismo que é mediado pelas relações de poder na sociedade. Cidadania restrita para alguns e relações de privilégio. Quem possui patrimônio tem direitos. (MARICATO, 2001 *apud* BOSI, 1992)

As políticas públicas nunca chegaram a colocar termos definitivos e eficazes para o trabalho informal nas ruas. A capacidade dos trabalhadores contrariarem procedimentos, aliarem-se entre eles ou com o poder público, tornou a condição da clandestinidade nos espaços públicos como a grande arte do artifício. Artifício para escapar, desviar e burlar regras que normatizam a partir de um cenário de ficção, descoladas da realidade. Segundo Maricato (2001), hoje:

(...) é o momento propício para a criação de uma nova matriz comprometida com a realidade empírica urbana e regional, freqüentemente abstraída nas propostas construídas sobre cenários de ficção.

As leis que regulam a atividade não têm demonstrado contemplar ao menos a metade da realidade nas ruas. Demonstramos este aspecto no capítulo 2, nos mapas que mostram as geometrias da clandestinidade no Centro de São Paulo. O número de “pontos” de trabalhadores na subprefeitura da Sé não chegava em 2004 a 2006 sequer a 10% do número que corresponde à realidade. Com esse dado é possível avaliar porque a legislação urbana sobre o assunto é incapaz de atender a ampla maioria dos trabalhadores do comércio informal nos espaços públicos.

A omissão do comércio de rua da agenda pública, sem dúvida, seria um terceiro fator. A ausência de políticas e a manutenção da clandestinidade, no entanto, são funcionais para a manutenção das relações arcaicas analisadas no capítulo anterior.

A ineficácia da legislação é, de fato, apenas aparente pois constitui um instrumento fundamental para o exercício arbitrário do poder além de favorecer pequenos interesses corporativos. A ocupação ilegal da terra urbana é não só permitida como parte do modelo de desenvolvimento urbano no Brasil (MARICATO, 2000)

O capítulo 5 está dividido em três partes: histórico da conduta do Poder Público em relação à atividade em São Paulo; análise da regulamentação atual; e, por fim, as razões para a inoperância das políticas públicas no contexto do perímetro estudado no Centro de São Paulo.

A primeira parte mostra um histórico das políticas que regularam o comércio informal de

rua no município de São Paulo e as bases legais que regulam a atividade recentemente. A segunda parte apresenta a legislação nos últimos quatro mandatos municipais e as principais tentativas de organização da atividade pelos respectivos prefeitos.

A última parte do capítulo 5 aponta, conclusivamente, quais são os principais fatores da legislação e dos programas direcionados à atividade que, na prática, não só não funcionam, como contribuem para a permanência dos esquemas de corrupção e das relações clientelistas apresentadas no capítulo anterior. Sobre a legislação específica para a atividade apresentamos as principais ideologias que nortearam a construção de parâmetros inverossímeis. Destacamos também uma das políticas tornadas consensuais: a criação de bolsões de comércio, que analisamos criticamente em função dos equívocos na sua formulação.

Apesar da crença exageradamente positiva por serem iniciativas aparentemente democratizantes, a má formulação, a desarticulação com o tecido urbano e com outros programas sociais, assim como a falta de planejamento dos programas à longo prazo redonda em recorrentes fracassos. Com isso, pretende-se chegar à uma equação que possa superar a polarização entre políticas “bem intencionadas” e, de outro lado, inoperância das mesmas.

Os capítulos 1, 2, 3 e 4 procuraram caracterizar a complexidade e heterogeneidade da informalidade nos espaços públicos. O capítulo 5 é uma análise crítica das políticas públicas existentes que simplificam e uniformizam a atividade. O capítulo 6 tem como objetivo repensar parâmetros para regulação, gestão e planejamento urbanos que a considerem como parte dos usos e atividades existentes na cidade.

Em última instância, significa refletir se é possível as políticas públicas romperem o ciclo de precariedade e clandestinidade, como majoritariamente é exercido o comércio informal de rua, para um ciclo de inclusão e regulamentação da atividade. Será que é apenas uma questão de legitimação da atividade? A simples regulamentação e destinação de um espaço específico irá resolver questões centenárias de exclusão social e dificuldade de acesso democrático às infraestruturas urbanas? Cabe aqui ressaltar, porém, que a intenção desta tese é um pouco mais modesta.

Na primeira parte abriremos com parâmetros para regulação da atividade, em função de 6 aspectos que, ao nosso ver, devem ser contemplados nas políticas públicas:

1. Regulação da atividade, no âmbito de uma política nacional;
2. Gestão e monitoramento da atividade, através da construção de indicadores sociais, econômicos e espaciais;
3. Construção de canais de negociação permanentes e democráticos;
4. Suporte econômico e assistência técnica ou jurídica;
5. Construção de canais de denúncia com isenção política;
6. Formulação de patamares justos de fiscalização e tributação.

A segunda parte do capítulo 6 trata da política urbana específica para o comércio informal de rua, cujo objetivo é promover o acesso social a espaços de trabalho, no âmbito dos instrumentos para Reforma Urbana contidos nos planos municipais. Para isso, foram enunciados dois aspectos antagônicos encontrados no Centro de São Paulo - vacância e concentração de usos metropolitanos, que podem apontar, respectivamente, para a utilização de espaços ociosos para economia popular e articulação com as atividades existentes.

Ball (2002) acredita que o comércio informal de rua deve ser enfrentado com políticas públicas divididas em 3 vertentes: desenvolvimento econômico, desenho urbano e regulamentação da atividade. Por desenvolvimento econômico Ball entende que a cidade deve encontrar uma forma de reconhecer o comércio informal como atividade econômica e, dessa forma, trazer dividendos para a cidade com a arrecadação de receita. Deve também ser uma forma de inclusão de minorias, garantindo direitos e acesso às infra-estruturas urbanas.

Sobre a distribuição espacial da atividade, Ball acredita que a concentração do comércio informal pode ser sinal de uma vitalidade comercial não devidamente aproveitada. Ela acredita que os comerciantes de rua podem certamente vitalizar espaços públicos. Por último, deve ser estabelecido um programa que assegure o controle da municipalidade em relação à atividade: cadastramento, regulamentação e tributação.

Dentro do item - Política Urbana, o primeiro aspecto analisado é a questão da alta vacância no Centro de São Paulo, ou seja, alta taxa de espaços vazios em um tecido urbano com alta provisão de infra-estrutura. Ao longo do levantamento de campo demonstrado no capítulo 2, o que mais chamou a atenção foi, sem dúvida, a contradição entre um espaço público adensado justaposto de

casos recorrentes daquilo que chamamos de vazios urbanos no espaço privado. Como eles podem refletir processos igualmente excludentes na cidade e, na mesma direção, contrariar a função social da cidade e da propriedade como determina o Estatuto da Cidade?

O segundo aspecto é a vinculação direta da ocupação informal nos espaços públicos à dinâmica das atividades e dos setores econômicos presentes no Centro de São Paulo. Foram mencionados brevemente no capítulo 2 os setores predominantes do comércio varejista e atacadista, as atividades de administração pública e prestação de serviços.

Isso não significa, porém que a ociosidade do espaço privado é causa direta da concentração de trabalhadores informais nos espaços públicos ou que determinados setores econômicos no espaço privado são necessariamente excludentes. Ao contrário: é necessário buscar nestes antagonismos: dinâmica e ociosidade, potenciais de inclusão da atividade informal exercida clandestina e precariamente na rua em direção a espaços legitimados de trabalho.

Por último, expomos alguns projetos de referência localizados em diferentes metrópoles: *El Persa Biobio* em Santiago no Chile; Bolsão do Harlem, em Nova Iorque, Estados Unidos; el Juncion em Durban, África do Sul; e Shopping Popular em Diadema, Brasil. O projeto do Chile, bem como o dos Estados Unidos encontramos, respectivamente, em . Nos demais projetos, Diadema e Durban, procuramos entrevistar diferentes atores sociais envolvidos no processo de implementação e administração.

pensando parâmetros para políticas públicas

capítulo 1: informalidade: processo ou exceção permanente?

trabalho informal nos espaços públicos do Centro de São Paulo:

*Figura 1- Local: Viaduto
do Chá. foto: Luciana
Itikawa. Outubro 2002*

Figura 2- foto de Christiano Jr., 1860. “De pés descalços - estatuto da escravidão - esse vendedor é, muito provavelmente, um cativo branco”. (ALENCASTRO, 1997)

ORIGENS DO TERMO E CONTROVÉRSIAS SOBRE A DEFINIÇÃO

A origem do termo “setor informal” iniciou-se com a denominação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1969, que apresentava as seguintes características: (a) propriedade familiar do empreendimento; (b) origem e aporte próprio dos recursos; (c) pequena escala de produção; (d) facilidade de ingresso; (e) uso intensivo do fator trabalho e de tecnologia adaptada; (f) aquisição das qualificações profissionais à parte do sistema escolar de ensino; e (g) participação em mercados competitivos e não regulamentados pelo Estado (OIT *apud* CACCIAMALLI, 2000).

O adjetivo “informal” é encontrado a partir das expressões: “setor informal”, que pressupõe, portanto, que ele ocupe um lugar demarcado na estrutura produtiva; “economia informal”, considerada como um conjunto de atividades extra-oficiais e não tributadas; e “trabalho informal”, reconhecido como atividade lícita e legítima, apesar da ausência de regulamentação por parte do Poder Público. Cacciamalli (2000) enfatiza ainda a amplitude que o termo abriga:

O termo setor informal, embora sugira maior rigor, desde a sua origem, vem sendo aplicado na literatura especializada, especialmente latino-americana, de uma maneira abrangente. Essa denominação, entretanto, pode representar fenômenos muito distintos, como por exemplo: evasão e sonegação fiscais; terceirização; microempresas, comércio de rua ou ambulante; contratação ilegal de trabalhadores assalariados nativos ou migrantes; trabalho temporário; trabalho em domicílio, etc.

Seja qual for o conceito que o qualifica, o significado “informal” traz, já na sua raiz etimológica, algo que não tem forma ou ausência de formalidade (HOUAISS, 2004). A falta de um significado preciso ao termo “informal” não poderia expressar melhor esta ambiguidade que subjaz toda a condição das pessoas que trabalham informalmente.

A 15ª Conferência de Estatísticas do Trabalho realizada em Genebra em janeiro de 1993, após mais de 20 anos de debates e controvérsias, consagra a seguinte vertente metodológica:

O setor informal é uma gama de empresas familiares ou domésticas, ou seja, empresas dirigidas por unidades domésticas ou por membros familiares tanto individualmente quanto em parceria com outros. Ao contrário das corporações ou quase-corporações, as unidades domésticas são definidas pela SNA como unidades de produção que não são constituídas como entidades legais separadas por seu(s) proprietário(s) e que não tem um controle completo do encargos do negócio, incluindo o balanço

Figura 3 - fonte: Vincenzo Pastore: *Sem Título*, 1908-14
(WISSENBAACH, 1998)

comercial dos recursos e responsabilidades. Nesse sentido, o tipo de organização legal da unidade e o controle do negócio são os primeiros critérios propostos pela definição internacional do setor informal. (OIT *apud* CACCIAMALLI, 2000).

O enfoque é modificado em 1997 em trabalho da OIT que define o setor informal a partir das unidades econômicas e não unidades familiares ou :

O setor informal deve ser definido em termos das características das unidades de produção (empresas) onde as atividades se desenvolvem, mais do que em termos das características das pessoas envolvidas ou a natureza de seus trabalhos. Da mesma forma, a população empregada no setor informal era definida incluindo todas as pessoas que, durante um determinado período, eram empregadas em, ao menos, uma unidade produtiva do setor informal, independente do seu status empregatício ou se é ou não seu único trabalho paralelo. As pessoas exclusivamente empregadas em unidades produtivas fora do setor informal são excluídos desta definição, ainda que seja precária sua situação de trabalho. Nesse sentido, o conceito de pessoas empregadas no setor informal não é idêntico ao conceito das pessoas empregadas em relações de trabalho informais. (HUSSMANS *apud* Cacciamalli, 2000).

Nesta última definição, a OIT desvincula a definição "informal" como relação de trabalho irregular ou precária. Isso significa dizer que, mesmo aqueles que possuem carteira de trabalho assinada podem constituir-se como "trabalhadores informais", na medida em que estiverem inseridos em unidades econômicas com características específicas. Dentre elas, a mais importante é o fato do detentor do negócio exercer simultaneamente as funções de patrão e empregado e de não existir separação entre as atividades de gestão e de produção (CACCIAMALLI, 1983).

Os critérios apontados pela OIT em 1997 permanecem até hoje como um padrão universal, e é adotado pelas agências de pesquisa brasileiras, entre elas o SEADE/DIEESE: "O setor informal é apresentado como um espaço econômico subordinado e intersticial ao movimento das formas de organização da produção capitalista, constituindo-se do conjunto de atividades que pode ser explorado por trabalhadores por conta própria." (SINGER, 2000)

Em outros países o termo informal é utilizado com outros significados que o qualificam de forma quase sempre pejorativa. Termos como *Lavoro Nero* (negro), na Itália (com mesmo significado na Índia e Israel); "economia de sombra", na Alemanha; e ainda: *folk sector*, cripto-economia, economia de proximidade, invisível, oculta, desprotegida, não estruturada (YÁZIGI, 2000), não refletem a complexidade e heterogeneidade das atividades neste setor.

Figura 4: fonte: Henri Chamberlain: 'Mercado'. Rio de Janeiro, 1822. "Negras quitandeiras entregavam doces e frutas à domicílio" (ALGRANTI, 1997)

TRABALHADOR DE RUA X CAMELÔS X AMBULANTES

A extensa gama de atividades que estão compreendidas dentro do setor informal dificultam ainda mais uma caracterização única ou padrão médio do trabalhador informal. As pesquisas das agências de pesquisa nacionais - o IBGE (1997) e SEADE (2000), respectivamente, sobre economia e trabalho informal (na seção anexos desta tese) apresentam a informalidade não só no setor de serviços, como também no comércio e indústria.

O recorte que faço nesta pesquisa representa apenas 7% daquilo que o IBGE (1997) considera como trabalhador informal. O objeto desta tese está focado naquilo que o IBGE denomina como "trabalhador por conta-própria" e, dentro desse universo, especificamente aquele que exerce exclusivamente na rua. Quando falo "trabalhador de rua", quero evitar tanto a expressão mais popular "ambulantes", quanto a pejorativa: "camelô". Ambas denominam vulgarmente os trabalhadores que vendem produtos e serviços nos espaços públicos.

A primeira palavra, "ambulante", do verbo deambular ou deslocar, parece definir, no entanto, parte das pessoas que trabalham na rua. Apesar de aparentemente seu aparato de trabalho nos levar a crer que parece uma condição temporária, alguns deles possuem seu ponto de comércio em espaços de trabalho feitos de alvenaria e cobertura metálica. Isso nos parece revelar mais uma condição definitiva que propriamente provisória, como é o caso dos trabalhadores do Largo da Concórdia, no Brás. O termo "camelô" é ainda mais pejorativo. Este termo vem do francês *camelot* ou *camelote*, cuja definição no dicionário *Le Robert* (1996) é: "*Marchand(ise) de mauvaise qualité*".

Enfatizo ainda "da rua" porque esta parece ser uma distinção muito importante para a delimitação do território em que estarei trabalhando - os logradouros públicos, ao contrário do extenso universo da informalidade abrigado em unidades produtivas dentro do espaço privado.

A opção pelo termo "ocupação" e não "invasão", também tem a intenção de ressaltar a licitude da atividade, apesar de toda a mídia e o senso comum nos dizerem que o trabalho de rua é mais uma questão "de polícia", do que uma questão de planejamento. Esta controvérsia parece ser bastante recorrente quando se referem aos "sem-terra" ou aos "sem-teto", porém, não corresponde a todo o universo do trabalho na rua, uma vez que, mesmo sendo minoria, alguns possuem licença emitida pela Prefeitura para ocupar o espaço público.

Este capítulo começa pela análise das diferentes interpretações sobre a informalidade no Brasil à luz das condições do trabalho informal exercido na rua.

INFORMALIDADE: EXCEÇÃO PERMANENTE?

Dentre os autores que apontam diferentes aspectos do trabalho informal como continuação sistemática do trabalho precário no Brasil, gostaria de mencionar cinco: Bosi (1995), Oliveira (2003), Buarque de Hollanda (1995), Prado Jr. (2000) e Kowarick (1983). Com argumentos diferentes, as referências acima concebem igualmente, porém, a concepção de que não houve de fato, aqui, transição plena da mão-de-obra arcaica para a moderna. Nas respectivas obras, os autores em questão demonstram os entraves que impediram a constituição de um mercado de trabalho com direitos trabalhistas universalizados no Brasil.

Bosi (1992) coloca a contradição fundamental do processo colonizador - a modernização das Américas por meio do capitalismo - no formato, entretanto, da reinvenção dos regimes arcaicos de trabalho. A começar pelo extermínio dos índios, passando pela escravidão até hoje, ainda não se extinguiram as formas de exploração da mão-de-obra, alheias ao universo dos direitos nos regimes capitalistas democráticos dos países centrais. Para o autor, trata-se de uma "anomalia do capitalismo", termo emprestado de Marx (MARX *apud* BOSI, 1995).

Outro aspecto muito emblemático ressaltado por Bosi, e que explica grande parte dos conflitos que acontecem no comércio informal de rua, é a violência imanente resultante da interação entre o colonizador e a força de trabalho: "Quando é aguçado o móvel da exploração a curto prazo, implantam-se nas regiões colonizáveis estilos violentos de interação social" (BOSI, 1995).

Esta tese anexa reportagens colhidas entre 1998 e 2006 que mostram violentos confrontos entre o Poder Público e os trabalhadores de rua. O tema da violência aparecerá aqui de forma recorrente, como expressão da inabilidade do Poder Público em lidar com a pressão social de grande parcela da população excluída do mercado de trabalho.

Em consonância com a tese de Bosi, Oliveira (2003) argumenta que foi no capitalismo brasileiro pós-colonial que se consolidaram as bases para que tal "anomalia", ou regime de exceção, se tornasse permanente.

Buarque de Hollanda (1995) mostrará, porém, que as bases para o desvio de rota do capitalismo no Brasil devem-se, sobretudo, à colonização portuguesa, que gerou uma sociabilidade "à brasileira", incapaz de prover os requisitos imprescindíveis para um mundo moderno, capitalista e democrático. Esta parece ser a espinha dorsal das muitas características que o autor expõe como

Figura 5- fonte: Autor sem identificação:
"O china vendedor de peixe e camarão"
(WISSENBACH, 1998)

parte de um movimento na direção oposta àquela que as nações "centrais" seguiriam como modelo de desenvolvimento. Ao colocar a figura do colonizador português em contraponto a dos demais colonizadores, Buarque de Holanda entende que não foram formadas as bases institucionais modernas de separação entre a esfera privada e a pública.

Do ponto de vista territorial, Buarque de Holanda relaciona o colonizador português na figura do sementeiro (trabalhador do campo) e do ladrilhador (trabalhador da cidade) e as respectivas ocupações no território. A mesma improvisação das condutas do trabalho no campo aparece na apropriação do terreno e no traçado das cidades: ausência de planejamento, redundância nos procedimentos, etc.

Caio Prado Jr. (2000), por sua vez, faz uma análise do ponto de vista dos conflitos entre classes, por exemplo, quando se refere à massa trabalhadora, como um "exército permanentemente marginalizado do mercado de trabalho". Para o autor, a ausência de um Estado Nacional consolidado e uma base empresarial que, por estar subordinada ao capital internacional não prioriza as questões internas, levaram o que o autor considerou como traços característicos da economia brasileira: instabilidade, precariedade da conjuntura mercantil e incerteza estrutural. Em suas palavras, "incapacidade de controlar seu próprio destino".

A contribuição de Caio Prado Jr. neste debate foi historicizar o debate sobre os entraves para o desenvolvimento econômico no Brasil, ou seja, colocar em pauta "os bloqueios ao desenvolvimento decorrentes das estruturas internas e externas herdadas da situação colonial". (SAMPAIO Jr., 2000)

As discrepâncias regionais apontadas por Caio Prado Jr. explicam, entre outras coisas, boa parte dos movimentos migratórios dentro do Brasil, cujos deslocamentos configurariam, nas últimas décadas, a constituição das metrópoles brasileiras e todas as suas idiossincrasias, sendo o trabalho informal apenas uma delas.

A indagação sobre o "regime de subordinação" (PRADO JR. 2000) condicionados pelo sistema colonial se estenderia de tal maneira até nossos dias, a ponto de Prado Jr. apontar o dilema que jamais se descolaria de nós: "Perecer ou modificar-se?", antítese esta que, em outras palavras e radicalidade não menos amena, significa: subordinar-se ou romper?

Para deixar mais clara esta tese, Prado Jr. (2000) enumera vários indícios da presença de velhos procedimentos que até hoje estão entranhados na sociedade brasileira:

Figura 6- 'Cena de Carnaval': "Com água e polvilho, o negro nesse dia, exerce impunemente nas negras que encontra toda a tirania de suas grosseiras facécias. Ao contrário, um tanto envergonhada, a infeliz negra despenseira, vestida voluntariamente com sua pior roupa, quase sempre azul escura ou preta, volta para casa. Quanto ao seu rosto, ela se apressou em limpá-lo, mas ainda permanecem desenhadas em branco as rugas dos trejeitos que fez para se lavar, que dá a seu rosto uma feiúra monstruosa difícil de descrever. Essas negras, somente se encontram velhas e pobres nas ruas, com seu tabuleiro à cabeça, cheio de limões-de-cheiro vendidos em benefícios dos fabricantes. Muitos negros de todas as idades são empregados neste comércio até a hora da ave-maria, quando se suspendem os divertimentos." Rio de Janeiro, ~1816. Debret, Jean Baptiste. (DEBRET, 1989)

No terreno econômico, por exemplo, podemos dizer que o trabalho livre não se organizou ainda inteiramente em todo o país. Há apenas, em muitas partes dele, um processo de ajustamento em pleno vigor, um esforço mais ou menos bem sucedido naquela direção, mas que conserva traços bastante vivos do sistema escravista que o precedeu. [ ] Numa palavra, não completamos ainda hoje a nossa evolução da economia colonial para a nacional. [ ] No terreno social a mesma coisa. [ ] Quem percorre o Brasil de hoje fica muitas vezes surpreendido com aspectos que se imagina existirem nos nossos dias unicamente em livros de história. (PRADO JR. 2000)

Todas estas razões são, para Prado Jr. (2000), aquilo que nos arrasta para trás, "que nos projeta inteiramente para o passado". Para ele, "os problemas brasileiros de hoje, os fundamentais, pode-se dizer que já estavam definidos e postos em equação há 150 anos e que estes velhos dilemas fazem do Brasil um país "sem forma": "o que salta à vista é um organismo em franca e ativa transformação e que não se sedimentou ainda em linhas definidas, que não tomou 'forma' ". O trabalho informal seria, dentro dessa lógica, apenas uma máscara que esconde as velhas formas de trabalho precário, exploração da mão-de-obra e indefinição dos direitos no âmbito da regulação trabalhista moderna.

A contribuição de Lúcio Kowarick também é fundamental para o entendimento da marginalização das classes trabalhadoras simultaneamente à constituição do trabalho livre no Brasil. Um dos entraves para essa sistemática condição de trabalho precário no Brasil é a não modificação da relação entre trabalhador e empregador. Mudaram-se os formatos, mas as relações despóticas ainda permanecem.

Adiante veremos a sustentação para cada argumento dos autores mencionados. Será feito sempre um paralelo com a realidade do trabalho informal nas ruas, confirmada pelas entrevistas com os próprios trabalhadores e pela literatura encontrada sobre o tema. Serão somadas também as observações empíricas realizadas nos levantamentos de campo.

Figura 7- fonte: Arquivo Nacional, 1940. "Em meio a quinquilharias, o camelô vende retratos de Getúlio Vargas". (GOMES, 1998)

1. Anomalia do capitalismo

Dois aspectos, segundo Bosi (1995), explicam a contradição da colonização das Américas: Em primeiro lugar, nela combinavam efeitos modernizantes do capitalismo com regimes arcaicos de trabalho. Em segundo, a modernização só conseguiu se desenvolver em bases violentas de confronto e exploração dos dominados:

Para extrair os seus bens com mais eficácia e segurança, o conquistador enrijou os mecanismos de exploração e de controle. A regressão das táticas parece ter sido estrutural na estratégia da colonização, e a mistura de colono com agente mercantil não é de molde a humanizar as relações de trabalho. (BOSI, 1995)

Bosi resgata a análise de Marx sobre o desvio de rota do capitalismo nos países colonizados. Para Marx, seria incompatível um sistema capitalista sem trabalho livre e assalariamento, processo pelo qual o capital se transforma em valores. Uma economia ao mesmo tempo conectada ao capitalismo europeu e assentada sobre o trabalho escravo só poderia ser uma "anomalia" (MARX *apud* BOSI, 1995). A informalidade é um dos aspectos da extensão dessa "anomalia" até os dias de hoje.

O trabalho informal de rua combina diversos aspectos que caracterizam a "anomalia" do capitalismo, como entendemos contemporaneamente: geração de renda autônoma, irregular e sem acumulação para o trabalhador e para os cofres internos; acesso aos recursos e oportunidades através de clientelismo e corrupção, e não por livre concorrência; estagnação das técnicas e precariedade do ambiente de trabalho.

Dois temas serão tratados detalhadamente nos capítulos seguintes: exploração dos trabalhadores de rua, no capítulo 3; e violência, nas reportagens anexas. Ambos são esclarecedores sobre a brutalização do capitalismo no Brasil à qual Bosi se refere:

Contraditória e necessariamente, a expansão moderna do capital comercial, assanhada pela oportunidade de ganhar novos espaços, brutaliza e faz retroceder a formas cruentas o cotidiano vivido pelos dominados. (BOSI, 1995)

A violência é reconhecidamente enraizada nas diversas formas de subordinação e de exercício do poder na sociedade como um todo, mas é a violência institucionalizada pelo Poder Público o exemplo mais claro da contradição nas sociedades capitalistas democráticas. Nesse sentido, se existia qualquer possibilidade de um efeito civilizador do capitalismo, como a utilização de meios técnicos para alcance dos objetivos, esta não se efetivou no Brasil.

Figura 8- 'Lojas de Barbeiros': "Um vizinho do barbeiro, negligentemente largado perto da janela com um leque chinês numa das mãos, deixa a outra para fora, entregue à agradável sensação do ar fresco. Recém-acordado e com estômago cheio de água fresca, olha com indiferença o tabuleiro de doces que lhe apresenta a jovem negra, à qual, por desafio, faz algumas perguntas sobre seus senhores. Mas logo aborrecido desta distração inútil, manda-a embora com esta frase de pouco caso: 'Vai-te embora', expressão grosseira, empregada em todos os tons, desde o mais amistoso até o mais injurioso" Rio de Janeiro, ~1816. Debret, Jean Baptiste. (DEBRET, 1989)

Ela é certamente a barreira pela qual os trabalhadores de rua, assim como todos os integrantes de movimentos sociais, se vêem aniquilados da perspectiva de inclusão como negociadores de seus próprios direitos perante o Poder Público. A questão da violência permeará toda a tese, sobretudo para explicar sua utilização como recurso destinado à resolução de conflitos. O capítulo 4 e as reportagens anexas retomarão a este tema ao analisarem, respectivamente, o papel do Poder Público como agente segregador do espaço e omissor na formulação de políticas públicas para a informalidade.

2. Exceção permanente do capitalismo na periferia

Segundo Oliveira (2003), acreditava-se, na década de 70, que "agricultura de subsistência, sistema bancário, financiamento da acumulação industrial e barateamento da reprodução da força de trabalho nas cidades constituíam o fulcro do processo de expansão capitalista". Essa era a razão, portanto, da existência do "exército de reserva", na figura do trabalhador informal, como subproduto indesejável do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Hoje, o modelo interno - *agrobusiness*, financeirização da economia, a "Terceira Revolução Industrial" *¹ e a dependência externa - atinge a plenitude do descarte do trabalho produtivo e constitui o que Oliveira chama de "trabalho abstrato" e não informal, termo em sua opinião empregado erroneamente, porque este mesmo modelo transforma todo o tempo de trabalho em trabalho não-pago.

No regime assalariado pleno, os salários eram periódicos e considerados um "custo". Nos chamados países do capitalismo periférico, entre eles o Brasil, o capital usa o trabalhador somente quando dele necessita. O pagamento dos trabalhadores não é um adiantamento do capital, mas depende dos resultados das vendas dos produtos-mercadorias. Segundo Oliveira (2003), a isto se chama ocupação e não mais emprego:

[ ] grupos de jovens nos cruzamentos vendendo qualquer coisa, entregando propaganda de novos apartamentos, lavando-sujando vidros de carros, ambulantes por todos os lugares; os leitos das tradicionais e bancárias e banqueiras ruas Quinze de Novembro e Boa Vista em São Paulo transformaram-se em tapetes de quinquilharias; o entorno do formoso e iluminadíssimo Teatro Municipal de São Paulo exibe o teatro de uma sociedade derrotada, um bazar multiforme onde a cópia pobre do bem de consumo de alto nível é horivelmente kitsch.

Figura 9- 'Negras Cozinheiras vendedoras de angu': "As vendedoras de angu são encontradas nas praças ou em suas quitandas, que também vendem legumes e verduras. A venda começa de manhã, lá pelas seis horas e vai até as dez, continuando do meio-dia até as duas, hora em que se reúnem em torno delas os operários escravos que não são alimentados por seus senhores." Rio de Janeiro, ~1816. Debret, Jean Baptiste. (DEBRET, 1989)

Oliveira assinala que houve uma desconstrução da relação salarial, consolidada a partir da segunda metade do século passado e desfeita já na década de 80, noção compartilhada por Souza (2000). Argumenta, no entanto, que o regime de subordinação do Brasil ao capital externo e a persistência da acumulação sem distribuição de renda não lhe deram fôlego, em nenhum momento, para superar a exclusão contínua de grande contingente de trabalhadores.

A última década é emblemática porque, apesar de o país ter passado por surtos de euforia econômica, os números da informalidade indicam que há um resíduo permanente de excluídos do mercado de trabalho formal. Esse descarte sistemático da força de trabalho fica represado não só no comércio informal de rua, como nas muitas atividades urbanas desprotegidas e não regulamentadas.

Essa característica de modernização excludente foi tratada de diferentes formas não só por Oliveira (2003), como por Furtado (1999) - "modernização mimética"; e Schwarcz (2000) - "modernização conservadora". A especificidade do capitalismo na sua periferia seria, portanto, promover continuamente uma acumulação "truncada", ou seja, incapaz de reverter os recursos captados em investimento interno e permitir um mercado de trabalho incluyente. Furtado será analisado neste capítulo e Schwarcz, no capítulo 3.

A informalidade não é uma condição transitória a ser civilizada pelo capitalismo. Ao contrário, funciona justamente para reproduzi-lo precariamente nos países ditos periféricos. Segundo Oliveira (2003), é nas formas do atraso, sendo a informalidade um exemplo eloquente, que o capitalismo se consolida:

[ ] acentuava-se que o específico da revolução produtiva sem revolução burguesa era o caráter produtivo do atraso como condômino da expansão capitalista. O subdesenvolvimento viria a ser, portanto, a forma da exceção permanente do sistema capitalista na sua periferia. (OLIVEIRA, 2003)

As agências multilaterais BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e Banco Mundial reconheceram como ponto de partida para investimento em projetos urbanos este estado de exceção e viram na favela e no trabalho informal como partes relevantes da economia urbana: "Para o banco, a exceção deve ser estudada e potencializada, pois parece não haver horizonte para sua superação dentro dos mesmos padrões civilizatórios dos países centrais". (ARANTES, P.F., 2004)

No levantamento realizado em campo sem cunho estatístico, alguns dos trabalhadores de rua entrevistados revelaram que essa atividade era sua primeira e única ocupação ou que a exerciam

Figura 10- "Na época do frio, vendia-se canjica então: 'Canjiquinha quente iá iá. Que me dói o dente'. Tinha canjica, sorvete, mingau, tudo muito gostoso, feito por quem sabia preparar." Trabalhador no morro do Castelo, Rio de Janeiro, 1908. fonte: desenho autor desconhecido. Sem Título (NONATO; e SANTOS, 2000)

há muitos anos ou até décadas. Isto parece revelar sobejamente a ausência de perspectivas desses trabalhadores quanto à inserção no mercado de trabalho formal.

3. Precariedade das condições sociais do trabalho no Brasil

a. RECUSA À HIERARQUIA E PERSONALISMO

Buarque de Holanda ao descrever o comportamento do brasileiro, investigou qual seria a herança de condutas que portugueses e espanhóis deixariam no Brasil na construção de um espaço público de idéias, instituições, e formas de sociabilidade. Para ele: "a frouxidão da estrutura social e falta de hierarquia organizada" (HOLANDA, 1995) seriam as características mais emblemáticas desse espaço coletivo novo, fora do âmbito doméstico.

Quando se refere às relações na sociedade civil ibérica e, em decorrência, à sociedade brasileira declara: "No fundo, o próprio princípio de hierarquia nunca chegou a importar de modo cabal entre nós. Toda hierarquia funda-se necessariamente em privilégios. E a verdade é que, bem antes de triunfarem no mundo as chamadas idéias revolucionárias, portugueses e espanhóis parecem ter sentido vivamente a irracionalidade específica, a injustiça social de certos privilégios, sobretudo dos privilégios hereditários". Esse personalismo que se reflete na falta de coesão social seria uma recusa à autoridade: "submissão à um objeto exterior, aceitação à uma lei estranha ao indivíduo" (HOLANDA, 1995).

Nas entrevistas realizadas com os trabalhadores, o trabalho informal é visto tanto como decorrência do desemprego quanto como primeira opção de trabalho. Em entrevista (2001) com o assessor do secretário das Subprefeituras, que cuida do trabalho de rua, Rubens Possati, ele declara: "o camelô trabalha muito, mas não é o mesmo trabalho daquele que bate o ponto: uma hora ele trabalha, outra hora joga carteadado com os amigos, toma uma café no botequim da esquina, confiando que seu colega tomará conta da sua barraca na sua ausência".

De outra forma, esta mesma observação pode ser entendida através de outra observação de Buarque de Holanda: "É compreensível, assim, que jamais se tenha naturalizado entre gente hispânica a moderna religião do trabalho e o apreço à atividade utilitária. Uma digna ociosidade sempre parece mais nobilitante, a um português, ou à um espanhol, do que a luta insana pelo pão de cada dia." (HOLANDA, 1995)

Figura 11- 'Negras livres vivendo de suas atividades': "Outras, que não dão para trabalhos de agulha, dedicam-se ao comércio de legumes e frutas, instalando-se nas praças; as mais ricas e donas das mercadorias chama-se quitandeiras, situação que exige o auxílio de um mulato ou de um negro livre operário. O lucro deve bastar ao abastecimento da mercearia e à aquisição de dois moleques que ela educa no trabalho ou no comércio de rua para, com seus salários, garantir os recursos da velhice." Rio de Janeiro, ~1816. Debret, Jean Baptiste. (DEBRET, 1989)

A recusa à hierarquia do padrão de trabalho assalariado convencional, da mesma maneira que traz flexibilidade, traduz-se em precariedade. Precariedade no ambiente de trabalho, das relações trabalhistas, das relações institucionais (com o governo e setor formal) e com o próprio consumidor, que não possui instrumentos para legitimar suas relações com o trabalhador informal (nota fiscal, PROCON, etc). Todos estes aspectos serão analisados neste e nos demais capítulos.

b. TRABALHO E AVENTURA

A ética do trabalho para o brasileiro, segundo Buarque de Holanda, confunde-se com a ética da aventura. O aventureiro é: "esse tipo humano que ignora fronteiras. No mundo tudo se apresenta a ele em generosa amplitude e, onde quer que se erija um obstáculo a seus propósitos ambiciosos, sabe transformar esse obstáculo em trampolim".

O trabalhador: "ao contrário, é aquele que enxerga primeiro a dificuldade a vencer, não o triunfo a alcançar. O esforço lento, pouco compensador e persistente que, no entanto, mede todas as possibilidades de desperdício e sabe tirar o máximo proveito do insignificante, tem sentido bem nítido para ele. Seu campo visual é naturalmente restrito. A parte maior do que o todo." (HOLANDA, 1995)

O brasileiro, em última instância, é uma conjunção dos dois: "Existe uma ética do trabalho como existe uma ética da aventura". Mais adiante: "Entre esses dois tipos, não há, em verdade, tanto uma oposição absoluta como uma incompreensão radical". (HOLANDA, 1995)

A característica típica do aventureiro é sua capacidade de adaptação. Entretanto, para Buarque de Holanda, adaptar-se significava também acomodar-se no provisório, "sem compensação próxima" e sem a preocupação de consolidar sua existência a longo prazo. Uma lavoura agrícola, com métodos rudimentares, parecia ainda mais atestar nossa "índole semi-capitalista", ou seja, nossa primeira economia colonial passava distante do que poderíamos chamar de uma civilização moderna fundada na mão de obra assalariada e na indústria.

Esse aspecto é determinante quando pensamos na dificuldade de racionalizar procedimentos, evitar as redundâncias internas e otimizar o setor produtivo. Segundo o autor, "o domínio europeu foi mais brando e mole, menos obediente a regras e dispositivos do que à lei da natureza." (HOLANDA, 1995)

A definição mais pungente dos brasileiros, segundo Buarque de Holanda, são homens "desterrados na nossa própria terra", neste ambiente muitas vezes "desfavorável e hostil" (HOLANDA,

Figura 12- fonte: Autor sem identificação: "Distribuição de leite, 1920". (WISSENBACH, 1998)

1995). O trabalhador de rua seria a tradução dessa flexibilidade na adaptação, mesmo em condições adversas.

c. ILEGALIDADE E ARBITRARIEDADE

Como diz Caio Prado Jr., "a análise da estrutura comercial de um país revela sempre, melhor que a de qualquer um dos setores particulares da produção, o caráter de uma economia, sua natureza e organização." (PRADO JR. 2000). Ele faz uma análise simultânea do comércio externo e interno. Ao falar do externo, Prado Jr. se atem na forma das mercadorias atravessarem as fronteiras: se elas vêm por via terrestre, são obrigadas a passar por regiões não populosas, cuja vigilância e fiscalização não são totalmente presentes. Se vêm pela via marítima, são submetidas à uma ordem política e administrativa mais consolidada. Porém, "O privilégio legal português da navegação do Brasil não excluía o contrabando que se praticava em larga escala, e que pelo seu vulto não pode ser ignorado. Eram os ingleses, os grandes amigos, aliados e protetores de Portugal, os principais contrabandistas." (PRADO JR. 2000)

Prado Jr. descreve em que termos era este sistema: "O contrabando era mais fácil e proveitoso": "[ ] a ancoragem dos navios contrabandistas em lugares mais ou menos ocultos da baía; se estabelecia através do contato com os negociantes da praça, compradores de mercadoria fraudulenta; tudo com a escandalosa conivência das autoridades que mal disfarçavam a sua participação no negócio". (PRADO JR. 2000)

Esse sistema organizado de evasão de divisas aos longo de cinco séculos não parece tão fácil de desatar, principalmente se pensarmos no interesse que esta clandestinidade permaneça. No caso do trabalhador informal, esta ilegalidade é apenas uma face das outras ilegalidades/ clandestinidades presentes na sua vida: habitação clandestina; mercadoria ilegal; razão social clandestina, ocupação no espaço público ilegal, e no caso daqueles que entraram no país sem registro oficial, a cidadania ilegal.

A pior face da ilegalidade é dar margem à arbitrariedade. Nas entrevistas realizadas com os trabalhadores, eles relatam que o pior aspecto da condição informal nas ruas é ficar vulnerável à corrupção. O capítulo 3 aprofunda essa questão.

O grande medo do Poder Público local é que a legalização de todos os trabalhadores possa aumentar ainda mais o comércio de rua e inviabilizar as atividades no espaço privado e

Figura 13- fonte: Arquivo do Estado de São Paulo/ Fundo Última Hora.
"Vendedora de Frutas" Brasília, 1960 (Mello & Novais, 1998)

circulação de pedestres. Ao proteger uma pequena minoria - 10% no levantamento de campo, deixa os outros 90% vulneráveis à corrupção ou clientelismo. Explico melhor no capítulo seguinte os dados colhidos em campo.

d. PRECARIIDADE E EXCLUSÃO SISTEMÁTICA

Subdesenvolvimento para Prado Jr., é "a incapacidade das nações emergentes romperem os nexos de dependência herdados da colonização e integrarem, em condições de relativa igualdade, o conjunto de sua população no mercado de trabalho" (PRADO JR, *apud* SAMPAIO JR, 1999). Isto ocorre, segundo Sampaio Jr. (1999) à "frouxidão dos laços do capital com o trabalho e à volatilidade dos vínculos do capital com o espaço econômico nacional."

A história brasileira para Prado Jr. seria resultante de movimentos de avanços e retrocessos, quando não de completa neutralização: "Resultará uma consequência final, e talvez a mais grave: é a forma que tomou a evolução econômica da colônia. Uma evolução cíclica, tanto no tempo como no espaço, em que se assiste sucessivamente a fases de prosperidade estritamente localizadas, seguidas, depois de maior ou menor lapso de tempo, mas sempre curto, do aniquilamento total." (PRADO JR. 2000)

Mais adiante ele justifica: "Esta evolução cíclica, por arrancos, em que se assiste sucessivamente ao progresso e ao aniquilamento de cada uma e de todas as áreas povoadas e exploradas do país, uma atrás da outra, não têm outra origem se não o caráter da economia brasileira: é em bases precaríssimas que ela assenta. Não constitui a infra-estrutura própria de uma população que nela se apóia, e destinada a mantê-la; o sistema organizado da produção e distribuição de recursos para a subsistência material dela; mas um "mecanismo", de que aquela população não é senão o elemento propulsor destinado a manter seu funcionamento em benefício de **objetivos completamente estranhos**. (grifo meu) Subordina-se, portanto, inteiramente a tais objetivos e não conta com forças próprias e existência autônoma." (PRADO JR. 2000)

Para Prado Jr. aquelas pessoas que ficaram à margem dessas idas e vindas: "são restos, farrapos de uma pequena parcela de humanidade em decomposição" (PRADO JR. 2000), ou o que anteriormente ele chamou de "exército permanentemente marginalizado".

Nesse sentido, os trabalhadores informais são aqueles que, contraditoriamente, ao mesmo tempo em que pegam carona na modernização das formas de consumo, estão à margem desta

Figura 14- fonte: Arquivo agência Estado. autor: desconhecido. "o rapa no " Rio de Janeiro, ~1950. publicado em março de 2002.

mesma economia, porque não podem usufruir os benefícios desta prosperidade. O trabalhador informal faz parte deste "exército permanentemente marginalizado" porque sua baixa escolaridade não lhe dá alternativas para que tenha acesso ao mercado formal de trabalho, cujas exigências estão aquém do seu aprendizado.

Como não pode comprovar sua renda, não tem acessibilidade a créditos a longo prazo ou qualquer outro tipo de financiamento. Apesar de estar à margem dos benefícios, ele depende da prosperidade alheia para sobreviver. Adiante veremos as contradições presentes no trabalho de rua.

Quando Prado Jr. argumenta que nossa economia se assenta em bases precaríssimas, ele mostra a fragilidade do significado do desenvolvimento no país. À população, cabe somente ser elemento propulsor de "benefícios de objetivos completamente estranhos" (PRADO JR. 2000). Nas entrevistas com os trabalhadores informais nos espaços públicos, os mesmos possuem a crença de que estão plenamente engajados na engrenagem do desenvolvimento do país, porém, não entendem como não podem integrá-lo. A eles resta um serviço público ruim e uma qualidade de vida nada razoável.

e. TRABALHO E VADIAGEM

A origem do trabalho livre no Brasil é controversa porque, concomitante ao processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, já consolidara o processo de marginalização de parte da força de trabalho: "antes da Abolição, os livres e pobres só realizavam as tarefas que os escravos não podiam fazer, e depois de 1888, couberam-lhe as atividades mais degradadas e mal-remuneradas." (KOWARICK, 1994)

Os trabalhadores nativos também iriam sofrer a concorrência dos trabalhadores imigrantes recém- chegados, os quais para o Estado, eram os mais aptos ao trabalho disciplinado e regular, em detrimento da mão de obra nativa: "São refratários ao trabalho organizado, porque sendo mínimas suas necessidades, não precisam se alugar para outros de forma contínua. [...] De resto, a disponibilidade para nada fazer – agora introduzo essa nova dimensão da assim chamada vadiagem, o desamor ao trabalho e a possibilidade do ócio e do festejo." (KOWARICK, 1994)

O que se verificou, apesar da então recém Abolição da Escravatura, que a condição do trabalho livre era, na verdade, constante e impunemente aviltada pelas regras de submissão à exploração da mão-de-obra: "Liberdade significava não só a escolha de locomover-se por um

pauperismo itinerante, como também, sobretudo, a possibilidade de desobedecer." Era, portanto, inadmissível submeter-se aos desmandos daqueles que eram antes senhores de escravos e depois se transformaram em patrões "sem mudarem a mentalidade senhorial e despótica de lidar com o homem livre." Dessa forma, a este trabalhador livre só restava a vida errante e, dessa forma, ser visto como "corja inútil, ralé instável, vadio que nada servia." (KOWARICK, 1994)

Esta massa que não chegou a ser incorporada mesmo a partir da inauguração do trabalho livre, para Kowarick (1994) formaria "uma massa desenraizada, que não foi incorporada ao processo produtivo até 1930, quando a economia viria a apresentar maior grau de desenvolvimento e diversificação."

Assim como aconteceu no campo, na indústria, o trabalhador nativo foi incorporado, segundo Kowarick, de forma acessória e residual. Somavam-se ainda os preconceitos de cor, particularmente sobre o negro e mulato, "que trazia estampada na pele a pecha que a escravidão tão forte sedimentara". (KOWARICK, 1994)

Em resumo, é possível concluir que este "exército permanentemente marginalizado do mercado de trabalho" e seus descendentes sucessivamente iriam enfrentar todas as dificuldades de acesso às oportunidades de emprego em um mercado de trabalho cada vez mais excludente e restritivo.

f. ECONOMIA PREDATÓRIA

Para Buarque de Holanda (1995), "economia predatória" significou no Brasil, fundamentalmente, a ocupação do território sem haver, por exemplo, o planejamento urbano das cidades espanholas, e sem a preocupação de "sustentar" este território ocupado, do ponto de vista de sua sustentabilidade econômica, humana e ambiental. Sustentabilidade econômica não significa continuidade da lavoura, que Buarque de Holanda chamara de "desleixada". Significa a continuidade, sustentação e organização da economia. Em outras palavras, Caio Prado Jr. (2000) também revelou a ausência de uma sociedade verdadeiramente comprometida com um projeto nacional a longo prazo.

Sustentabilidade humana ou social significaria no Brasil a preparação e responsabilidade com a mão de obra brasileira. Desde o começo, a adoção da mão de obra escrava em detrimento da assalariada foi, se não uma opção improdutiva, em última instância, um equívoco: "sinuosa até na violência, negadora de virtudes sociais, contemporizadora e narcotizante de qualquer energia

realmente produtiva, a 'moral das senzalas' veio a imperar na administração, na economia, nas crenças religiosas dos homens do tempo". (HOLANDA, 1995)

Sustentabilidade ambiental significou no Brasil a não preparação do solo para que ele seja fértil e fecundo a mais de uma geração. A lavoura do tipo predatório no Brasil significava o desprezo pelas chamadas "técnicas superiores", porque em pleno XIX ainda se utilizava o arado no Brasil. (HOLANDA, 1995) Esta opção representou o comprometimento, muitas vezes definitivo, das terras para futura utilização.

Nossas cidades são testemunhas disso e, em particular, o trabalho informal nos espaços públicos. Mesmo diante de suas idiossincrasias, ele não está isento dessas descontinuidades herdadas ao longo de todos estes anos (ou séculos?).

Primeiro porque, a economia informal, por ser, na sua maioria, uma economia de sobrevivência, é uma saída instantânea para gerar capital que não está vinculada à nenhum ciclo produtivo com benefícios para o país. A informalidade impede a retenção de impostos nos vários níveis do processo. Tanto na manufatura do produto, quando este é contrabandeado, roubado ou falsificado; na distribuição, pois os intermediários não declaram obviamente seus negócios; quanto na venda: não há nota fiscal, imposto sobre o comércio, etc.

Segundo, este comércio não exige formação educacional ou capacitação técnica do trabalhador. Portanto, que tipo de capital humano estamos formando para o País?

Terceiro, a ocupação nos espaços públicos é sempre controversa, pois a forma de ocupação caótica e improvisada não é condizente com um interesse coletivo de circulação, de limpeza e acessibilidade públicas. Por outro lado, nossa literatura e pintura, de Machado de Assis até Debret trataram de mostrar que no espaço público, através destes vendedores, foi possível a democratização, as trocas e a geração de uma cultura de rua peculiar. Podemos mencionar, especialmente, os artistas de rua, cujas apresentações são símbolos emblemáticos da tradição do folclore brasileiro. No capítulo 2 há um mapa com a localização dos artistas e *performers* dos espaços públicos.

g. RELAÇÕES NÃO DEMOCRÁTICAS E PROCESSO NÃO RACIONALIZADO

Relações não democráticas e processo não racionalizado significou, para Buarque de Holanda, a não absorção das relações modernas institucionais que já eram vistas em outros países.

Isto não seria uma incapacidade pelo “gosto” capitalista: “O que principalmente os distingue é, isto sim, certa incapacidade, que se diria congênita, de fazer prevalecer qualquer forma de ordenação impessoal e mecânica sobre as relações de caráter orgânico e comunal, como são as que se fundam no parentesco, na vizinhança e na amizade.” (HOLANDA, 1995)

Sucedee que justamente a repulsa firme a todas as modalidades de racionalização e, por conseguinte, de despersonalização tem sido, até nossos dias, um dos traços mais constantes dos povos de estirpe ibérica. Para retirar vantagens seguras em transações com portugueses e castelhanos, sabem muitos comerciantes de outros países que é da maior conveniência estabelecerem com eles vínculos mais imediatos do que as relações formais que constituem norma ordinária nos tratos e contratos. É bem ilustrativa à respeito a anedota referida por Andre Siegfried e citada em outra parte do livro, acerca do negociante da Filadélfia que verificou ser necessário, para conquistar um freguês no Brasil ou Argentina, principiar por fazer dele um amigo: Dos amigos, nota um observador: ‘tudo se pode exigir e tudo se pode receber’, e esse tipo de intercurso penetra as diferentes relações sociais.

[ ] Assim, raramente se tem podido chegar, na esfera dos negócios, a uma adequada racionalização; o freguês ou cliente há de assumir de preferência a posição do amigo. (HOLANDA, 1995)

A comprovação mais curiosa deste argumento de Buarque de Holanda é a relação orgânica entre os setores formal e informal. O que poderíamos esperar de uma relação de oposição é, na realidade, um intercâmbio, através de troca de favores e informações. Observou-se no levantamento de campo que, muitas vezes, é o próprio setor formal que investe no setor informal, através da montagem de barracas na frente da calçada dos próprios estabelecimentos que somam às barracas dos informais.

Em alguns casos, funcionários registrados no setor formal são demitidos para, na informalidade, tornarem-se parceiros dos estabelecimentos formais. Outro exemplo banal, porém revelador, é a permissão do acesso livre aos sanitários do setor formal pelos trabalhadores informais. Isto só acontece pois há uma troca: os informais são clientes dos estabelecimentos. Essa relação de interdependência será melhor investigada e demonstrada nos demais capítulos.

i. ORGANIZAÇÃO DAS ELITES, DISPERSÃO DOS TRABALHADORES

Segundo Vera da Silva Telles (1994), é recente a construção de espaços sociais e políticos como práticas de resistência. Para Telles, é vital a: “Construção de um espaço político enquanto espaço público, que não se dissolva ou seja absorvido pelo Estado, tal como têm acontecido na história brasileira”. (TELLES, 1994) Veremos no capítulo 3 como o trabalho de rua é vulnerável à cooptação de parte do aparelho do Estado em troca do acesso restrito às oportunidades de licença para a atividade.

No que diz respeito aos trabalhadores informais, a reivindicação por melhores condições de trabalho não passa por um conflito de classes ou institucional, já que sua clandestinidade não o legitima em relação ao Estado ou a nenhuma instituição. Segundo um representante de um sindicato da categoria, José Arthur, o grande obstáculo é a “própria ausência de um consenso entre os sindicatos e a Prefeitura contribuindo para esta fragmentação”.

A dificuldade de um consenso da categoria se traduz na pulverização dos sindicatos e associações, cujas divergências políticas e ideológicas dificultam não só um pacto entre eles, como a impossibilidade de pensar formas de cooperação nas cadeias de intermediação e venda de mercadorias. Veremos no capítulo 6 as vantagens comparativas da organização da categoria, amparada por redes de assistência e suporte institucionais.

INFORMALIDADE: PROCESSO?

A escolha do termo "Processo de Informalidade" foi adotado a partir do conceito da economista Maria Cristina Cacciamalli Souza, como um *continuum* em constante transformação: "no momento contemporâneo, tendo em vista as transformações estruturais na produção e nas instituições que estão se manifestando no âmbito global, nas regiões e localidades, o processo de informalidade deve ser associado às diferentes formas de inserção do trabalho que se originam dos processos de reformatação das economias mundial, nacionais e locais." (CACCIAMALLI, 2000).

Cacciamalli entende a informalidade como um processo devido ao variado espectro entre a formalidade e informalidade, que revelam diferenças quantitativas e qualitativas de cada uma das subcategorias ao longo do tempo.

Basicamente, os sistemas de informação oficiais do Brasil (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD – da Fundação IBGE e Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED – da Fundação SEADE) permitem desagregar do total de ocupados – os assalariados sem registro e os trabalhadores por conta própria.

Os trabalhadores informais que ocupam o espaço público para o exercício do comércio e prestação de serviços incluem-se, na sua totalidade, na categoria de trabalhadores por conta-própria, categoria esta que inclui também aqueles que ocupam o espaço privado. É importante ressaltar que, respectivamente, os níveis de emprego e de renda de cada uma destas duas categorias de trabalhadores por conta própria são determinados por mecanismos distintos, como é mostrada na pesquisa 'Economia Informal nas regiões metropolitanas brasileiras' do IBGE (1997, 2005).

1. Processo em escala mundial

a. PRINCIPAIS CAUSAS:

Segundo Cacciamalli (1987): "A configuração de um setor informal numa dimensão espaço-temporal específica absorvendo elevados contingentes de trabalhadores com baixa qualidade de força de trabalho e propiciando baixos níveis de renda a seus integrantes pode estar expressando a debilidade não do setor informal em si, mas do processo e padrão de desenvolvimento

Figura 15- fonte: jornal O Estado de São Paulo. "Desemprego de 9,3% é recorde em São Paulo". 24 de Outubro de 2002.

capitalista em marcha, refletido por um perfil do setor formal". A inabilidade sistemática de absorção de mão-de-obra devem-se, sobretudo, aos processos de reestruturação produtiva; à internacionalização e a expansão dos mercados financeiros; a uma maior abertura comercial das economias; e desregulamentação dos mercados.

Para o economista Gilberto Dupas, a internacionalização do mercado acarreta um fracionamento da cadeia produtiva, ou seja, empresas transnacionais que possuem filiais especializadas pelo mundo, se associam às empresas menores terceirizadas, onde prevalece relações informais de trabalho: "Por um lado, o esquema de produção se dá em um sistema globalmente descentralizado de grandes corporações industriais que competem entre si. Por outro, micro, pequenas e médias empresas locais, várias delas utilizando práticas informais, encontram espaço para se integrarem à lógica das novas cadeias produtivas." (DUPAS, 1999)

Pochmann (1999), por outro lado, associa principalmente à mudança no papel do Estado. Para ele, a informalização está relacionada à desestruturação do "Estado de Bem Estar Social" e à conseqüente mudança nas políticas de incentivo ao emprego. Pochmann ainda se refere às recentes transformações tecnológicas que têm sido determinantes para a mudança do paradigma técnico-produtivo, influenciando decisivamente na quantidade da oferta de emprego.

Soto (1987) atribuiu a informalidade na América Latina como resultado de um processo contínuo de migrações internas que culminam na desproporção entre oferta e demanda por emprego. Para ele, a América Latina neste século, em particular, assistiu uma migração maciça sem o correspondente de infra-estrutura urbanística e políticas de inclusão ao emprego formal. Soto tem uma visão eminentemente liberal porque acredita que modificando o arcabouço fictício de proteção trabalhista na América Latina é possível ampliar o acesso às oportunidades de emprego:

Regras que excedem o limite nominativo socialmente aceito, não ampara as expectativas, escolhas e preferências de quem não pode cumprir tais regras e o Estado não tem a capacidade coercitiva suficiente. (SOTO, 1987)

Cacciamalli (2000) confirma também esta hipótese quando afirma que as exigências legais vigentes não dão conta das mudanças estruturais econômicas, políticas e sociais em curso na América Latina.

Sassen (1987) argumenta, por outro lado, que a informalidade na América Latina está associada ao baixo poder aquisitivo da grande maioria da população, impossibilitada de assumir o consumo dentro dos patamares do varejo formal.

Figura 16- foto: Luciana Itikawa. local: r. Barão de Itapetininga. Novembro de 2001

Além disso, a reprodução da força de trabalho dentro do comércio informal de rua, segundo Gaber (1993), é mais rápida, uma vez que é realizada principalmente através da inserção da mão-de-obra não qualificada.

b. ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS

A principal consequência da informalidade como processo é a alteração dos direitos e deveres. Sobre isso, a economista Cacciamalli (2000) é muito enfática:

A expansão de formas de contratação que implícita ou explicitamente burlam a legislação laboral têm efeitos, não apenas sobre o uso indiscriminado do trabalho, mas sobre a cidadania, pois os assalariados sem registro, por um lado não têm acesso a um conjunto de garantias sociais e por outro não compõem um corpo coletivo. Não têm direitos, nem obrigações. Soma-se a isso o fato de que essas contratações sonegam receitas ao Estado, restringindo o fundo público da seguridade social, além de limitar a implementação de outras políticas sociais, podendo implicar deterioração nas condições de vida de determinados estratos. (Cacciamalli, 2000)

O economista Pochmann também confirma esta hipótese:

A geração de ocupações com baixa qualidade (atípica, irregular, parcial), que no padrão sistêmico de integração social estaria associada à exclusão relativa do modelo geral de emprego regular e de boa qualidade, surge como exemplo de incorporação economicamente possível. Dessa forma, distanciam-se as possibilidades de estabelecimento de um patamar de cidadania desejada. (POCHMANN, 1999)

Segundo Harvey, o capital fordista era marcado por uma rigidez: o grande capital, o grande governo (welfare state) e o grande trabalho (grande sindicato) contrapõem-se hoje com a flexibilidade na produção, no trabalho, no consumo e, com ela, a quebra do Estado providência, da organização sindical, do pleno emprego, enfim, da certeza individual e familiar sobre o futuro. (HARVEY, 1993)

Para Castells, um dos efeitos do enfraquecimento do sindicalismo é o enfraquecimento da negociação, da organização social e influência política. (CASTELLS, 1989). Isso é particularmente perverso porque a representatividade de uma liderança da categoria fica ameaçada, não mais servindo como interlocutora nas decisões cruciais com a sociedade e com o governo. Nesse sentido, o espaço público, no seu sentido mais amplo, seria o local para este debate e interlocução.

Figura 17- fonte: jornal O Estado de São Paulo. "Governo prepara combate ao trabalho informal". 06 de Fevereiro 2000

c. IMPACTO NA ESCALA NACIONAL

Segundo Pochmann, as políticas macroeconômicas nacionais adotadas a partir da reabertura política da década de 1990 foram decisivas para o aumento da informalidade. Segundo ele, as taxas de desemprego em 1998, o excedente de mão de obra representava 39% da força de trabalho enquanto que em 1979 significava cerca de 18%, ou seja, um aumento de 158%. (POCHMANN, 1999).

Segundo Dupas, "a partir da década de 90, há uma ruptura do antigo paradigma do mercado de trabalho, com a explosão do trabalho informal ou flexível para um patamar de 54,2% nas principais regiões metropolitanas brasileiras, no ano de 1998." (DUPAS, 1999) *(veja gráfico ao lado)*

Recentemente, com a privatização do setor de telecomunicações – telefonia, internet etc., verificou-se a substituição dos centros de decisão, substituição destes produtos de comunicação e serviços nacionais por importados; e a internacionalização de estabelecimentos empresariais com redução dos centros de pesquisa. Isso afetou indiscutivelmente a qualidade, a localização, a oferta e o tipo do emprego, que se submeteu às exigências da mão de obra para adequar-se à esse novo paradigma tecnológico.

A implantação do modelo de substituição de importações (produção brasileira de manufaturas) apesar de estruturar e consolidar parte do parque industrial nacional, não o realizou de forma completa territorial e setorialmente. Isto traria prejuízos tanto na estrutura quanto na localização do emprego, acarretando o rompimento de alguns elos da cadeia produtiva e o fechamento e transferência de algumas empresas. A mobilidade da mão de obra à procura destas oportunidades de emprego, já não possui o mesmo padrão de algumas décadas atrás.

Na medida em que o triângulo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte acumulam 70% do total de empregos oferecidos pelo país (MELO, 2000), é possível enxergar o extremo desequilíbrio entre as regiões, resultado das diferentes graus de estruturação do setor produtivo e consequentemente, do grau de organização dos trabalhadores.

Assim como a divisão regional do trabalho formal é muito discrepante entre as regiões do Brasil, o mesmo acontece em relação ao trabalho informal. As pesquisas sobre economia informal do IBGE (1997, 2005) mostram que a distribuição regional do trabalho informal nas regiões do Brasil é irregular, o que revela graus diferentes de organização do mercado de trabalho, provenientes de

Figura 18 e 19- Em 1999: o Setor Formal representava 45,8%; e o Setor Informal: 54,2%. Em 2004, o Formal 45,1%; Informal 54,9%. (DUPAS 1999, 2004)

diferentes intervenções do Estado e dos sindicatos na proteção do emprego e na garantia dos benefícios trabalhistas.

A distribuição desigual do trabalho pelo território é, na verdade, uma questão ainda mais complexa, que diz respeito, sobretudo, à distribuição desigual do progresso tecnológico no país, revelando uma desarticulação interna do mercado de trabalho, com consequências perversas para as desigualdades regionais:

Em face da transnacionalidade da economia, a opção do *laissez faire* significa hoje em dia, em subsistema dependentes, renunciar a ter objetivos próprios, aceitar progressivamente a desarticulação interna, quiçá a perda mesma do sentido de entidade nacional. Convém acrescentar que essa desarticulação traz consigo o agravamento das desigualdades geográficas dentro de um mesmo país, concentração social da renda, marginalização de amplos segmentos da população, enfim crescentes custos sociais. (FURTADO *apud* SAMPAIO JR., 1999)

Para Furtado, a questão da técnica passa fundamentalmente pela escolha e planejamento da sua localização: “O problema de escolha de tecnologia, de **adequada localização** (grifo meu), enfim todos os critérios de racionalidade são relegados a segundo plano [no Brasil]” (FURTADO *apud* SAMPAIO JR., 1999)

Concluindo, a informalidade é dependente das transformações macroeconômicas, não se manifestando como um fenômeno autônomo e local. As pesquisas do IBGE (1997, 2005) e SEADE (2000), mostram os impactos nas principais regiões metropolitanas e também especificamente na região metropolitana de São Paulo.

Figura 20- fonte: jornal O Estado de São Paulo. "Sem emprego, vale tudo para ganhar a vida. 27 de Julho de 2003

d. IMPACTO NA ESCALA LOCAL

Impactos sobre a região metropolitana de São Paulo

A informalidade é um fenômeno amplo, verificado não só no emprego, como na habitação, nas relações civis, etc. Em São Paulo, por exemplo, apesar do auge da modernização da indústria nas décadas de 60 e 70, ainda prevalecia o acesso às infra-estruturas urbanas de maneira informal:

A industrialização baseada em baixos salários determinou muito do ambiente a ser construído. Ao lado do grande contingente de trabalhadores que permaneceu na informalidade, os operários empregados do setor industrial não tiveram seus salários regulados pelas necessidades da sua reprodução, com a inclusão de gastos com moradia, por exemplo. A cidade ilegal e precária é um subproduto dessa complexidade verificada no mercado de trabalho e da forma como se processou a industrialização. (MARICATO, 2001)

São Paulo foi, durante quase toda a sua história, uma cidade caracterizada pela existência do trabalho. Depois da crise no começo da década de 90, o setor de serviços, embora crescente, não chega a absorver mão-de-obra no ritmo do crescimento da demanda. (MELO, 2000)

A pesquisa realizada pela Prefeitura de São Paulo em 2001 que revela o perfil dos desempregados no município de São Paulo desmistifica o setor terciário como absorvedora de mão-de-obra vinda da indústria.

A pesquisa do Instituto Florestan Fernandes (2000) desmistifica o perfil da metrópole terciária: "A reconversão econômica do Município de São Paulo não pode, entretanto, ser explicada pela transição da metrópole industrial para a de serviços. Entretanto, esse processo, segundo a pesquisa deve ser circunstanciado: a indústria brasileira ainda apresenta grande concentração no Estado de São Paulo, do qual a metrópole é o centro gestor. Existem indústrias que permanecem e realizam grandes investimentos dentro da Região Metropolitana e do Município de São Paulo : 40% dos investimentos realizados nos anos de 1998 e 1999 na metrópole ocorreram na indústria de transformação.

Segundo o diagnóstico do Instituto Florestan, é possível verificar uma nova **reconfiguração espacial** deste novo perfil de indústria, assim como do comércio, prevalecendo relações espaciais

Figura 21- foto: Luciana Itikawa. local: ladeira General Carneiro. Outubro de 2002

com a demanda e especificidades dos consumidores. É possível verificar que **dentro desta reconfiguração espacial estejam reconfigurações nas relações trabalhistas** (grifo meu):

Nas novas territorializações da produção em São Paulo convivem a modernização tecnológica e gerencial das empresas mais capitalizadas, em geral transnacional, e a precarização dos vínculos empregatícios e das condições de trabalho nas micros e pequenas unidades.

Os empregos criados pelo terciário diferem em qualidade dos postos na indústria. O comércio e os serviços criam um aumento nos extremos da estrutura de renda: por um lado, cresce a demanda por altos executivos, serviços de consultoria, assistência técnica de ponta, operadores do mercado financeiro, pesquisadores qualificados. Por outro lado, cresce a demanda por serviços de baixa remuneração como faxineiros, auxiliares de escritório, garçons e sobretudo o imenso contingente de autoempreendedores que atuam principalmente na informalidade. Os empregos desaparecidos na indústria eram em grande parte de trabalhadores especializados, de remuneração média e difícil recolocação no mercado de trabalho.

À medida que as indústrias saem da cidade, os bairros onde estas se localizavam podem ser repovoados com usos residenciais, comerciais e de lazer. Entretanto, os novos megainvestimentos terciários, como os shopping centers e hipermercados, dentre outros, que estão ocorrendo nessas áreas mais antigas têm produzido uma fragmentação do tecido urbano-social, desenhando verdadeiros enclaves urbanos e muitas vezes impactando negativamente os centros tradicionais de compras e serviços. (IFF, 2000)

Essa territorialização que justapõe grandes shopping centers, pequenos estabelecimentos de comércio e serviços em assentamentos residenciais populares produz uma nova espacialidade da desigualdade, constituindo uma estrutura em que convivem a fragmentação e a dualização (TASCHNER e BÓGUS, 2000).

A novidade que a economia informal exercida nos espaços públicos nos traz é a contigüidade/ justaposição da economia informal com a formal em uma escala muito pequena, do corpo a corpo. (grifo meu)

Essa justaposição entre formal e informal pode ser verificada, por exemplo, em toda a extensão da Ladeira gal. Carneiro, no centro de São Paulo, onde convivem no mesmo espaço, produtos dos trabalhadores de rua e mercadorias das lojas vendidas irregularmente no espaço público, aproveitando o grande fluxo de pessoas. *(veja foto ao lado)*

DILEMAS DA INFORMALIDADE

1. Diferença tênue entre formal e informal

Não há como definir de uma forma estanque a formalidade e a informalidade. Muitas vezes, a combinação das duas, dentro de uma empresa, é a mais recorrente. Há na sociedade, portanto, um certo grau de tolerância em relação à informalidade como um todo, uma vez que, em alguns casos, ela é enxergada como flexibilidade, otimização: “O empreendimento informal está absolutamente inserido no processo de flexibilização e descentralização em rede do emergente gerenciamento industrial.” (CASTELLS, 1989) Na prática, essa fronteira é bem mais fluida e varia segundo as condutas eticamente aceitas pela sociedade.

No entanto, segundo Manuel Castells, o conflito surge quando o informal se torna ilícito: “Em alguns casos, informal é crime pelas instituições. Atividades criminais, no entanto, possuem suas especificidades. “Isso não significa, porém que relações entre a criminalidade e o setor informal não existam.” (CASTELLS, 1989)

É comum a sociedade tratar a informalidade como uma transgressão *a priori*. Verificou-se em campo, entretanto, que nem todas as cadeias de produção, distribuição e comercialização que alimentam o comércio de rua são informais. Em alguns casos, são os mesmos fornecedores dos lojistas. O capítulo 2 mostra esta diferença tênue entre formal e informal. O argumento que foca somente a ilegalidade do comércio de rua tem sido instrumental para ações gentrificadoras no Centro de São Paulo. Trato deste assunto com profundidade no capítulo 4.

2. Custos para a economia e para o urbano

- a. USO IRRACIONAL DA MÁQUINA URBANA: Acesso informal às infra-estruturas urbanas: “gatos” para acesso à energia elétrica, descarte irracional do lixo produzido;
- b. NÃO RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS DA ATIVIDADE: Há um grande desperdício de recursos que é alocado para sustentar a falta de legalidade da atividade: corrupção, segurança, comunicação para escapar da fiscalização, etc. (ver capítulo 3). Esses recursos poderiam ser investidos na ampliação do próprio negócio e o lucro poderia ser canalizado como contribuição de impostos ao Poder Público;

Figura 22- foto: Giovanna Pessoa. local: Bahia. Julho de 2002.

Figura 23- foto: Luciana Itikawa. local: r. Direita. Outubro de 2002

c. **DESINCENTIVO AO PROGRESSO TECNOLÓGICO:** Não há investimento na utilização de novas tecnologias para dinamizar a comercialização das mercadorias, uma vez que não há formação para o exercício da atividade e uma rede de suporte institucional que incentive a renovação tecnológica;

ficuldade de informações cadastrais - dificuldade de diagnóstico: O não cadastramento dos trabalhadores devido à maioria deles estar na clandestinidade (cerca de 90% sem licença) faz com que as decisões políticas sejam excessivamente especulativas.

3. Precariedades

a. **INCERTEZA:** Para Cacciamalli (2000), a informalidade significa também relações não contratuais: "Dessa maneira, as diferentes situações criadas pela economia informal, se por um lado respondem à demandas legítimas e encaminham possíveis soluções no âmbito da nova ordem econômica e social, por outro constituem focos de tensões e de desigualdades sociais, pois o vácuo de regras legais ou consensuais, num ambiente intensivo em competitividade, causa maior grau de incerteza". (CACCIAMALLI, 2000)

b. **INSTABILIDADE:** "Tudo passa a depender do próprio indivíduo, até a criação e a estabilidade do seu próprio trabalho, além de questões como assistência médica e aposentadoria. Além do mais, férias, feriados e fins de semana do trabalhador informal têm sabor de renúncia de renda, e não mais de direito adquirido." (DUPAS, 1999) Alguns trabalhadores preferem pagar vigilância particular para tomar conta do ponto e das mercadorias. Segundo levantamento de campo de Ramires (2002), o valor vai de R\$20,00 a R\$30,00/mês;

c. **CLIENTELISMO E CORRUPÇÃO:** estas questões são analisadas no capítulo 3;

d. **Inacessibilidade ao crédito:** Um trabalhador de rua declarou que viver na informalidade significa não ter os pré-requisitos para acesso aos bens materiais: "Para conseguir alugar uma casa, para obter empréstimos, para compras a crédito, é preciso sempre uma pessoa que possa comprovar renda". (O Estado de São Paulo, 06/02/2000);

e. **AUSÊNCIA DE TEMPO SOCIAL:** A auto-exigência do trabalho intensivo como garantia de renda leva a alguns extremos na quantidade de horas trabalhadas, que em muitos casos ultrapassam de 10 a até 14 horas por dia: "a complexidade do cotidiano do trabalho altera as relações tradicionais entre os diversos usos de tempo social: tempo de trabalho, tempo livre, de ócio, de compromissos

Figura 24- foto: Luciana Itikawa. local: Viaduto do Chá. produto: ervas.
Novembro de 2001

Figura 25-
produto: DVDs e
vídeos.
foto: Luciana
Itikawa. local:
Anhangabau.
Novembro de 2001

voluntários, de obrigações familiares e sociais" (CAVESTANY, 1997) Um relato colhido por Ramires (2002), mostra particularmente a ausência do descanso como um dos aspectos perversos da atividade na rua, somados à ausência dos benefícios trabalhistas: "Adriana, 37 anos, lamenta a ausência de férias, 13º salário, descanso".

4. Contradições

a. EXPLORAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA?: Há uma contradição neste fenômeno que se refere às relações de trabalho e hierarquias dentro de um grupo: se o trabalhador não faz parte de nenhum grupo, a auto-exigência é muito forte, principalmente no que diz respeito ao cumprimento das metas diárias, mesmo que isto signifique mais horas de trabalho. Por outro lado, se o trabalhador possui empregado ou é integrante de um grupo mais estruturado (como alguns grupos da rua 24 de Maio, por exemplo), ele tem direito **informal** (grifo meu) a alguns benefícios (13º, vale-refeição e transporte). Não foi possível, entretanto, verificar a porcentagem correta do alcance pago destes benefícios dentro de toda a categoria informal;

b. CATEGORIA DESORGANIZADA?: é comum dizer que o mercado de trabalho informal é, como um todo, desorganizado porque não tem mecanismos de regulação e sua ocupação espacial é desordenada. Porém, à medida em que um grupo se expande e se consolida, aumenta a demanda de força de trabalho para a sustentação desta estrutura, como por exemplo, a contratação de seguranças particulares, informantes, carregadores, "puxadores", etc. Nesse sentido, na medida em que aumenta a rede de trabalhadores, aumenta também a complexidade desta estrutura;

c. RENDIMENTO MENOR QUE NO EMPREGO FORMAL?: Ao contrário do que se supõe, o trabalho informal como um todo não significa um produto absoluto de exclusão social: a faixa de renda média do trabalhador informal *lato sensu*, segundo levantamento da CUT, é de R\$705,00, o que desmistifica que a informalização seja qualitativo de pobreza." (CUT, 2000) "Essas características não significam, entretanto, que eles não possam auferir níveis de renda superiores aos recebidos por parcelas de assalariados, com registro e sem registro, que possuam características pessoais similares (idade, sexo, escolaridade, etc.)". (CACCIAMALLI, 1983) O relativo sucesso e ganhos satisfatórios nas várias formas de auto-emprego e pequenas firmas familiares, muitas vezes ultrapassam o setor formal. (PRATES, 1989)

Alguns dados colhidos em campo demonstram que prevalece o trabalhador por conta-própria (termo

Figura 26- artista: repentista. foto: Luciana Itikawa. local: Viaduto do Chá. Outubro de 2002

Figura 27- artista: forrozeiro. foto: Luciana Itikawa. local: av. Ipiranga. Abril 2002

do IBGE) ou autônomo (termo SEADE) solitário nos espaços públicos, com ganhos mensais não superiores à R\$650,00 (vendedor de ervas - veja foto ao lado). Há, no entanto, grandes discrepâncias registradas no levantamento de campo, como por exemplo, casos de rendimentos mensais em torno de R\$ 3.000,00 a R\$5.000,00 (vendedor de DVD - veja foto na página anterior);

5. Potenciais

a. ECONÔMICO: Não há como negar os números que traduzem a economia informal no Brasil. Segundo Gilberto Dupas (2004), se a economia informal *lato sensu* significa 54,9% da economia total, ou seja, mais que a metade, quanto isto significa para o PIB nacional? Sem falar no montante que é desviado em corrupção ou não é recolhido em tributação de mercadorias importadas. É possível concluir, portanto, que se este potencial econômico existe, porém, não é aproveitado a fim de reverter benefícios para a própria categoria e para o país. Existe a crença que se esta economia clandestina permaneça porque tem laços orgânicos que a sustentam e que impedem de revertê-la para a formalidade. Veremos no capítulo 3 a quem interessa a informalidade

Os números recolhidos na pesquisa de campo, apesar de não representarem um estudo estatístico abrangente, são emblemáticos do ponto de vista do potencial de ganho diário nos espaços públicos. Tendem a ser menosprezados porque há a crença desta economia ser insignificante porque é considerada de sobrevivência. Porém, a existência de grupos organizados que ultrapassam 30 pessoas na rua e que estabelecem uma espécie de monopólio de venda, desmentem a fragilidade da atividade. **Nesse sentido, como legitimar práticas de determinados grupos que não permitem igualdade de oportunidades e acesso a um espaço que é eminentemente público?** (grifo meu)

b. HUMANO: Segundo Melo (2000), a faixa etária que mais ocupa os postos de trabalho no comércio informal nos espaços públicos é a faixa que vai dos 26 aos 35 anos, seguida da faixa que vai de 36 a 45 anos: "A primeira faixa com maior probabilidade de conseguir um emprego formal, no entanto, representa a de maior peso dentro da atividade informal". Estamos, portanto, falando de uma faixa etária na plenitude da sua força de trabalho e cujas chances de conseguir um emprego formal não correspondem à enorme demanda de pessoas que, segundo Pochmann (1999), compõem aquilo que ele chama de "desemprego juvenil".

c. CULTURAL: Para Soto (1987): "O primeiro espaço para o avanço da informalidade no comércio foi concedido pelos próprios formais ao conferir à atividade dos ambulantes um reconhecimento

consuetudinário como parte da identidade cultural da cidade através dos séculos". É interessante observar que há uma certa tradição performática dos trabalhadores de rua no Brasil: "Para desempenhar uma performance na rua, há a necessidade de algum apelo que forme a roda em volta, circunscrevendo simbolicamente uma platéia. Nela, a fala persuasiva do orador é decisiva no sentido de atrair a atenção, descrever o evento, manter a platéia atenta". (FRÚGOLI, 1995) **Neste sentido, algumas vertentes que defendem a total erradicação da economia informal nos espaços públicos devem ser responsáveis também pela erradicação da idéia de uma economia que quase se mistura com uma identidade cultural popular urbana.** (grifo meu)

Além disso, também devemos considerar o "saber intuitivo acumulado pelos agentes populares em suas experiências de produção e reprodução." (CORAGGIO, 2000). Há, por exemplo, mecanismos seculares de práticas comerciais de cada povo que dificilmente são alteradas, nem por frentes modernizadoras ou práticas importadas.

ARTICULAÇÃO OU CONFLITO ?

A imprensa (ver reportagens de 1998 a 2006 anexas) mostra sempre situações de conflito entre os lojistas e trabalhadores de rua. Por outro lado, foi possível testemunhar no levantamento de campo que as vantagens e desvantagens da atividade na rua mostram que as fronteiras entre formal e informal não são assim tão refratárias como a imprensa insiste em expor:

Articulação porque é uma relação de interdependência:

- a. Alguns estabelecimentos da economia formal são fornecedores de mercadorias para a informalidade. Muitas vezes, as mercadorias são vendidas em consignação;
- b. A informalidade depende da infra-estrutura do espaço privado formal para satisfação das suas necessidades básicas: alimentação, depósito temporário das mercadorias ou equipamento e higiene pessoal. Em relação à alimentação, o trabalhador de rua acaba virando um cliente e usuário em troca dos serviços do estabelecimento;
- c. Nas entrevistas realizadas em campo, verificou-se que existe uma aliança oportunista do setor formal para obter vantagens no setor informal, também confirmada por D'Ângelo (2000): "Aliança espúrea do comércio formal com o informal: algumas lojas despedem seus empregados, vendem mercadorias à eles para serem vendidas nas barracas em frente à suas próprias lojas, mediante taxa".

Figura 28- fonte: jornal O Estado de São Paulo. "Camelôs e guardas entram em choque no Centro". 03 de agosto de 2002.

Conflito pela competição pelo espaço e mercado consumidor:

- a. Não há como sustentar uma competitividade desigual entre a formalidade e informalidade, uma vez que os impostos ocupam grande parte do orçamento do comerciante. O setor informal compete de forma desigual pelo mesmo mercado consumidor: "Não é regulado pelas leis da sociedade porém habita no mesmo ambiente onde as atividades são reguladas". (CASTELLS, 1989);
- b. O uso da para benefício pessoal será sempre polêmico enquanto não forem pactuados os limites entre os interesses públicos e o direito pela geração de renda;
- c. O trabalho de rua dificulta a circulação dos pedestres no espaço público, o acesso dos veículos de emergência e o acesso e abastecimento de carga dos estabelecimentos no espaço privado formal;

A ambiguidade entre conflito e articulação entre os lojistas e os trabalhadores de rua pode ser exemplificada através de um testemunho de um trabalhador de rua colhido por Ibanhes (1999):

Nós temos o apoio dos lojistas, porque sem nós isso aqui fica vazio, não vem ninguém comprar aqui, pergunta pra eles. Nós damos bem com o pessoal das lojas... não é só das lojas, dos que trabalham nelas, também dos escritórios, que pode comprar uma pilha, um presentinho que esqueceu... até camisa, teve gente que comprou uma nova e trocou aqui mesmo, ia ver um emprego e a outra tava suja...

Olha, tem lojista que reclama da bagunça, da sujeira que fica (...), mas nós estamos sempre procurando dialogar, limpar tudo, pode ver que quase todo mundo tem cesto delixo, que é pra evitar reclamação, mas os outros não ligam, sabem que a gente vende mercadoria diferente deles, não é competição ... tem comparador pra tudo, mas o produto nosso é diferente do deles, o freguês sabe, os lojistas sabem, todo mundo sabe. (...)

Em geral não temos problemas com os lojistas não, um ou outro é que não, mas isso também é em qualquer lugar, não é verdade? Sempre tem os que gostam, e os que não gostam de você, é assim mesmo.

Aliás pergunta pro gerente do banco 'X', se ele não adora que a gente fique aqui... ele se tocou, não colocou grade pros camelôs não sentarem na mureta, por que? Pode ver, tá sempre cheio de gente aqui. Você já imaginou entrando no banco aqui? Primeiro todo mundo ia ver ele entrando, ia ser um rebuliço... e outra coisa: como ele iria fugir? Os camelôs ajudam a atrair os ladrões. (...)

Figura 29- Trabalhador Fixo. foto: Luciana Itikawa. local: Largo da Memória. Novembro de 2001.

Figura 30- Trabalhador Provisório. foto: Luciana Itikawa. local: r. 25 de Março. Novembro de 2001.

Bom, eu e muitos outros aluga (sic) espaço nas lojas para guardar mercadorias à noite - e para fugir do 'rapa' da Prefeitura; então se o cara falar que não gosta de mim... tem alguma coisa errada né? (...)

Tem uns lojistas que gostam tanto de ambulantes, mais tanto, que montam barracas na própria calçada... de tanto que gosta! Ele monta a barraca, põe funcionário pra trabalhar e tudo! Tem disso também, porque assim o cabra pode fugir dos impostsos e de registrar na carteira os empregados dele. NO centro da cidade então é oque mais se vê acontecer! (...) (IBANHES, 1999)

PERFIL DO APARATO DE TRABALHO

1. Trabalhadores Fixos

Fixos são aqueles trabalhadores de rua que possuem o TPU (Termo de Permissão de Uso do Espaço Público), a permissão paga anualmente e renovada periodicamente. Apesar deles se preocuparem menos, em comparação aos colegas clandestinos, a licença é a título precário e nada garante que eles permanecerão no futuro no local permitido, uma vez que ficam submetidos à vontade política do Prefeito.

Com a ausência de perspectivas em relação ao futuro de seu negócio, os trabalhadores não investem nem mesmo na manutenção do equipamento. Na maioria dos casos, o aparato de trabalho é constituído apenas de uma lona como cobertura e uma estrutura de madeira para exposição das mercadorias. Em outros casos, são contêineres compactos fabricados industrialmente.

Tipos de aparatos ou equipamentos de trabalho: Contêineres, boxes, estruturas modulares leves, à prova de intempéries e que possam ser totalmente vedadas depois do horário de trabalho. Algumas destas estruturas permanecem no local de trabalho, outras, como é o caso das barracas metálicas cobertas com lona, são guardadas em guarda-volumes próximos.

Figura 31- Trabalhador Itinerante. foto: Luciana Itikawa. local: r. São Bento
Abril de 2002

Figura 32-
Trabalhador Itinerante.
foto: Luciana Itikawa.
local: Largo da Concórdia.
Setembro de 2001

2. Trabalhadores de ponto provisório ou “móveis”

Provisórios são aqueles trabalhadores que não possuem nenhum tipo de licença da Prefeitura e, por essa razão, não possuem um “ponto” como garantia da permanência e continuidade em determinado local. Por isso, escolhem o local segundo a rentabilidade, e acabam gerando conflitos com aqueles que possuem a licença e pagam por ocupar o espaço público.

Os aparatos de trabalho são ainda mais precários que seus colegas fixos. O aparato típico é composto de uma lona como cobertura que é tensionada na infra-estrutura urbana e uma mesa desmontável onde são expostas as mercadorias.

Tipos de aparatos ou equipamentos de trabalho: predominam as estruturas desmontáveis e/ou tensionáveis, e principalmente aquelas facilmente transportáveis: lonas que servem como coberturas ou que são estendidas no chão, utilizadas pelos chamados trabalhadores “para-quedistas”. Em alguns casos são mostradores metálicos onde eles penduram bonés, óculos, etc. e que são leves o suficiente para que eles arrastam pelo chão em caso de fuga.

3. Trabalhadores itinerantes

Itinerantes são aqueles trabalhadores em constante trânsito, não estabelecendo nenhum vínculo com nenhum local de trabalho, apesar de eventualmente escolherem um local de parada, que geralmente não passa de 30 minutos. Foram estudados cerca de 14 trabalhadores com estas características para poder entender a lógica dos trajetos escolhidos, a razão do local das paradas e a relação com o tipo de mercadoria. No capítulo 2 há um mapa com os diferentes trajetos.

Em todos os casos, o aparato de trabalho é composto de um carrinho ou até mesmo uma pequena estrutura que é acoplada no próprio corpo do trabalhador, para que facilite a constante itinerância. O carrinho é a imagem mais emblemática desta condição “em trânsito” dos trabalhadores itinerantes, pois o deslocamento passa a ser uma questão de sobrevivência nas ruas, evitando a fiscalização da Guarda Civil, o chamado “rapa”.

Tipos de aparatos ou equipamentos de trabalho: Carrinho, colete, maleta, guarda-chuva, bicicleta. Eles geralmente constroem um carrinho específico para se ajustar ao tipo de mercadoria; em outros casos, basta adaptar o aparato construído industrialmente (bicicletas, carrinhos de supermercados) acoplando cestas, caixas, etc. para colocar as mercadorias.

PERFIL DA MERCADORIA

1. Tipos de mercadoria

Compreender os diferentes tipos de mercadorias que são vendidas no espaço público é essencial para o entendimento da informalidade nas ruas, uma vez que a atividade reflete sobremaneira as recentes transformações econômicas e o perfil de consumo que sustenta a atividade. A principal característica a ser destacada é, sem dúvida, a origem e o padrão de qualidade dessas mercadorias que são reveladores da irracionalidade da modernização dos padrões de consumo brasileiros.

A contribuição de Celso Furtado é fundamental no entendimento da lógica da economia informal quando explica a introdução do progresso técnico no Brasil, bem como o grau e intensidade da difusão tecnológica no Brasil:

Nada choca tanto o observador da economia brasileira como a contradição entre o formidável potencial de recursos do país e o baixo nível de desenvolvimento alcançado por este até o presente. (...) Para explicar esta dinâmica perversa, nada me parece tão decisivo como o comportamento das elites tradicionais, que imitam os padrões de consumo dos países de elevado nível de desenvolvimento. Explica-se assim a tendência à concentração de renda e a forte propensão à importar. (entrevista de Celso Furtado concedida à Carta Capital, dez. 2001)

Para Furtado, a irracionalidade dos padrões de consumo, é resultado do avanço nas áreas de comunicação e transportes que “levam ao paroxismo a tendência das classes médias e altas dos países periféricos copiar os padrões de consumo e comportamentos vindos do centro hegemônico”. Furtado aponta nossa dependência pela tecnologia estrangeira devido à não consolidação do tecido industrial interno, uma vez que os investimentos tecnológicos na indústria ocorreram de forma descontínua. (FURTADO *apud* SAMPAIO JR., 1999)

O Censo populacional do IBGE 2000 revelou um aspecto ainda mais curioso dessa questão: não só a elite e a classe média copiam o padrão de consumo externo como as classes mais baixas, porém sem assumir os custos com tributação e padrão de qualidade determinados pela legislação.

A maioria das mercadorias vendidas na rua são cópias de marcas conhecidas, porém, à preços baixos. Esses produtos, cuja venda no setor formal os tornariam inacessíveis, são rebatidos os

Figura 33- foto: Luciana Itikawa. local: r. Barão de Itapetininga. Novembro de 2001

Figura 34- mercadoria: CDs pirateados. foto: Luciana Itikawa. local: r. Barão de Itapetininga. Novembro de 2002

custos sociais embutidos em todo o processo de criação, produção, distribuição até a comercialização.

A modernização no Brasil foi, para Furtado, uma “modernização mimética”, ou seja, o progresso técnico não avançou paralelamente nos bens de consumo e nos bens de produção. Para ele, houve uma reprodução de “padrões de consumo sofisticados sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos”. (FURTADO *apud* SAMPAIO JR., 1999) Maricato (2001) reproduz esta contradição entre modernidade do padrão de consumo e o ambiente construído:

Com a massificação do consumo de bens modernos, especialmente os eletro-eletrônicos, e também do automóvel, mudaram radicalmente o modo de vida, os valores, a cultura e o conjunto do ambiente construído”. “Da ocupação do solo urbano (...)até o interior da moradia, a transformação foi profunda, o que não significa que tenha sido homogeneamente moderna. Ao contrário, os bens modernos passaram a integrar um cenário onde a pré-modernidade sempre foi muito marcante, especialmente na moradia ou no padrão de urbanização dos bairros da periferia.

Há um paradoxo fundamental existente na condição daqueles que trabalham na rua: a mesma globalização que os coloca à margem da economia formal, é sua fonte de sobrevivência. Os produtos vendidos são, na sua maioria, os símbolos mais emblemáticos da globalização: marcas falsificadas ou contrabandeadas de multinacionais e acessórios que complementam o aparato desses produtos. A recente estabilização da moeda brasileira apesar de ter homogeneizado padrões de consumo, aprofundou ainda mais a distância entre as classes sociais. (grifo meu)

O significado da modernização no Brasil, para Furtado, paradoxalmente, é incompatível com uma dinâmica de desenvolvimento que venha de suas estruturas internas: “não resulta de transformações endógenas de uma economia pré-capitalista, mas de um processo de enxerto. Nesta última, de uma ou mais empresas ligadas ao comércio das economias industrializadas em expansão.” (FURTADO, *apud* SAMPAIO JR, 1999) A seguir, estão outras características das mercadorias observadas em campo:

a. Mercadorias produzidas artesanalmente são minoria: “A realidade mostra que as mercadorias comercializadas pelos informais é muitas vezes a mesma do setor formal, escasseando cada vez mais os camelôs que vendem produtos artesanais, personalizados, ou de fabricação própria.” (MELO, 2000);

Figura 35- foto: Luciana Itikawa. local: r. Direita. Novembro de 2002

b. Descartável: A maioria das mercadorias são de duração/validade não garantida, por isso, apesar do preço reduzido em relação àquelas vendidas com garantia, antecipam ainda mais o descarte;

c. Bens secundários: A maioria das mercadorias são de uso supérfluo, não correspondendo ao consumo básico para sobrevivência. Em alguns casos, elas complementam o uso de aparelhos eletrônicos ou são acessórios dos mesmos. Exemplos: antenas de TV, fones de ouvido, baterias, cabos e fios de telefone celular, etc.

O investimento na pesquisa para produção interna seria a única alternativa ao “consumo imitativo” que mina nossa criatividade cultural: “ O problema institucional maior que se coloca à sociedade brasileira é exatamente esse de estimular a capacidade criativa em todos os segmentos, capacidade que entre nós, têm raízes regionais”. (FURTADO, 1999)

2. Origem da Mercadoria

As mercadorias que são produzidas no Brasil são divididas basicamente em dois tipos: em alguns casos possuem os mesmos fornecedores dos estabelecimentos formais; em outros, são fornecedores exclusivos para a informalidade, cujo abastecimento possui uma logística específica de distribuição e localização. Infelizmente, não foi possível averiguar no levantamento de campo, a localização e o perfil exatos das cadeias produtivas que alimentam a informalidade. Entretanto, foi possível levantar que algumas delas são pequenas (até 10 funcionários) e que também empregam mão de obra informal, como as indústrias de “fundo de quintal” de vestuário existentes no Brás.

As mercadorias estrangeiras chegam de navios estrangeiros fazendo escala no porto de Santos. Depois disso elas entram pelas fronteiras permeáveis como Paraguai e Bolívia: “CDs piratas já são mais da metade de todos os CDs de música vendidos no Brasil. O prejuízo vai bem mais além dos R\$ 150 milhões de que o fisco deixa de arrecadar, e dos R\$ 600 milhões que a indústria de discos deixa de ganhar.” (JN, Globo, 04/2002 - ver mapa geopolítica da informalidade, capítulo 2)

3. Forma de venda

São três as formas de venda no espaço público:

a. Em consignação: Como alguns trabalhadores de rua não conseguem sustentar as perdas relativas

Figura 36- fonte: Revista Isto é. "O camelô que virou cineasta - Flávio Alves vende tênis e camisetas para pagar atores com cesta básica e assim terminar seu documentário". Julho de 2001

aos produtos não comprados, eles estabelecem um pacto com os fornecedores para a venda de produtos consignados. Cabe ao trabalhador na rua descobrir quais são os gostos dos consumidores, uma vez que é nesta proximidade com o consumidor que é possível observar as tendências e mudanças do perfil dos consumidores. Neste sentido, não deixa de ser uma pesquisa de marketing, ainda que não estruturada;

b. Varejo: A maioria das mercadorias vendidas é no varejo, já que o lucro vem do valor recebido por mercadoria individual. Conforme entrevista de campo, os trabalhadores procuram evitar ao máximo o número de intermediários para que não encareça o preço final da mercadoria;

c. Atacado em pequenas quantidades: o famoso "5 por 1 real" nas ruas é a forma mais sedutora do trabalhador chamar a atenção do consumidor sobre a vantagem da compra. Porém, como o trabalhador não consegue fazer estoque, a mercadoria vendida neste "atacado" é de tamanho e em porções reduzidas.

4. Local de armazenagem

Existem determinados perímetros no Centro onde os trabalhadores guardam suas mercadorias e os aparatos de trabalho. Como a atividade é exercida em pequena escala e vendida, na sua maioria, individualmente, o estoque não é centralizado: existe uma série de "guarda-volumes" próximos à região da venda de mercadorias, que tanto podem ser galpões exclusivos, quanto estacionamentos que constroem pequenos galpões para esta finalidade.

Verificou-se que a região da Luz, onde o preço da terra é inferior aos eixos de comércio mais dinâmicos (região da rua 25 de Março, rua 24 de Maio etc.) há uma grande concentração desses espaços. No capítulo 2 será mostrado um mapa com a localização dos estabelecimentos que armazenam as mercadorias dos informais.

RELAÇÃO COM O PODER PÚBLICO

Assim como existe uma relação ambígua do setor formal com o informal, também é ambígua a relação com o Estado. Para Dupas,

Agora, conformados com a flexibilização inevitável do trabalho, sociedade e Governo voltam-se para o setor informal em busca de uma vitalidade tal que permita manter níveis adequados de emprego, ainda que precários. Por este motivo, o setor informal padece de uma relação muito mal resolvida com o Estado porque ao mesmo tempo em que as autoridades vêem nele uma alternativa para a questão do emprego, tratam-no freqüentemente como marginal, já que nosso sistema tributário o encara, muitas vezes justificadamente, como agente de evasão fiscal. (DUPAS, 1999)

O grande problema desta indefinição dos papéis, tanto da categoria, quanto do Poder Público, leva a alguns abusos de ambos os lados: o Estado precariza seus direitos de cidadão, já que o trabalhador informal não é contribuinte; e este, na sua totalidade, não submete suas condutas aos parâmetros e regras impostos pelos governos municipal, estadual e federal.

Diferentes são os graus de tolerância com a atividade, que variam desde a “vista grossa” da clandestinidade, até relações mais orgânicas, como clientelismo, corrupção, etc.: “Ainda que a atividade informal seja freqüentemente ameaçada, ela sempre tende a se desenvolver sob os auspícios do governo. O Poder Público tolera ou até mesmo estimula atividades econômicas informais como uma maneira de resolver potenciais conflitos sociais ou promover clientelismo.

Essa é a experiência de muitas metrópoles que usam a informalidade como instrumento barato e fácil para a crise da habitação; ou como o governo Europeu, para aliviar a crise do desemprego e diminuir o aparato do Estado. A perda de controle sobre essas atividades é compensada pelo dinamismo provocado pelo crescimento econômico. Para Castells (1989), a informalidade é uma nova forma de controle social”. No capítulo 3 discutimos o aproveitamento oportunista da clandestinidade por parte do aparelho do Estado.

Figura 37- foto: Luciana Itikawa. local: r. Barão de Itapetininga. Novembro de 2001

Figura 38- foto: Luciana Itikawa. local: r. Quintino Bocaiuva. Novembro de 2001

RELAÇÃO COM O CONSUMIDOR

A relação do trabalhador de rua com o consumidor é uma relação de confiança precária. Não há nota fiscal e, portanto, não há uma relação “contratual” entre o consumidor e o vendedor. Como é um campo onde predomina a desregulamentação, o consumidor fica sem nenhuma garantia para se defender, se a confiança nessa relação for violada.

Por outro lado, mesmo estando na desvantagem, o consumidor populariza este comércio porque tem acesso às mercadorias que jamais seriam compradas no comércio regular. A precariedade da relação entre trabalhador de rua e consumidor é expressa através deste depoimento:

Tem gente que é fogo, muitas vezes derruba as mercadorias de propósito. É cada uma: o cara pergunta o preço, uma coisa, e aí começa a xingar, falar palavrão ... sei lá. Passo nervoso com os clientes que reclamam muito do preço, vem trocar coisa que nem comprou aqui, de marca que ninguém vende no bairro.

Eu sei que tem pessoas que não se importam com os camelôs na rua, até gostam, porque compram mais barato... mas isso vale só até a hora que tem discussão, meu amigo, aí a simpatia se acaba... até a hora de comprar, o cliente te ajuda, porque ele compra coisa mais barata, mas na hora de devolver, aí ele vira pessoa de bem e você volta a ser o ‘marreteiro’. Às vezes vem uma senhora que ganhou um presente e não quer dizer pra quem deu e não gostou, ou mesmo outra pessoa que ia passando no Centro, comprou uma mercadoria, e depois acha mais fácil trocar aqui, que é mais perto para ela, certo? Mas mesmo assim você tem que trocar pra evitar problemas. Nesse trecho da rua todo mundo tem que trocar ...

Mas você não pode discutir, tem que trocar e pronto, nessa hora, o errado é sempre o camelô, ‘por natureza’. (...) (IBANHES, 1999)

Ao contrário do que muitos imaginam, descobri por meio de alguns relatos em campo, que este comércio não atende somente às camadas de menor poder aquisitivo. Alguns vendem mercadorias específicas à determinadas profissões, como objetos de papelaria para advogados; equipamentos eletrônicos e de telecomunicações, para trabalhadores qualificados como consultores, advogados, etc.

PORCENTAGEM DE PESSOAS EMPREGADAS NO SETOR INFORMAL EM ALGUNS PAÍSES

fonte: OIT - Organização Internacional do Trabalho: 1996 - 2000

MAPA MUNDI DA INFORMALIDADE - ALGUNS PAÍSES SELECIONADOS PELA OIT

'ECONOMIA SUBTERRÂNEA' EM ALGUNS PAÍSES DA UNIÃO EUROPÉIA

Figura 39- comerciantes ('tianguistas') em Guadalajara, México. foto: Victor Márquez (WIEGO, 2001)

Tendências de participação do setor informal em relação ao total de empregos de alguns países da América Latina.

fonte: OIT: indicadores-chave do Mercado de Trabalho, 1990-1997

Definição de setor informal para OIT: todos os trabalhadores por conta-própria (excluindo consultores administrativos, profissionais e técnicos). Trabalhadores familiares sem rendimentos sistematizado, empregados e empregadores trabalhando em estabelecimentos com menos de 5 ou 10 pessoas envolvidas, dependendo da informação disponível. Trabalhadores domésticos e agricultores estão excluídos.

GRÁFICO DE EVOLUÇÃO DO TRABALHO INFORMAL NOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA. 1990-1997

Figura 40- foto: Luciana Itikawa. local: av. Ipiranga. Setembro de 2001

AMÉRICA LATINA: Os trabalhos informais na América Latina cresceram de 52% em 1990 para 58% em 1997. O crescimento da informalidade é atribuído a razões demográficas, ao crescimento da participação do trabalho feminino e às migrações do campo para cidade. É importante também considerar as imigrações dentro da própria América Latina, clandestinamente. (OIT, 2002)

ÁFRICA: Na década passada, o trabalho informal estava estimado em quase 80% dos empregos não- agrícolas, 60% dos empregos urbanos e quase 90% dos empregos dos jovens. Há pelo menos 3 aspectos peculiares na informalidade na África que devem ser destacados: o primeiro é a extensão das rotas intra- africanas de mercadorias não declaradas, incluindo até conexões com os Emirados Árabes Unidos e Hong Kong. O segundo aspecto é a questão do gênero: a questão do trabalho precário das mulheres na África. A globalização influenciou decisivamente no trabalho artesanal produzido pelas mulheres. Muitas delas trocaram seu comércio de produtos artesanais por artefatos importados vindos da Ásia. O terceiro aspecto são as redes multinacionais que articulam a informalidade: companhias como a Unilever que promove a venda itinerante de seus sabonetes e a Coca-cola alugando seus quiosques para trabalhadores informais nas ruas. (OIT, 2002)

ÁSIA: Os percentuais de informalidade em empregos não-agrícolas variam entre 45% a 85% do total de empregos disponíveis na Ásia. Estes números chegam a 40% e 69% dos empregos urbanos. No Japão, Coreia do Sul, Singapura e Hong Kong a informalidade diminuiu na medida em que a indústria expandiu e criou novos empregos formais nesta última década.

Na Tailândia a informalidade decresceu de 60% para 57% de 1980 a 1994, mas em 1999 voltou ao número anterior devido à recessão do país. Na Indonésia, ao contrário, a informalidade cresceu rapidamente durante o período de prosperidade econômica do que no período recessivo. Quando a economia está em declínio, predominam as atividades de 'sobrevivência', principalmente aqueles com o perfil de baixos rendimentos e condições de vida precárias. (OIT, 2002)

ESTADOS UNIDOS: Neste país o setor informal tem aumentado nos setores de eletrônicos e vestuário, cujos trabalhadores são latino-americanos e asiáticos, especialmente mulheres. (OIT, 2002)

CONTEXTO EM BELGRADO

As maiores aglomerações no espaço público são situadas ao longo de linhas de fluxo, através de pólos de atração na cidade e equipamentos de transporte urbanos. (DZOKIC, 2001/2002)

Figura 41- fonte: Dzokic, Ana et alii., 2001/2002. revista The Berlage Institute. n.º 4- Rotterdam

Figura 42- fonte: Dzokic, Ana et alii., 2001/2002. revista The Berlage Institute. n.º 4- Rotterdam

Figura 43- fonte: Dzokic, Ana et alii., 2001/2002. revista The Berlage Institute. n.º 4- Rotterdam

trabalho informal nos espaços públicos do Centro de São Paulo:

pensando parâmetros para políticas públicas

capítulo 2: trabalho informal de rua como produção do espaço urbano

*Figura 44- foto: Luciana
Itikawa. local: Viaduto do Chá.
Outubro de 2002*

índice*introdução**dimensão da ocupação informal**dinâmica econômica**dinâmica de fluxos**a geopolítica da informalidade**a questão temporal**a cultura popular nos espaços públicos**introdução: comércio informal de rua como produção do espaço urbano - pag. 7* pag.

ASPECTOS TERRITORIAIS DO TRABALHO INFORMAL NOS ESPAÇOS PÚBLICOS..... 54

DISPUTA PELO ESPAÇO PÚBLICO: COMPETIÇÃO E MICROPODERES 56

RELAÇÕES PESSOAIS NA ESFERA IMPESSOAL, O ESPAÇO PÚBLICO 58

CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO INFORMAL NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DO CENTRO 61

TABELA 1: ENTREVISTAS REALIZADAS COM 22 TRABALHADORES DE RUA NO PERÍMETRO DE ESTUDO 65

MARCOS CONCEITUAIS PARA MAPEAMENTO DO FENÔMENO 83

dimensão da ocupação informal na cidade e no centro de São Paulo - pag. 17

MAPA 1: N.º DE TRABALHADORES CADASTRADOS NAS SUBPREFEITURAS 95

MAPA 2: TRABALHO INFORMAL NOS DISTRITOS SÉ-REPÚBLICA-BRÁS 97

MAPA 3: PERÍMETRO EM ESTUDO 99

MAPA 4: USO DO SOLO NO ESPAÇO PÚBLICO DURANTE A SEMANA 101

MAPA 5: OCUPAÇÃO INFORMAL NOS ESPAÇOS PÚBLICOS NO FINAL DE SEMANA 105

MAPA 6: EXTENSÃO DA ATIVIDADE DO TERCIÁRIO PRIVADO NO ESPAÇO PÚBLICO 107

dinâmica econômica no espaço privado e público - pag. 33

SETORES ECONÔMICOS NO ESPAÇO PRIVADO 111

MAPA 7: ESPAÇOS INSTITUCIONAIS DE USO PÚBLICO 114

MAPA 8: ZONEAMENTO DOS SETORES NO ESPAÇO PRIVADO E PÚBLICO 116

MAPA 9: RELAÇÃO DO USOS ENTRE ESPAÇO PRIVADO E PÚBLICO 118

MAPA 10: ARTICULAÇÃO ENTRE TRABALHO INFORMAL NOS ESPAÇOS PÚBLICOS COM O TECIDO URBANO 120

MAPA 11: RENDA DIÁRIA BRUTA NO ESPAÇO PÚBLICO	122
MAPA 12: RENDA MENSAL/m2 BRUTA NO ESPAÇO PÚBLICO	123
TABELA 2: VALORES DOS RENDIMENTOS NO CENTRO NOVO	126
TABELA 3: VALORES DOS RENDIMENTOS NO CENTRO VELHO	127
DINÂMICA IMOBILIÁRIA NO CENTRO	128
MAPA 13: ALUGUEL/m2 PARA ESCRITÓRIOS	129
MAPA 14: ALUGUEL/m2 PARA LOJAS NO ESPAÇO PRIVADO; E 'PONTO' NO ESPAÇO PÚBLICO	132
TABELA 4: VALORES DOS ALUGUÉIS/m2 PARA ESCRITÓRIOS, LOJAS NO ESPAÇO PRIVADO E 'PONTO' NO ESPAÇO PÚBLICO NO CENTRO NOVO	135
TABELA 5: VALORES DOS ALUGUÉIS/m2 PARA ESCRITÓRIOS, LOJAS NO ESPAÇO PRIVADO E 'PONTO' NO ESPAÇO PÚBLICO NO CENTRO VELHO	136

dinâmica de fluxos e o trabalho informal nos espaços públicos - pag. 61

MOVIMENTAÇÃO DIÁRIA: N.º DE VIAGENS NO CENTRO DE SÃO PAULO	139
ESPACIALIZAÇÃO DAS VIAGENS DIÁRIAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO	140
FLUXOS DE TRANSPORTE COLETIVO: VOLUME DE ÔNIBUS	142
FLUXOS DE TRANSPORTE COLETIVO: VOLUME DE ÔNIBUS	143
FLUXOS DE TRANSPORTE COLETIVO: VOLUME DE ÔNIBUS	144
FLUXOS DE TRANSPORTE COLETIVO: ATUAL E PROJETO	145
PONTOS FINAIS DE ÔNIBUS NOS DISTRITOS SÉ-REPÚBLICA	147
TABELA 6: VOLUME DE PASSAGEIROS NOS TERMINAIS DA CIDADE E DO CENTRO	148
VOLUME DE PASSAGEIROS NOS TERMINAIS DA CIDADE E DO CENTRO	149
ACIDENTES PROVOCADOS POR AUTOS	150
DESLOCAMENTOS À PÉ: n.º DE VIAGENS DE PEDESTRES NA REGIÃO CENTRAL	151

LOCALIZAÇÃO DOS CALÇADÕES	151
VOLUME DE PEDESTRES EM ALGUMAS RUAS DO CENTRO	152
DESLOCAMENTOS À PÉ: VOLUME DE PEDESTRES	153
MAPA 17: PÓLOS GERADORES DE TRÁFEGO DE AUTOS E CONTAGEM DE PEDESTRES	154
MAPA 18: DENSIDADE DE PEDESTRES	155
MAPA 19: CONTAGEM E DENSIDADE DE TRABALHADORES INFORMAIS	156
MAPA 20: MOBILIDADE DOS TRABALHADORES NO ESPAÇO PÚBLICO	158
MAPA 21: DESLOCAMENTOS DE TRABALHADORES ITINERANTES - TRAJETOS E PARADAS ...	160

a geopolítica da informalidade - pag. 89

MAPA 22: FRONTEIRAS PERMEÁVEIS DE ROTAS DE MERCADORIAS CONTRABANDEADAS ...	166
MAPA 23: ARTICULAÇÃO DAS CIDADES FRONTEIRIÇAS PARA PASSAGEM DE MERCADORIAS	168
MAPA 24: LOCALIZAÇÃO DOS ENTREPOSTOS DE MERCADORIAS NA REGIÃO CENTRAL	170

questão temporal e o trabalho informal nos espaços públicos - pag. 119

MAPA 25: VARIAÇÃO DA OCUPAÇÃO INFORMAL NAS RUAS EM UM DIA - 1	173
MAPA 26: VARIAÇÃO DA OCUPAÇÃO INFORMAL NAS RUAS EM UM DIA - 2	174
MAPA 27: TOPOGRAFIA TEMPORAL DE OCUPAÇÃO INFORMAL EM UM DIA	175

cultura popular nos espaços públicos - pag. 125

MAPA 28: CULTURA POPULAR NOS ESPAÇOS PÚBLICOS X ESPAÇOS PRIVADOS	178

ASPECTOS TERRITORIAIS DO TRABALHO INFORMAL NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

1. A ocupação caótica no espaço

Para Buarque de Holanda, a maneira como as cidades brasileiras foram construídas lentamente ao sabor do cotidiano, revela sobretudo a improvisação do labor construtivo brasileiro. A obediência às “sugestões topográficas” nas cidades brasileiras ao contrário da linha reta “abstrata” das cidades espanholas é a principal evidência da ausência de planejamento:

“A rotina e não a razão abstrata foi o princípio que norteou os portugueses, nesta como em tantas outras expressões de sua atividade colonizadora. Preferiram agir por experiências sucessivas, nem sempre coordenadas umas às outras, a traçar de antemão um plano para segui-lo até o fim. Raros os estabelecimentos fundados por eles no Brasil que não tenham mudado uma, duas ou mais vezes de sítio, e a presença da clássica vila velha ao lado de certos centros urbanos de origem colonial é persistente testemunho dessa atitude tateante e perdulária.” (HOLANDA, 1995)

A ocupação caótica nos espaços públicos pelo trabalho de rua demonstra que a improvisação é, hoje, o traço mais marcante das cidades brasileiras. A clandestinidade é muitas vezes paralela a esse imprevisto e passa a se tornar regra e não exceção.

2. Infixidez e Instabilidade

Para Wissenbach (1998), a infixidez e instabilidade foram a grande marca do início do trabalho livre no Brasil : “Mobilidade provocada, sem dúvida, por um sistema que relegava aos homens livres um viver à margem e submetidos ao aproveitamento residual. A estrutura da sociedade escravocrata engendrou homens andarilhos, sem vínculos, sem política da categoria que organize preços, capacite os trabalhadores, melhore o atendimento ou a qualidade da mercadoria”.

Nos ofícios urbanos reinavam o mesmo amor ao ganho fácil e a infixidez que tanto caracterizam, no Brasil, os trabalhadores rurais. Espelhava bem essas condições o fato, notado por alguém, em fins da era colonial, de que nas tendas de comerciantes “[ ] se distribuíam as coisas mais disparatadas deste mundo, e era tão fácil comprarem-se ferraduras a um boticário como vomitórios a um ferreiro.” (citação de um viajante

alemão em viagem ao Rio de Janeiro em 1813). O equivalente do trabalhador informal na época seria a figura do mascate urbano, como diria mesmo Buarque de Holanda: “a divisão clássica entre o engenho e a cidade, entre o senhor rural e o mascate. (HOLANDA, 1995)

Existe nas ruas os “donos do ponto” que seriam uma espécie de “centros de controle” de um espaço delimitado arbitrariamente. Seu papel não é planejar o espaço, mas somente subcontratar algumas pessoas que trabalhem para ele. Essa é apenas a maior escala que qualquer trabalhador pode ascender na rua. Além disso, só sobrevive aquele que poderia ser chamado de “autônomo relacionado”. Verificamos em campo que, apesar da autonomia, o trabalhador informal precisa estar conectado a uma rede extensa de outros trabalhadores. No item “relações pessoais na esfera impessoal”, a seguir, exemplifico esta questão.

3. “Dissonâncias sociais na cidade moderna”

O começo do inchaço das capitais brasileiras nos finais do século XIX e inícios do século XX, para Wissenbach (1998) significou a “inversão da distribuição sócio-territorial da sociedade brasileira”, uma vez que eram nas cidades que o poder das elites era legitimado. Este inchaço só veio aprofundar as desigualdades já existentes e a construção de estruturas improvisadas, cuja contingência da adaptação, sem a infra-estrutura adequada, converteria-se em estruturas permanentes. Mais do que isso, estas “estruturas improvisadas” iam contra o ideário de modernização das elites políticas que “viabilizavam projetos de modernização, embelezamento e europeização dos cenários centrais” (Wissenbach, 1998)

Este contingente de migrantes e imigrantes ocupava locais bem definidos na cidade: vales de córregos e rios alagáveis, planícies dos eixos de transporte de trilhos e encostas de morros. Para Wissenbach (1998), os trabalhadores desta metrópole em franco crescimento “estabeleciam ‘territórios negros’, em uma espacialidade marcada por laços sociais, estruturas de parentesco e expressões culturais singulares que se revelavam fulcros significativos no **processo de resistência** (grifo meu) à dominação escravista e à discriminação social a que se seguiu.” (WISSENBACH, 1998)

Em São Paulo, particularmente o bairro do Bexiga, congregou a “diversidade social e étnica da população pobre da cidade, ilustrando ainda o compartilhar de meios de sobrevivência informal entre imigrantes e negros”. (WISSENBACH, 1998) As crianças filhas de imigrantes, também

eram encarregadas de parte da sobrevivência da família, como testemunhou meu próprio pai, descendente de japoneses que, ainda com 11 anos, vendia peixe de casa em casa.

A territorialização do trabalho industrial e do trabalho informal na metrópole por volta da década de 30 é bem demarcada: “Enquanto na Mooca ou no Brás predominavam as primeiras aglomerações operárias, os moradores do Bexiga eram, na sua maioria, tarefeiros, sem vínculo empregatício, vivendo de expedientes variados oferecidos em virtude do crescimento da cidade: vendedores de gelo e de produtos alimentícios, carpinteiros, sapateiros, carroceiros, etc.”. (WISSENBACH, 1998)

Não só no Bexiga existiam os trabalhadores de rua. Maria Odila da Silva Dias destaca o Centro da cidade de São Paulo como um lugar de grande concentração deles, sobretudo de mulheres. Trabalhavam vendendo hortaliças, pães, ovos, frango, entre outros, nas ruas São Bento, Direita, Quintanda, etc.: “Anônimas, viveram antes o tempo dos pequenos e a luta de sobrevivência dos oprimidos, alheias aos problemas dos patriarcas e estadistas do primeiro reinado.” (DIAS *apud* RAMIRES, 2002)

O comércio realizado nas ruas também era uma questão étnica: no início do século XX, vários sírios-libaneses vendiam mercadorias de porta em porta, sendo substituídos por judeus a partir de 1920. Estes, eram chamados de ‘judeus à prestação’ porque carregavam as mercadorias nas costas e nos braços, e a peculiar forma de negociar. (FAUSTO *apud* RAMIRES, 2002)

Assim, o que importa assinalar é que, ao contrário dos projetos que tentaram organizar a paisagem urbana numa imagem única, ela oferece centenas de meandros, ressurgindo multifacetada especialmente ao se levar em conta outras estratégias de sobrevivência, outras sociabilidades que não só as das classes dominantes. (WISSENBACH, 1998)

DISPUTAS PELO ESPAÇO PÚBLICO: COMPETIÇÃO E “MICRO-PODERES”

Este tópico mostra uma primeira leitura sob o ponto de vista da natureza conflitiva do espaço público e mostra as relações de oposição e dominação, porém, de forma horizontal e dispersa. Nesse sentido, a dominação não seria apenas a partir do Estado sobre a população e, tampouco, de uma classe sobre a outra.

Os conceitos formulados por Foucault (1999): micro-poderes e de vetores de poder localizados em zonas de sombra e periféricas ao Estado parecem ser os mais próximos do contexto do trabalho de rua. Foucault desloca o ângulo de visão do poder das instituições e do Estado, em direção à escala banal e “microfísica” do poder entremeada na sociedade.

Em outras palavras, o poder não emana apenas do aparelho do Estado, mas em escalas cotidianas e presentes nos “poderes locais, específicos, circunscritos a uma pequena área de ação. [ ] O que parece evidente é a existência de formas de exercício do poder diferentes do Estado, a ele articuladas de maneiras variadas e que são indispensáveis inclusive na sua sustentação e atuação eficaz.” (FOUCAULT, 1999)

No comércio informal de rua não há um sujeito da dominação - uma classe ou instituição, mas a dispersão anônima do exercício do poder no espaço:

Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas dispares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto, uma coisa: é uma prática social. [ ] O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou bem. **O poder funciona e se exerce em rede.** (grifo meu) Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão.(FOUCAULT, 1999)

Foucault enxerga que mesmo a mais banal prática social sobre o espaço já é uma relação de poder, ainda que esta se manifeste como um “micro-poder”. Este conceito é bastante instrumental para o objeto de pesquisa desta tese porque contempla “os poderes periféricos e moleculares não confiscados e absorvidos pelo aparelho do Estado”.

Essa abordagem parece ainda mais reveladora se pensarmos na inoperância das políticas públicas que não dão conta da rede de relações em escala capilar e complexa do comércio informal nos espaços públicos. Seu dinamismo e flexibilidade são incompatíveis com a lentidão e burocracia do Estado.

Foucault mostra a relevância das relações de poder na escala epidérmica e cotidiana para demonstrar que nem mesmo uma reforma no aparelho do Estado destrói a continuidade das idiossincrasias e estruturas sociais em uma determinada sociedade : “A soviética é um exemplo de

aparelho de Estado que mudou de mãos e que mantém as hierarquias sociais, a vida familiar, a sexualidade, o corpo quase como eram em uma sociedade de tipo capitalista". (FOUCAULT, 1999)

Dentro desta lógica, a eficácia de uma política pública dependerá, sobretudo, se contemplar com profundidade as engrenagens sociais e as relações de poder existentes na sociedade, e as respectivas configurações no espaço.

Verificou-se dentro do perímetro levantado no Centro de São Paulo que determinados grupos construíram um arranjo social bastante complexo, cuja estrutura e organização espacial estão representadas nos mapas a seguir.

O exercício deste micro-poder nesta escala pode ser demonstrado nos inúmeros conflitos e disputas pela posse dos lugares mais lucrativos. Para Antonio Arantes, a "guerra de lugares", é inevitável. "A ambivalência e flexibilidade de fronteiras simbólicas, nem sempre explícitas e precisas, associadas a uma crescente contigüidade física entre segmentos cultural e economicamente diferenciados, compõem uma zona indefinida de direitos e de responsabilidades". (ARANTES, A., 2000)

É importante ressaltar, até para justificar o uso do subtítulo do tópico: par OU ímpar, que, apesar de serem denominados por Foucault como "micro-poderes", são exercidos por meio de dominação e exclusão de uns sobre outros, de uma rede sobre outra, ou de um indivíduo sobre outro. O poder, nessa escala, tem claramente o significado de oposição, na medida em que a existência de um indivíduo ou grupo só é possível em detrimento do outro. As disputas pela posse de pontos no espaço público pelos trabalhadores informais resultam, algumas vezes, até em morte.

AS RELAÇÕES PESSOAIS NA ESFERA IMPESSOAL, O ESPAÇO PÚBLICO: PAR E ÍMPAR

Este tópico mostra uma segunda leitura que é a natureza associativa das relações entre trabalhadores no espaço público, ou seja, combinações, articulações e acordos para suporte na informalidade, daí o uso do termo neste tópico: par E ímpar.

Em sociedade de origens tão nitidamente personalistas como a nossa, é compreensível que os simples vínculos de pessoa a pessoa, independentes e até exclusivos de qualquer tendência para a cooperação autêntica entre os indivíduos, tenham sido quase sempre os mais decisivos." (HOLANDA, 1995)

No caso do trabalho informal nos espaços públicos, passa a ser uma questão de sobrevivência associar-se à alguém para continuar trabalhando na clandestinidade. O aspecto concorrencial do capitalismo parece ficar, então, às avessas neste contexto, porque o comércio só pode ser realizado mediante associação com seu concorrente, seu colega trabalhador; ou com o Poder Público, na figura do fiscal. Neste e no próximo capítulo mostro a natureza desta associação e sua configuração espacial.

Para Matta (1985), a sociedade brasileira é um sistema marcado por relações pessoais, que atuam de modo altamente formalizado e de modo instrumental. Isso significa conseguir ou conquistar direitos pela via das identidades relacionais e não por critérios universalizantes e impessoais, que estão representados na figura da lei. As relações pessoais são instrumentos que possam dobrar ou romper a lei, que à princípio, são o estorvo para a livre manifestação do indivíduo:

Aqui, a parte é mais importante que a totalidade social, e as relações entre os homens e as coisas superam as relações que se dão entre os homens.

Enquanto as sociedades que passaram pela revolução individualista (francesa e americana) instituíram um código de conduta hegemônico, fundado na idéia do cidadão, no Brasil, por contraste, sua unidade básica está baseada em relações de pessoas, famílias e grupos de parentes e amigos.

As sociedades relacionais tem códigos de comportamento operando simultaneamente. Elas, porém não estão em competição, mas são complementares entre si. (MATTÁ, 1985)

Estar isolado, portanto, é encarado de forma profundamente pejorativa, pois revela apenas a solidão de alguém que, sem ter vínculos, é um ser humano marginal em relação aos outros membros da comunidade: "A obediência às leis configura na sociedade brasileira uma situação de pleno anonimato e grande inferioridade. É um sinal de ausência de relações" (D'AMATTA, 1985)

Para Sérgio Buarque de Holanda, isso significa que existe uma "dificuldade de adaptação entre a forma de sociabilidade brasileira e os requisitos para um mundo capitalista e democrático, pois as relações são condicionadas à privilegiar o particular em detrimento da maioria." (HOLANDA, 1995) A interpenetração da esfera das relações pessoais ou domésticas nas relações entre o indivíduo e as instituições, para Buarque de Holanda, seria certamente o traço mais emblemático da conduta brasileira.

A educação para a vida doméstica não acompanhou a educação para a vida pública no Brasil, segundo Buarque de Holanda: "Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público." (HOLANDA, 1995)

A associação ou articulação dos trabalhadores informais nos espaços públicos passa a ser uma questão de sobrevivência para não só a manutenção da clandestinidade como também para a disseminação das informações, dos acordos sobre posse e divisão do espaço, do compartilhamento de fornecedores, esquemas de segurança, etc. Essa associação pode ser tanto entre os próprios trabalhadores quanto entre eles individualmente, ou como categoria, com alguma figura do Poder Público. A organização espacial desses trabalhadores será esmiuçada nos capítulos 3 e 4.

Em última análise, apesar das duas composições: par **OU** ímpar e par **E** ímpar serem aparentemente contraditórias, não são excludentes no espaço público; elas simplesmente se alternam quando convêm: o solidário vira repressor; o refratário vira aliado; o inimigo vira companheiro, etc.:

Ambulante é uma raça muito desunida. Às vezes tem sim: tem dia que você chega e o vizinho aumentou o espaço dele de um dia pra outro, pode? [ ] Na rua todo mundo é amigo de todo mundo, se puder ajuda, se puder atrapalhar, não atrapalha. Aqui somos que nem uma família. (...) (IBANHES, 1999)

Figura 45- foto: Luciana Itikawa. local: r. 24 de Maio. Outubro de 2002

CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO INFORMAL NOS ESPAÇOS PÚBLICOS NO CENTRO DE SÃO PAULO

Cada uma das características - sociais, econômicas, jurídicas, comerciais, de saúde pública e corporativas - apresentadas a seguir é resultado dos levantamentos de campo realizados com os próprios trabalhadores informais nos espaços públicos, somados às pesquisas a seguir:

1. ESTA TESE EM CURSO: doutorado na FAU-USP 2000-2006. Período do levantamento de campo da totalidade dos mapas: 2002-2004. Perímetro de estudo: área contida dentro dos distritos Sé e República na região central de São Paulo. Amostras de entrevistas com os trabalhadores= 22. Além do levantamento de campo realizado nesta tese, foram consultados as seguintes pesquisas:
2. FRANCISCO JOSÉ RAMIRES - tese de mestrado na FFLCH-USP, 2002: "Severinos na metrópole. A negação do trabalho na cidade de São Paulo.". Locais de estudo: Lgo. de Pinheiros e região Central de São Paulo. Amostra de trabalhadores= 22 mencionados;
3. HAMILTON D'ÂNGELO - Tese de Doutorado em Ciências Sociais, PUC-SP, 2000. "Camelô, trabalho informal e sobrevivência: levantamento, caracterização e análise no centro de São Paulo." Perímetro de estudo: região central de São Paulo. Amostra de trabalhadores= 248 mencionados;
4. LAURO CÉSAR IBANHES: tese de doutorado na Fac. de Saúde Pública-USP, 2000. "O Setor Informal Urbano: a Organização e as Condições de Saúde de um grupo de Vendedores Ambulantes." Área de estudo: bairro de Santana e Pinheiros, na cidade de São Paulo. Amostra de trabalhadores= 54 mencionados.

É importante ressaltar que são amostras pequenas dentro do universo dos trabalhadores informais nos espaços públicos. Trata-se de uma análise qualitativa e não quantitativa, porém é bastante reveladora das complexidades e contradições da atividade.

material e método

As entrevistas realizadas por esta tese basearam-se na estratégia metodológica da representação social: "os discursos não se anulam ou se reduzem a uma categoria comum unificadora, já que o que se busca fazer é precisamente o inverso, ou seja, reconstruir, com pedaços de discursos individuais, como em um quebra-cabeça, tantos discursos-sínteses quantos se julgue necessário para expressar uma dada figura, ou seja, um dado pensar ou representação social

sobre um fenômeno. [ ] É importante observar que o conteúdo do discurso do sujeito coletivo é composto por aquilo que um dado sujeito individual falou e também por aquilo que poderia ter falado e que seu companheiro 'atualizou por ele' já que o pressuposto sociológico de base é que o discurso do sujeito coletivo é a expressão concreta do imaginário do campo a que ambos pertencem e da posição que ocupam dentro deste campo, ou de uma cultura organizacional" (LEFÈVRE; SIMIONI *apud* IBANHES, 1999)

Dessa forma, neste capítulo, privilegiou-se o conteúdo descrito pela soma dos depoimentos colhidos nas entrevistas com os trabalhadores. Foi na interação com cada trabalhador, individualmente, que foi possível extrair outras hipóteses qualitativas e indícios de outras problemáticas que não estavam previstas nas hipóteses preliminares. Nesse sentido pareceu fundamental o 'corpo a corpo' como formulação de novos argumentos e explicações, fundamentais para um objeto de estudo ainda pouco investigado social e urbanisticamente.

Além disso, os depoimentos são, sobretudo, portadores de uma 'opinião', que "trata os indivíduos portadores de um posicionamento diante de qualquer coisa, de qualquer acontecimento social." (LEFÈVRE; SIMIONI *apud* IBANHES, 1999) Somando o total de amostras contidas nesta pesquisa em curso mais as outras três teses acadêmicas, resultou num total de 346 trabalhadores entrevistados, ainda assim, longe do universo dos trabalhadores estimados, por exemplo, no Centro de São Paulo em 2006: 8 mil trabalhadores de rua estimados pela subprefeitura Sé.

A seguir está o formulário de entrevista realizadas com 22 trabalhadores. Ele está dividido em 5 partes: dados pessoais e do trabalho; relação com o grupo; relação com a sociedade; dados da mercadoria; tipo do aparato e o trajeto, se ele for um trabalhador itinerante.

As características individuais apontadas por cada trabalhador estão expostas na tabela 1. Elas estão em ordem crescente do período de levantamento, que começou em Janeiro até Abril de 2002.

As características analisadas em seguida são fruto do acompanhamento do cotidiano dos trabalhadores. As primeiras abordagens com os trabalhadores eram sempre difíceis porque a maioria entrevistada não possuía licença e, por ser clandestina, desconfiava bastante e temia ser prejudicada. Predominava no início sempre um certo estranhamento, depois era estabelecido um pacto de confiança, um pouco frágil, mas que rendeu um considerável subsídio para o entendimento da atividade.

formulário de entrevistas:*dados pessoais e do trabalho*

1. nome:
2. idade:
3. sexo:
4. condição jurídica na Prefeitura (posse do Termo de Permissão de Uso -TPU):
5. riscos e desvantagens do trabalho na rua:
6. relação de parentesco/ amizade com trabalhadores na mesma profissão:
7. capital inicial:
8. horas de trabalho:
9. renda diária:
10. escolaridade:
11. local da residência:
12. trabalho anterior:

relação com o grupo

13. hierarquias e regras internas do grupo:
14. ciclo de vida nos espaços públicos:
15. reprodução da força de trabalho:
16. filiação à sindicato:

relação com a sociedade e o Governo

17. tributação (impostos pagos nos níveis municipal, estadual ou federal):
18. articulação com o setor produtivo:
19. relação com os lojistas:
20. acesso ao crédito:

dados da mercadoria

21. tipo da mercadoria:
22. local de armazenamento:
23. fornecedor: (fabricação própria, produtor ou intermediário):
24. razão da escolha da mercadoria:
25. salubridade (em caso de venda de produtos alimentícios)

observações (trecho reproduzido na introdução desta tese):

Foram realizadas 22 entrevistas com os trabalhadores informais nos espaços públicos dentro do perímetro contido entre os distritos Sé - República. As entrevistas aconteceram ao longo do primeiro semestre do ano 2002, com diferentes características de gênero, idade, mobilidade, etc.

O objetivo destas entrevistas, dada o reduzido número de entrevistados, não é representar o fenômeno da informalidade nas ruas como um todo, mas sim entender melhor alguns aspectos que somente aparecem nos bastidores do cotidiano captado no corpo a corpo.

Nesse sentido, muitas delas, apesar de estarem tabuladas e apresentadas friamente como dados nas páginas seguintes, em muitos casos, quase tratou-se de um desabafo de vida por parte dos trabalhadores que, surpreendidos com o perfil da iniciativa, expandiram muitos aspectos até então ignorados do fenômeno.

Como a informalidade nos espaços público está ainda revestida de forte carga ideológica e estar na zona de penumbra entre o preconceito e repressão x compreensão e tolerância, percebeu-se que muitas das respostas podem ou não ser absolutamente verídicas, uma vez que o próprio conteúdo dos dados relatados contradizem com a condição vividas nas ruas.

Dada a impossibilidade de conferir os dados, restava confiar no pacto, ainda que precário, estabelecido com os trabalhadores para disponibilização dos dados pessoais, do trabalho, etc.

Para isso, a função destes dados é mais ilustrar que contabilizar, complexificar mais que delimitar.

Veremos que muitas das características citadas correspondem àquelas do trabalho informal *lato sensu*, porém o universo das ruas revelou-se mais complexo e autêntico do que se esperava. (grifo meu)

TABELA 1: RELAÇÃO DOS TRABALHADORES ENTREVISTADOS

TABELA 1: RELAÇÃO DOS TRABALHADORES ENTREVISTADOS

TABELA 1: RELAÇÃO DOS TRABALHADORES ENTREVISTADOS

ANÁLISE DOS DADOS COLHIDOS:

dados pessoais e do trabalho

Item 1. NOME

2. IDADE: Os dados colhidos revelaram uma gama diversificada dos grupos etários: o mais jovem - Marcos, 21 anos, é colega de profissão do Orlando, 60 anos. Entre eles, estão compostas pessoas de todas as faixas etárias;

3. SEXO: Não há como medir se há uma pequena ou grande predominância de um gênero em relação ao outro, porém é interessante notar que a presença das mulheres traz outras idiossincrasias que complexificam ainda mais a condição precária do trabalho nas ruas: a questão da maternidade na informalidade; dificuldade na supressão das necessidades fisiológicas nos espaços públicos e carga de trabalho alta x jornada de trabalho dupla (somada às tarefas domésticas);

4. ILEGALIDADE: Verificou-se que mesmos os trabalhadores já consolidados na profissão (com até 15 anos de experiências nas ruas) não conseguiram o status 'legalizado', ou seja, detentor do TPU - termo de permissão de uso, fornecido pela Prefeitura. Veremos adiante que ser clandestino é um fator ainda mais precarizante da condição da informalidade nas ruas, pois dá margem à corrupção e arbitrariedades por parte do Estado ou dos próprios colegas;

5. RISCOS E DESVANTAGENS DO TRABALHO: A maioria das respostas focou-se nos fatores relacionados à violência (assaltos, roubos, assassinatos, etc.), nos sintomas de saúde relacionados ao risco da condição do trabalho em si, das precárias condições ambientais de trabalho e da vulnerabilidade às arbitrariedades de uma profissão que não possui meios de arbitragem ou proteção da categoria (corrupção, repressão, etc.);

6. RELAÇÃO DE PARENTESCO/ AMIZADE : Não há como afirmar que a maioria dos trabalhadores entraram ou convivem com pessoas nesta profissão apenas via parentesco ou amizade. Por outro lado, é possível enxergar que mesmo a inexistência destes laços de parentesco não exclui a existência de redes de solidariedade e articulação entre trabalhadores, ainda que o negócio seja individual.

7. CAPITAL INICIAL: Verificou-se não só uma heterogeneidade nos valores mencionados como também uma razoável discrepância entre eles: o menor valor relatado foi R\$20,00 e o maior (pásmen!) é R\$12.000,00;

8. HORAS DE TRABALHO: Na maioria dos casos, verificou-se uma carga horária de trabalho alta, em torno de 10 horas de trabalho por dia. Além disso, apesar de não constar do formulário de entrevistas, todos eles indicaram 6 dias por semana de trabalho, ou seja, incluindo sábado. Há quem disse trabalhar de domingo à domingo, como o seu Gaúcho, que aproveita as feiras populares aos domingos, como a feira da Praça da República para vender seus filhotes de cachorro;

9. RENDA BRUTA/DIA OU MÊS: Parti do pressuposto que, como não há um controle absoluto dos rendimentos, já que eles são muito variáveis de um mês para outro, privilegiei o dado - média de renda/ dia bruta (excluindo as despesas), para que a resposta fosse um pouco mais precisa. Não foi perguntado o valor das despesas pois elas são muito variáveis de pessoa pra pessoa e de rua pra rua;

10. ESCOLARIDADE: Há uma grande diversidade nas respostas colhidas, porém 2 categorias se sobressaíram mais: 1º incompleto e 2º completo. Apenas 2 pessoas revelaram ter diploma universitário: um por ter sido demitido da indústria e não ter conseguido mais emprego e outro, por ter optado pelo trabalho na rua, por ganhar mais que na repartição pública. Não foram computados trabalhadores analfabetos que, segundo as pesquisas de Ramires (2002), D'Ângelo (2000) e Ibanhes (1999), são minoria;

11. LOCAL DA RESIDÊNCIA: Não há como determinar que os trabalhadores são provenientes da periferia empobrecida da metrópole. Alguns deles relataram morar no Centro e um deles mora em um bairro típico de classe média, em São Judas, região sul de São Paulo;

12. TRABALHO ANTERIOR: Há também uma diversidade a ser considerada: provenientes do setor de serviços ou comércio, repartição pública, trabalho doméstico e da indústria. Alguns deles relataram optar pelo trabalho nas ruas, mesmo que o trabalho anterior tivesse carteira assinada. O motivo era o salário baixo;

13. LOCAL DA ENTREVISTA: Contidos dentro do perímetro mencionado.

relação com o grupo

a. HIERARQUIAS E REGRAS: Foram computadas as seguintes respostas: trabalha sozinho ou no máximo 1 ajudante, que prepara ou acompanha o trabalho na rua. Foi registrado uma pessoa que diz ser um funcionário de um grupo de 12 pessoas, que vendem produtos alimentícios. Isso indica haver a informalidade dentro da informalidade, já que pode haver indícios de um grupo assalariado,

que recebe alguns benefícios como vale-transporte ou refeição, apesar de não serem registrados em carteira. Esse tipo de organização parece existir nas ruas onde o comércio informal nos espaços públicos é mais estruturado, como é o caso das ruas 24 de Maio e D. José de Barros.

b. CICLO DE VIDA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS: Nos casos onde o primeiro emprego já começa como trabalhador informal nos espaços públicos, a experiência chega a até 19 ou 25 anos trabalhando nas ruas. Ou seja, temos pelo menos duas décadas de pessoas que iniciaram nesta condição e acabaram se consolidando sem, no entanto, terem perspectivas de despreciação das condições de trabalho ou expansão do negócio;

c. REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: A maioria diz não ter perspectivas de expansão do próprio negócio, revelando uma característica pessimista quanto ao futuro da profissão, por não enxergar condições institucionais - da categoria ou do Governo - para aperfeiçoamento das técnicas comerciais;

d. FILIAÇÃO À SINDICATO: A maioria deles não enxerga benefícios na filiação ao sindicato da categoria. Alguns deles relataram a filiação por algum tempo sem retorno ou benefício. A representação sindical desta categoria é, na realidade, vivenciada como fragmentação ou fragilidade, segundo eles. No capítulo 6, enumero os sindicatos existentes no Centro de São Paulo.

relação com a sociedade e o Governo

a. TRIBUTAÇÃO: É incorreto afirmar que a informalidade nas ruas é clandestinidade tributária. Alguns deles revelaram pagar, além do TPU (Termo de Permissão do Uso do solo), o imposto sobre as mercadorias (CCM, da Prefeitura). Alguns deles pagam também o INSS, preocupados com a aposentadoria como trabalhador autônomo. Porém, o levantamento dentro do perímetro de estudo revelou 70% sem o TPU e a Prefeitura indica de 80% a 90% de trabalhadores sem licença;

b. RELAÇÃO COM O SETOR PRODUTIVO: Há pelo menos 3 categorias de relação com o setor produtivo: compra direto do fabricante; dos atacadistas, alguns deles até em consignação; e fabricação própria, como são os casos daqueles que vendem artigos artesanais ou alguns produtos alimentícios, que são minoria;

c. RELAÇÃO COM OS LOJISTAS: A relação com o lojista, declarada como 'boa', na verdade, é um pacto informal de mútuos benefícios. Em todas elas, o trabalhador é uma espécie de 'cliente', uma

vez que consome os produtos que são vendidos, como são os casos dos bares; ou o lojista aluga seu espaço para guardar as mercadorias no período noturno, mediante pagamento de 'aluguel'. Nesse sentido, podemos identificar que há, de fato, uma relação 'estreita' do informal' com o 'formal', mesmo que isto redunde em conflito. Na maioria dos casos, eles são refratários à presença dos trabalhadores, enxergando-os como concorrentes.

d. ACESSO AO CRÉDITO: Não foi registrado nenhum caso de acesso ao crédito, mesmo o micro-crédito promovido pelo Governo, como o 'Banco do Povo'. Quanto ao crédito privado, segundo os trabalhadores, não é viável porque além das exigências não serem compatíveis com a condição de informalidade (comprovação de renda, carteira assinada), o risco de eles se endividarem é muito alto, pois a insegurança quanto ao futuro do negócio é grande;

dados da mercadoria

a. TIPO DA MERCADORIA: Há muitas mercadorias exóticas na rua! Raiz de sândalo, samambaia, canjica, filhotes de cachorro, etc. Estes são apenas alguns exemplos da incrível diversidade deste universo. De qualquer forma, também foram registrados muitos casos de mercadorias 'não declaradas', cuja venda em larga escala nos espaços públicos da região central, contribui ainda mais para a pecha de atividade criminal devido ao contrabando;

b. ARMAZENAMENTO: Há toda uma rede de estabelecimentos que guardam as mercadorias destes trabalhadores, alguns deles próximos ao local de trabalho, outros no entorno do perímetro menos valorizado do Centro de São Paulo, como a região da Cracolândia, baixos dos viadutos da av. 9 de Julho, etc.

c. FORNECEDOR: Podem ser intermediários (atacadistas) ou direto do fabricante;

d. RAZÃO DA ESCOLHA: As respostas colhidas identificaram uma razão instintiva ou própria da história do indivíduo. Em apenas dois casos foi registrado uma 'pesquisa' realizada pelo próprio trabalhador para a escolha da mercadoria;

A partir das entrevistas realizadas somadas à bibliografia específica sobre o trabalho informal nas ruas foi possível formular algumas hipóteses das características desta atividade:

*características sociais****formas de entrada e manutenção no negócio:***

a. **RELAÇÕES PESSOAIS COMO FORMA DE ENTRADA NO NEGÓCIO:** Como foi demonstrado anteriormente nas características dos trabalhadores informais *lato sensu* (88,3% deles entraram no negócio através de relações pessoais), o mesmo pode ser dito em relação aos trabalhadores informais nos espaços públicos. Os números colhidos em campo indicam que metade deles entraram no negócio porque trabalhavam ou trabalham com parentes: *"A tia (de Fabiana, 20 anos) sempre possuiu uma barraca na rua. Assim Fabiana passou a ajudá-la.(...) Com o dinheiro que adquiriu comprou a própria barraca."* (RAMIRES, 2002) A pesquisa de D'ÂNGELO (2000) mostrou que 84,89% dos trabalhadores entraram no negócio através de amigos ou familiares que já estão na profissão.

b. **PROVENIENTE DE DEMISSÕES SISTEMÁTICAS OU 1º EMPREGO COMO TRABALHADOR DE RUA:** Há pelos menos duas versões predominantes dos levantamentos realizados em campo (RAMIRES, 2002; IBANHES, 1999): uma revela que o trabalhador de rua iniciou a atividade devido a demissões sistemáticas de trabalhos formal/ informal; e a segunda, é a 1ª opção de emprego. Pode parecer contraditório o perfil deste trabalhador, entretanto, revela a diversidade das origens dos trabalhadores (ver tabela 1). Os testemunhos colhidos por Ibanhes (1999) mostram trajetórias opostas mas com destinos semelhantes. Primeiro, temos o exemplo do trabalhador Ângelo, 46 anos, que era gerente administrativo de uma metalúrgica por 28 anos e que não conseguiu mais emprego em empresas privadas. No outro extremo está Cledson, 26 anos, que trabalha desde os 11 anos como vendedor na rua. Na pesquisa de D'Ângelo (2000), foi registrado um perfil de trabalho anterior heterogêneo: a maioria deles, 41,14%, é proveniente do setor de comércio e serviços. A categoria seguinte, 16,94% deles é proveniente da indústria. É interessante observar que 14,52% sempre foi camelô na pesquisa de D'Ângelo (2000).

c. **ARTICULAÇÃO EM REDE ENTRE GRUPOS:** Como foi verificado no levantamento de campo, na maioria dos casos, grupos diferentes de trabalhadores dividem uma mesma prestação de serviço: segurança particular, fornecedores, informantes, etc. sem, no entanto, perder sua autonomia. Para Yázigi (2000): *"Trata-se de economia organizada em redes solidárias (produção, distribuição, fiscalização e outros dependentes da rua, algumas delas muito poderosas; por isso, o ingresso nelas não é totalmente livre."* (YÁZIGI, 2000).

d. MICROHIERARQUIA: Um dono de um ponto que pode expandir seu negócio e dessa forma, ampliar o número de pontos, apesar de legalmente ele só ter direito a uma licença. Quando consegue ampliar clandestinamente seu negócio, consegue desenvolver uma pequena hierarquia dentro de sua equipe de trabalho incluindo carregadores, informantes (sobre o “rapa”), seguranças, “puxadores” (aqueles que chamam os clientes), etc.;

e. AUTONOMIA RELACIONADA: Há, no entanto, alguns trabalhadores que possuem seu negócio completamente sozinhos. Sua autonomia, no entanto, não o exclui ter uma relação orgânica com os transeuntes, seus pares ou mesmo do terciário formal - os lojistas. Eles são em maior número, porém têm menos força para reivindicar seus direitos ou conseguir proteção. A questão ‘não ter patrão’ foi relatada por inúmeros trabalhadores nas entrevistas em campo, entre eles, Amadeo e Renata, entrevistados por Ramires (2002). Ibanhez (1999) também ressaltou este aspecto ‘articulador’ dos trabalhadores com os seguintes argumentos: “aqui somos todos que nem uma família” ou “na rua todo mundo se ajuda”. Para Ibanhes, há de fato um “mecanismo coletivo de proteção: evitando se exporem aos de fora, de revelar suas formas particulares de estabelecer”. De qualquer forma, a autonomia fica resguardada ao campo do negócio individual, não excluindo, além disso, a possibilidade de haver alguns conflitos de competição por espaço, como nos revela o desabafo de um dos trabalhadores: “alguns aumentam seu espaço de um dia para outro”. (IBANHES, 1999);

perfil do trabalhador:

f. HETEROGENEIDADE DOS NÍVEIS DE INSTRUÇÃO E FAIXA ETÁRIA: Foi verificado em todos os levantamentos de campo das pesquisas citadas uma heterogeneidade dos grupos etários e de instrução. Na pesquisa de Ramires (2002), do total dos 22 trabalhadores entrevistados (região central e Pinheiros), 50% deles, têm o 1º grau incompleto, seguido de 21,4% de trabalhadores com o 1º completo. A categoria 2º grau completo aparece com 14,3% e por último, as categorias analfabeto e 2º incompleto participam em torno de 7% da totalidade. Na pesquisa de Ibanhes (1999), 46,2% possuem 1º grau incompleto, seguido de 20,4% do 1º grau completo, portanto, números muito parecidos. No outro extremo, foi detectado por Ibanhes (1999), 11,4% de trabalhadores com o superior completo, dado não registrado por Ramires (2002), mas registrado no perímetro estudado por esta tese. As demais categorias de instrução participam com porcentagem homogeneamente distribuídas. Há dois testemunhos colhidos por Ibanhes (1999) de trabalhadores de rua com o superior completo: Edevânia, 30 anos, formada em Arquitetura e Urbanismo (!), não conseguindo se estabelecer na profissão, recorreu à barraca do irmão; Rosinê, 57 anos formada

em Economia, trabalha com o marido na rua. Na minha pesquisa, seu Edvaldo, formado em Sociologia hoje vende sanduíches em uma bicicleta; e seu Nunes, engenheiro, vende ferramentas;

g. NÃO PREDOMINÂNCIA DE GÊNERO: As três pesquisas citadas, somadas aos dados desta tese, não são capazes de avaliar se existe predominância do trabalho masculino ou feminino. Apesar do trabalho informal nos espaços públicos ser considerado um trabalho flexível, que beneficiaria as mulheres, é um trabalho com muitas desvantagens àquelas que assumem jornada dupla doméstica. São várias as desvantagens: média de jornada de trabalho em torno de 10 horas diárias, riscos, vulnerabilidades, arbitrariedades e perseguições diárias;

Não foram ressaltados os dados que destacam características de ordem pessoal, como estado civil e as condições domiciliares, porque a heterogeneidade de graus de instrução, rendimentos, grupos etários mostram a grande diversidade de pessoas.

características econômicas

Os trabalhadores informais nos espaços públicos são, segundo Ramires (2002), excluídos do trabalho formal, mas não do campo econômico: “Existir no campo é gerar efeitos, mesmo que sejam forças que ofereçam alguma resistência ou que atuem no sentido da exclusão propriamente dita.” (BOUR DIEU *apud* RAMIRES, 2002)

a. RECEITA: Como foi dito no começo do capítulo, devido à ausência de encargos sociais, o lucro obtido por unidade é maior (YÁZIGI, 2000) Porém, comparando “as margens de lucro pequenas relativas ao tempo investido e os gastos diários, ainda assim (as unidades informais) operam com dificuldade o pagamento das mercadorias.” (BANCO MUNDIAL, 2001) No levantamento feito em campo para obter o ganho mensal bruto/m² observou-se que há o perfil atacadista (o famoso 5 por 1 Real) e o varejo, com o lucro um pouco maior por unidade;

b. DEPENDENTE DO CONTEXTO MACRO-ECONÔMICO: A economia informal também sofre todos os efeitos das políticas macroeconômicas porque está imersa na engrenagem do desenvolvimento ou recessão da economia: “A demanda pelo trabalho por conta própria está associada, e é desenhada, principalmente, pela demanda por serviços, que se estende através da expansão do nível de renda, tendo um comportamento pró-cíclico.” (CACCIAMALLI, 2000) Essa percepção é

bastante clara para o comerciante de rua: “O comércio tá muito fraco, tá todo mundo sem dinheiro...” (IBANHES, 1999);

c. AUSÊNCIA DE CRÉDITO ESPECÍFICO PARA A CATEGORIA: Como não há uma política orientada para o setor informal que ocupa os espaços públicos, só é possível o crédito pessoal em detrimento do crédito bancário institucional (YÁZIGI, 2000). Na maioria das vezes, de acordo com o levantamento de campo, é impossível entrar nestes financiamentos, uma vez que a categoria não preenche os requisitos exigidos pelas instituições de crédito pessoal (seja do governo ou particular), como comprovante de renda, algum bem quitado, etc. Para todos eles, foi perguntado se houve a tentativa e quais foram os procedimentos. Em todas elas, a resposta foi negativa, por desconhecimento, por consciência de não cumprir os pré-requisitos ou ainda por medo de se endividar;

d. MICRO-UNIDADES ECONÔMICAS: Como foi mencionado anteriormente, não há mecanismos de expansão da escala do negócio. Na sua maioria, elas não passam, de micro-unidades, compostas de 1 a no máximo 5 pessoas. Em alguns casos estas micro-unidades convivem com unidades ou grupos de até 30 a 40 pessoas. No mapa XX são demonstrados a justaposição destes grupos;

e. DIFICULDADE DE PLANEJAMENTO: Embora a maioria não consiga acumular nenhum excedente, aquele que o consegue, não estabelece um planejamento para alocar recurso para expandir seu negócio. Isto pode ser confirmado através do relato de Amadeo e Tomás, entrevistados por Ramires (2002), cujos rendimentos mensais mal dão para pagar as despesas, mais difícil ainda seria acumular. De qualquer forma, segundo a pesquisa de Ibanhes, “há um certo grau de perplexidade e de dificuldade demonstrados pelas pessoas em definir qualquer forma mais sistematizada e regular de ganho ou ocupação”. (IBANHES, 1999)

f. RENDIMENTO INSUFICIENTE PARA O CUSTO SOCIAL: Apesar de haver uma heterogeneidade dos rendimentos, o trabalho informal não é suficiente para satisfazer as necessidades materiais do próprio negócio e para sustentar todos os custos sociais: educação, habitação, acesso às infra-estruturas urbanas, etc. Um relato colhido por Ramires (2002), de um vendedor no Parque d. Pedro é revelador: “os rendimentos o impedem de ter residência (mesmo que alugada), e por essa razão dorme na rua ao lado de seu ponto. Também não são suficientes para sua alimentação.” (RAMIRES, 2002) Há um aspecto interessante a ressaltar sobre a dificuldade do acesso à casa própria: na pesquisa de D’Ângelo (2000), 69,35% dos trabalhadores entrevistados moram em residência alugada, e dentro desta porcentagem, 55,23% pagam aluguéis entre R\$201,00 a R\$400,00.

características comerciais

- a. MÃO DE OBRA UTILIZA TÉCNICAS COMERCIAIS OBSOLETAS: O levantamento de campo revelou que a maioria não têm capacitação ou, se a tem, foram adquiridas na prática;
- b. PRODUTOS NÃO SÃO NECESSARIAMENTE CONCORRENCIAIS: Os produtos ou serviços encontrados nos espaços públicos não necessariamente são concorrenciais às mercadorias vendidas ou serviços no espaço público. O mapa 10 revela que a relação comércio formal x informal são diversas dependendo do local: USOS DIVERGENTES, USOS CONCOMITANTES, USOS COMPLEMENTARES, USOS CONCORRENCIAIS. Soto (1987) destacou uma tendência à complementaridade na economia informal como um todo, hipótese esta que pode ser aplicada no espaço público: “as mercadorias suplementam tanto em matéria de produtos quanto de preços”. Este dado também é confirmado pela economista Cacciamalli (2000), que não vê características eminentemente concorrenciais no exercício da informalidade;
- c. RELAÇÃO PERSONALIZADA COM CLIENTELA: Na maioria das entrevistas realizadas verificou-se uma relação personalizada com o cliente. Como este item não foi desenvolvido no formulário de entrevista, mesmo assim foi possível registrar que apesar do grande fluxo de pedestres e do próprio anonimato do trabalhador, aqueles que são fixos e possuem seu negócio mais consolidado, procuram recordar do gosto de determinados clientes e vendem até por encomenda;
- d. PEQUENO ESTOQUE: As menores unidades econômicas: que vão de 1 a 5 pessoas, não possuem nenhuma logística de controle do estoque. Como a quantidade de mercadorias diárias é muito pequena, eles utilizam guarda-volumes espalhados ao redor da região central, podendo ser em lojas, até estacionamentos ou repartições públicas, como o Correio Central no Anhangabaú. Grupos maiores e mais organizados possuem estoques em galpões na região central (no Brás) e um sistema de distribuição das mercadorias, segundo relato de um trabalhador;
- e. FLUXO DE CAIXA IRREGULAR: como há uma demanda de consumidores irregular, o fluxo de caixa também é irregular. (BANCO MUNDIAL, 2001) A maioria improvisa, pois não há condições de um planejamento do fluxo de caixa, já que eles vivem uma permanente imprevisibilidade da sua condição. Um relato colhido por Ibanhes (1999) ressalta que a instabilidade financeira é determinante na atividade: “quando você não tem dinheiro, nem o cachorro abana o rabo mais para você”;
- f. PEQUENO INVESTIMENTO INICIAL PROVENIENTE DAS INDENIZAÇÕES DO TRABALHO COM

CARTEIRA: Como nenhum deles relatou ter buscado crédito, é possível afirmar que a entrada no negócio para a maioria, salvo algumas exceções, é modesta (em torno de R\$30,00 a R\$50,00). Este valor inviabiliza a montagem de um negócio formal, uma microempresa. Muitos dos relatos colhidos em campo revelam que o negócio informal nas ruas começou com a indenização decorrente das demissões (RAMIRES, 2002);

g. NÃO HÁ UM “PREÇO DE MERCADO”: Dificuldade de fixar o preço para o consumidor, além de estar estritamente relacionado ao local onde está inserido. Nesse sentido, como não há mecanismos de regulação da atividade, os trabalhadores negociam de acordo com a ocasião. Yázigi (2000) afirma que o comércio de rua, onde o preço sempre é barganhado, é um reduto em extinção;

h. DIVERSIDADE DO PERÍODO DE INFORMALIDADE NOS ESPAÇOS PÚBLICOS: Os levantamentos de campo revelam que há uma grande diversidade quanto ao tempo dedicado ao trabalho informal nos espaços públicos. Muitos deles revelaram estar há 20 anos nesta ocupação, assim como há trabalhadores jovens que entraram recentemente e estão na primeira ocupação;

i. CARGA HORÁRIA DE TRABALHO ALTA: Em todas as pesquisas mencionadas, foi constatada uma carga horária de trabalho alta, de no mínimo 10 horas por dia. Aqueles que trabalham menos, como a trabalhadora Marlene, entrevistada por Ramires (2002) possuem dupla jornada doméstica - filhos e casa. Além disso, 76% deles trabalham 6 dias por semana, ou seja, de segunda a sábado, conforme detectou Ibanhes (1999), dentro de sua amostra pesquisada. Esta informação não foi sistematizada nesta tese, porém o mapa de ocupação dos trabalhadores no sábado mostra a ocupação maciça nos espaços públicos. Um trabalhador de rua desabafou à Ibanhes: “Você sempre espera mais um pouco, quer vender mais alguma coisa antes de ir embora... e fica até mais do que se fosse num outro serviço. O cabra tem que chegar cada vez mais cedo, cada vez mais cedo, pra ir embora cada vez mais tarde... mata o dia aqui mesmo.” (IBANHES, 1999) A mesma situação foi confirmada por dois trabalhadores que entrevistei, Alex e Maria, que determinam uma meta diária do n.º de mercadorias a serem vendidas e, para cumpri-la, se estendem até as 22:00 ou até mesmo 23:00 se for preciso, totalizando até 14 horas diárias;

j. CONFLITO X APOIO; COMPETIÇÃO X COMPLEMENTARIDADE COM OS LOJISTAS NO ESPAÇO PRIVADO: Não há como provar que é inerente ao trabalho informal nos espaços públicos a existência somente de conflito e competição com as atividades comerciais realizadas no espaço privado. Prova disso são os inúmeros relatos colhidos nas entrevistas que sugerem apoio e complementaridade e em outros casos, repulsa e competição. Isto pôde ser explicado no início deste capítulo quando se menciona as duas variáveis de relacionamento social: conflito e articulação.

Ibanhes registrou o relato do trabalhador Pedro, que ressalta a articulação com o lojista em frente à sua banca na rua: “durante a chuva o pessoal da loja não liga; o segurança até olha pra mim, às vezes”. (IBANHES, 1999)

k. DIFICULDADE DE REGULARIZAÇÃO: Alguns trabalhadores entrevistados, entre eles seu João da samambaia e seu Amaro do bronze, testemunharam que a burocracia para requerer o TPU é de difícil de compreensão e as exigências não correspondem à realidade das ruas. Um desses requisitos é que a mercadoria deve ser fabricada pelo próprio trabalhador, o que corresponde, a partir dos levantamentos de campo, a uma insignificante minoria;

l. REDE DE FORNECEDORES ESPECÍFICOS AOS TRABALHADORES DE RUA. Há toda uma rede de trabalhadores que prestam serviços exclusivamente aos trabalhadores de rua. A começar por aqueles que o fornecem. Brás, por exemplo, é fornecedor de vestuário e comida nordestina; Luz, de bebida e localização dos guarda-volumes; região da 25 de Março: produtos importados; r. sta. Efigênia, eletrônicos, etc. Na pesquisa de D’Ângelo (2000), 56,70% dos trabalhadores entrevistados compram diretamente dos atacadistas enquanto apenas 19,75% compram direto dos produtores.

características jurídicas

a. NÃO CONTRATUAL: Os grupos de comércio nos espaços públicos que alçaram um certo porte, não chegam a constituir firmas perante ao Estado ou à Prefeitura, o que impede, por exemplo, de se organizarem como entidade a fim de combinar recursos e aumentar seu valor econômico. Pelo fato das relações não serem garantidas por contratos, os riscos são muito maiores. Outro problema resultante da ausência de uma figura jurídica, é a “dificuldade de acesso às formas legais de organizar insumos e distribuir riscos, dividir responsabilidades e poder realizar também atividades econômicas de longa maturação, obrigando a produção se manter em pequena escala, de pouco alcance e escasso uso de tecnologia”. (YÁZIGI, 2000);

b. LEGISLAÇÃO PARALELA: Apesar da existência de uma série de regras de conduta impostas pela Prefeitura quanto à ocupação dos pontos no espaço público, este só corresponde somente à 30% da realidade, dentro do perímetro levantado. Isso equivale a dizer que os outros 70% são obrigados a estabelecerem pactos informais entre eles para ocupação no espaço. Segundo Soto (1987), os trabalhadores informais não se entregaram completamente à anarquia, mas desenvolveram seus

próprios direitos e instituições. Há uma legislação paralela que Soto (1987) denomina como “normalidade extralegal”. No perímetro investigado existem os donos do ponto, que avaliam a localização do negócio segundo rentabilidade, acesso a circulação de pedestres, etc. A normatização do espaço público vai sendo construída cotidianamente por uma legislação baseada apenas na palavra e com a ausência de mediadores ou árbitros;

c. PACTOS INFORMAIS: Os trabalhadores delimitam seu território “demarcando-o com regras “subterrâneas” de posse e ponto; uma espécie de “regulamentação informal” das relações de trabalho. São códigos cambiantes e até certo ponto “invisíveis”, permitindo, em certos casos, interpretações diferenciadas e, por isso mesmo, supondo a prática da violência em situações-limites, quando não se legitima frente alguns dos que dele participam, ou quando tal código entra visivelmente em choque com o poder público”. (FRÚGOLI, 1995);

d. NÃO CONTRIBUI PARA O FISCO: Associação Viva o Centro revelou que, em 2002, dados da Secretaria de Finanças do Estado de São Paulo revelam que, sem o recolhimento do ICMS, o comércio informal representa uma perda de 4% a 5% da receita estadual. Não foi registrado particularmente nenhuma contribuição do imposto da mercadoria a nível estadual, somente a nível municipal (CCM);

e. CLANDESTINIDADE: “Sabe-se que mesmo a distribuição legal de pontos passa, na sua maior parte, pelo controle de grupos organizados. Pelo tipo de permissão que têm, não fornecem notas fiscais ou garantias de produtos por escrito. Entre os clandestinos a garantia é mais impensável ainda.” (YÁZIGI, 2000) A ilegalidade traz uma insegurança e risco para o negócio pois eles estão constantemente sob a ameaça de apreensão da mercadoria e do aparato de trabalho. Veremos no capítulo 3 as principais consequências da clandestinidade;

características da saúde pública

Ibanhes (1999) estudou a estrutura e organização de alguns trabalhadores de rua, principalmente as condições de saúde físico-psíquica do trabalhador nas ruas. Dos 54 trabalhadores entrevistados por ele, 44% não declararam ter problemas de saúde; 37% declararam ter naquele momento algum problema (as entrevistas foram realizadas em 1997); 1,9% disse ter de 1 a 6 meses; 5,6% de 7 a 12 meses e 11,1% mais de 12 meses algum problema de saúde. (IBANHES, 1999)

Figura 46- foto: Luciana Itikawa. local: r. Barão de Itapetininga. Outubro de 2002

A dificuldade metodológica, segundo o pesquisador, era identificar estes problemas como sendo de origem interna a própria condição de trabalho precária que os espaços públicos obriga, ou como algo pontual e externo, que “veio de fora para dentro”, como os próprios trabalhadores denominam.

a. DIFICULDADE DE ATENDIMENTO NA REDE PÚBLICA: Um dado levantado por Ibanhes que merece ser destacado é a porcentagem de trabalhadores de rua que se utilizam da rede pública na procura de atendimento de saúde: 77,3% - a grande maioria - utilizam os centros de saúde e hospitais públicos, enquanto que apenas 22,7% procuraram clínicas ou consultórios privados. Segundo o pesquisador, alguns deles (não revelou o número) até pagam planos de saúde privados, porém, acabam utilizando a rede pública de saúde devido às “dificuldade na hora de utilização, que vão desde a falta de porte de cartão de identificação ou dos recibos atualizados consigo no momento da emergência, até a descoberta de que havia carências e falta de cobertura para determinados procedimentos médico-clínicos”. Veja relato de um dos trabalhadores colhido por Ibanhes (1999): “Paguei dois anos de Golden Cross e quando precisei operar, me disseram que era por causa do diabetes e não me atenderam (...)”.

No levantamento de campo, os trabalhadores também foram entrevistados em relação aos aspectos relacionados à saúde pois acredito também que este pode ser um indicador determinante da precariedade das condições de trabalho na rua. No levantamento cartográfico (dentro dos distritos Sé- República) que indentificou os equipamentos de saúde existentes, existe apenas um posto de saúde dentro deste perímetro e o atendimento é insuficiente e precário;

b. SINTOMAS DE STRESS E TENSÃO DIÁRIOS: Alguns relatos nos chamam a atenção sobre os sintomas decorrentes do stress e apreensão quanto ao risco de se trabalhar na clandestinidade. Maria, 50 anos, disse que desenvolveu problemas cardíacos e hipertensivos, agravados ainda mais nos momentos em que ocorre o ‘rapa’ (apreensão das mercadorias por parte dos fiscais). Um outro relato colhido por Ibanhes mostra este sintoma de stress praticamente inerente à condição do trabalho na rua: “(...) olha, dor de cabeça não é problema não, é uma coisa normal (...) é quase todo dia, mas é assim mesmo, com essa vida ... Problema, problema, não, dor de estômago é normal, como muita bobagem, passo nervoso.”; ou ainda: “(...) tenho diabetes de fundo emocional: o médico me falou que era muito stress, nervoso... também, como não passar nervoso nessa situação que a gente vive? Nem na guerra, que eu me lembre, era desse jeito”. (IBANHES, 1999)

Segundo Ibanhes, 77,8% dos 54 trabalhadores entrevistados indicaram sintomas de tensões associadas à instabilidade das condições de trabalho: “não posso nem pensar na situação

Figura 47- foto: Luciana Itikawa. local: r. S. Bento. Novembro de 2001

que aí não durmo a noite inteira”, ou “a gente fica sem saber de nada, dá desespero”. Em outros relatos colhidos por ele, 63%, afirmaram sentir algum tipo de esgotamento físico e mental: “muito cansado”, ou ainda: “sem coragem de fazer as coisas”. Segundo Ibanhes, é relacionado, sobretudo, à “falta de perspectivas econômicas, profissionais e pessoais gerada pelo estreitamento e limitação dos horizontes”. (IBANHES, 1999).

c. NÃO CUMPRIMENTO DE NORMAS SANITÁRIAS: a Prefeitura proíbe hoje o comércio de alimentos perecíveis nas vias públicas e, no entanto, este tipo de comércio culturalmente foi o primeiro a aparecer na vida urbana brasileira. Nenhum trabalhador entrevistado dentro do perímetro de estudo revelou ter a preocupação da conservação dos alimentos, daí o risco de intoxicação alimentar ser uma ameaça real;

d. DESGASTE FÍSICO: Tanto os trabalhadores itinerantes como os fixos geralmente reclamam do desgaste físico da postura e locomoção do trabalho. Um depoimento colhido por Ibanhes é emblemático sobre esta questão: “Dá dor nas costas. Fico curvado o tempo todo. Isso me mata. as costas doem muito, de ficar sentado no banquinho... não dá pra trazer uma cadeira aqui né? As costas ficam arreventadas. Eu tenho dor nas pernas também”. (IBANHES, 1999)

e. DIFICULDADE DE HIGIENE PESSOAL E DE SUPRESSÃO DAS NECESSIDADES FISIOLÓGICAS: Outra reclamação recorrente é a dificuldade de supressão das necessidades fisiológicas e higiene pessoal, particularmente para as mulheres, segundo um dos seus depoimentos femininos colhidos por Ibanhes: “Bom, ir ao banheiro, por exemplo, é terrível. Não tem onde lavar as mãos, pra almoçar. É péssimo, não tem onde beber água, lavar uma fruta. (...)”. (IBANHES, 1999)

f. EXPOSIÇÃO ÀS INTEMPÉRIES: A exposição às intempéries e a poluição do ar e sonora também são indicadores de desgaste no trabalho: “Ficar no tempo é ruim, faz chuva, faz sol, vento. É muito mal, tem muita poluição e fumaça por causa dos ônibus e do terminal, além do barulho da barraca de CD. Se é sol, é muito quente, quando é frio, é frio... não tem jeito. Uma desvantagem que eu vejo são as enchentes, as enxurradas que descem trazendo tudo lá de cima, lixo, sujeira. Além do normal da rua, fumaça, tudo, tem as águas da chuva, o lixo e a sujeirada, com qualquer chuvinha, isso aqui vira um rio, e não tem pra onde correr, fica tudo cheio, perde as mercadorias”. (IBANHES, 1999)

características corporativas

- a. ORGANIZAÇÕES DE AUTODEFESA: Os únicos canais de autodefesa são as Comissões Permanente de Ambulantes (CPAs) em cada subprefeitura, onde estão presentes os líderes de sindicatos. A falta de representatividade é analisada no capítulo 5 e 6. Há muita divergência entre os sindicatos, o que revela um perfil fragmentado da categoria;
- b. POUCA COESÃO INTERNA E BAIXA REPRESENTATIVIDADE: Sindicatos ou organizações “possuem pouca coesão interna entre si. [Os trabalhadores] chegam até individualmente desconhecer suas organizações quando isto lhe permite obter alguma vantagem.” (SOTO, 1987) Os testemunhos colhidos em campo nos levam a crer que o sindicalismo pouco ou quase nada significa no cotidiano dos trabalhadores. Alguns deles, apesar de terem sido filiados, hoje não enxergam retorno ou benefício imediatos. Apesar de alguns terem se filiado a algumas organizações, poucos são os trabalhadores, conforme observado em campo, que estão cadastrados em algum sindicato;
- d. INSUFICIÊNCIA DAS FORMAS DE SOCIABILIDADE: Os espaços políticos de organização da categoria são ausentes ;
- e. TRABALHO ASSALARIADO NO ESPAÇO PÚBLICO: Conforme relato da trabalhadora Flávia (RAMIRES, 2002) e de José Everaldo, Maria, José Eduardo e Lindomar², alguns trabalhadores de rua contratam um ajudante e pagam um salário mínimo além de outros benefícios, como 13º, férias remuneradas, despesas de transporte e alimentação. Trata-se da informalidade dentro da informalidade. No caso do José Eduardo, ter um ajudante, Alex, foi mais por solidariedade que por necessidade, já que o rendimento do negócio R\$960,00/mês, sem as despesas, não é suficiente para o trabalho em parceria;
- f. REDE DE SERVIÇOS DE TRABALHADORES INFORMAIS PARA TRABALHADORES INFORMAIS: há uma extensa rede de serviços, como alimentação, café, fornecedores que se organizam para atender prioritariamente ou exclusivamente aos trabalhadores informais nos espaços públicos.

MARCOS CONCEITUAIS PARA O MAPEAMENTO DO FENÔMENO

A iniciativa de produzir um “Atlas do Trabalho Informal de rua” é tentar conectar os dados urbanos com os dados sócio-econômicos sobre o fenômeno dentro do perímetro de estudo. O principal objetivo é mostrar que o comércio informal de rua não é um fenômeno isolado e que, portanto, possui seus tentáculos com o tecido urbano existente e com as pessoas que nele transitam e trabalham. O objetivo deste mapeamento é relacionar e confrontar esta atividade que é exercida nos espaços públicos com aquela que é exercida nos espaços privados, estabelecer as articulações com as infra-estruturas urbanas e saber como ocorrem as relações dentro da categoria e com as instituições no tecido urbano.

Para isso, foi necessário um olhar ‘ecclético’ (conceito que discuto adiante), ou seja, um olhar que pudesse entremear desde as relações internas mais capilares de um grupo de trabalhadores até a extensão da informalidade nas rotas clandestinas de mercadorias nacionais e internacionais.

A informalidade nos espaços públicos, ao contrário do que se atribui ao fenômeno, produz geometrias, apesar de fluidas e instáveis, bem demarcadas que ultrapassam o meramente caótico. Este é o foco deste capítulo: **quais são as geometrias da informalidade?** Geometrias de relações sociais, econômicas e até culturais, que nos fazem concluir que o informal não é apenas aquilo que não tem forma, mas aquilo que constitui formas específicas e complexas no território.

O ATLAS DO TRABALHO INFORMAL NOS ESPAÇOS PÚBLICOS NO CENTRO DE SÃO PAULO possui 6 partes, ou seja, 6 vertentes de mapeamento:

1. A DIMENSÃO DA OCUPAÇÃO INFORMAL NA CIDADE E NO CENTRO DE SÃO PAULO;
2. DINÂMICA ECONÔMICA NO ESPAÇO PRIVADO E PÚBLICO DO CENTRO DE SÃO PAULO;
3. A DINÂMICA DE FLUXOS E O TRABALHO INFORMAL NOS ESPAÇOS PÚBLICOS;
4. A GEOPOLÍTICA DA INFORMALIDADE;
5. A QUESTÃO TEMPORAL E O TRABALHO INFORMAL NOS ESPAÇOS PÚBLICOS;
6. A CULTURA POPULAR E A INFORMALIDADE NOS ESPAÇOS PÚBLICOS.

1. perfil do atlas - material e método

A idéia deste atlas é tentar mapear não só aquilo que está no âmbito local e aparente nos espaços públicos no Centro, como também entender este fenômeno à luz das sinergias econômicas e políticas existentes no território - rotas de mercadorias, ação do poder público, cultura popular, etc. Dessa forma é possível demonstrar a extensão da sua complexidade e dinâmica no tecido urbano.

Para entender a interação com as atividades e usos urbanos foi necessário um olhar de dentro, compartilhado com os próprios trabalhadores e registro dos dados que extrapolassem um levantamento cartográfico mais ortodoxo (linear, externo ao fenômeno, unidimensional, unidisciplinar).

A definição de 'Atlas Eclético', conceito utilizado por Stephano Boeri, parece o que mais aproxima do perfil das questões cartografadas. Boeri argumenta que o registro de fenômenos contemporâneos - instáveis e complexos, é uma prática heterodoxa, porque necessita de um olhar múltiplo:

Fenômenos que a topografia não captura por imagens de satélite e sim por fotografia infravermelho: fluxos de trânsito, densidades de multidões, migrações anuais. Nesse sentido, fotografia aérea e cartografia temática não são mais capazes de revelar, exceto por simulações.

Repentinamente, as cidades tornam-se irreconhecíveis, aparentam estranhas, figuras amorfas sem uma clara distinção da periferia, ausente de um centro óbvio ou distinção exata de suas diferentes partes.

A democratização de uma tecnologia poderosa de observação do território tem um efeito paradoxal de disseminar um senso de impotência entre as disciplinas que estudam o espaço habitado, até o ponto onde os mais atentos pesquisadores que procuram explicar fenômenos urbanos contemporâneos têm sido obrigados a evocar a natureza caótica do território e a impossibilidade de construir qualquer tipo de representação mais abrangente.

Em algumas partes da Europa esta atitude está produzindo 'Atlas Ecléticos', que propõem novos modos de examinar correspondências entre espaço e sociedade.

Os dados são heterogêneos (reportagens, levantamentos fotográficos, descrições geográficas e literárias, classificações, antologias e monografias, coleções de planos e projetos, etc.).

Eles tendem a tomar forma de 'atlas' porque eles procuram novas correspondências lógicas entre os elementos espaciais, as palavras que utilizamos para nomeá-los e imagens mentais que projetamos sobre eles. Tendem a ser 'eccléticos' porque os critérios no qual as correspondências sociais e espaciais estão colocadas são sempre multidimensionais e experimentais. Esta família diversificada de estudos e elocubrações não acreditam que o caos é reflexo de fenômenos externos, mas certamente é efeito de modos desgastados de conceber o território.

'Atlas Eccléticos' sempre tentam construir representações com 'múltiplas entradas' que contra-reagem o paradigma dominante.

Perplexos com a progressão linear da história, os observadores preferem usar 'formas' para representar o fluxo do tempo no território. Eles produzem mapas provisórios e incoerentes entre si, no qual o território não é representado com um mineral substrato ou como um conjunto de layers de 'estados de coisas' estáveis, mas como um entrelaçamento de configurações sinuosas e configurações múltiplas daquilo que é reversível e que nunca compartilha a mesma moldura de tempo.

Em uma confrontação cética com um olhar impessoal e sinóptico, estes atlas, na sua maioria, sempre usam vários ângulos de vistas simultâneas de olhar do território: de cima olhar zenital), mas também através do olhar das pessoas que vivem dentro do território, ou mesmo de perspectivas novas, experimentais e sem preconceito.

A característica mais interessante desses 'atlas eccléticos' é que eles estão de acordo com seus campos de observação: eles usam um olhar ecclético para observar um território ecclético. (BOERI, 1999)

Em outras palavras, para Boeri (1999), o mapeamento é 'ecclético' ao incluir diferentes formatos de informações, uma vez que mapas bidimensionais não dão conta de registrar fenômenos complexos que incluem o fator tempo, denúncias políticas, vetores de deslocamentos migratórios, etc. A seguir estão alguns parâmetros de mapeamento que podem ampliar a investigação de um fenômeno, segundo Boeri:

- A forma de captação/ coleta de dados pode usar não somente as tecnologias de registro ótico (fotos), como também a digital, ondas (infravermelho) e raio X, etc.;
- As fronteiras podem ultrapassar a compreensão de limites geográficos distintos: fenômenos se estendem além das fronteiras demarcadas entre cidades para uma escala metropolitana;
- A heterogeneidade das informações deve ser considerada: notícias, fotos, produções literárias, etc.;
- Podem haver múltiplas representações para uma mesma questão, por exemplo, violência urbana: temporal ou quantitativa;
- São muitas as formas de medir variações temporais: ritmo, velocidade, pausa, aceleração, etc.;
- A posição da coleta de dados não é captada somente de cima (zenital) e distante, mas também de dentro, a partir de um testemunho compartilhado.

A principal contribuição de Boeri para esta tese é introduzir a possibilidade de utilização de novas ferramentas para tornar mais precisa a caracterização dos vários perfis de um mesmo objeto. Segundo ele, uma metodologia que incorpore a complexidade deve ter consciência de sua transitoriedade, multidimensionalidade e experimentalidade.

Para esta pesquisa é um desafio construir uma metodologia de levantamento que tente caracterizar, por exemplo, relações de interdependência instáveis, deslocamentos periódicos e inconstantes, “micro-poderes” (ver item no início deste capítulo) que não estão fixos no espaço, entre outras instabilidades da economia informal, que desafiam um planejamento urbano de perfil controlador ou autoritário.

Nesse sentido, Boeri, discute também o papel do Estado: deve ser ele vigilante ou monitorador? Repressivo ou indulgente? São estas indagações que indiretamente este “Atlas do Trabalho Informal nos espaços públicos” pretende colocar.

Considerando as características de instabilidade e multiplicidade que demonstramos nos mapas a seguir, somadas à ausência de dados cadastrais oficiais, foram necessárias além das entrevistas *in loco*, o acompanhamento contínuo de alguns processos ao longo da pesquisa.

No levantamento de campo, o modelo de ocupação no espaço por estes trabalhadores informais nos espaços públicos ultrapassava muito o que poderíamos considerar como uma geometria linear ou regular. Para agravar ainda mais, este fenômeno se transformava rapidamente no espaço e no tempo, o que me fez concluir que o fator tempo, ou ainda a velocidade dessa transformação, deveria ser considerada. (grifo meu)

Kelly (1994) em seu livro *Out of Control: the new biology of machines, Economic and Social Systems* declara que os sistemas de comunicação atuais (inter e intranet), assim como os fenômenos sócio-urbanos, adquirem qualidades similares aos fenômenos biológicos. Ou seja, os sistemas deixam de ser lineares, uniformes, regulares, repetitivos, previsíveis, hierárquicos e controláveis para tornarem-se, respectivamente, complexos, fragmentados, irregulares, instáveis, imprevisíveis, caóticos e incontroláveis. Estaríamos contrapondo, portanto, máquinas de fenômenos ou “coisas” com dinâmica própria. Há hipóteses de geometrias possíveis que possam, se não entender, pelo menos mostrar as probabilidades de sua existência e seu raio de influência.

Isso é particularmente emblemático quando percebemos a dificuldade dos órgãos públicos em colocar todo seu aparato burocrático na repressão dos trabalhadores de rua, e se enxergarem completamente impotentes no controle dos trabalhadores. A hipótese mais contundente parece ser que **a lógica tanto espacial quanto estrutural de ambos são diferentes**. Cada um trabalha em um tempo e organização diferentes. A repressão a este fenômeno, portanto, tem se revelado, no mínimo, desperdício de recursos públicos, uma vez que a flexibilidade e agilidade de recuperação da rede de trabalhadores no espaço público ultrapassa a lógica linear da estratégia de repressão por parte do Governo. (grifo meu)

Como então mapear esta condição em constante trânsito e mudança se é difícil até mesmo registrar sua história? O constante trânsito dos trabalhadores de rua itinerantes foi o maior desafio de mapeamento. A condição “nômade” destes trabalhadores que necessitam estar em constante trânsito para escapar da fiscalização é denominada por Deleuze (1997) como pessoas “sem-história”, uma vez que existia dificuldade de registro: “É verdade que os nômades não têm história, só têm uma geografia. E a derrota dos nômades foi tal, tão completa, que a história identifica-se com o triunfo dos Estados”.

O fora aparece simultaneamente em duas direções: grandes máquinas mundiais, ramificadas sobre todo o ecúmeno num momento dado, e que gozam de uma ampla

autonomia com relação aos Estados; mas também mecanismos locais de bandos, margens, minorias, que continuam a afirmar os direitos de sociedades segmentárias contra os órgãos de poder de Estado. O mundo moderno nos oferece hoje imagens particularmente desenvolvidas dessas duas direções, a das máquinas mundiais ecumênicas, mas também a de um neoprimitivismo, uma nova sociedade tribal como a descreve McLuhan. (DELEUZE, 1997)

É necessário ressaltar que a palavra “nômades” empregada por Deleuze neste capítulo deve ser interpretada não no seu sentido literal, pois nem todos os trabalhadores são itinerantes.

Stefano Boeri, tem estudado as mudanças provocadas nos países europeus devido à unificação monetária em alguns países da Europa. Em seus últimos estudos sobre o impacto urbano resultante da acomodação frente à esta nova realidade da União Européia, ele constata a presença maciça de trabalhadores informais nos espaços públicos em um dos países do leste europeu:

A invasão do espaço público em Belgrado pelas formas móveis e informais do comércio é uma versão radical e extrema de uma outra mutação que coloniza faixas inteiras de espaços urbanos abertos da Europa. Não é simplesmente o modelo de um ‘bazar’. O aspecto mais inovador está no fato que essa invasão em todo lugar gera uma forma de espaço coletivo que é simultaneamente hiperfragmentado e denso. Um espaço molecular parcelado por múltiplos gestos de apropriação. Parece ser a vinda inevitável de toda forma de interação coletiva no espaço aberto a cidade européia. (BOERI, 2000)

Atualmente, há uma bibliografia considerável sobre as formas de representação da instabilidade de fenômenos urbanos. (ALLEN, 1997; BOERI, 1999; DE LANDA, 2000; GARRITZMANN, 2000; KELLY, 2000; KÖNIGS, 1999; KWINTER, 1999; LANGRAN, 1993; VAN DEN HEUVEL, 2000; VERSTEEGH, 1997; VIDLER, 2000)

Para Deleuze, as formas de mapeamento desse deslocamento não podem ser mais através de estatísticas numéricas apenas: *“O número sempre serviu, assim, para dominar a matéria, para controlar suas variações e seus movimentos, isto é, para submetê-los ao quadro espaço-temporal do Estado. O número já não é um meio para contar nem para medir, mas para deslocar”* (DELEUZE, 1997)

Para Stan Allen (1997), a estratégia de mapeamento deve partir de outro paradigma:

Como considerar toda a complexidade e indeterminação da cidade através da metodologia de uma disciplina comprometida com a racionalidade na cidade?”.

“O governo têm uma enorme dificuldade de pensar suas regras fora do exercício do controle do aparato burocrático”. Para ele, “arquitetura e planejamento, em uma desesperada tentativa de sobrevivência, se opõe sua idéia de ordem ao caos, planejamento X crescimento descontrolado”. As estratégias que lidam com este tipo de processo, para ele, implicam em “táticas flexíveis para acomodar e relacionar as topografias existentes (formal, social, histórica e programática. (ALLEN, 1997)

O conceito de Allen sobre a “**topografia social ou histórica**” é interessante porque determina que o relevo de uma cidade não contém apenas suas características geológicas ou morfológicas, mas também seus indicadores sócio-econômicos, que se transformam ao longo do território, revelando superfícies que se transforma gradativamente, e não de forma estanque, por fronteiras indelévels, como o mapeamento tradicional costuma mostrar.

Este é um conceito foi fundamental construção da metodologia de mapeamento do objeto em questão porque considera que a informalidade não acontece de forma estanque no território. A geometria de ocupação do comércio informal de rua possui “picos” (altos índices) e “vales” (baixos índices) e, entre eles, gradações múltiplas, como curvas de nível de um relevo. O mapa XX - topografia temporal de ocupação do trabalho informal nos espaços públicos procurou registrar a partir desta ótica.

Allen (1997) sugere uma nova postura que não seja apenas comprometida com uma “racionalidade”, que considere o território uma *tabula rasa*. Ele acredita, sobretudo, que é possível incorporar o conflito e a impermanência de um tecido urbano.

A partir da discussão destes autores, foi possível montar um quadro de premissas conceituais que balizam a metodologia:

2. premissas conceituais

MODELOS DE MANIPULAÇÃO DOS DADOS:

Há basicamente dois modelos de manipulação de dados, dependendo do comportamento no espaço e no tempo:

- modelo linear: Este modelo é geralmente usado quando não há uma grande variabilidade da informação: o tipo do dado não requer atualizações periódicas, assim como sua geometria parece mais previsível ou controlável. Para Kwinter (1999):

Um modelo linear é aquele que dentro de um dado momento pode ser expresso sempre nos mesmos termos (números e relações de parâmetros) como em qualquer estado anterior ou posterior. Se o cálculo padrão pode modelar a evolução de sucessivos estados do sistema, então, ele só pode ser usado na medida em que acompanha o movimento de um corpo dentro de um sistema e todas as mudanças ou transformações do sistema serão submetidas à esse padrão de cálculo. Nesse sentido a matéria está sempre condenada à eterna identidade: somente pode mudar em grau (quantidade) e nunca em tipo (qualidade).

- modelo topológico: Um modelo Topológico é aquele que verifica **relações espaciais** que estão aquém do territorialmente visível e imediato; ele não coleciona objetos ou espaços e sim “eventos físicos” ou “fatos urbanos”. Para Kwinter (1999), este modelo têm como premissa a inconstância e irregularidade:

As relações cuja complexidade ultrapassa equações algébricas podem ser medidas como transformações quantitativas. Topologia descreve ‘eventos mutantes’ (deformações) que introduzem reais descontinuidades na evolução dos sistemas como um todo. As características de um levantamento é registrada não com dados quantitativos e sim pelas suas ‘singularidades’ dos fluxos do espaço do qual faz parte. É temporal porque varia no momento em que é registrado o fenômeno. É justamente esta variabilidade e contingência que é realmente importante. Exemplo: zero graus é a temperatura exata onde a água se transforma em gelo.

Este parece ser o modelo mais plausível para esta metodologia porque contempla melhor as variações geométricas, temporais e qualitativas da informalidade nos espaços públicos.

INCORPORAÇÃO DA VARIÁVEL TEMPO:

- “performance”: A transformação no tempo e espaço do comércio informal nos espaços públicos é a sua característica mais peculiar. Os contínuos deslocamentos e transformações ao longo do tempo são suas “performances”. Este conceito incorpora variáveis temporais como: intervalo, duração, aceleração e acumulação. Existe, portanto, uma “velocidade” ou “ritmo” do fenômeno a ser considerado;
- antecipação: Segundo Versteegh (1997), há fenômenos que estão na iminência de serem realizados apesar de não serem palpáveis. Isso significa não só mapear apenas objetos existentes, como antecipar novas organizações e especificar relações entre eles. O mapa ‘Topografia Temporal de Ocupação’ registra a variação da ocupação no espaço público durante todo um dia;

GEOMETRIAS COMPLEXAS DO TECIDO URBANO:

- o *moiré*: É o resultado figurativo da sobreposição de duas tramas distintas, através da criação de uma terceira, ou seja, seu desenho só é possível na conjunção de dois elementos. Efeitos inesperados, comportamentos aparentemente irregulares e complexos são resultados da combinação de elementos que são, eles próprios, aparentemente repetitivos e regulares. Esse conceito é bastante importante quando dados que possuem geometrias diferentes se cruzarem. A geometria resultante (como soma de geometrias) é distinta de cada geometria em separado;
- teorias da multidão: Segundo Allen (1987), “as variações e obstáculos do meio ambiente são acomodados e adaptados por um ajuste fluido. A forma e extensão da multidão são razoavelmente fluidas. Multidão e enxames operam no limite do controle, são geometrias complexas de massas em movimento”.
- “logística do contexto”: Allen (1997), sugere a necessidade do:

Reconhecimento dos limites da habilidade do planejamento em ordenar a cidade e, ao mesmo tempo, aprender com a complexidade de ordens auto-reguladoras sempre presentes na cidade. Controle é substituído por atendimento, uma lógica de fluxos e vetores”. Este tipo de metodologia indica uma “rede de relações capazes de acomodar a diferença, ainda que seja difícil o suficiente de incorporar mudanças sem destruir

sua coerência interna. Fronteiras permeáveis, Relações internas flexíveis, Múltiplos padrões e hierarquias fluidas são os padrões formais de tais sistemas. Trata restrição como oportunidade, e ultrapassa o que seria uma ética modernista – e estética da transgressão. Trabalhar com e não contra o lugar, registrando a complexidade daquilo que é existente nele.

3. escolha do local e abordagem

Primeiro, era necessário determinar um local de estudo que fosse emblemático do ponto de vista do comportamento espacial da informalidade nos espaços públicos. O Centro de São Paulo é o retrato mais agudo da informalidade, em números e em qualidade, pois além de historicamente sempre ter sido ocupado por trabalhadores nos seus espaços públicos, é o foco das atenções da opinião pública sobre a dimensão e a extensão dos conflitos.

A partir daí, foi delimitado um perímetro dentro dos distritos Sé e República que contém diferentes perfis econômicos entre si e onde a concentração de trabalhadores informais nos espaços públicos se mostra mais expressiva. Os vértices deste perímetro são espaços públicos simbólicos e economicamente importantes para o Centro do município de São Paulo.

É fundamental entender este fenômeno em várias escalas como, por exemplo, alguns registros de rotas de mercadorias em escala internacional e regional, o alcance da ocupação nos espaços públicos para os fluxos da metrópole como um todo, entre outros. Nesta pesquisa será investigado, na sua maior parte, o fenômeno na escala intramunicipal, quase na escala do corpo a corpo, revelando as discrepâncias entre espaço público e espaço privado, entre o cidadão e o não-cidadão.

conteúdo:

MAPA 1: N.º DE TRABALHADORES CADASTRADOS POR SUBPREFEITURA;

MAPA 2: TRABALHO INFORMAL NOS DISTRITOS SÉ-REPÚBLICA-BRÁS;

MAPA 3: PERÍMETRO EM ESTUDO;

MAPA 4: USO DO SOLO NO ESPAÇO PÚBLICO DURANTE A SEMANA;

MAPA 5: OCUPAÇÃO INFORMAL NOS ESPAÇOS PÚBLICOS NO FINAL DE SEMANA;

MAPA 6: EXTENSÃO DA ATIVIDADE DO TERCIÁRIO PRIVADO NO ESPAÇO PÚBLICO.

objetivos:

- revelar a ordem de grandeza deste fenômeno dentro da cidade através das diferenças entre as subprefeituras (antigas regionais) e mostrar hipóteses da concentração em determinados espaços;
- revelar a dimensão aguda da ocupação na região central;
- revelar a variabilidade da ocupação em dois registros diferentes na semana - durante a semana e final de semana. Levantar as razões dessa diferença;
- revelar a extensão das mercadorias/serviços do espaço privado no espaço público.

primeiras considerações:

- instabilidade: A instabilidade do comércio nos espaços públicos, ao mesmo tempo em que é risco e precariedade para o trabalhador, é seu grande trunfo pois a impossibilidade de seu controle e erradicação absolutos vem do fato de ele estar em constante deslocamento no espaço ou no tempo. Seu deslocamento é no espaço quando ele está em constante trânsito. Se, apesar disso, o trabalhador estiver fixo, seu ciclo de vida instável nas ruas revelará uma transformação no tempo.
- adaptabilidade: A mesma instabilidade que é a característica deste fenômeno tem como decorrência a exigência da adaptabilidade. Segundo Kevin Kelly em *Swarms and Networks*, a capacidade de adaptação somente pode ser resolvida em rede. Trabalha em condições adversas: exposição às intempéries, "jogo de cintura" para desviar da fiscalização, dos abusos e arbitrariedades devido à clandestinidade, etc. Nesse sentido, a rede é a organização que ao mesmo em que permite uma certa autonomia, agencia as individualidades em situações específicas para que não seja inviabilizada a

vida na rua. (KELLY, 2000);

- não otimizável: Há uma redundância dentro do sistema devido à ausência de planejamento dos processos e de coordenação em maior escala;

conclusões:

A informalidade não pode ser vista isoladamente. O protagonismo do Centro de São Paulo da ocupação informal nos seus espaços públicos nos faz levantar algumas hipóteses:

- articulação da economia informal nas ruas com os setores econômicos existentes de importância metropolitana, regional e até internacional;
- articulação da ocupação informal nos espaços públicos com a dinâmica aguda de fluxos no Centro;
- articulação com espaços institucionais de importância metropolitana e regional: jurídicos, administrativos, financeiros, corporativos, entre outros;

e outras hipóteses decorrentes provavelmente destes fatores, mas que também são relevantes:

- agregar espaços de sociabilidade, representativos de manifestações de categorias profissionais e culturas populares;
- ter uma rede de serviços especializados e dinâmicos;
- ter um tecido urbano peculiar porque mais permeável - galerias, calçadas, largos, praças, entre outros.

mapa n.º1: n.º de trabalhadores cadastrados nas subprefeituras

mapa n.º1: n.º de trabalhadores cadastrados nas subprefeituras*dinâmica da ocupação informal na cidade e no centro***observações**

o n.º de cadastrados nas administrações regionais não corresponde ao número real de trabalhadores;

este n.º corresponde à soma de 3 tipos de trabalhadores informais: deficiente de natureza grave, trabalhador com capacidade física reduzida e os fisicamente capazes.

- As regiões de maior concentração de trabalhadores informais cadastrados nas subprefeituras (antigas administrações regionais) estão nas regiões do quadrante sudoeste e na periferia da zona leste. Podemos dizer que a lógica de ocupação informal pelos distritos está atrelada às regiões com maior concentração de atividades e de emprego, ao lado das oportunidades de emprego na região metropolitana;
- Os bolsões com maior aglomeração de trabalhadores informais estão contidos nestas áreas, principalmente junto aos principais eixos de transporte coletivo, como veremos adiante;
- Os distritos que compõem a Subprefeitura Sé (entre eles, o distrito Sé e República) são os de maior incidência de cadastro de trabalhadores informais, seguidos da Lapa, Sto. Amaro e Cidade Ademar.
- Não há um cadastro completo do n.º de trabalhadores, porém, verificou-se no caso do perímetro pesquisado, que corresponde à apenas 30% do n.º total de trabalhadores informais existentes.

mapa n.º2: trabalho informal nos espaços públicos na região central

Figura 48-
DISTRITO Sé:
local: r. 25 de Março
foto: Luciana Itikawa
Novembro de 2001

Figura 49-
DISTRITO Brás.
local: Lgo. da Concórdia.
foto: Luciana Itikawa.
Novembro de 2001

Figura 50-
DISTRITO República.
local: . r. Barão de Itapetininga.
foto: Luciana Itikawa.
Novembro de 2001

observações

as ruas marcadas em amarelo são aquelas com a presença de pelo menos 3 pessoas trabalhando informalmente nos espaços públicos dos distritos destacados.

neste mapa estão marcados os principais bolsões e eixos de trabalho informal nos espaços públicos.

mapa n.º2: trabalho informal nos espaços públicos na região central

dinâmica da ocupação informal na cidade e no centro

→ Este raio x da ocupação do trabalho informal nos espaços públicos mostra que em torno de 80% das vias públicas dos distritos Sé e República estão ocupadas. No restante das vias públicas, as ocupações pelo trabalho informal nos espaços públicos estão vinculadas aos principais corredores comerciais e junto aos equipamentos de transporte coletivo;

→ O Centro é a região com os maiores índices de fluxos de pedestres nas vias públicas, segundo a CET. Os eixos de circulação de pedestres são explicados nos mapas seguintes;

→ Os bolsões de trabalhadores informais: Largo da Memória, Largo da Concórdia, Pça. Pedro Lessa, Pça. Fernando Costa, Pça. da República, arredores do Terminal Pq. D. Pedro, Ladeira gal. Carneiro são os locais com os números mais expressivos de trabalhadores informais. Alguns deles são resultado de aglomerações históricas que se formaram junto aos principais equipamentos de transporte coletivo, como o Largo da Concórdia, que fica junto à estação de trem Brás/ Bresser.

mapa n.º3: perímetro em estudo

mapa n.º3: perímetro em estudo

*dinâmica da ocupação informal na cidade e no centro**observações*

o trecho mais problemático da r. 25 de março que está entre a ladeira porto geral e a r. carlos de souza nazaré não está incluído neste perímetro por se tratar de um caso mais específico e peculiar. Há uma pesquisa exclusiva sobre esta rua na fau-usp; este perímetro não contém o terminal princesa isabel.

- Este perímetro está dentro dos distritos Sé e República. Ele contém os espaços públicos histórico e simbolicamente mais importantes do Centro Velho e Centro Novo: Praça da República, Praça da Sé e a rua 25 de Março, assim como o Anhangabaú;
- Este perímetro contém também os principais equipamentos de transporte coletivo, que são fundamentais para o entendimento da ocupação informal nos espaços públicos: terminal Pq. d. Pedro, terminal Bandeira e as estações de metrô: República, Anhangabaú e Sé;
- A dimensão deste perímetro escolhido está em uma escala diversa das unidades municipais: subprefeituras, distritos e bairros. O perímetro em questão é ainda menor e mais representativo sobre o fenômeno pesquisado.

mapa n.º4: uso do solo no espaço privado e público - durante a semana

mapa n.º4: uso do solo no espaço privado e público - durante a semana

dinâmica da ocupação informal na cidade e no centro

Os objetivos deste mapa são:

1. análise da localização do trabalhador informal individualmente e em grupo: LOCAIS DE CONCENTRAÇÃO E DISPERSÃO;
2. localização do tipo de mercadoria de um trabalhador individualmente em relação àquela vendida pelos demais: LOCAIS DE INICIATIVA INDIVIDUAL OU VENDA ORGANIZADA;
3. localizações específicas de determinados tipos de mercadoria e a repetição destes padrões no espaço: MERCADORIAS COM REPETIÇÃO DE PADRÃO DE OCUPAÇÃO;
4. Distinção dos trabalhadores que são apenas 'anunciantes' (a 'mercadoria' é uma informação): ANUNCIANTES x COMERCIANTES;
5. Observações: DESMISTIFICAR ALGUNS CONCEITOS ATRIBUÍDOS PELO SENSO COMUM.

Cada rua possui formas específicas de relações dos trabalhadores entre si no espaço público e entre eles e as lojas no espaço privado. Dessa forma é possível afirmar que somente a espacialização das ocupações e atribuição dos usos é possível destacar algumas hipóteses em relação às premissas citadas anteriormente.

1. CONCENTRAÇÃO X DISPERSÃO

1.1. LOCAIS DE CONCENTRAÇÃO:

As vias públicas com maior concentração de trabalhadores informais nos espaços públicos são aquelas **onde predominam os maiores fluxos de pedestres**, ou seja, eixos 'magnéticos' cujos pólos são os terminais de ônibus, estações de metrô e pontos finais de linhas centro –bairro: exemplos: eixo Sé-República (r. Barão de Itapetininga e R. Direita); eixo S. Bento-terminal Bandeira (r. S. Bento e r. Líbero Badaró); eixo terminal parque d. Pedro e Pça. da República (lad. Gal. Carneiro, r. Direita e r. Barão de Itapetininga).

- As vias públicas com eixos comerciais especializados, consolidados e com importância metropolitana, exemplo: r. 24 de Maio, r. 25 de Março, ladeira Porto Geral, r. Santa Efigênia e r. Florêncio de Abreu;

observações

a classificação da mercadoria segundo a categoria "outros" refere-se à artigos de papelaria, cigarro, etc.;

a classificação da mercadoria segundo a categoria "informação" incluem os trabalhadores que usam seu corpo como suporte para expor anúncios de emprego, venda de mercadorias, propagandas, ou que carregam catálogos, manuais de concurso, formulários, etc.

Figura 51-
iniciativa individual
r. Barão de
Itapetininga
foto: Luciana Itikawa.
Novembro de 2001

Figura 52
venda organizada
r. 24 de maio
foto: Luciana Itikawa.
Novembro de 2001

Figura 53-
venda organizada
pça. da República
foto: Luciana Itikawa.
Novembro de 2001

- Estão também junto aos 'Pólos Geradores de Tráfego de Pedestres' como os próprios terminais de transporte coletivo, instituições de importância municipal e regional (Fóruns, Tribunais, Secretarias), Equipamentos e empresas prestadores de serviços (Poupa Tempo Sé, Tabeliões, etc.)

1.2. LOCAIS DE DISPERSÃO:

- As vias transversais às vias estruturais de ligação; ruas que não estão dentro dos 'eixos magnéticos' de circulação de pedestres e nos eixos comerciais não consolidados ou de importância local;

2. INICIATIVA INDIVIDUAL x VENDA ORGANIZADA:

2.1. LOCAIS DE INICIATIVA INDIVIDUAL:

- Ruas onde o comércio ou atividades informais não estão estruturados por grupos de trabalhadores e dessa forma prevalecem iniciativas autônomas onde cada um cuida do seu próprio negócio. Nestas ruas predominam a venda de mercadorias heterogêneas, como a rua Direita, r. Marconi, r. Cons. Crispiniano, etc.

2.2. LOCAIS DE VENDA ORGANIZADA:

Ruas onde o comércio ou atividades informais estão num nível mínimo de organização identificáveis através da padronização das barracas, disposição no espaço e repetição do tipo de mercadoria. São estruturados por grupos de trabalhadores com um nível mínimo de hierarquia: chefe, empregado, informante, distribuidor, etc. Exemplos: r. 24 de maio, r. Sta Efigênia, r. Barão de Itapetininga, etc.

3. MERCADORIAS COM REPETIÇÃO DO PADRÃO DE OCUPAÇÃO:

- COMIDA: A Prefeitura, sob determinação da Vigilância Sanitária proíbe terminantemente a venda de produtos alimentícios nas vias públicas e não obstante esta atividade é largamente praticada e tolerada. Dessa forma, como estas mercadorias são as mais visadas do 'rapa' (operação de apreensão de mercadorias pela Prefeitura), os trabalhadores que as vendem, geralmente ficam nos cruzamentos das ruas, para facilitar ainda mais a fuga;

Figura 54- anunciantes de emprego
foto: Jesus Carlos (imagemlatina). revista URBIS n.º27/2002
local: r.Barão de Itapetininga.

- PASSES DE TRANSPORTE: Há uma extensa rede de trabalhadores que vendem ou compram irregularmente os passes de transporte coletivo para alcançar maior liquidez, ou seja, transformar em dinheiro 'cash' para que, no caso da compra, o transeunte se antecipe, evitando filas; e no caso da venda, para que o trabalhador possa lucrar uma porcentagem por unidade. Eles ficam, obviamente, perto dos equipamentos de transporte coletivo.
  - 4. ANUNCIANTES x COMERCIANTES:
    - ANUNCIANTES: Há uma diferença entre vender uma mercadoria e somente anunciá-la, como é o caso dos muitos trabalhadores que são contratados por agências para anunciar vagas de emprego; serviços como tirar fotos ou fazer o currículo; ou apenas indicar a localização de uma loja. Exemplos: 'vovôs-placa' na rua Barão de Itapetininga, adolescentes na rua S. Bento anunciando as firmas de crédito pessoal e outros perto do Poupa-Tempo Sé anunciando serviços de foto e preenchimento de formulários.
  - 5. OBSERVAÇÕES
    - Estas análises foram tomadas no primeiro semestre de 2002, antes do rearranjo determinado pela Prefeitura. Hoje está proibida a ocupação do chamado 'Eixo Monumental de Patrimônio Histórico': rua Direita e rua Barão de Itapetininga, rua 15 de Novembro, praça Antônio Prado e rua S. Bento. A Prefeitura permite somente nas ruas transversais ou fora dos eixos mencionados;
    - A ocupação depende estritamente do horário: como a troca dos turnos da fiscalização ocorre no horário de pico de saída do trabalho (entre 17-19hs.) as ruas são ocupadas de forma mais concentrada dentro da lógica explicitada nos itens 1, 2 e 3;
- 5.2. DESMISTIFICAÇÕES:
- Não é correto afirmar que a presença dos calçadões determina a ocupação dos trabalhadores informais nos espaços públicos, um bom exemplo disso é o calçadão da rua Álvares Penteado, que não é um eixo de passagem importante de pedestres e está vazia em toda sua extensão exceto o trecho final que está inserido no eixo de fluxo de pedestres Terminal Pq. D. Pedro-rua Direita;
  - Não é correto afirmar que a retirada dos calçadões irá diminuir a presença dos trabalhadores informais nos espaços públicos, um bom exemplo é a rua Xavier de Toledo, que não é calçadão e há uma presença maciça de trabalhadores nos espaços públicos devido à concentração de vários pontos finais de linhas de ônibus.

mapa n.º5: ocupação do trabalho informal nos finais de semana

mapa n.º5: ocupação do trabalho informal nos finais de semana*dinâmica da ocupação informal na cidade e no centro**observações*

privilegiou-se neste mapa apenas a representação da ocupação e não a distinção das mercadorias.

o zoneamento das mercadorias é equivalente à verificada durante a semana, sem estar presente, no entanto, os trabalhadores vendendo ou expondo "informação".

- A lógica de ocupação do trabalho informal nos finais de semana é diversa daquela durante a semana, uma vez que o fluxo se modifica, pois toda a circulação de pedestres que está em função dos estabelecimentos burocráticos ou administrativos que funciona durante a semana não está presente;
- Neste mapa é possível verificar os vínculos do trabalho informal com o tecido urbano e a maneira como se comporta nos finais de semana: estabelecimentos comerciais – corredores comerciais e lojas de comércio especializado são os grandes responsáveis pelo fluxo de pedestres no Centro aos finais de semana. Os terminais de transporte coletivo são os grandes polarizadores deste fluxo e a circulação entre os corredores e terminais estabelece os grandes eixos de circulação;
- Os principais corredores comerciais da região central são: rua 25 de Março, rua Sta. Efigênia, rua 24 de Maio, rua Direita e rua Barão de Itapetininga;
- A Praça da República aos sábados e domingos é historicamente um espaço de feiras de artesanato, muito prestigiadas pela população.

mapa n.º6: extensão da atividade do terciário formal no espaço público

Figura 55- venda de vestuário por parte dos lojistas no espaço público. foto: Luciana Itikawa. local: ladeira General Carneiro. Outubro de 2002

mapa n.º6: extensão da atividade do terciário formal no espaço público

dinâmica da ocupação informal na cidade e no centro

- A ocupação de aparatos de propaganda ou venda de mercadorias nos espaço público por parte dos estabelecimentos do terciário formal é geralmente encontrada nos eixos comerciais populares e nas ruas de maior circulação de transporte coletivo e próximos aos terminais ou estações de metrô;
- Os calçadões são o grande alvo da ocupação de aparatos de venda de mercadorias por parte do terciário formal, que também obstruem a circulação dos pedestres. A justificativa de certos estabelecimentos é a concorrência desleal do comércio exercido nos espaços públicos, que não é submetido à carga tributária dos estabelecimentos no espaço privado.
- A ocupação pelo terciário formal nos espaços públicos é através não só da venda de mercadorias quanto do anúncio de produtos ou serviços: restaurantes, lojas, entre outros.

conteúdo:

SETORES ECONÔMICOS NO ESPAÇO PRIVADO;

MAPA 7: ESPAÇOS INSTITUCIONAIS DE USO PÚBLICO;

MAPA 8: ZONEAMENTO DOS SETORES NO ESPAÇO PRIVADO E PÚBLICO;

MAPA 9: RELAÇÃO DO USOS ENTRE ESPAÇO PRIVADO E PÚBLICO;

MAPA 10: ARTICULAÇÃO ENTRE TRABALHO INFORMAL NOS ESPAÇOS PÚBLICOS COM O TECIDO URBANO;

MAPA 11: RENDA DIÁRIA BRUTA NO ESPAÇO PÚBLICO;

MAPA 12: RENDA MENSAL/m2 BRUTA NO ESPAÇO PÚBLICO;

TABELA 6: VALORES DOS RENDIMENTOS NO CENTRO NOVO;

TABELA 7: VALORES DOS RENDIMENTOS NO CENTRO VELHO;

DINÂMICA IMOBILIÁRIA NO CENTRO;

MAPA 13: ALUGUEL/m2 PARA ESCRITÓRIOS;

MAPA 14: ALUGUEL/m2 PARA LOJAS NO ESPAÇO PRIVADO; E 'PONTO' NO ESPAÇO PÚBLICO;

TABELA 8: VALORES DOS ALUGUÉIS/m2 PARA ESCRITÓRIOS, LOJAS NO ESPAÇO PRIVADO; E 'PONTO' NO ESPAÇO PÚBLICO NO CENTRO NOVO;

TABELA 9: VALORES DOS ALUGUÉIS/m2 PARA ESCRITÓRIOS, LOJAS NO ESPAÇO PRIVADO; E 'PONTO' NO ESPAÇO PÚBLICO NO CENTRO VELHO;

objetivos:

- articular e especificar as relações entre os setores econômicos e institucionais do espaço privado e as atividades realizadas no espaço público;
- verificar a gama de diferenças de rua pra rua sobre o ganho diário dos trabalhadores informais nos espaços públicos;
- relacionar o faturamento com o espaço, ou seja, identificar a "concentração de riqueza" nas ruas;
- indentificar os setores econômicos que estejam mais ou menos dinâmicos através dos valores de locação e relacionar as discrepâncias entre espaço privado e público.

primeira considerações:

- articulação com o tecido urbano privado ou institucional: Como há uma precariedade das condições do ambiente de trabalho na satisfação das necessidades diárias, os trabalhadores são obrigados a estabelecer alguma relação de confiança ou intercâmbio com o comércio formal para satisfazerem questões básicas como: alimentação, higiene, armazenagem das mercadorias, abrigo contra as intempéries, etc.
- equivalência do grau de dinamismo de determinada rua entre o espaço privado e público: o trabalho informal nos espaços públicos está localizado justamente onde os setores comerciais ou institucionais são mais dinâmicos;
- existência de um mercado imobiliário no espaço público: a existência da compra do 'ponto' no espaço público provocou o surgimento da locação deste mesmo 'ponto' a partir do seu proprietário, legitimado pela Prefeitura, para um 'terceiro' que exerce a atividade;
- lógica do valor do 'ponto' no espaço privado e público é a mesma: a valorização do 'ponto' no espaço público, assim como acontece no espaço privado, depende da capacidade de atração de consumidores, ou seja, ter a lei comercial fundamental da oferta e da procura à seu favor, ou seja, estar exposto à um grande número de pessoas (consumidores) e, principalmente, com poder de compra.
- alteridade quanto ao grau de competição entre espaço público e privado: a presença, somente, da informalidade nos espaços públicos não é condição sine qua non para a competição com o setor privado. O mapeamento mostra que em alguns casos há até complementaridade.

conclusões:

Segundo o diagnóstico para o Centro de São Paulo produzido recentemente pelo Instituto Pólis (2002), o Centro ainda mantém muito da vitalidade de seus setores econômicos - consolidados ou emergentes, que mantêm vivo e dinâmico o tecido urbano.

No outro extremo, outros setores não compartilham da mesma vitalidade, e será demonstrado no 3º item deste capítulo, que trata da questão da dinâmica de fluxos. Apesar da controvérsia da ocupação nos espaços públicos, podemos dizer que a informalidade é um poderoso indicador sobre a vitalidade de determinado setor no tecido urbano.

setores econômicos do Centro de São Paulo

Figura 56- Setores Econômicos nos distritos Sé e República. fonte: PLano Diretor Regional da Sé. Instituto Pólis. São Paulo, 2002.

setores econômicos do centro de São Paulo

dinâmica econômica no espaço privado e público

→ Os setores econômicos existentes no Centro, em particular nos distritos Sé-República podem ser classificados entre aqueles:

- com importância internacional ou nacional: como a rua 25 de Março (armarinhos, importados) e rua Santa. Efigênia (eletro eletrônicos);
- com importância metropolitana ou regional: como a rua 24 de Maio (vestuário jovem) e rua Florêncio de Abreu (máquinas e ferramentas);
- com importância local: rua Barão de Limeira (auto-moto peças), rua Rego Freitas (fechaduras);

ou podem ser classificados entre:

- tradicionais: rua 25 de Março (armarinhos) e r. Florência de Abreu (máquinas e ferramentas);
- emergentes ou recentes: rua 24 de Maio (moda jovem).

→ O Centro é composto por múltiplos sub-espacos, definindo perímetros com atividades econômicas específicas, principalmete as relacionadas com o comércio e serviços;

→ Segundo o diagnóstico *1, "Embora de forma geral possa-se afirmar que não houve expansão de área construída comercial na área cental nos últimos dez anos, as dinâmicas internas do Centro foram diferentes, se considerarmos os diferentes perímetros. Em 1991 o distrito República possuía 4 003 000 de m² usados em comércio e serviços. Em 2000 esse mesmo distrito passa a ter 3 896 000 m² com esse tipo de uso. O distrito Sé tinha 3 380 000 m² usado com comércio e serviços em 1991 e passa a ter 3 485 000 m². Entretanto, percebe-se a concentração do aumento de áreas ocupadas por comércio e serviços verticais nas quadras junto às ruas Barão de Itapetininga e 24 de maio, Florêncio de Abreu, 25 de março, São Bento, Libero Badaró, 15 de novembro, largos São Francisco e São Bento. São áreas onde há presença notável de comércio diversificado, agências de empregos, negócios jurídicos, serviços financeiros, comércio especializado de equipamentos

observações

*1: Nota: Este mapa foi produzido pelo Instituto Pólis para o produto elaborado em Outubro de 2002: "Contribuição para um diagnóstico da área central do município de São Paulo", coordenado pela prof. Raquel Rolnik e com minha colaboração;

e ferramentas e o comércio característico do entorno da rua 25 de março. Esses perímetros econômicos estão em expansão dado o aumento da área construída usada para comércio e serviços verticais."

→ "Além dos sub perímetros mencionados no mapa, é possível identificar várias outras áreas com atividades de comércio e serviços especializadas. De forma geral podemos afirmar que as áreas que apresentam as maiores dinâmicas (expressas por indicadores mais baixos de vacância e preço de aluguel de imóveis) são aquelas de comércio e serviço especializado em escala nacional - rua Santa Efigência (eletroeletrônicos), rua 25 de março (armarinho-tecidos), rua Líbero Badaró, rua 15 de novembro, Largo São Francisco, Praça da Sé (financeiro-jurídico), baixada do Glicério (comércio de produtos evangélicos), Liberdade (comércio de produtos orientais), zona cerealista e produtos de embalagem (em torno do mercado municipal), produtos para " tribos " (galeria do rock - 14 de maio); Destaca-se também o conjunto do parque hoteleiro conectado a estas atividades. Por outro, o comércio varejista diversificado e complexo de restaurantes - lazer de mais alta renda não apresentam o mesmo dinamismo". (PÓLIS, 2002)

mapa n.º7: espaços institucionais de uso público

mapa n.º7: espaços institucionais de uso público*dinâmica econômica no espaço privado e público*

- A grande concentração de espaços institucionais no Centro de São Paulo e, particularmente no perímetro escolhido, como mostra o mapa, é subsídio para o entendimento da atração que esta região exerce para a metrópole;
- Há setores ou corredores com concentração de instituições financeiras como a r. Boa Vista; de equipamentos burocráticos como a região da rua 15 de Novembro, Pátio do Colégio e da Praça. João Mendes; região da rua 7 de Abril e rua Barão de Itapetininga, com grande concentração de bancos e agências de telecomunicações; rua São Bento com grande concentração de empresas de crédito privado, etc;
- A concentração destes corredores ou setores financeiros, administrativos ou burocráticos com função específica e atendimentos ao público são responsáveis por boa parte das destinações das viagens ao Centro como região de prestação de serviços;
- Os órgãos públicos (as autarquias, instituições, secretarias, câmaras, delegacias especializadas, etc.) que fazem atendimento ao público também são responsáveis pelas viagens consideradas 'viagens burocráticas' dos cidadãos, que acabam aproveitando para fazer outra atividade na região, devido à multiplicidade de oportunidades e serviços especializados;
- Foi relatado pela coordenadora de um dos postos de saúde da Prefeitura, na rua Conselheiro Crispiniano, que as pessoas em busca de consulta médica neste posto vêm de todas as regiões da cidade, o que nos leva a concluir que a destinação à região central, para esta finalidade, poderia ser considerada como 'viagem para assistência médica'. O mapa da quantidade de viagens realizadas na zona 1, que é a zona de estudo desta pesquisa, confirma a tese da região central, como pólo, ainda importante porém não único, de atração de várias atividades e serviços;
- Nenhum dos equipamentos culturais de uso público ou de educação existentes nesta região foram mencionados pelos trabalhadores informais. Há porém Centros de entretenimentos populares como bingos, cinemas, entre outros. que foram mapeados e estão expostos no mapa que compara a cultura de rua e aquela exercida nas instituições dos espaços privados.

observações

o cadastro dos equipamentos de saúde, educação e de assistência social foram fornecidos pela sempla;

os demais órgãos públicos: inst. municipais, estaduais ou federais: executivo, judiciário e legislativo; equip. culturais, financeiros e telecomunicações foram conseguidos a partir de levantamento próprio.

mapa n.º8: zoneamento do trabalho informal nos espaços públicos

mapa n.º8: zoneamento do trabalho informal nos espaços públicos

dinâmica econômica no espaço privado e público

O objetivo deste mapa é buscar os USOS PREDOMINANTES no comércio e atividades informais nos espaços públicos. Assim como foi dito no mapa anterior, as análises são estritamente espacializadas e dessa forma, não há como transferir características de um local pra outro. A economia informal é por demais complexa para ser caracterizada genericamente ao longo do território.

1. USOS PREDOMINANTES:

- 1.1. VESTUÁRIO: As ruas onde predominam o comércio de vestuário é na rua 24 de Maio, parte da rua D. José de Barros, ladeira General Carneiro, o trecho de calçada da rua Quintino Bocaiúva e o trecho da rua 25 de Março perto do terminal Parque D. Pedro;
- 1.2. ELETRÔNICOS: Apesar de estar fora do perímetro explicitado, a rua Sta. Efigênia é um importante corredor de CDs de programas pirateados;
- 1.3. ACESSÓRIOS: A ladeira Porto Geral é a meca nacional quicá internacional das bijouterias, acessórios, fantasias, etc.;
- 1.4. FERRAMENTAS: Apesar de estar fora do perímetro explicitado, a rua Florêncio de Abreu possui vários trabalhadores vendendo ferramentas no espaço público;
- 1.5. ALIMENTAÇÃO: As ruas que possuem ponto final no Centro ou são desembarque final de passageiros de ônibus, metrô ou trem, possuem inúmeros trabalhadores vendendo produtos alimentícios;
- 1.6. PASSE DE TRANSPORTE: Como foi dito no mapa anterior, os vendedores/ compradores de passes estão junto aos principais equipamentos de transporte coletivo;
- 1.7. INFORMAÇÃO/ PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: Os entornos dos principais órgãos públicos, bancos, instituições governamentais, agências de emprego e órgãos prestadores de serviço, são ocupados por trabalhadores anunciando os respectivos serviços ou mercadorias, exemplos: rua Barão de Itapetininga como rua de anúncios de emprego; arredores dos Poupa-Tempo Sé, 'homens-placa' anunciando serviços, etc;

observações

a classificação da mercadoria segundo a categoria "outros" refere-se à artigos de papelaria, cigarro, etc.;

a classificação da mercadoria segundo a categoria "informação" incluem os trabalhadores que usam seu corpo como suporte para expor anúncios de emprego, propagandas, ou aqueles que carregam catálogos, manuais de concurso, formulários, etc.

na classificação da mercadoria segundo a categoria "eletrônicos" também incluem mercadorias produzidas em outros países e que podem ser falsificadas ou contrabandeadas;

a classificação segundo a mercadoria "artesanato" refere-se às mercadorias produzidas pelo próprio vendedor.

a classificação segundo a mercadoria "cultura" será melhor explicada no mapa "performers".

mapa n.º09: relação entre os usos do espaço privado e público

mapa n.º09: relação entre os usos do espaço privado e público*dinâmica econômica no espaço privado e público*

É possível dizer que nem sempre a relação entre espaço privado e público é concorrencial. Cada rua possui uma dinâmica própria:

- **USOS DIVERGENTES:** mercadorias vendidas no espaço público absolutamente divergentes daquelas vendidas no espaço privado, por exemplo: rua Marconi, que possui um comércio diversificado em ambos os espaços; rua 15 de Novembro, que é uma das ruas de atividades financeiras da região central e mercadorias diversificadas no espaço público, incluindo até mágicas;
- **USOS CONCOMITANTES:** A rua Conselheiro Crispiniano, apesar de ser uma rua de lojas de eletroeletrônicos e especializada também em equipamentos óticos e para fotografia, também tem no seu espaço público mercadorias eletroeletrônicas, porém distintas do perfil daquelas vendidas no espaço privado, ou seja, os usos são semelhantes, porém não chega existir um espaço concorrencial entre ambos.
- **USOS CONCORRENCIAIS:** A ladeira Gal. Carneiro é um bom exemplo de mercadorias bastante semelhantes vendendo no espaço privado e público, caracterizando, dessa forma, uma margem à competição entre o empreendedor lojista e o trabalhador na rua e, por assim dizer, de um conflito iminente;
- **USOS COMPLEMENTARES:** Como foi dito anteriormente, o entorno dos principais órgãos públicos, bancos, instituições governamentais, agências de emprego e órgãos prestadores de serviço, são ocupados por trabalhadores anunciando os respectivos serviços ou mercadorias, caracterizando uma prestação de serviços útil ao usuário que, muitas vezes vem despreparado para enfrentar as demandas burocráticas exigidas.

mapa n.º10: articulação entre trab. informal nos esp. públicos e o tecido urbano

mapa n.º10: articulação entre trab. informal nos esp. públicos e o tecido urbano*dinâmica econômica no espaço privado e público***INSTRUMENTALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE:**

- Este mapa têm a função de mostrar a relação orgânica entre o trabalhador informal no espaço público e alguns estabelecimentos no espaço privado. Foram priorizados o mapeamento das necessidades básicas do trabalhador, seja de higiene, como de alimentação, guarda das mercadorias e de atendimento em caso de emergência médica. Verificou-se uma relação estreita entre estes estabelecimentos e o trabalhador, como uma troca: para o uso do sanitário livremente é necessário o consumo de alguma refeição, como é o caso dos bares e lanchonetes. Em alguns deles, existe este controle, outros que possuem grande circulação de público, porém, não conseguem identificar o transeunte do trabalhador informal;
- No perímetro de estudo foram identificados 3 sanitários públicos fechados, 6 sanitários públicos abertos, porém pagos, sendo que um deles (da Praça. Fernando Costa) apesar de ser público, foi contratado pelos próprios trabalhadores uma manutenção paga. Foi identificado apenas 1 sanitário público não pago, próximo à Câmara Municipal.
- Os estabelecimentos que guardam as mercadorias – os “guarda-volumes” localizam-se nas regiões do entorno da rótula principal do centro (avenida São Luis, avenida Ipiranga, avenida S. João, rua Boa Vista, Praça. da Sé, Praça. João Mendes e Viaduto Maria Paula, onde estão os terrenos mais valorizados. Os guarda-volumes existentes dentro da rótula são espaços ociosos do centro, como estacionamentos ou pequenos depósitos.
- Quanto à alimentação dos trabalhadores, há pelo menos 4 alternativas: refeição trazida de casa, vendida por trabalhadores itinerantes, feita em bares ou lanchonetes ou refeição feita em restaurantes populares subsidiados pela Prefeitura. Feitas todas as entrevistas, verificou-se que a maioria dos trabalhadores informais fazem suas refeições nos bares ou lanchonetes, como pretexto para o uso livre dos sanitários;
- Quanto ao atendimento médico a estes trabalhadores, verificou-se, na totalidade das entrevistas, apenas 1 hospital que eles recorrem em caso de emergência ou necessidade de consulta, o Hospital da Santa. Casa. Eles dizem que os postos médicos existentes na região não têm atendimento ambulatorial, devendo ser marcada a consulta com muita antecedência. Isto nos leva a concluir a precariedade deste atendimento, e em particular os trabalhadores informais, que dependem do sistema público de saúde.

mapa n.º11: renda diária bruta no espaço público

mapa n.º12: renda mensal bruta/m2 no espaço público

mapa n.º11: renda diária bruta no espaço público
mapa n.º12: renda mensal bruta/m2 no espaço público

dinâmica econômica no espaço privado e público

Os objetivos destes mapas são:

- revelar a relação entre a renda bruta (sem despesas) e o metro quadrado, ou seja, o valor do terreno público quanto à sua rentabilidade comercial: RENTABILIDADE POR ORGANIZAÇÃO, POR QUANTIDADE, POR LOCALIZAÇÃO;
- mostrar graus de discrepâncias de renda entre ruas, ou seja, verificar quais são as possíveis ruas mais “lucrativas” que outras; verificar a ‘concentração de riqueza’ nos espaços públicos, ou seja, cruzar o número total de rendimentos pela dimensão do espaço onde é exercida a atividade;

Com este indicador é possível verificar onde estão localizados os lugares de maior concentração de renda, revelando uma grande discrepância dos rendimentos dos trabalhadores de rua pra rua. Será possível confirmar a dificuldade de ocupar uma porção do espaço público, já que há pontos mais visados que outros.

1. FATURAMENTO BRUTO/m2

- 1.1. RENTABILIDADE POR ORGANIZAÇÃO: ruas como a r. 24 de Maio e parte da r. D. José de Barros, por exemplo, que possuem um comércio mais estruturado e que, segundo testemunhas do próprio local, contêm pelo menos 2 grupos organizados atuando nesta região: grupo do vestuário e grupo dos CDs. Através desta organização (um ou mais chefes, coordenadores, ‘puxadores’, empregados) é possível estabelecer preços ‘de mercado’, organizar a disposição das barracas, etc. Em alguns casos, os produtos vendidos nos espaços públicos possuem preços equivalentes até daqueles vendidos no espaço privado;
- 1.2. RENTABILIDADE POR QUANTIDADE: a rua Direita, foi a rua com o maior número de

trabalhadores no espaço público, 338 em contagem no primeiro semestre de 2002. Apesar de ser uma rua onde as iniciativas individuais predominam, é pela quantidade de trabalhadores somados que resultam em uma rentabilidade destacável, como está mostrado no mapa.

- 1.3. RENTABILIDADE POR LOCALIZAÇÃO: a ladeira General Carneiro, de forma semelhante à r. Direita também possui rentabilidade importante porque, além de possuir um número grande de trabalhadores, está exatamente no começo do eixo mais importante de fluxo de pedestres, o eixo Terminal Parque D. Pedro – rua Direita.

2. GRAUS DE DISCREPÂNCIA:

- Os graus de discrepância do faturamento mensal bruto/m² entre as ruas é tão abissal que é possível falar, de fato, em 'concentração de riqueza' no espaço público, já que a diferença chega a ser quase 500 vezes mais de uma rua pra outra, por exemplo, a rua do Comércio, no primeiro semestre de 2002, não possuía nenhum trabalhador e, portanto, seu indicador renda/m² é nulo, enquanto que na rua 24 de Maio chega a até R\$479,00/m².

Em resumo, é possível afirmar que não há livre arbítrio quanto à escolha de determinado lugar para o exercício da atividade, já que os lugares mais lucrativos já estão apossados por pessoas ou grupos já consolidados.

tabela 2: valores dos rendimentos no espaço público do Centro Novo

tabela 3: valores dos rendimentos no espaço público do Centro Velho

dinâmica imobiliária no centro

*dinâmica econômica no espaço privado e público**observações*

observa-se que a região da r. Barão de Itapetininga, incluindo a r. D. José de Barros, parte da r. 24 de Maio e r. 7 de Abril são as ruas com mais imóveis parcialmente desocupados nos andares superiores. Há portanto um índice de vacância maior nesta área.

Na própria rua 24 de Maio, percebe-se que não há nenhum imóvel desocupado no entorno imediato às Galerias 'do Rock', importante pólo de consumo jovem;

Legenda:

- TERRENO VAZIO
- TERRENO OCUPADO POR ESTACIONAMENTO
- TERRENO OCUPADO POR POSTO DE GASOLINA
- EDIFICAÇÃO OCUPADA
- EDIFICAÇÃO DESOCUPADA
- EDIFICAÇÃO PARCIALMENTE DESOCUPADA NO TÉRREO
- EDIFICAÇÃO PARCIALMENTE DESOCUPADA NOS ANDARES SUPERIORES
- EDIFICAÇÃO EM CONSTRUÇÃO
- EDIFICAÇÃO NOVA
- PRAÇAS, PARQUES

Figura 57- Dinâmica Imobiliária no Centro. fonte: EMURB. 2002

mapa n.º13: aluguel/m2 para escritórios

mapa n.º13: aluguel/m2 para escritórios*dinâmica econômica no espaço privado e público*

Os objetivos deste mapa são:

- identificar o contexto da dinâmica de locação da região central de São Paulo;
- verificar quais os locais com maior ou menor dinâmica imobiliária e as possíveis hipóteses para tal valorização;
- verificar o grau de discrepância entre as ruas do perímetro demarcado;

1. DINÂMICA DE LOCAÇÃO DA REGIÃO CENTRAL:

O contexto do setor imobiliário na região central segundo alguns agentes imobiliários são:

- muitas exigências burocráticas - contratos rígidos x informalidade (comprovação de renda, etc.);
- alto de n.º de lançamentos para compra e venda em outros locais da cidade a preços competitivos, o que diminui a atratividade da locação;
- a maioria dos fiadores estão em dificuldade e o seguro fiança além de ter muitas exigências é extremamente oneroso;
- dificuldade de estacionamento.

Por outro lado, segundo eles, a região central ainda sustenta muita da sua atratividade:

- acessibilidade ao transporte coletivo o que diminui os custos de vale-transporte para os funcionários;
- alta disponibilidade do setor de serviços especializados ou não-especializados;

- proximidade aos órgãos burocráticos e institucionais;
- baixo custo para o vale-alimentação;

2. VALORIZAÇÃO/ DESVALORIZAÇÃO

2.1. LOCAIS DE VALORIZAÇÃO:

- Locais de boa acessibilidade ao auto e facilidade/ proximidade dos estacionamentos e locais com planta flexível para escritórios, exemplo: rua Líbero Badaró;
- Locais com corredores comerciais especializados e fortes, exemplos: rua 25 de Março e rua 24 de Maio;

2.2. LOCAIS MENOS VALORIZADOS – algumas hipóteses:

- Não é correto afirmar que a presença dos trabalhadores informais desvaloriza os imóveis, já que as ruas mais valorizadas são aquelas onde estão os corredores comerciais de importância metropolitana;
- Verificou-se que a av. São João é a que possui o menor valor do m² para aluguel neste perímetro da região central. Uma das hipóteses prováveis é que o acesso à avenida São João no trecho entre o Anhangabaú e a avenida Ipiranga é totalmente truncado: é relativamente fácil sair dela, porém é difícil chegar até ela.

3. GRAU DE DISCREPÂNCIA

- Apesar desta amostra colhida não representar a totalidade dos imóveis neste perímetro é possível destacar uma discrepância de até 13 vezes do imóvel mais barato ao mais caro.

mapa n.º14: aluguel/m² para lojas no espaço privado; e 'pontos' no espaço público

mapa n.º14: aluguel/m2 para lojas no espaço privado; e 'pontos' no espaço público*dinâmica econômica no espaço privado e público*

Os objetivos deste mapa são:

- verificar quais os locais com maior ou menor dinâmica imobiliária e as possíveis hipóteses para tal valorização;
- verificar as relações de discrepância entre os valores do espaço privado e público;

Apesar da amostra colhida não representar a totalidade dos imóveis neste perímetro da região central é possível avaliar que o valor do m2 do aluguel tanto do espaço privado quanto do público está mais próximo da dinâmica comercial e sua importância metropolitana, e também da localização do imóvel em relação aos fluxos de pedestres. Isto equivale dizer que o próprio comércio informal se beneficia do dinamismo de tal corredor comercial e sua capacidade de atrair pedestres.

1. VALORIZAÇÃO/ DESVALORIZAÇÃO;

1.1. LOCAIS MAIS VALORIZADOS:

- Os corredores comerciais especializados e de importância metropolitana como a rua 25 de Março e rua 24 de Maio;
- Os corredores comerciais que estão nos principais eixos dos fluxos de pedestres: r. Barão de Itapetininga e ladeira General Carneiro;

2. GRAU DE DISCREPÂNCIA ENTRE ESPAÇO PÚBLICO E PRIVADO:

Há, de fato, contradições entre os valores do espaço privado e público, em uma mesma rua, que é necessário se ater com mais cuidado:

- ALTO GRAU DE DISCREPÂNCIA ENTRE O ESPAÇO PÚBLICO E PRIVADO: na rua 25 de Março e a rua 24 de Maio o comércio informal nos espaços públicos se beneficia bastante do dinamismo destes corredores comerciais, já que o poder de compra pode estar associado à quantidade (n.ºs de consumidores) e pelo valor (alto poder de compra);
- BAIXO GRAU DE DISCREPÂNCIA ENTRE O ESPAÇO PÚBLICO E PRIVADO: a ladeira Gal Carneiro possui um grau de discrepância menor entre espaço público e privado pois o poder de compra dos pedestres que passam neste corredor comercial é menor;

tabela 4: valores dos alugueis para escritórios e lojas no esp. privado e 'pontos' no espaço público do Centro Novo

tabela 5: valores dos aluguéis para escritórios e lojas no esp. privado e 'pontos' no espaço público do Centro Velho

conteúdo:

MOVIMENTAÇÃO DIÁRIA: N.º DE VIAGENS NO CENTRO DE SÃO PAULO,
 ESPACIALIZAÇÃO DAS VIAGENS DIÁRIAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO;
 FLUXOS DE TRANSPORTE COLETIVO: VOLUME DE ÔNIBUS;
 FLUXOS DE TRANSPORTE COLETIVO: VOLUME DE ÔNIBUS;
 FLUXOS DE TRANSPORTE COLETIVO: VOLUME DE ÔNIBUS;
 MAPA 15 e 16: FLUXOS DE TRANSPORTE COLETIVO: ATUAL E PROJETO;
 PONTOS FINAIS DE ÔNIBUS NOS DISTRITOS SÉ-REPÚBLICA;
 TABELA 10: VOLUME DE PASSAGEIROS NOS TERMINAIS DA CIDADE E DO CENTRO;
 VOLUME DE PASSAGEIROS NOS TERMINAIS DA CIDADE E DO CENTRO;
 ACIDENTES PROVOCADOS POR AUTOS;
 DESLOCAMENTOS À PÉ: n.º DE VIAGENS DE PEDESTRES NA REGIÃO CENTRAL;
 LOCALIZAÇÃO DOS CALÇADÕES;
 VOLUME DE PEDESTRES EM ALGUMAS RUAS DO CENTRO,
 DESLOCAMENTOS À PÉ: VOLUME DE PEDESTRES NOS DISTRITOS SÉ-REPÚBLICA;
 MAPA 17: PÓLOS GERADORES DE TRÁFEGO DE AUTOS E CONTAGEM DE PEDESTRES;
 MAPA 18: DENSIDADE DE PEDESTRES;
 MAPA 19: CONTAGEM E DENSIDADE DE TRABALHADORES INFORMAIS;
 MAPA 20: MOBILIDADE DOS TRABALHADORES NO ESPAÇO PÚBLICO;
 MAPA 21: DESLOCAMENTOS DE TRABALHADORES ITINERANTES - PROVÁVEIS PÓLOS GERA-
 DORES DE PEDESTRES

objetivos:

- verificar em que medida os fluxos de transporte coletivo e a localização dos equipamentos de transporte condicionam o fluxo de pedestres e, por tabela, a presença de trabalhadores informais;

- identificar a localização preferencial dos trabalhadores itinerantes e os fixos;
- verificar se existe paralelismo ou discrepância entre a quantidade de trabalhadores com o fluxo de pedestres, identificar as lógicas peculiares de ambos e analisar com os calçadões;
- saber a capacidade ideal de cada rua e o nível de obstrução real (comércio de rua, mobiliário urbano, etc.) para o tráfego de pedestres;

primeiras considerações:

- imprevisibilidade: "Acender um fósforo, ligar uma tomada e um sistema linear funcionará, pois está pronto para servir você, ao passo que sistemas coletivos complexos e com organizações mais sofisticadas são difíceis de serem acionados. Cada agente deve ser informado individualmente. Talvez uma das lições mais difíceis do ser humano é aprender que complexidade orgânica significa tempo orgânico." (KELLY, 1994)

- itinerância: a dificuldade de mapear alguns trabalhadores itinerantes é marcar sua condição 'flutuante'. Como vimos anteriormente, seu aparato de trabalho deve corresponder à sua condição itinerante. Isso é particularmente verossímil quando, nos levantamentos in loco, foi possível observar que o trajeto não era sempre o mesmo porque estava vulnerável à uma série de fatores como a presença de fiscalização, à densidade flutuante de determinada rua, etc. Os trajetos podem ser múltiplos, porém, estão sempre vinculados à pontos de maior fluxo de pessoas.

conclusões:

Através destes mapas é possível verificar que o Centro de São Paulo possui uma característica peculiar no que diz respeito à sua dinâmica de fluxos. Em decorrência desta condição aguda revelada pelos números de tráfegos de pessoas pelo espaço, é possível dizer que aguda também é a ocupação informal nos espaços públicos, já que usufrui destes fluxos.

A polarização que os terminais de transporte coletivo determinam no tecido urbano cria fortes sinergias entre eles - baldeações de um terminal para outro ou de uma estação para outra, que produz eixos de deslocamentos de pessoas que, por vezes, estão apenas de passagem pelo Centro.

Outro dado importante que é revelado no mapa: 'vetores informais' é que, apesar da imprevisibilidade dos trajetos dos trabalhadores informais itinerantes, eles também usufruem dos mesmos vetores de passagem com maiores fluxos de pedestres para venderem seus produtos.

movimentação diária: n.º de viagens no centro de São Paulo

*dinâmica de fluxos**observações*

viagens diárias na região metropolitana de São Paulo 1997

n.º de viagens:

Sé- República = 300.828;

Barra Funda/Sta Cecília/ Bom Retiro = 187.991;

Liberdade/ Bela Vista = 181.180;

Consolação= 161.387;

Moema/ Campo Belo = 163.128;

Lapa/ Leopoldina = 134.530;

Itaim Bibi = 131.147;

Santana/ Casa Verde = 122.672;

Tatuapé = 108.337;

Itaquera/ José Bonifácio = 51.695.

(Mangilli Filho, Irineu, 2002)

Figura 58- Movimentação diária Município de São Paulo..
fonte: Secretaria de Transportes 2002.

espacialização das viagens diárias na região metropolitana de SP

espacialização das viagens diárias na região metropolitana de SP

dinâmica de fluxos

Figura 60 - tabela - RMSP, MSP, Sé e República - Total de viagens atraídas por motivo - 1997. fonte: Instituto Pólis, 2002.

	Trabalho	Educação	Compras	Saúde	Lazer	Residência	Outros	Total
RMSP	7.139.934	5.566.154	780.396	655.485	1.230.703	14.141.781	1.917.753	31.432.205
MSP	4.843.423	3.260.284	526.919	456.022	811.769	8.440.507	1.291.730	19.630.653
Distrito República	200.988	8.593	20.052	8.458	13.790	49.628	66.899	368.409
Distrito Sé	195.031	17.557	51.048	4.595	7.977	20.396	60.513	357.117
Zona O/D 1 - Sé	103.332	7.732	21.899	2.113	4.064	3.315	38.584	181.039
Zona O/D 2 - Sé	62.460	4.245	27.369	368	1.908	4.473	13.710	114.533
Zona O/D 3 - Sé	29.238	5.580	1.780	2.114	2.006	12.609	8.219	61.546
Zona O/D 4 - República	38.140	4.378	1.284	2.695	3.893	21.388	16.591	88.369
Zona O/D 5 - República	92.136	3.604	12.649	5.130	6.865	12.785	33.047	166.217
Zona O/D 6 - República	70.712	611	6.120	634	3.032	15.455	17.260	113.823

observações

• Este s dados foram produzidos pelo Instituto Pólis para o produto elaborado em Outubro de 2002: "Contribuição para um diagnóstico da área central do município de São Paulo", coordenado pela prof. Raquel Rolnik e com minha colaboração;

Figura 59- Gráfico Sé-República - total de viagens. Insituto Pólis, 2002

Gráfico 1 - Sé, República - Total de viagens atraídas por motivo - 1997

Segundo o diagnóstico do Insituto Pólis: "O caráter radioconcêntrico do sistema de transporte coletivo - ferrovia, metrô, ônibus - é dos que mais contribuem para a enome circulação na área central ,condicionando a microacessibilidade aos diferentes locais dos distritos Sé e República. Do ponto de vista da macroacessibilidade, o Centro é um dos pontos mais acessíveis da cidade. Pelo Centro circulam diariamente, através de todos os modos cerca de 2 milhões de passageiros por dia (CET). Entretanto, como demonstraremos na tabela acima, o centro tem sido muito mais um local de passagem e transbordo do que propriamente de atração de viagens. Os distritos Sé e República atraem cerca de 2% do total de viagens no Município de São Paulo, ou 700.000 viagens. Mais de um milhão, portanto utilizam o centro como passagem ou transbordo." (Pólis, 2002)

A maior parte das viagens é motivada por trabalho. Segundo a Pesquisa Origem-Destino de 1997, como vemos na tabela acima para os distritos Sé- República. Esses distritos tinham um pouco mais de 3% do total de empregos do Município de São Paulo.

fluxos de transporte coletivo: volume de ônibus

dinâmica de fluxos

Figura 61 e 62- Fluxos de ônibus região central. fonte: Sec. Transportes, 2002

observações

• Este mapa mostra proporcionalmente, o carregamento viário das principais vias de transporte coletivo. É interessante notar que os eixos viários que chegam até o Centro são bem superiores que por exemplo, a av. Paulista, por exemplo. O centro é o principal articulador destas duas regiões.

• Os grandes eixos viários 'carregados' de ônibus são: oeste: av. Rio Branco; leste - sudoeste: 9 de Julho/ 23 de Maio - Rangel Pestana/ Radial Leste

fluxos de transporte coletivo: volume de ônibus

dinâmica de fluxos

Figura 63- Fluxos de ônibus região central. fonte: Sec. Transportes, 2002

fluxos de transporte coletivo: volume de ônibus

dinâmica de fluxos

Figura 64- Fluxos de ônibus.
distritos Sé e República. fonte:
Sec. Transportes, 2002

mapa 15 e 16: fluxos de transporte coletivo: situação e projeto da sptrans em 2002

mapa 15 e 16: fluxos de transporte coletivo: situação e projeto da sptrans em 2002

dinâmica de fluxos

Figura 65- Fluxos de ônibus área central. fonte: Sec. Transportes, 2002

observações

este mapa é a espacialização dos fluxos dos vários transportes coletivos: ônibus, trem e metrô. a informação sobre as linhas de ônibus foi fornecida pela sptrans;

hoje, há uma forte pressão dos eixos de transporte radiais sobre o centro, sem a contrapartida de articulação entre estes eixos, por exemplo: leste-sudoeste; leste-oeste; sudeste-oeste, etc.

esta espacialização corresponde ao projeto elaborado pela prefeitura que será implantado, segundo a SP Trans em médio prazo, não correspondendo à realidade atual.

→ A concentração na região central de São Paulo de todos os meios de transporte coletivo: metrô, ônibus e trem é herança da importância desta região como pólo de oportunidades de emprego, atividades burocráticas e administrativas. A grande oferta de transporte coletivo aliado à concentração de várias atividades ainda presente é, sem dúvida, a razão do grande fluxo de pedestres;

→ A espacialização da densidade de fluxos de ônibus expressa nas figuras 61 a 64 explica em parte a articulação entre os fluxos das linhas de ônibus e a circulação de pedestres no Centro de São Paulo. É necessário destacar a sobreposição e junção das linhas de metrô e trem – e suas baldeações, como grandes nós de entroncamento de pedestres;

→ A entrada das linhas estruturais, que vem dos bairros, e tem como destinação ou passam pelo centro, ainda continuam com a geometria radial, apesar de ter sido relativizada a importância do centro de São Paulo como o principal pólo da cidade. O projeto da SPTRANSem 2002, previa a retirada de todos os pontos finais nas ruas do Centro Velho e Novo para os terminais da região (Parque d. Pedro, Princesa Isabel e Bandeira).

→ Os antigos pontos finais (figura 66), alguns deles em ruas muito estreitas do Centro Velho, por exemplo, serão transpostos para os terminais mencionados. Os pontos finais no Centro são os grandes responsáveis pela concentração de trabalhadores informais nas vias públicas, a maioria deles vendendo comida;

→ O projeto da SPTRANS em 2002 previu a articulação entre estes terminais através de linhas perimetrais que conectam todos os terminais assim como alimentam e redistribuem os passageiros pelas ruas internas a estas perimetrais, evitando a entrada de linhas estruturais nas ruas dentro da rótula constituída pelas principais ruas perimetrais no Centro de São Paulo;

→ O mapa 16 mostra o fluxo de pedestres no eixo mais carregado de circulação à pé (eixo sé república e ladeira gal. carneiro) que é resultado, principalmente, da baldeação de pessoas que saem de um terminal ou estação de metrô em busca de outro equipamento de transporte coletivo;

→ Com estas afirmações anteriores, é possível concluir que o planejamento do fluxo de pedestres nas vias públicas é absolutamente interdependente do planejamento do fluxo de transporte coletivo.

pontos finais nos distritos sé-república

observações

Principais concentrações de ônibus no centro: região da Pça da República (configurando quase como um grande terminal à céu aberto); região do Largo de São Francisco; rua Xavier de Toledo; Largo do Paissandu e região da Praça de Sé.

É possível neste mapa, a partir da localizações dos pontos finais das linhas de ônibus centro - bairro, verificar as possíveis triangulações de fluxos de pedestres entre os equipamentos de transporte coletivo (terminais de ônibus, estações de metrô) e as várias concentrações de pontos finais no centro de São Paulo.

Dessa forma, podemos dizer que a baldeação entre um meio de transporte para outro, de um terminal ou estação para outra, acontece nos espaços públicos, mais precisamente, nos calçadões, daí o número significativo de pedestres e, conseqüentemente, de consumidores potenciais do comércio informal nos espaços públicos.

Figura 66- Pontos Finais de ônibus no Centro. fonte: Sec. Transportes, 2002

tabela 10: volume de passageiros nos terminais da cidade e do Centro

**Quadro Resumo - Passageiros Transferidos nos Terminais Pesquisados
Dia Útil**

Região	Terminal	Desembarque				Embarque				Catraca	Passageiros Transferidos
		Alimentador	Tronco	Passagem (1)	Total	Alimentador	Tronco	Passagem (1)	Total	Entrada Terminal	
Sul	* Capelinha	40.422	46.633		87.055	42.445	45.278		87.723	2.250	85.473
	* João Dias	19.083	18.540	19.549	57.172	22.473	15.564	21.801	59.838	5.330	54.508
	* Santo Amaro	51.665	46.892	4.101	102.658	52.231	49.694	2.219	104.144	4.536	107.813
	* Santo Amaro -BB	11.683			11.683	8.205			8.205		
Leste	Cid Tiradentes	dados em processamento				9.561		10.957	20.518	1.635	18.883
	São Mateus	34.025	19.850	3.053	56.928	34.526	14.782	2.463	51.771	452	51.319
	A E Carvalho	8.120	8.110	1.838	18.068	8.819	6.292	2.043	17.154	1.301	15.853
	Aricanduva	3.791	838	4.182	8.811	4.109	1.451	4.273	9.833	1.085	8.748
	Penha	6.815	707	778	8.300	6.134	450	659	7.243	1.314	5.929
	Carrão	11.518	6.750	11.467	29.735	12.601	5.579	12.163	30.343	766	29.577
	V.Prudente	2.780	4.090	4.131	11.001	2.318	4.383	4.255	10.956	1.239	9.717
Centro	P.D.Pedro II	100.554	35.137	641	136.332	95.132	32.457	1.840	129.429	30.556	98.873
	Bandeira	15.686	30.271	223	46.180	15.928	26.044	2.436	44.408	35.709	8.699
	Princesa Isabel	18.308	10.511		28.819	17.780	13.196		30.976	3.598	27.378
Norte	Casa Verde	1.142	3.727		4.869	1.052	3.515		4.567	1.180	3.387
	V.N.Cachoerinha	21.677	14.110	662	36.449	21.666	11.503	936	34.105	1.749	32.356

Notas:

Pesquisas realizadas em outubro e novembro de 2001

* Pesquisas realizadas com pessoal das Empresas Operadoras (julho e agosto de 2001)

BB = Bairro a Bairro

(1) nos sentidos tp/ts e ts/tp

(2) fonte: SPTrans

Construção da tabela: Insituto Pólis, 2002. fonte: SPTrans, PAIT consultores

movimento de passageiros nos terminais da cidade e do centro

dinâmica de fluxos

Figura 67- movimento nos terminais de ônibus. fonte: Sec. Transportes, gráfico: Inst. Pólis, 2002

observações

O terminal Parque D. Pedro é um dos terminais que mais movimenta passageiros de ônibus na região metropolitana de São Paulo. Em números, tanto o Terminal Parque D. Pedro quanto o Terminal Bandeira são os que mais possuem movimento de catraca, indicando o grande fluxo de entrada e saída de pessoas nos terminais gerando intensa circulação de pedestres no Centro de São Paulo.

Outro dado importante é que o n.º de transferidos no term. Pq. D. Pedro também é grande, o que nos leva a concluir que a transferência se dá maciçamente tanto dentro dos terminais quanto de um terminal para outro, resultando no grande fluxo de pedestres nas ruas que interligam os terminais. Neste sentido, o centro passa a ser um grande terminal de transbordo.

deslocamentos à pé: n.º de viagens de pedestres na região central

dinâmica de fluxos

Figura 69- Viagens a região Central. fonte: Sec. Transportes, 2002

Fonte: Zona OD-1997
Horário de Pico

localização dos calçadões

dinâmica de fluxos

Figura 70- Localização dos calçadões.
fonte: Sec. Transportes, 2002

volume de pedestres em algumas ruas do centro

*dinâmica de fluxos***Circulação A Pé**

- Mais de 1 milhão de pedestres circulam por dia na Área Central
- Volumes de pedestres que circulam em algumas vias na Área Central:

- R. Barão de Itapetininga	10.000 ped./h
- R. Conselheiro Crispiniano	6.000 ped./h
- R. 24 de Maio	5.000 ped./h
- R. 7 de Abril	9.000 ped./h
- R. Direita	8.000 ped./h
- R. Cel. Xavier de Toledo	6.000 ped./h
- Vd. Do Chá	10.000 ped./h

Fonte: CET-2000
- 6,0 km de calçadas
- Maior concentração de equipamentos de transporte público:
  - 7 Estações de METRÔ
  - 3 Terminais de Ônibus
  - 2 Estações Ferroviárias

Figura 71- Volume de pedestres em algumas ruas do Centro. fonte: Sec. Transportes, 2002

deslocamentos à pé: volume de pedestres

dinâmica de fluxos

Figura 72- Deslocamentos à pé - Volume de pedestres. fonte: Sec. Transportes, 2002

mapa 17: pólos geradores de tráfego de autos e contagem de pedestres

mapa 18: densidade de pedestres - ano 2002

mapa 18: densidade de pedestres - ano 2002

dinâmica de fluxos

- Este mapa foi um levantamento *in loco* feito em todas as ruas do perímetro delimitado. Esta iniciativa foi necessária, porque não há a contagem de todas as ruas, ficando difícil o entendimento da lógica sistêmica do tráfego de pedestres;
- Como foi dito anteriormente, não só os calçadões do eixo Sé-República, como os corredores de transporte coletivo são as vias públicas de maior tráfego de pedestres. Há triangulações formadas por esses principais eixos, cujos nós ou entroncamentos são os principais equipamentos de transporte coletivo;
- As principais triangulações são:
- rua Barão de Itapetininga- rua Direita- ladeira gal. Carneiro- Terminal Parque d. Pedro;
  - rua São Bento- ladeira Porto Geral- rua 25 de Março; rua Direita- rua Líbero Badaró- Terminal Bandeira;
  - rua 7 de Abril- Terminal Bandeira- rua Líbero Badaró;
  - rua Direita- rua São Bento- rua 15 de Novembro;
  - ladeira General Carneiro- Praça da Sé- Praça João Mendes- rua Quintino Bocaiúva;
  - Terminal Parque d. Pedro. ladeira Genreal Carneiro- Praça da Sé- avenida Rangel Pestana (Poupa Tempo);

observações

*as 4 densidades eleitas são a partir do padrão da cet= 0,3; 0,6;
1,0; 1,5 pedestres/m2*

mapa n.º19: contagem e densidade de trabalhadores informais

mapa n.º19: contagem e densidade de trabalhadores informais - ano 2002

*dinâmica de fluxos**observações*

este mapa é resultado do levantamento in loco no perímetro delimitado;

a contagem dos trabalhadores informais nos espaços públicos foi feita nos horários de pico (horário de alimentação e pico de chegada ou saída do centro.

→ A densidade dos trabalhadores informais nos espaços públicos reflete a semelhança com a densidade de pedestres, porém a discrepância entre os índices das duas ocupações será verificado no mapa seguinte;

→ Nas ruas onde é terminantemente proibida a ocupação do trabalho informal, como as ruas que compõem o eixo Sé-República (rua Barão de Itapetininga e rua Direita), são justamente aquelas onde a ocupação se faz bastante presente, porém, prevalecendo as formas provisórias ou móveis. No caso da rua Barão de Itapetininga, por exemplo, são trabalhadores variados, como *performers* de rua, vendedores de comida e pessoas como anunciantes de emprego, serviços ou mercadoria. No caso da rua Direita, são vendedores cujo suporte é, na sua maioria, lonas ou carrinhos de fácil deslocamento;

→ Aqueles trabalhadores que são relativamente fixos ocupam as ruas transversais aos principais eixos mais visados pela fiscalização. No caso da r. Barão de Itapetininga, ficam na rua Marconi, rua d. José de Barros e rua Conselheiro Crispiniano. No centro velho, ficam nas transversais rua 3 de Dezembro, rua do Tesouro e rua Quintino Bocaiúva.

mapa n.º20: mobilidade dos trabalhadores informais nos esp. públicos

mapa n.º20: mobilidade dos trabalhadores informais nos esp. públicos

*dinâmica de fluxos**observações**aparatos de trabalho dos trabalhadores móveis: carrinho, bicicleta, guarda-chuva ou o próprio corpo como suporte;**aparato de trabalho dos trabalhadores fixos: mesa portátil, contêiner, estrutura tubular;**verificou-se que os aparatos que ocupam os espaços públicos por parte do terciário formal geralmente vendem artigos de vestuário e alimentação;*

→ A mobilidade do trabalhador está diretamente proporcional à sua condição legal perante à prefeitura na ocupação do espaço público. Para fugir da fiscalização, recorre-se à venda em trânsito constante;

→ Há exceções: existem trabalhadores fixos que ocupam tradicionalmente certo ponto, mas que não estão legalizados;

→ Nas ruas onde é terminantemente proibida a ocupação de trabalhadores informais nos espaços públicos – por exemplo, eixo Sé – República, verifica-se a presença maciça de trabalhadores cujo aparato permite o rápido deslocamento na ocasião de um “rapa”. São, portanto, trabalhadores móveis;

→ Apesar da proibição irrestrita, verificou-se a ocupação sempre das mesmas pessoas, sempre nos mesmos pontos, mesmo na ocasião da vigilância dos fiscais;

→ A rua Barão de Itapetininga – que faz parte do eixo Sé-República, onde é proibida a ocupação do trabalho informal, é tradicionalmente ocupada, na sua maioria, por senhores aposentados, em cujo corpo serve como suporte para anúncios de emprego. Este é mais outro caso de exceção à regra, onde prevalece e é obedecida a tradição urbana em detrimento da legislação de ocupação de solo.

mapa n.º21: deslocamentos de trabalhadores itinerantes e prováveis pólos geradores de tráfego de pedestres

Figura 73- foto:
Luciana Itikawa.
local: Viaduto do
Chá. Abril de 2002

Figura 74- foto: Luciana Itikawa. local: av.
Ipiranga. Abril de 2002

observações

foram levantados 14 trajetos de trabalhadores informais e os respectivos locais de paradas;

o tempo de parada também varia tanto na sua dimensão, quanto da decisão do próprio trabalhador, vulnerável à fiscalização e ao "rapa".

mapa n.º21: deslocamentos de trabalhadores itinerantes e prováveis pólos geradores de pedestres

dinâmica de fluxos

Para Deleuze (1997), a dificuldade de mapeamento da condição itinerante é diferenciar exatamente o nômade do sedentário:

O nômade tem um território, segue trajetos costumeiros, vai de um ponto à outro, não ignora os pontos (ponto de água, de habitação, e assembléia, etc.). Mas a questão é diferenciar o que é princípio do que é somente consequência da vida nômade. Em primeiro lugar, ainda que os pontos determinem trajetos, estão estritamente subordinados aos trajetos que eles determinam, ao contrário do que sucede no caso do sedentário.

O ponto de água só existe para ser abandonado, e todo ponto é uma alternância e só existe como alternância. Um trajeto está sempre entre dois pontos, mas o "entre-dois" tomou toda a consistência, e goza de uma autonomia bem como de uma direção próprias. A vida do nômade é intermezzo.

É nesse sentido que o nômade não tem pontos, trajetos, nem terra, embora evidentemente ele os tenha. Se o Nômade pode ser chamado de desterritorializado por excelência, é justamente porque a reterritorialização não se faz depois, como no migrante, nem em outra coisa, como no sedentário.

Deleuze cita Virilio sobre o devir nômade:

Já não se vai de um ponto à outro, mas se domina todo o espaço a partir de um ponto qualquer: em vez de estriar o espaço, ele é ocupado com um vetor de desterritorialização em movimento perpétuo.

O nômade inventa a noção de um deslocamento que não teria destinação no espaço e no tempo.

→ Apesar dos trabalhadores itinerantes estarem ininterruptamente se deslocando, a localização das paradas, que variam de 5 minutos a até 2 horas, evidenciam a razão da escolha de determinados lugares, que sempre são emblemáticos, tanto por sua importância simbólica, quanto pelo fluxo de pedestres que tal equipamento urbano gera;

- Os locais de paradas escolhidos por estes trabalhadores itinerantes, próximos a determinado equipamento de uso público, podem ser evidências da atração que este exerce aos pedestres e que podem ser considerados, portanto, pólos geradores de tráfego de pedestres, como o Fórum João Mendes; o antigo Extra Mappin, na Praça. Ramos de Azevedo; o *Mac Donald's* da avenida Ipiranga; a esquina da ladeira Porto Geral com a rua 25 de Março, etc;
- Os principais caminhos percorridos por estes trabalhadores itinerantes coincidem com as vias públicas de maior densidade, locais também de grande concentração de trabalhadores com ponto fixo;
- LOGÍSTICA DO CONTEXTO: Os trajetos, porém, segundo os próprios trabalhadores são alterados segundo o contexto da hora e da localização da rua. Se há fiscalização ou conflito, eles alteram imediatamente.

conteúdo:

MAPA 22: FRONTEIRAS PERMEÁVEIS DE ROTAS DE MERCADORIAS CONTRABANDEADAS;

MAPA 23: ARTICULAÇÃO DAS CIDADES FRONTEIRIÇAS PARA PASSAGEM DE MERCADORIAS;

MAPA 24: LOCALIZAÇÃO DOS ENTREPOSTOS DE MERCADORIAS NA REGIÃO CENTRAL;

objetivos:

- identificar a extensão do fenômeno da informalidade em outras escalas além da urbana: regional, nacional e intercontinental;
- identificar as origens de fabricação das mercadorias que entram ilegalmente e a localização das fronteiras de passagem por tipo de mercadoria;
- mostrar a articulação entre cidades de ambos os lados da fronteira e o tecido urbano de passagem do contrabando;
- verificar a especialização de certos bairros no fornecimento de mercadorias para o comércio informal nas ruas;

conclusões:

- percebe-se que há um 'zoneamento' do contrabando e a existência de fronteiras específicas de passagem para cada tipo de mercadoria.
- Nossa fronteira NORTE-NORDESTE ainda é de passagem de biopirataria; e combustível, devido à vizinhança com a Venezuela- grande produtora de petróleo;
- A fronteira OESTE é especializada em 'drogas', fronteira esta pouco monitorada, seja por convivência de autoridades, seja pelo alto índice de criminalização desta fronteira com os países produtores de drogas;
- a fronteira SUDOESTE é claramente de passagem de contrabando de mercadorias vindas do Oriente, que entra maciçamente pelas cidades entrepostos em países sem tarifas alfandegárias - principalmente Paraguai. Segundo levantamento feito pelo Jornal Nacional, a grande porta de entrada é mesmo o porto de Santos, cujo destino é a fronteira paraguaia.

mapa n.º22: fronteiras permeáveis de rotas de mercadorias contrabandeadas

Figura 75- fonte: jornal Folha de São Paulo. "De onde vêm as mercadorias vendidas nas ruas de São Paulo".. 20 de Outubro de 2002

observações

este mapa foi possível ser construído a partir das informações veiculadas no noticiário da rede globo- jornal nacional e sptv e divulgadas pela internet. foi feita uma reportagem especial sobre o fenômeno da pirataria e as rotas pelo território brasileiro;

mapa n.º22: fronteiras permeáveis de rotas de mercadorias contrabandeadas

a geopolítica da informalidade

- Este mapa mostra as rotas de comércio clandestino em escala mundial e os principais fornecedores de mercadorias que são contrabandeadas para a América Latina= China, Taiwan, Malásia e Cingapura. Mostra também quais são as principais fronteiras de passagem e a especificidade de cada uma delas quanto ao tipo de mercadoria que é passada ilegalmente. No mapa a seguir será possível visualizar as cidades de cada uma das fronteiras;
- Este mapa mostra também como, em pleno território nacional, há interceptação de carga de mercadorias da indústria da transformação (com tecnologia estrangeira, porém montada no Brasil) que vem da Zona Franca de Manaus, e alimenta o comércio informal das grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Dentre estas mercadorias estão: aparelhos e componentes eletrônicos, fitas de vídeo e DVD, eletrodomésticos, jogos eletrônicos, etc.;
- O curioso destas rotas é que o trajeto é bastante tortuoso, desde o momento em que chega no porto de Santos, a partir dos países do oriente mencionados, até o consumidor final: as mercadorias são direcionadas diretamente para os países fronteiriços (Paraguai, Bolívia e Peru) e retornam clandestinamente aos grandes centros urbanos.

mapa n.º23: articulação das cidades fronteiriças para a passagem de contrabando

Figura 76- fonte: jornal Folha de São Paulo. "De madrugada, São Paulo vira Ciudad del Este". 20 de Outubro de 2002

observações

este mapa foi possível ser construído a partir das informações veiculadas no noticiário da rede globo- jornal nacional e sptv e divulgadas pela internet. foi feita uma reportagem especial sobre o fenômeno da pirataria e as rotas pelo território brasileiro;

mapa n.º23: articulação das cidades fronteiriças para a passagem de contrabando

a geopolítica da informalidade

→ Este mapa mostra as conexões urbanas nas fronteiras entre as cidades onde há um relaxamento, ausência ou corrupção na fiscalização das mercadorias contrabandeadas. Mostra que as fronteiras brasileiras são permeáveis à este tipo de atividade, com ou sem aval das autoridades;

→ O tipo de mercadoria contrabandeada está diretamente relacionada aos recursos naturais disponíveis, como é o caso da biopirataria na Amazônia ou à proximidade aos grandes centros urbanos, como é o caso da fronteira junto ao Paraguai, que fica próximo à capacidade de consumo dos grandes centros urbanos, como as regiões metropolitanas do sudeste.

mapa n.º24: localização de alguns entrepostos de mercadorias na região central

conteúdo:

MAPA 25: VARIAÇÃO DA OCUPAÇÃO INFORMAL NAS RUAS EM UM DIA - 1;

MAPA 26: VARIAÇÃO DA OCUPAÇÃO INFORMAL NAS RUAS EM UM DIA - 2;

MAPA 27: TOPOGRAFIA TEMPORAL DE OCUPAÇÃO INFORMAL EM UM DIA;

objetivos:

- verificar a duração dos comportamentos espaciais assim como das relações com o tecido urbano para tal duração;
- verificar as razões de deslocamento, esvaziamento e concentração em cada período;
- verificar os horários picos de maior concentração e os locais com permanência mais prolongada no espaço público.

algumas considerações:

- CAPACIDADE DE TRANSFORMAÇÃO: Foi verificado nos levantamentos *in loco* a incrível capacidade de transformação de alguns aparatos de suporte das mercadorias a ponto dos trabalhadores informais passarem despercebidos, como simples transeuntes. Poderíamos falar em mutação ou camuflagem?
- PODER DE RECUPERAÇÃO: Poderíamos falar que esta qualidade, como nos sistemas complexos biológicos, seria um poder de regeneração, ou seja, a ausência de um integrante em uma rede não comprometerá o todo. Exemplo: quando há a apreensão da mercadoria como punição pela ocupação clandestina nos espaços públicos, isto não significa um prejuízo ou uma perda drástica no comércio de rua, já que não há estoque nos espaços públicos. Além disso, a substituição de uma pessoa “em baixa” em determinado lugar, é ágil e rápida;
- CAPACIDADE DE EXPANSÃO/RETRAÇÃO: Capacidade de tornar-se do indivíduo à multidão, ou seja, a capacidade de adaptar-se à novas escalas e vice-versa. Isso exige uma constante reinvenção de novas táticas de ocupação;
- ABSORÇÃO DA NOVIDADE: Estes sistemas geram e absorvem novidades porque são sensíveis à situações novas (o tamanho do efeito não é igual ao tamanho da causa), assim como variações

individuais e pequenas imperfeições são permitidas. Para Deleuze, “Há ciências ambulantes, itinerantes, que consistem em seguir um fluxo num campo de vetores no qual singularidades se distribuem como tantos outros acidentes (problemas)” (DELEUZE, 1997).

conclusões:

Como registrar a transformação e a velocidade na ocupação do espaço público se os mesmos ocorrem em períodos aleatórios? É possível, no entanto, verificar os contextos urbanos recorrentes para tais transformações. A primeira, é que as atividades realizadas no espaço público estão absolutamente relacionadas às dinâmicas econômicas de fluxos.

Podemos dizer, portanto, que **as transformações** - deslocamento no espaço, mudança do aparato de trabalho - **estão também submetidas à clandestinidade** a que os trabalhadores estão sujeitos. Por isso, quanto maior a fiscalização, maior a variabilidade da ocupação no espaço. (grifo meu)

A permanência no espaço público, entre outros fatores, está contido nos horários de pico de entrada, trânsito e saída das atividades no tecido urbano. Porém, de acordo com o levantamento de campo, alguns trabalhadores estabelecem (quando são autônomos) ou são obrigados a vender uma cota mínima por dia e acabam, às vezes, trabalhando até 14 horas para acumular tal renda no fim do mês.

Transitoriedade, impermanência e itinerância são características precarizantes, e não privilégios, como crê a ideologia sobre o “nômade globalizado” e seus aparatos tecnológicos portáteis.

mapa n.º25: variação da ocupação informal nas ruas em um dia

mapa n.º26: variação da ocupação informal nas ruas em um dia

mapa n.º27: topografia temporal do trabalho informal nos espaços públicos

mapa n.º27: topografia temporal do trabalho informal nos espaços públicos

a questão temporal

- IMPERMANENTE: A partir do acompanhamento da ocupação ao longo do dia foi possível verificar pequenas mudanças em um curto espaço de tempo. Com isso, é possível concluir que a impermanência é uma característica intrínseca do fenômeno em estudo;
- O trabalho informal está em função do horário de trabalho dos estabelecimentos mais próximos. Isso equivale também àqueles pontos que ficam próximos aos equipamentos de transporte coletivo e também junto aos corredores comerciais;
- CAPACIDADE DE TRANSFORMAÇÃO: As mercadorias também variam em função do período registrado. A alimentação é uma das que mais variam, já que acompanham o horário das refeições ao longo do dia;
- Basicamente, a maioria do trabalho informal se concentra entre os períodos das 10hs. e às 18hs;
- CAPACIDADE DE EXPANSÃO/ RETRAÇÃO: As mercadorias que estão presentes antes ou depois deste período, geralmente se beneficiam da fiscalização menos ostensiva, como por exemplo, alimentação, que é terminantemente proibida;
- ADAPTABILIDADE: Os espaços públicos onde é terminantemente proibido o trabalho informal, como o eixo Sé-República, são os mais visados pela fiscalização, e também são aqueles onde há a maior variação da geometria de ocupação ao longo do dia. Há portanto, dentro deste sistema fluido, a capacidade de absorver pequenas falhas para que grandes delas não apareçam em maior escala. Esta capacidade de adaptação em condições adversas é sem dúvida a qualidade mais emblemática do trabalho informal nos espaços públicos.

observações

o período coberto foi das 8hs. da manhã até as 20hs. da noite, um período de 12 horas no total ao longo de um dia;

foram feitos registros da ocupação do trabalho informal nos espaços públicos de 2 em 2 horas., para verificar a razão e a geometria de ocupação.;

períodos registrados: 8hs., 10hs., 12hs., 14hs., 16hs., 18hs., 20hs.

conteúdo:

MAPA 28: CULTURA POPULAR NOS ESPAÇOS PÚBLICOS X ESPAÇOS PRIVADOS

objetivos:

- verificar a diversidade dos trabalhadores que fazem performances, pregações ou pequenos shows, e a localização de cada um deles;
- estabelecer relações entre os estabelecimentos culturais ou de lazer no espaço privado com as atividades performáticas no espaço público;

conclusões:

O Centro de São Paulo tradicionalmente sempre foi espaço para manifestação artística, política ou religiosa. A acessibilidade ao Centro torna ainda mais aguda a concentração nos espaços públicos de cidadãos que são, portanto, potenciais espectadores. O espaço público torna-se, portanto, uma grande vitrine a céu aberto para a livre manifestação, seja de cunho político como também, para servir objetivos mercantilistas.

As apresentações, shows, performances espalhados em vários lugares do Centro de São Paulo, tornam este espaço público com forte resistência democrática, apesar da tentativa, recente, de vigilância e controle privados sobre ele.

O corpo à corpo dos calçadões, largos e praças do Centro de São Paulo é sua característica peculiar que mantém e ainda preserva a convivência das diferenças de crenças, ideologias e formas de expressão.

mapa n.º28: cultura popular no espaço privado e público

Figura 77- Repentista. foto: Luciana Itikawa. local: Viaduto do Chá. Outubro de 2002

Figura 78- Cantor. foto: Luciana Itikawa. local: . 15 de Novembro. Outubro de 2002

observações

este levantamento foi realizado no primeiro semestre de 2002.

mapa n.º28: cultura popular no espaço privado e público

cultura popular

- O Centro é um lugar latente de manifestações culturais eruditas e populares. Há uma antiga tradição de alguns espaços públicos no centro serem locais de manifestação artística, religiosa ou política: Praça Ramos, Praça da Sé e Praça da República são os locais mais procurados;
- O registro destas manifestações no espaço público são seculares e já fazem parte da cultura urbana nacional. Resta saber como deve ser regulamentada a ocupação nos espaços públicos, pois tradicionalmente estes artistas ou oradores são conhecidos por serem nômades;
- Este é um mapa que verifica relações de espaços histórico ou simbolicamente importantes e a localização destes *performers*. Verificou-se também que a presença deles também está condicionada ao fluxo de pedestres, principalmente as ruas do eixo Sé-República rua Barão de Itapetininga, Praça Ramos, Viaduto do Chá e principalmente a Praça da Sé;
- Artistas ou *performers* também podem ser avaliados segundo a questão étnica, porém, foi possível estabelecer relações espaciais entre espaço e etnia. Verificou-se, por exemplo, uma grande quantidade de imigrantes da América Latina que trabalham como músicos na Praça da República. Seria necessário um estudo mais detalhado desta questão.

trabalho informal nos espaços públicos do Centro de São Paulo:

parâmetros para políticas públicas

capítulo 3: exploração da clandestinidade

Figura 79- Fonte: Raul Pederneiras:
"Algumas figuras de hontem, 1924"
(WISSENBACH, 1998)

EXPLORAÇÃO DA CLANDESTINIDADE

1. Exploração da clandestinidade: clientelismo

O oportunismo político- clientelismo, e econômico- corrupção, sobre os trabalhadores de rua cria uma relação de dependência perversa e anula as alternativas de legitimação da atividade. Ambas as formas de exploração da clandestinidade manifestam a distorção da relação das instituições públicas com o cidadão.

A herança histórica de patrimonialismo e clientelismo no Brasil tem sido investigada, sobretudo a partir da contradição entre as estruturas de dominação e exploração em relação ao desenvolvimento do capitalismo e da democracia no Brasil. A persistência de estruturas clientelistas ou corruptas se justificam, sobretudo, pelo fato de estarem fortemente imbricadas nas engrenagens de produção da riqueza e do poder internos.

É possível desmistificarmos, contudo, o conceito tradicional de clientelismo no Brasil ao sugerirmos que este pode conviver com modernos arranjos político-institucionais. Para Farias (2000), a barganha político-eleitoral não é incompatível com a democracia capitalista no Brasil: "O clientelismo, longe de ser um desvio (disfunção), é um fato normal (funcional) ao interior de tal democracia".

São inúmeras as definições de clientelismo. As definições de Silva (2000), Jordão (2000) e Cardozo (2000) são convergentes: clientelismo é a relação de dependência do cidadão com agentes do Poder Público no acesso aos recursos do Estado. O "patrão" oferta assistência ao "cliente" em troca de algum tipo de favor ou fidelidade. No Brasil, há gradações neste tipo de relação. Segundo GAY (2001), "semi-clientelismo" é: "baseado não na ameaça ou uso da força, mas em trocas entre o Estado e a sociedade, caracterizadas como "acordos não-impostos". Em outras palavras, significa que, "ao invés de ameaçar, eles dizem: se fizerem isto, conseguirão o que querem".

O direito à posse da terra e o acesso às infra-estruturas urbanas, invariavelmente negociado e intermediado por parlamentares, tem sido uma conduta recorrente como forma de controle da periferia precária e ilegal:

Em nossa tradição política, os vereadores não são vistos pela população como “parlamentares” no sentido próprio da expressão. São encarados como verdadeiros “intermediários” entre o Executivo e Legislativo. Na verdade, são “despachantes de luxo” que viabilizam as demandas concretas e específicas da população junto ao prefeito. (CARDOZO, 2000)

No caso do trabalho informal de rua, negocia-se a licença como mercadoria política. A intermediação é feita não só por um parlamentar, mas também pelas lideranças dos próprios trabalhadores, que, teoricamente, deveriam representá-los nos poucos canais de interlocução com o governo. Adiante veremos exemplos da distorção do papel dos sindicatos na representação dos interesses dos trabalhadores em alguns países da América Latina e no Brasil.

Os testemunhos colhidos no perímetro de estudo, mostram que os “protegidos” de determinados parlamentares têm maior possibilidade de permanecer nos espaços públicos, mesmo não possuindo a licença. Trabalhadores de rua entrevistados confessaram que um bolsão de comércio instalado irregularmente no espaço público só ali permanecia com autorização e controle de um parlamentar estadual.

A clandestinidade é, portanto, funcional para a manutenção de relações arcaicas, ao mesmo tempo em que sustenta novas articulações políticas. Isso pode ser exemplificado com o papel do chamado “Terceiro Setor”, novo intermediário no acesso aos recursos do Estado. No capítulo seguinte veremos como algumas organizações não-governamentais, as ONGs, também particularizam o acesso aos direitos e reproduzem uma nova forma de paternalismo.

Este mesmo paternalismo anula as possibilidades de emancipação da categoria, na medida em que retira dos trabalhadores a possibilidade de serem responsáveis pela formulação das políticas e também de protagonizarem na conquista de direitos. Ao depender dos favores de um mediador, o trabalhador de rua torna-se refém de um destino que não lhe pertence.

CLIENTELISMO COMO COOPTAÇÃO DOS SINDICATOS

Os registros de clientelismo sobre o comércio de rua em cidades de outros países podem esclarecer sobremaneira o contexto existente no Centro de São Paulo. Em geral, há concordância sobre a importância da inclusão das lideranças da categoria, por meio dos sindicatos, para elaboração e gestão dos programas direcionados ao comércio informal de rua.

Figura 80- fonte: jornal O Estado de São Paulo. "Camelô preso alega que é perseguição". 09 de Setembro de 2005

A realidade, no entanto, nos mostra que nem sempre a participação dos sindicatos representam a legítima aspiração de grande parcela dos trabalhadores de rua, uma vez que não estão institucionalmente isentos de cooptação por parte do Estado.

Um estudo bastante aprofundado sobre o papel dos sindicatos e sua ingerência na regulação da atividade na cidade do México, foi feito por Cross (2000), que se debruçou particularmente sobre a organização da categoria e sua relação com o Estado. Seu testemunho dá poderosas ferramentas para a compreensão das esferas de influência e dependência das associações de trabalhadores com seus afiliados.

O aspecto mais decisivo para ilustrar a importância do papel das associações é a exigência de afiliação dos trabalhadores para obter a licença municipal. Na Cidade do México, por exemplo, O Poder Público, ao obrigar a afiliação dos comerciantes a determinadas organizações, deu carta branca para que estas aumentassem lucratividade política, na proporção em que cresciam o número de afiliados.

Teoricamente, a função das associações, na Cidade do México, é mediar os conflitos mais imediatos e recolher dos trabalhadores uma taxa que cubra custos administrativos e limpeza do espaço público. Na prática, algumas organizações de trabalhadores têm influência decisiva, segundo os jornais locais, atuando como uma espécie de "máfia" em conluio com funcionários do Poder Público (CROSS, 2000).

Em associações maiores, há delegados que se encarregam apenas de mediar conflitos com o governo. Os membros do conselho das associações geralmente pertencem à família ou são pessoas de confiança do líder da entidade.

A obrigação de articulação das associações com o partido do governo local (PRI- Partido Revolucionário Institucional), é a característica mais pungente de clientelismo. Comércio de rua é considerado ilegal pelos funcionários do governo local, mas "tolerado" pelo sistema por exigir que cada trabalhador afilie-se a uma associação ligada ao partido do Governo (CROSS, 2000).

O altíssimo grau de organização das associações vinculadas ao PRI evidencia a ampla cooptação pelo governo dos movimentos sociais. Obviamente, esta relação clientelista possui sua contrapartida, pois as associações e seus afiliados são 'massa de manobra' na época das eleições, distribuindo propaganda eleitoral, contribuindo para as campanhas, etc.

Como o status de comerciantes de rua é extremamente frágil, já que de administração em administração parte deles é expulsa ou anistiada, as associações e seus trabalhadores ficam sempre em constante débito com o partido do governo. Apesar do favoritismo do PRI, algumas delas acabaram filiando-se em partidos da oposição a partir da década de 80.

Relações clientelistas entre o Estado e os comerciantes de rua foram levantadas não só por Cross (1998), como por Tokman (2001), em seu estudo comparado entre algumas cidades latino-americanas – Rio de Janeiro, Santiago e Bogotá. Segundo Tokman (2001), algumas das maiores associações acumularam poder suficiente para contrabalancear até o poder do governo local. Essas engrenagens, ao contrário de dar mais legitimidade aos trabalhadores na condução das políticas, frustraram ainda mais a tentativa do governo na intenção de controlá-los.

Na cidade de Santiago e Bogotá, as associações dos trabalhadores de rua estão vinculadas aos sindicatos, ao contrário de Rio de Janeiro e Lima, que se encontram totalmente desvinculadas do movimento sindical. Em São Paulo, foram verificadas duas associações vinculadas a dois diferentes sindicatos: a TASP (Trabalhadores Ambulantes de São Paulo), vinculada à Força Sindical; e o Sindicato da Economia Informal, ligado a CUT (Central Única dos Trabalhadores). As demais associações estão geralmente associadas ao lugar em que alguns trabalhadores estão aglomerados, em geral, uma praça ou rua.

Na cidade de São Paulo verificou-se, pelo menos em dois momentos da campanha eleitoral de 2000 e 2004, que as associações de trabalhadores de rua invariavelmente foram chamadas pelos candidatos para angariarem votos dos afiliados, em troca de promessas de benefícios à categoria (até o presente momento da redação desta tese -2006, não foram realizados).

Na Cidade da Guatemala, oito em cada dez trabalhadores são afiliados a uma associação da categoria, o que dá origem a um dos conflitos mais perversos gerados pelo associativismo: entre aqueles afiliados e legalizados contra os não-afiliados e ilegais. (CASTEJON, 1999)

Os “legalizados” lutam pela expulsão dos ilegais e pedem ao governo que “limpe a rua dos novos invasores”. Segundo Castejon (1999): “As lideranças dos trabalhadores formalizados, na medida em que resumem suas demandas na máxima ‘Deixe-nos trabalhar’, ao mesmo tempo defendem que não se estenda esse direito aos ilegais, ao menos em sua área de influência”.

Esse mesmo conflito foi verificado também no perímetro em estudo no Centro de São Paulo. Algumas associações trabalham no sentido de dificultar a expedição de novas licenças para que

outros trabalhadores não atuem como concorrentes dos seus afiliados no comércio de rua. Essa disputa pela pouca oferta de espaço e, conseqüentemente, para o número de licenças, é alimento fecundo para o clientelismo.

Além disso, o porte de licenças nem sempre constitui garantia para que o comerciante de rua não seja molestado pela polícia. Nesse sentido, uma regulação que compreenda apenas uma pequena parcela da realidade existente nas ruas, coloca em risco não só os trabalhadores ilegais de serem vulneráveis à corrupção e ao achaque, como também os próprios legalizados. Para os portadores de licença, para garantir a “futura” permanência nas ruas, devem também pagar propina, segundo revelou um trabalhador de rua em depoimento realizado em campo.

Na cidade de Lima, uma grande maioria também é afiliada às associações da categoria (ALONSO *et al.*, 1989). Essas associações, no entanto, segundo Alonso *et al.* (1989): “estão muito longe de serem consideradas sindicatos. Estão mais próximas das organizações empresariais e câmaras de comércio, porque competem no mercado político. Não é uma expressão do proletariado e sim mais uma estratégia de marketing”.

No entanto, apesar da existência, nas cidades pesquisadas, de organizações que representam a categoria, os trabalhadores mantêm uma atitude passiva de escassa participação. Em situações de risco, no entanto, quando percebem que seus interesses estão em perigo, mobilizam-se com rapidez e eficiência, argumenta Tokman (2001). Para o autor, são poucas as iniciativas com propostas concretas sobre temas como proteção social, capacitação, seguridade, etc. (TOKMAN, 2001)

Em São Paulo, apesar do número expressivo de trabalhadores sindicalizados ou não, a desarticulação entre as associações é a principal característica da fragilidade da categoria, que se vê incapaz de pressionar o Executivo e o Legislativo, ao contrário das federações do comércio, indústria e finanças.

2. Exploração da clandestinidade: corrupção

A definição mais comum de corrupção é aquela que a considera como a transferência de renda que se dá fora das regras do jogo econômico *stricto sensu* (SILVA, 2000). Diferentes ações, porém, são nomeadas, genericamente, como atos de corrupção. De acordo com a legislação

Figura 81- fonte: *Jornal O Estado de São Paulo*. "Máfia dos Fiscais: Savelli condenado a 17 anos". 02 de Abril de 2003.

brasileira, a corrupção pode ser passiva ou a ativa, ambas reputadas pelo Código Penal crimes contra a administração pública:

A corrupção passiva se verifica sempre que um funcionário público (compreendendo-se aqui não apenas o servidor público propriamente dito, mas também as autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário) solicita ou efetivamente recebe para si mesmo ou para um terceiro, em razão da função pública que exerce uma certa vantagem indevida, ou então quando simplesmente aceita a promessa de tal vantagem.

A corrupção ativa ocorre quando uma pessoa oferece ou promete uma vantagem indevida a um funcionário público, objetivando que este pratique, omita ou retarde ato que deveria realizar em decorrência de sua função. (CARDOZO, 2000)

O Código Penal ainda especifica outras formas de corrupção:

Peculato (apropriar-se de dinheiro público ou desviá-lo), prevaricação (quando o funcionário público retarda ou deixa de praticar seu dever por interesses privados), facilitação de contrabando, emprego irregular de verbas ou rendas públicas, concussão (uso do cargo para extorquir, entre outras. (JORDÃO, 2000)

Para Silva (2000), a separação constitucional - e real - entre o público e o privado, bem como a imposição eficaz de um sistema fiscalizador e punitivo, são condições básicas para a delimitação entre o que é e o que não é corrupção. Algumas nações passaram por evoluções institucionais que conduziram à limitação, ao controle e à criminalização da corrupção, como os Estados Unidos e Inglaterra. Mesmo nestas, no entanto, a corrupção ainda se faz presente. No Brasil, vários fatores contribuem para sua persistência:

- centralismo estatal próprio das sociedades latino-americanas;
- excesso de regulamentação, que facilita a propina;
- estrutura da clientela montada na máquina estatal;
- existência de assimetrias de informação;
- baixa capacidade de mobilização coletiva dos cidadãos na reivindicação dos seus direitos sobre a coisa pública e no controle do comportamento dos agentes privados e públicos. (SILVA, 2000)

Os registros feitos por Cardozo (2000) e Jordão (2000) sobre a corrupção no Legislativo

Figura 82- fonte: Jornal O Estado de São Paulo. "Justiça condena Gharib a 20 anos de prisão". 26 de Maio de 2004

na cidade de São Paulo fornecem elementos para a compreensão do esquema corrupção do comércio informal de rua no Centro de São Paulo.

CORRUPÇÃO NO CENTRO DE SÃO PAULO: A MÁFIA DA PROPINA

A "Máfia da Propina", como ficou conhecida no escândalo ocorrido em 1999/2000, foi descoberta em meio a uma série de investigações sobre corrupção feitas pelo Ministério Público na gestão do então prefeito Celso Pitta (1995-1999). A gestão seguinte, da prefeita Marta Suplicy (2000-2004), também não foi poupada de investigação sobre a continuidade de cobrança de propina pelos agentes fiscalizadores.

A finalidade desta breve análise da corrupção na escala do comércio de rua no Centro de São Paulo é tentar identificar a estrutura de sua articulação com as instituições públicas. Para isso, reunimos registros de reportagens (1998 a 2006) anexas e os registros de Cardozo (2000) e Jordão (2000) da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) de 2000 sobre a questão.

Verificou-se que a existência de determinadas aglomerações de comércio nas vias públicas não está relacionada somente à lucratividade que a atividade gera. A permanência no espaço em dada localização estratégica deve-se também à proteção que um parlamentar ou funcionário público exerce sobre um grupo de trabalhadores de rua, ou ao pagamento de propina ao funcionário responsável pela fiscalização.

O loteamento político de áreas na cidade é bastante conhecido. As antigas administrações regionais foram controladas por grupos políticos desde a sua criação, na época da ditadura militar. Mantiveram-se até parte da gestão de Marta Suplicy (2000-2004), quando deram lugar às subprefeituras. A indicação de parlamentares para cargos, no entanto, não se extinguiu, e ainda lhes cabe a atribuição de "gerenciamento" de determinadas áreas.

A "Máfia da Propina" era, na gestão de Celso Pitta, um esquema cujos integrantes pertenciam ao Executivo, ao Legislativo e a parte das lideranças dos próprios trabalhadores de rua. Na gestão seguinte, segundo a Ouvidoria do município de São Paulo, apesar da mudança de administração, os mesmos agentes fiscalizadores do Executivo, bem como membros do Legislativo, continuavam a extorquir os trabalhadores. A diferença da prática entre as duas gestões foi a extensão do esquema de corrupção, que chegou, na gestão de Celso Pitta, até o primeiro escalão do governo.

Figura 83- fonte: *Jornal Folha de São Paulo*. "Fiscais corruptos arrecadam R\$1,2 milhão com ambulantes". 15 de Agosto de 2002

Os acusados na CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) de 1999 sobre a "Máfia da Propina" na Regional da Sé, foram os mesmos investigados pela CPI ocorrida em 1995. Como nada havia sido provado na gestão de Paulo Maluf (1992-1996), os fiscais, com ironia, ainda diziam nos depoimentos: "Pois é, vereador, olha eu aqui de novo" (CARDOZO, 2000). Na gestão seguinte de Marta Suplicy (2000-2004), alguns funcionários foram exonerados mas, segundo testemunho de alguns trabalhadores de rua, a extorsão continuava até 2004.

Após a CPI de 1995, modificou-se a conduta da extorsão. Em 1995, o dinheiro era tomado dos trabalhadores de rua pelos próprios fiscais. As investigações os forçaram, no entanto, a mudar a estratégia de recolhimento da propina. A CPI de 1999 revelou que um representante dos próprios trabalhadores, cooptado pelos fiscais, recolhia a propina e repassava a eles. A investigação de 2002 revelou que o mesmo esquema ainda prosseguia.

A tradição do recolhimento da propina em determinadas áreas no Centro de São Paulo (ver mapa 39) resultou em aprimoramento do esquema: os trabalhadores de rua cooptados tornaram-se detentores do conhecimento necessário para "exportar o procedimento" da corrupção para outros perímetros. **Essa "assessoria" para a corrupção é emblemática, do ponto de vista da sofisticação dos arranjos para burlar a legislação e explorar a clandestinidade dos trabalhadores sem licença.** (grifo meu)

A regulamentação da atividade distanciada da realidade nas ruas facilitou a expansão do esquema de corrupção e o crescimento da propina. Na gestão de Paulo Maluf, a atividade chegou a ser terminantemente proibida no espaço público, com exceção de alguns bolsões de feiras regularizadas. A atitude, notadamente populista e destinada a agradar setores da classe média, dos proprietários e dos lojistas, na prática, resultou na cobrança indiscriminada de propina.

Na gestão seguinte (Pitta, 1999-2000), o esquema na Administração Regional da Sé tornou-se ainda mais profissional ao incluir o primeiro escalão do Executivo - representado pelo secretário das administrações regionais, Alfredo Mário Savelli (ver reportagem anexa). O segundo e terceiro escalões também integravam a hierarquia: João Bento dos Santos Filho, ex-administrador da Sé e pelos fiscais. O Legislativo concedeu, por indicação do prefeito, o controle da Regional da Sé ao vereador Hanna Garib, que mais tarde já como deputado, teve seu mandato cassado após o resultado das investigações.

Uma representante dos trabalhadores de rua, Aparecida Martins Santiago, também compunha o esquema, responsabilizando-se pelo recolhimento da propina entre seus pares e

Figura 84- fonte: Jornal Folha de São Paulo. "Camelôs dizem que máfia está ativa". 08 de Dezembro de 1999

mantendo um depósito onde eram guardados os carrinhos dos trabalhadores no período da noite. A CPI de 1999 revelou que "os camelôs pagavam R\$600,00 para instalar a banca, R\$80,00 por mês para guardar a mercadoria com a família e R\$50,00 para serem avisados sobre as possíveis *blitze*". (CARDOZO, 2000)

Em 2002, o esquema, investigado pela própria Ouvidoria do município de São Paulo, revelou-se um pouco mais complexo, com divisão de poderes entre as áreas da então Subprefeitura da Sé. Houve uma tentativa de se criar uma CPI sobre a continuação da "máfia da propina", mas o caso foi abafado, segundo assessores de representantes do Legislativo.

O Centro era dividido em 6 regiões de fiscalização, onde atuavam 21 fiscais: 10 para o Centro Velho; 7 para o Centro Novo; 8 para a região da Rua 25 de Março; 1 para o Brás; 1 para a Liberdade e 1 para a Luz. Dados da Ouvidoria indicavam que a propina chegava a R\$1.210.640,00*³ por mês. Os dados colhidos por mim em 2002 dentro do perímetro de estudo, mais os dados da Ouvidoria, somavam, no entanto, R\$1.037.059,96. Os dados que obtive estavam aparentemente subestimados.

Registramos aqui a quantidade de trabalhadores clandestinos no espaço público, em 1 mês (período de levantamento), multiplicada pelo valor da propina, que varia de rua para rua. Apesar do número de clandestinos mudar de um dia para outro, é possível ter uma dimensão dos recursos que vão para as mãos de poucos. Os números, de fato, impressionam: só na região da 25 de Março, segundo a Ouvidoria, em 2002, cada um dos oito fiscais embolsava R\$58.500,00 por mês.

1 geometrias da clandestinidade

Conteúdo:

MAPA 29: RELAÇÃO ENTRE PROJETO DE OCUPAÇÃO DOS PONTOS PELA PREFEITURA X REALIDADE;

MAPA 30: ÁREAS DE INFLUÊNCIA DE GRUPOS DE TRABALHADORES DE RUA;

MAPA 31: ÁREAS DE INFLUÊNCIA DOS AGENTES VISTORES;

MAPA 32: VETORES DE REPRESSÃO E FUGA;

MAPA 33: PROPINA ARRECADADA POR MÊS EM N.º ABSOLUTOS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS;

MAPA 34: PROPINA ARRECADADA POR MÊS/ m2 NOS ESPAÇOS PÚBLICOS;

MAPA 35: ÍNDICE PROPINA X RENDA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS;

TABELA 6: ÍNDICE DE PROPINAS NO CENTRO NOVO (DENTRO DO PERÍMETRO DE ESTUDO);

TABELA 7: ÍNDICE DE PROPINAS NO CENTRO VELHO (DENTRO DO PERÍMETRO DE ESTUDO);

TABELA 8: ÍNDICE DE PROPINAS EM TODO O CENTRO;

TABELA 9: ÍNDICE DE PROPINAS EM TODO O CENTRO;

TABELA 10: ÍNDICE DE PROPINAS EM TODO O CENTRO;

TABELA 11: ÍNDICE DE PROPINAS EM TODO O CENTRO;

Objetivos:

- verificar a discrepância entre os números do projeto de ocupação de trabalhadores, de acordo com a determinação do número de pontos determinados pela Prefeitura e o número real de trabalhadores que ocupam o espaço público em 2002;
- identificar as divisões territoriais ou áreas de influência de grupos de agentes públicos para extorsão dos trabalhadores clandestinos no espaço público;
- identificar a diferença de trajetos dos vetores de repressão pelos fiscais *versus* fuga dos trabalhadores;
- mostrar a dimensão da corrupção no espaço público e as discrepâncias de rua pra rua do valor exigido da propina para a vista grossa da clandestinidade;

Conclusão

A dificuldade de determinar quais são exatamente as geometrias da clandestinidade se deve ao fato da ausência de uma metodologia de investigação da corrupção, uma vez que é ainda tabu, mesmo para governos ditos “progressistas”. A dificuldade de registrar ainda esbarra na criminalização e na desconfiança dos próprios trabalhadores.

Apesar disso, foi possível avaliar algumas características intrínsecas da clandestinidade: ela possui geometrias aparentemente invisíveis ou não racionalmente identificáveis no espaço público, mesma com toda visibilidade e exposição à coletividade. Esta aparente ‘invisibilidade’ das fronteiras entre espaços demarcados por grupos de trabalhadores é a razão da existência dentro de um território que não segue a mesma lógica patrimonial do lote e da fronteira entre espaço público-privado.

São portanto, geometrias fluidas cujos limites só são demarcados através de acordos informais, cujos pactos são constantemente construídos, seja pela lógica do poder econômico (grupos consolidados de trabalhadores com uma chefia clara), quanto pela relação com um agente público que lhes dê prestígio ou cobertura. Inúmeros relatos foram ouvidos neste sentido, dizendo da proteção que recebiam de determinado fiscal ou deputado, conforme analiso no início do capítulo.

Nesse sentido, as geometrias ‘clandestinas’ só podem ser entendidas porque estão sustentadas por redes de poder ou de dinheiro, que se beneficiam da clandestinidade para estabelecer uma relação orgânica de troca favores e benefícios mútuos, como vimos no capítulo 1 e 2.

A geometria da corrupção praticada nos espaços públicos segue lógicas não tão paralelas à rentabilidade, ou seja, o valor da propina exigido, não é absolutamente proporcional à capacidade de venda em determinada via pública. O indicador mostra que a participação da propina em relação ao rendimento do trabalho informal varia muito de rua pra rua. Uma das razões que mostra a discrepância deste indicador é a terceirização da cobrança de propina por parte do próprio trabalhador de rua (uma liderança de um grupo) exigindo dos seus colegas, sob pressão do fiscal da Prefeitura. Nesse sentido, a corrupção fica sob dependência da organização de um grupo de trabalhadores, do prestígio desta ‘liderança’ ou até mesmo da vulnerabilidade do trabalhador que, se não tiver sindicalizado ou não pertencer à um grupo, não tem poder de barganhar.

O desafio deste mapeamento foi justamente mostrar territórios que não fossem estanques ou permanentes.

mapa n.º29: relação entre projeto de pontos legalizados pela prefeitura x realidade

mapa n.º29: relação entre projeto de pontos legalizados pela prefeitura x realidade

geometrias da clandestinidade

- O número de pontos permitidos pela Prefeitura em cada administração regional não equivale ao número real de trabalhadores existentes;
- Foi verificado no perímetro em estudo, um recorte que está contido nos distritos Sé e República, que o número de pontos permitidos pela Prefeitura equivale à apenas 30% dos número total de trabalhadores existentes nas vias públicas;
- No eixo Sé-República, onde é terminantemente proibido o exercício do trabalho informal nos espaços públicos, há uma grande discrepância entre o que a lei determina e o que acontece de fato: ruas como a r. Barão de Itapetininga e r. Direita somam juntas uma média de 500 trabalhadores por dia;
- Ruas onde há uma certa tolerância e são permitidos um número restrito de pontos, verifica-se que este número é 5 vezes maior, como é o caso da av. Ipiranga;
- A espacialização dos pontos elaborada por cada subprefeitura não leva em conta questões urbanas como nível de serviço (vazão de carros), conforto de circulação de pedestres, existência de equipamentos de comunicação, sinalização, etc, de cada rua. Conclui-se, portanto, que há uma arbitrariedade quanto à espacialização destes pontos.

observações

a localização dos pontos foi fornecida pela secretaria de subprefeituras, que é uma das responsáveis pelo monitoramento do trabalho informal na cidade.

o número de pontos permitidos por administração regional é a soma de 3 categorias de trabalhadores: os deficientes físicos de natureza grave, com capacidade física reduzida e os fisicamente capazes

mapa n.º30: áreas de influência de grupos organizados nos espaços públicos

mapa n.º30: áreas de influência de grupos organizados nos espaços públicos

geometrias da clandestinidade

- A legislação quanto à ocupação do solo público determina que é legítima a posse de apenas um ponto por pessoa. A realidade mostra que, na prática, a posse de vários pontos por apenas um pessoa ou um grupo acontece, de fato, onde existe a tolerância da ocupação na via pública, como por exemplo a r. 24 de Maio e a lad. gal. Carneiro;
- Muitos dos deficientes físicos e idosos, como foi relatado pelos próprios trabalhadores, alugam o ponto da barraca para outras pessoas ou grupos organizados que detêm um 'monopólio' de pontos;
- Alguns trabalhadores declararam nas entrevistas em campo que as áreas de influência de controle dos pontos é extremamente fluida e variável tanto no espaço quanto no tempo, devido à condição da maioria de trabalhadores clandestinos. Neste sentido, não há como determinar precisamente a localização dos pontos submetidos à determinados grupos ou pessoas. O máximo que pode ser registrado espacialmente são áreas de influência de controle, como "topografias de poder".

AUSÊNCIA DE CONTROLE CENTRALIZADO FORTE:

Há uma pulverização dos centros de controle, em escalas muito pequenas que vão de 1 coordenador para, no mínimo, 5 até no máximo, 40 pessoas ocupando uma porção pequena do espaço público. Em alguns casos, porém, há também os indivíduos autônomos que estabelecem suas próprias condutas de trabalho. Não há uma autoridade que seja responsável. Este tipo de economia não pode ser controlada por fora, no máximo podem ser feitos pequenos reparos a partir de dentro. Daí a dificuldade dos órgãos públicos no controle deste fenômeno.

observações

o registro das áreas de influência de posse de mais de um ponto por pessoas ou grupos foi feito em fevereiro de 2002, podendo variar espacialmente ao longo do tempo;

este mapa têm mais uma função didática que estatística.

FORMAS DE ASSOCIAÇÃO NO ESPAÇO

Há pelo menos 2 tipos de organização dos trabalhadores informais observados no levantamento: organização em rede e autonomia relacionada. A organização em rede parece ser a forma mais emblemática deste fenômeno. A imagem da rede como forma de ocupação espacial

parece ser a mais fiel quando observamos a falta de hierarquia rígida e a conexão entre as pessoas.

Organização em rede:

Para Kelly (2000), a “rede” representa o tipo mais emblemático das relações contemporâneas:

A rede não possui um centro, é uma teia de pontos conectados à outros pontos. Não há começo, nem fim, nem centro. Sua aparente desordem pode revelar uma verdade interna. A rede é um emblema de múltiplos, o ser “enxame” significa um ser distribuído, espalhado pelo eu sobre toda a rede, ou seja, nenhum integrante pode dizer “eu sou eu”, o “ser” é irremediavelmente social e descaradamente repleto de várias cabeças.

Escondido na rede está o mistério da “mão invisível” – controle sem autoridade.

A rede é ineficiente porque possui redundâncias internas que fazem do seu funcionamento uma ordem nada otimizável. Ela absorve imperfeições ao invés de expulsá-las. É essa capacidade de carregar os erros, mais do que despachá-los que faz com que este “ser distribuído” seja campo fértil de aprendizado, adaptação e evolução.

A única organização capaz de crescimento indiscriminado e aprendizado desorientado é a rede. Todas as outras limitam o que pode suceder.

É capaz de infinitos rearranjos e crescimento em qualquer direção sem alterar sua forma básica: absorver o novo sem rompimento, como por exemplo: um bando de pássaros nunca torna-se cheio quando novos deles se juntam. A única organização que tem uma genuína pluralidade de componentes verdadeiramente divergentes somente pode permanecer coerentes em uma rede. Nenhum outro arranjo como: corrente, pirâmide, árvore, círculo, etc. pode conter uma verdadeira diversidade trabalhando como um todo. Essa é a razão do porque a rede é sinônimo da democracia de mercado.

A dinâmica da rede é uma das poucas estruturas que incorpora a dimensão do tempo.

Uma rede distribuída e descentralizada é mais um processo que uma ‘coisa’. Na lógica da rede há uma mudança de nomes para verbos.

Os trabalhadores que se organizam particularmente sob este tipo de arranjo espacial são aqueles que possuem seus pontos de comércio relativamente fixos nos espaços públicos. São a

maioria dos trabalhadores cujo suporte de trabalho é aquela mesa portátil onde ele expõe seus produtos acima.

A hierarquia espacial e organizacional não são como uma pirâmide rígida e inflexível. Sua forma de organização no espaço reflete a hierarquia entre os pares. Os “gerentes de ponto” são os coordenadores de uma determinado metro quadrado do espaço público que subcontratam temporariamente uma pessoa para trabalhar para ele, chegando a formar grupos de até 30 pessoas, de acordo com o testemunho de um dos trabalhadores. São portanto pequenos centros controladores pulverizados pelo espaço público. Esta rede de trabalhadores se servem de uma rede de pessoas que prestam serviços à eles: vendedores de café e comida itinerantes, informantes que avisam a presença de fiscais, e até pessoas do terciário formal que fornecem informações, favores ou trocas. Prender um integrante, portanto, é como querer quebrar o braço de uma estrela do mar que em pouco tempo se regenera;

Autonomia Relacionada:

Há, no entanto, alguns trabalhadores que possuem seu negócio completamente sozinhos. Sua autonomia, no entanto, não o exclui ter uma relação orgânica com os transeuntes, seus pares ou mesmo do terciário formal. A característica que o difere do trabalhador informal fixo no espaço público é que sua autonomia o exclui das obrigações que o vinculem à qualquer institucionalização de seu trabalho: nunca possui o TPU (termo de permissão de uso provisório para os trabalhadores informais), não efetua o pagamento de propina aos fiscal e não entrega seu ganho diário à nenhum “dono de ponto”.

Para que sua condição no território seja tão flutuante como sua condição “jurídica”, seu aparato deve refletir esta condição itinerante. Seu aparato de trabalho e suporte das mercadorias em exposição é geralmente um carrinho ou qualquer outro que não impeça o trabalhador de estar em constante trânsito.

mapa n.º31: áreas de influência dos agentes vístores (fiscais)

mapa n.º31: áreas de influência dos agentes vístores (fiscais)

*geometrias da clandestinidade***observações**

estes dados foram fornecidos pela ouvidoria da prefeitura de são paulo;

este é o resultado da investigação (ainda em andamento) da ouvidoria no combate ao esquema e cobrança de propina aos trabalhadores que estão trabalhando clandestinamente no espaço público.

- Este mapa é a territorialização da divisão de poderes entre aqueles que são responsáveis pela fiscalização do trabalho informal nos espaços públicos, na região da subprefeitura da sé – os agentes vístores. Aqueles trabalhadores que não possuem o TPU (termo de permissão de uso no espaço público) não são permitidos o exercício do comércio nas vias públicas;
- Alguns agentes vístores (fiscais, como são chamados) tiram partido deste clandestinidade cobrando a propina para fazer vista grossa à permanência dos clandestinos nos espaços públicos;
- A dificuldade de se autuar um funcionário público (o agente vistor) no momento da cobrança da cobrança de propina é que esta cobrança é “terceirizada” aos próprios camelôs, dificultando o desmonte deste esquema. A grande dificuldade é desfazer a ligação orgânica do Estado com a ilegalidade – o clientelismo;
- O resultado desta investigação feita pela Ouvidoria da Prefeitura de São Paulo constatou que a região do Centro Velho “exporta” tecnologia de corrupção (condutas) – tanto fiscal quanto o próprio camelô na cobrança de propina, dando “cobertura” às outras áreas.

mapa n.º32: vetores de repressão do governo (o 'rapa') e fuga dos trab. informais

Figura 85- Um 'rapa'. foto: Luciana Itikawa. local: r. Direita. Abril de 2002

mapa n.º32: vetores de repressão do governo (o 'rapa') e fuga dos trab. informais

geometrias da clandestinidade

observações

este mapa é possível ser compreendido como a relação entre movimentos duplos: vetor do governo e vetor do trabalhador informal;

- Como foi verificado no levantamento dentro do perímetro estudado, somente 30% de todos os trabalhadores existentes na região podem ter a permissão para o exercício da atividade, ou seja, 70% do resto dos trabalhadores permanecerão na clandestinidade.
- Esta clandestinidade periodicamente é reprimida pela prefeitura (o "rapa") que apreende a mercadoria daqueles trabalhadores que não possuem o termo de permissão de uso (TPU);
- Verificou-se que esta repressão tem apenas uma função preventiva, já que são recolhidos apenas poucos aparatos que não possuem mobilidade e agilidade na fuga. Ter mobilidade, então passa ser uma condição de sobrevivência do trabalhador na rua;
- Um "rapa", por exemplo, nos calçadões têm inúmeras limitações, já que a velocidade deve ser reduzida, dando margem ao rápido escape dos trabalhadores pelas vias transversais à estes calçadões.
- São, portanto, antagônicas as estratégias do governo em contraponto às estratégias do trabalhador informal nos espaços públicos: agilidade x morosidade; rapidez x lentidão; rigidez x flexibilidade, organização em rede x organização hierárquica, etc.;

mapa n.º33: propina arrecadada por mês no espaço público - em n.º absolutos

mapa n.º33: propina arrecadada por mês no espaço público - em n.º absolutos

geometrias da clandestinidade

- Com este mapa é possível visualizar que a propina é territorializada, ou seja, varia segundo sua localização;
- É possível verificar também neste mapa que, em números absolutos, a porcentagem maior das propinas está no Centro Velho, principalmente na Praça da Sé, rua Direita, ladeira General Carneiro e a rua 25 de Março. a maior quantidade arrecadada no Centro Velho está no valor unitário cobrado *per capita*, a rua 25 de Março (r\$30,00/dia), assim como a Praça da Sé (r\$50,00/dia) são os lugares com o valor unitário mais alto;
- No mapa de renda bruta mensal, a Praça da Sé, apesar de ser um espaço histórico e simbolicamente importante e ser um espaço público com grande fluxo de pedestres, não é o lugar mais "lucrativo" para o trabalho informal nos espaços públicos, apesar do valor de propina arrecadado ser alto;
- A rua 25 de Março, que está próxima ao terminal de ônibus do Parque d. Pedro, é um dos entroncamentos mais importantes da região central, já que é um corredor comercial de importância internacional e está próximo à porta de entrada/saída das pessoas que vem da zona leste. Tanto o comércio formal e informal se beneficiam desta localização, assim como dá margem ao oportunismo de um alto valor cobrado de propina.

observações

estes dados foram fornecidos pela ouvidoria da prefeitura de são paulo.

mapa n.º34: propina arrecadada por mês/ m2 no espaço público

mapa n.º34: propina arrecadada por mês/ m2 no espaço público

geometrias da clandestinidade

→ Este mapa revela de fato a densidade da propina, já que relaciona a quantia arrecadada, com a área de cada espaço público. A partir desta espacialização começa a aparecer quais são as áreas onde concentram os maiores índices. Este mapa é possível ser comparado ao mapa de densidade de trabalhadores informais nos espaços públicos, porém não é o bastante, já que o valor depende da lucratividade de determinada rua no comércio informal (preço da mercadoria x quantidade vendida);

→ A rua 24 de maio assim como o Largo da Memória aparecem mais neste mapa porque possuem uma grande concentração de trabalhadores/m2 e principalmente são espaços de comércio de rua muito prestigiado e forte: vestuário jovem e jogos eletrônicos, respectivamente;

→ A Praça da Sé que, no mapa anterior, em números absolutos é a que contém a maior quantidade de propina cobrada, neste mapa não concentra grande quantidade de propina/ m2, já que possui uma densidade baixa de trabalhadores, além de não movimentar uma grande quantidade de renda, como pode ser verificado no mapa de ganho mensal-faturamento bruto diária;

observações

estes dados foram fornecidos pela ouvidoria da prefeitura de são paulo.

mapa n.º35: índice propina/ renda no espaço público

mapa n.º35: índice propina/ renda no espaço público

*geometrias da clandestinidade**observações*

estes dados foram fornecidos pela ouvidoria da prefeitura de são paulo.

- Neste mapa é possível avaliar o impacto da propina no orçamento do trabalhador informal por rua, ou seja, há ruas onde o impacto chega a quase a metade do dinheiro movimentado com o comércio informal exercido nos espaços públicos;
- Na maioria dos casos, porém, a propina é um valor que representa a até 5% do dinheiro movimentado, e que acaba sendo pago para evitar o risco de ter a mercadoria apreendida e ter perdido um ponto, muitas vezes, conquistado à duras penas;
- Como o número de pontos permitidos pela prefeitura significa apenas 30% do total de trabalhadores existentes nos espaços públicos, a cobrança de propina passa a ser um negócio bastante lucrativo para os agentes vistorios (fiscais), que arrecadam diariamente quantias vultosas para fazer vista grossa da clandestinidade.

tabela 06: índice de propinas no Centro Novo (dentro do perímetro de estudo)

tabela 07: índice de propinas no Centro Velho (dentro do perímetro de estudo)

tabela 12: índice de propinas em todo o Centro

tabela 13: índice de propinas em todo o Centro

tabela 14: índice de propinas em todo o Centro

tabela 15: índice de propinas em todo o Centro

trabalho informal nos espaços públicos do Centro de São Paulo:

pensando parâmetros para políticas públicas

capítulo 4: *marketing* urbano e segregação espacial

*Figura 86- foto: Jesus Carlos
(imagemlatina). local: Viaduto do Chá -
centro de São Paulo. revista URBIS.
n.º 27/2002*

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Este capítulo que abre as discussões sobre o trabalho informal nos espaços públicos é de fundamental importância para esta pesquisa porque localiza e conceitua o suporte e o território onde é exercida esta atividade – o espaço público. Para se entender como hoje se tornou polêmico o uso do espaço público para determinada atividade ou por tal categoria, é necessário entender historicamente as transformações sobre a legitimidade na sua ocupação.

É necessário, no entanto, desde já delimitar as diversas escalas e abordagens do termo ‘espaço público’ que podem estar mencionadas ao longo deste capítulo.*⁴ Podemos falar do espaço público, *stricto sensu*: das vias públicas, espaços de livre trânsito das pessoas no tecido urbano. Entretanto, espaço público pode ser mencionado sob o ponto de vista *lato sensu*: como uma esfera de debate público, de livre trânsito de opiniões, porém não um espaço virtual, mas um campo concreto de discussões que dizem respeito aos direitos e garantias coletivas conquistadas, do livre arbítrio e livre expressão pessoal. Ele não ocupa um lugar, propriamente, mas está no terreno das idéias compartilhadas, como diz Habermas, ‘Esfera Pública’, como a esfera da ‘Opinião Pública’. (HABERMAS, 1984)

Segundo Sennet (1995), há um franco declínio da importância do espaço público nas grandes cidades. Para ele, há um paralelo entre a crise da sociedade romana e a vida urbana contemporânea, no que diz respeito ao equilíbrio entre a vida pública e privada. Hoje verifica-se uma “agorafobia”: o espaço público hoje é concebido como território do risco, do caos. Esse medo se expressa na dificuldade da convivência com a diversidade, ou seja, quase uma intolerância à alteridade, como também indicam Arantes(2000) e Kowarick(1991):

O medo e o risco habitam este espaço cujas ambigüidades sugerem que a qualquer momento, tudo pode acontecer. Ali, o controle social transforma-se em uma retórica que, à princípio, criminaliza o habitante das ruas, classificando-o socialmente como ‘coisa fora de lugar’, portanto, simbolicamente suja e perigosa. Neste contexto, existe a repulsa de quem não quer ser contaminado por corpos repulsivos ou o repúdio dos que temem a agressão física, desde logo identificada como comportamento provável de tais seres fora do lugar. (ARANTES, O., 2000)

O espaço público passa a ser um espaço da violência, do medo. Daí o temor das causas públicas, a valorização do privado como espaço de segurança. Daí o encapsulamento da vida social na sociabilidade primária da família. (KOWARICK, 1991)

Mesmo nos contextos em que a diversidade tende a ser acolhida, senão estimulada, há sempre uma tendência no sentido de conter ou confinar aqueles que colocam em risco a ordem nos espaços públicos. Essas questões encontram no Brasil resistências fundamentadas na crença de que a mestiçagem teria dado certo e que a democracia cultural ou racial seria realidade. No entanto, percebe-se que o livre trânsito e a livre manifestação de pessoas no espaço público não é a realidade. Um bom exemplo disso foi o relato da seleção das pessoas que podem ou não manifestar-se artisticamente em um mobiliário urbano para shows, construído no espaço público do centro de São Paulo. (NOMURA, 2002)

Há ainda o perigo que este controle social seja plenamente justificado e legitimado para o uso de sistemas de vigilância e controle de acesso a fim de garantir 'segurança' nos espaços públicos: "Segurança se tornará a justificativa de medidas que ameaçam o núcleo de nossa vida política e social. Vigilância irá aumentar e o uso dos espaços públicos será mais estreitamente controlado". (MARCUSE, 2001)

MUDANÇA ESTRUTURAL NA ESFERA PÚBLICA MODERNA

O uso corrente de 'público' e 'esfera pública' não são consensuais. Para o dicionário Aurélio (1988), o significado de público é:

1. do, ou relativo, ou pertencente ou destinado ao povo, à coletividade.
2. relativo ou pertencente ao governo de um país.
3. que é de uso de todos; comum.
4. Aberto a quaisquer pessoas.
5. Conhecido de todos; manifesto, notório.
6. que se realiza em presença de testemunhas, em público.

ou do dicionário Houaiss (2001):

1. relativo ou pertencente à um povo, à uma coletividade.
2. relativo ou pertencente a um governo de um país, estado, cidade, etc.
3. que pertence à todos; comum.
4. que é aberto a quaisquer pessoas.
5. sem caráter secreto; manifesto, transparente.
6. universalmente conhecido.
7. o homem comum, do povo.
8. conjunto de pessoas; o povo de determinado lugar.
9. conjunto de pessoas com características ou interesses comuns.

Figura 87- foto: arquivo Associação Viva o Centro. local: r.Barão de Itapetininga. revista URBIS, 2000.

Cabe destacar o significado da palavra ‘público’ de Houaiss como território da coletividade, como um bem comum (“pertencente à um povo, à uma coletividade”, “que é de uso de todos”) e democraticamente acessível (“que é aberto a quaisquer pessoas”, “sem caráter secreto; manifesto, transparente”)

Durante a Idade Média européia, a contraposição entre público e privado, não eram estanques, ou seja, esta antítese não existiu como no modelo clássico (grego). Existia a esfera comunitária e alguns equipamentos urbanos de uso comum – o poço, a praça do mercado; assim como a ‘esfera do particular’, que tratava do doméstico e privado.

Herdamos o conceito de espaço público dos gregos, que influenciou o Direito Romano em direção ao que hoje chamamos de esfera pública como *res publica*. Esfera pública, segundo Habermas, tem origem na cidade-estado grega, que opunha a esfera pública comum dos cidadãos livres - *koiné*, à esfera individual de cada um - *idía*.

Porém, do ponto de vista jurídico, este conceito foi aplicado, efetivamente, somente no Estado Moderno. A origem do Estado Moderno, segundo Habermas, foi criado na necessidade do gerenciamento do comércio nas cidades, das questões diplomáticas entre países, da comunicação, etc. Era necessário, sobretudo, a figura de um Estado de Impostos e um Estado da Defesa.

Nesta nova concepção de Estado, a Esfera do Poder Público possuía um caráter permanente e não apenas circunstancial, como era anteriormente, quando apenas representantes da Nobreza eram convocados, extraordinariamente, para tratar das questões de cunho coletivo. Ao invés de uma **representatividade pública** – governado pela nobreza e legitimada pela classe, consolidava-se uma **instituição**, que era o Estado – governado por uma **autoridade** e legitimada segundo sua competência, e não por sua ascendência. Dessa forma, fica clara a noção de Público como sinônimo de Estatal. (grifos meus)

Como contrapeso à Autoridade – o Estado, constitui-se a sociedade civil burguesa. Junto com o moderno aparelho do Estado surgiu uma nova camada de burgueses, que assume uma posição central no Espaço Público. Para Habermas, **a consolidação de uma sociedade burguesa inaugurou uma mudança estrutural do espaço público**: “O Estado de Direito Burguês pretende, à base da esfera pública em funcionamento, uma organização do poder público tal que garanta a sua **subordinação às exigências de uma esfera privada que se pretende neutralizada quanto ao poder, e emancipada quanto à dominação**”. (HABERMAS, 1984) Neste sentido, este espaço público moderno já nasce subordinado à uma classe social, a burguesia. (grifo meu)

Estabelecimento ocupando metade do espaço público.

Figura 88- foto: Luciana Itikawa. local: r. 15 de Novembro. Outubro de 2002

Para Habermas (1984), “A esfera pública burguesa se rege e cai com o princípio do acesso à todos. (...) Ao longo dessa evolução, a sociedade burguesa ainda precisa dar-se uma leve aparência de ser uma esfera neutra em relação ao poder. A desvinculação da esfera pública frente aos interesses privados fracassou assim que as próprias condições em que deveria ocorrer a privatização dos interesses foram trazidas para a disputa dos interesses organizados.” Ele expõe esta contradição inerente à esfera pública burguesa que possui uma relação orgânica com o Estado e vice-versa: “Assim é problematizada aquela zona em que o poder público, mediante atos administrativos contínuos, mantém ligações com as pessoas privadas.” (HABERMAS, 1984)

Esta indistinação entre espaço público e privado não seria apenas uma característica do espaço público moderno, mas a característica estrutural da formação do Brasil. Segundo Chauí (2000):

A indistinação entre público e privado não é uma falha ou um atraso que atrapalham o progresso nem uma tara de sociedade subdesenvolvida ou dependente ou emergente (ou sei lá o nome que se queira dar à um país capitalista periférico). Sua origem é histórica, determinada pela doação, pelo arrendamento ou pela compra das terras da Coroa, que, não dispondo de recursos para enfrentar sozinha a tarefa colonizadora, deixou-a nas mãos dos particulares que, embora sob o comando legal do monarca e sob o monopólio econômico da metrópole, dirigiam senhorialmente seus domínios e dividiam a autoridade administrativa como estamento burocrático. (...)

Do ponto de vista dos direitos, há um encolhimento do espaço público; do ponto de vista dos interesses econômicos, um alargamento do espaço privado.

Se seguirmos unicamente esta lógica, parece impensável o esforço de constituir um espaço público com real e irrestrito acesso à todos, a partir de direitos universais e livre manifestação política.

Para Arendt, a história do mundo moderno, poderia ser descrita como a história da dissolução do espaço público, como um lugar por onde se expressava “um sentido cidadão de participação” e através do qual os homens podiam se reconhecer compartilhando um destino comum. O contexto para tal afirmação crítica de Arendt está nas suas várias reflexões sobre as origens do totalitarismo, capaz de ter sido “engendrado por uma sociedade despolitizada, marcada pela indiferença pelas questões públicas, pelo individualismo e atomização”. (ARENDR *apud* Telles 1990)

Para Arendt, a dissolução do espaço público na sociedade moderna significa não só a

perda de um espaço comum entre os homens, mas sobretudo da dissolução de um “senso comum”, comprometendo a capacidade de discernimento entre o que pode ser considerado justo do injusto, o legítimo do ilegítimo: “A perda do espaço público significa, agora, num registro explicitamente político, a perda de um espaço reconhecido de ação e opinião, um espaço politicamente organizado.” (ARENDT *apud* Telles 1990)

Por um outro lado, poderíamos dizer que a experiência desta pluralidade no espaço público hoje, no contexto da metrópole de São Paulo e em particular na região central de São Paulo, com a densidade e diversidade que lhe são peculiares, as idiossincrasias individuais ou de uma categoria não são compartilhadas entre os demais. Isto equivale dizer que a exposição exacerbada desta pluralidade não é vivenciada como uma experiência coletiva e sim como justaposição de individualidades.

Os capítulos 1 e 2 mostram como estas múltiplas individualidades justapostas se comportam espacialmente no espaço público. Não deixa de ser um isolamento institucional e portanto político, mesmo que esta atividade seja exercida e exposta no espaço público.

A evidência deste desvirtuamento do conceito de espaço público como espaço comum é, cada vez mais, o controle privado sobre ele: seja restringindo o acesso, quanto manipulando a imagem, conforme veremos adiante.

O espaço público para Hanna Arendt não é o espaço para a truculência e sim o lugar do debate, da negociação: “O ser político, o viver numa polis, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através de força e violência. Para os gregos, forçar alguém mediante violência, ordenar ao invés de persuadir, eram modos pré-políticos de lidar com as pessoas, típicos da vida fora da pólis, característicos do lar e da vida em família”. (ARENDT, 1981)

A FICÇÃO DO ACESSO UNIVERSAL À CIDADE

Para o dicionário Aurélio (1988), o significado de cidadão é:

1. Indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com este.
2. Habitante da cidade.
3. pop. Indivíduo, homem, sujeito.

Para o dicionário Houaiss (2001):

1. habitante da cidade. 2. **indivíduo, como membro de um Estado, usufrui de direitos civis e políticos garantidos pelo mesmo Estado e desempenha os deveres que, nesta condição, lhe são atribuídos.** 2.1. **aquele que goza de direitos constitucionais e respeita as liberdades democráticas.** 2.2. título honorífico concedido por uma cidade (ou outra unidade de um país) a alguém a ela vinculado, por realizações, serviços, laços culturais ou afetivos, etc., e que é natural de outro lugar. 2.3. aquele que recebe este título. 3. **na Grécia antiga, aquele que desfrutava do direito de participar da vida política da cidade, o que era vedado à mulher, ao estrangeiro ou ao escravo.** (grifo meu)

Em ambas as definições é destacado o significado de cidadão como sujeito imbuído de deveres, obrigações ("**desempenha os deveres**"), porém se estes mesmos devem ser atribuídos e garantidos pelo Estado, ou seja, os direitos não são apenas garantidos, eles devem ser garantidos e legitimados por alguém, sendo este, o Estado. Daí não basta apenas ser um ser humano para herdar a denominação de "cidadão", é preciso ser reconhecido para tal, desde que respeite "**as liberdades democráticas**" e desempenhe "**os deveres**". (grifo meu)

O conceito grego revela literalmente quem deve ser ou não cidadão, quem possuía ou não a legitimidade de participar da vida política e das decisões coletivas: "o que era vedado à mulher, ao estrangeiro ou ao escravo". Mais adiante veremos que a cidadania no Brasil, apesar da distância histórica e dos ganhos democráticos, ainda não é universalizada.

Para entender o estatuto de cidadania no Brasil é necessário entender não só os mecanismos para se chegar a esta cidadania como também quem poderia ter o privilégio de poder conquistá-la, já que não basta ser apenas um ser humano para consegui-la. Para Milton Santos:

No Brasil quase não há cidadãos. Poderíamos traçar a lista das cidadanias mutiladas neste país. Cidadania mutilada no trabalho, através das oportunidades de ingresso negadas. Cidadania mutilada na remuneração, melhor para uns do que para outros. Cidadania mutilada nas oportunidades de promoção. Cidadania mutilada também na localização dos homens, na sua moradia. Cidadania mutilada na educação. Cidadania mutilada na circulação. Esse famoso direito de ir e vir, que alguns nem imaginam existir, mas que na realidade é tolhido para uma parte significativa da população. (SANTOS, M., 2001)

As primeiras políticas sociais brasileiras já tratavam de definir e separar quem era ou não cidadão. A primeira constituição brasileira de 1824, por exemplo, nascia em um contexto de um Brasil com organização de produção escravista, ao mesmo tempo em que se iniciava a construção de um Estado nacional sob inspiração de discípulos do liberalismo progressista da época. Neste sentido, a legislação tinha um cunho eminentemente meritocrático, ou seja, estava

(...) fundamentada na crença de que o problema da igualdade restringia-se à possibilidade de que todos os cidadãos tivessem acesso aos recursos que os armariam para a competição no 'mercado'; e também na crença de que o jogo desimpedido da oferta e da procura seria suficiente para premiar os mais capacitados. Os homens são desiguais, sustenta o credo meritocrático, e a distribuição de benefícios econômicos e sociais reflete essa desigualdade através do mercado e nenhuma ação pública, tendo por objetivo escamotear esse duro fato é legítima. (SANTOS, W., 1979)

Essa primeira constituição que omitia o problema social – a escravidão, e recusava-se a regular as corporações de ofício coloniais, ao mesmo tempo acertava o passo com a modernidade do início do século XIX. Esse parece ser nosso eterno destino – modernidade construída sobre o atraso, como dizia Schwarz (2000) :

(...) insistiremos um pouco nas ambivalências ideológicas das elites brasileiras, um verdadeiro destino. Estas se queriam parte do Ocidente progressista e culto, naquela altura francamente burguês (a norma), sem prejuízo de serem na prática e com igual autenticidade, membro beneficiário do último ou penúltimo grande sistema escravocrata do Ocidente (a infração). Ora haveria problemas em figurar simultaneamente como escravista e indivíduo esclarecido?"

Tratava-se de entender a funcionalidade e a crise das formas 'atrasadas' de trabalho, das relações 'arcaicas' de clientelismo, das condutas 'irracionais' da classe dominante, bem como da inserção global e subordinada de nossa economia, tudo em nossos dias.

A não regulamentação marcou as legislações subseqüentes. Somente a partir de 1890 (depois da Abolição) que o Estado, à conta gotas, passou a acompanhar as legislações dos demais países na época, iniciando com o direito de organização e formação dos sindicatos (1907), proteção a acidentes de trabalho (1919), seguida por legislação simultânea sobre velhice, invalidez e morte para os dependentes, doença e auxílio-maternidade (1923).

Em 1932 no governo de Getúlio Vargas, instituía-se a carteira de trabalho que era a evidência

Figura 89- foto: Luciana Itikawa. local: Praça Ramos. Janeiro de 2001

jurídica fundamental para o usufruto de todos os direitos trabalhistas, seguido pelo regulamento sobre abonos familiares em 1941. Em 1943, foi formulada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que assegurava o mesmo regime de benefícios, independente da categoria profissional de cada um, a todos os trabalhadores.

A violação da ordem democrática em 1964, colocou em recesso a dimensão política da cidadania brasileira, segundo Wanderley G. dos Santos (1979):

As cassações de mandatos e de direitos políticos que se seguiram, a extinção dos partidos políticos em 1966, o fechamento de diversas associações civis e a intervenção maciça nos sindicatos evidenciaram a desorganização provocada no que já havia de complexidade social do país. Voltou a sociedade brasileira a um estágio quase que pré-organizado, política e socialmente, na exata medida em que os partidos políticos que vieram a substituir os antigos nenhuma participação efetiva possuem na administração do governo, em que os sindicatos são mantidos sob severa vigilância, bem como entidades estudantis, entre outras.

A criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) em 1966 delegou ao Estado o controle da aposentadoria aos trabalhadores. “Essa era a primeira lei social compensatória que se promulgava no Brasil que reafirmava, ao mesmo tempo, a concepção de que os problemas relativos à equidade permanecem associados, conceitual, prática e administrativamente, aos problemas da acumulação. Em 1973 praticamente toda a população brasileira fica coberta pela legislação previdenciária.” Neste mesmo ano, criou-se o Fundo de Garantia por tempo de serviço, que oficialmente era uma alternativa ao problema da estabilidade no emprego, porém, à rigor, era a contrafação de um seguro-desemprego.” (SANTOS, W. dos, 1979)

Durante os anos 70 construiu-se uma imagem de uma sociedade que se rebelava contra o Estado: “Construção de um espaço político enquanto espaço público, que não se dissolva ou seja absorvido pelo Estado, tal como têm acontecido na história brasileira” (TELLES, 1994). Com a redemocratização, os movimentos populares ocuparam o cenário público, colocando novos interlocutores para a dinâmica política na reivindicação de direitos diversos, instituindo práticas de resistência.

Mesmo com todas as conquistas de direitos civis, políticos e sociais, a cidadania não começou universalizada, já que prescindia, antes de tudo, a posse de uma carteira profissional e a regulamentação da profissão e o consequente reconhecimento por parte do Estado. Neste sentido,

Figura 90- foto: luciana itikawa. local: r. 25 de março .
Setembro de 2001

já se define quem era ou não cidadão:

Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações **reconhecidas e definidas em lei** (grifo do autor). Tornam-se pré cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação, a lei desconhece."

"A associação entre cidadania e ocupação proporcionará as condições institucionais para que se inflem, posteriormente, **os conceitos de marginalidade e de mercado informal de trabalho** (grifo meu), uma vez que nestas últimas categorias ficarão incluídos não apenas os desempregados, os subempregados e os empregados instáveis, mas igualmente todos aqueles cujas ocupações, por mais regulares e instáveis, não tenham sido regulamentadas." A regulamentação das profissões, a carteira profissional e o sindicato público definem assim, os três parâmetros no interior dos quais passa a se definir cidadania. Nesse sentido, todas as demandas relativas a emprego, salários, renda e benefícios sociais ficavam na dependência de um reconhecimento prévio, por parte do Estado, da legitimidade de tal categoria, ou seja, era o Estado quem definia quem era ou não cidadão". (SANTOS, W., 1979)

Essa questão é central nesta tese: a determinação da cidadania segundo a ocupação registrada do trabalho, segundo Wanderley G. dos Santos (1979), é talvez um dos aspectos mais perversos depois do início do processo, ainda em curso, de desregulamentação, precarização e informalização sistemática do trabalho no Brasil. Se partimos do dado que 49,4% (na região metropolitana de São Paulo (SEADE, 2002) é considerado trabalhador informal e, conseqüentemente, não possui todos os benefícios trabalhistas, como podemos pensar em cidadania no Brasil?

A exclusão da cidadania é também exclusão urbanística, juma vez que não é possível, sem todos os benefícios das garantias trabalhistas, estar incluído dentro da chamada cidade legal, com planejamento e regulação urbanísticas, ou seja, acesso à habitação, infra-estrutura, saneamento, etc. Maricato comprova a relação entre ilegalidade e precarização das condições de vida:

Tradicionalmente os investimentos públicos, em especial as obras do sistema viário, destinadas à circulação de automóveis, reivindicadas por empreiteiras e pela classe média, estão concentradas nas áreas de primeiro mundo. Os serviços de pavimentação, da iluminação, do paisagismo, aí são eficazes. Embora os equipamentos sociais públicos se concentram nos bairros de baixa renda, sua manutenção é sofrível. (MARICATO, 2001)

Figura 91- foto: Luciana Itikawa. local: Praça Ramos. Julho de 2002

Segundo Maricato (2001), os dados mostram que a ilegalidade na moradia é quase mais regra do que exceção nas grandes cidades. A ilegalidade sistemática na produção de moradia precária produz, paralelamente, precário acesso à saúde, educação e transporte de qualidade, assim como dificuldade de acesso a benefícios como FGTS, (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), Previdência Social, etc.

À frequente ilegalidade na ocupação do solo, soma-se a ilegalidade nas relações de trabalho e na resolução de conflitos. A polícia age ilegalmente; os tribunais, juízes e advogados estão ausentes das disputas que ali tem lugar. Trata-se enfim de um ambiente de ilegalidade generalizada.

A controvérsia sobre a ocupação nos espaços públicos pelo trabalho informal muito explorado pela imprensa nunca antes passou, porém, pela amplitude e extensão deste fenômeno por toda a cidade, e a partir de todas as classes, como ressaltou Maricato (1996): “Não que a elite brasileira não recorra historicamente à utilização de expedientes ilegais quando lhe convém.”

Como a informalidade já esbarra no estatuto da ilegalidade, esta parece ser apenas a ponta do iceberg visível do que venha a ser a ilegalidade urbana na cidade de São Paulo. Isto pode ser confirmado, por exemplo, através do relato de Lévis- Strauss quando veio para a missão de tomar parte da constituição da Universidade de São Paulo:

Vestindo roupas mais leves que de costume e pisando nos meandros de um calçamento de mosaico branco e preto, percebo, nessas ruas estreitas e sombreadas que cortam a avenida principal, um ambiente particular: a transição entre as residências e a rua é menos marcada do que na Europa, as lojas, apesar do luxo de suas vitrines, prolongam a exposição das mercadorias até a calçada, ninguém presta muita atenção se está fora ou dentro. Na verdade, a rua não é mais um lugar por onde se passa; é um lugar onde se fica. (LÉVI-STRAUSS *apud* RAMIRES, 2002)

Todavia, apesar do esforço da construção de espaços democráticos e o avanço da interlocução da sociedade civil organizada, ainda assim, muito há para ser feito para garantir que a universalização da cidadania seja uma realidade.

Figura 92- foto: Luciana Itikawa. Comerciantes de rua legalizados na área central da cidade de Boston - um *Business Improvement District*, que passou por um processo de "revitalização". Abril de 2005.

MARKETING URBANO E SEGREGAÇÃO ESPACIAL NOS PERÍMETROS DE "REVITALIZAÇÃO"

No seu sentido extremo, segregação implica total apartação ou isolamento, construídos a partir de limites físicos, ou impostos por dispositivos legais que restrinjam o livre acesso de moradores ou transeuntes. Exemplos dessa situação limítrofe foram os guetos de judeus na Segunda Guerra ou os bairros negros sobre o regime do *apartheid*. Esses mesmos conceitos atingem nuances diversas quando pensamos nos novos, e não menos complexos, condicionantes para a separação entre grupos sociais nas metrópoles contemporâneas.

Marcuse (2002) entende que o significado da palavra "gueto" pode ser utilizada nos dias de hoje nos contextos onde a separação de determinado grupo social não ocorre voluntariamente. De forma antagônica, "enclave" é a auto-segregação voluntária, como forma de proteção dos integrantes de um grupo ou de seu patrimônio (cultural, econômico, etc.). Por essa razão, podemos partir do conceito que segregação é essencialmente um fenômeno relacional, porque pressupõe que só existe segregação quando um grupo se segrega ou é segregado (TORRES, 2004).

A partir dessa característica relacional nomeamos quem são os sujeitos segregadores e segregados sob a ótica da substituição ou deslocamento de grupos sociais por outros em determinadas áreas, que chamamos de gentrificação.

Do ponto de vista macrourbano, embora a ação estatal em diferentes países tenha contribuído para reduzir a gentrificação, seja a partir da heterogeneização do tecido urbano por meio da construção da habitação popular ^{*5} (MARCUSE, 2002); quanto da instalação de infraestrutura urbana nos bairros periféricos, as intervenções não contribuíram para reduzir o grau de isolamento entre grupos sociais nas cidades contemporâneas (TORRES, 2004).

A gentrificação nem sempre é reconhecida consensualmente, e muitas vezes é plenamente justificada pelo Poder Público nos casos de "reabilitação" ou "revitalização" de perímetros urbanos novos ou já existentes. Na promoção de tais espaços, o objetivo é torná-los mais "competitivos" aos desafios da globalização, daí a necessidade de um marketing específico ou, como diz Otília Arantes (2000), "animação urbana".

O planejamento desses perímetros, o chamado "Planejamento Estratégico"^{*6} destaca-se da realidade urbana que os cerca e caracteriza-se por sofrerem intervenções pontuais que não compreendem a continuidade das melhorias urbanas e o impacto das intervenções pelo território

Figura 93- foto: Raul Isidoro Pereira. local: Parque D. Pedro e Largo da Concórdia. fonte: revista URBIS n.º26/2001

(ARANTES, O.,2000; MARICATO, 2000; VILLAÇA, 1998, 2005b).

Otília Arantes (2000) argumenta que a criação de "iscas culturais" - museus, centros culturais, entre outros, é a forma de legitimar uma pseudo-democratização das infra-estruturas nesses perímetros. Tal estratégia esconde a transformação do tecido urbano em produto cosmopolita que atrai mais especulação sobre a terra e, conseqüentemente, mais gentrificação:

A fabricação de consensos em torno do crescimento a qualquer preço - a essência mesma de toda localização - torna-se a peça-chave de uma situação de mobilização competitiva permanente para a batalha de soma zero com as cidades concorrentes. (ARANTES, O.,2000)

São vários os exemplos de metrópoles que agregaram vultosos investimentos na construção e recuperação das "iscas culturais": Boston, Paris, Barcelona, Berlim, etc. (ARANTES, O. 2000, 2004; MARICATO, 2000). São Paulo tem muito pouco dos atributos de uma "cidade global", ou "cidade mundial"⁷. Tais conceitos são utilizados ideologicamente para que empreendedores urbanos consigam canalizar recursos públicos para sustentar a construção de supostas "centralidades globais terciárias" (FERREIRA, 2003).

Por trás da defesa de um *marketing* urbano que promova a modernização desses espaços, gestão eficiente e qualificada, participação da comunidade, há, no entanto, o benefício privado sobre o público, ainda que os recursos sejam provenientes da combinação de verba pública e empréstimos de agências multilaterais, que analisaremos adiante:

Mas que ninguém se engane, nestes e noutros casos semelhantes, somas gigantescas de recursos públicos foram consumidas, apesar da publicidade em torno das famosas "parcerias" com o capital privado. (MARICATO, 2000)

A questão fundamental nesses processos para esta tese é identificar quais os agentes que são determinantes para o aprofundamento da segregação espacial, como funcionam e interação entre si e, conseqüentemente, o resultado na expulsão de trabalhadores informais de rua. Três integrantes dos processos de "revitalização" e "reabilitação" de perímetros, articulados com interesses privados, são destacados para análise a seguir: as agências multilaterais - BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e Banco Mundial; o chamado "Terceiro Setor", que englobaria as organizações não-governamentais, e finalmente, o Poder Público.

Para Pedro Arantes (2004), o paradigma das agências de retorno dos investimentos exclui diferentes grupos sociais das intervenções. Para Telles (1994, 1998), parte do "Terceiro Setor", por

Figura 94- A imagem do espaço público através da Associação dos Lojistas da região da r. 25 de Março. fonte: jornal Folha de São Paulo. Março de 2001.

trás de uma pretensa defesa da universalidade de direitos, são os mediadores contemporâneos entre os interesses privados e os recursos do Estado. Marcuse (2002), no item "o papel do Poder Público" analisa as concessões contemporâneas dos governos aos interesses privados na forma da gestão privatizada dos bens públicos.

A seguir veremos detidamente o papel de cada um como agente segregador, e depois exemplos em três metrópoles: Nova Iorque, Los Angeles e São Paulo. Analisaremos, sobretudo, a gentrificação como resultado desses processos para diferentes grupos sociais e, em particular, para o trabalhadores informais de rua.

1. o papel das agências multilaterais de financiamento

São muito recentes os estudos que indicam o papel segregador das agências multilaterais no financiamento de projetos urbanos. Além disso, foram encontradas poucas fontes que se detiveram sobre o assunto. Isso pode ser parcialmente explicado não só pela polêmica sobre endividamento externo quanto pelo fato de ter fragmentado parte da esquerda nacional na defesa ou rechaço dessas agências (ARANTES, P.F., 2004).

No caso das metrópoles de países periféricos, particularmente no caso das cidades latino-americanas, os investimentos vêm predominantemente das agências multilaterais de financiamento - BID e Banco Mundial. Tais agências têm importante papel na disseminação dos modelos de *marketing* de cidades, ao determinar padrões de gestão, de uso dos recursos públicos e de organização do Estado. Competitividade, terceirização, retorno dos investimentos, etc. são conceitos caros à iniciativa privada.

A determinação de uma "agenda" por essas agências condiciona a formulação de projetos e a incorporação de determinados grupos sociais para que o retorno financeiro compense o empréstimo concedido. Além disso, para validar essa "agenda" forja-se a terceirização do diagnóstico e a formulação dos projetos por meio da composição de consultores e *experts* nacionais e internacionais. Para Pedro Arantes, (2004), trata-se de um "ajuste intelectual", como já se caracterizou a conversão da inteligência crítica brasileira à agenda vencedora dos dominantes".

Os projetos que dão a certeza de compensação financeira, conseqüentemente, não incorporam devidamente as necessidades de diferentes grupos sociais nos perímetros escolhidos.

Figura 95- "Isto sim é capitalismo selvagem". revista Urbis n.º 20 fev./março de 2001

Ugá (2004) argumenta que o Banco Mundial promove o deslocamento da noção de universalização de direitos para políticas focalizadas e compensatórias voltadas para os "pobres". Dentre eles estão os catadores de material reciclável, os movimentos dos sem-teto e também os trabalhadores de rua. A inclusão de tais grupos nos projetos elaborados para os perímetros escolhidos é residual. Dessa forma, sua eficácia é extremamente reduzida porque, além de serem paliativos, incorporam um contingente ínfimo desses grupos.

As agências têm clareza do potencial gentrificador subjacente aos objetivos. A formulação dos projetos destinados aos grupos sociais que sofrem o impacto da expulsão dos territórios valorizados não é, todavia, um ato de benevolência: é necessária para evitar a pressão social que tais grupos poderiam exercer:

Apesar de grandes defensores do crescimento econômico como prioridade (*growth first view*), o Banco Mundial e o BID percebiam que a modernização da América Latina não era, por si só, garantia de estabilidade social. (...) Procuravam, nesse contexto, atuar como força civilizatória sobre o padrão social altamente desigual promovido pelas elites nacionais. (...) Isso porque os políticos devem pesar os riscos de uma impopular [para as elites, bem entendido] mas necessária reforma social e os riscos de uma rebelião social. (ARANTES, P.F., 2004)

O diagnóstico e formulação muitas vezes descolados da realidade e sem a participação dos grupos sociais envolvidos demonstram o caráter excludente da atuação dessas agências. Além disso, ainda que exista, a participação dos cidadãos tem caráter apenas deliberativo em causas pontuais, e nunca passa pela formulação de projetos e aprovação das regras de aplicação dos recursos.

Nesse contexto, praticamente inexistente a disputa entre grupos sociais pelos recursos aplicados nos projetos urbanos, o que seria natural e esperado em uma democracia, principalmente sabendo que esses recursos, apesar de serem provenientes de empréstimos privados, condicionam contrapartidas de dinheiro público consideráveis, como foi mencionado no item anterior.

Outro aspecto bastante significativo da atuação restritiva dessas agências é o condicionamento na escolha do perímetro para intervenção. Exemplos desse tipo de postura coercitiva aconteceu em Buenos Aires e, no Brasil, em Belém e São Paulo (FIX, 2003). A escolha por iniciativas focalizadas e intervenções pontuais, em detrimento de políticas universais é defendida pelo Banco Mundial com o objetivo de rebaixar o custo do padrão de urbanização nos países periféricos (ARANTES, P.F., 2004).

Figura 96- "De quem afinal é a selvageria?" foto: Marcelo Santos. fonte: revista URBIS n.º22/2001

A atuação delas suplanta o papel do Estado quando definem as prioridades no planejamento urbano. Apesar das diversas condições impostas para garantir o investimento e das inúmeras desvantagens (contrapartidas do orçamento público, risco cambial, etc.), tais empréstimos são alardeados consensualmente como solução para a restrição orçamentária das prefeituras brasileiras. Tudo isso com participação efetiva, porém subordinada, dos burocratas do setor público.

Tanto as agências quanto o Poder Público possuem um papel na criação de um argumento técnico para eficiência dos programas, apesar de ocultarem a particularização dos objetivos. Um *marketing* urbano que quer "banir a política da cidade competitiva e pacificada" é a própria negação de cidade como *locus* do conflito e disputa democrática" (ARANTES, P.F., 2004).

O monitoramento dos resultados dos projetos também fica a cargo de uma instituição privada, por meio de licitação pública. Isso significa que não são utilizados os meios de fiscalização públicos - Legislativo, conselhos, entre outros - para assegurar se os objetivos dos programas estão alcançando os fins, bem dizendo coletivos, desejados. Veremos no capítulo seguinte a relação dos projetos dentro do âmbito do programa "Ação Centro", financiado em parte com verba do BID.

Em suma, a aparente aura de neutralidade no financiamento de projetos urbanos, com a garantia de modernização através de meios técnicos "avançados" de gestão pública, é, na verdade, a confirmação da subordinação velada de governos aos interesses do capital, com anuência das elites e burocracias locais. A permanência de um consenso sobre os benefícios que esta pretensa modernização poderia trazer é determinante para a legitimação da expulsão de larga parcela de moradores e trabalhadores dos perímetros. São escolhidos, portanto, quais são os sujeitos que "combinam" com essa modernização, e os trabalhadores informais de rua são apenas parte dos grupos-alvo dessa "inadequação".

2. o papel do Terceiro Setor

As ONGs (organizações não-governamentais), entidades ou associações sem fins lucrativos têm ganhado muita visibilidade nos últimos tempos por desenvolver, a princípio, atividades de interesse público à margem do lucro do mercado. Dentre elas, podemos destacar a inclusão de interesses da população nos processos de decisão política. Nem sempre, contudo, a permeabilidade dos canais decisórios significa a tomada de decisões visando benefícios coletivos. A definição de

Figura 97- "Camelô é obstáculo à mudança no Centro". A disputa ideológica dos sujeitos da mudança e dos obstáculos. fonte: jornal Folha de São Paulo, 16 de maio de 2001.

Telles (1994) desmistifica o papel imparcial do 'Terceiro Setor':

Por outro lado, essa aparente inserção configurando esse campo político democrático pode provocar, segundo ela, um "deslizamento semântico pelo qual bem público passa a ser identificado com interesses coletivos de grupos sociais. (...) O acesso aos serviços é definido não através da garantia de direitos de cidadania (universais), mas por intermédio de critérios focalizados, seletivos e particularizados." Para ela, a representatividade fica seriamente ameaçada, já que se trata de um desmonte das mediações (institucionais e políticas). (Telles, 1998) Isso significa, para ela, "a construção de um social por enclaves." Os termos 'cooperação', 'participação', 'envolvimento', vem se configurando como "uma sociabilidade privada e privatizada que esvazia a noção de direitos hoje transfigurados no registro de recompensas ao desempenho de cada um, e não como garantias que deve valer para todos. (TELLES, 1994)

São estes canais que, com a intenção de promover o acesso à cidadania, impõem, elas mesmas, uma visão de público que não é necessariamente universal: "Este espaço (público) está infestado pela publicidade e por aqueles que detêm a palavra, que saturam pela perseguição de seu discurso destinado a servir os interesses de grupos e de formações sociais contra outros grupos. É por esta razão que a esfera pública é um perigo, ainda que vazia." (WODIZCKO, 1995)

A legitimidade dessas entidades não é, todavia, contestada. A persistência de uma unanimidade sobre seu papel é devido à criação de um consenso sobre a importância do fortalecimento da sociedade civil. Aquelas que têm acesso aos fundos públicos, no entanto, não possuem mandatos ou representações legais definidos na esfera pública: "Gerir políticas sociais é mais que governar e satisfazer as necessidades públicas, pois é também *aderir* (grifo do autor) ao projeto de instituição de uma esfera pública" (LOPES, J.R., 2004)

Muitas vezes no discurso por uma atuação eficiente está embutida a desautorização do Estado na definição de prioridades e na garantia de atendimento irrestrito à população. Estamos falando, portanto, da substituição de atribuições que são do Poder Público para o âmbito do "Terceiro Setor", sem as garantias de universalização do acesso aos direitos.

Isso acontece quando a esfera pública é dissolvida ou então invadida por critérios que regem a esfera privada: "Excluídos ou privados deste espaço (público), os homens ficam fixados nas suas diferenças. É nesse contexto que são criadas as figuras do 'estrangeiro', 'bárbaro' que, por sua diferença radical, é excluído da vida civilizada e que, por ameaçar a *polis*, deve ser mantido à distância e, no limite, eliminado" (ARENDT *apud* TELLES, 1990).

Figura 98- fonte: *Jornal Diário do Comércio*. "Sob Pressão, Prefeitura retira camelôs irregulares do Centro. 04 de Junho de 2003"

Um *marketing* urbano eficiente que seja capaz de atrair investimentos não deve oferecer riscos ao investidor. Isso significa que a imagem construída sobre determinado perímetro urbano deve ser isenta de conflitos, "apaziguada", tomando emprestado um termo utilizado por Pedro Arantes (2004) ao referir-se aos objetivos almejados pelas agências multilaterais.

A construção de uma imagem de determinado território sob critérios particularizados, por essa razão, elege quem são os sujeitos de qualificação ou desqualificação da "renovação" urbana; ou mesmo quem são os atores recorrentes que promovam conflitos ou desordem do "processo". Os trabalhadores informais de rua são colocados em inúmeros exemplos verificados nas Américas, como agentes de retrocesso desses processos e frequentemente são deslocados ou expulsos dos perímetros. (ALONSO *et al.*, 1989; CARANTON *et al.*, 1999; CROSS, 1993, entre outros).

A participação de determinadas entidades no aprofundamento da segregação espacial nos perímetros de renovação urbana é bastante emblemática, por exemplo, no Centro de São Paulo.

A Associação Viva o Centro, entidade que atua no Centro de São Paulo, tem feito uma campanha maciça, com a utilização de diversas mídias, no intuito de afirmar, ideologicamente, que o direito de um não pode prejudicar o direito de todos. Este é um dos principais argumentos de deslegitimação da comércio informal de rua e, conseqüentemente, da defesa pela expulsão dos trabalhadores: "(os camelôs) inviabilizam a vida econômica da região, sobretudo comerciantes e hoteleiros (...), promovendo uma 'pedagogia negativa' de anti-cidadania, um espetáculo de desorganização social, truculência e desespero" (ASSOC. VIVA O CENTRO, 1997- ver reportagens anexas) Além disso, associam frequentemente o comércio informal de rua à criminalidade que, por sua vez, forjou a reação do Poder Público para a criação de uma "Força Tarefa" (conjugação de Polícia Federal, Civil, Militar e Guarda Municipal) para reprimir a atividade.

3. o papel do Poder Público

Cabe aqui ressaltar duas posturas ambivalentes do papel segregador do Poder Público: uma subordinada aos interesses privados, e outra, opressora e autoritária em relação a determinados grupos sociais. Veremos que ambas as condutas ocorrem simultaneamente: a construção da intolerância nos espaços públicos e privados frequentemente está articulada a interesses na

Figura 99- fonte: Jornal O Estado de São Paulo. "Serra defende ação da Guarda". 22 de Maio de 2005

valorização de perímetros urbanos em processo de "revitalização".

Diretamente, o Poder Público atua expulsando ou deslocando grupos sociais das áreas valorizadas ou de futura valorização, confinando ou controlando sob diversas formas aqueles que "põem em risco" a ordem no espaço público ou privado. Isso é verificado particularmente no Brasil, onde ainda há uma pesada tradição de autoritarismo político no enfrentamento de conflitos, prova que não estão consolidados instrumentos democráticos em governos de diferentes orientações políticas. Segundo Miltom Santos, no Brasil ainda restam estruturas arcaicas onde há os "espaços do mando e os espaços do obedecer" (SANTOS, 1996). Marilena Chauí (2000) também vê este forte componente autoritário, como poderoso instrumento de manutenção das desigualdades e, portanto, segregador:

As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. O outro jamais é reconhecido como sujeito nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade. As relações entre os que julgam iguais são de "parentesco", isto é, de cumplicidade ou de compadrio; e entre os que são vistos como desiguais o relacionamento assume a forma de favor, da clientela, da tutela ou da cooptação. Enfim, quando a desigualdade é muito marcada, a relação social assume a forma nua da opressão física e/ou psíquica. (CHAUÍ, 2000)

O uso da força para "limpeza social" no Centro de São Paulo é uma das características mais perversas da atuação direta do Poder Público na segregação de diferentes grupos sociais. Adorno (2002) argumenta que o Poder Público tem o monopólio da violência física legítima porque apóia-se em três fundamentos legítimos de dominação: a tradição, o carisma e a legalidade. Para o autor, o Estado, incapaz de controlar a economia, utiliza-se de expedientes violentos para enfrentar "as atividades informais, o mercado negro, o trabalho clandestino, tudo contribuindo para reforçar solidariedades infra e transestatais, inscritas ou não em territórios precisos que não são os espaços estatais" (ADORNO, 2002).

Em relação aos trabalhadores de rua, a forte repressão para retirada dos mesmos não é acompanhada de alternativas de políticas públicas (ver reportagens anexas). Não há espaços de negociação ou pacto em larga escala. Ao contrário, há um investimento maciço no controle, monitoramento e repressão, em detrimento de políticas de inclusão social. A expulsão revela-se ineficaz, na medida em que os trabalhadores acabam retornando aos mesmos lugares.

A recuperação de edifícios públicos importantes, a reforma de praças, parques e avenidas, o combate aos crimes e a tentativa de atrair investimentos da iniciativa

Figura 100- fonte: Jornal O Estado de São Paulo.
"Operação Centro Seguro".
24 de Abril de 2003

privada não estão sendo acompanhados de políticas públicas que incluam os grupos marginalizados que vivem ou trabalham na região central da cidade. Pelo contrário, os sem-teto estão sendo removidos de suas ocupações, o trabalho dos catadores de material reciclável está sendo dificultado e os moradores de rua têm sido vítimas de atos preconceituosos e alvo de ações repressivas para que não fiquem mais no centro. (Agência Carta Maior. 27/01/2006).

Por outro lado, há uma larga produção nos estudos urbanos no Brasil e exterior que investiga a atuação subordinada em relação aos interesses do capital. Indiretamente, o Poder Público pode segregar, ao menos sob dois aspectos: primeiro, na forma da privatização da gestão; segundo, na provisão de infra-estrutura às áreas valorizadas em quantidade e qualidade superiores às encontradas nas periferias (FIX, 2001; MARICATO, 2002; ROLNIK, 1996, VILLAÇA, 2005).

Em relação à privatização da gestão urbana, faremos uma breve análise sobre os chamados distritos exclusivos de negócios (*Business Improvement Districts* - BIDs). Na forma como é encontrada nos Estados Unidos, por exemplo, a gestão não é operada exclusivamente pelo Poder Público, podendo haver comissões mistas entre representantes do governo e sociedade civil, ou completamente privatizadas. A representatividade de tais comissões tem sido duramente criticada, pois não incorpora representantes de moradores ou trabalhadores de diferentes classes sociais.

Proprietários dos imóveis inseridos nos distritos exclusivos pagam uma "Taxa Especial" pelo acesso a serviços "especiais". A Taxa é recolhida pela municipalidade que devolve como orçamento aos distritos, por meio de uma gestão privatizada, para administrarem obras e melhoramentos. Todavia, essa foi a grande oportunidade para proprietários e comerciantes "limparem" as "suas" calçadas de incomodidades: trabalhadores de rua, sem teto e catadores de material reciclável (LOUKAITOU-SIDERIS *et al.*, 2004).

Nesses distritos, o Poder Público instala deliberadamente dispositivos de discriminação social no espaço público: construção de ruas ou praças elevadas, controle de acesso p/ evitar o encontro casual da diferença, policiamento e vigilância, construção de barreiras e obstáculos, interceptação, etc. Mais do que isso: promove intervenções simbólicas com a clara função de remover as manifestações de pobreza de áreas valorizadas sem, no entanto, dar-lhes alternativa de trabalho ou moradia.

Villaça (2005), em um estudo comparativo de algumas capitais brasileiras, constatou enorme desigualdade na provisão de infra-estrutura entre as regiões de cada uma delas. As Operações Urbanas Consorciadas em São Paulo têm sido outro instrumento de subordinação do

Figura 101- Comerciantes de rua na região central da ilha de Manhattan, cidade de Nova Iorque - Soho. foto: Luciana Itikawa. Abril de 2005.

Poder Público em relação ao mercado na medida em que as decisões políticas para escolha dos perímetros de intervenção são sempre aqueles que interessam ao mercado imobiliário. Além disso, o Poder Público precisa se antecipar, investindo em infra-estrutura “para sinalizar ao mercado que a área valerá o investimento” (FERREIRA, 2003). Discutiremos a Operação Urbana Centro e o papel segregador da legislação urbanística no capítulo seguinte.

“DOMANDO” O ESPAÇO PÚBLICO: INTOLERÂNCIA AO COMÉRCIO INFORMAL DE RUA NAS CIDADES NORTE-AMERICANAS: NOVA IORQUE E LOS ANGELES

A conduta do Poder Público em relação ao comércio informal de rua nas duas cidades estudadas polariza intolerância e permissividade, que se revelam através de atitudes repressivas e da aplicação seletiva da lei, prejudicando minorias raciais e pobres.

Atualmente, apesar da legislação americana ser bem mais intolerante em relação à brasileira – trabalhador sem licença é preso, a lógica da exclusão da atividade não difere do contexto estudado aqui em São Paulo. A repressão ao comércio informal de rua acontece preferencialmente nas áreas valorizadas da cidade, notadamente áreas turísticas e nos distritos exclusivos de negócios.

A seguir há dois exemplos onde analisamos a atuação segregadora de cada um dos agentes anteriormente citados em relação ao comércio informal de rua: o primeiro, na cidade de Nova Iorque, mostra a repressão constante de trabalhadores pela Polícia com a “revitalização” da área central de Manhattan; e outro, em Los Angeles, sobre a subordinação do Poder Público aos agentes imobiliários, através do endurecimento da legislação que normatiza a ocupação dos trabalhadores nos espaços públicos. Antes, gostaríamos de contextualizar, historicamente, o perfil de conduta do Poder Público americano em relação à atividade.

A informalidade nas ruas de algumas cidades norte-americanas iniciou-se com a explosão do contingente de migrantes e imigrantes. O primeiro registro de “hawkers”, como eram chamados os comerciantes de rua, data de 1691 nos Estados Unidos. No final do século XIX e começo do século XX, o comércio informal de rua em Nova Iorque, por exemplo, era presente principalmente nos bairros dos primeiros imigrantes na área central – a região do Baixo Leste de Manhattan, ocupada principalmente por judeus e italianos (McGREGOR-MIRGHANI, 1994). Nesse mesmo

período, o comércio praticado na rua por crianças era visto como principal alvo pelo Executivo e Judiciário Americanos, sendo banido desde então.

Já na década de 1920 e 1930 a atividade chegou a ser quase extinta devido aos sucessivos conflitos com os comerciantes estabelecidos. Entre 1965 e 1975, as Cortes Supremas e locais emitiram uma série de leis que proibiram o comércio de rua, cuja implementação na prática, foram aplicadas, sobretudo, sobre as minorias raciais e pobres (LOUKAITOU-SIDERIS *et al.*, 2004).

A grande onda de intolerância absoluta aconteceria na década de 90 com uma série de leis que regularam a utilização do espaço público, cujo objetivo era, estritamente, “controlar a desordem das calçadas”. As leis eram dirigidas diretamente aos sem-teto e aqueles que pediam dinheiro nas ruas. Tais leis foram implementadas mesmo nas cidades consideradas liberais como São Francisco, Nova Iorque, Santa Monica e Berkeley.

A revista *Fortune*, em 1990, estimou que nas cidades de Nova Iorque, Filadélfia e na capital Washington o comércio de rua movimentava US\$1,7 bilhão por ano. Um vendedor de rua movimentava em média em uma dessas cidades US\$250.000 por ano ou mais. Um comerciante de rua em um local dinâmico comercialmente poderia movimentar tranquilamente por dia US\$750,00. (MCGREGOR-MIRGHANI, 1994)

O mandato do prefeito Giuliani no final da década de 90, é um exemplo convincente de postura autoritária na cidade de Nova Iorque. Ele baniu o comércio informal a ocupar o espaço público dentro de um perímetro de 561 quadras na ilha de Manhattan. Protestos e ameaças de recursos na justiça forçaram a administração a recuar para um perímetro de apenas 100 quadras localizadas, sobretudo, nos perímetros de renovação urbana.

A cidade de Los Angeles contava, em meados de 1994, 5.000 comerciantes de rua que comercializavam desde cigarros, passando por frutas, brinquedos, *tamales* (pamonha salgada mexicana), entre outros. Aqueles que infringissem a lei eram presos por no máximo seis meses e tinham ainda que pagar US\$1.000,00 de fiança. A alternativa para a completa intolerância na cidade de Los Angeles do comércio realizado nos espaços públicos foi a proposta de um perímetro de venda, onde uma pequena parcela expulsa das ruas pudesse vender suas mercadorias. Este perímetro foi proposto no parque *MacArthur*, na região central da cidade, onde estariam assentados apenas 50 comerciantes. Infelizmente, este perímetro durou apenas uma gestão municipal - de 1994 a 1998. (DYRNESS, 2001).

Figura 102- fonte: jornal O Estado de São Paulo. "Ambulantes invadem o coração de Manhattan. Dezembro de 2003

O movimento de construção de ruas comerciais fechadas, calçadas, praças ou passarelas protegidas ou elevadas, distritos comerciais ou de negócios exclusivos teve seu grande *boom* a partir da década de 80 (ISENBERG, 2004; LOUKAITOU-SIDERIS, 1998, 2004). Na Califórnia, particularmente, praças como a *Seven Market Place*, *Security Pacific Plaza*, *Third Street Promenade* em Santa Monica, assim como *The Groove Promenade*, etc., são alguns dos exemplos de "revitalização" e "embelezamento" de espaços públicos, com incentivo fiscal e reestruturação urbanística promovidos pelo Governo Local. (LOUKAITOU-SIDERIS, 1998)

Dentre os serviços de reestruturação de distritos exclusivos, aquele que mais se destaca, sem dúvida, é a provisão de segurança e vigilância particular. A proliferação de seguranças privados pelas calçadas públicas particularizou os critérios de acesso e permanência nessas áreas, assim como a distinção do comportamento considerado "indesejável".

O comércio informal de rua nos Estados Unidos, apesar de ser uma alternativa residual de geração de renda, demonstra que mesmo os países centrais do capitalismo não estão imunes às contradições das grandes metrópoles: ilusão da integração universal no mercado de trabalho, do acesso indiscriminado aos direitos e às infra-estruturas urbanas.

1. Gentrificação do comércio de rua em Nova Iorque

Gostaríamos de relatar a experiência da expulsão indiscriminada de trabalhadores informais de rua de uma das áreas mais tradicionais de varejo popular na cidade de Nova Iorque, a rua 14 na área central de Manhattan.

No começo da década de 90, Gaber (1993) registrou aspectos muito semelhantes aos encontrados no perímetro estudado no Centro de São Paulo: intolerância combinada com permissividade; articulação do comércio de rua com o varejo dos lojistas; aluguel do espaço público, fragmentação da responsabilidade das agências governamentais no controle da atividade, etc.

Na ocasião do governo de Giuliani, no final da década de 90, a rua 14 passou por um processo de valorização imobiliária e atração de consumo turístico. É interessante notar as semelhanças quanto ao processo de gentrificação dos mesmos grupos sociais em razão da "revitalização" de perímetros urbanos.

Figura 103- Comerciantes de rua na região mais nobre da ilha de Manhattan, cidade de Nova Iorque - esquina com 5a avenida e rua do Museu de Arte Moderna. foto: Luciana Itikawa. Abril de 2005.

Segundo Gaber, em 1991 haviam 1.563 comerciantes de rua na rua 14, sendo apenas 853 com licenças municipais. 350 desses comerciantes eram veteranos de guerra. No começo de 2005, foram contados apenas 10 comerciantes informais que ocupam o espaço público durante o dia, ilegalmente. A praça onde se aglomeravam a maior parte deles, está “renovada” e sem nenhum trabalhador.

O comércio informal de rua, apesar de ser considerado uma atividade ilegal, quando sem licença, ocupa uma posição rebaixada no ranking de atividades ilegais, até o começo da década de 90. Segundo Gaber (1993), esta é a razão pela qual as autoridades dedicavam atenção seletiva na repressão e controle da atividade. Neste momento a realidade é de intolerância absoluta. Os comerciantes remanescentes atualmente se escondem da constante patrulhamento e expulsão.

Outra razão pela ocupação na rua pelos comerciantes informal na década de 90 é que a legislação que regulava a atividade na época era bem distante da realidade praticada nas ruas. A soma de sucessivos mandatos cujos procedimentos contraditórios alternavam tolerância e dura repressão, resultou em um aumento significativo de comerciantes de rua na década de 90.

A repressão aos comerciantes ilegais tem um esquema semelhante ao verificado no Centro de São Paulo: alguns policiais ficam à paisana e apreendem as mercadorias. A diferença é a prisão dos ilegais. Segundo Gaber (1993), verificou-se que a maioria delas era majoritariamente de negros.

Apesar da repressão na década de 90 ser cotidiana, os recursos humanos e orçamentários do departamento de Polícia encarregado da prisão dos ilegais eram limitados. Isso resultou em um controle relativo e até uma relativa tolerância, como uma “vista-grossa” aos trabalhadores sem licença. Segundo Gaber (1993), os policiais aplicavam a lei de acordo com as circunstâncias. A partir do final da década de 90, no mandato de Rudolph Giuliani, o mesmo empenho na repressão e expulsão de trabalhadores de rua foi, concomitantemente, incentivada a criação de perímetros de incentivo aos negócios - os *Business Improvement Districts*, que totalizam 51 na cidade de Nova Iorque.

No começo da década de 90 haviam basicamente três tipos de comerciantes de rua: *stoopline vendors* (vendedores em barraca), os *mobile vendors* e os *poachers* (vendedores itinerantes).

Gaber (1993) levantou três características bastante curiosas dos vendedores de barraca, os *stoopline vendors*. A primeira é que havia uma verdadeira simbiose entre o comerciante informal

de rua e o comerciante estabelecido no espaço privado. Eles estabeleciam uma espécie de pacto para não venderem mercadorias semelhantes. Geralmente, o comerciante de rua, obviamente, vende artigos menos sofisticados do ponto de vista tecnológico, como meias, baterias, etc., enquanto os lojistas vendem aparelhos eletrodomésticos mais sofisticados.

Os comerciantes na rua pagavam aluguel aos lojistas para ocuparem a parte da frente da loja. Por não haver contrato entre eles, já que a maioria não possuía licença municipal, alguns lojistas acabavam aumentando o aluguel demasiadamente, deixando os comerciantes de rua sem recursos para se defenderem, porque a maioria eram ilegais.

Outra característica que mostra a simbiose entre o comércio informal de rua e o comércio estabelecido no espaço privado era a relação de dependência e confiança entre os fornecedores, atacadistas que ocupam algumas quadras da rua 14 no distrito de vestuário e eletrônicos, e os *stoopline vendors*. Muitos chegavam até comprar em crediário e pediam que as mercadorias fossem entregues na própria rua 14. Existem também os intermediários, os *vendor sale agents*, que compravam dos atacadistas e que vendiam aos comerciantes de rua.

Finalmente, assim como foi verificado no levantamento de campo no perímetro em estudo no Centro de São Paulo, os comerciantes de rua “empregam” outros trabalhadores para ajudarem na atividade. Eles chegavam a pagar um salário de US\$150,00 a US\$250,00 por semana.

Os *mobile vendors* e os *poachers*, comerciantes itinerantes, por não terem lugar fixo, não estavam sujeitos aos mesmos abusos impostos pelos lojistas, mas necessitavam pagar aluguel pelo armazenamento das mercadorias em estacionamentos da região. Por serem todos clandestinos, obviamente também não podiam deixar as mercadorias na rua à noite. Os *mobile vendors* adquiriam as mercadorias de fornecedores estabelecidos, ao contrário dos *poachers*, que vendiam mercadorias contrabandeadas. (GABER, 1993)

São 10 agências responsabilizadas pela regulação e controle da atividade em Nova Iorque. Gaber (1993) e McGregor-Mirghani (1994) concordam quanto à ineficácia da sobreposição e redundância de responsabilidades das diferentes agências atuando simultaneamente.

Na importação de modelos de “revitalização” ou “renovação” de perímetros exclusivos das cidades dos países centrais do capitalismo, o Brasil importou também parâmetros excludentes. A “boa governança” e realização de intervenções num contexto de restrição orçamentária tem a função ideológica de defender o avanço de interesses privados na esfera pública.

Figura 104 a 106- ocupação no espaço público por artistas e performers políticos. local: Venice, Los Angeles. foto: Luciana Itikawa. Março de 2005

2. Estudo de caso: gentrificação na cidade de Los Angeles

A gentrificação nos espaços públicos de *Venice Beach* poderia ser considerada um caso à parte, apesar das sobreposições das questões encontradas em contextos de outras cidades. *Venice Beach* é um ponto turístico da cidade de Los Angeles, famosa pelos artistas, performers e ideólogos que lá expõem suas idéias e sua arte, na sua maioria bastante crítica à sociedade e ao governo americanos.

Venice Beach vem passando por um processo de gentrificação sistemático. O processo de controle e expulsão das atividades no espaço público, segundo a associação dos trabalhadores, é relacionado à intenção de construção de um conjunto de condomínios residenciais de alto luxo, cujos interesses conflitam com a imagem das atividades dos artistas e performers na praia. Veremos que dentre as razões para essa segregação, a principal é, sem dúvida, a participação do Poder Público na subordinação aos interesses do capital imobiliário que quer transformar uma tradicional área de resistência cultural e política para uso residencial de luxo.

A particularidade desse processo reside justamente pelo fato dessas pessoas que ocupam o espaço público não se considerarem “vendedores” e, serem contra, principalmente, a qualquer forma de comercialização no perímetro permitido para ocupação. Esta área passou a ser chamada, por conta das suas atividades iniciais, de “Território Livre” em razão da liberdade de manifestação de idéias e discursos dos ocupantes. Curiosamente, foi um dos únicos lugares em que pude verificar que a atividade de alguns artistas era somente expor em um quadro negro montado no chão algumas idéias próprias e de outros filósofos, esperando qualquer tipo de doação (...). <VER FOTO AO LADO>

Contraditoriamente, a regulação deste espaço público começou a endurecer, justamente, devido à reclamação dos residentes e empreendedores imobiliários da área em relação ao barulho e transtorno da comercialização dos produtos no espaço público. A verdade é que a ocupação somente por artistas e performers deixou de ser realidade e hoje eles têm que conviver com outros que comercializam os mais variados produtos que vão desde velas, porta-retratos até artigo pessoais.

A dificuldade tanto dos artistas mais tempo consolidados quanto das autoridades de distinguir o que seja manifestação pessoal da comercialização acabou por colocar no mesmo contexto, origens, histórias e atividades exercidas no mesmo espaço, como se fossem as mesmas.

Figura 107-audiência pública 16-02-2005; 108-protesto 01-03-2005; 109-protesto 06-03-2005.. praia de Venice. foto: Luciana Itikawa. Fev. e Março 2005

A verdade é que a comercialização existe, mesmo em se tratando de objetos de arte, como quadros, esculturas ou desenhos; diferentemente daqueles que apenas usam o espaço público como suporte de exposição de idéias, como foi mencionado anteriormente.

Apesar da tentativa de regulação das atividades no espaço público se remeterem a partir da década de 70, o último mandato expedido pelo Executivo definiu um sistema de loterias, cujo intuito é alternar a ocupação dos artistas, performers ou comerciantes no espaço público cadastrados na Prefeitura. O endurecimento da legislação e a consequente rígida fiscalização do cumprimento da lei é concomitante ao início da construção dos condomínios residenciais.

A definição da loteria gerou uma série de protestos que acompanhei pessoalmente, pois contraria frontalmente os princípios que a associação dos artistas e performers mais consolidados, *Venice Free Speech Zone*, em pelo menos 3 aspectos:

- Não distingue artista, performer de comerciante. Eles acreditam que a comercialização de produtos prejudica a imagem de Venice como território contestatório;
- Nenhum trabalhador ou representante da associação dos artistas foi consultado na elaboração do sistema de loterias. O projeto de lei de Outubro de 2004 (*ordinance* n. 176270) continha inúmeras incorreções segundo a associação. Eles tiveram uma primeira audiência pública que pude acompanhar pessoalmente, mas que não teve nenhum efeito sobre a aplicação da lei. A comissão definida após esta audiência para reavaliar o sistema de loterias continha apenas um integrante da associação, em detrimento de outros quatro representantes de moradores e empreendedores imobiliários da região;
- O sistema de loteria prejudica fundamentalmente aqueles que tiram o sustento diário no espaço público, principalmente alguns indivíduos que possuem deficiência física, como alguns veteranos de guerra aposentados. Segundo a associação, a redução do ganho mensal não será possível a sobrevivência dessas pessoas.

A única audiência pública realizada no dia 16 de Fevereiro de 2005 refletiu o profundo desequilíbrio entre o peso dos argumentos expostos pelos representantes da categoria e dos diversos atores envolvidos: vereadora, policial, empreendedor imobiliário, representante e advogado dos moradores e o próprio Governo. O diretor do departamento que legisla sobre espaço público foi franca e publicamente a favor dos moradores e empreendedores, inclusive, na sua fala, se utilizando

Figura 110- protesto em Venice Beach contra o sistema de loterias que discrimina e exclui trabalhadores informais no espaço público. foto: Luciana Itikawa. local: praia de Venice, Los Angeles. 06 de Março de 2005.

dos mesmos termos pejorativos quando se referia ao comércio de rua – selva, desordem, etc. <VER FOTO AO LADO>

Apesar dos protestos, no dia 26 de Fevereiro, 01, 06 e 14 de Março, o sistema de loteria foi implantado. As lideranças da associação *Venice Free Speech Zone* foram contra o cadastramento das pessoas no sistema de loterias, mas muitos daqueles que se inscreveram encararam como a única forma de estarem inseridos e lutarem pela sobrevivência, e acabaram aderindo. A fragmentação do movimento enfraqueceu a luta contra o sistema de loterias. <VER FOTO AO LADO>

Esse sistema é imperfeito, não só por contemplar de maneira uniforme pessoas que ocupam no espaço e no tempo de forma diferentes, como também por não ter passado por uma negociação pública. Isso acabou resultando em alguns dias da semana com ocupação ociosa e em outros dias com disputa pelo espaço e ambos os lados divergentes da associação insatisfeitos.

Esse processo refletiu, sobretudo, inúmeros aspectos do desequilíbrio entre o papel do Governo e das associações da categoria e fragilidades de ambos:

- A contradição dos argumentos expostos pela associação sobre a legitimidade de quem poderia ocupar o espaço ou não;
- Ausência de um líder que respondesse a partir dos interesses da categoria;
- A ausência de proposta alternativa ao sistema de loterias;
- A fragilidade e o dissenso dentro do grupo quanto ao posicionamento frente ao Governo;
- A fraca representação da categoria no Conselho de bairro;
- A ausência de interlocutor na Câmara Municipal;
- A falta de interlocutores dentro do Executivo;
- A desproporção da representatividade no comitê de revisão da lei;
- A ausência de assistência técnica ou jurídica quanto aos procedimentos de pedido de recurso na Justiça. Na verdade, a própria associação *Venice Free Speech Zone* chegou a contratar um advogado, pagou para ele entrar com um recurso na Prefeitura, mas ele sumiu e o recurso não foi pedido.

O desequilíbrio entre o peso da fala da associação que representa os artistas e performers,

Figura 111- foto: luciana itikawa. local: praça d. josé gaspar. Maio de 2002

e os residentes e empreendedores, que possuem mais representatividade na comissão, reflete a profunda desigualdade de influência nas instâncias decisórias. Essa diferença é decisiva nos processos de gentrificação, onde a valorização de certas áreas conflita diretamente com a imagem popular de usos ou atividades exercidas nos espaços públicos, que acabam sendo expulsos.

A fragilidade institucional das associações que defendem os interesses dos trabalhadores dos espaços públicos é um dos temas a serem analisados no capítulo seguinte que contém parâmetros para políticas públicas. A existência de canais de negociação públicos, como os existentes neste processo estudado, não é suficiente em meio a uma disputa desigual entre os trabalhadores (ou performers, como eles gostam de ser nomeados) e os interesses de grandes grupos privados.

MARKETING URBANO E SEGREGAÇÃO ESPACIAL NO CENTRO DE SÃO PAULO

Da produção brasileira sobre segregação urbana, parte debruçou-se sobre o significado da precarização do acesso às infra-estruturas urbanas na periferia; e, a partir do final de década de 90, outra parte tem dedicado grande atenção à gentrificação nos perímetros revitalizados ou nos eixos de expansão metropolitanos (ARANTES, 1997,2000, 2004; FERREIRA, 2003; FIX, 2001; FRUGOLI, 1999; MARICATO, 2000, 2001; MARQUES, 2005).

A especificidade da segregação na cidade de São Paulo, como tem tratado os diversos autores anteriormente citados, é a característica retroalimentadora da exclusão, na medida em que "é a desigualdade de acesso que reproduz a separação". (MARQUES, 2005) Isso significa dizer que, apesar da generalização da instalação de determinados equipamentos sociais pelo Poder Público na periferia, a segregação não se reduziu. Dos três integrantes anteriormente citados, cabe aqui analisá-los cada um detidamente.

O Centro de São Paulo tem sido foco, há mais de uma década, de um discurso de "revitalização", que está muito longe de promover o acesso democrático a todas as camadas sociais. Os conflitos registrados no anexo de reportagens de 1998 a 2005 registram um endurecimento na repressão das manifestações, protestos e atividades consideradas populares. A arbitrariedade e intensidade da repressão ao comércio informal de rua refletem peso e influência desiguais das diferentes camadas da população nos canais decisórios.

O papel do Poder Público no processo de retomada de programas urbanos no Centro de São Paulo é bastante peculiar. As posturas das gestões municipais variaram muito pelo menos nos quatro últimos mandatos (1989-2004), como veremos no capítulo seguinte.

A gentrificação do trabalho informal nos espaços públicos é parte das inúmeras expulsões que se seguiram ao processo de “reconfiguração”, ou “revitalização” de determinados perímetros. A expulsão sistemática dos trabalhadores de rua fora dos perímetros reabilitados para as áreas “resevadas” ao comércio popular de rua cria inúmeras dificuldades para a própria continuidade da atividade, já que, na maioria dos casos, o lugar escolhido pelo Poder Público não tem interesse comercial para os trabalhadores. Essas alternativas porpostas pelo Poder Público inviabilizam a própria existência desses espaços, como veremos no capítulo 5 sobre políticas públicas.

Ainda não foi instituído um comitê gestor de um perímetro específico para o Centro, apesar de algumas tentativas recentes de abertura de canais participativos, como o Ação Centro e o Conselho de Representantes nas Subprefeituras, ambos projetos da Prefeitura não implementados na gestão 2000-2004. A criação da Agência de Desenvolvimento do Centro, uma entidade mista público-privada tampouco foi realidade. A Operação Urbana Centro, aprovada desde 1997, possui um conselho deliberativo formado por representantes de algumas entidades no Centro, porém, com atribuições de gestão limitadas.

A real representatividade dos vários movimentos sociais nessas instâncias citadas foi bastante limitada no período 2000-2004. Neste sentido, as manifestações e atividades populares perderão cada vez mais espaço - aqui literalmente, espaço público - enquanto os trabalhadores não forem reconhecidos e legitimados como portadores do seu próprio destino. Isso significa destituí-los da dependência do terreno dos favores em direção a um campo de criação de uma identidade como trabalhadores, com direitos e deveres.

trabalho informal nos espaços públicos do Centro de São Paulo:

pensando parâmetros para políticas públicas

capítulo 5: inoperância das políticas públicas

Figura 112- fonte: jornal Folha de São Paulo. "Lista aponta 98% de camelôs irregulares". 14 de Maio 2006.

HISTÓRICO DAS POSTURAS DO PODER PÚBLICO EM RELAÇÃO À ATIVIDADE

O histórico da inoperância de leis revela o quanto elas podem se descolar da realidade e transformar-se em uma peça ideológica através de uma visão tecnocrata que ignora conflitos e mais contribui para esconder a realidade do que para revelá-la. Em outro extremo, há um debate público exaustivo na sociedade sobre a insustentabilidade da situação do comércio de rua. Como entender a força e persistência do debate apesar da inoperância das leis?

Muito pouco mudou em quase três séculos de políticas urbanas em relação aos trabalhadores informais nos espaços públicos. Segundo Guerreiro (2000):

As regulamentações estabelecidas mostram que as tentativas de equacionamento da atividade não trazem grandes variações. Seja com relação ao tipo de equipamento a ser utilizado; à forma de disposição dos comerciantes nas vias públicas; ou à maior ou menor tolerância à presença; as soluções determinadas em lei vão sendo descartadas para, em breves intervalos, serem retomadas.

Os primeiros registros de trabalhadores ambulantes, conforme exposto no capítulo 1, remontam ao começo da cidade-vila, conforme relatos de Saint-Hilaire e de outros historiadores, antropólogos e fotógrafos que registraram o cotidiano da cidade sempre com a presença dos comerciantes de rua. O comércio exercido nas vias públicas não só faz parte da constituição do trabalho urbano no Brasil como também da constituição dos primeiros perímetros varejistas, claramente demarcados em São Paulo.

O comércio de rua ao ar livre era fruto do excedente do mercado de trabalho que, se no começo absorvia a mão de obra recém liberta da escravidão, passou a ser alternativa à economia urbana, incluída dos imigrantes, idosos e crianças, os chamados mascates:

Carregando nas costas um volumoso baú de folha de flandres ou de couro pintado de cores vistosas como o rosa e o azul e trazendo na mão o metro de medir pano ou matraca, o mascate quebrava a monotonia paulistana, oferecendo novidades, trazendo notícias. Acolhidos pelas donzelas e pelas senhoras, o vendedor ambulante adentrava as residências que ainda guardavam um ar colonial e abria seu baú, repleto de roupas, mimos baratos e encantos duradouros. (BERTOLLI FILHO, 1990)

Com a elevação de vila à categoria de cidade em 1711, São Paulo começou a dar os

primeiros tratamentos ao pequeno comércio de rua. As primeiras punições por exercício ilegal da atividade, não regulamentada, era a multa para a senhora branca e açoite no pelourinho, assim como a prisão da escrava negra que vendia alimentos nas ruas.

Em 1726, a Câmara Municipal tenta disciplinar o local de atuação das quitandeiras restringindo somente à região do Pátio do Colégio, na rua que ficou conhecida até hoje como a Rua da Quitanda. Em 1737, foi vetado a venda de capim dentro das cercanias da cidade e permitida apenas fora do núcleo urbano, impondo ao eventual infrator o confisco da mercadoria e a prisão por 30 dias. Em 1764, uma outra disposição determinava os horários dos comerciantes - das 8hs. às 20hs., impreterivelmente. (SAINT-HILAIRE, 1972; BERTOLLI FILHO, 1990)

Para que fossem averiguadas as mercadorias vendidas pelos trabalhadores ambulantes e estivessem submetidas a um maior controle, em 1857 a Câmara Municipal obrigou todos os trabalhadores a limitarem suas atividades nas regiões do largo do Carmo, da Misericórdia, São Bento e São Francisco. Esta medida era inócua porque era quase impossível monitorar todos os trabalhadores, principalmente aqueles que iam de casa em casa.

Os comerciantes mais consolidados viam nos vendedores ambulantes uma concorrência desleal e encaminharam à Câmara uma reivindicação para proibição da venda por trabalhadores derua de mercadorias similares às lojas: "Não poderão vender as quitandeiras, nos tabuleiros, pelo miúdo e aos vinténs, farinha, milho e feijão, por que tudo isto fica reservado tão somente aos taverneiros que pagam direitos de suas negociações." (BERTOLLI FILHO, 1990)

Em 1898, uma lei sobre o comércio de rua mais elaborada regulava, entre outras questões: localização permitida; distanciamento entre os pontos, e estes em relação ao trânsito de passagem; regras básicas de higiene e conservação dos alimentos, etc. Determinava que a licença, assim como o pagamento do imposto pela utilização provisória do solo urbano público, eram intransferíveis,

A expansão da cidade na década de 1930 reforçou a concentração do fluxo de pessoas na região central e conseqüentemente a concentração de comerciantes nas ruas onde o fluxo de pedestres era maior. A Prefeitura resolveu conter a concentração destes trabalhadores através da repressão. Esta medida revelou-se ineficaz porque pouco tempo depois os trabalhadores regressavam aos mesmos pontos, notadamente os mais lucrativos. A elevação dos impostos também não era eficaz na diminuição desta atividade, e aumentava ainda mais o contingente de trabalhadores clandestinos. Estes últimos eram os alvos preferenciais da Polícia do Estado Novo. A criminalização desta atividade atingiu seu ápice em 1946 quando um decreto lei estabelecia a obrigatoriedade da

apresentação de um atestado de antecedentes criminais. (BERTOLLI FILHO, 1990)

O Decreto 2201 de 1953 foi o primeiro a priorizar os idosos e portadores de deficiência o direito de adquirir a licença. Em 1954, a Prefeitura exigia o rodízio quinzenal entre os ambulantes, inibindo assim o monopólio dos pontos mais lucrativos. Exigia também que pelo menos 2/3 das mercadorias vendidas deveriam ser nacionais. Seriam cassadas as licenças que concedessem a terceiros a exploração do ponto. Isto revela que mesmo nessa época era praxe a venda ou aluguel dos pontos concedidos, conforme verifiquei no levantamento de campo. As denúncias de propinas exigidas pelos fiscais aos trabalhadores clandestinos nas ruas veio à tona na gestão de Ademar de Barros em 1960. Em resposta a estas denúncias, o prefeito suspendeu temporariamente o comércio de rua na cidade.

Na década de 1970, com o inchaço das grandes cidades, o número de trabalhadores nas ruas também aumentou vertiginosamente, chegando a cerca de 40 mil em toda a cidade e 10 mil apenas no centro de São Paulo, contra somente 1350 licenças para a atividade (86.5% de trabalhadores clandestinos). Esta intolerância era parte do “Plano de Manutenção e Limpeza da Cidade” do então prefeito Figueiredo Ferraz.

Um exemplo emblemático de inoperância das leis foi a iniciativa do então prefeito Olavo Setúbal: em 1977, ele fez uma campanha segundo o qual a população não deveria mais comprar as mercadorias dos trabalhadores nas ruas, iniciativa esta que não surtiu nenhum efeito.

Em 1984, o prefeito Mário Covas assinou um decreto que retirava os pontos das áreas de maior circulação do Centro, justamente os mais lucrativos: região do parque D. Pedro, Baixada do Glicério e Terminal Princesa Isabel. Excluía às regiões mais populares o exercício do comércio de rua, reservando as áreas onde circulava a elite no centro.

A gestão seguinte, de Jânio Quadros, foi marcada pela truculência da maneira como foi tratada a questão. Jânio declarou guerra à categoria: cassou licenças e pontos fixos de todos os trabalhadores no Centro da cidade e sistematicamente ordenava a apreensão das mercadorias sem a dar a possibilidade do trabalhador recorrer pelas mesmas. Parece emblemática deste período a fala do então Secretário das Administrações Regionais: “Eles não vão querer encontrar a mercadoria embaladinha, uma beleza, esperando por eles. Quem é clandestino, quem transgride a lei, não tem direito de reclamar coisa alguma”. (BERTOLLI FILHO, 1990) A visão de intervenção do espaço urbano na gestão de Jânio Quadros traduziu-se por um padrão higienista, tanto na sua dimensão social quanto espacial. É essa ideologia que predominou até as gestões mais recentes.

TABELA 12: LEIS ANTERIORES DE 1896 A 1981

POLÍTICAS ATUAIS

Começaremos este tópico com a gestão da então prefeita Luiza Erundina (1989-1992). Ela pode ser considerada como um marco na relação diferenciada com a categoria: implantou um canal de negociação permanente, rejeitava o uso da repressão e considerava os comerciantes de rua como trabalhadores desprovidos de direitos e excluídos de cidadania. O Decreto 27.678/1989 representa a preocupação humanista da então prefeita que, entre outros itens, incluía a importância do atendimento médico à categoria nos postos de saúde municipais.

A opção negociação em detrimento da repressão ficava clara em uma fala do então Secretário de Planejamento Paul Singer: “A repressão ao comércio de rua de modo algum impede a privatização do espaço público; apenas a restringe aos grupos aliados e aos encarregados da repressão, que repartem os lucros extraordinários”. (VILLAS-BOAS, 1995)

Era reconhecida que esta disputa pelo espaço público não era manifestada como livre concorrência e sim através de privilégios dos grupos que detinham maior influência com o poder público, confirmado no capítulo 2 nos mapas que se referem às “geometrias da clandestinidade”. Na CPA (Comissão Permanente de Ambulantes), que detalharemos a seguir, eram decididos abertamente os critérios para escolha dos pontos. A transparência no processo de escolha dos pontos mais disputados da cidade contrariava as históricas barganhas clientelistas e quebrava uma das fontes de alimentação da corrupção.

A oposição na Câmara Municipal forçou a criação de mais critérios para seleção de quem poderia trabalhar na rua. Isto, sem dúvida, restringia o ingresso do trabalhador comum recém desempregado. No item a seguir - inoperância da legislação - analisaremos com profundidade esta restrição como política excludente.

A lei 11.039/1991 que até hoje é utilizada como referência (ver quadro das leis atuais) estipulava a classificação dos trabalhadores em “A”- deficientes de natureza grave; “B”- deficientes de capacidade reduzida e sexagenários; e “C”- fisicamente capazes. A mesma lei dividia em três categorias a ocupação nos espaços públicos: efetivos, ponto fixo e ponto móvel. Determinava também que pelo menos 2/3 dos pontos deveriam ser ocupados pelos trabalhadores que se encaixavam na classificação “A” e “B”.

No início de sua gestão, Erundina (1989-1992) rejeitou a criação de bolsões porque julgava

Figura 113- fonte: jornal O Estado de São Paulo. "Após o rapa, R\$500 oferecidos pela Prefeitura". 05 de Setembro de 2003

que a lógica do comércio de rua não poderia ser eficaz com a separação dos trabalhadores, uma vez que eles dependiam dos fluxos do pedestres. Essa característica também ficou comprovada no capítulo 2 nos mapas que mostram a densidade de trabalhadores informais no espaço público *versus* a densidade de pedestres.

A grande novidade na gestão de Erundina era a descentralização das execuções das políticas, à cargo das antigas Administrações Regionais e o pacto de negociação participativa da categoria e demais membros da sociedade. Para isso, era necessário que os trabalhadores se organizassem em sindicatos e estes representassem os interesses majoritários.

Segundo Villas-Boas (1995), a constante campanha na imprensa dos setores conservadores da sociedade, notadamente os comerciantes e proprietários de imóveis, deslegitimava este perfil de política porque não reconhecia os comerciantes de rua como cidadãos. Além disso, a própria dificuldade de fiscalização também não contribuía para pôr na prática a legislação recém criada. À isso somavam-se também a pressão cotidiana dos trabalhadores por mais regulamentação e por melhores pontos.

A intenção de implementação de um canal democrático não correspondeu às expectativas do Governo e tampouco dos próprios trabalhadores. A hipótese para a fragilidade da CPA (Comissão Permanente de Ambulantes) como canal de negociação naquele momento poderia ser explicada pela ausência nos próprios trabalhadores de tradição corporativa que já estava consolidada nos sindicatos dos trabalhadores da indústria, por exemplo. Predominava na categoria uma intensa fragmentação de pequenas associações que não representavam a grande maioria dos trabalhadores.

Dessa forma, qualquer resolução que fosse tomada na CPA não era obedecida e legitimada pela maioria dos trabalhadores. Este problema ainda persiste hoje, infelizmente. Além disso, as medidas encontravam uma grande resistência por parte dos setores organizados da sociedade: comerciantes, juristas, além da polícia federal, estadual e municipal.

Na gestão do prefeito Paulo Maluf (1992-1996), a lei 11.039/1991, apesar de ser regulamentada e ainda acrescida de algumas modificações ^{*8}, não foi colocada em prática pelo Governo. Esta gestão foi marcada pela intolerância e truculência na relação com os trabalhadores informais. No começo do mandato o Prefeito ordenou que não fosse expedida nenhuma permissão. Isso significava a precarização da condição do trabalhador que passava à condição de clandestino, sujeito às arbitrariedades e à corrupção por parte do Governo.

Na gestão do prefeito Celso Pitta (1996-2000), a questão da corrupção dos fiscais e trabalhadores veio à tona. Se a descentralização das execuções das políticas ficou a cargo das antigas administrações regionais, eram nelas onde prevalecia um “coronelismo”, ou seja, vereadores ou deputados controlavam cada uma politicamente e nelas estabeleciam suas próprias regras. Alguns dos vereadores chegavam a indicar nomes para os vários escalões da administração, se utilizavam dos recursos locais para fins pessoais ou até mesmo instalavam esquemas de cobrança de propinas dos trabalhadores nas ruas. Os vereadores Maeli Vergniano, Vicente Viscome e deputado Hanna Garib, depois de extensa investigação por coordenar o esquema de corrupção, foram cassados dos respectivos mandatos.

Apesar do extremo desgaste político da gestão Pitta, que iniciou-se com a investigação da chamada “Máfia da Propina” detalhada no capítulo 3, o prefeito acabou fazendo um acordo com sua base de sustentação na Câmara Municipal e as CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito) encerraram seus trabalhos.

As sucessivas investigações no Legislativo e Executivo escancaravam à população o quanto a regulação do uso do solo - privado e público estava marcada pela apropriação da administração pública para a utilização particular dos seus recursos e benefícios. A descentralização das execuções das políticas urbanas acabava propiciando que grupos políticos que comandavam as Regionais utilizassem arbitrariamente a lei, explorando lucrativamente a clandestinidade dos trabalhadores informais.

A gestão da prefeita Marta Suplicy (2000-2004) não lançou nenhuma política inovadora no âmbito do comércio de rua e se caracterizou pela recuperação das antigas políticas da gestão da então prefeita Luiza Erundina ^{*9} e pela dura repressão aos trabalhadores clandestinos. Por um lado combinou políticas de geração de ocupação e renda e, no outro extremo, “rapa” pelos fiscais e blitz da Força Tarefa ^{*10}. As reportagens anexas no final desta tese mostram os diferentes perfis de gestão no município - de 1998 até 2006.

No relatório do Grupo Intersecretarial produzido na gestão da então prefeita Marta, foram propostos doze centros de compra populares para comerciantes de rua. Os “Pop Centros” agregariam formas de trabalho em cooperativas, assim como outros serviços para a população em geral. Caberia o Poder Público orientar os comerciantes na constituição jurídica para formar cooperativas de modo a fortalecer as associações facilitar sua atuação e a administração do condomínio. Do mesmo modo, a administração municipal poderia auxiliar, por meio da Subprefeitura responsável, na reforma e adaptação do imóvel, criando condições para o funcionamento do “Pop

Figura 114- fonte: jornal O Estado de São Paulo. "Camelô cruza a Paulista e foge de fiscal". 14 de Maio 2006.

Centro", através do suporte na criação de estatutos, regimento interno de funcionamento do empreendimento e administração do condomínio. Infelizmente, nenhum "Pop Centro" por iniciativa desta gestão foi implementado e somente três tentativas por iniciativa da Associação Comercial e de um sindicato foram criadas.

Os três empreendimentos em 2006 ainda estão em funcionamento, apesar de não fazerem parte de uma política pública. As associações ou sindicatos assumiram as responsabilidades por todos os encargos decorrentes da alocação, escolha, administração, segurança e gerenciamento do local. Coube ao Poder Público somente facilitar o processo de aprovação do imóvel para uso comercial e supervisionar as licenças dos antigos comerciantes de rua.

No empreendimento coordenado pela Associação Comercial de São Paulo na rua Florêncio de Abreu, não se pode falar em política pública, nem mesmo em parceria público-privada uma vez que não há nenhum resquício do formato "Pop Centro" sugerido pela gestão 2000-2004. A confirmação desse fato é representado pela mudança do nome e da total ausência de posterior auxílio, assessoria técnica, supervisão ou apoio financeiro por parte da Prefeitura.

Este empreendimento na rua Florêncio, uma galeria com vários quiosques de 1,5m2 a 10m2 abriga em torno de cinquenta comerciantes (em 2005) e duas lanchonetes. Os aluguéis dos espaços variam de R\$500 a 1.000,00 por mês. Este aluguel seria impraticável para os comerciantes de rua mais frágeis economicamente assumirem. Além disso, não há nenhuma garantia da estabilidade dos preços e mediação do governo na resolução de conflitos entre o proprietário do imóvel, que gerencia o local e os inquilinos.

Verificou-se também, através de entrevistas no local, que nem todos os comerciantes que abriram negócio no empreendimento trabalhavam anteriormente na rua, nem mesmo na região. Aqueles que permaneceram na rua disseram que não houve acordo com o sindicato ao qual eles estão afiliados. Nesse sentido, não se pode falar em política social porque não há a garantia de inclusão das diferentes condições econômicas dos trabalhadores e apoio institucional e financeiro ao empreendimento. Segundo a ex-presidente da EMURB (Empresa Municipal de Urbanização) da gestão 2000-2004, tais empreendimentos não são sustentáveis, é necessário subsídio para que a inclusão seja ampla e irrestrita dos diferentes comerciantes de rua.

Nos dois outros empreendimentos coordenados por um sindicato, também não receberam e não recebem nenhum apoio por parte da Prefeitura, segundo um dos coordenadores. No empreendimento da rua Senador Queiroz existem 465 comerciantes que pagam um aluguel de

TABELA 13: LEGISLAÇÃO NOS ÚLTIMOS 4 MANDATOS MUNICIPAIS

TABELA 13¹ LEGISLAÇÃO NOS ÚLTIMOS 4 MANDATOS MUNICIPAIS

R\$220,00 por mês, mais R\$140,00 a R\$210,00 de entrada. No outro, na rua Santa Efigênia, são ao todo 110 quiosques para comércio; o aluguel é de R\$340,00 por mês e R\$160 de entrada.

Na gestão do Prefeito Serra (a partir de 2005) a única proposta encaminhada foi a construção de um bolsão no Pari, longe da dinâmica urbana - fluxo de pedestres e do atacado e varejo.

TABELA 14: LEIS RECENTES

TABELA 14: LEIS RECENTES

Figura 115- fonte: jornal O Estado de São Paulo. "Parcerias vão ajudar camelôs e incentivar cultura". 12 de Agosto de 2003

INOPERÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

1. Inoperância 1: legislação fora da realidade

Entre as razões que contribuem para a inoperância das políticas urbanas direcionadas à atividade estão, em primeiro lugar, a formulação distanciada da realidade urbana. O desconhecimento da complexidade e heterogeneidade do setor informal, e particularmente como ele se manifesta sob a forma de comércio de rua, é determinante para a inoperância das políticas. É mais frequente, contudo, a omissão do Poder Público em relação à atividade, talvez pela absoluta incapacidade de encarar a informalidade nas ruas como parte integrante e permanente das contradições metropolitanas contemporâneas.

Em segundo lugar, a não aplicação integral da legislação, sobretudo, devido às injunções políticas, também contribui para a desmoralização da lei como instrumento disciplinador da atividade. Podemos atribuir essa utilização arbitrária principalmente pela subordinação do Estado às pressões pela expulsão dos trabalhadores dos espaços públicos e, em parte, pela fragmentação e desarticulação das associações que representam a categoria.

Estamos falando, portanto, de um projeto de Estado e da relevância das políticas públicas como instrumentos de justiça social. O fracasso da legislação é oportunidade das elites permanecerem ou avançarem sobre a esfera pública, conforme exposto nos capítulos 3 e 4. (HOLANDA, 1995; BOSI, 1995; MARICATO, 1996, 2000).

A combinação entre legislação urbanística e mercado imobiliário excluem grande parcela da população do direito à cidade. Há uma extensa literatura no campo das ciências sociais e estudos urbanos que investiga as razões da chamada cidade ilegal ou informal, a partir das matrizes de pensamento acima citadas. Nesta tese não aprofundaremos as razões culturais da função ideológica para a inoperância da legislação.

Analiso no capítulo 1 duas concepções antagônicas sobre a informalidade: trata-se de um processo, com intensidade crescente ou decrescente; ou uma exceção permanente? A crença na provisoriedade foi a grande justificativa pela ausência das políticas:

A consequência inevitável da posição extralegal é a idéia de que os assentamentos

Figura 116- fonte: jornal O Estado de São Paulo. "Contra camelôs, curso de cidadania e ajuda de R\$315". 17 de Junho de 2003

irregulares são provisórios e que um dia irão desaparecer de onde estão. A posição da provisoriidade funciona como justificativa para o não investimento público, o que acaba reforçando a precariedade urbanística e, sobretudo, acentuando as diferenças em relação ao setor da cidade onde houve investimento. (ROLNIK, 1997)

Por outro lado, a impotência do Poder Público ao enfrentar a complexidade do setor informal justificou outro tipo de conduta: "gerenciar" a informalidade significa enfrentá-la apenas parcial e pontualmente, pois é produto permanente de um capitalismo por natureza desigual.

Theodoro (2000) avaliou as diferentes formas de enfrentamento da informalidade por parte do Poder Público a partir da década de 1970 até a 1990. Se na década de 1970 acreditava-se que o setor informal era passageiro e passível de formalização, a conduta do Governo correspondia igualmente à condição transitória da informalidade na qual o Poder Público acreditava. Não havia, portanto, políticas direcionadas objetivamente ao setor informal porque havia a crença, como vimos no capítulo 1, que o crescimento econômico faria desaparecer-lo e, como sinônimo de pobreza, deveria ser erradicado.

A década de 80 apresentou um novo perfil de política: reconhecia que o setor informal merecia respostas objetivas por parte do Poder Público sem, no entanto, a pretensão de formalizá-lo. Considerava os trabalhadores autônomos passíveis de apoio institucional para, dessa forma, incluí-los como contribuintes.

O setor informal, na década de 90, é constitutivo do modelo excludente do capitalismo na periferia. Impossibilitado da promessa de universalização do acesso aos direitos (inclusive o direito à cidade), o Poder Público passou a gerir com entidades da sociedade civil programas relacionados ao setor informal. Para Theodoro (2000), trata-se da "gestão da miséria", porque além de não enfrentá-la em toda sua dimensão e complexidade, é de caráter seletivo, porque o direcionamento dos programas é vinculado à proximidade de grupos sociais (incluindo as ONGs, como mediadoras) em relação ao governo.

A consciência da extensão do setor informal pelo governo no momento da contabilização receita *versus* despesa do País se reflete na continuidade da cobrança da CPMF. A conduta do Poder Público, no entanto, tem sido a negação do setor informal como realidade majoritária, perene e constituinte do capitalismo periférico. A função ideológica desse perfil de política pública alheia à realidade é apenas destacar o papel do governo na "zeladoria" e não na intervenção estrutural e ampla no setor informal. Para Villaça (2005), os planos não são elaborados para serem levados a

Figura 117- fonte: jornal Folha de São Paulo. "Camelô usa walkie talkie contra rapa". 08 de Março de 2006

sério: "são cortina de fumaça para tentar ocultar o fracasso da classe dominante ao resolver os problemas urbanos".

A conduta do Poder Público nem sempre foi tão linear e objetiva ao longo destes anos, conforme a tabela 19 apresenta a partir de dados de Theodoro (2000). Os perfis de ações citados não necessariamente correspondem a uma ordem cronológica, ou seja, podem acontecer segundo variáveis de localização e perfil administrativo. As mesmas visões para o setor informal *lato sensu* podem ser aplicadas também na escala do comércio informal de rua.

Cidades como Los Angeles e Nova Iorque, importantes centros financeiros mundiais apresentam os mesmos conflitos entre os trabalhadores informais de rua, o comércio estabelecido e o Poder Público. Este capítulo mostra registros de alguns casos de concentrações de trabalhadores em espaços públicos em ambas as cidades, colhidos durante estágio de pesquisa nos Estados Unidos (no âmbito desta tese de Doutorado).

Foi possível verificar, mesmo nesses diferentes contextos urbanos, que as políticas públicas ao afastarem-se da dinâmica do comércio informal de rua, têm sua eficácia bastante reduzida, na medida em que são desconhecidos os fatores que estão envolvidos no surgimento e na permanência do fenômeno nas grandes cidades.

A multiplicidade de agências (departamentos ou secretarias) municipais encarregadas do controle do comércio informal se sobrepõem ou se contradizem umas às outras. Em Nova Iorque, por exemplo, são 10 agências responsabilizadas pelo controle ou regulação do comércio informal de rua: Unidade de Assistência Comunitária (ligada ao Gabinete do Prefeito), Departamento de Negócios, Departamento de Relações do Consumidor, Departamento de Controle Ambiental, Departamento de Finanças, Departamento de Saúde, Departamento de Parques e Recreação, Departamento de Polícia, Departamento de Saneamento, Departamento de Transporte (GABER, 1993). Temos aqui no Brasil, especialmente na cidade de São Paulo, esta mesma fragmentação nas instâncias públicas que lidam com o tema.

Em muitos casos, a dificuldade da aplicação das políticas devido à falta de investimento dificulta ainda mais a efetividade das mesmas. O corte no orçamento das agências encarregadas dos programas e do controle do comércio informal de rua, segundo Gaber (1993), não permite torná-lo prioridade dentre as políticas públicas.

TABELA 15: CRONOLOGIA DA MUDANÇA NO PERFIL DAS POLÍTICAS E AS RESPECTIVAS VISÕES SOBRE O SETOR INFORMAL

TABELA 16: CARÁTER FICCIONAL DA LEI: LEGISLAÇÃO FORA DA REALIDADE

a. ASPECTOS DA INOPERÂNCIA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR

A lei 11.039/1991, base para a redação do decreto 42.600/2002 que regulamenta atualmente a atividade, foi criada na ocasião do mandato da então prefeita Luiza Erundina (1988-1992). As demais leis e decretos posteriores que a modificam não alteram fundamentalmente sua essência.

Os artigos que disciplinam a atividade possuem diversos aspectos que contrariam a realidade, uns frontalmente, outros parcialmente, fruto das sucessivas adaptações que o Executivo e Legislativo fizeram para controlar, sem sucesso, o comércio informal nos espaços públicos. Apontamos aqui 6 ideologias às quais a lei está baseada:

a1. Ilusão da seletividade a partir da classificação dos trabalhadores

O artigo 3 do decreto 42.600/2002 em vigor classifica os trabalhadores em 3 categorias: "A"- deficiente físico de natureza grave; "B"- deficiente físico de capacidade reduzida e sexagenário; "C"- fisicamente capaz. Adiante, no artigo 17, estipula 2/3 das vagas às categorias "A" e "B", e 1/3 para "C". Este último artigo possui claramente o objetivo de restringir o número de trabalhadores nesta atividade e priorizar a categoria deficiente físico, que sempre encontrou dificuldade de emprego no mercado de trabalho.

A lei 13.635/2003 acrescentou outra reserva de mercado, os "egressos do sistema penitenciário", dentro da categoria "fisicamente capaz", a menos contemplada das oportunidades de licença.

Teoricamente, esta classificação possui a boa intenção de promover uma reserva especial aos deficientes para um mercado de trabalho cada vez mais excludente, porém, não reflete a realidade exposta nas ruas que é o exercício da atividade, em sua ampla maioria pelos "fisicamente capazes", ou seja, os trabalhadores comuns desempregados.

A seletividade como instrumento para filtrar a demanda crescente de desempregados persiste na legislação atual, apesar da inverossimilhança. Esta obrigação permaneceu posteriormente à lei 11.039/1991: na lei 11.124/1991, no decreto 40.342/2001, no próprio decreto 42.600/2002, e na lei 13.635/2003, conforme tabela das páginas 15 e 16. Tal determinação em

nenhum momento surtiu efeito. Ao contrário, contribuiu ainda mais para precarizar a condição dos trabalhadores “fisicamente capazes” que, na falta de oferta de licenças, tiveram que optar forçadamente pelo exercício do trabalho na clandestinidade.

O Decreto 36.834/1997 é emblemático do ponto de vista da sua inocuidade porque obriga todos os interessados a passar por um exame para verificação da “sanidade, condição física e invalidez”. Na prática, tal medida não faz nenhuma diferença, visto que um grande número de deficientes acaba alugando sua licença para terceiros.

a2. Ilusão da democracia na Comissão Permanente de Ambulantes (CPA)

- ilusão da representatividade
- ilusão da relevância da manifestação dos integrantes

Como foi dito anteriormente, a Comissão Permanente de Ambulantes (CPA), criada na gestão da então prefeita Luiza Erundina, seria um canal local de participação direta da categoria em cada subprefeitura. Tal garantia de ampliação da representação dos interesses dos trabalhadores, também prevista no Estatuto da Cidade, na prática não é obedecida, porque as decisões estão sujeitas às injunções políticas locais. Está previsto no próprio artigo 13 do decreto 42.600/2002 que a CPA deve ser “regrada por regimento interno a ser expedido pela Secretaria das Subprefeituras”, ou seja, ao sabor das orientações políticas de cada mandato de prefeito.

O artigo 9 do mesmo decreto estipula a participação de 2 a 5 representantes de associações ou movimentos da categoria com no mínimo 70 afiliados. Este número certamente não reflete a realidade dos vários grupos organizados, especialmente se forem consideradas todas as subprefeituras na cidade de São Paulo. Em primeiro lugar, estes números deveriam ser estipulados a partir de uma análise localizada, depois da análise do número de trabalhadores em cada região e da dimensão da organização dos grupos. A exigência do mínimo de 70 também é excludente na medida em que a maioria dos grupos existentes possuem uma média de 5 a 20 integrantes.

Apesar do artigo 9 do decreto 42.600/2002 determinar um teto máximo de 5 representantes, na Subprefeitura Sé, por exemplo, existem pelo menos 9 associações, sindicatos ou movimentos nesta região. Além disso, apenas 4 delas possuem integrantes com o Termo de Permissão de Uso (TPU). Atualmente, na gestão do prefeito Serra/Kassab (2004-2008), a Comissão Permanente de Ambulantes possui apenas 3 representantes de associações da categoria.

O capítulo que apresenta os aspectos espaciais da atividade mostra a localização de alguns grupos dentro do perímetro de estudo. Verificamos que nem todos os grupos liderados por um coordenador do negócio possuem representação dentro de uma associação ou sindicato. Um grupo de comerciantes de rua não significa um grupo político necessariamente. Podemos concluir, portanto, que a representação dentro das CPAs é bastante limitada porque não contempla os diferentes interesses e conflitos do comércio de rua presentes no Centro de São Paulo.

A inclusão obrigatória de representantes das várias instâncias federais, estaduais e municipais da Polícia confirma a priorização por parte do Poder Público do estabelecimento de uma relação com a categoria eminentemente de repressão e controle. Apesar do Ministério Público estar incluído nas CPAs, não foi mencionada a Ouvidoria do município de São Paulo, que também é responsável pela investigação das arbitrariedades e abusos cometidos pelo governo municipal.

Alguns representantes, a partir das entrevistas realizadas como subsídio ao capítulo seguinte, manifestaram de forma unânime completa descrença na relevância das opiniões dos representantes nas CPAs. Essa descrença é justificada pelo encaminhamento das decisões, uma vez que a reunião possui caráter apenas deliberativo e, em última instância, as decisões finais são sempre do subprefeito. A negociação é informal e as resoluções são políticas, porque na legislação não há nenhuma garantia do sistema de votos e da permissão das associações proporem políticas públicas.

a3. Ilusão da posse permanente do ponto

O artigo 19 estipula o Termo de Permissão de Uso (TPU) como um título precário, oneroso, pessoal e intransferível. Houve inúmeras denúncias da imprensa, confirmadas em campo sobretudo pelos testemunhos dos trabalhadores, da utilização de um mesmo TPU por mais de 2 pessoas.

Além disso, como o TPU é raro, como significado da limitação do número emitido pela Prefeitura, há um grande negócio que gira em torno da sua utilização, conforme comprovado no capítulo 2. O aluguel do TPU é praxe nos locais mais disputados, incluindo também a venda da “luva comercial” do ponto na rua, existente informalmente também no comércio estabelecido.

Como qualquer outro bem urbano, o TPU não poderia ser diferente e está inserido dentro da cadeia de comercialização, valorização e disputa territorial, como qualquer outro “imóvel”. Nesse sentido, considerá-lo como pessoal e intransferível é negá-lo como valor e moeda corrente na cidade. No capítulo seguinte discutiremos a possibilidade do TPU ser um título coletivo.

a4. Ilusão da padronização da atividade

A padronização dos equipamentos de suporte das mercadorias não é respeitada na legalidade, mais difícil seria acreditar que esta obrigação seria cumprida na ilegalidade. As exigências vão desde a metragem quadrada do equipamento, da projeção horizontal ou extensão da cobertura de proteção contra a chuva, da disposição das mercadorias, etc.

Existe a hipótese que esta desobediência, ainda que na legalidade, ocorra pela completa descrença da categoria em relação ao controle do Estado, uma vez que o cumprimento do padrão estabelecido significaria uma minoria que desapareceria entre a grande maioria ilegal na paisagem urbana. Podemos considerar também até que ponto esta padronização, ou até quais limites ela pode ser defendida.

Um dos aspectos ressaltados no capítulo 2 foi a contribuição criativa de alguns trabalhadores na formulação de alguns equipamentos. Os limites da padronização devem ser constantemente negociados e renovados dentro dos canais legítimos de interlocução entre categoria e governo. A padronização partida somente do Poder Público pode ser autoritária e arbitrária.

a5. Ilusão da proibição dos locais, mercadorias e número de auxiliares para o exercício da atividade

Esta regra tem sido o pretexto único para expulsão e extinção da atividade. Um levantamento feito pela Associação Viva o Centro dentro dos distritos Sé e República concluiu que 98% das licenças concedidas pela Subprefeitura Sé estão em desacordo às regras determinadas pelo decreto 42.600/2002. Se os trabalhadores com licença representam de 10% a 30% do número total existente nas ruas, então, o decreto vigente regula somente 2% do total de trabalhadores existentes no espaço público. Esta determinação é duplamente inoperante porque não é obedecida nem pelas licenças expedidas legalmente pelas subprefeituras.

A maioria dos locais proibidos determinados pela legislação: proximidade aos terminais de transporte coletivo, escolas, etc., são os mais visados e disputados pelos trabalhadores. Na maioria dos casos pode haver uma real impossibilidade da permanência dos trabalhadores na rua, do ponto de vista do conflito que eles trazem à circulação e à paisagem urbana.

Em outros, por outro lado, poderiam ser pensadas alternativas de bolsões em espaços públicos ou privados próximos, uma vez que o comércio informal opera fundamentalmente a partir

da conexão com a demanda de pedestres. Nesta determinação deve ser acrescentada a possibilidade de serem estudados casos específicos que seriam submetidos à análise de um corpo técnico da Prefeitura e de representantes dos próprios trabalhadores. Zonas de atuação preferenciais poderiam ser eleitas onde existe grande demanda por esta atividade, como é o caso de vários locais na Subprefeitura Sé, indicadas no capítulo seguinte.

Em relação à proibição da venda de determinadas mercadorias, principalmente aquelas que estão em desacordo com a saúde e segurança pública, não tem sido muito eficiente o controle por parte da Prefeitura. Este, sem dúvida, é um caso preocupante do ponto de vista da saúde pública e merece ser negociado e pactuado sistematicamente entre o governo e a categoria.

Quanto ao número de auxiliares, o artigo 27 do decreto 42.600/2002 estabelece que somente a categoria “A” pode ter 2 auxiliares e a “B”, apenas 1. A legislação pressupõe que exista somente um tipo de trabalhador, em unidades pequenas que não ultrapassam 2 pessoas.

O levantamento de campo demonstrou que aquilo que a legislação denomina como “auxiliar”, na verdade, representa uma complexa organização que sustenta o trabalhador de rua responsável por seu equipamento no espaço público. Determinados grupos de trabalhadores criaram um verdadeiro esquema não só de venda do produto como também de distribuição, propaganda, aliciamento de consumidores, estoque, aviso do rapa, etc. Cada um desses serviços são ocupados por uma mão de obra que não necessariamente está no “ponto” concedido pela Prefeitura. O auxiliar em questão seria somente aquele que está no ponto, mas os demais deveriam ser considerados na lei.

a6. Ilusão do cumprimento das normas sanitárias

Segundo uma representante de um sindicato estabelecido no Centro de São Paulo, a Secretaria de Abastecimento do município promove regularmente alguns cursos de treinamento sobre as normas da Vigilância Sanitária para o preparo de alimentos. A realidade na rua comprova que o acesso a essas informações é bastante limitado. Uma campanha de conscientização deveria se estender independentemente da posse da licença ou não, se as autoridades de saúde pública fossem realistas.

TABELA 17: INOPERÂNCIAS DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR

TABELA 17: INOPERÂNCIAS DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR

TABELA 18: INOPERÂNCIAS DOS PROJETOS DE LEI

TABELA 18: INOPERÂNCIAS DOS PROJETOS DE LEI

TABELA 18: INOPERÂNCIAS DOS PROJETOS DE LEI

TABELA 18: INOPERÂNCIAS DOS PROJETOS DE LEI

TABELA 18: INOPERÂNCIAS DOS PROJETOS DE LEI

TABELA 18: INOPERÂNCIAS DOS PROJETOS DE LEI

TABELA 18: INOPERÂNCIAS DOS PROJETOS DE LEI

TABELA 18: INOPERÂNCIAS DOS PROJETOS DE LEI

b.COMENTÁRIOS REFERENTES À TABELA 18 SOBRE A INOPERÂNCIA DE ALGUMAS DETERMINAÇÕES ENUNCIADAS NOS PROJETOS DE LEI

- b1. Não se trata apenas de comercialização de mercadorias. Existem trabalhadores que apenas utilizam seu próprio corpo como suporte para anúncio de serviços e mercadorias. Há uma outra gama que ocupa o espaço público como forma de entretenimento ou persuasão do público em geral: músicos, *performers* (mágicos, pastores evangélicos, escultura viva, etc.). Ver último mapa do capítulo 2 ; "cultura no espaço público";
- b2. Verificamos no levantamento de campo que o comércio de rua praticado nos espaços públicos não tem nada de "solidário". Araújo (2005) define como "economia solidária ou social aquela gerada e administrada pelos trabalhadores que se insere na economia de mercado, diferenciando-se pela forma como são destinados os ganhos, pelas relações de trabalho praticadas, por seus objetivos sociais e pela solidariedade entre as empresas e trabalhadores que participam dessa forma de economia.

A cadeia de produção e intermediação não passa somente por redes nacionais. É fato que os produtos entram de maneira ilegal no país e não são tributados em nenhuma instância. Para defini-lo como tal seria necessário um acompanhamento sobre toda cadeia de produção, intermediação e venda, o que inclui o controle sobre as fronteiras nacionais.

Sendo assim, é quase impossível determinar que haja um pacto de distribuição do ônus e do bônus entre os integrantes dessa cadeia, que vai da produção nos países asiáticos, pelos atravessadores oportunistas nas fronteiras e pela venda sem nota fiscal nas ruas de São Paulo. É impossível, portanto, definir que o lucro seja revertido em benefício dos próprios trabalhadores e que o investimento seja aplicado em tributos dentro do território nacional, devolvido aos cidadãos. Discutiremos no próximo capítulo a possibilidade de tornar a atividade menos desprotegida através da formação de cooperativas. Nesse sentido é importante diferenciar o "protegido" (suporte de benefícios sociais) do "solidário";

- b3. Este projeto de lei determina que o comerciante de rua seja apenas um trabalhador economicamente frágil. Não contempla, portanto, as diferenças econômicas existentes nas ruas. O capítulo 2 demonstra as grandes diferenças de rua para rua da lucratividade dos diferentes negócios. Verificamos que há grupos consideravelmente organizados, bem como economicamente estabilizados. O parâmetro em questão - "vulnerabilidade social" - não possui

uma escala de referência como, por exemplo, o índice de vulnerabilidade social elaborado pelo Centro de Estudos da Metrópole (2004);

- b4. Mesmo argumento utilizado sobre a inoperância do artigo que define o número de auxiliares na legislação em vigor;
- b5. Não permite a venda, doação, locação ou a transferência, salvo exceção determinada adiante. Não considera o mercado de aluguel informal da licença, além da venda também informal do "ponto comercial";
- b6. Não especifica qual a "unidade administrativa correspondente";
- b7. O mesmo pode ser dito em relação à ressalva exposta no item "inoperância da legislação em vigor" sobre a ilusão da criação de uma reserva de mercado que na prática não existe;
- b8. Determina a posterior fixação de critérios para qualificação das cooperativas, em decreto regulamentar, sem estipular prazo. Inoperância pela ausência de obrigação do detalhamento para esta exigência. É interessante, entretanto, o projeto de lei abrir a possibilidade de julgamento de mérito para permissão coletiva para itinerantes, que lembra os grupos que vendem água de côco, doces, *hot-dogs*, etc;
- b9. Não especifica qual a "unidade administrativa correspondente";
- b10. Processo de concessão não é acompanhado de forma imparcial, como no projeto de lei original 1017/1997, que determinava o acompanhamento pelo Executivo e pelo Conselho Municipal, que avaliaria qualquer arbitrariedade;
- b11. Carece de detalhamento do conteúdo do "Projeto Urbanístico local" e vinculação com o calendário oficial da gestão;
- b12. Não coloca um prazo para formulação do "Projeto Urbanístico Local". Abre, entretanto, a possibilidade do plano estar vinculado aos Planos Diretores Regionais de cada Subprefeitura, que possui calendário de implantação e período de revisão. Se partirmos do pressuposto que o Plano Diretor do município de São Paulo, bem como os Planos Regionais das subprefeituras carecem de auto-aplicabilidade, poderia ser pensada uma outra alternativa de prazo;
- b13. A omissão dos critérios para localização dos centros de compras, nominados pelo mesmo

projeto de lei como “shoppings populares”, pressupõe a escolha arbitrária da localização dos mesmos;

- b14. Falta lei regulamentando regimento interno;
- b15. O fato de não estabelecer um prazo para criação do Conselho, bem como da aprovação do seu regimento interno, determinado no projeto de lei 1017/1997, pode resultar na protelação indefinida do Conselho, órgão de fundamental importância para estabelecer a isonomia, o controle de arbitrariedades, a definição da aplicação dos recursos do Fundo e a garantia da participação permanente da categoria na discussão das políticas;
- b16. Não é colocada a presença do Procurador Geral da República, como determinado no projeto de lei 1017/1997, que asseguraria o encaminhamento das denúncias de corrupção e qualquer outra arbitrariedade cometida contra a categoria;
- b17. Extingue a descentralização das discussões de forma regionalizada existentes atualmente em cada subprefeitura - “Comissões Permanentes de Ambulantes”, e nominadas pelo projeto de lei do Executivo durante gestão de Marta Suplicy: “Comissões Regionais de Comércio nos espaços públicos”. Apesar dos entrevistados relativizarem a importância dessas comissões, uma vez que possuem apenas caráter deliberativo, caberia ao Executivo debater com a própria categoria a vantagem da descentralização;
- b18. O sistema de rodízio é um importante instrumento para evitar a formação de máfias territorializadas de cobrança de propina, como discutimos no capítulo 3. Entretanto, verificamos que existe uma “assessoria” de um grupo de uma certa área para orientar sobre a cobrança de propina a outro grupo de outra área. Nesse sentido, é praticamente impossível evitar a comunicação entre os agentes responsáveis pela fiscalização, ainda que estes sejam forçadamente deslocados periodicamente;
- b19. Não há detalhamento dos instrumentos para evitar arbitrariedade no momento da apreensão, como o projeto lei 1017/1997. Há diversos e constantes testemunhos dos trabalhadores denunciando apreensão sem a possibilidade de recurso jurídico;
- b20. Na prática, a indefinição do destino das mercadorias apreendidas pressupõe que haja um desvio não controlado. O não detalhamento da apreensão e da exigência do número do lacre não permite que o trabalhador possa reavê-las posteriormente. Esta é uma garantia importante para a categoria porque garante o retorno de um investimento;

- b21. Avaliamos no capítulo 3 que o grande fator que desprecariza a atividade é a corrupção. A Ouvidoria, articulada politicamente ao Conselho Municipal é um órgão onde o trabalhador possa formalizar sua denúncia, sem os constrangimentos de injunções políticas em instâncias diretamente vinculadas ao Executivo;
- b22. Este projeto de lei não define um item fundamental para a existência dos Centros de Compras que é a manutenção da infra-estrutura dos mesmos, cujo pagamento pode não ser sustentado pelo próprio trabalhador. O Centro de Compras, conforme denomina o projeto lei 1017/1997, é um projeto social subsidiado e não meramente um empreendimento comercial;
- b23. O artigo 9 do projeto lei 1017/1997 determina: “não será concedida a permissão de uso aos portadores de moléstias contagiosas ou repugnantes”. Trata-se de uma determinação preconceituosa, uma vez que a denominação “repugnante” é uma avaliação moral pessoal. Não há um índice de repugnância.

2. Inoperância 2: experiências de bolsões mal sucedidos

A segunda inoperância é uma estratégia do Poder Público - os bolsões, como estratégia de deslocamento dos espaços públicos para locais exclusivos à atividade. Discutiremos a seguir quais foram as razões para que algumas experiências redundassem em completa inoperância. A primeira é resultado da desintegração com as demais atividades e usos urbanos; e a segunda, foi extinta pela dificuldade de gestão e submissão às oscilações políticas.

É importante esclarecer que ambas são precárias do ponto de vista da inclusão de direitos aos trabalhadores de rua a patamares básicos de cidadania. Além disso, são bastante incipientes enquanto práticas exitosas e permanentes.

As experiências de bolsões mais comuns encontradas na literatura sobre o tema é a localização dos mesmos de preferência bem longe das vistas da chamada cidade “revitalizada” ou dos eixos de valorização imobiliária. Quando isolados da vivência urbana, os bolsões contrariam frontalmente a lógica estrutural do comércio de rua, conforme comprovo no capítulo 2. A articulação com o fluxo de pedestres e com as atividades econômicas existentes no tecido urbano é fundamental para seu funcionamento.

O objetivo deste tópico é mostrar quais são as fragilidades e potencialidades deste tipo de estratégia. Os exemplos citados a seguir mostram o bolsão como isolamento e marginalização dos trabalhadores de rua. A outra reflete a estratégia de criação de um espaço de trabalho como política provisória, vulnerável ao sabor da política dominante.

A discussão sobre a articulação de um bolsão com o tecido urbano neste capítulo dará continuidade no capítulo seguinte, quando estão debatidas estratégias específicas para a articulação de bolsões com as atividades urbanas existentes, bem como de procedimentos que possam torná-lo sustentável.

a. ISOLAMENTO DA VIDA URBANA

a1. Experiência 1: o “valor de localização urbana” - “Pop Center do Brás”, em São Paulo

A iniciativa de criar centros populares de compras é muito controversa, conforme revelou Guerreiro (2000) sobre o fracasso da experiência de implantação de um bolsão na cidade de São Paulo, no bairro do Brás, o “Pop Center do Brás”, durante o mandato do então prefeito Celso Pitta (1996-2000). O Pop Center do Brás não vingou, entre outras falhas de administração e desarticulação dos atores sociais, sobretudo por uma falta de estratégia de localização. Segundo o pesquisador, que estudou todo o processo de formulação do bolsão do Brás até a falência do empreendimento, errou-se ao se desconsiderar o que ele entende como o “valor de localização urbana”.

Guerreiro (2000) define “valor de localização urbana” como uma estratégia comercial de localização do negócio com a finalidade de atrair o maior número de consumidores. Ele desmembra esta mesma estratégia em duas: o tradicional de “ponto comercial” como um lugar consolidado de fácil acesso e boa circulação de pessoas; ou aquilo que ele denomina “localização produzida”, criada a partir de uma estratégia de marketing.

Qualquer negócio, para se viabilizar, precisa estar dentro da lógica daquilo que entendemos como “ponto comercial”, ou seja, localizado em um lugar acessível e visível, dentro dos eixos de circulação para pedestres, conhecido como o tradicional “comércio de rua”. Atualmente, é possível que estratégias de marketing produzam um “ponto comercial”, ou seja, uma “localização produzida”, longe dos tradicionais eixos de varejo, mas ainda assim, inseridos na trama urbana acessível para o sistema de transportes de massa, notadamente o automotivo. Podemos exemplificar como “localização produzida” shoppings como Center Aricanduva na zona leste de São Paulo; SP Market, na zona sul, etc.

“Criar” uma localização urbana, como no caso dos shopping centers, só é possível porque o acesso dos consumidores, na sua maioria, é através de carro. O mesmo não pode ser dito em relação ao comércio informal de rua porque este depende necessariamente dos fluxos de pedestres e dos usos no espaço privado onde ele está inserido.

Segundo ele, a escolha arbitrária da localização do Pop Center do Brás foi resultado da ausência das duas estratégias acima descritas. Além disso, não houve uma efetiva articulação entre

os vários agentes que estavam engajados no empreendimento: trabalhadores por meio de sindicatos ou cooperativas; proprietário do imóvel; empreendedor dos chamados “Pop Centros” e a Prefeitura.

Houve, sobretudo, uma falha na avaliação política do empreendimento, porque a Prefeitura na gestão de Celso Pitta (1996-2000) perdia credibilidade por causa dos contínuos escândalos de corrupção nos vários escalões do Governo. Além disso, não havia um consenso e liderança política entre os trabalhadores, o que dificultava a ação do sindicato e desperdiçava oportunidades de formação em cooperativas. O empreendimento era visto isoladamente, tanto da dinâmica urbana quanto da dinâmica imobiliária e comercial.

Entretanto, o que parece mais grave por trás de tais políticas é o confinamento dos fenômenos da exclusão parecer consensual, como se a exclusão tivesse que ser deslocada da vivência urbana, num deliberado ato de criminalização da atividade. Esta solução adotada pela maioria das experiências coletadas revela-se também ineficaz, porque o próprio bolsão, quando não abandonado, é deixado como depósito de mercadorias e os trabalhadores acabam regressando ao espaço público.

b. VULNERABILIDADE A INGERÊNCIAS POLÍTICAS E DIFICULDADE DE GESTÃO

b1. experiência 2: bolsão Mac Arthur Park, na cidade de Los Angeles

Este foi o primeiro bolsão legalizado pela Prefeitura em 1999. Dos 10.000 comerciantes de rua estimados em 1994 na cidade de Los Angeles, apenas este local público foi permitido para funcionamento do comércio de rua legalizado, onde chegou a abrigar em torno de cinquenta trabalhadores. Hoje não há mais nenhum trabalhador no *Mac Arthur Park* e não há tampouco nenhum outro bolsão legalizado em espaços públicos na cidade de Los Angeles.

Há inúmeros comerciantes de rua ilegais espalhados pela cidade nas áreas de maior concentração de pedestres como nos distritos de *West Hollywood*, *Westwood* e alguns locais de *Beverly Hills*. Existem alguns que trabalham individualmente nos chamados “*promenades*” (ruas comerciais fechadas) e nos distritos de negócio, conhecidos como *Business Improvement Districts* (BIDs). Os BIDs são geridos e estritamente controlados por uma comissão privada, composta por proprietários e empreendedores locais.

O *MacArthur Park* é uma importante e tradicional espaço público na região central de Los Angeles. Hoje é considerado ponto de encontro dos imigrantes latino-americanos que usufruem o espaço público para lazer aos finais de semana e frequentemente promovem festas típicas de seus países. O entorno do parque é extremamente dinâmico do ponto de vista das atividades ligadas ao varejo popular de vestuário, eletrônicos e produtos folclóricos. Por ser um local público de grande trânsito de pedestres, bem servido de transporte coletivo e amplos espaços para diversas finalidades, foi escolhido como um local estratégico para a implantação de um bolsão de comércio informal.

A partir de 1999, ano em que foram permitidos os cinquenta trabalhadores no bolsão dentro do *MacArthur Park*, as agências que regulamentavam a venda de alimentos (Departamento de Saúde e Inspeção Veicular) exigiram, neste caso, que não fossem preparados na rua, e sim em estabelecimentos que cumprissem todas as normas sanitárias exigidas. Dessa forma, foi necessário providenciar um espaço próximo ao local, onde os trabalhadores pudessem preparar os alimentos e dividir os gastos de forma coletiva. O Departamento de Saúde também exigiu acesso a sanitários aos trabalhadores e consumidores. Esse espaço próximo, um imóvel próximo ao parque, podia atender às exigências dos departamentos do governo assim como ser um local de organização e reunião dos trabalhadores.

O maior desafio, segundo Dyrness (2001), foi a coordenação do empreendimento. Duas associações de trabalhadores que tentaram organizá-lo se dividiram internamente e não chegaram a um consenso sobre o lugar de assentamento dos trabalhadores na praça.

Foi necessário contratar uma assessoria temporária – *Institute for Urban Research and Development*, uma organização não-governamental, que pudesse gerenciar com uma certa isonomia, e que já havia tido experiência em lidar com abrigos para sem-teto. (DYRNESS, 2001)

Apesar de todas as condições apresentadas, o projeto não continuou, segundo Dyrness, por falta de vontade política do governo local e da desarticulação da categoria no projeto. A extinção do bolsão pelo mandato municipal seguinte também está no contexto da “revitalização” excludente da área central de Los Angeles e da intolerância rígida das últimas gestões municipais em relação ao comércio de rua.

As duas experiências relatadas no capítulo anterior: comércio nos espaços públicos da região central de Nova Iorque e em *Venice Beach*, em Los Angeles - podem ser considerados como experiências que foram vulneráveis às ingerências políticas locais e, por isso, extintas.

trabalho informal nos espaços públicos do Centro de São Paulo:

pensando parâmetros para políticas públicas

capítulo 6: parâmetros para políticas públicas

Figura 118- foto:
Luciana Itikawa. local:
praia Venice, Los
Angeles - EUA.
Fevereiro de 2005

Figura 119- fonte: jornal O Estado de São Paulo. "Nas ruas do Rio, camelôs 'românticos'". 30 de Novembro de 2003

PARTE I - PARÂMETROS PARA REGULAÇÃO E GESTÃO

Este capítulo tem como objetivo repensar parâmetros para regulação, gestão e planejamento urbanos que a considerem como parte dos usos e atividades existentes na cidade.

A primeira parte apresenta parâmetros para regulação da atividade, em função de 6 aspectos que podem ser contemplados nas políticas públicas:

1. Regulação da atividade, no âmbito de uma política nacional;
2. Gestão e monitoramento da atividade, através da construção de indicadores sociais, econômicos e espaciais;
3. Construção de canais de negociação permanentes e democráticos;
4. Suporte econômico e assistência técnica ou jurídica;
5. Construção de canais de denúncia com isenção política;
6. Formulação de patamares justos de fiscalização e tributação.

A segunda parte do capítulo 6 trata da política urbana específica para o comércio informal de rua, cujo objetivo é promover o acesso social a espaços de trabalho, no âmbito dos instrumentos para Reforma Urbana contidos nos planos municipais. Para isso, foram enunciados dois aspectos antagônicos encontrados no Centro de São Paulo - vacância e concentração de usos metropolitanos, que podem apontar, respectivamente, para a utilização de espaços ociosos para economia popular e articulação com as atividades existentes.

Os parâmetros de políticas públicas descritos a seguir são resultado dos seguintes subsídios:

- levantamento de campo realizado no perímetro - observação e análise expostas nos capítulos 1 a 5;
- bibliografia levantada sobre o tema e mencionada ao longo da tese;
- projetos de lei analisados no capítulo 5;
- entrevistas realizadas com 12 lideranças de trabalhadores, coordenadores de sindicatos ou associações da categoria;

Figura 120- fonte: jornal O Estado de São Paulo. "A burocracia e o aumento da informalidade". 24 de Novembro 2003

O déficit de representatividade direta, ou seja, a ausência de canais de participação direta dos líderes) é o principal fator para as relações de dependência e exploração da clandestinidade, conforme análise no capítulo 3. As propostas das lideranças dos trabalhadores recebem, portanto, maior destaque neste capítulo. As CPAs (Comissões Permanentes de Ambulantes) em cada subprefeitura somente autorizam 2 das 12 lideranças existentes na região.

Para as 12 lideranças entrevistadas que atuam na área central do Município de São Paulo, o maior desafio é formular uma política nacional que caminhe em direção à desprecarização do exercício da atividade e do estabelecimento de relações mais transparentes entre o trabalhador e o Poder Público.

A maior dificuldade é reunir os diferentes perfis de atuações e posicionamentos políticos das várias lideranças. Hoje existe uma intensa fragmentação, na categoria, bem como uma fraca comunicação entre as mesmas. Algumas lideranças competem entre si para disputar no mesmo terreno político, a legitimidade dos votos e filiação de trabalhadores de rua.

Nenhuma delas espera, no entanto, que haja um consenso, uma vez que existem diferentes objetivos e interesses, mas reivindicam um espaço onde todas as vozes sejam legitimadas. Lideranças entrevistadas:

1. Juarez - líder dos Movimento dos Ambulantes de São Paulo;
2. Chico do Beco - integrante do Movimento dos Ambulantes de São Paulo;
3. Alcides - presidente do Sindicato dos Permissionários do município de São Paulo;
4. Bernadete de Lima - representante do Sindicato dos trabalhadores da Economia Informal CUT-SP - sessão centro;
5. Sampaio - coordenador geral do Sindicato dos trabalhadores da Economia Informal CUT-SP;
6. Josefa - presidente do Sindicato dos trabalhadores deficientes visuais do município de São Paulo;
7. Maldonado - ex-líder do Sindicato dos trabalhadores da Economia Informal CUT-SP;
8. José Arthur Aguiar - Associação dos Camelôs e Autônomos do Estado de São Paulo;
9. Amílcar - líder da TASP - sindicato de Trabalhadores ambulantes do Município de São Paulo;
10. Armando - líder da Confederação Nacional dos Ambulantes;
11. Isabel - ex-líder do Sindicato dos trabalhadores da Economia Informal CUT-SP;

Figura 121- fonte: jornal O Estado de São Paulo. "Quero trabalhar honestamente". 05 de Junho de 2005

12. Otávio - ex-líder do Sindicato dos trabalhadores da Economia Informal CUT-SP.

1. Regulação da atividade e a importância de uma política nacional

a. DEFINIÇÃO DA ATIVIDADE

O direito à geração de renda é um direito garantido não só pela Declaração Universal dos Direitos Humanos como pela Constituição Federal. O objetivo de uma regulação incluyente é prover *status* legal à atividade e ao trabalhador, sem o qual, ele fica vulnerável às arbitrariedades descritas nos capítulos anteriores.

No capítulo 5 discuto a resistência em nomeá-la "economia solidária", uma vez que a cadeia de produção e intermediação não passa somente por redes nacionais. Quanto à cadeia de venda até o destino final nas mãos do consumidor, é possível que as cooperativas possam promover uma melhor distribuição dos ônus e bônus com isonomia entre os integrantes desta atividade. Discutiremos adiante neste capítulo.

Nos dois projetos de lei analisados no capítulo anterior, um coloca como definição alternativa "comércio popular", outro como "economia popular". A geração de renda nos espaços públicos não se restringe somente à comercialização de produtos. Levantamos em campo que ocupar a rua e gerar renda se estende também a diferentes tipos de *performances*: mágica, discurso religioso, música, etc.

Em resumo, parece mais correto denominarmos "economia popular", pela heterogeneidade das manifestações, e também pelo acesso democrático às mercadorias e aos serviços por um preço inferior ao mercado formal e proporcional à capacidade de consumo de grande parcela da população. Concluindo, sejam eles comerciantes ou "*performers*", ambos se submeteriam a uma regulamentação criteriosa, respeitando suas especificidades.

b. DEFINIÇÃO DO TRABALHADOR

b1- Definição

Até o presente momento, todas as leis anteriores, bem como os dois projetos de lei mais significativos analisados no capítulo 5, formularam uma espécie de reserva de mercado para

trabalhadores, seja em função de sua fragilidade econômica, seja pela dificuldade de inserção no mercado de trabalho devido à sua restrição física.

O levantamento de campo, entretanto, demonstra que a atividade não é sinônimo de pobreza. Há uma grande variação do ponto de vista da geração de renda, principalmente no Centro de São Paulo, onde há grande demanda de consumidores.

Selecionar o trabalhador do ponto de vista de sua “vulnerabilidade social”, conforme determina o projeto de lei da gestão de Marta Suplicy (2000-2004), não parece verossímil. Não há como partir do zero e criar uma reserva de mercado aos mais pobres, uma vez que, existem vários grupos de trabalhadores de rua econômica e politicamente influentes, conforme levantamos em campo. Esta complexidade e diversidade precisam ser contempladas na lei, ou tais medidas “exclusivistas” podem passar por políticas “bem intencionadas” e inócuas.

b2- Diferenciação entre trabalhador fixo e itinerante

A legislação em vigor não faz a diferenciação entre os trabalhadores com ponto fixo e os itinerantes. O capítulo 2 demonstra diferentes estratégias do trabalhador itinerante: planejamento da atuação, da circulação e das paradas. Ambos os projetos de lei analisados no capítulo anterior consideram a importância não só da categorização, como também da definição de autorização específica e área de atuação aos trabalhadores itinerantes.

b3- Auxiliar

A legislação atual restringe trabalhadores auxiliares ao portador da autorização somente aos deficientes físicos de natureza grave e de capacidade reduzida. Os projetos de lei analisados no capítulo anterior identificam a importância dos auxiliares, apesar de somente um deles restringir o número para dois ajudantes, independente da sua condição física ou condição econômica.

A restrição para um número reduzido de auxiliares desconsidera uma cadeia complexa de trabalhadores que auxiliam não só na venda, como também na distribuição de mercadorias, comunicação, segurança, divulgação e administração do negócio na rua. Caso haja uma grande concentração na rua, o número poderia ser negociado dentro do âmbito dos canais participativos que exponho a seguir.

polêmica número 1:

demanda de trabalhadores x oferta de espaço

O desafio de uma política includente é enfrentar o problema da disputa pelos melhores espaços, ou seja, resolver a brutal diferença entre o número de trabalhadores interessados nos pontos mais lucrativos e a capacidade suportável no espaço público. A política nacional para os trabalhadores de rua da Índia, por exemplo, coloca como solução a exigência de taxas mais altas ou loteria nos espaços mais disputados.

A prefeitura municipal de Los Angeles também aplicou a mesma política na praia de Venice, tradicional área de comércio de rua, famosa pelas *performances* de discursos políticos, hippies e veteranos de guerra. A associação dos trabalhadores protestou radicalmente contra o sistema de loteria porque não respeita a antiguidade de alguns deles, que estão há algumas décadas no local.

Os projetos de lei estudados e a legislação atual no capítulo anterior determinam a seleção das permissões em função da antiguidade no serviço.

c. AUTORIZAÇÃO PARA A ATIVIDADE

c1- Tipo de autorização

Atualmente, a permissão ao trabalhador na rua é igual, por exemplo à permissão das bancas de jornais - o Termo de Permissão de uso pelo espaço público (TPU). Na medida em que a atividade ganhou complexidade e especificidade, valeria apenas discutir a alteração não só do nome da permissão, como agregar atributos - direitos e deveres diferentes.

Um exemplo de uma característica específica é a diferenciação expressa nos projetos de lei analisados no capítulo anterior: dois tipos de “permissões”: uma, aos trabalhadores de ponto fixo e móvel; e outra, a “autorização” aos itinerantes.

c2- Características

Atualmente há somente um valor pago pela licença ao Executivo - R\$670,00 por ano. O capítulo 2 demonstra que existe uma considerável diferença de ganhos diários entre os trabalhadores. Do ponto de vista da ocupação de um espaço de uso público, parece sensato que a permissão seja onerosa. Entretanto, podem existir diferentes valores a serem discutidos e negociados com a categoria.

Na legislação em vigor no município de São Paulo, há um prazo de validade da permissão, que varia de acordo com as categorias de aptidão física: Para os deficientes físicos de natureza grave, 03 anos; de capacidade reduzida, 02 anos; e para os fisicamente capazes, apenas 1 ano. Este artigo possui a seguinte justificativa:

Com o objetivo de se criar oportunidade permanente às pessoas que desejam iniciar-se nesta atividade e de se **induzir aos permissionários a se prepararem para exercer a atividade formal** (grifo meu) do comércio e de seu ramo de negócio, ficam estabelecidos os seguintes prazos máximos para as permissões (...). (DECRETO 42.600/2002)

Na prática, os trabalhadores precisam renovar periodicamente. Estipular um prazo tão restrito para a atividade, em um país de mercado de trabalho excludente é claramente uma medida inócua. Na política nacional para a atividade na Índia, por exemplo, os trabalhadores devem portar um “Cartão de Identidade” do trabalhador na rua que deve ser renovado a cada 3 anos.

Figura 122- fonte: jornal O Estado de São Paulo. "Camelô leva flores e pássaros à 23 de Maio". 18 de Setembro de 2003

Com o intuito de amparar institucionalmente o início do negócio, Dyrness (2001) sugere os seguintes incentivos ao trabalhador de rua:

- permissão temporária enquanto a permissão permanente não estiver pronta;
- 50% de desconto na primeira anuidade até que a atividade esteja mais consolidada;
- aceleração do processo burocrático de licença;
- a participação em uma instituição (governamental ou não-governamental; ou ambas) que proverá os suporte necessários;
- oportunidade para vender os produtos em vários eventos culturais em outros lugares da cidade.

Para Dyrness (2001), o critério de seleção para as autorizações pode passar por um processo amplamente negociado dentro da categoria:

- a aplicação do cadastro deve ser simples e um amplo anúncio público deve ser feito;
- critérios devem discutidos e negociados com os atores envolvidos;
- um contrato pode ser feito, cujo conteúdo deve: estabelecer os direitos e deveres de ambas as partes envolvidas: agências governamentais, ONGs, associações da categoria e dos próprios trabalhadores; incluir horas de operação, quem deve usar a permissão, tipo de mercadoria permitida e modo de manipulação, estoque e forma de disposição; e, por fim, estabelecer quais as taxas que devem ser pagas e os critérios de aplicação. (DYRNESS, 2001)

c3- Restrições e obrigações

Uma liderança da categoria entrevistada levantou a hipótese da permissão não ser um título precário, com intenção de evitar que o trabalhador fique vulnerável à qualquer injunção política, ou seja, à mercê da extinção arbitrária por meio de decreto do Executivo.

Segundo esta liderança, o trabalhador que investe no seu negócio tem direito a pelo menos alguma garantia mínima, para ele que consiga planejar o futuro. Apesar de tratar-se de uso do espaço público para interesses particulares por meio de concessão onerosa, pode incluir algumas garantias através de um contrato com o Poder Público. Tais garantias poderiam ser negociadas no âmbito dos canais participativos, que discuto a seguir.

A concessão da permissão poderia, por exemplo, estar submetida ao cumprimento das normas sanitárias, como sugeriu em entrevista outro representante de um sindicato.

c4- Posse do título

O projeto de lei formulado durante a gestão de Marta Suplicy (2000-2004) introduz a possibilidade da autorização ser coletiva. Até então, todas as leis anteriores sempre determinavam que a permissão fosse individual. A proposta da responsabilidade cair sobre um grupo e não sobre um indivíduo isoladamente parece muito próximo do que acontece na prática. A formação de grupos, conforme exposto no capítulo 2, é uma estratégia para diferentes fins: avisar sobre a fiscalização, dividir despesas em relação à segurança, etc. Para aumentar as possibilidades de licenças, alguns trabalhadores chegavam até a copiar a própria e distribuía a alguns colegas.

A reivindicação pela permissão coletiva foi feito por algumas lideranças da categoria que defendem o controle entre os próprios trabalhadores. O número máximo de integrantes, bem como sua ocupação seriam determinados pelo plano urbanístico e negociados com a categoria.

c5- Transferência da autorização

As leis até o presente momento não permitem a transferência da permissão concedida pelo Executivo. Ambos os projetos de lei analisados no capítulo 5 abrem a possibilidade desta transferência ser controlada pelos conselhos que regeriam a atividade. A inclusão deste item foi uma reivindicação dos próprios trabalhadores ao executivo durante a gestão de Marta Suplicy (2000-2004), cuja justificativa é permitir uma maior flexibilidade no exercício da atividade.

c6- Cadastramento

Os projetos de lei analisados determinam um prazo para o cadastramento dos trabalhadores, para que sejam definidas as áreas de atuação e o Plano Urbano Local. O cadastramento é fundamental, sem o qual a regulação ficaria absoluta inócua.

c7- Processo de seleção e concessão

O projeto de lei 1017/1997 de José Eduardo Cardozo detalha o processo de seleção e

concessão das permissões, bem como os critérios que seriam avaliados. A diferença com o projeto de lei elaborado durante a gestão de Marta Suplicy (2000-2004) é a exigência dele ser acompanhado por uma comissão independente, para que sejam evitadas arbitrariedades.

Este é um item fundamental, uma vez que, atualmente, os títulos concedidos são submetidos à influência política de sindicatos ou de funcionários públicos do Executivo ou Legislativo. Para que a concessão fique livre de relações clientelistas, é necessário que o processo seja transparente.

d. NECESSIDADE DE UMA POLÍTICA NACIONAL

Segundo a OIT (2002), a informalidade é caracterizada por ser uma economia de risco, ou seja, o trabalhador fica totalmente exposto aos riscos sociais que caminham em extensão à família e à própria comunidade. Conforme é argumentado no capítulo 4, a cidadania estar associada à ocupação registrada do trabalho, exclui toda a parcela de trabalhadores informais e os benefícios associados ao emprego formal. A formulação de uma política nacional específica para a categoria traria diretrizes de proteção e também promoção da atividade.

O risco da ausência de legislação em escala nacional dá margem a alguns abusos e violação de direitos por parte dos governos locais. Segundo Skinner (1999), está claro que a legitimação da atividade é um importante passo inicial para a construção da segurança e estabilidade da atividade.

Os catadores de material reciclável no Brasil, conseguiram se organizar em âmbito nacional e elegeram democraticamente os representantes de uma comissão nacional que formulou em 2001 a "Carta de Brasília". Este documento, encaminhado ao Congresso nacional neste mesmo ano, estava no contexto da formulação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e Saneamento do Governo Federal. Para a categoria, não fazia sentido a reciclagem não estar incluída no contexto das políticas urbanas diretamente relacionadas à atividade.

Infelizmente, no Brasil a categoria dos trabalhadores de rua ainda não se uniu para formular diretrizes que protejam e promovam a atividade. Países como a África do Sul e Índia já avançaram neste sentido. Na África do Sul, por exemplo, o reconhecimento dos comerciantes de rua foi desenhado em uma lei nacional criada em 1991 - *The Business Act*. Essa lei foi um claro indicativo de uma mudança na forma como as autoridades enfrentaram a atividade: uma economia passível de ser regulamentada e locais de trabalho planejados. (SKINNER, 1999)

Figura 123- fonte: jornal O Estado de São Paulo. "Contra INSS, ambulante tentar sequestrar Boeing". 13 de Novembro de 2002

O Governo da Índia organizou uma oficina nacional em maio de 2001 que resultou no documento "Esforço nacional para os trabalhadores de rua". Este documento culminou em uma política nacional que foi assinada pelo Ministro do Emprego Urbano e Redução da Pobreza e recebido pelo Governo da Índia no dia 20 de Janeiro de 2004. (WIEGO, 2006)

Conforme levantamento realizado em campo, pouquíssimos trabalhadores declararam contribuir com o INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social). Os únicos que declaram são aqueles que, de alguma forma, estão organizados minimamente de forma coletiva, vinculados a sindicatos ou não. O mesmo não acontece com a imensa maioria de trabalhadores cujo futuro não está amparado.

Segundo José Pastore (2000): "Há que se pensar na criação de proteções atreladas aos seres humanos – 'proteções portáteis' – e não à condição de trabalho. Isso requer uma arquitetura de regras que permita às pessoas entrar e reentrar nos vários nichos de mercado, mantendo um mínimo de proteção." É necessário, portanto, uma permanente interlocução entre todas as esferas para que a barganha seja coletiva, segundo Pastore (2000):

Mudar a legislação trabalhista na direção proposta, envolve mais arte do que técnica, mais política do que economia. O sistema brasileiro de cunhagem de leis tende a ouvir apenas os que estão protegidos pelo sistema atual, deixando de lado os que mais precisam de proteção - os desempregados e os integrantes da informalidade. Por falta de organização, os excluídos são condenados a ficar na exclusão.

Contrariando a situação predominante de diversos países com ausência absoluta de políticas de proteção por parte do Poder Público em relação à informalidade, podemos citar ao menos um exemplo de condução de políticas no mercado informal de trabalho. O governo municipal de Xangai, por exemplo, iniciou um programa a partir da metade da década de 90 de apoio ao auto-empregador. O incentivo começava pela formação de unidades econômicas constituídas de núcleos individuais de auto-emprego ou grupos organizados de trabalho registrados no Governo. Essas unidades econômicas recebiam assistência técnica, subsídios para despesas pessoais e complementares do negócio, assim como assistência médica. (OIT, 2001)

O perfil do programa, no entanto, não era somente compensatório, funcionava como um sistema de trocas: o trabalhador era obrigado a contribuir periodicamente para, dessa forma, estar incluído no sistema de seguridade social básica da cidade e estar preliminarmente isento dos tributos nos primeiros 3 anos. Além disso, o programa também incluía a participação de agências

Figura 124- fonte: Jornal O Estado de São Paulo. "Universe dos camelôs inspira Arte/Cidade". 05 de Fevereiro de 2002

das comunidades locais na promoção de empregos.

Este exemplo mostra que o Estado pode orientar e conduzir alternativas de geração de renda com proteção social, porém não mais no formato do "Estado do Bem Estar Social" paternalista. Nesse sentido, o Poder Público passa do papel de provedor para articulador de uma rede de apoio institucional com a sociedade.

A legalização da atividade não corresponde à legalização do ponto na rua. O trabalhador, uma vez legitimado, terá direitos e deveres diferentes do trabalhador no mercado formal de trabalho. O conteúdo dos direitos e deveres, porém, devem ser formatados em uma ampla consulta à categoria.

Segundo McGregor-Mirghani (1994), a desburocratização dos processos também inclui a facilidade do acesso e entendimento das informações quanto ao procedimento de regulamentação da atividade. No caso do mercado de rua do Harlem em Nova Iorque, por exemplo, não há informações em outras línguas. Por essa razão, fica muito difícil para o recém-imigrante sair da sua condição de clandestinidade. Para Skinner (1999), tornar a legislação acessível e compreensível é um desafio: os sindicatos podem, por exemplo, conduzir oficinas que possam explicar a legislação.

McGregor-Mirghani (1994) destaca, sobretudo, o caráter étnico-cultural da atividade na experiência por ela investigada no Harlem, em Nova Iorque. Como a maioria dos vendedores são africanos e os produtos refletem os produtos do país de origem, ela acredita que devem ser levantados os aspectos antropológicos da atividade na rua no desenho dos programas.

2. Gestão e monitoramento da atividade

a. DESBUROCRATIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO CENTRALIZADA NO ÂMBITO DO EXECUTIVO

Segundo Dyrness (2001), a dispersão em várias agências é um dos grandes entraves para o desenvolvimento de uma política coerente. Em Nova Iorque por exemplo, são 10 agências que cuidam da questão. Na cidade de São Paulo, pelo menos 3 instâncias são envolvidas: as secretarias do Trabalho, Assistência Social e Abastecimento, além das subprefeituras que fazem a zeladoria da atividade.

Na reportagem publicada no dia 29 de Outubro de 2005 (figura 114 capítulo 5), a fiscalização

Figura 125- fonte: Jornal Folha de São Paulo. "Projeto da nova 25 de Março exclui camelôs". 24 de Março de 2001

do comércio de rua na avenida Paulista, por exemplo, antes coordenada por 3 subprefeituras e hoje concentrada apenas na Sé, ainda é ineficiente e fragmentada. De um lado da avenida - fiscalização rigorosa; de outro, afrouxamento. A estratégia do trabalhador relatada na reportagem para escapar dos fiscais é muito simples - ele apenas atravessa a avenida.

Com o intuito de evitar a sobreposição de responsabilidades e também para que o trabalhador não pule de departamento em departamento para resolver questões específicas do exercício da sua atividade, o ideal seria a centralização em apenas uma agência governamental ou conselho com responsabilidade sobre a atividade.

Na experiência relatada no capítulo 5 - o parque *Mac Arthur* em Los Angeles, as duas instituições que protagonizaram a organização do comércio de rua em 1994 foram a Câmara Municipal e o Departamento de Desenvolvimento Comunitário, ligado ao Executivo. Segundo Dyrness (2001), o êxito inicial do projeto em *Mac Arthur* se deu, sobretudo, devido ao protagonismo de um vereador que construiu as alianças políticas necessárias e tinha sensibilidade para a questão. Um gestor, para ela, deveria ter as seguintes qualidades:

- conhecimento amplo sobre o setor informal e o comércio de rua;
- consciência das questões antropológicas relativas à atividade, como raça, gênero e disputa de poder;
- habilidade para negociar com os diversos âmbitos institucionais, agências governamentais, ONGs e as associações da categoria.

Em Johannesburgo, na África do Sul, há um departamento diferenciado que cuida estritamente do comércio de rua e que está subordinado diretamente à Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Esse departamento garante que a regulação da atividade permaneça incluída nos planos diretores da cidade a longo prazo. O *Local Economic Department*, como é denominado, elabora os projetos em duas vertentes: desenvolvimento do empreendimento e conexão com as estruturas produtivas locais. Os projetos se iniciam com a demarcação dos locais para o exercício do comércio na rua até o detalhamento completo da infra-estrutura necessária. (SKINNER, 1999)

b. A QUESTÃO (OU PROBLEMA?) DA GESTÃO COMPARTILHADA

Discutimos no capítulo 4 a gestão dos recursos públicos pelas organizações não-

Solução para especialistas e disciplinar o comércio informal

Proposta é organizar os camelôs de forma a que saiam da ilegalidade sem excluí-los socialmente

WANICK DONGUETTI

Economistas, empresários e até políticos que defendem posições completamente antagônicas conseguem concordar com uma questão sobre os camelôs: a principal solução para o comércio informal passa pela disciplina. Organizar os de forma com que saiam da ilegalidade sem excluí-los socialmente é a principal tarefa do Poder Público para essa questão nos próximos anos.

Com o atual nível de desemprego na Grande São Paulo correspondendo a 1,7 milhão de desempregados da população economicamente ativa de 8,9 milhões de pessoas, o comércio informal passou a ser, nos últimos anos, a tábua de salvação da mão-de-obra mal qualificada. Para não cair na criminalidade e dar sustento à família, a venda de

do. Segundo ele, na ilegalidade, o camelô não paga imposto, prejudica o comércio formal, diminui a arrecadação do governo, que consequentemente passa a investir menos nas questões sociais. Ele acha que programas de geração de renda com prestação de serviços à comunidade também reduziriam o número de camelôs e trariam mais cidadania. "O camelô não gosta de ser camelô, ele só quer é ter renda para sustentar a família."

Turismo – O economista Emilio Alfieri, da Associação Comercial de São Paulo, diz que a saída passa pela regularização de pontos, enquadramento como microempresários, pagamento de impostos e substituição de produtos contrabandeados pela venda de artigos de artesanato e voltados ao turismo.

O vereador Miguel Colassanino (PMDB) diz que disciplinar esse comércio, circunscrevê-lo a determinados pontos e regulamentá-lo é a solução ideal. "É um fenômeno mais cultural do que econômico, porque o fluxo migratório para São Paulo trouxe muitas pessoas acostumadas com essa atividade nas cidades de origem." Segundo ele, o comércio nas ruas deveria ser limitado às feiras de artesanato, como as da Liberdade e da Praça Benedito Calisto.

A líder do PT na Câmara, Aldina Spisari, concorda que é necessário disciplinar para ter respeito ao espaço público e ao pedestre, mas acha que precisa mudar o patamar de clandestinidade e regulamentar a atividade de comércio nas vias públicas, como ocorre com bancas de jornais. A regulamentação definiria que produtos, onde poderiam ser vendidos e quantos ambulantes teriam a concessão, além de incentivar a venda de artigos voltados ao turismo.

**TURISMO E
ARTESANATO
TAMBÉM SÃO
INDICADOS**

Para Odor Grinew, presidente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e coordenador-geral da Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (Cives), são três as propostas para diminuir o número de camelôs na cidade: criar política social, que ampare o desemprego econômico, que seja geradora de empregos; também a de facilitação à regulamentação. "Estamos vivendo o pior dos mundos, porque em países com índices de desemprego equivalente, há um emprego maior ao desempre-

governamentais, as ONGs, e o risco de construção de parâmetros particulares para acesso aos benefícios. A questão da gestão compartilhada deve ser cuidadosamente colocada no âmbito do comércio informal de rua, na medida em que a experiência de participação de ONGs ou "comunidades" nas políticas públicas refletiu posições extremamente refratárias à atividade. (ver capítulo 4)

Há uma larga literatura entorno de conceitos como "economia solidária" ou "participação cidadã", cuja unanimidade tem sido posta à prova. Posições exageradamente otimistas em relação à participação das ONGs ou comunidades começam a ser relativizadas na medida em que são espacializadas a discrepância de assistência de uma região para outra da cidade e de um grupo-alvo para outro, refletindo um caráter altamente seletivo.

Infelizmente não foi encontrada, até o presente momento, uma sistematização da atuação das ONGs ou "comunidades" na cidade de São Paulo. Há indícios, no entanto, que tais ações se concentram primordialmente próximas aos bairros nobres da cidade. A seguir, discutiremos o papel das ONGs no suporte técnico e jurídico à categoria.

c. FORMULAÇÃO DE INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Para Milton Santos, a distribuição geográfica da cidadania também é irregular: "O valor do indivíduo depende, em larga escala, do lugar onde está. Em nosso país, o acesso aos bens e serviços essenciais, públicos e até mesmo privados é tão diferencial e contrastante, que uma grande maioria de brasileiros, no campo e na cidade, acaba por ser privada desses bens e serviços. Às vezes, tais bens e serviços simplesmente não existem na área, às vezes não podem ser alcançados por questão de tempo e dinheiro." (SANTOS, M., 1987)

Vimos acima que o perigo da gestão compartilhada com ONGs é a seleção de algumas localidades em detrimento de outras. Nesse sentido, é impossível imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente territorial:

Há num extremo, os que podem utilizar todos os recursos aí presentes. Na outra extremidade, ficam os prisioneiros do lugar, isto é, dos preços e das carências locais. Para estes, a rede urbana é uma realidade onírica, pertence ao domínio do sonho insatisfeito, embora também seja uma realidade objetiva. Para muitos a rede urbana existente e a rede de serviços corresponde são apenas reais para os outros. Por isso, são cidadãos diminuídos, incompletos. (SANTOS, M., 1987)

Figura 126- fonte: Jornal O Estado de São Paulo. "Solução para especialistas e disciplinar o comércio informal". 17 de Dezembro de 1999

A importância dos indicadores de avaliação e monitoramento da atividade são justificados pelas inúmeras discrepâncias das condições de trabalho e acesso às infra-estruturas urbanas expressas nos capítulos anteriores.

A avaliação do resultados dos indicadores, bem como a formulação e orientação dos programas destinados à atividade, em função da diminuição destas diferenças e o estabelecimento de um padrão justo para o exercício da atividade deveriam ser discutidos nos canais participativos. Enumeramos aqui alguns indicadores de monitoramento e avaliação, que poderiam ser expressos em mapas ou gráficos:

1. Número de trabalhadores de rua cadastrados x número estimado existente por subprefeitura e distrito;
2. Zoneamento da atividade no espaço público por tipo de mercadoria, serviço ou atividade;
3. Ocupação da atividade nos espaços públicos durante a semana x final de semana;
4. Relação entre atividade exercida na rua x atividades e usos no espaço privado;
5. Ganho diário/mensal por permissão/autorização individual ou coletivo;
6. Relação dos fluxos de transporte metropolitanos x ocupação no espaço público ou centros de economia popular;
7. Volume de pedestres (nível de serviço) x ocupação no espaço público ou centros de economia popular;
8. Relação entre trabalhadores de rua com ponto fixo (equipamento fixo)/ móvel (equipamento desmontável) x trabalhadores itinerantes;
9. Cadeias de produção, intermediação e venda de mercadorias;
10. Variação da ocupação nos espaços públicos durante o dia;
11. Ocupação nos espaços públicos por *performers* (músicos, religiosos, mágicos, etc.);
12. Ocupação nos espaços públicos de indivíduos que servem de suporte de informações, anúncios ou serviços.

Podemos acrescentar ainda outros aspectos não analisados no capítulo 2, mas que são

polêmica número 2:

cotas nos conselhos - reserva para determinadas categorias

A política nacional da Índia, por exemplo, exige que 1/3 dos representantes no Conselho Municipal sejam mulheres. Na legislação em vigor no município de São Paulo, existe a reserva de pontos para os deficientes físicos. Como ficaria a representação destas categorias nos Conselhos?

de suma importância para avaliação da qualidade do ambiente de trabalho e dos serviços prestados à população:

13. Indicadores de funcionamento das infra-estruturas básicas para o exercício da atividade (energia elétrica, iluminação, segurança e sanitários);
14. Índices do cumprimento das normas sanitárias;
15. Transporte e locais de armazenamento do equipamento e das mercadorias;
16. Aspectos étnico-culturais da atividade nos espaços públicos ou centro de comércio popular.

3. Canais de negociação permanentes e democráticos

a. INSTÂNCIAS MEDIADORAS

Um dos fatores precarizantes da atividade é a ausência de uma instância mediadora dos conflitos. Nesse contexto em que nada é estabelecido ou acordado, predomina a formação de leis paralelas onde prevalece a lei do mais forte. A maioria da literatura encontrada sobre o tema indica a importância de uma instância neutra que possa arbitrar sobre os impasses que possam existir tanto dentro da categoria, quanto da relação com o Poder Público e a sociedade.

Uma das propostas discutidas pelos projetos de lei 1017/1997 e do Executivo gestão Marta Suplicy é a criação de uma "Conselho Municipal" para a atividade, constituído por representantes da categoria, Poder Público e sociedade civil. As CPAs (Comissões Permanentes de Ambulantes) hoje atuantes em cada subprefeitura possuem maior representação do Governo e sociedade civil que os trabalhadores.

Para Skinner (1999), uma representação legitimada pelas várias categorias de trabalhadores de rua é crucial. Para ela, é mais provável que os integrantes do conselho que pertencem ao setor formal e as associações mais estruturadas exerçam uma influência maior.

A maioria dos bolsões direcionados ao comércio informal na cidade de Johannesburg, por exemplo, não são gerenciados pela Prefeitura e sim por iniciativas particulares. São basicamente três alternativas de gestão privada: a primeira, proprietários de terrenos formulam o empreendimento e o sustentam através da cobrança de aluguel dos espaços para o comerciantes. A segunda, o

polêmica número 3:

quando há a necessidade de retirada do trabalhador do espaço público

Se o plano urbano determinar um número restrito de trabalhadores em determinado espaço público e se houver desobediência desta regra, qual deve ser o procedimento do Poder Público? A conduta realizada hoje é a apreensão somente da mercadoria, seguida de repressão por parte da Guarda Civil municipal, Polícia Civil e, em alguns casos, da Polícia Federal. Como descriminalizar a atividade na rua, apesar da ocupação clandestina no espaço?

conselho dos BIDs - *Business Improvement Districts* - formulam e coordenam os espaços de trabalho. A terceira alternativa é a gestão pelo sindicato ou associação que aluga o terreno público ou privado para implantar um centro de comércio popular. (SKINNER, 1999)

A ausência total do Estado na formulação, gestão e manutenção dos programas não pode ser desejável. Nesses casos, há o risco da exclusão de comerciantes de rua economicamente mais frágeis. Além disso, podem ser ignoradas questões mais específicas de gênero, raça e disputas pelos pontos mais lucrativos entre os próprios trabalhadores.

Um dos erros indetificados que traduzem a inoperância das políticas é tentar perpetuar o individualismo que eles já praticavam nas ruas. A participação das diversas representações tem um ônus, uma vez que implica uma série de negociações muito difíceis, cujo êxito muitas vezes ultrapassa uma gestão.

A participação popular não significa, porém, a fabricação de um consenso que esterilize conflitos – e sim uma convivência democrática com as diferenças em uma permanente interlocução. Segundo Hanna Arendt (1981) é no espaço público onde é possível dar visibilidade aos conflitos e exercer uma 'arte da negociação' liberada das amarras jurídicas e burocráticas do Estado. Para Chomsky: "estamos longe de nos considerarmos uma sociedade democrática: são muitos os instrumentos da violência, sejam institucionais ou constitucionais". (CHOMSKY, 1974) A garantia que este espaço seja permanentemente democrático ainda é muito frágil.

O desafio é constituir espaços públicos nos quais as diferenças possam se expressar em uma sempre renovada negociação. Partir de um território onde as diferenças possam ser legítimas, significa reconhecê-las para que elas não se fragmentem em interesses particulares e auto-referenciados. Para Kowarick, a reivindicação de direitos não é uma batalha isolada:

Mas a constância dessas lutas, no mais das vezes, permanece num âmbito político politicamente estreito: malgrado sua combatitividade, não conseguem transformar em movimentos populares, ou seja, adicionar múltiplas esferas reivindicativas, que se transformam em forças coletivas capazes de conquistar amplos espaços políticos. (KOWARICK, 1983)

As políticas devem armar-se de um repertório - um conhecimento sobre a problemática - **pactuado**, ou seja, a partir da interlocução com as pessoas diretamente envolvidas, considerando a ampla representatividade de cada uma delas. Para Rolnik (2001):

Figura 127- fonte: Jornal Folha de São Paulo. "Camelôs resistem ao calor e à comida". 03 de Dezembro de 1998

É importante compreendermos que a dramática situação atual das cidades brasileiras é fruto, entre outros fatores, de uma prática de gestão urbana, bem definida e altamente disseminada em quase todas as cidades, caracterizada por um planejamento urbano isolado da gestão e dos processos decisórios relativos à regulação urbanística. À essa característica alia-se também o baixíssimo nível de interlocução do poder público com os diversos segmentos da sociedade, salvo setores muito preciso que têm sua atividade profissional e econômica diretamente ligada à produção material da cidade (engenheiros e arquitetos, empreiteiros, loteadores, incorporadores, etc).

Nesse sentido, a interlocução com a categoria é fundamental, pois a construção das prioridades é sobretudo política, e deve ser negociada de forma transparente e ampla. O Estatuto da Cidade prevê os seguintes "Instrumentos de Democratização da Gestão Urbana": órgãos colegiados de política urbana; debates, audiências e consultas públicas; conferências sobre assuntos de interesse urbano.

Como a capacidade associativa ainda é muito fraca e os trabalhadores não compõem um corpo coletivo, dificilmente conseguem negociar. Organização é crucial na negociação com os governos para que sejam aprovadas as taxas apropriadas à categoria. O governo local, segundo a OIT, precisa acompanhar o processo de organização e representatividade na economia informal com o intuito de garantir reconhecimento e legitimidade. Além disso, precisa garantir permanentemente o livre direito de associação, sem distinção. (OIT, 2001)

Elos de família, amizade ou companheirismo são mais fortes do que a solidariedade de classe entre os trabalhadores de rua, daí a dificuldade deles enxergarem benefícios na vinculação às entidades representativas. Muitos deles, absorvidos pela batalha de conseguir a renda diária em jornadas estafantes, têm dificuldade de se engajarem. "Recrutar" trabalhadores para se associarem coletivamente deve ser, no mínimo, inovador, diferente dos grandes movimentos sindicais de massa, que testemunhamos na década de 1970 no Brasil.

Entretanto, o status dos sindicatos não está tão garantido, segundo entrevista do Secretário do Ministério do Trabalho Osvaldo Bargas (CARTA CAPITAL, 2004 - reportagens anexas). A proliferação de sindicatos não acompanhou a filiação dos trabalhadores a eles: "Segundo o IBGE divulgado em fevereiro de 2004, de 1991 a 2001 o número de entidades aumentou 49%. Já o número de associados a sindicatos cresceu numa velocidade bem mais lenta, apenas 22% na mesma década". A facilidade de criar um sindicato hoje, segundo Bargas, resulta na proliferação de inúmeros "sindicatos de fachada" que, apesar de se beneficiarem da contribuição sindical de cada

trabalhador, não revertem em benefícios para os próprios filiados. O Secretário admitia, em 2004, eliminar cerca de 1/3 dos sindicatos com a reforma trabalhista e sindical.

É impossível pensar hoje o modelo das CPAs (Comissão Permanente de Ambulantes) como canal democrático. Nas CPAs a representatividade dos líderes é bastante incipiente comparada à quantidade de trabalhadores informais. Não pode ser razoável que em torno de 8 mil trabalhadores no Centro de São Paulo sejam representados por no máximo cinco representantes nas CPAs, como determina a legislação e, na prática, por apenas dois.

Além disso, há pelo menos 9 associações da categoria só no Centro de São Paulo. De acordo com as entrevistas realizadas no levantamento de campo, os trabalhadores não vêem vantagens em associar-se. Por esse motivo, a representatividade desses líderes fica muito comprometida. Qualquer decisão tomada não terá ressonância à grande maioria dos trabalhadores informais de rua. Além disso, são grandes as divergências entre as várias associações e sindicatos. A disputa pelos melhores pontos na rua entre as associações reforça ainda mais a competitividade no território.

Para evitar o risco de cooptação de alguns sindicatos pelo Governo em troca de melhores benefícios, todas as decisões devem passar por um colegiado - o conselho, por exemplo, e votadas de forma transparente.

A formação de entidades nacionais de defesa e promoção dos direitos dos comerciantes e trabalhadores de rua também é fundamental na negociação de políticas federais. Na Itália há uma larga tradição de ativismo: a Associação Nacional de Vendedores Ambulantes, por exemplo, criada em 1947, já acumula 80.000 membros em 180 organizações. (DYRNESS, 2001)

As entrevistas realizadas com as 12 lideranças e ex-lideranças da categoria apontaram os seguintes papéis aos representantes dos trabalhadores:

- Garantir da proteção constitucional de direitos fundamentais dos trabalhadores em extensão aos comerciantes de rua;
- Elaborar programas de treinamento e monitoramento contra abusos de autoridades;
- Pressionar o Executivo para a formulação de programas de seguridade social coletivos;
- Promover barganha coletiva em diversos canais participativos e a participação na formulação das políticas apropriadas às suas realidades;

Figura 128- fonte: Jornal O Estado de São Paulo. "Com fim das blitzes, camelôs voltam com tudo ao Centro". 21 de Junho de 2005

- Buscar inanciamento federal para a construção de mercados com infra-estruturas apropriadas e seguras ao comércio;
- Assegurar a participação da categoria na gestão desses programas;

A primeira articulação dos organismos interessados na melhoria das condições dos trabalhadores em uma escala global aconteceu em 1995 em um encontro internacional de trabalhadores, sindicatos, associações, acadêmicos, planejadores, advogados, etc. na cidade de Bellagio, na Itália. Nesse encontro todos os presentes puderam redigir em conjunto uma declaração que determina os princípios norteadores das políticas públicas direcionadas aos comerciantes de rua. Estavam presentes representantes de 11 cidades dos 5 continentes. Na próxima página está a declaração de Bellagio.

O resultado dessa articulação global foi a criação de uma rede de intercâmbio de informações e idéias chamada Streetnet. Os principais objetivos dessa rede é contruir uma base de dados atualizada dos diversos contextos; documentar e disseminar as estratégias que promovam os direitos dos trabalhadores e comerciantes de rua; bem como construir uma base institucional sólida com os organismos bilaterais - OIT, por exemplo.

b. CANAIS DE PARTICIPAÇÃO POSSÍVEIS

b1- Conselho Municipal

Existem hoje somente as CPAs (Comissões Permanentes de Ambulantes), órgão deliberativo em cada subprefeitura. Estas comissões não possuem ampla legitimidade, uma vez que compõem-se apenas de representantes com licença. A grande maioria (até 90% de clandestinos) não têm como recorrer a nenhuma instância no Executivo ou Legislativo sobre as questões intrínsecas à atividade.

Além disso, as decisões tomadas são políticas, não há garantia que as reivindicações sejam contempladas e não há a possibilidade de formulação de propostas. Ambos os projetos de lei analisados no capítulo 5 introduzem a importância de um órgão representado democraticamente por diversas lideranças da categoria, do Poder Público e da sociedade civil, de forma equilibrada. Um órgão que não tivesse submetido às injunções políticas locais - as subprefeituras; e pudesse, simultaneamente, ser propositivo e arbitrar os conflitos.

DECLARAÇÃO BELLAGIO DO ENCONTRO INTERNACIONAL DOS COMERCIANTES DE RUA

Considerando que:

- Há uma proliferação de trabalhadores de rua concomitantemente ao crescimento da população urbana, sendo muitos deles crianças;
- Devido à pobreza urbana, desemprego e a migração e imigração forçada, e apesar do função estrutural que prestam à sociedade e à economia, os comerciantes de rua são marginalizados das políticas de desenvolvimento das cidades pelas elites urbanas, assim como pelos planejadores;
- Os trabalhadores e comerciantes de rua são constantemente sujeitos a constantes torturas mentais e físicas por parte de autoridades locais e são assediados de diferentes outras formas que muitas vezes resultam em protestos, abuso de direitos e perdas monetárias e sociais;

Nós exigimos que os governos formem Políticas Nacionais direcionados aos comerciantes de rua através da inclusão destes nas políticas estruturais mais amplas que promovam os padrões de vida. Para isso, as políticas devem seguir os seguintes princípios:

- Dar status legal à atividade através da emissão de licenças;
- Providenciar espaços adequados ao comércio que estejam incluídos no planejamento da cidade;
- Proteger e expandir o ambiente de trabalho dos comerciantes de rua;
- Tornar o comércio de rua um componente especial do desenvolvimento urbano através da inclusão da atividade como parte integrante do sistema de distribuição urbana;
- Providenciar serviços e assistência locais que dê suporte aos comerciantes de rua;
- Reforçar a regulamentação e promover a auto-gestão;
- Determinar mecanismos apropriados, participativos com representação dos comerciantes de rua, organizações não-governamentais, autoridades locais, a polícia e outros;
- Providenciar acesso significativo ao crédito e serviços de financiamento aos comerciantes de rua;
- Providenciar medidas de alívio em situações de desastre e calamidades naturais;
- Tomar medidas que promovam um futuro melhor para crianças vendedoras e pessoas com deficiência física. (DYRNESS, 2001)

b2- Atribuições do Conselho Municipal

Dentre as atribuições propostas nos projetos de lei analisados e pelas lideranças entrevistadas estão: a definição de critérios de seleção dos trabalhadores; acompanhamento dos processos de apreensão e expulsão dos trabalhadores, formulação e discussão de políticas públicas; e orientação sobre a aplicação dos recursos de um fundo de apoio ao comércio de rua.

b3- Decisões

O projeto de lei 1017/1997, por exemplo, determina que as decisões sejam tomadas através de voto por maioria. Cabe a negociação para escolha dos vários tipos de “maioria”, existentes no Legislativo federal, em função da relevância da questão. Este mesmo projeto de lei também determina um prazo para contratação dos representantes, uma vez que este é um órgão de fundamental importância para arbitrar os conflitos democraticamente.

b4- Articulação institucional

O projeto de lei 1017/1997, por exemplo, determina a articulação com o gabinete do Prefeito. O projeto de lei elaborado durante gestão de Marta Suplicy, por sua vez, entende que o Conselho deve estar articulado com a Secretaria das Subprefeituras.

b5- Representantes

Há uma diferença importante entre as proposições do projeto de lei 1017/1997 e o da gestão de Marta Suplicy: o primeiro inclui, além de representantes das associações, sindicatos, técnicos das diferentes secretarias envolvidas, de representantes das atividades locais e da sociedade civil; um representante da Procuradoria Geral do município de São Paulo. A presença da Procuradoria asseguraria o encaminhamento formal das denúncias.

As lideranças dos trabalhadores proporam, além disso, a criação de uma Ouvidoria do comércio de rua, que discuto adiante.

c. DESCENTRALIZAÇÃO DAS DECISÕES

c1- Conselhos Regionais

O projeto de lei formulado durante a gestão Marta Suplicy determina a existência de comissões regionais, onde os projetos seriam analisados e opinados. O peso das decisões seria diferente das atuais Comissões Permanentes de Ambulantes (CPAs) porque teriam um maior número de representantes. O projeto de lei em questão propõe que os conselhos regionais também acompanhem o processo seletivo e auxiliem o Conselho Municipal.

4. Suporte à atividade - financeiro, assistência técnica e jurídica

a. SUPORTE TÉCNICO/ JURÍDICO

No item - “a questão (ou problema?) da gestão compartilhada” com ONGs, fundações, etc. expomos o risco da particularização do acesso às infra-estruturas urbanas e recursos públicos. Por outro lado, é inevitável considerarmos a importância da rede de suporte financeiro, assessoria técnica ou jurídica que algumas delas representam.

Segundo Boaventura de Sousa Santos (2002), o potencial emancipatório e as perspectivas de êxito dependem se as organizações de trabalhadores estiverem inseridas em redes de colaboração de apoio mútuo: organizações comunitárias, sindicatos, ONGs, fundações, universidades, etc., que:

- a) organizem ou articulem benefícios que não teriam acesso no mercado privado (assistência médica, cooperativa de habitação, etc.);
- b) consigam respaldo técnico ou político para não ter de enfrentar sozinhas e em condições desfavoráveis a concorrência do setor capitalista;
- c) compreendam não apenas as atividades de produção, mas também uma série de atividades sociais (organização coletiva de cuidado às crianças), culturais (educação e afirmação de tradições locais) e políticas (processos de democracia participativa na tomada de decisões).

Pelo menos duas lideranças entrevistadas relataram que seus respectivos sindicatos ou associações estão articulados com redes de assistência comunitária com o intuito de prover alguns benefícios aos seus afiliados: creches, alfabetização de adulto, etc. Se essa é uma realidade na qual só é possível sobreviver através da articulação em rede para além da participação do Poder

Público, podemos avaliar que deva ser positiva.

Embora de forma bastante restrita e incipiente, podemos dizer que a participação da universidade tem sido na reivindicação pela universalização dos direitos. O Fórum Centro Vivo articula estudantes da USP com diversos movimentos sociais presentes no Centro, incluindo algumas associações de trabalhadores de rua. Em conjunto, o Fórum tem produzido alguns documentos que fazem uma crítica frontal aos benefícios produzidos pela chamada “revitalização” no Centro. Tais documentos são encaminhados ao Executivo e à ONU como denúncia de abuso de direitos, etc. (FÓRUM CENTRO VIVO, 2006)

No caso da experiência do programa desenhado no *Mac Arthur Park*, este foi resultado de um laboratório para os estudantes da Universidade do Sudoeste da Califórnia (DYRNESS, 2001).

Outra experiência que mostra o papel da universidade na democratização das informações é a experiência relatada por Neal Richman da Escola de Políticas Públicas da Universidade da Califórnia. Ao desburocratizar o acesso às informações, o cidadão pode utilizá-las como instrumento para reivindicar direitos, monitorar as ações e pressionar o Poder Público.

Richman (2002) implantou, a partir de 1999, um sistema de informações digitais disponíveis na internet para serem diariamente complementadas e utilizadas por comunidades locais sobre as informações sobre a vida do bairro. O programa se chama “*Neighborhood Knowledge in Los Angeles*” (“Conhecendo o bairro em Los Angeles”) e tinha primeiramente o intuito de deixar disponível, de forma descentralizada, informações sobre a infraestrutura e serviços públicos.

O programa começou a tomar corpo principalmente com a participação de diferentes setores da população no que eles chamaram de “parceria para ação”. Primeiro deixaram mapas na internet disponíveis para serem acessados em computadores ligados em rede com a Prefeitura e instalados em quiosques nos espaços públicos. A experiência, ainda em curso, pode ser uma referência de como a transparência na divulgação de informações pode direcionar as políticas públicas e torná-las mais verossímeis.

b. SUPORTE FINANCEIRO

Segundo Dyrness (2001), prover financiamento é componente essencial para qualquer programa exitoso ao setor informal. Um dos aspectos que se destacam na última pesquisa do IBGE

(Economia Informal Urbana 2003) é a dificuldade dos trabalhadores informais de acesso ao crédito específico. Isso resulta na incapacidade de ampliação e sustentação do próprio negócio a longo prazo.

Segundo Singer (2002), cabe ao Poder Público e à categoria formular programas específicos de microcrédito diferenciado (bancos cooperativos, cooperativas de crédito, instituições de microcrédito solidário e empreendimentos mutuários), assim como monitorar abusos por parte do mercado.

Experiências em Lima e na Índia na década de 90 mostraram que o formato do microfinanciamento teve que ser desenhado de acordo com as diferentes escalas de negócio do comerciante de rua. Geralmente os empréstimos são extremamente baixos - de US\$50 a US\$150 e a dívida é parcelada em períodos curtos: semanalmente, a cada 15 dias ou pagamentos mensais em pequenas doses. Serviços de poupança aos trabalhadores também proporcionam um ambiente seguro para depósitos e raramente requerem alta quantia para abertura da conta. (COHEN *et al.*, 2000)

A questão do microcrédito ainda é um problema estrutural no Brasil. Segundo o BNDES, a indústria das microfinanças no Brasil ainda é extremamente subdesenvolvida: poucas instituições no Brasil têm experimentado o crescimento acelerado que é característico de microfinanciamentos em outros países latino-americanos. Isto se deve basicamente, segundo o BNDES (2002):

Quase 70% da população brasileira está completamente excluída do sistema bancário, o que significa que não possui qualquer tipo de conta bancária. Se incluirmos nesse grupo também os clientes que têm apenas carteira de poupança, sem qualquer privilégio de cheques ou saque a descoberto, a proporção de brasileiros às margens do sistema bancário chega à 85% da população.

Além disso, segundo o BNDES, o incipiente microcrédito no Brasil está também relacionado:

- a) ao contexto macroeconômico;
- b) à tradição de crédito dirigido do país, ou seja, ainda é mais lucrativo para os bancos aplicar seus recursos em títulos do Governo do que oferecer crédito para empresas locais;
- c) à estrutura jurídica, pois as leis de defesa ao consumidor proíbem, por exemplo, os credores de "importunar" seus devedores inadimplentes durante um prazo de cinco dias úteis após o vencimento do primeiro pagamento;

d) ao mercado de crédito ao consumidor que está orientado especificamente para os brasileiros de baixa renda. Para os trabalhadores informais, acontece até acordos também informais: muitos fornecedores oferecem prazos maiores para clientes “de confiança”, os “bom pagadores”;

e) a fraqueza das instituições existentes, pois dispõem de poucas informações sobre a demanda para microcrédito regionalizada;

Do ponto de vista do setor informal, o crédito dirigido é ainda mais escasso. Uma política específica para a categoria, que traduza a dinâmica econômica dos trabalhadores informais por conta própria, ainda não existe de forma ampla e diversificada. Um estudo realizado no Rio de Janeiro em 1995 descobriu que de 443.775 pessoas trabalhando no setor informal, apenas 1,7% usou crédito para estabelecer seu negócio. (BNDES, 2000) A heterogeneidade dos integrantes e as respectivas expectativas de crédito são de fato muito diversificadas, dificultando o dimensionamento dos investimentos aos trabalhadores.

Na levantamento de campo realizado com os trabalhadores de rua, nenhum declarou ter recorrido à nenhuma instituição para obter financiamento. O levantamento de campo comprovou também que o capital inicial para estabelecer uma unidade informal de trabalho na rua varia desde R\$30,00 até R\$5.000,00. Ou seja, heterogêneas devem ser também as políticas de microcrédito para os trabalhadores informais que estão nas ruas, principalmente se o objetivo é promover novas condições materiais e espaciais de trabalho.

b1- Apoio específico: Fundo de apoio à atividade

Todas as lideranças entrevistadas ressaltaram a importância de um crédito específico à categoria. O projeto de lei 1017/1997 propõe a criação de um Fundo com recursos provenientes das multas pagas pela apreensão de mercadorias e de dotação orçamentária do próprio Executivo. A política nacional para a atividade na Índia determina, por exemplo, a realocação parcial da taxa mensal em benefício aos próprios trabalhadores na forma de crédito.

b2- Gestão do Fundo

Ambos os projetos de lei analisados no capítulo anterior apontam a responsabilidade do fundo de apoio ao comércio de rua à Secretaria das Subprefeituras e a orientação da aplicação dos

recursos feita pelo Conselho Municipal. Já as lideranças se dividem pela defesa da gestão do fundo dentro das cooperativas ou do conselho municipal.

b3- Destino do apoio

Segundo as lideranças entrevistadas, o apoio financeiro deveria ser aplicado na formação e capacitação para o negócio, manutenção da infra-estrutura dos Centros de Comércio Popular, e na divulgação das atividades, dos negócios e serviços. Algumas lideranças acreditam que a orientação ou capacitação para o negócio possa ser feito por organizações não-governamentais.

De todas as 12 lideranças de associações entrevistadas que atuam no Centro de São Paulo, apenas duas delas admitem desenvolver programas de bem-estar social aos filiados com taxas reduzidas pagas ao sindicato: creche, alfabetização, consultas médicas, etc. Cabe a categoria discutir se as necessidades ou carências devem ser compensadas parcialmente pela associação, sindicato ou encaminhadas ao Poder Público.

c. FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES

A própria OIT (2002), em seu relatório *Decent Work in Informal Economy*, justifica que não apenas é necessário criar empregos, é preciso criar empregos com qualidade, com patamares mínimos de proteção ao trabalhador contra todos os vários tipos de vulnerabilidades.

Por outro lado, a oferta de emprego, segundo Pochmann (2000), é substancialmente um problema macro-econômico. Não parece produtivo a capacitação de uma pessoa se não for oferecido depois um emprego, porque ela corre o risco de ficar desatualizada. Empregos, segundo ele, são gerados através do crescimento do PIB, cujas taxas nestas duas últimas décadas têm sido medíocres, em torno de 2,1%. Para que não houvesse excedente no mercado de trabalho, seria preciso que o país crescesse 5% do seu PIB. (POCHMANN, 2000)

Capacitar, gerar renda ou ocupação isoladamente pode ser um apenas um paliativo, ainda que a estratégia seja elaborada para alcançar um grande número de trabalhadores. A economia informal, como foi provado nos capítulos anteriores, é uma conjugação de vários déficits sociais, civis e políticos que suplantam o principal déficit que é a falta de emprego. Estes programas devem estar necessariamente articulados com os programas de organização da categoria em

Figura 129- fonte: Jornal O Estado de São Paulo. "GCM investiga morte de camelô. 11 de Fevereiro de 2006

sindicatos ou cooperativas, de geração de espaços legítimos de trabalho e de programas de microcrédito.

Dyrness (2001) sugere que a formação dos trabalhadores de rua deve suplantiar a mera aprendizagem das técnicas comerciais. O trabalhador, para ela deve ter:

- Capacitação para técnicas do varejo: plano de negócios, orçamento e contabilidade, planejamento financeiro, tributação, inventário, planejamento de estoque, Marketing e Publicidade;
- Compreensão sobre a regulamentação urbanística aplicada;
- Compreensão sobre regras de Saúde Pública;
- Capacitação para planejamento de cozinha industrial;
- Compreensão sobre limpeza, conservação e manutenção dos artefatos, equipamentos e mercadorias;
- Ter suporte jurídico : assessoria para abertura e manutenção dos micro-empresendimentos informais. Assessoria na conexão dos micro-empresendimentos informais na economia de escala - formatação de contratos com fornecedores;
- Formação de unidades coletivas - cooperativas de crédito, gestão, habitacional, assistência, etc.

5. Construção de canais de denúncia autônomos

a. ÓRGÃO DE DENÚNCIA: OUVIDORIA

As lideranças entrevistadas defendem que exista transparência dos processos de julgamento de abusos de autoridades públicas. A Ouvidoria seria um órgão com autonomia política para formalizar denúncia sem os constrangimentos institucionais. Ela deveria ter autonomia em relação ao Executivo, para evitar que a liberação de recursos aos programas esteja relacionada ao julgamento das denúncias. O projeto de lei 1017/1997 introduz a "Ouvidoria do Comércio Popular" articulada institucionalmente com o Conselho Municipal, órgão que arbitrar os conflitos existentes e encaminharia aos órgãos competentes.

Figura 130- fonte: Jornal O Estado de São Paulo. "Camelôs e guardas entram em confronto". 27 de Novembro de 2003

b. ESCOLHA DO REPRESENTANTE

Segundo o projeto de lei 1017/1997, o "Ouvidor-geral do comércio popular" deveria ser escolhido dentro do Conselho Municipal.

6. Construção de padrões de fiscalização e tributação mais justos

a. FISCALIZAÇÃO

a1- Funcionário responsável

Este, certamente, é um dos itens mais polêmicos da regulação da atividade. Após as CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito) de 1995 e 1999, e depois das inúmeras denúncias de corrupção investigadas durante a gestão de Marta Suplicy (2000-2004), foi elaborada a lei 13.866/2004, que estabelece a fiscalização aos guardas civis municipais. Antes da lei 13.866/2004, a fiscalização era feita por funcionários de cada subprefeitura.

Denúncias dos próprios trabalhadores demonstram que até o atual momento (2006), a corrupção ainda não acabou. Apesar da mudança da responsabilidade pela fiscalização, o que alimenta a corrupção é a clandestinidade. Os trabalhadores que reivindicaram a permissão coletiva acreditam que o controle exercido dentro das próprias cooperativas extinguiria a extorsão capilarizada entre Poder Público e a categoria.

Uma liderança entrevistada declarou que uma das formas de monitoramento do Poder Público seria através da mudança de gestão e coordenação da atividade. Esta função seria atribuída a um funcionário da Secretaria do trabalho e não do departamento de polícia do Executivo. Dessa forma, a atividade é descriminalizada, e o diálogo pode se dar em outros termos.

a2- Apreensão

Uma dos fatores precarizantes da atividade é a impossibilidade dos trabalhadores reaverem as mercadorias quando elas são apreendidas pelos fiscais, uma vez que os mesmos não registram o ato de apreensão. Uma liderança entrevistada reivindicou a identificação do momento da atuação e do responsável para tal, com número do lacre e desburocratização do processo para reaver as mercadorias.

polêmica número 4:

como evitar a corrupção no sistema de permissão coletiva às cooperativas?

como descriminalizar?

O capítulo 5 demonstra que a inoperância da legislação produz uma clandestinidade sistemática, que é alimento fecundo para a manutenção da corrupção. Não adianta mudar o responsável pela fiscalização, é necessário mudar o estatuto atribuído à atividade: de problema de polícia para questão de Estado.

Por outro lado, se uma pessoa que não estiver inserida no sistema de cooperativas e ocupar o espaço público fora das áreas de atuação estabelecidas, qual seria a pessoa que retiraria este infrator?

Seria retirada por funcionário designado pelo Conselho Municipal ou Regional, ou por integrante da cooperativa responsável? Teoricamente estes seriam órgãos que seriam transparentes e monitorados por representantes da categoria. Não podemos, no entanto, erradicar totalmente a corrupção, mesmo entre os próprios trabalhadores.

Atualmente não há controle do destino final das mercadorias apreendidas. Há uma grande dificuldade em recuperá-las porque a apreensão não é registrada. Por esse motivo, elas ficam acumuladas nos depósitos das subprefeituras, à mercê de desvios. O Poder Público, no entanto, periodicamente divulga que as mercadorias são incineradas ou doadas para instituições.

a3- Acompanhamento da fiscalização

O valor da multa, bem como os critérios de fiscalização podem ser negociadas e acompanhadas pelos órgãos com representantes da categoria, por exemplo, dentro dos conselhos municipais ou regionais.

b. TRIBUTAÇÃO

b1- Taxas e multas

Segundo as lideranças entrevistadas, a cobrança única de taxa ou multa é inaceitável, uma vez que existem não só os trabalhadores de rua mais frágeis, econômica e institucionalmente, como também grupos maiores e influentes. Dentro do pagamento pela autorização à atividade está embutido um contrato com o Poder Público de troca, ou seja, é um pagamento também pelo uso da infra-estrutura urbana utilizada pelos trabalhadores.

Figura 131- fonte: jornal O Estado de São Paulo. "Lula quer ceder prédios desocupados a pobres". 04 de Outubro 2003

7. Reforma urbana

a. PLANO URBANO PARA O COMÉRCIO DE RUA INSERIDO NOS PLANOS MUNICIPAIS

Após levantamento realizado no perímetro estudado, inserido em dois distritos no Centro de São Paulo - Sé e República, foi possível destacar dois aspectos específicos deste sítio urbano: a concentração de trabalhadores no espaço público contrasta com a vacância de grande quantidade de imóveis no espaço privado. De outro lado, o dinamismo do trabalho na rua reflete usos e atividades igualmente enérgicos presentes no Centro: comércio, serviços e fluxos de escala metropolitana. Tais contradições não são consideradas neste capítulo como eventos isolados. São pensadas como oportunidades de inserção do trabalho informal de rua como parte das atividades urbanas.

Em primeiro lugar, vacância é contextualizada neste capítulo a partir dos novos instrumentos de Reforma Urbana determinados pelo Estatuto da Cidade. Uma bibliografia atualizada foi reunida para conceituar brevemente a vacância e mostrar um panorama das experiências em outros países que enfrentaram a questão, em especial focando o planejamento e gestão. Adiante, é investigado o processo de formação dos espaços vazios em São Paulo, particularmente na região central, com base na pesquisa de Bomfim (2004) e do levantamento sobre vazios urbanos coletados pela Prefeitura do Município de São Paulo na gestão 2000-2004. Complementei com dados específicos dos imóveis contidos no perímetro em estudo, sobretudo a vacância no térreo dos edifícios comerciais, com informações específicas sobre as causas e períodos desta vacância.

Em segundo lugar, reporto uma pesquisa realizada pela Prefeitura e Centro de Estudos da Metrópole/CEBRAP que investiga as atividades e usos mais concentrados na região: comércio, serviços e administração pública.

Tal contradição reforça a hipótese de Laranjeira (2004) que a imobilização da capacidade produtiva do solo urbano nem sempre diz respeito a uma questão de localização – estar ou não em áreas deterioradas. No caso do Centro de São Paulo, o dinamismo dos usos comerciais, administrativos e de serviços convive com imóveis vazios, em alguns casos, há décadas, conforme levantei dentro do perímetro de estudo. Adiante investigo algumas hipóteses para esta contradição.

O esforço do Poder Público, até agora, foi expulsar ou isolar o comércio informal de rua das atividades ou fluxos aos quais ele está estreitamente articulado. Tal estratégia tem se revelado absolutamente inócua. Utilizar-se do próprio dinamismo e do potencial empreendedor pode ser

Figura 132- fonte: Jornal Folha de São Paulo. "Camelódromo e abandono desafiam Brás". 17 de Novembro de 2002

uma saída para integrar da atividade por meio do acesso social a espaços ociosos para trabalho e do incentivo e reconhecimento do governo local. Se existe o risco dos trabalhadores pagarem o preço por essa integração, eles precisam, ao menos, terem a garantia do retorno desse investimento.

O plano urbano para o comércio informal, segundo o projeto de lei 1017/1997, deve, por exemplo, iniciar com a determinação das áreas de atuação e dos perímetros de intervenção, seja através da determinação dos pontos ou aglomerações no espaço público, quanto das áreas passíveis de deslocamento dos trabalhadores da rua nos lotes do tecido urbano em áreas públicas ou privadas.

Uma reivindicação interessante partida de uma das lideranças entrevistadas é o aperfeiçoamento dos projetos que permitem o uso dos espaços públicos fora do horário comercial. Existem atualmente as "Feirinhas da Madrugada" em diferentes pontos no Centro de São Paulo, fruto principalmente da altíssima demanda de consumidores de São Paulo e de outros estados do Brasil. As áreas de atuação, bem como a proibição em determinados espaços devem ser negociadas entre trabalhadores, Poder Público e demais atores urbanos interessados.

A seguir, investigo minuciosamente os condicionantes para os dois aspectos acima descritos:

b. VACÂNCIA

O Estatuto da Cidade lei n°. 10257 de 10 de Julho de 2001, marco regulatório federal para a política urbana, entende que a vacância é um fenômeno urbano que contraria frontalmente a premissa fundamental que é a função social da propriedade e da cidade.

Com a aprovação do Estatuto em 2001 foram regulamentados os instrumentos que enfrentam a questão da vacância, os chamados instrumentos de indução do desenvolvimento urbano, que já haviam sido previstos na Constituição Federal. Os instrumentos que induzem o desenvolvimento na medida em que forçam a utilização desses espaços vazios, têm como objetivo evitar a retenção especulativa da terra urbanizada nas grandes cidades. Entretanto, os instrumentos sozinhos não promovem a Reforma Urbana se não há um pacto entre Poder Público e movimentos sociais interessados no planejamento e gestão da vacância.

Figura 133- Jornal Diário do Comércio. "Iniciativa privada encampa popcentros e cria novas unidades". 31 de Maio de 2005

A partir da aprovação do Estatuto, ficou obrigatório constar nos Planos Diretores dos municípios com mais de 300 mil habitantes, os instrumentos que coíbem a retenção especulativa de imóveis urbanos que resultem na subutilização ou não utilização.

O Instituto Pólis (2004) fez um levantamento dos municípios que incluíram em seus Planos Diretores os instrumentos que lidam com a vacância previstos no Estatuto da Cidade. No caso brasileiro, as tentativas de implementação deste instrumento na década de 80 antes da aprovação do Estatuto não foram bem sucedidas, pois na totalidade dos casos, com exceção de Porto Alegre, foi alegado inconstitucionalidade.

b1- Contexto de formulação dos instrumentos de enfrentamento da vacância

A literatura sobre vacância é encontrada em contextos de diferentes países, particularmente situada a partir do pós-guerra, encarada como uma anomalia do tecido urbano. Os custos social, econômico e político de permanência de espaços vazios nas áreas centrais e ocupação desenfreada na periferia afeta a cidade como um todo:

- Qualquer propriedade vazia representa perda de arrecadação para a cidade;
- Quanto maior for o tempo acumulado de não pagamento de taxas mais improvável é a recomposição desses valores;
- Aumento no tempo de deslocamento trabalho – residência. Nova Iorque, mesmo com uma extensa malha de transporte coletivo, o tempo de deslocamento significava 10% da carga horária de trabalho há 40 anos atrás e pulou para 40% da carga horária (BOMFIM, 2004). Isso significa maior custo financeiro para construção do viário e extensão do transporte coletivo existente;
- Baixa densidade no uso das áreas urbanizadas – encarecimento da prestação do serviço público nas áreas infra-estruturadas joga para periferia aqueles que não podem pagar por uma rede completa (GOLDSTEIN, 2001). O custo da ocupação de áreas onde não houve urbanização completa produz uma série de precariedades e vulnerabilidades, como o isolamento institucional, a vulnerabilidade às áreas de risco, o acesso informal ao mercado imobiliário e à rede de saneamento;
- Custo ambiental de extensão da mancha urbana em direção às áreas ambientalmente frágeis, como as áreas de proteção aos mananciais e as de preservação de matas nativas.

Terra vacante, vazios urbanos, terrenos baldios, terras de engorda, vacantes latentes. Assim como as denominações variam, muitos são os tipos, dimensões, contextos e motivos determinantes para que o solo urbano permaneça sem uso efetivo.

A possibilidade de se introduzir novos usos, especialmente, onde a demanda por habitação social e economia popular é grande, faz ainda mais sentido a elaboração de políticas públicas que possam contrariar a lógica clássica de ocupação da maioria das cidades da América Latina: crescimento urbano de baixa densidade: ocupação generalizadamente horizontal, com a periferia densa, precária e infra-estrutura incompleta. De outro lado, áreas centrais com concentração de espaços vazios.

Esta lógica perversa de ocupação, abandono e desperdício de terras com infra-estrutura é ainda mais aguda nas cidades latino-americanas com complexas demandas sociais por espaços de moradia e trabalho. A terra vacante não é só uma imensa deseconomia para a cidade quanto para a própria integridade física daqueles moradores que vão sendo empurrados para a periferia em ocupações informais, precárias e vulneráveis a todos os tipos de riscos.

Nesse sentido, o enfrentamento da vacância não deve ser tratado como um problema isolado e sim como parte do padrão irracional de ocupação das cidades latino-americanas. A ocupação das terras vacantes faz parte, portanto, das estratégias de redensificação da mancha urbana, da otimização da infra-estrutura instalada, do controle da retenção especulativa da terra e da redução da expansão em direção às áreas mais vulneráveis ecologicamente.

Os indicadores criados no Brasil para medir a vacância variam quanto ao tempo de permanência e ao uso anterior antes do espaço ter-se tornado vazio. Há uma diferença no conceito que as agências governamentais de pesquisa têm sobre vacância e as empresas que atuam no mercado imobiliário. O IBGE, por exemplo, abrange as residências. Domicílio vago é o: "domicílio particular permanente que não tinha morador na data de referência, mesmo que, posteriormente, durante o período de coleta tivesse sido ocupado". (BOMFIM, 2004)

As empresas do capital imobiliário, como Cushman e Jones Lang laSalle, por outro lado, medem vacância no setor comercial e de serviços: "espaço disponível tanto diretamente como por sublocação, dividido pelo estoque total e apresentado sob a forma de porcentagem". (BOMFIM, 2004)

As causas da vacância são recorrentes nos países que sofreram deslocamento populacional nos grandes centros urbanos e também mudanças no padrão de produção que

refletiram no seu tecido urbano. A literatura sobre vacância coletada nos países europeus e americanos apontou pelo menos duas semelhanças: áreas centrais com alta vacância por conta da expansão da mancha urbana e da malha viária, assim como em áreas desativadas de antigas plantas industriais. Na literatura encontrada foram enunciadas diferentes causas para esta vacância:

b2 - causas financeiras

- Retenção especulativa – especulação do preço da terra. Valor venal do imóvel é muito mais alto que o valor de mercado (GOLDSTEIN, 2001);
- Não investimento do proprietário no imóvel pode ser tanto causa quanto efeito da vacância. Para alguns proprietários, não está claro que os investimentos serão recobertos com a revitalização da área (GOLDSTEIN, 2001);
- Investimento em novas frentes imobiliárias, muitas delas em áreas periféricas, e sem a completa infra-estrutura;
- Quando o preço do imóvel fica equivalente ao acúmulo de taxas, a tendência é o proprietário abandonar o imóvel (GOLDSTEIN, 2001);

b3 - causas populacionais

- Migração regional (WOOD, 1999) e intra-urbana;

b4 - causas institucionais ou regulatórias

- Em algumas cidades, o alto custo de aquisição e transferência de propriedade atua como um obstáculo para a real utilização e ocupação do imóvel – os entraves burocráticos e jurídicos fazem com que o imóvel fique vazio por anos (GOLDSTEIN, 2001);
- Políticas públicas, como por exemplo, aquelas que incentivam, através da isenção do imposto sobre a propriedade local, a recuperação do patrimônio histórico sem o compromisso da ocupação não obriga o proprietário a dar uma destinação ao imóvel, que opta por deixar vazio;

b5- causas históricas

- Aperfeiçoamento do transporte individual leva a uma melhoria do sistema viário; este por sua vez possibilita a moradia longe do trabalho, levando à fuga dos grandes centros (GOLDSTEIN, 2001);

b6 - causas urbanas

- Infra-estrutura mal conservada (GOLDSTEIN, 2001);
- Planta dos edifícios limitada para determinados usos que exigem sistema de informação e organizacional com flexibilidade (BOMFIM, 2004);
- Trânsito nas áreas centrais e dificuldades para estacionamento de carros.

Há casos em que a própria legislação “congela” determinado perímetro urbano, cujo detalhamento do projeto de reestruturação urbana jamais acontece, como é o caso de um extenso perímetro que cobre os distritos do Bom Retiro na região da Luz no Centro de São Paulo.

Ainda que existam os recursos disponíveis, os processos para seleção da área adequada, da elaboração de projetos e da autorização para funcionamento também demandam tempo. A decisão da manutenção dessas áreas vazias está bastante condicionada a percepções equivocadas sobre os impactos nos imóveis considerados patrimônio histórico, assim como os efeitos dos usos mistos (comercial/residencial) nas áreas centrais. (SAMPAIO, 2002)

A aplicação dos instrumentos fiscais é necessária, mas não suficiente para garantir a utilização da terra vacante para uso residencial ou comercial de interesse social. Sem apoio ou vontade política aliado a programas de investimentos públicos, financiamento da habitação e mecanismos de controle social sobre a produção da terra, todo o processo pode ficar ameaçado.

A terra vacante pode ser tanto privada quanto pública. O governo pode gerar terra vacante tanto de forma direta quanto indireta. Diretamente, o poder público pode contribuir para a manutenção de reservas territoriais, como instrumentos de controle da expansão urbana ou por congelamento de áreas para futuro desenvolvimento que nunca acontecem. Indiretamente, o poder público pode impor uma legislação excessivamente restritiva, como podemos verificar nas áreas de proteção ambiental.

Nesses casos, o que teoricamente deveria resultar em um tipo de ocupação rarefeita o bastante para controlar impactos em áreas de reserva de mananciais ou florestas, acaba dando margem a um outro tipo de ocupação: informal, densa e bastante predatória na prática.

É frequente que estas áreas ocupadas ilegalmente são consideradas como vacantes ou ocupações transitórias pelas autoridades, apesar da realidade apresentar uma extrema densidade populacional. Ao determinar que grandes bolsões periféricos permaneçam como áreas rurais ou

como área de preservação ambiental, o uso e ocupação do solo fica restrito, e assim, inviabiliza a atração pelo mercado imobiliário.

Dessa forma, a terra passa a ser ociosa ou é ocupada clandestinamente por assentamentos informais precários. (CALDERÓN, 1998) O círculo vicioso de acesso à terra permanece na medida em que prevalece a dificuldade de acesso à terra através do mercado formal, pois este continua extremamente excludente na medida em que se ampara a partir de uma estrutura de propriedade de terra altamente concentradora.

Exatamente por sua dupla condição: informal (do ponto de vista urbanístico) e ilegal (do ponto de vista da posse da terra), as áreas vacantes acabam por se tornar espaços invisíveis para o poder público.

Além disso, há muitos imóveis do poder público de propriedade de organizações militares e do setor de transporte (instalações portuárias, pátios de manobra de trens e metrô, etc), sejam eles sucateados ou não. Seu uso ocioso é incompatível com a localização muitas vezes em áreas centrais, com grande demanda para habitação de uso social, e com larga oferta de infra-estrutura e equipamentos.

A reutilização dessas áreas, que muitas vezes estão ilhadas e isoladas no tecido urbano requer uma engenharia de articulação entre gestão dos agentes de produção dessa terra, assim como da adição de mecanismos de financiamento e crédito para viabilização dos novos usos.

Brownfields são as terras vacantes deixadas por plantas industriais sucateadas, algumas delas contaminadas. Neste caso, a reconversão dessas terras é agravada ainda mais pela ameaça física objetiva e pelo fato da descontaminação ser muito mais onerosa, acaba sendo menos atrativa para investimento na sua recuperação.

A experiência de Socaba, Bolívia conjugou a aplicação de instrumentos urbanísticos mais os tributários. A mudança do estatuto tributário foi necessária para frear mecanismos de retenção especulativa e evitar a expansão da mancha urbana na busca de preços mais baixos do solo. (BAZOBERRY, 1999)

c. CONDICIONANTES DA GESTÃO DAS TERRAS VACANTES

O planejamento da ocupação das áreas vacantes depende substancialmente da distribuição espacial da infra-estrutura implantada e da capacidade de absorver novos usos, além do monitoramento dos preços praticados no mercado de terras e da capacidade de usufruto dos consumidores potenciais desta terra. (KNAAP, 1999)

Os obstáculos para utilização da terra vacante são mais políticos e de gestão que propriamente jurídicos ou econômicos. Segundo Smolka (2002),

O lapso entre as intenções e objetivos da planificação formal e os resultados efetivamente alcançados na prática reflete a conjugação, por um lado, de uma visão idílica ou desconectada da realidade dos usos desejáveis do uso do solo urbano (prevalecem as posturas elitistas e esteticistas nos planos diretores) e por outro, certa incapacidade de gestão (negociação, mobilização de recursos, 'marketing', etc.).

Laranjeira (2004) acredita que a manutenção de terras vacantes não está relacionada somente por motivos especulativos. Diversos são os fatores que variam desde a escassez de recursos públicos ou privados, passando por impedimentos de ordem jurídica e pressões políticas.

No contexto das cidades latino-americanas, altamente segregadoras e concentradoras no acesso à terra, parece ainda mais imprescindível o enfrentamento das terras vacantes, tanto por sua condição de indução do entorno quanto pelo combate aos processos de segregação sócio-espacial.

A informalidade no uso e ocupação do solo é perversa às classes de baixa renda na medida em que a titularidade da posse da terra é extremamente frágil e disso decorre uma série de vulnerabilidades e precariedade no acesso aos bens urbanos – infra-estrutura, equipamentos públicos, saneamento, etc. Acrescenta-se o fato que a ocupação informal nas franjas periféricas constitui-se um risco para a cidade como um todo, na medida em que avança sobre áreas de reserva ambiental e de proteção aos mananciais de água.

O conjunto de possibilidades de reutilização das terras vacantes depende muito do perfil dos instrumentos, sejam eles indutores de desenvolvimento, preventivos ou punitivos da manutenção da terra vacante. Os entraves para aplicação dos instrumentos de combate à vacância são:

c1 - Articulação e mediação com os agentes de produção do espaço urbano

Dificuldade de composição e negociação com todos os agentes de produção da terra urbana: parceladores (legais ou ilegais), empreendedores imobiliários, grileiros, população de baixa renda que ocupa informalmente, agências estatais sobretudo as financiadoras, associações comunitárias (incluindo até associações religiosas).

Oposição política e forte influência do mercado de terras e proprietários na manutenção de valores de taxação antigos e forte resistência na revisão destes valores (DE CESARE, 2002)

c2 - Formação de um banco de dados atualizado

Limitação das competências municipais: o levantamento da localização e valores cadastrais das áreas vazias são geralmente desatualizados. Essa falta de informação leva ao desenho caduco de políticas de enfrentamento da questão.

c3 - Formação de Agências de Desenvolvimento:

No caso da França, a criação de um regime institucional específico para gestão destas áreas foi fundamental para a desburocratização e articulação eficiente dos atores. A seguir será comentada a forma de negociação com os atores nestes foros públicos.

c4 - Diferença no processo de enfrentamento da vacância:

Na Itália, Wood (1999), distingue o que ele considera “propriedade vacante” de “território vacante”. O caso de Lingotto foi emblemático na medida em que mostrou a fragilidade no tratamento isolado de um terreno privado sem considerar a recuperação do entorno – demanda habitacional, economia local, articulação com o viário, infra-estrutura, etc.

c5 - Protagonismo do Estado ou Protagonismo do Mercado Imobiliário

É importante diferenciar a terra vacante em um contexto urbano estagnado, ao contrário daquele que for localizado em um contexto extremamente dinâmico, onde existe a demanda e pressão por usos de moradia e trabalho das classes de mais baixa renda. Neste último cenário, a terra vacante assume claramente como recurso coletivo à disposição da cidade. Neste sentido, a vacância pode contribuir para a regulação do mercado imobiliário e controle do uso do solo e dos investimentos públicos e privados.

Na Inglaterra, onde houve o protagonismo do mercado no planejamento da renovação da área vacante, redundou em fracasso econômico e institucional. Para Wood (1999), o mercado sozinho não possui força suficiente para trazer de volta a terra vacante à dinâmica urbana. Isso não quer dizer que a atuação do Estado nos países tenha sido eficaz. No entanto, é inevitável a liderança do Estado na redução dos riscos inerentes à recuperação dessas áreas.

c6 - Processo participativo:

Segundo Wood (1999), a França, Holanda e Estados Unidos destacaram-se por levar a cabo processos participativos nos processos de formulação, deliberação e monitoramento das áreas vacantes. Não há registro detalhado, porém, dos conflitos e dificuldades de interlocução entre interesses da comunidade com o Governo e/ou interesses corporativos.

Para Laranjeira (2004) é necessário levar em conta todos os agentes de produção da terra urbana – legais e ilegais, principalmente no que diz respeito às diferenças de interesse entre grandes e pequenos proprietários, os agentes de especulação imobiliária e o próprio Poder Público.

c7 - Superação dos entraves burocráticos, jurídicos e orçamentários

Rigidez do zoneamento, muito mais restritiva, que nas áreas da periferia; entraves burocráticos para mudança de uso, permissão de construção, entre outros; entraves jurídicos e lentidão nos processos de liquidação dos imóveis cujos proprietários estão em processo falimentar; escassez de recursos municipais; lentidão dos processos de produção e utilização da terra.

c8 - Engenharia financeira e mecanismos tributários:

Práticas de taxação deficientes que conduzem a falta de uniformidade em sua aplicação (DE CESARE, 2002);

No hall dos instrumentos fiscais, se destaca o imposto sobre a propriedade progressivo no tempo. As condições para sua aplicação dependem de um cadastro de terras atualizado e confiável, assim como de fazer parte de um processo transparente da sua aplicação através da demonstração do reinvestimento em benefício da comunidade.

Instrumentos regulatórios como zoneamento, transferência de potencial construtivo, bônus de edificação acima do coeficiente determinado, operações urbanas estão presentes na maioria das cidades latino-americanas, não obstante o fato de eles terem promovido ou não um tecido urbano com menos disparidades sociais no acesso à terra.

A experiência demonstrou que a utilização do instrumento de forma isolada, ou seja, desvinculada de outras políticas urbanas no geral, em especial do financiamento, têm eficácia limitada. (LARANJEIRA, 2004)

Para Laranjeira (2004) é importante assinalar que os instrumentos que enfrentam a vacância contêm suficiente flexibilidade para resistir a ciclos econômicos descendentes, descontinuidades políticas, fragilidades institucionais, etc. Para Smolka (2002), a experiência recente da maioria das cidades latino-americanas põe em evidência uma trajetória de frustrações, marcada pelo buraco entre as intenções de aproveitamento das terras vacantes e a capacidade efetiva de implementação dos instrumentos e de engajamento dos agentes envolvidos. Exemplo disso é o projeto na Enseada da Gamboa, na cidade do Rio de Janeiro, onde os esforços para aquisição dos terrenos para a esfera municipal foram insuficientes para continuar adiante o projeto.

Seja qual for o processo conduzido de renovação das áreas citadas, Estados Unidos e Europa, pode ser destacada a poderosa engenharia de financiamento da renovação de áreas vacantes através da aquisição em massa de lotes, seja através de um pool entre Governo e iniciativa privada, seja exclusivamente capitaneado pelo Estado.

Os países Europeus ainda se valeram de mecanismos de financiamento supranacionais, como é o caso do fundo da União Européia que muito contribuiu para a renovação das áreas vacantes nas principais cidades européias (WOOD, 1999).

d. VACÂNCIA NA CIDADE DE SÃO PAULO

Segundo Bomfim (2004), a cidade de São Paulo tem demonstrado nas últimas décadas um crescimento da presença de imóveis vagos. O IBGE no seu último censo, verificou a existência de 420.327 domicílios vagos em 2000, dos 3.554.820, ou seja, cerca de 12%. Em 1991 os domicílios vagos representavam menos de 10%. O IBGE localiza as altas taxas de vacância nos distritos da área central e nas áreas das novas centralidades, como o Itaim Bibi, Morumbi e Jardim Paulista. Estes distritos têm mais de 15% dos seus domicílios vagos.

A produção das terras vacantes é consequência direta de:

- uma forma de crescimento urbano com parcelamento descontínuo;

- ausência de instrumentos que penalizem sua retenção;
- facilidade da ampliação da densidade de ocupação do solo (LARANJEIRA, 2004);
- esvaziamento de ocupação residencial nas áreas centrais;

A ocupação das áreas vacantes está mais frequentemente relacionada às estratégias de promotores imobiliários e em alguma medida por alguns movimentos sociais (com nenhuma garantia de posse da terra), que propriamente pela incidência de instrumentos fiscais.

Em 1989 cerca de 25% das casas do município de São Paulo estavam vazias. Quase 40% das terras não ocupadas eram lotes pequenos (até 500m²) enquanto que apenas 10% com até 1000m². Ambas eram ou demasiado caras ou muito periféricas.

Na década de 80 e 90 o aproveitamento das terras vacantes se deu:

- pelo agrupamento de pequenas parcelas ou terrenos de maior dimensão para usos predominantemente residenciais ou na forma de condomínios fechados;
- ocupação na periferia: auto-construção e instalação incompleta ou ausente das infra-estruturas.

Na década de 90 uma operação urbana foi criada pelo Governo Municipal em um território de grandes proporções na zona oeste da cidade, que misturava usos residenciais e extensas parcelas de terra vazia resultado da saída de importantes plantas industriais e recortada por vias elevadas e linhas de trem de superfície. A expectativa de densificação desse tecido urbano, a partir da criação de uma série de instrumentos urbanísticos, acabou ficando bastante abaixo do esperado, principalmente do ponto de vista do uso do solo residencial, que pouco se manifestou na área. Somente um complexo de torres de escritório parcialmente ocupado, e alguns antigos galpões industriais são hoje ocupados temporariamente com usos cívico-culturais.

Figura 133- Domicílios não ocupados - fechados, vagos e de uso ocasional - nos setores censitários – 2000: Subprefeitura Sé e setor sudoeste. Fonte: Plano Diretor Regional da Subprefeitura Sé (2003) com dados do IBGE, 2000. Instituto Pólis, 2002.

Limites da Subprefeitura Sé

O Plano Diretor do município de São Paulo ^{*11} aprovado em 2002 reproduz os parâmetros conceituais do Estatuto da Cidade para definição das áreas vacantes, que é chamada de “solo urbano não edificado ou subutilizado”. No entanto, empurra para os Planos Diretores Regionais a responsabilidade de determinar os perímetros e em quais condições tais propriedades com as características citadas se submeteriam à aplicação dos tributos. Isto foi justificado porque é na escala dos Planos Regionais que seria feito um debate mais aproximado com a sociedade civil sobre estes critérios^{*12}. Na gestão municipal de 2000-2004, foram conquistadas inúmeras pautas sociais, como os perímetros das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) para incentivo à moradia social, porém, não foram amadurecidos pela sociedade e pelo Governo instrumentos que enfrentassem a vacância e ocupação social desses vazios urbanos.

Os critérios para caracterização do solo urbano não edificado ou subutilizado no Plano Diretor são os seguintes:

- Terrenos e glebas são considerados solo urbano não edificado quando tiverem área superior a 250 m² e nenhuma construção. Quando houver construção, mas o coeficiente de aproveitamento não atingiu o mínimo definido na zona onde se situam são considerados solo urbano subutilizado.
- Os terrenos e glebas com área superior a 250 m² onde o coeficiente de aproveitamento não atingir o mínimo definido para o lote na zona onde se situam (exceto imóveis utilizados como instalações de atividades econômicas que não necessitam de edificações para exercer suas finalidades, postos de abastecimento de veículos e os imóveis integrantes do Sistema de Áreas Verdes do Município).
- São ainda considerados subutilizados os imóveis que tenham no mínimo 80% de sua área construída desocupada há mais de 5 anos, quando estiverem localizados no distrito da Sé, República, Bom Retiro, Consolação, Brás, Liberdade, Cambuci, Pari, Santa Cecília e Bela Vista, exceto os casos em que a desocupação decorra de impossibilidades jurídicas ou resulte de pendências judiciais.

Cabe, portanto, aos Planos Regionais a definição das condições em que os terrenos ocupados por estacionamentos e outras atividades econômicas que não necessitam de edificação poderão ser considerados subutilizados.

e. VACÂNCIA NO CENTRO DE SÃO PAULO

O Plano Diretor Regional da Sé na sua versão preliminar entregue à Secretaria de Planejamento mostrou os seguintes dados sobre a vacância na área central, através da tabulação dos dados dos setores censitários contidos na Subprefeitura Sé.

Tabela 19 - Domicílios não ocupados nos distritos da Subprefeitura Sé. fonte: IBGE, 2000. Instituto Pólis, 2002

O mapa a seguir mostra a espacialização desses dados e, através dele, é possível notar os bolsões de concentração de domicílios não ocupados nos distritos da Subprefeitura Sé: baixos da Bela Vista (Bexiga), margens da linha férrea, baixos da Aclimação e porções de antigas plantas industriais do Bom Retiro.

Figura 134- Domicílios não ocupados - fechados, vagos e de uso ocasional - nos setores censitários – 2000. Focado na Subprefeitura Sé. Fonte: Plano Diretor Regional da Subprefeitura Sé (2003) com dados do IBGE, 2000. Instituto Pólis, 2002

Limites da Subprefeitura Sé

O Plano Diretor Regional da Subprefeitura Sé elaborado em 2002/2003 mostra o seguinte diagnóstico: “Há um importante estoque de áreas com baixo nível de utilização, sobretudo nos Eixos das Avenidas do Estado e Rudge e da linha férrea. Tal fenômeno sugere a oportunidade de intervenções por parte do setor público que intensifiquem o uso produtivo ou residencial destes locais, uma vez que se trata de áreas relativamente centrais, fortemente servidas por infra-estrutura de transporte e comunicações e de importância estratégica para o futuro do município”.

f. PERFIL DA VACÂNCIA

A Vacância no Centro de São Paulo é predominantemente relacionada aos edifícios destinados a comércio e serviços com alta taxa de área construída (verticalizada) e que se encontram em estado médio de conservação. Segundo Bomfim (2004), os 18% de vacância nas quadras pesquisadas, 21% são compostos por áreas residenciais e 77% por usos destinados aos serviços e comércio. No mapa abaixo, vemos o levantamento realizado por Bomfim (2004) conjugando domicílios vagos e os setores de serviços e comércio.

Figura 135- Distribuição da estimativa dos espaços edificadas vazios por setores dos distritos Sé e República. Desenho sem escala. fonte: Bomfim (2004)

A grande contribuição dos movimentos sociais para sinalização da existência da vacância no Centro de São Paulo foi a iniciativa das ocupações^{*13} dos prédios vazios no Centro de São Paulo. A ocupação de edifícios vazios pelos movimentos sociais nas áreas com maior concentração de vazios como os distritos do Bom Retiro e Santa Cecília evidenciaram a necessidade de políticas públicas urgentes para uma demanda habitacional que optou morar e trabalhar no Centro em detrimento dos deslocamentos maçantes até a periferia.

A questão das ocupações pelos movimentos de moradia no Centro ainda é polêmica. A forte repressão a esses movimentos realizados pelo Governo do Estado demonstra a incapacidade do governo em legitimar essa demanda social. No âmbito da gestão municipal, ainda há uma leitura equivocada das redes sociais dentro dos movimentos, o que provocou a fragmentação e enfraquecimento de alguns movimentos. Teixeira (2004) mostra que as tentativas de institucionalização da questão e o conseqüente deslocamento de famílias das ocupações para programas habitacionais da Prefeitura dissolveram redes de sociabilidade e lideranças populares.

O levantamento de prédios vazios realizado por estes movimentos e reproduzido no Plano Diretor Regional da Sé (ver mapa 4) apontou algumas diferenças em relação às informações processadas pelo IBGE e da Prefeitura Municipal. Vale a pena destacar que as propriedades levantadas estão também na área mais dinâmica e valorizada que é o centro histórico, contrariando a idéia que a ocupação social das áreas ociosas deve prioritariamente estar nos perímetros das ZEIS e nos distritos "periféricos" do Centro, como é o caso do Cambuci e Bom Retiro.

No mapa 4 a seguir podemos verificar que o perfil da vacância é múltiplo em função dos diferentes históricos e das transformações no uso do solo.

Figura 136- Imóveis Ociosos e ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) na Subprefeitura Sé. Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo, levantamento dos Movimentos de Moradia e das associações de bairro. Plano Diretor da Subprefeitura Sé/ Instituto Polis, 2003.

Os fatores que contribuem ou contribuíram para o surgimento ou permanência das áreas vacantes demonstram que são muitas as faces da vacância no Centro de São Paulo.

f1- Investimento público em infra-estrutura viária para expansão da cidade – fuga das várzeas pela elite – caminho em direção ao Sudoeste (NAKANO *et al.*, 2003). Os inúmeros eixos expressos de transporte individual construídos em diferentes gestões, ao privilegiar a macroacessibilidade, fragmentaram o tecido urbano a ponto dos imóveis ao longo destas vias sofrerem considerável degradação e desvalorização. Isso pode ser particularmente verificado nos imóveis ao longo do elevado leste-oeste, o (Minhocão, e nos imóveis ao longo da av. 9 de Julho na porção central;

f2- Deslocamento dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais para o quadrante sudoeste, especialmente na região da Paulista e Ibirapuera. Alguns desses imóveis que abrigaram o Poder Público localizados nos distritos República, Sé e Bom Retiro estão há décadas desocupados;

f3- Desativação de antigas plantas industriais devido à modificação do padrão de produção, distribuição e armazenagem de mercadorias. No mapa acima, podemos verificar a grande concentração de galpões vazios ou subutilizados localizados nos antigos perímetros industriais - Cambuci e Santa Cecília;

f4- A malha ferroviária, que anteriormente atendia à indústria para o escoamento de mercadorias, agora possui uma função metropolitana de transporte público. Ao cortar toda a Subprefeitura Sé na diagonal oeste-sudeste reduziu a comunicação transversal ao longo deste eixo somente no trecho das estações. Os imóveis localizados ao longo deste eixo também sofreram um processo de esvaziamento, como pode ser verificado no mapa acima;

f5- Surgimento de novas centralidades (SANDRONI, 2003): novos modelos produtivos e respectivos ciclos urbanos orientaram a busca do mercado imobiliário por áreas com maior possibilidade de obtenção de renda e lucro no capital imobiliário. (BOMFIM, 2004);

f6- Acesso e tipos de financiamento no mercado imobiliário. Segundo Bomfim (2004), o modelo de financiamento imobiliário que tem privilegiado novas unidades, nos vetores de expansão da região metropolitana de São Paulo, iria comprometer fundamentalmente a renovação do parque imobiliário consolidado, especialmente aqueles localizados no Centro Histórico;

f7- Segundo Bomfim (2004), “Grande parte dos edifícios no Centro é de propriedade dos quatrocentões de São Paulo. São parte da elite muito antiga que foi comprando propriedades, pessoal aposentado ou os seus herdeiros que não dependem exclusivamente desta renda”. Para os prédios cujo proprietário é único, é mais rentável a venda do imóvel inteiro, para reduzir os custos de

administração. Nesse sentido, muito deles seguram até que isto seja possível. No levantamento realizado no perímetro em estudo, contido nos distritos Sé-República, constatou-se vários edifícios inteiros vazios;

f8- O perfil recorrente do proprietário dos imóveis no Centro é pessoa jurídica. Segundo Bomfim (2004), 7% das propriedades do Centro de São Paulo pertencem a bancos. A liquidez destes imóveis é muito menor porque eles geralmente não têm valor de mercado: "Geralmente a redução de valores para o mercado imobiliário de vendas é vista de forma específica quando o proprietário é pessoa jurídica. Uma variação negativa nos seus balanços pode representar um prejuízo contábil". Alguns imóveis no quadrilátero financeiro do centro-histórico estão vazios porque fazem parte da massa de falência de bancos e empresas que fecharam;

f9- Superação tecnológica das próprias plantas: necessidade de plantas comerciais e de serviços condizente com os novos usos e distinção das tarefas produtivas das administrativas - especialização espacial: planta livre, pavimento tipo, etc. (SANDRONI, 2003) Muitos dos edifícios no Centro Histórico possuem planta excessivamente fracionada que impede o uso flexível do espaço;

f10- Investimento na macroacessibilidade do transporte coletivo reforçou o estigma da popularização do centro que até recentemente contribuiu para a resistência da classe média a retornar a morar no Centro. (NAKANO *et al.*, 2003);

f11- Deseconomias de aglomeração que, segundo Sandroni (2003), contribuem para a resistência a permanência ou retorno de atividades econômicas no Centro. Entre elas o trânsito, falta de garagens e estacionamento, violência, etc.

f12- Mais recentemente, uma acentuada queda de preços do m² comercial na cidade, como um todo, provocou um movimento migratório para as regiões mais novas, por exemplo: avenidas Berrini, Faria Lima e Marginal Pinheiros, segundo a Consultoria Cushman & Wakefield (SANDRONI, 2003). Para Bomfim (2004), São Paulo perdeu 13 posições no que se refere a valorização de espaços comerciais mais valorizados do mundo;

f13- Restrições e normatizações de uso do edifício que é patrimônio histórico e aqueles que estão em um raio de 200m a partir dele.

Figura 137: Imóveis Ociosos nos distritos Sé, República e parte do distrito Brás. Fonte: levantamento EMURB, 2003.

g. LEVANTAMENTO REALIZADO NO PERÍMETRO EM ESTUDO 1º SEMESTRE 2004

Tanto os levantamentos realizados pelo Poder Público quanto pelos movimentos Sociais não haviam identificado as razões e o tempo de permanência da vacância, tarefa esta realizada por Bomfim (2004), que conjugou informações sobre domicílios e o setor terciário.

No entanto era necessário saber informações específicas dentro do perímetro onde foram estudadas as relações do trabalho informal nos espaços públicos. O objetivo do levantamento realizado no 1º semestre de 2004 era identificar imóveis com o pavimento térreo vazio e uso anterior relacionado ao setor de serviços, comércio ou administração pública. Foram levantados 58 imóveis com estas características. Através de uma entrevista com proprietários, zeladores dos prédios e imobiliárias foi possível identificar para quase a totalidade dos imóveis algumas questões recorrentes. Na tabela a seguir optou-se pela não identificação do número do imóvel para resguardar a privacidade, restando somente a informação da localização deste e do tempo de permanência.

Por meio da figura 137, é possível identificar vários destes imóveis nas principais ruas de passagem de pedestres e com atividades e setores econômicos bastante dinâmicos – rua Direita, rua Barão de Itapetininga, rua São Bento e rua 15 de Novembro.

Dos imóveis levantados, o período de permanência do pavimento térreo vazio varia de 1 a 96 meses (8 anos). Alguns, por terem abrigado anteriormente atividades relacionadas à administração pública, parece inconcebível que tais imóveis, localizados em um tecido urbano com densa malha de transporte coletivo, atividades e setores econômicos francamente dinâmicos, regular passagem de pedestres, etc., permaneçam vazios.

Foi possível reunir ao menos 8 tipos de justificativas alegadas:

g1 - DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO OU EMPRESAS EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO

- Imóveis de propriedade da massa falida de empresas, especialmente bancos estrangeiros pequenos que foram comprados por banco nacionais maiores e que não têm interesse em manter mais agências, já que possuíam grande número delas consolidadas no Centro;
- Imóveis de propriedade de Empresas, Fundações, Associações ou Sociedades Estrangeiras ou

Nacionais que acumularam dívidas do IPTU e que não vêem interesse na viabilização para qualquer tipo de uso no mercado imobiliário;

g2- RETENÇÃO ESPECULATIVA

- Imóveis cujo valor venal é maior daqueles praticados pelo mercado. Isso resulta na manutenção alta do preço ou no aumento do valor dos aluguéis ou da venda;

g3- FECHAMENTO DAS ATIVIDADES-FALÊNCIA OU CANCELAMENTO

- Imóveis que abrigavam varejo ou atacado que não sobreviveram às sucessivas crises econômicas e faliram, mas não comprometeram o imóvel em relação aos tributos municipais;

- Imóveis que abrigava bingo e que fechou graças à lei que proíbe essa atividade. Alguns bingos ainda sobrevivem através de liminares mas são poucos;

g4- IMÓVEL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA VAZIO

- Imóvel de Propriedade ou alugado pelo Poder Público com atividades ou atendimento no térreo suspensas;

g5- OUTROS

- Imóvel cuja atividade anteriormente exercida no térreo deslocou-se devido os inúmeros casos de assalto na rua;

- Fechamento pela Vigilância Sanitária devido ao não cumprimento das regras estabelecidas pelo órgão.

Há uma ligeira diferença entre o levantamento dos vazios no térreo realizado pela EMURB em 2003 e o levantamento realizado em 2004 no âmbito deste Doutorado. A primeira está relacionada às profundas transformações que aconteceram com o deslocamento de inúmeros órgãos municipais, estaduais e federais para o perímetro dos distritos Sé e República, entre eles o próprio gabinete da Prefeita; que levou a proliferar mais comércio e serviços no nível do térreo.

A segunda diferença é que o levantamento da EMURB não considerou os imóveis que abrigam a administração pública pois, apesar de eles não expressarem a vitalidade ou não vitalidade do mercado imobiliário local, seus espaços estão plenamente inseridos na dinâmica do tecido urbano local. Isso significa que manter espaços vazios, mesmo os imóveis do Poder Público, é

desconsiderar o enorme potencial deste tecido urbano e a função social que este espaço pode oferecer para seus cidadãos e para a economia local.

Outro aspecto importante é que o levantamento realizado neste ano privilegiou sobretudo os imóveis localizados nos eixos de maior passagem de pedestres e também aqueles de maior densidade de trabalhadores informais nos espaços públicos. A intenção é, nos próximos relatórios, debruçar-se sobre alguns imóveis, cuja longa permanência sem ocupação, podem trazer à tona as políticas de enfrentamento do problema.

Os números computados na tabela 3 a seguir só podem ser verossímeis dentro do perímetro em estudo e não pode explicar as razões da vacância em outros perímetros no Centro. Nos relatórios subsequentes pretende-se aprofundar as análises da vacância de apenas alguns imóveis específicos, cuja localização é compatível com a lógica de funcionamento da atividade informal de rua e também da dinâmica das atividades e setores econômicos presentes no Perímetro. De qualquer forma, cabe destacar pelo menos 2 fatores dentre os 8 relacionados abaixo: Retenção especulativa, com quase 34,5% das ocorrências e Falência do Comércio, com 31%. Nos próximos relatórios também serão melhor analisados estes 2 fatores especificamente.

As justificativas a seguir foram apontadas pelos entrevistados como sendo o principal motivo para a não ocupação do imóvel, porém, não deve ser destacada a hipótese desses imóveis combinarem duas ou mais dessas justificativas apresentadas.

Mapa 36: Imóveis Ociosos - imóveis cujo pavimento térreo está vazio. Levantamento da autora, 2004.

tabela 20: Relação dos imóveis com térreo vazio e tempo de permanência sem ocupação. Levantamento da autora, 2004.

tabela 21: porcentagens dos tipos de justificativas alegadas.
Levantamento da autora, 2004.

obs.: optou-se por não identificar o número dos edifícios nas fotos para preservar a privacidade dos mesmos. Alguns edifícios permanecem vazios em 2006. Outros, modificaram seus usos.

FOTOS DOS PREDIOS VAZIOS LEVANTADOS

Figura 138- r. 7 de Abril. foto: L. Itikawa. Abril 2004

Figura 139- r. 15 de Novembro. foto: L. Itikawa. Março 2004

Figura 140- r. 24 de Maio. foto: L. Itikawa. Março 2004

Figura 141- r. Álvares Penteado. foto: L. Itikawa. Março 2004

Figura 142- r. Álvares Penteado. foto: L. Itikawa. Março 2004

Figura 143- r. Álvares Penteado. foto: L. Itikawa. Março 2004

obs.: optou-se por não identificar o número dos edifícios nas fotos para preservar a privacidade dos mesmos. Alguns edifícios permanecem vazios em 2006. Outros, modificaram seus usos.

FOTOS DOS PREDIOS VAZIOS LEVANTADOS

Figura 144- r. Barão de Itapetininga. foto: L. Itikawa. Abril 2004

Figura 145- r. Barão de Itapet.. foto: L. Itikawa. Março 2004

Figura 146- r. Barão de Itapet. foto: L. Itikawa. Março 2004

Figura 147- r. Cons. Crispiano. foto: L. Itikawa. Março 2004

Figura 148- r. d. José de Barros. foto: L. Itikawa. Março 2004

Figura 149- r. José Bonifácio. foto: L. Itikawa. Março 2004

obs.: optou-se por não identificar o número dos edifícios nas fotos para preservar a privacidade dos mesmos. Alguns edifícios permanecem vazios em 2006. Outros, modificaram seus usos.

FOTOS DOS PREDIOS VAZIOS LEVANTADOS

Figura 150- r. Libero Badaró. foto: L. Itikawa. Abril 2004

Figura 151- r. Libero Badaró. foto: L. Itikawa. Março 2004

Figura 152- r. Marconi. foto: L. Itikawa. Março 2004

Figura 153- Praça da Sé. foto: L. Itikawa. Março 2004

Figura 154- r. da Quitanda. foto: L. Itikawa. Março 2004

Figura 155- r. São Bento. foto: L. Itikawa. Março 2004

obs.: optou-se por não identificar o número dos edifícios nas fotos para preservar a privacidade dos mesmos. Alguns edifícios permanecem vazios em 2006. Outros, modificaram seus usos.

FOTOS DOS PRÉDIOS VAZIOS LEVANTADOS

Figura 156- r. Xavier de Toledo. foto: L. Itikawa. Abril 2004

Figura 157- r. Xavier de Toledo. foto: L. Itikawa. Março 2004

Figura 158- r. Xavier de Toledo. foto: L. Itikawa. Março 2004

Figura 159: fonte: jornal O Estado de São Paulo. "Shopping de Camelô pode virar franquia". 18 de Julho de 2003

VACÂNCIA X USO SOCIAL PARA A ECONOMIA POPULAR

A permanência de valores imobiliários na área central fictícios, ou seja, valor venal maior que valor de mercado praticado pelos proprietários contribui decisivamente para a persistência dos vazios na área central. Por outro lado, segundo Bomfim (2004), não interessa ao Poder Público a alteração da arrecadação com a modificação da Planta Genérica de Valores, que determina a partir do valor venal, o IPTU a ser cobrado.

O negócio imobiliário já é em si um negócio conservador. Segundo Bomfim, "a aplicação em imóveis sempre foi significativa e considerada como refúgio para poupanças em função das crises econômicas". A permanência desses espaços edificados vazios também é relacionada à espera da definição de uma política urbana que reduza os riscos para a aplicação do capital na viabilização destes espaços. O sinal mais contundente dado pela Prefeitura de São Paulo em 2004 de que uma política urbana para o Centro seria implementada é o endividamento com o Banco Mundial que financiará inúmeras obras, em sua maioria nos distritos Sé e República.

Outro fator que dificulta a ocupação do parque imobiliário está relacionado aos longos processos jurídicos aos quais muitas propriedades estão submetidas por fazerem parte de bens de empresas falidas. Segundo Bomfim (2004):

disputas judiciais ou que constituem a massa falida de uma empresa. Os imóveis são utilizados como garantia do pagamento de dívida que ainda não foi saldado. Eles são solicitados inúmeras vezes pelos credores enquanto a disputa judicial estiver em andamento. Durante o processo qualquer capital líquido que incida sobre a massa de falência será absorvido primeiro pela União, depois pelos funcionários e, por último, em pagamento de despesas processuais, o que não é de interesse dos credores. Por isso, eles procuram manter o capital imobilizado até que se desqualifique o máximo possível de credores, garantindo algum capital no final para aqueles considerados qualificados. Em síntese, durante o processo os credores não têm interesse pela venda, pois o capital seria destinado às despesas do processo. São batalhas judiciais que podem levar de 20 a 30 anos para se resolverem. Esses processos se intensificam na área central devido à idade do parque imobiliário.

Para Bomfim (2004), não há garantia de lucratividade da renda obtida na locação dos imóveis vazios na área central e sim em outras localidades onde é possível a otimização do uso da

área, com índices maiores de aproveitamento e verticalização. Para ela, o papel do Poder Público Municipal seria atualizar a infra-estrutura, flexibilizar a legislação local e, na escala federal, formular leis de incentivo de reformas e financiamento da produção e comercialização dessas unidades reformadas.

Em relação à flexibilização da legislação valeria uma reflexão mais aprofundada. Se não é possível competir com outras centralidades em novas frentes de expansão do capital imobiliário, resta aperfeiçoar as leis de incentivo à renovação do parque imobiliário para determinados usos que não aqueles presentes nas centralidades mais emergentes. Isso significa incentivar a reforma de edifícios antigos através de uma política tributária vinculando, sobretudo, com a exigência de ocupação, pois há o risco do proprietário achar mais rentável deixar o edifício vazio com a isenção do tributo, por exemplo.

A lei n.º 12.350 de 6 de junho de 1997 ^{*14}, a chamada “Lei das fachadas” trata da recuperação da fachada dos imóveis com valor histórico, cultural, paisagístico ou arquitetônico contidos em um perímetro delimitado no Plano Diretor Regional da Subprefeitura Sé. A concessão da isenção por dez anos do pagamento do IPTU pela Prefeitura deve ser renovada anualmente e aprovada em uma comissão formada pela mesma. Um dos aspectos positivos dessa lei é impedir a isenção do IPTU às propriedades que estejam inscritos na Dívida Ativa da Prefeitura. Por outro lado, não vincula à nenhuma renovação das instalações do edifício para adequação às exigências atuais básicas de infra-estrutura predial, como cabeamento, atualização das instalações elétricas e hidráulicas, adequação ao Código de Obras e de Segurança, etc. Verificou-se apenas no perímetro em estudo pelo menos três edifícios com fachadas recuperadas e ao menos parte do total de metros quadrados - térreo e/ou andares superiores - vazios.

Como foi dito anteriormente, a aplicação dos instrumentos fiscais é necessária, mas não suficiente para garantir a utilização da terra vacante para uso residencial ou comercial de interesse social. É necessário apoio ou vontade política aliado a programas de investimentos públicos e mecanismos de controle social sobre a produção da terra.

A recente ampliação de canais participativos, em especial aqueles no âmbito municipal, demonstra, por um lado, uma permeabilidade e abertura de governos mais progressistas e também o desejo da sociedade civil organizada ocupar espaços de fiscalização e deliberação dos projetos para a cidade. Recentemente vem sendo discutido o papel dos Conselhos de Representantes que atuarão nas Subprefeituras, fundamentais na condução das leis específicas que não foram detalhadas nos Planos Regionais das Subprefeituras ^{*15} entre elas a definição dos parâmetros de

aplicação dos Instrumentos de Indução do Desenvolvimento Urbano.

Como o levantamento da localização e valores cadastrais das áreas vazias são geralmente desatualizados é importante a participação de quem vivencia o tecido urbano na identificação dos imóveis vazios. O Mutirão das Associações de Bairro para levantamento dos imóveis de interesse para a ocupação social no âmbito do últimos Planos Regionais (figura 136), prova que a engajamento daqueles que vivenciam cotidianamente os problemas de uma localidade contribuem decisivamente para a emergência dos conflitos.

É fundamental o monitoramento do Estado em todo o processo de para evitar distorções que comecem no financiamento da recuperação do parque imobiliário e continuam nas expectativas de retorno dos investimentos. Capacidade de negociação da apropriação da mais valia gerada pela renovação através da exigência clara das contrapartidas sociais. Para Wood (2001), o Estado precisa ter protagonismo na barganha do lucro gerado por todo o empreendimento.

No Brasil e particularmente em São Paulo há a clara impossibilidade de aquisição de um parque imobiliário e uma dependência de financiamentos supra-locais. A patente limitação orçamentária na escala dos municípios levou à solicitação de diferentes tipos de financiamento tanto internos. Em São Paulo, na última gestão municipal de 2000-2004 solicitou-se empréstimo ao BNDES para a renovação do sistema de transporte coletivo e ao Banco Mundial para os projetos executados nos distritos Sé e República na área central.

Obviamente, a velocidade de renovação do tecido urbano fica muito mais limitada. Se a dependência de financiamento supra-local e de agências bilaterais é uma realidade, mais atento deve estar o governo em relação aos condicionantes impostos pelos investidores.

A Criação de uma Agência de Desenvolvimento na área da recuperação aproxima o governo e sociedade civil organizada na gestão e monitoramento do processo. No entanto, a Agência de Desenvolvimento do Centro de São Paulo ainda é um projeto. É necessário uma lei específica que aprobe sua existência. Segundo Laranjeira (2004):

A forma privilegiada de parceria público-privada neste período foi a fé nas agências de desenvolvimento. Elas não integravam a administração municipal, mas eram mantidas por esta e seu presidente escolhido pelo Prefeito. Obtinham financiamentos mediante contrato e seu conselho de administração era composto por profissionais oriundos do setor privado. Cabia-lhes escolher terrenos apropriados aos novos empreendimentos, definir programas financeiros, melhorias de infra-estrutura e

vantagens a serem acordadas com os investidores, além de negociar contrapartidas como a melhoria dos transportes públicos, a manutenção do nível de emprego, a formação profissional de trabalhadores ou ações concernentes à preservação do meio ambiente.

À imagem e semelhança das agências de desenvolvimento norte-americanas, as *Urban Development Corporation* (UDCs) foram criadas e financiadas pelo governo britânico, receberam plenas atribuições urbanísticas em áreas delimitadas. O problema é o caráter seletivo da política pública conduzida pelo mercado e do desigual processo de reabilitação urbana que corre o risco de ser pontual, fragmentado, e com zonas inteiras de fora.

Por último, certamente o maior desafio é a engenharia de construção da composição e negociação com todos os agentes de produção da terra urbana: parceladores (legais ou ilegais), empreendedores imobiliários, grileiros, população de baixa renda que ocupa informalmente, agências estatais, sobretudo as financiadoras, associações comunitárias (incluindo até associações religiosas). Não devem ser esquecidos também acordos dentro do Poder Público, no que se refere às escalas Federal e Municipal para que seja possível a transferência de propriedade dos imóveis da União (Ferrovia e Porto) para a municipalidade.

No caso do perímetro em estudo, onde há predominância dos usos comerciais, de serviços e administrativos, é desejável que o uso social dos antigos edifícios vazios, uma vez disponibilizados após a reforma urbana, sejam usados não só para fins de habitação social como também para uso da economia popular. Veremos adiante como esse uso para a economia popular pode incluir as diferentes categorias de comerciantes de rua em empreendimentos formulados, administrados e financiados em conjugação do Estado com os trabalhadores.

8. Articulação da atividade com os usos urbanos

a. ATIVIDADES E USOS URBANOS EXISTENTES

Apesar do deslocamento de alguns setores para o vetor sudoeste em direção às outras centralidades – Paulista, Faria Lima, Berrini e Marginal Pinheiros, o Centro ainda abriga importantes atividades e setores para a cidade.

Segundo Bessa (2003), as transformações na década de 90 implicaram na transformação das funções urbanas que se estenderam a partir do centro em direção às novas áreas de expansão do capital imobiliário para o vetor sudoeste. Isso não implicou necessariamente em um esvaziamento econômico de todos os setores e sim uma reconversão econômica decorrente das novas estratégias locacionais das empresas. Algumas que restaram no Centro, por exemplo, preferem centralizar as atividades rotineiras e de menor valor agregado no centro histórico e deslocar as atividades ligadas à sede, representação comercial e planejamento corporativo para a faixa expandida do centro, formatando assim relações de complementaridade no tecido urbano da cidade.

Houve uma razoável queda de empregos formais no Centro, de acordo com o Cadastro de Estabelecimentos Empregadores: entre 1992 e 2000 o Centro perdeu cerca de 108.572 empregos formais. Na Sé a situação parece mais grave pois representou uma perda líquida de 22% dos empregos formais. (AMITRANO, 2003) apesar das perdas significativas, ainda são fortemente empregadores em relação aos demais distritos do Centro Expandido.^{*16} Na região central de um modo geral, prevalecem as atividades de menor valor agregado e com menor qualificação. Adiante veremos nos mapas quais são as atividades.

Os distritos que compõem a Região Central possuem características distintas em relação aos postos de trabalho. São basicamente três grupos: Bela Vista, Pari e República, por exemplo, dependem fundamentalmente dos empregos ligados aos órgãos municipais, estaduais e federais, além de possuir também em grande número as atividades do ramo imobiliário, e prestação de serviços às empresas.

Bom Retiro, Cambuci e Brás possuem maior número de atividades ligadas à indústria de transformação. Já nos distritos Sé, Santa Cecília e Consolação pode ser destacada o setor do

tabela 22: Evolução do emprego formal na área central da cidade de São Paulo, segundo Seção CNAE. Fonte CEBRAP. Março, 2002.

tabela 23: Evolução do emprego formal no distrito República. Fonte CEBRAP. Março, 2002.

tabela 24: Evolução do emprego formal no distrito Sé. Fonte CEBRAP. Março, 2002.

comércio atacadista e varejista e serviços é mais presente.

Segundo Amitrano (2003), em 1992, o ramo de atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, a indústria de transformação, o comércio atacadista e varejista, o setor financeiro e a construção civil acumulavam mais de 41% dos postos de trabalho. Em 2000, enquanto o setor ligado à administração pública encolheu de uma forma geral nos distritos da região central, os setores mencionados acima incrementaram a participação no setor formal, acumulando um ganho líquido, chegando a 44,1%.

a1. Atividades ligadas à administração pública

Na tabela 22 podemos destacar o setor de administração pública: participação importante na composição de empregos no Centro, de 1992 a 2000. Segundo Amitrano, em 1992, o setor público composto por administração, defesa e seguridade social representava cerca de 41% das ocupações. Até 2000 houve uma perda na participação dos empregos formais caindo para 36%.

A concentração de atividades jurídicas públicas nos três níveis de Governo – municipal, estadual e federal, é muito presente principalmente nos distritos Sé e República. Apesar da queda na participação nos empregos formais até 2000, com a transferência da sede do gabinete da Prefeitura para o viaduto do Chá em 2004, inúmeros outros departamentos, sejam municipais ou estaduais retornaram para o Centro Histórico. No entanto, não está registrado até 2004 em que medida esse deslocamento aumentou a fatia da administração pública assim como o aumento dos inúmeros serviços conectados a esses órgãos, como os escritórios de advocacia, auditoria, consultoria, contabilidade, cartórios, etc.

A concentração dos órgãos nas três escalas de Governo e suas repartições de atendimento ao público faz do Centro de São Paulo destino de uma legião de cidadãos em busca de informações e prestação de serviços públicos. No levantamento de campo demonstrado no capítulo 4, percebeu-se que alguns trabalhadores nos espaços públicos preenchem as lacunas deixadas por falhas de atendimento das várias instâncias burocráticas ou através da complementação de informações exigidas, facilitando o serviço do cidadão.

Muitas vezes o trabalhador simplesmente anuncia o tipo de serviço que é praticado nas redondezas – foto, listagem dos documentos, etc; como também executa – na rua mesmo- a prestação

de serviço ao cidadão, como a digitação de um formulário, por exemplo. Junto aos principais órgãos públicos não é raro a presença desses trabalhadores utilizando-se da periodicidade de concursos públicos, vendendo material de preparação para as provas ou orientação dos estabelecimentos que promovem cursos.

Este tipo de atividade poderia ser potencializada porque há uma enorme demanda por prestação de serviços imediatos de esclarecimento ao usuário destes órgãos públicos, cuja burocracia e lentidão dificultam a compreensão dos processos. Nesse sentido, pretende-se desenvolver no âmbito do Doutorado como o setor informal pode exercer de forma organizada, uma atividade já existente e necessária.

A territorialização das atividades e setores dinâmicos no Centro pode fornecer subsídios do tipo de ocupação que podem ter os espaços vazios levantados, ou seja, o tipo de ocupação dependeria da atividade predominante das redondezas. Nesse sentido, se determinados perímetros do Centro, por exemplo, concentram as atividades de prestação de serviços ao cidadão poderiam ser formadas cooperativas de trabalhadores informais que sejam especializados nos serviços de esclarecimento e encaminhamento da população e, de forma organizada e monitorada pelo Governo, ocupar os espaços vazios. (nota de rodapé: depois de todo o processo de atuação dos instrumentos do Estatuto da Cidade e da ação de desapropriação final)

Dois imóveis assinalados no mapa 36 destacam espaços onde é possível praticar este tipo de uso mencionado acima. Um é o prédio Martinelli, onde funciona várias secretarias municipais e outro é um espaço vazio onde funcionava antigamente um departamento do governo do Estado para questões rurais. Ambos possuem o térreo vazio em um contexto de grande passagem de pedestres e, no caso do edifício Martinelli, onde funcionava anteriormente um posto da prefeitura de atendimento ao trabalhador e que agora está vazio.

Figura 160: mapa dos órgãos de administração pública nos distritos Sé e República. Fonte: CEM/CEBRAP, 2003

a2. Atividades ligadas ao setor de serviços

É importante salientar que as profundas transformações de ordem macro-econômica (abertura econômica, fracionamento das cadeias produtivas, desregulamentação financeira, etc – DUPAS, 2000; BESSA, 2003) que afetaram fortemente a região metropolitana, tiveram também seus efeitos na região central. Aquilo que ficou conhecido como um aparente “esvaziamento econômico” da região central, na verdade, é reconhecido hoje como um processo de reconversão das suas atividades econômicas.

É possível explicar essa transformação através da mudança de perfil do setor de serviços, com menor nível de exigência de qualificação. Ela é fruto da terceirização das atividades que antes estavam abrigadas no corpo das empresas, como os *call centers*, processamento de dados, serviços de vigilância e agenciamento de mão-de-obra. Segundo Bessa (2003):

Os chamados setores de serviços a empresas respondiam em 2000 cerca de 80 mil empregos formais na região central. A dinâmica observada na última década aponta para a especialização crescente nos segmentos de menor complexidade, que demandam mão de obra relativamente menos qualificada, como as atividades de segurança, recrutamento, e agenciamento de mão de obra e serviços temporários, em detrimento de segmentos de serviços mais especializados prestados a grandes corporações como as atividades de auditoria, assessoria empresarial e Publicidade.

Para ele, o Centro possui grande concentração de empresas de porte médio e pequenos escritórios, que executam serviços de contabilidade e de apoio, atividades cartoriais, despachantes, escriturários, atividades auxiliares de justiça, preparação de declaração de imposto de renda de pessoas físicas, jurídicas, etc. A maioria atua em complementaridade às atividades do aparato público. O distrito República, por exemplo, possui importante participação no setor de agenciamento de mão de obra temporária (53%).

Este setor de prestação de serviços abundante tem favorecido a instalação de atividades típicas para as micro, pequenas e médias empresas, como os serviços gráficos, editoriais, de manutenção, venda e desenvolvimento de produtos ligados à informática, assim como outros setores mais tradicionais como as assessorias técnicas, produtos óticos, fotográficos, etc.

Figura 161- homem-placa. foto: Luciana Itikawa. local: esquina da r. Direita com Largo da Misericórdia. Abril de 2004.

Enquanto parte do setor financeiro migrou para as novas centralidades, alguns segmentos “menos nobres”, usando a terminologia de Bessa (2003), ainda estão presentes no Centro. Segundo Comin (2003):

Enquanto as sedes dos bancos comerciais e de investimentos, por exemplo, migram da região central para a Berrini, atividades como factoring, financeiras e crédito pessoal, reciclagem de pré-datados e de administração de mercados bursáteis (inclui Bovespa e BM&F), cooperativas de crédito, empresas de previdência privada fechada, planos de saúde, seguro não-vida, etc. cresceram tanto em número de estabelecimentos quanto de empregos.

O Centro é tradicionalmente conhecido por concentrar várias empresas de agenciamento de mão de obra e inúmeros escritórios de assistência jurídica ao trabalhador. É largamente conhecido o papel dos aposentados na divulgação das vagas emitidas pela agências de emprego nas ruas do Centro Histórico e também das pessoas publicizando os serviços de assistência técnica e jurídica ao trabalhador. A história desses idosos assalariados que ficam no espaço público como suporte de informações não está tão longe da precariedade do ambiente de trabalho do comerciante informal de rua. Esse tipo de prestação de serviço – dar informação, ainda que de forma passiva, ficou tão arraigada na cidade que, apesar de ocuparem o espaço público, não estão sujeitos ao mesmo esquema de corrupção em relação aos trabalhadores sem o TPU^{*17}.

Apesar da assimilação pela sociedade de tal prática, tanto os “homens-placa” ^{*18} como os comerciantes de rua compartilham da mesma vulnerabilidade institucional e precariedade do ambiente de trabalho. Mais grave ainda é tratar a informação ao trabalhador como mercadoria e deixá-la ser dissolvida e fragmentada pelas ruas do Centro. Se essa é uma demanda real da sociedade, em particular nos tempos de alto desemprego, os sindicatos podem organizar, junto ao governo, o encaminhamento dos comerciantes e trabalhadores informais de rua à assistência técnica e jurídica, no esclarecimento dos direitos e das oportunidades de crédito.

A precariedade da rua como ambiente de trabalho – vulnerabilidade às intempéries e abuso pela clandestinidade, etc. - pode ser evitada através da ocupação de espaços que estão permanentemente vazios nas áreas de maior demanda por informações de emprego. A força de trabalho já existe, falta alocá-los da rua para novos patamares de cidadania e de direitos. Apesar do tradicional presença dos “homens-placa”, característica secular da cultura de rua, não se trata de eliminar indiscriminadamente tais práticas e sim, pensar como incrementar o atendimento àqueles interessados nas informações que eles carregam: vagas de emprego para os transeuntes.

a3. Atividades ligadas ao comércio atacadista e varejista

Os setores atacadistas e varejistas do comércio com ocupação secular no Centro, ainda se configuram como um importante pólo regional, nacional e internacional. A região central ainda concentra importantes nós da cadeia de distribuição do setor têxtil-vestuário, em especial a região da rua 25 de Março e adjacências. Podemos destacar também os inúmeros eixos de varejo e atacado, muitos deles com porte sem equivalência no município.

A territorialização do setor de comércio atacadista e varejista no Centro segue de forma mais veemente a lógica daquilo que entendemos como “Economias de aglomeração”, ou seja, (BESSA, 2003) a proximidade de certos setores é mais interessante que a dispersão. Quanto mais especializada a atividade, maior a tendência à concentração em clusters, transformando certos perímetros em lugares-referência de determinada atividade. O surgimento dos clusters, no caso do Centro está relacionado a causas históricas, facilidade de acesso e infra-estrutura, oferta de imóveis a baixo custo, entre outros fatores. A ótima oferta de transporte coletivo de massa no Centro contribui decisivamente para o desenvolvimento e permanência dos *clusters*. (NAKANO *et al.*, 2003).

Especialmente nos distritos Sé e República, são inúmeros os perímetros especializados de comércio atacadista e varejista, alguns deles, chegando até a se entrelaçarem ou se sobreporem. Vale a pena destacar aqueles mais tradicionais, como o atacado/ varejo do setor têxtil-vestuário no Bom Retiro e outros que surgiram há apenas alguns anos, como o varejo de produtos evangélicos na rua Conde de Sarzedas.

Figura 162- mapa do setor de serviços nos distritos Sé e República. Fonte: CEM/CEBRAP, 2003

Figura 163- mapa do setor de comércio atacadista/varejista nos distritos Sé e República. Fonte: CEM/CEBRAP, 2003

Levantamento realizado pelo Instituto Pólis no âmbito do Plano Diretor Regional da Subprefeitura Sé permite destacar os seguintes perímetros de comércio atacadista/varejista - ver mapa 17:

- R. José Paulino e arredores: têxtil e vestuário;
- R. São Caetano: vestuário e artefatos para noivas;
- Ladeira Porto Geral: fantasias, produtos para festas;
- R. 25 de Março: armarinhos, artefatos domésticos, acessórios;
- R. Florêncio de Abreu – começo: ferramentas. Final: produtos para pesca;
- R. Conde Sarzedas: artigos religiosos evangélicos;
- R. Paula Souza: material para restaurantes e bares;
- R. Sta. Efigênia e arredores: Eletro-eletrônicos;
- R. Duque de Caxias: acessórios eletrônicos para carros;
- R. Barão de Limeira: artigos para motoboys.

No perímetro em estudo, que está contido entre os distritos Sé e República poderiam ser destacados os seguintes setores econômicos:

- R. Conselheiro Crispiniano: artigos fotográficos;
- R. 24 de Maio: vestuário juvenil;
- R. Barão de Itapetininga e r. Barão de Paranapiacaba: artigos de joalheria;
- Arredores da Praça da Sé: artigos religiosos católicos e farmácias de ervas medicinais;

Dentre os perímetros relacionados acima, aquele que possui rebatimento direto das atividades exercidas no espaço privado e no público podemos citar o perímetro da R. 24 de Maio, que possui ao longo de toda sua extensão lojas com moda jovem e também artigos semelhantes e da mesma faixa etária sendo vendidos no espaço público. Essa rua é, particularmente, importante

pólo regional que atrai jovens de toda a região metropolitana de São Paulo para consumir referências e lançamentos de moda jovem.

Verificou-se que o comércio nesta rua realizado no espaço público é fortemente organizado, com especialização da mercadoria, divisão de atribuições e responsabilidades *9 que espelha não só um dinamismo do varejo de vestuário juvenil nesta rua, como também de uma organização e hierarquização do comércio de rua não encontradas em outros perímetros.

Nesta mesma rua o SESC mantém uma escola de aprendizagem das técnicas de comércio - o SENAC; e também possui uma unidade que está sendo reformada para o lazer dos comerciantes da região - o SESC 24 de Maio. A demanda pelo aperfeiçoamento do comércio, assim como a assistência técnica ao comerciante deveria ser mais potencializada no Centro dado o protagonismo que o comércio exerce na região Central. Além disso, as atividades de capacitação, que fazem parte do programa da Prefeitura para o comércio informal de rua deveria ser acompanhada de um monitoramento e aconselhamento permanentes dos pequenos negócios que muitas vezes não vingam por falta de assistência institucional. Nesse sentido, a assessoria técnica pode ser feita pelo Governo ou por instituições como o SEBRAE, SESC, que têm absoluto interesse pelo desenvolvimento do setor, seja na perspectiva arrecadatória, seja na preocupação pelo desenvolvimento da sobrevivência de um setor bastante sensível, que é o comércio em pequena escala.

POSSIBILIDADES DE ARTICULAÇÃO DO COMÉRCIO INFORMAL COM AS ATIVIDADES E USOS URBANOS

Segundo Bessa (2003), o perfil de funcionamento da cadeia produção-distribuição-venda é a construção de redes de cooperação baseadas em subcontratações hierarquizadas, que variam desde vínculos de contratos informais até relações de parcerias consolidadas por meio da integração por meio de contratos de longo prazo.

O modelo nos países desenvolvidos foi o de encadeamentos virtuosos por meio da organização da produção e do trabalho, enquanto que nos países do capitalismo periférico se deu sob a forma de "flexibilização rudimentar", ou seja, em estratégias de redução de custos por meio da precarização do trabalho. (BESSA, 2003; MARREY, 2004)

Uma política para a região central teria que se dar em torno de políticas de desenvolvimento centradas na articulação das redes produtivas e comerciais que o Centro mostra nítidas vantagens competitivas. Os incentivos para as atividades econômicas deveriam ser utilizados para os segmentos que apresentam fraca densidade econômica no Centro, mas que seriam fundamentais para complementar os setores já existentes e potencializar a construção de uma rede de aprendizado em torno das novas atividades de serviços. Entre eles, o incentivo à criação de incubadoras voltadas para os pequenos e médios empreendimentos que prestam serviços à administração pública, serviços jurídicos, atividades de call centers, etc.

Entretanto, o incentivo aos pequenos empreendimentos não é suficiente. Segundo Bessa (2003), seria oportuno incentivar a presença de centros de pesquisa universitários e cursos tecnológicos profissionalizantes.

A capacitação profissional/assessoria técnica e jurídica, a articulação entre as atividades e setores econômicos predominantes no Centro e a ocupação dos espaços vazios seriam a base do tripé para o posicionamento do setor informal dentro do elo produtivo e dinâmico no Centro de São Paulo. Do ponto de vista do planejamento urbano, uma legislação urbanística que dê acesso social aos espaços ociosos efetivaria a democratização do acesso à terra urbana. Para que esta ocupação possa ser auto-sustentável é possível as seguintes alternativas:

- Ocupação dos espaços vazios nos perímetros com predominância do setor de administração pública – possibilidade de estabelecer nestes espaços atendimento aos usuários da rede pública

através da orientação de concursos públicos, encaminhamento e esclarecimento dos processos jurídicos e administrativos, prestação de serviços como cartório, cópias de documentos, foto, preenchimento de formulário, numa tentativa de desburocratização da máquina do Governo. As empresas de capacitação para concursos, ONGs de políticas sociais e o próprio Governo poderiam sistematizar o atendimento e monitorar sua eficiência;

- Ocupação dos espaços vazios no perímetro com maior concentração de agências de emprego – possibilidade de ocupação do setor de agenciamento de mão de obra através da divulgação, publicização das vagas de emprego de forma organizada e esclarecedora. Prestação de serviços para entrada no processo de seleção para uma vaga. Orientação para capacitação, aconselhamento dos direitos e da burocracia dos processos trabalhistas. Reunião do sindicato das agências de emprego para gestão desses espaços. Não se trata da anulação dos espaços individuais de cada agência de emprego e sim de um espaço de publicização das informações para democratizá-las ao cidadão;

- Ocupação dos espaços vazios no perímetro do comércio especializado – possibilidade de prestação de serviço, assistência técnica e jurídica ao pequeno empreendedor – esclarecimento da burocracia, possibilidade de créditos específicos. Instituições como o SEBRAE, SESC, SENAC e ASSOCIAÇÃO COMERCIAL poderiam ser os organizadores, mantenedores e monitoradores desses espaços. Ampliação dos espaços para atacado e varejo populares. Uso dos instrumentos da Reforma Urbana para ocupação dos espaços vazios ou subutilizados - acesso social para economia popular.

Mapa 164: Localização das repartições públicas nos distritos Sé e República. Fonte: levantamento EMURB, 2003.

Legenda

perímetro em estudo

imóvel do Município

imóvel estadual ou federal

imóveis com
térreo vazio de
interesse para
ocupação
social

Mapa 37: locais sugeridos pelas lideranças da categoria para trabalho. Levantamento da autora, 2006

Figura 164: fonte: jornal O Estado de São Paulo. "Eles vivem da rua. E ganham bem". 22 de Junho de 2003

9 - Projetos de referência de Centros de Comércio Popular

a. PARÂMETROS

É importante ressaltar aqui dois aspectos antagônicos da estratégia de criação de bolsões: a institucionalização do comércio informal de rua, pode ser um instrumento de descaracterização da espontaneidade e criatividade presente na diversidade de iniciativas. Além disso, corre o risco de aniquilar a característica mais pungente do comércio informal de rua que é sobreviver dependendo necessariamente da vida urbana onde está inserido. Deslocá-lo para um espaço reservado e delimitado, seja ele público ou privado, pode ameaçar sua existência.

A estratégia de criação de um bolsão destinado ao comércio informal pode ser uma política pública desejável se ao menos for visto como parte da política urbana.

Para se tornar uma política emancipatória, é necessário que a formulação de um bolsão seja não só um projeto urbano de integração da atividade com a cidade como também um projeto social e economicamente sustentável.

Os bolsões, sejam eles localizados em espaços públicos ou privados, são sempre um desafio como política pública, na medida em que é a institucionalização de um fenômeno que é em si só, espontâneo. Os exemplos citados no capítulo anterior comprovam alguns equívocos cometidos na má formulação e gestão dos bolsões em algumas cidades.

b. EL PERSA BIOBIO - SANTIAGO, CHILE

O projeto Plaza Techada- Persa Biobio na cidade de Santiago do Chile pode ser considerado um caso de experiência exitoso porque combinou, ao mesmo tempo, três elementos essenciais para tal, segundo Tokman (2001): engenharia institucional eficiente (Governo-investidores-trabalhadores e sindicatos), protagonismo do governo local e participação ativa dos atores envolvidos (trabalhadores e comércio estabelecido) e ótima localização.

Do ponto de vista institucional, a primeira iniciativa importante neste bolsão foi a criação

da Comissão do Comércio de Via Pública, onde participam representantes das secretarias do governo relacionados com a questão. Em seguida, foi incentivada a participação dos integrantes da comissão para que assumissem tarefas específicas no empreendimento. Em terceiro lugar, promoveu-se a participação democrática dos atores interessados através do Conselho Econômico e Social do município. Por último, promoveu-se a descentralização dos programas de intervenção através da criação da Cooperação para o Desenvolvimento de Santiago, que têm desempenhado um papel importante nos processos de formalização das unidades informais dos comerciantes de rua (TOKMAN, 2001).

Este bolsão, chamado "El Persa Bíbio", é um amplo espaço para 1.250 postos de 2.0x2.0 m², equipado com banheiros públicos, cafeteria e escritórios de administração. Foi inaugurado em 1994 e sua administração ficou nas mãos de uma cooperativa dos trabalhadores. A Corporação de Desenvolvimento da Prefeitura apoiou na formação da cooperativa e buscou assessoria e financiamento da iniciativa privada. É localizado em um importante eixo de comércio popular, bem servido de transporte público.

Outra experiência de criação de um bolsão inserido na dinâmica urbana foi o deslocamento de alguns comerciantes de rua para o Centro Cultural do Livro e o Mercado dos Floristas no centro histórico de Bogotá (TOKMAN, 2001). A criação destes dois bolsões estava incluído dentro do contexto de reformulação do Plano Diretor de 2000. A localização do bolsão era condizente com as demais atividades econômicas presentes no tecido urbano. A sustentação institucional deste bolsão baseava-se nas seguintes premissas:

- Mesa Permanente de negociação e gestão criada pelo Decreto do Prefeito em 1996. Seu objetivo foi promover a participação dos atores envolvidos e encontrar soluções negociadas no âmbito das diretrizes de desenvolvimento urbano determinado pelo Plano Diretor;
- Política de Formação de Cooperativas de comerciantes com a finalidade de organizá-los por áreas geográficas e por ramos de atividade. Como o movimento cooperativo é muito difundido na Colômbia, esta proposta tem tido boa aceitação entre as associações da categoria no centro da cidade;
- Desenvolvimento de "Mercados Orbitais", através da criação de espaços públicos de recreação e comércio, onde todos os dias da semana se assentam os comerciantes. Esses espaços se converteram em lugares de encontro social e comércio. (TOKMAN, 2001)

Por outro lado, no caso da cidade de Lima, foi necessária uma forte negociação com as associações de trabalhadores para conseguirem a transferência de alguns comerciantes do espaço público para outros centros comerciais fora do perímetro do centro histórico em terrenos municipais. Pelo fato de estarem distantes da dinâmica dos eixos comerciais tradicionais, o governo local precisou criar uma estratégia de promoção do empreendimento e reordenamento do transporte público na região. (TOKMAN, 2001)

A articulação entre Poder Público e trabalhadores é importante para que exista legitimidade entre a categoria, mas não é suficiente para a sustentabilidade de um bolsão. No caso de Lima mencionado acima, "trazer a cidade" até o bolsão, ou seja, reordenar o transporte coletivo até ele, ou mesmo ter uma boa estratégia de marketing do empreendimento não é garantia de êxito. Estes mesmos expedientes utilizados pela Prefeitura de São Paulo no caso do Pop Center do Brás também não surtiram efeito.

c. HARLEM - RUA 125, EM NOVA IORQUE, ESTADOS UNIDOS

A rua 125, no bairro majoritariamente negro do Harlem, é também conhecida por seu varejo popular na rua e no espaço privado, que abriga o "Corredor de Desconto" e o "Bazar Africano". Esta rua é tradicionalmente conhecida pelo seu varejo popular e é um importante eixo comercial da porção norte da ilha de Manhattan. Em 1994, haviam em torno de 400 a 550 vendedores, 95% deles imigrantes do Oeste da África e 91% homens.

Os mesmos conflitos verificados entre comerciantes e as autoridades também foram verificados por McGregor-Mirghani (1994): "em 1992, a polícia decidiu reprimir duramente para fazer cumprir a lei de coibir a presença de trabalhadores sem licença. Os trabalhadores responderam igualmente agredindo as lojas da rua e forçando-as a fecharem".

A pressão para a extinção do comércio de rua agregou outras instituições: membros da Associação Comunitária do Harlem, Departamento de Polícia Local, Agência de Desenvolvimento Urbano local, Centro de Negócios Internacionais, Distrito de Melhoramentos e Negócios da rua 125 e a Câmara de Comércio da parte alta de Manhattan, assim como algumas organizações não-governamentais. Pode-se dizer que uma estrutura semelhante de conspiração contra o comércio de rua no centro de São Paulo provou ser exitosa na pressão pela expulsão dos trabalhadores de

determinados espaços públicos.

O programa de Relocação do comércio de rua no Harlem projetado pela Prefeitura, a partir de 1987, consistia na promoção de espaços alternativos para o comércio em espaços privados, localizados em lotes vazios ou estacionamentos. Seriam emitidos licenças temporárias de três meses renováveis e aluguel pelo uso do espaço. O projeto, no entanto, não incluía no seu orçamento, custos da infra-estrutura nesses novos locais e assistência técnica aos novos empreendedores. O primeiro, construído em 1993 durou um mês porque a infra-estrutura era muito precária; o segundo, em 1994, era localizado distante da concentração de consumidores e não foi relatado pela pesquisadora o resultado desta política.

A Corporação de Desenvolvimento Urbano do Harlem, agência de desenvolvimento econômico do Governo Municipal encarregada pelo gerenciamento do comércio atacadista e varejista local criou o "Mercado 125", uma galeria comercial em um lote privado que abrigava aproximadamente 80 barracas. Inicialmente foi pouca a adesão dos comerciantes de rua que não estavam dispostos a pagar o aluguel de US\$250-300,00 por mês e três meses de aluguel adiantado.

Segundo Ball (2002), incentivos financeiros oferecidos pelos governos locais e federais em Nova Iorque tem ajudado a sustentar alguns desses empreendimentos. Em 1998, uma organização não-governamental recebeu da Agência de Desenvolvimento da porção norte de Manhattan US\$300.000 para implementar um programa de capacitação, licenseamento e marketing aos pequenos negócios dos antigos comerciantes de rua que ocuparam um mercado no bairro do Harlem, porém, a nove quadras da rua 125, eixo tradicional do comércio de rua. Apesar das reclamações dos agora novos empreendedores, pelo fato de terem sido deslocados do eixo tradicional de comércio da rua 125, Ball registrou em 2002, que o empreendimento mantinha-se funcionando. A rua em questão, rua 116, é também um importante eixo comercial, porém com perfil diferente da rua 125. Esta rua é localizada perto da Universidade da Columbia, com trânsito considerável de pedestres - alunos e funcionários da universidade.

O empreendimento, até o ano de 1994 era gerenciado por uma cooperativa que agregava a Agência de Desenvolvimento Urbano do Harlem e representantes dos próprios trabalhadores que assumiram abrir o negócio no lote privado. Segundo McGregor-Mirghani (1994), o empreendimento provou ser exitoso e sustentável ao longo do tempo.

Figura 165- pavilhão construído ao lado do terminal Warwick Junction.
foto: Luciana Itikawa. local: Durban, África do Sul. Abril de 2006

Figura 166- vendedores de erva na passarela ao lado do terminal Warwick Junction. foto: Luciana Itikawa. local: Durban, África do Sul. Abril de 2006

d. *WARWICK JUNCTION*, DURBAN - ÁFRICA DO SUL

A participação do setor informal na economia informal dos países africanos supera as estatísticas da maioria dos países dos demais continentes. (OIT, 2002)

Em Durban, há um projeto no qual tivemos a oportunidade de visitar *in loco* e entrevistar alguns trabalhadores e o gestor do projeto. Foi implantado um projeto de ordenação em larga escala do comércio de rua através da alocação de 12 mil trabalhadores dentro e justaposto ao principal terminal de transporte metropolitano da cidade - o *Warwick Junction*. O projeto de organização do comércio informal está no contexto de reformulação urbana de todo o entorno do terminal urbano de transporte, desde 1997.

O terminal *Warwick Junction* é um terminal de transporte intermodal - trem e ônibus, que recebe uma grande contingente de pessoas vindo das cidades da região metropolitana de Durban e das áreas rurais. Tradicionalmente havia uma grande concentração de vendedores de ervas e artigos medicinais, vestuário típico africanos, bem como de açougueiros ao ar livre.

Para abrigar os comerciantes que estavam anteriormente na rua foram utilizados um armazém vazio quase em ruína e uma passarela de pedestres desativada, contíguos ao terminal de transporte intermodal. Não foi verificado nenhum trabalhador na rua.

Os trabalhadores foram organizados por tipo de mercadoria ou serviço, e distribuídos dentro do terminal, do armazém e da passarela. Para os vendedores de ervas e artigos medicinais, foi construído uma cobertura sobre a passarela e ali eles foram instalados. Para os vendedores de vestuário e eletrônicos foi construído um galpão ao lado do terminal. Observou-se que não há instalações sanitárias adequadas e suficientes de acordo com o tipo de mercadoria ou quantidade de trabalhadores.

Segundo o gestor do programa, do departamento de planejamento urbano formulado em *Warwick Junction*, os desafios são: capacitação para o comércio – incluindo planejamento do negócio e armazenamento; cumprimento das normas sanitárias e gestão conjunta com os trabalhadores.

Uma área que poderíamos denominar como equivalente a *Warwick Junction* em São Paulo é a área do Largo da Concórdia. Guardadas as restrições quanto ao perfil populacional, à gestão municipal, etc., ambas as áreas possuem alta concentração de trabalhadores de rua e terminal de transporte intermodal metropolitano (trem, metrô e ônibus).

Figura 167- fachada do shopping popular em Diadema
foto: secretaria do Abastecimento de Diadema. data não especificada.

Figura 168- interior do shopping popular em Diadema
foto: secretaria do Abastecimento de Diadema. data não especificada.

A reformulação urbana envolveu 7 departamentos de Saúde, Negócios Informais, Saneamento, Planejamento Urbano, Arquitetura, Planejamento Imobiliário e Licenseamento. O projeto foi negociado dentro de um conselho municipal que possui representantes de várias categorias de comércio informal. O projeto recebeu financiamento da União Européia, cuja contrapartida maior foi do governo local.

A diferença é que os frequentadores da área em *Warwick* são na sua totalidade negros não só da África do Sul, como de outros países sul-africanos, legalmente residentes ou não; bem como de imigrantes da Índia e Paquistão, ou seja, não-brancos.

A localização deste terminal está nas franjas do *Central Business District* de Durban, em cujo miolo é proibida a ocupação de comerciantes de rua. Nesse sentido, podemos confirmar que esta atividade é proibida nas áreas “revitalizadas” e só pode ocupar as áreas populares, habitadas e frequentadas por negros.

e. SHOPPING POPULAR, EM DIADEMA

Dos projetos em funcionamento formulados e geridos pelo Poder Público, podemos destacar o Shopping Popular de Diadema. O shopping foi construído em 200x em uma área pública municipal com recursos do governo local. O grande diferencial deste projeto é a localização, uma vez que ele está inserido exatamente em um dos principais eixos comerciais da cidade.

A ocupação dos 241 postos de trabalho, número insuficiente para a demanda não atendida na cidade, passou por um processo de seleção, cujos critérios incluíam, entre outros, antiguidade no local, residência em Diadema, contribuição dos impostos municipais, etc. Depois da pré-seleção, foi feito um sorteio público, de forma transparente, com a presença de todos os inscritos em um ginásio municipal.

Por se tratar de uma experiência nova não só do ponto de vista do município e para categoria quanto por ser inovadora no Brasil, no começo foi administrado pela associação dos trabalhadores do próprio empreendimento. Os impasses e conflitos não permitiram que este tipo de gestão continuasse e então foi contratado um administrador responsável pela zeladoria do prédio.

As principais decisões porém passam por um Conselho gestor formado por 4 representantes de trabalhadores da associação e 4 do governo municipal. A infra-estrutura do empreendimento é mantido com recursos das taxas pagas pelos próprios trabalhadores e também da Prefeitura. Não há titularidade do espaço de trabalho, uma vez que eles pagam uma espécie de “aluguel” pela concessão renovada periodicamente.

Uma das lideranças entrevistadas teme que o empreendimento possa ser extinto, caso o prefeito seguinte decida mudar a destinação do projeto e os trabalhadores percam o direito pelo espaço. Eles reivindicam uma maior segurança ao status legal pelo uso do espaço.

trabalho informal nos espaços públicos do Centro de São Paulo:

pensando parâmetros para políticas públicas

conclusão

CONCLUSÃO

Foi possível estabelecer 5 linhas conclusivas que tentam explicar a permanência da precariedade das condições do trabalho informal nos espaços públicos do Centro de São Paulo:

PRECARIEDADE DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

- Brutalização do capitalismo no Brasil - violência sobre os trabalhadores;
- Ausência de bases institucionais modernas que promovam o acesso universal aos recursos do Estado;
- Indefinição dos padrões de constituição de direitos no âmbito do trabalho informal e descarte sistemático do trabalho regulado;

DESCONHECIMENTO DA DINÂMICA DA ATIVIDADE

- Heterogeneidade dos integrantes;
- Articulação do comércio informal de rua com setores econômicos em escala local, metropolitana e internacional, bem como com os fluxos metropolitanos de transporte coletivo;
- Normatização urbanística genérica e ineficiente;

CANAIS DE INTERLOCUÇÃO COM A CATEGORIA FICTÍCIOS

- Único canal de interlocução com a categoria não possui representatividade democrática;
- Ausência de canais de denúncia;

TECIDO URBANO CONSERVADOR E EXCLUDENTE

- Tecido Urbano que não se renova - estatuto "congelado" de alguns imóveis, vacância;
- Formato de planejamento urbano atual inclui novos atores em detrimento de atores existentes, *Marketing Urbano*;

AÇÃO PARALISADA E PARCIAL DO ESTADO

- Não atua sobre a vacância, seja pela não implementação dos instrumentos urbanísticos, quanto pela falta de vontade política;
- Cede à pressão de agências multilaterais e parte do Terceiro Setor que promovem a gentrificação do Centro.

CONCLUSÃO

1. Precariedade das condições de trabalho

a. BRUTALIZAÇÃO DO CAPITALISMO NO BRASIL - VIOLÊNCIA SOBRE OS TRABALHADORES

No início do capítulo 1 introduzo a questão da violência imanente à introdução do capitalismo moderno no Brasil. Recupero aqui o trecho destacado no capítulo 1 onde Bosi (1995) caracteriza os “estilos violentos de interação social” no país:

Contraditória e necessariamente, a expansão moderna do capital comercial, assanhada pela oportunidade de ganhar novos espaços, brutaliza e faz retroceder a formas cruentas o cotidiano vivido pelos dominados. (BOSI, 1995)

A violência é reconhecidamente enraizada nas diversas formas de subordinação e de exercício do poder na sociedade como um todo, mas é a violência institucionalizada do Estado o exemplo mais claro da contradição nas sociedades capitalistas democráticas.

Acreditava-se que o comércio de rua era uma prática isolada e frágil do ponto de vista de sua organização e dimensão econômica; e a clandestinidade no espaço público, fácil de ser controlada. Esta crença ainda persiste e é revelada pelas condutas repressivas adotadas sistematicamente pela maioria das administrações municipais brasileiras.

Diretamente, o Poder Público atua expulsando ou deslocando grupos sociais das áreas valorizadas ou de futura valorização, confinando ou controlando aqueles que “põem em risco” a ordem no espaço público ou privado. No Brasil ainda há uma pesada tradição de autoritarismo político no enfrentamento de conflitos, prova que ainda não estão consolidados instrumentos democráticos em governos de diferentes orientações políticas. Segundo Milton Santos, no Brasil ainda restam estruturas arcaicas onde há os “espaços do mando e os espaços do obedecer”. (SANTOS, 1996) Marilena Chauí (2000) argumenta que a violência é um poderoso instrumento de manutenção das desigualdades e, portanto, fortemente segregador:

As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. O outro não é reconhecido como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade. As relações entre os

que julgam iguais são de “parentesco”, isto é, de cumplicidade ou de compadrio; e entre os que são vistos como desiguais o relacionamento assume a forma de favor, da clientela, da tutela ou da cooptação. Enfim, quando a desigualdade é muito marcada, a relação social assume a forma nua da opressão física e/ou psíquica. (CHAUI, 2000)

Adorno (2002), por sua vez, argumenta que o Poder Público tem o monopólio da violência física legítima porque apóia-se em três fundamentos legítimos de dominação: a tradição, o carisma e a legalidade. Dentro desta lógica, podemos dizer que a utilização de expedientes violentos pelo Poder Público contribui sobretudo para os trabalhadores clandestinos criarem artifícios cada vez mais sofisticados para burlar o controle, a repressão e a fiscalização.

A violência, decorrente do absoluto isolamento institucional dos trabalhadores sem licença é certamente um dos principais fatores que precarizam o comércio informal de rua. Essa condição sempre foi recorrente, independente do perfil de mandato municipal ou estadual. A expulsão dos trabalhadores sem licença até 2002 foi sempre a combinação da repressão da Polícia Civil do Governo do Estado de São Paulo, combinada com a Guarda Civil Municipal na retaguarda. A partir de 2002, a Prefeitura de São Paulo, articulou também a Polícia Federal, compondo o que ela chamou de “Força Tarefa”, para coibir o contrabando não só do comércio informal de rua como dos lojistas estabelecidos.

Em 2003 a Prefeitura divulgou um plano chamado “Operação Centro Seguro”, com investimento de R\$4 milhões na época para policiamento preventivo com o objetivo de “prover atendimento à comunidade e proteger o patrimônio público”. Este pacote de segurança pública incluía 8 bases de segurança com atendimento 24 horas; compra de 40 carros novos, 180 bicicletas, 60 motos, aparelhos de comunicação e contratação de mais 500 guardas civis municipais.

Ironicamente, reportagem publicada no jornal Folha de São Paulo do dia 08 de Março de 2006 (ver anexo de reportagens) noticia a estratégia dos trabalhadores de rua para fugir do “rapa”: usar *walkie-talkies* para anunciar aos colegas a chegada dos policiais.

A partir do decreto 13.866 de 1º de Julho de 2004, a Guarda Civil passou a protagonizar não só a fiscalização como também a repressão propriamente dita, já que esta lei lhe concedeu o direito, até então negado, de porte de arma de fogo. Foram criadas nesse mesmo decreto, a Superintendência de Fiscalização do Comércio Ambulante e Atividades afins, Mediação de Conflitos e Gerenciamento de Crises (SUFIME), assim como a Inspetoria de Fiscalização do Comércio

Ambulante e Atividades afins. O número de guardas dobrou em 2006, passando de 750 a 1500 na Subprefeitura Sé.

Na prática, o despreparo dos guardas civis em relação ao comércio informal de rua revelou-se em um episódio emblemático ocorrido em 10 de Fevereiro de 2006, que resultou na morte de um trabalhador de rua (ver anexo de reportagens). Segundo a versão da Guarda Civil, neste dia, o trabalhador teria sacado a arma de um dos guardas e iniciado o tiroteio, deixando ferido um dos guardas. Apesar de ter saído vivo do local, seus companheiros acreditam que ele teria sido executado pelos guardas, pois os conflitos diários e tensos e a ausência de comunicação entre ambas as partes teria culminado em um tipo de “vingança” e colocado a morte do trabalhador como exemplo.

A arbitrariedade e intensidade da repressão ao comércio informal de rua refletem peso e influência desiguais das diferentes camadas da população nos canais decisórios. Em relação aos trabalhadores de rua, a forte repressão para retirada dos mesmos não é acompanhada de alternativas de políticas públicas. Não há espaços de negociação ou pacto em larga escala. Ao contrário, há um investimento maciço no controle, monitoramento e repressão, em detrimento de políticas de inclusão social.

Concluindo, a violência é parte da injusta – e ineficiente – “gestão” da informalidade, que somados aos demais fatores expostos a seguir, precarizam a condição do trabalho nas ruas do Centro de São Paulo.

b. AUSÊNCIA DE BASES INSTITUCIONAIS MODERNAS QUE PROMOVAM O ACESSO UNIVERSAL AOS RECURSOS DO ESTADO - CLIENTELISMO E CORRUPÇÃO

O comércio informal de rua está inserido no contexto da informalidade urbana como um todo, cujo acesso às infra-estruturas urbanas se dá por meios não institucionalizados. Há uma larga tradição nos estudos urbanos e sociais que investigam a relação entre o acesso à moradia e serviços urbanos (água, esgoto, luz); e o clientelismo²⁰.

O comércio informal de rua no Centro de São Paulo é vulnerável a pelo menos algum tipo de abuso, exploração ou oportunismo político e econômico. A vulnerabilidade às arbitrariedades e explorações descritas é resultado, sobretudo, da falta de reconhecimento da atividade e da ausência de bases institucionais modernas que promovam o acesso universal às oportunidades ou recursos do Estado. A persistência de tais estruturas no país só pode ser explicada porque estão fortemente

imbricadas nas engrenagens de produção da riqueza e do poder internos.

Vale dizer que “oportunidades” significa, aqui, o incipiente número de licenças para o exercício do comércio nos espaços públicos do Centro. A licença, como “mercadoria rara”, passa a ser moeda de troca “valiosa”, negociada por meio de disputas onde o que vale é a influência política que tal sindicato, associação ou o próprio trabalhador tem em relação ao Poder Público.

Segundo a Prefeitura de São Paulo, são estimados em torno de 10 a 15 mil trabalhadores informais nos espaços públicos na Subprefeitura Sé em 2006, porém, destes trabalhadores apenas 1.244 conseguiram o Termo de Permissão de Uso (TPU) no começo de 2003, número este reduzido para 954 em 2006. Temos, portanto, em torno de 90% deles trabalhando clandestinamente, sujeitos ao clientelismo, à corrupção e à violência.

c. INDEFINIÇÃO DOS PADRÕES DE CONSTITUIÇÃO DE DIREITOS NO ÂMBITO DO TRABALHO INFORMAL E DESCARTE SISTEMÁTICO DO TRABALHO REGULADO

Gostaria de recuperar um texto de Wanderley Guilherme dos Santos (1979) sobre a determinação da cidadania segundo a ocupação registrada do trabalho. Para Santos (1979) este é um dos grandes desafios para as políticas públicas contemporâneas, tendo em vista a desregulamentação, precarização e informalização sistemática do trabalho no Brasil:

A associação entre cidadania e ocupação proporcionará as condições institucionais para que se inflem, posteriormente, **os conceitos de marginalidade e de mercado informal de trabalho** (grifo meu), uma vez que nestas últimas categorias ficarão incluídos não apenas os desempregados, os subempregados e os empregados instáveis, mas igualmente todos aqueles cujas ocupações, por mais regulares e instáveis, não tenham sido regulamentadas”. (SANTOS, 1979)

A exclusão da cidadania é também exclusão urbanística, uma vez que não é possível, sem todos os benefícios das garantias trabalhistas, estar incluído dentro da chamada cidade legal, com planejamento e regulação urbanísticas, ou seja, acesso à habitação, infra-estrutura, saneamento, etc.

O trabalhador informal de rua, conforme vimos no capítulo 1 e 2, é desprovido não só dos direitos trabalhistas como do reconhecimento legitimado do exercício da atividade. Trabalhar na rua passar ser uma atividade de risco, sem nenhuma perspectiva de acesso à proteção social.

2. Desconhecimento da dinâmica da atividade

a. HETEROGENEIDADE DOS INTEGRANTES

Na literatura encontrada, entretanto, é consensual que a informalidade não é uma condição transitória a ser “civilizada” pelo capitalismo. Ao contrário, funciona justamente para reproduzi-lo precariamente nos países ditos periféricos. Conforme vimos no capítulo 1, é nas formas do atraso que o capitalismo se consolida; e o setor informal é expressão exemplar. (OLIVEIRA, 2003) É prudente sublinharmos, contudo, que informalidade como exceção permanente não deve ser confundida como exclusão permanente porque a mesma não pode ser considerada sinônimo de pobreza, dada a sua heterogeneidade.

Além disso, informalidade não significa necessariamente enfraquecimento quanto à organização e potencial de determinadas ocupações informais. Pelo contrário, estruturas complexas e economicamente significativas do comércio informal de rua, por exemplo, permanecem à revelia da tentativa de controle por parte do Estado.

b. ARTICULAÇÃO DO COMÉRCIO INFORMAL DE RUA COM SETORES ECONÔMICOS EM ESCALA LOCAL, METROPOLITANA E INTERNACIONAL, BEM COMO COM OS FLUXOS URBANOS DE TRANSPORTE COLETIVO

A reduzida oferta de pontos legalizados e a enorme atratividade de consumidores no Centro de São Paulo fazem dos espaços públicos lugar de intensa concorrência na disputa pelos locais mais lucrativos. O Poder Público, ao ignorar as relações entre o comércio de rua e as atividades e fluxos urbanos, bem como as relações de dependência para o exercício do comércio na clandestinidade, recorre à repressão muitas vezes como último recurso na ausência de políticas eficientes.

A relação com as atividades e fluxos em escala metropolitana é determinante para a lucratividade. Quanto mais pedestres, mais consumidores. O valor cobrado da propina para permanência nos espaços mais lucrativos é proporcional à lucratividade da rua, salvo algumas exceções mostradas no capítulo 3.

O desconhecimento do comércio informal de rua enquanto produção do espaço urbano produz um tipo de conduta por parte do Poder Público equivocada, cujo intuito é somente expulsar ou isolar a atividade da vida urbana. A expulsão, em última instância, tem eficácia nula porque os trabalhadores acabam burlando a fiscalização e retornam aos espaços conectados às atividades e usos mais dinâmicos no espaço privado e aos fluxos urbanos.

c. NORMATIZAÇÃO URBANÍSTICA GENÉRICA E INEFICIENTE

O decreto 42.600 de Novembro de 2002 que normatiza o comércio informal nos espaços públicos determina a proibição da ocupação perto de equipamentos públicos - hospitais, escolas, estações de metrô, trem, rodoviárias, entre outros. Na prática, a proibição gera um mecanismo de facilitação da ocupação clandestina através de propina, desmoralizando a função da lei.

Outro aspecto determinado pelo decreto que não funciona na realidade é a qualificação dos trabalhadores em três categorias: deficientes físicos, com capacidade reduzida e os fisicamente capazes. A realidade mostra que a maioria dos deficientes aluga seu ponto por até 30 vezes o valor anual da cobrança pela licença.

A distorção mais emblemática da legislação é o aprimoramento do esquema de corrupção por meio de um sistema que inclui fiscais e lideranças de trabalhadores. O capítulo 3 mostrou que há uma "exportação da corrupção" a partir dos "detentores" da prática de extorsão, ou seja, fiscais com maior experiência de cobrança de propina que dão "assessoria" a outros fiscais menos experientes.

3. Canais de interlocução com a categoria fictícios

a. ÚNICO CANAL DE INTERLOCUÇÃO COM A CATEGORIA NÃO POSSUI REPRESENTATIVIDADE DEMOCRÁTICA

A Comissão Permanente de Ambulantes (CPA), criada na gestão da então prefeita Luiza Erundina, seria um canal local de participação direta da categoria em cada subprefeitura. Tal garantia de ampliação da representação dos interesses dos trabalhadores, também prevista no Estatuto da Cidade, na prática não é obedecida, porque as decisões estão sujeitas às injunções políticas locais.

Além disso, não possui real representatividade democrática, uma vez que apenas os representantes com licença estão incluídos. Estes representam apenas 30% dos trabalhadores existentes no perímetro estudado em 2002 e menos de 10%, segundo dados da Subprefeitura Sé em 2006.

Os projetos de lei estudados no capítulo 5 sugerem a criação de um Conselho Municipal representado democraticamente por diversas lideranças da categoria, do Poder Público e da sociedade civil, de forma equilibrada. Um órgão que não tivesse submetido às injunções políticas locais - as subprefeituras; e pudesse, simultaneamente, ser propositivo e arbitrar os conflitos.

b. AUSÊNCIA DE CANAIS DE DENÚNCIA

Não há nenhuma instância onde os trabalhadores informais possam recorrer ao Poder Público nos casos dos vários tipos de exploração pelo uso da máquina do governo para extorsão e violência, e na mediação dos inúmeros conflitos que envolvem a atividade. O projeto de lei 1017/1997 do então vereador Cardozo, introduz a importância da Ouvidoria do Comércio Popular de Rua, que seria articulado ao “Conselho Municipal” que o projeto de lei propõe.

4. Tecido urbano conservador e excludente

a. TECIDO URBANO QUE NÃO SE RENOVA - ESTATUTO “CONGELADO” DE ALGUNS IMÓVEIS, VACÂNCIA

A permanência de valores imobiliários na área central fictícios, ou seja, valor venal maior que valor de mercado praticado pelos proprietários contribui decisivamente para a persistência dos vazios na área central. Além disso, a ocupação do parque imobiliário está relacionado aos longos processos jurídicos aos quais muitas propriedades estão submetidas por fazerem parte de bens de empresas falidas. (BOMFIM, 2004)

Outro fator igualmente determinante é a “revitalização” excludente, resultado de um *marketing* urbano construído para valorização imobiliária, que menciono no item a seguir.

b. FORMATO DE PLANEJAMENTO URBANO ATUAL INCLUI NOVOS ATORES EM DETRIMENTO DE ATORES EXISTENTES, *MARKETING* URBANO

A reportagem abaixo é emblemática ao mostrar a gentrificação que vem ocorrendo nos perímetros escolhidos pelo Poder Público para “revitalização”:

A recuperação de edifícios públicos importantes, a reforma de praças, parques e avenidas, o combate aos crimes e a tentativa de atrair investimentos da iniciativa privada não estão sendo acompanhados de políticas públicas que incluam os grupos marginalizados que vivem ou trabalham na região central da cidade. Pelo contrário, “os sem-teto estão sendo removidos de suas ocupações, o trabalho dos catadores de material reciclável está sendo dificultado e os moradores de rua têm sido vítimas de atos preconceituosos e alvo de ações repressivas para que não fiquem mais no Centro. (AGÊNCIA CARTA MAIOR, 27/01/2006)

A expulsão sistemática dos trabalhadores de rua fora dos perímetros reabilitados para as áreas “resevadas” ao comércio popular de rua cria inúmeras dificuldades para a própria continuidade da atividade, já que, na maioria dos casos, o lugar escolhido pelo Poder Público não tem interesse comercial para os trabalhadores.

Novos atores têm se destacado por sua atuação preponderante na formulação das políticas públicas e na condução dos eixos estruturantes do planejamento das cidades contemporâneas (ARANTES, P.F., 2004; TELLES, 2001) Agências multi-laterais como o BID e Banco Mundial definem parâmetros para políticas públicas que não incluem a demanda social por moradia e trabalho no Centro de São Paulo. Esta demanda é expressa por meio de inúmeros movimentos sociais como o movimento dos sem-teto, dos catadores de material reciclável e dos trabalhadores de rua.

5. Ação do Estado paralisada e parcial

a. NÃO ATUA SOBRE A VACÂNCIA SEJA PELA NÃO IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS, QUANTO PELA FALTA DE VONTADE POLÍTICA

A aplicação dos instrumentos fiscais determinados pelo Estatuto da Cidade de combate à vacância é necessária, mas não suficiente, segundo Laranjeira (2004). Para garantir a utilização da terra vacante para uso residencial ou comercial de interesse social é necessário apoio ou vontade

política aliado a programas de investimentos públicos e mecanismos de controle social sobre a produção da terra.

b. CEDE À PRESSÃO DE AGÊNCIAS MULTILATERAIS E PARTE DO TERCEIRO SETOR QUE PROMOVEM A GENTRIFICAÇÃO DO CENTRO

A construção da intolerância nos espaços públicos e privados frequentemente está articulada a interesses na valorização de perímetros urbanos em processo de “revitalização”. O uso da força para “limpeza social”²¹ no Centro de São Paulo é uma das características mais perversas da atuação indireta do Poder Público na segregação de diferentes grupos sociais.

NOTAS

- 1 - Oliveira (2003) considera como "Terceira Revolução Industrial" os avanços no campo da transmissão de informações.
- 2 - Entrevista realizada no perímetro de estudo no primeiro semestre de 2002.
- 3 - O setor mais lucrativo era, sem dúvida, a região da 25 de Março. Segundo dados da Ouvidoria, em 2002, eram colhidos em propina R\$340.960,00 no Centro Velho; R\$174.380,00, no Centro Novo; 468.000,00 na 25 de Março; R\$186.960,00, no Brás; R\$ 6.420,00, na Liberdade; e R\$33.920,00, na Luz.
- 4 - O espaço público antes de ser um atributo urbano é antes de tudo uma noção jurídico-política, como mesmo descreveu Foucault em *Microfísica do Poder*: "território é tudo aquilo que é controlado por um certo tipo de poder." (Foucault, 1999)
- 5 - Marcuse (2002) cita o exemplo do Poder Público na Holanda como exemplo de iniciativa de redução da segregação através da construção de habitação popular em bairros centrais.
- 6 - Planejamento Estratégico, segundo Villaça (2005b), "desenvolveu-se no início dos anos 90, tendo se expandido razoavelmente - pelo menos no campo da retórica - na América Latina, principalmente pela influência de um grupo de ditos urbanistas catalães que se empenharam bastante na difusão da experiência de renovação por que passou a cidade de Barcelona, por ocasião das Olimpíadas de 1992".
- 7 - "cidade global", segundo Ferreira (2003), termo cunhado por Saskia Sassen que denomina algumas metrópoles que desenvolveram infra-estrutura urbana para responder às novas dinâmicas econômicas de flexibilização e desregulação da economia, de aumento de fluxos de capital, nacional e estrangeiro, e fortalecimento da economia de serviços por sobre a economia industrial do pós-guerra, que ela denomina de terciário avançado.
- 8 - modificações na lei 11039 na gestão do Prefeito Paulo Maluf - proibição da ocupação perto de cruzamento de vias; equipamentos públicos (orelhões, hidrantes, etc.); entradas e saídas de metrô, estações de trem, rodoviárias e aeroportos; monumentos e bens tombados; escolas; comércio com mesma mercadoria; quase rebaixadas; residências, farmácias, bancos e hotéis; hospitais; repartições públicas e quartéis.
- 9 - processo de cadastramento e distribuição dos TPUs (Termo de Permissão de Uso) semelhante à gestão de Luiza Erundina:
  - a) atualização cadastral com a convocação dos cadastrados em 1998 para manifestação quanto ao interesse em continuar a exercer a atividade (setembro de 2001 a janeiro de 2002);
  - b) escolha dos locais de trabalho: a partir de estudos conjuntos de técnicos da Subprefeitura com a Comissão Permanente de Ambulantes fixou-se um total de 1.244 postos de trabalho. Para eles foram chamados inicialmente os Deficientes Físicos de Natureza Grave-DFNG, Deficientes Físicos de Capacidade Reduzida-DFCR/Sexagenários e Fisicamente Capazes-FC, respeitando-se a ordem de classificação em cada condição física. Assim, entre março e abril de 2002, compareceram 2.252 ambulantes para a escolha do local de trabalho: 409 (DFNG), 357 (DFCR) e 1486 (FC);
  - c) entrega final dos TPU's iniciada em maio de 2002 e concluída em julho de 2002. Foram considerados desistentes 129 vendedores ambulantes que não atenderam às convocações para a retirada dos respectivos TPU's. Com isso obtivemos como resultado final 1.633 pontos definidos, 1.244 ambulantes com TPU's e 389 postos de trabalhos a serem escolhidos. Existem aproximadamente 600 processos solicitando a mudança de local de trabalho, inclusão no cadastramento de ambulantes e outros assuntos pertinentes que encontram-se em análise na Assessoria Jurídica desta SubPrefeitura.
- 10 - Força Tarefa: coordenada pela Prefeitura é composta de funcionários da Guarda Civil Metropolitana, Polícia Civil e Militar, Polícia Federal e GAECO (Grupo de Atuação Especial e Repressão ao Crime Organizado).

11- PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO 2002

SEÇÃO II

DOS INSTRUMENTOS INDUTORES DO USO SOCIAL DA PROPRIEDADE

Art. 200 – As áreas de aplicação de Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios são aquelas fixadas por esta lei, compreendendo imóveis não edificados, subutilizados, nos termos do artigo 185 da Lei Federal nº10257 de 10 de Julho de 2001 – Estatuto da Cidade, ou não utilizados, para os quais os respectivos proprietários serão notificados a dar melhor aproveitamento de acordo com o Plano Diretor Estratégico em prazo determinado, sob pena de sujeitar-se ao IPTU Progressivo no tempo e à Desapropriação com pagamentos em títulos, conforme disposições do artigo 5º a 8º da Lei Federal nº10257 de 10 de Julho de 2001 – Estatuto da Cidade.

Parágrafo único – Fica facultado aos proprietários dos imóveis de que trata este artigo propor ao Executivo o estabelecimento do Consórcio Imobiliário, conforme disposições do art. 46 da Lei Federal citada no caput deste artigo.

Art. 201 – São consideradas passíveis de parcelamento, edificação e utilização compulsórios os imóveis não edificados, subutilizados ou não utilizados localizados nas ZEIS 2 e 3 descritas no quadro nº14 e delimitadas no Mapa nº7 integrantes desta lei, os imóveis incluídos nas áreas de Operação Urbana Consorciada e os Projetos Estratégicos e os imóveis inseridos nos perímetros dos distritos municipais Água Rasa (...) República, Sé, (...)

§1º - são considerados solo urbano não edificado, terrenos e glebas com área superior a 250m2, onde o coeficiente de aproveitamento é igual a zero;

§2º - são considerados solo urbano subutilizado, os terrenos e glebas com área superior a 250m2, onde o coeficiente de aproveitamento não atingir o mínimo definido para o lote na zona onde se situam, exceto:

I. os imóveis utilizados como instalações de atividades econômicas que não necessitam de edificação para exercer suas finalidades;

II. os imóveis utilizados como postos de abastecimento de veículos;

III. os imóveis integrantes do Sistema de Áreas Verdes do Município.

§3º - os Planos Regionais definirão as condições e a localização em que os terrenos não edificados ou subutilizados ocupados por estacionamentos e outras atividades econômicas que não necessitam de edificação são considerados subutilizados, ficando sujeitos as penalidades impostas pelos artigos 199,200,201,202 e 203 desta lei.

§4º - é considerado solo urbano não utilizado todo tipo de edificação nos distritos Sé, República, Bom Retiro, Consolação, Liberdade, Cambuci, Pari, Sta. Cecília e Bela Vista que tenham no mínimo 80% de sua área construída desocupada há mais de 5 anos ressalvados os casos em que a desocupação decorra de impossibilidades jurídicas ou resultantes de pendências judiciais incidentes sobre o imóvel.".

12 - Depois de mais de uma década do Plano Diretor anterior, o recente Plano Diretor do município de São Paulo inaugurou o processo de elaboração participativo que se estendeu até os planos regionais das subprefeituras. O diagnóstico participativo realizado pelas associações de bairro e demais movimentos sociais organizados superou muito as expectativas. No entanto, o engajamento dos movimentos foi se tornando cada vez rarefeito a ponto de resultar na descrença nos desdobramentos dos Planos Regionais. As últimas plenárias públicas não eram heterogêneas a ponto de demonstrar a diversidade dos movimentos organizados que frequentou o início do processo.

13 - BOMFIM, V.Os espaços edificados vazios na área central da cidade de São Paulo e a dinâmica urbana. Dissertação de Mestrado na POLI-USP. São Paulo, 2004. Principais ocupações no Centro: rua do Carmo e na 9 de Julho da Sec. da

Fazenda, rua do Ouvidor, antigo Hospital 21 de Abril, casarão na al. Nothman, rua Baronesa de Porto Carreiro, rua Brigadeiro Tobias, rua Roberto Simonsen, rua da Abolição e outras.

14 - lei n.º 12.350 - "Concessão de incentivo fiscal aos proprietários de imóveis ou aos patrocinadores das obras de recuperação externa e conservação de imóveis localizados na área especial de intervenção, objeto do programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro de São Paulo - Procentro, ou outro equivalente que venha a ser implantado".

15 - detalhamento da Operação Urbana, das ZEIS, do IPTU Progressivo, etc.

16 - Esta tendência pode ser verificada nos distritos Sé e República, onde houve reduções de 10.769 e 22.995 postos de trabalho respectivamente.

17 - TPU: termo de permissão de uso no espaço público. Concessão onerosa paga anualmente à Prefeitura.

18- senhores que carregam placas ou cartazes com anúncios de empregos. São assalariados das agências de emprego da região.

19- aliciador de transeuntes, distribuidor de mercadorias, chefe de barracas, empregado que toma conta de uma barraca e segurança

20- MARICATO (2000, 2002); ROLNIK (1996), VILLAÇA (2005).

21- O termo "limpeza social" é um termo frequentemente empregado pelos movimentos sociais para denominar agentrificação que ocorre no Centro.

trabalho informal nos espaços públicos do Centro de São Paulo:

pensando parâmetros para políticas públicas

referências bibliográficas

ADEAGBO, D. *Physical and Socio-Economic Impact of Street Trading: Case Study of Ibadan*. Ibadan, Nigerian Institute of Social and Economic Research, 1997.

ADORNO, S. Exclusão sócio-econômica e violência urbana. artigo internet. <http://www.nev.prp.usp.br>. São Paulo, 2005.

_____. O monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. In: O que ler na ciência social brasileira 1970-2002. vol.IV. MICELI, S. (org.). São Paulo: ANPOCS/edit. Sumaré/CAPES, 2002.

AGÊNCIA CARTA MAIOR. "Limpeza social no Centro". Periódico em arquivo digital. Disponível em <<http://www.agenciartamaior.uol.com.br>> Acesso em Fevereiro de 2006.

AGNOLETTO, V. Comments on the base document of the Conference of Prospectives of the Global Movement of The Civil Society. In: *Contribuição do Grupo de Trabalho para o debate sobre Participação da Sociedade Civil no Fórum Social Mundial de Porto Alegre*. Porto Alegre: 2002. Disponível em: <<http://www.Forumsocialmundial.org/bibliotecavirtual>>. Acesso em: Março 2002.

ALENCASTRO, L. F. de. *Vida Privada e Ordem Privada no Império*. In: NOVAIS, F. (org.). História da Vida Privada. Império: A corte e a Modernidade Nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, V.2.

ALFONSIN, B. de M. Concessão de Uso Especial para fins de Moradia: Garantindo a Função Social da Propriedade Pública. In: OSÓRIO, L. M. (org.). *Estatuto da Cidade e Reforma Urbana: Novas Perspectivas para as Cidades Brasileiras*. . editora Sergio Antonio Fabris. Porto Alegre, 2002.

ALGRANTI, L. M. Família e vida doméstica. In: SOUZA, L. de M. e (org.). *História da Vida Privada. Cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. V.1.

ALLEN, S. Distributions, Combinations, Fields. In: *The Berlage Cahiers* n.º 5. Studio 95/ 96. Amsterdam: 010 publishers, 1997.

ALONSO, I.; IWASAKI, F. GHERSI, E. *El comercio Ambulatorio en Lima*. Lima: Instituto Libertad y Democracia, 1989.

ALVES, M.A. "*Setor informal*" ou "*Trabalho informal*"? Uma abordagem crítica sobre o conceito de informalidade. Dissertação de Mestrado. Campinas: Intituto de Filosofia e Ciências Humanas-UNICAMP, 2001.

AMITRANO, C. A Região Metropolitana de São Paulo nos anos 90: Evolução e Mudança na Composição as Atividades Econômicas e do Emprego. In: SÃO PAULO (município). *Estratégias de Desenvolvimento para a Região Central de São Paulo*. São Paulo: EMURB/CEBRAP/CEM, 2003. mimeo.

ANTONELLI, P. Workspheres. In: *MOMA. Workspheres*. Nova Iorque, 2001. Disponível em: <<http://www.moma.org/>>

workshperes>. Acesso em Março, 2001.

ARANTES, A. *Paisagens Paulistanas, Transformações do espaço público*. São Paulo: Unicamp e Imprensa Oficial do Estado, 2000.

ARANTES, O. *Urbanismo em fim de linha*. São Paulo: EDUSP, 1997.

_____. Berlim reconquistada. Falsa mistura e outras miragens. In: *Espaço e Debates*. São Paulo: Espaço e Debates, n.º 43-44 Dez. 2003/Jan. 2004..

ARANTES, P. E. Notícias de uma guerra cosmopolita. In: *Sexta-Feira*. São Paulo: editora 34, n.º7, 2003.

ARANTES, P.F. *O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAU-USP , 2004.

ARAUJO, H. Economia Solidária: um novo paradigma de política pública? In: *revista Mercado de Trabalho. Conjuntura e Análise*. n.28. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO/IPEA. Setembro de 2005.

ARENDT, H. *A condição Humana*. São Paulo: Forense Universitária, 1993.

BENHABIB, S. *Situating the Self. Models of Public Space - Hanna Arendt, The Liberal Tradition and Jürgen Habermas*. Cambridge: Polity Press, 1992.

BALL, J. Street Vending: a Survey of Ideas and Lessons for Planners. In: *Planning Advisory Service*. Report no. 509. Boston: Graduate School of Design/Harvard University, 2002.

BERTOLLI FILHO, C. Os trabalhadores ambulantes na cidade de São Paulo - aspectos históricos. In: SECRETARIA DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS- SÃO PAULO (município). *Os ambulantes e seu trabalho na cidade de São Paulo. Um projeto de Institucionalização*. São Paulo: SAS, 1990. mimeo

BESSA, V. de C. O Setor de Serviços às Empresas. In: EMURB-SÃO PAULO (município). *Estratégias de Desenvolvimento para a Região Central de São Paulo*. São Paulo: EMURB/CEBRAP/CEM, 2003. mimeo.

BNDES. A situação das microfinanças no Brasil. In: POCKROSS, S. & VECHINA, D. *Seminário Internacional BNDES - Microfinanças*. Brasília: BNDES, 2000.

BOERI, S. Eclectic Atlas. Four Possible ways of seeing the city. In: *Daidalus* . Amsterdam: Daisalus, n.º 72, 1999.

_____. Notes for a research program. In: KOOLHAAS, R. & BOERI, S. & KWINTER, S. & TOZI, N. & OBRIST, H. U. *Mutations*. Bourdeaux: Arc en rêve centre d'architecture, 2000.

BOMFIM, V. C. *Os espaços edificados vazios na área central da cidade de São Paulo e a dinâmica urbana*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: POLI-USP, 2004.

BOSI, A. *Dialética da Colonização*. São Paulo: editora, 1995.

CALDEIRA, T. From Modernism to "Neo-Liberalism" in São Paulo: Reconfiguring the City and its Citizens. In: COLUMBIA UNIVERSITY. *Seminar Globalizing City Culture and Urban Imaginaries*. New York: Center for Comparative Literature and Society, 2001.

CAMARA DE COMERCIO DE BOGOTÁ. FEDERACIÓN NACIONAL DE COMERCIANTES. *Comercio informal: um tratamento nacional para um problema nacional*. Bogotá: Camara de Comercio de Bogotá, 1984.

CARANTON, M.; MANRIQUE, C.; ANGULO, J. *Vendedores Ambulantes: Discursos Expresados como Arte de la Cotidianidad*. Bogota, Alcaldia Mayor de Bogota, 1999.

CARDOSO, J. E. A Máfia das Propinas. Investigando a Corrupção em São Paulo. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil. O Longo Caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTEJON, G. *Déjennos Trabajar! Los bujoneros de la zona central*. In: _____. Debate. Número 28. Guatemala: Flacso, 1995.

CASTELLS, M. A economia informal: o mundo subjacente – origens, efeitos e dinâmicas da economia informal. In: PORTES, A. & CASTELLS, M. & BENTON, L. (org.). *The informal economy: Studies in Advanced and Less Developed Countries*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1989.

CAVESTANY, F. B. Economia Informal o Economia de Proximidad. La creación de empleos y la satisfacción de nuevas necesidades sociales. Universidad Nacional de Mexico. In: CENTRO DE MIGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE DE PRINCETON. *Seminário Out of Shadow*. New Jersey, 2001.

CENTRO DE ESTUDO DA METRÓPOLE. Mapa da Vulnerabilidade Social da população da cidade de São Paulo. São Paulo: Lis Gráfica e editora, 2004.

CESIT-CENTRO DE ESTUDOS SINDICAIS E DE ECONOMIA DO TRABALHO. *Trabalhadores do comércio ambulante: diagnóstico das condições de trabalho*. Campinas: CESIT/ SETEC-UNICAMP, 2001.

CHAUÍ, M. *O que é ideologia?* São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *Brasil - Mito Fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHALHOUB, S. *Cidade Febril, cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____; CARR, M. Mujeres y hombres ante la exclusión social y la mundialización. In: *Revista Internacional del Trabajo*, vol. 123, n.1-2. Ginebra: Organización Internacional del Trabajo, 2004.

_____; _____. Globalization, social exclusion and gender. In: *International Labor Review*, vol. 143, n.1-2. Ginebra: International Labor Organization, 2004.

CHICKERING, A.; SALAHIDINE, M. (edit.) *The Silent Revolution. The Informal Sector in Five Asian and near Eastern Countries*. San Francisco: ICS Press, 1991.

CHOMSKY, N. 9 – 11 (*September – eleventh*). New York: Seven Stories Press, 2001.

CLICHEVSKY, N. La Tierra Vacante en America Latina. In: LINCOLN INSTITUTE. *Vacant Land*. Washington, 1999. Disponível em: <<http://www.lincolninst.edu/pubs/workingpapers.asp>>. Acesso em Outubro 2004.

COHEN, M.; BHATT, M. HORN, P. Women Street Vendors: the road to Recognition. In: *Seeds*. no.20. New York: Population Council, 2000.

CORAGGIO, J. L. A perspectiva da Economia Popular Urbana. In: RIBEIRO, L. C. de Q. (org.). *O Futuro das Metrópoles*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

COSTA, E. *Eventos Urbanos: geração de um espaço*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAU-USP, 1986.

CRAVEN, D. & MORELLI, N. Logical Spaces for Urban Nomads. In: UCLA. *Congresso de Políticas Públicas de Los Angeles*. Los Angeles, 2001. mimeo.

CROSS, J. *The Politics of Street Vending in Mexico City: the Other Resistance*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Departamento de Sociologia da Universidade da Califórnia-Los Angeles. Los Angeles: UCLA, 1993.

_____. *Informal Politics. Street Vendors and the State in Mexico City*. Stanford: Stanford University Press, 1998.

_____. Street Vendors, Modernity and Postmodernity: Conflict and Compromise in the Global Economy.. In: *International Journal of Sociology and Social Policy*, n.º 1/2, vol.21. Parkington, 2000.

D'AMATTA, R. *A casa e a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

D'ANGELO, H. *Camelô, trabalho informal e sobrevivência: levantamento, caracterização e análise no centro de São Paulo*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. São Paulo: PUC-SP, 2000.

DANESH, A. *Informal Economy: Underground Economy, Moonlighting, Subcontracting, Household Economy, Unorganized Sector, Barter, Ghetto Economy, Second Economy: a Research Guide*. New York: Garland, 1991.

DAVIS, D. *Whither the Public Sphere: Local, National and International Influences on the Planning of Downtown*

Mexico City, 1910-1950. Boston: Sage, 2004.

DAVIS, M. *City of Quartz*. New York, Vintage books, 1992.

DEBRET, J. B. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo/ Belo Horizonte: Itatiaia/ EDUSP , 1989.

DE LANDA, M. The non-linear development of cities. *In: OASE*. n.º 53. Amsterdam, 2000.

_____. *Deleuze and the genesis of form*. Disponível em < <http://www.artorbit.com>> Acesso em Dezembro 2000.

DELEUZE, G. *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*. São Paulo: editora 34, V. 5 , 1997.

DINIZ, C. C. & DINIZ, B.P.C. A região metropolitana de São Paulo: Reestruturação, Reespecialização e novas funções. In: EMURB-SÃO PAULO (município). *Estratégias de Desenvolvimento para a Região Central de São Paulo*. São Paulo: EMURB/CEBRAP/CEM, 2003. mimeo.

DREYFUS, H. L. & RABINOW, P. *Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics*. Chicago: The University of Chicago Press , 1989.

DUNEIER, M. *Sidewalk*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2001.

DUPAS, G. *Economia Global e Exclusão Social. Pobreza, Emprego, Estado e o Futuro do Capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *Renda, Consumo e Crescimento. Biblioteca Valor*. São Paulo: Publifolha/ Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais , 2004.

DYRNESS, G. *Policy on the streets: a handbook for the establishment of sidewalk-vending programs*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Estudos de Desenvolvimento) – Departamento de Políticas Públicas. Los Angeles: Universidade do Sudeste da Califórnia, 2001.

DZOKIC, A. & TOPALOVIC, M. & NEELEN, M. & KUCINA, I. The Wild City- Genetics of Uncontrolled Urban Process. In: *The Berlage Institute report* n.º4 'Hunch'. Rotterdam, 2001/2002.

ESCOBAR, E. *Race, Police, and the Making of a Political Identity. Mexican Americans and the Los Angeles Police Department, 1900-1945*. Berkeley: University of California Press, 1999.

FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 6a ed. Porto Alegre: Globo, 1984.

FARIAS, F.P. Clientelismo e Democracia Capitalista: Elementos para uma Abordagem Alternativa. *Revista de Sociologia*

e *Política*. n.o 15:49-65. NOV.2000

FAUSTO, B. *Negócios e Ócios: histórias da imigração*. São Paulo: Companhia das Letras , 1997.

FERREIRA, J. S. W. *São Paulo: o mito da cidade global*. Tese (Doutorado em Estruturas Urbanas) - Departamento de Planejamento URbano. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

_____. O mito da cidade-global: o papel da ideologia na produção do espaço terciário em São Paulo. Revista Pós-FAUUSP. no prelo. São Paulo, dez.2004.

FIX, M. *Parceiros da Exclusão. Duas Histórias da construção de uma 'nova cidade' em São Paulo - Faria Lima e Á guia Espreada*. São Paulo: Boitempo , 2001.

_____. O PT diante do BID. *Correio da Cidadania*. São Paulo, n. 314 set. 2003

FONSECA, E.. *Vícios Privados, Benefícios Públicos?* São Paulo: Companhia das Letras , 1994.

FORTUNA, J. C. & PRATES, S. Informal Sector and Informalized Labor Relations in Uruguay. In: PORTES, A. & CASTELLS, M. & BENTON, L. (org.). *The informal economy: Studies in Advanced and Less Developed Countries*. Cambridge: The John Hopkins University Press, 1989.

FÓRUM CENTRO VIVO. Dossiê violação de direitos humanos no Centro de São Paulo. *mimeo*. São Paulo, 2006

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão*. São Paulo: Vozes , 1997.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal , 1999.

FRANÇA, C. L. de & CALDAS, E. de L. & VAZ, J.C. (org.). *Aspectos Econômicos de experiências de desenvolvimento local: um olhar sobre a articulação de atores*. n.º 46. São Paulo: Publicações Pólis, 2004.

FRÚGOLI jr., H. A questão dos camelôs no contexto da revitalização do centro da metrópole de São Paulo. In: SOUZA, M. A. A. (org.). *Metrópole e Globalização*. São Paulo: Cedesp, 1999.

_____. *Centralidade em São Paulo. Tragédias, Conflitos e Negociações na Metrópole*. São Paulo: EDUSP, 2000.

_____. *São Paulo, Espaços Públicos e Interação Social*. São Paulo: Marco Zero, 1995.

FURTADO, C. *O Longo Amanhecer*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional , 1989.

GABER, J. *Manhattan's 14th street vendors market. An Analysis of the Informal Economy*. Tese (Doutorado em Filosofia). Departamento de Filosofia da Escola de Graduação em Artes e Ciências. Nova Iorque: Universidade da Columbia, 1993

GARRITZMANN, U. The advent of network urbanism. *In: OASE* n.º 53 . Amsterdam, 2000.

GAY, R. A Mais Difícil Transição: do Clientelismo Para A Cidadania: Experiências No Brasil. Connecticut College. *In: CENTRO DE MIGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE DE PRINCETON. Seminário Out of Shadow*. New Jersey, Princeton University, 2001.

GOLDSTEIN, J.; JENSEN, M.; REISKIN, E. Urban Vacant Land Redevelopment: Challenges and Progress. *In: LINCOLN INSTITUTE. Vacant Land*. Washington, 1999. Disponível em: <<http://www.lincolninst.edu/pubs/workingpapers.asp>>. Acesso em Outubro 2004.

GOMES, A. de C. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. *In: SCHWARCZ, L. M. (org.). História da Vida Privada*. Vol. 4: Contrastes da intimidade Contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, V. 4, 1998.

GORDON, G. I. 'Guerra das calçadas' na Cidade do México: Política e Economia da Comércio de rua em uma perspectiva histórica. *In: ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS. Encontro de Estudos Latino Americanos*. Guadalajara: Associação de Estudos Latino-Americanos, 1997.

GREENSTEIN, R.; SUNGU-ERYILMAZ, Y. (edit.). *Recycling the City. The Use and Reuse of Urban Land*. Cambridge: Lincoln Institute of Land Policy, 2004.

GREY, J. Planejamento Urbano, Cidadania e a Economia Informal Na "Nova" África do Sul: Estudo De Caso Na Área Central de Durban. Universidade de Natal, Durban. *In: CENTRO DE MIGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE DE PRINCETON. Seminário Out of Shadow*. New Jersey: Universidade de Princeton, 2001.

GRUPE D'ECONOMIE SOLIDAIRE DU QUÉBEC. Résister et Construire. *In: Contribuição do Grupo de Trabalho para o debate sobre Participação da Sociedade Civil no Fórum Social Mundial de Porto Alegre*. Porto Alegre: 2002. Disponível em: <<http://www.Forumsocialmundial.org/bibliotecavirtual>>. Acesso em: Março 2002.

GUERREIRO, A. *Pop Center do Brás: de comerciantes nas ruas a estabelecidos no comércio popular*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). São Paulo: PUC-SP, 2000.

GUIMARAENS, M. E. B. Instrumentos de Garantia da Função Social da Propriedade Urbana: Parcelamento e Edificação Compulsórios, IPTU Progressivo no Tempo e Desapropriação para fins de Reforma Urbana. *In: OSÓRIO, L. M. (org.). Estatuto da Cidade e Reforma Urbana: Novas Perspectivas para as Cidades Brasileiras*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2002.

HABERMAS, J. *Mudança Estrutural da Esfera Pública. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1984.

HARVEY, D. *A condição Pós- Moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1993.

HERMAN, R. *Downtown Los Angeles – A Walking Guide*. Claremont: City Vista Press, 1997.

HOFFMANN, M. B. P. & MENDONÇA, S. E. O mercado de trabalho na região metropolitana de São Paulo. In: *Estudos Avançados n.º 47 - dossiê São Paulo I - Trabalho Violência, Água*. São Paulo: Estudos Avançados, 2003.

HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 26ª e.. São Paulo, Companhia das Letras, 1995

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBANHEZ, L. *O Setor Informal Urbano: a organização e as condições de saúde de um grupo de vendedores ambulantes*. Tese (Doutorado em Saude Publica). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

IBGE. *Economia Informal Urbana. Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas da Região Sudeste. volume 4 ano 1997*. Rio de Janeiro, 1997.

IBGE. *Economia Informal Urbana. Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas da Região Sudeste*. Rio de Janeiro,, 2005. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em Março de 2006.

INSTITUTO DE ESTUDIOS LIBERALES. Sector Informal y Organizacion Popular. In: *Biblioteca Liberal. Revista n. 7*. Bogota: Instituto de Estudios Liberales, 1988.

INSTITUTO FLORESTAN FERNANDES (IFF). *São Paulo: Dinâmicas e Transformações – Indicadores Demográficos, Sociais, Econômicos e Urbanísticos por Zonas e Distritos*. São Paulo: IFF, 2000.

INSTITUTO PÓLIS. *Contribuições para um diagnóstico do centro do Município de São Paulo. mimeo*. São Paulo: EMURB, 2002.

_____. *Banco de Dados e Experiências de Implementação dos Instrumentos de Política Urbana no Brasil. mimeo*. São Paulo: PÓLIS, 2004.

ISENBERG, A. *Downtown America – A History of the Place And the People Who Made It*. Chicago: The University of Chicago Press, 2004.

JENKINS, J. *Beyond the Informal Sector. Including the Excluded in Developing Countries*. San Francisco: Institute for Contemporary Studies, 1988.

JORDÃO, R. P. Crime (Quase) Perfeito. Corrupção e Lavagem de Dinheiro no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

KELLY, K. Swarms and Networks. *In: OASE* n.º 53. Amsterdam, 2000.

_____. *Out of Control. The new biology of machines. Economic and Social Systems*. Amsterdam: Menlo park, 1994.

KÖNIGS, U. On grafting, Cloning and Swallowing Pills. Scapes as a Future Model of the City. *In: Daidalus* n.º 72. Alemanha, 1999.

KOOLHAAS, R. *Project on the city. Harvard Design School. Guide to Shopping. Harvard Design School*. Cambridge: Taschen, 2001.

KOWARICK, L. Lutas Urbanas e movimentos populares: alguns pontos de reflexão. *In: Espaço e Debates* n.º 8. São Paulo: Cortez, 1983.

_____. Cidade e Cidadania. Cidadão Privado, Subcidadão Público. *In: São Paulo em Perspectiva*. n.º abril/junho 1991. São Paulo: Fundação SEADE, 1991.

_____. *Trabalho e Vadiagem. A Origem do Trabalho Livre no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra. 2ª ed, 1994.

KWINTER, S. *Quelli che Partono as a general theory of models. Journal of Philosophy and Visual Arts (JPVA)*. London: Academy editions, 1999.

LANGRAN, G. *Time in Geographic Information Systems*. London/ Washington, D.C: Taylor and Francis editors, 1993.

LARANJEIRA, A. *Tierra Vacante en las Ciudades de America Latinas. Desafios y Oportunidades*. Cambridge: Lincoln Institute of Land Policy, 2004.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. Documentos. São Paulo, 1969.

_____. *The Production of Space*. Blackwell. Oxford, 1995.

LAZO, P. *Comércio Informal na América Latina. Mercadotecnia Global*. Cidade do México: Pequena Y Mediana Empresa, 2000.

_____. Ensamblado en Mexico. *In: Instant city*. n.º1. Paris: Instituto de Mexico a Paris, 2003.

LOPES, J.R. Terceiro Setor: a organização das políticas sociais e a nova esfera pública. *São Paulo em Perspectiva*. v.18 n.3 São Paulo jul./set. 2004

LOPES, R. *A Economia Informal no Rio de Janeiro: Problema ou Solução*. Rio de Janeiro: MAUAD, 1996.

LOUKAITOU-SIDERIS, A.; BLUMENBERG, E.; EHRENFEUCHT, R. Sidewalk democracy: Municipalities and Regulation of Public Space. Los Angeles. In: BEN-JOSEPH, E. and SZOLD, T. (eds) *Regulating Place: Standards and the Shaping of Urban America*. New York: Routledge, 2004.

_____.; EHRENFEUCHT, R. *Constructing the Sidewalk. The Municipal Government and Production of Public Space*. Los Angeles: [s.n.], 2004.

_____.; BANERJEE, T. *Urban Design Downtown – Poetics And Politics Of Form*. Los Angeles: University of California Press, 1998.

LUND, F. *Women Street traders in urban South Africa: a Synthesis of Selected research findings*. Research report n.o 15. Durban: School of Development Studies/ University of Natal – Durban, 1998.

_____.; NICHOLSON, J.; SKINNER, C. *Street Trading*. Durban: School of Development Studies/ University of Natal – Durban, 2000.

_____.; NICHOLSON, J. (edit.) Chains of production, Ladders of Protection. Social Protection for workers in the informal economy. Durban: School of Development Studies/ University of Natal – Durban, 2003..

LYONS, M. & SNOXELL, S. *Social Capital And The Sustainability Of Urban Livelihoods: Are The Bootstraps Too Short? Some Evidence From Petty Traders In Nairobi*. LondonSouth Bank University. London, 2003. draft for comment.

_____. *Sustainable Formalization and Social Capital inStreet-trade in subsaharan African Cities: a comparative analysis*. LondonSouth Bank University. London, 2003. draft for comment.

MANETTI, D. Autogestão e Economia Solidária: Apoio à recuperação de empresas pelos trabalhadores em autogestão. In: *revista Mercado de Trabalho. Conjuntura e Análise*. n.28. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO/IPEA. Setembro de 2005.

MANGILLI Filho, I. *A Espacialização das Viagens Diárias na Metrópole de São Paulo*.Dissertação (Mestrado em Estruturas Urbanas). Departamento de Planejamento Urbano. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

MARSHALL, T. *Cidadania e Classe Social*. Rio de Janeiro: Zahar , 1967.

MARICATO, E. *A metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo: Hucitec. , 1996.

_____. As Idéias fora do lugar e o Lugar fora das Idéias. In: ARANTES, O. & MARICATO, E. & VAINER, C. *A cidade do Pensamento Único. Desmanchando consensos*. São Paulo: EDUSP, 2000.

_____. *Brasil, Cidades. Alternativas para a crise urbana*. São Paulo: Vozes, 2001.

_____. & FERREIRA, J. S. W.. Operação Urbana Consorciada: Diversificação Urbanística Participativa ou Aprofundamento da Desigualdade? In: OSÓRIO, L. M. (org.). *Estatuto da Cidade e Reforma Urbana: Novas Perspectivas para as Cidades Brasileiras*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2002.

_____. Metrópole, legislação e desigualdade. In: *Revista do Instituto de Estudos Avançados da USP*. Volume 17, n.º 48, Maio Agosto. São Paulo: IEA, 2003.

_____. *O que pensar dos Planos Diretores*. Outubro de 2005. Disponível em: <<http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab>>. Acesso em Janeiro de 2006..

MARCUSE, P. The language of Globalization. In: *Monthly review magazine*. vol. 52, n.º 3. July/ August. New York, 2000

_____.; VAN KEMPEN, R. *Globalizing the city. A new spatial order*. Nova Iorque: Malden: Blackwell, 2000.

_____.; VAN KEMPEN, R. *Of States and Cities – The Partitioning of Urban Space*. New York: Oxford University Press, 2002.

_____. Migration and Urban Spatial Structure in globalizing World: a Comparative Look. In: *Conferência de Migração Africana em uma perspectiva comparada*. Johannesburg: Universidade da África do Sul, 2003.

_____. Enclaves yes, Ghettoes, No: Segregation and the State. In: *Conferência na Lincoln Institute of Land Policy*. Cambridge: Lincoln Institute of Land Policy, 2001.

MARQUES, E. C. *Redes Sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2003.

_____.; TORRES, H.(org.) *São Paulo: Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais*. São Paulo: Senac, 2005.

MARTIN, D. *Geographic Information Systems. Socioeconomic Applications*. 2 ed. r. London/ New York: Routledge editor, 1996.

MARTINS, J. de S. *O poder do atraso. Ensaios de Sociologia da História Lenta*. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARTINS, M.L.R. São Paulo: além do plano diretor. *Revista de Estudos Avançados da USP*. vol.17.n.47. São Paulo: 2003

MCGREGOR-MIRGHANI, L. *The informal street vendors market on 125th street in Harlem*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano). Departamento de Planejamento Urbano da Faculdade de Arquitetura e Planejamento. Nova Iorque: Universidade da Columbia , 1994.

MELLO, J. M. C. & NOVAIS, F. A. Capitalismo Tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, L. M. (org.). *História da Vida Privada. Contrastes da intimidade Contemporânea*. V. 4. São Paulo: Companhia das Letras , 1998.

MELO, H. P. de & TELES, J. L. Serviços e Informalidade. In: *IPEA. Informalidade. Rio de Janeiro, 2000*. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em Dezembro, 2000.

NAKANO, K. & CAMPOS, C. M. & ROLNIK, R. Dinâmicas dos sub-Espaços da Área Central de São Paulo. In: SÃO PAULO (município). *Estratégias de Desenvolvimento para a Região Central de São Paulo*. São Paulo: EMURB/CEBRAP/CEM, 2003. mimeo.

NEGRI, A. e LAZZARATO, M. *Trabalho Imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A Editora , 2001.

NIO, I. Paradoxes of Network city. In: *OASE* n.º 53. Amsterdam, 2000.

NOMURA, A. *Projeto de um Sistema de Mobiliário Urbano para o Centro Histórico de São Paulo*. Trabalho Final de Graduação. Dep. Desenho Industrial. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

NONATO, J. A. & SANTOS, N. M. *Era uma vez o morro do Castelo*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra , 2000.

NORONHA, E. "Informal", ilegal e injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol.18. n. 53. São Paulo:EDUSC, out. 2003.

OIT. *Decent work and the informal economy*. report IV. International Labor Conference. 90th session. Geneve: OIT, 2002.

OLIVEIRA, F. de. *A Economia da Dependência Imperfeita*. São Paulo: Graal , 1989.

_____. *Crítica a Razão Dualista & O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

OSÓRIO, L. M. & MENEGASSI, J.. A Reapropriação das cidades no contexto da Globalização .In: OSÓRIO, L. M. (org.). *Estatuto da Cidade e Reforma Urbana: Novas Perspectivas para as Cidades Brasileiras* . Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris , 2002.

PAMPLONA, J. B. *Erguendo-se pelos próprios cabelos. Auto Emprego e Reestruturação Produtiva no Brasil*. São Paulo: Germinal/ FAPESP , 2002.

PASTORE, J. Como reduzir a Informalidade? In: *Mercado de Trabalho. Conjuntura e Análise*. P. 9-12. São Paulo, IPEA, 2000.

PMSP,/SUBPREFEITURA SÉ/ INSTITUTO PÓLIS. *Plano Diretor Regional da Subprefeitura Sé. mimeo*. São Paulo, 2003.

POCHMANN, M. *O Trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. O Excedente de Mão de Obra no Município de São Paulo. In: CUT/ SEADE. *Mapa do Trabalho Informal no Município de São Paulo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. (org.). *Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade – Novos Caminhos para a Inclusão Social*. São Paulo: Cortez/ Fundação Perseu Abramo, 2002.

PORTES, A. Implicações para a política na Informalidade. In: PORTES, A. & CASTELLS, M. & BENTON, L. (org.). *The informal economy: Studies in Advanced and Less Developed Countries*. Cambridge: The John Hopkins University Press, 1989.

_____. & SCHAUFFLER, R. The Informal Economy in Latin America: Definition, Measurement, and Policies. In: JOHNS HOPKINS UNIVERSITY. Program In *Comparative International Development, Department of Sociology*. Dez. 1992. Disponível em: <[http:// www.streetvendors.com](http://www.streetvendors.com)> Acesso em Março 2002.

PRADO Jr., C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro. São Paulo: Publifolha/ Brasiliense, 2000.

PRATES, S. & FORTUNA, J. C. Informal Sector X Informalized Labor relations in Uruguay. In: PORTES, A. & CASTELLS, M. & BENTON, L. (org.). *The informal economy: Studies in Advanced and Less Developed Countries*. Cambridge: The John Hopkins University Press, 1989.

RASKOWSKI, C. (edit.) *Contrapunto: the informal sector debate in LA*. Albany: State University of New York Press, 1994.

RAMIRES, F. *Severinos na Metrópole. A negação do trabalho na cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Departamento de Letras. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

RIBEIRO, L. C. de Q. *O Futuro das Metrópoles. Desigualdades e Governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan/ Observatório IPPUR/ UFRJ-FASE, 2000.

RICCA, J. L. Sebrae: o jovem empreendedor. In: *Revista do Instituto de Estudos Avançados*. n.º 51. São Paulo: IEA-USP, 2004.

RICHMAN, N. *Neighborhood knowledge in Los Angeles*. Disponível em <<http://nkl.sppsr.ucla.edu>> Acesso em Janeiro de 2002.

RIVERA, S. E. M. La formalidad de la Economía Informal en Mexico. Universidad Nacional de Mexico. In: CENTRO DE MIGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE DE PRINCETON. *Seminário Out of Shadow*. New Jersey: Universidade de Princeton, 2001.

ROBERTS, B. Employment Structure, Life Cycle and Life chances: Formal and Informal Sector in Guadalajara. In: PORTES, A. & CASTELLS, M. & BENTON, L. (org.). *The informal economy: Studies in Advanced and Less Developed Countries*. Cambridge: The John Hopkins University Press, 1989.

ROLNIK, R. A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. FAPESP/Studio NOBEL. São Paulo, 1997.

_____. & NAKANO, K. Velhas questões, novos desafios. In: *Cadernos Le Monde Diplomatique*. N.º 2- Janeiro. São Paulo: Le Monde, 2000

_____. & SOMEKH, N. Governar as metrópoles. Dilemas da recentralização. *São Paulo em Perspectiva*. vol.14, n.4. São Paulo, out.,dez., 2000.

_____. *Estatuto da Cidade - guia para implementação pelos municípios e cidadãos*. Câmara dos Deputados, Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior, Sec. Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência, Caixa Econômica Federal, Instituto Pólis. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Brasília: Coordenação de Publicações, 2001.

SACHS, Ignacy. Exclusão Social pelo Trabalho Decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas. In: *Revista do Instituto de Estudos Avançados*. n.º 51. São Paulo: IEA-USP, 2004.

SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem à província de São Paulo*. São Paulo: Martins Fontes/ EDUSP, 1972.

SAMPAIO JR, P. *Entre a Nação e a Barbárie. Os dilemas do capitalismo dependente*. São Paulo: Vozes, 1999.

SANDRONI, P. A dinâmica Imobiliária da Cidade: a Região Central como processo de esvaziamento, desvalorização e recuperação. In: SÃO PAULO (município). *Estratégias de Desenvolvimento para a Região Central de São Paulo*. São Paulo. mimeo. EMURB/CEBRAP/CEM, 2003.

SANTOS, A. . *Passagem e Permanência nas ruas da cidade de São Paulo. Vivência dos moradores da Fábrica da Pompéia e os espaços institucionais*. Dissertação (Mestrado em Estruturas Urbanas) Dep. Desenho Industrial.. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, B. de S. & AVRITZER, L.. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B. de S. (org.). *Democratizar a democracia*. vol.1. coleção Reinventar a emancipação social - para novos manifestos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira , 2002.

_____. & RODRÍGUEZ, C. Para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B. de S. (org.). *Democratizar a democracia*. vol.1. coleção Reinventar a emancipação social - para novos manifestos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, M. C. L. dos. Spontaneous Design, Informal Recycling And Everyday Life In Postindustrial Metropolis. Design Research. In: *Conference Proceedings of the Politecnico di Milano* . Milão: Politécnico de Milano, 2000.

_____. *Discarded Products, Design And Homeless' Material Culture In Global Cities. Paper para Congresso.* mimeo. São Paulo, 1999.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel , 1987.

_____. *A Natureza do Espaço Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo : Hucitec , 1996.

_____. As cidadanias mutiladas. In: SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA. *O Preconceito*. São Paulo: SJDC, 2001.

SANTOS, W.G. *Cidadania e Justiça. A política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SASSEN, S. The informal economy in New York. In: PORTES, A. & CASTELLS, M. & BENTON, L. (org.). *The informal economy: Studies in Advanced and Less Developed Countries*. Cambridge: The John Hopkins University Press, 1989.

_____. *The mobility of capital and labor. A study in International investment and labor flow*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

_____. *The Global City. New York, London, Tokyo*. New Jersey: Princeton University Press, 1991.

_____. & SANCHEZ, A. North and South Globalization. In: *Trans Magazine*. New York: Trans, 2003.

SEBRAE/ IBASE. *Informalidade e Cidadania*. Rio de Janeiro: SEBRAE/ IBASE, 1997.

SENNET, R. *Declínio do Homem Público – As tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *The Uses of Disorder. Personal Identity and City Life*. New York/ London: W.W. Norton editors , 1970.

SEVCENKO, N. *Orfeu extático na metrópole. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras , 2000.

SCHWARZ, R. *Ao vencedor às batatas*. São Paulo: Duas cidades/ editora 34 , 2000.

SILVA, R. T. A regulação e o controle público da infra-estrutura e dos serviços urbanos no Brasil. In: DEAK, C. & SCHIFFER, S. R. (org.). *O processo de Urbanização no Brasil*. São Paulo: FUPAM/EDUSP, 1999.

_____. A conectividade das redes de Infraestrutura e o espaço urbano de São Paulo. In: RIBEIRO, L. C. de Q. (org.) *O futuro das metrópoles – desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: REVAN/FASE, 2000.

SILVA, M. F. *A Economia Política da Corrupção no Brasil*. São Paulo: Senac, 2002.

SINGER, P. Economia Solidária. Fundamentos para uma Globalização Humanizadora. In: *Contribuição do Grupo de Trabalho para o debate sobre Participação da Sociedade Civil no Fórum Social Mundial de Porto Alegre*. Porto Alegre: 2002. Disponível em: <[http\www. Forumsocialmundial.org\bibliotecavirtual](http://www.Forumsocialmundial.org/bibliotecavirtual)>. Acesso em: Março 2002.

_____. Trabalho Informal: origens e evolução. . In: CUT/ SEADE. *Mapa do Trabalho Informal no Município de São Paulo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. de S. (org.). *Produzir para viver . vol.2. coleção Reinventar a emancipação social - para novos manifestos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Desenvolvimento Capitalista e Desenvolvimento Solidário. In: *Revista do Instituto de Estudos Avançados*. n.º 51. São Paulo: IEA-USP, 2004.

SKINNER, C. *Local Government in transition – a gendered analysis of trends in urban policy and practice regarding street trading in five South African cities*. Research report n.o 18. Durban: School of Development Studies/ University of Natal – Durban, 1999.

SOTO, H. de. *Economia Subterrânea*. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

SOUZA, L. de M. e. Formas Provisórias de Existência: a vida cotidiana dos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: SOUZA, L. de M. e (org.). *História da Vida Privada. Vol. 1: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras , 1997.

SOUZA, M. C. C. *Um estudo sobre o setor informal de São Paulo e formas de participação na produção*. Tese (Doutorado em Economia). São Paulo: Universidade de São Paulo , 1985.

_____. Globalização e Processo de Informalidade. Economia e Sociedade. In: *Instituto de Economia*. n. 14, jun. 2000. Campinas: Unicamp, 2000.

SPALTER-ROTH, R.; ZEITZ, E. *Street vending in Washington D.C.: Reassessing the regulation of a "Public Nuisance". Occasional Paper no. 3.* Washington: Center for Washington Area- The George Washington University, 1985.

STIGLITZ, J. E. Employment, Social Justice, and Societal Well Being. Columbia University. In: CENTRO DE MIGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE DE PRINCETON. Seminário Out of Shadow. New Jersey, Universidade de Princeton, 2001.

TASCHNER, S. P. & BÓGUS, L. M. M. A cidade dos anéis: São Paulo. In: RIBEIRO, L. C. de Q. (org.). *O futuro das metrópoles – desigualdades e governabilidade.* Rio de Janeiro: REVAN/FASE, 2000.

TELLES, V. da S. A cidade e o trabalho. In: *Cadernos Le Monde Diplomatique.* N.º 2- Janeiro. São Paulo: Le Monde, 2000.

_____. Anos 70: Experiências, Práticas e Espaços Políticos. In: KOWARICK, L. (org.). *São Paulo, Passado e Presente – As lutas sociais e a cidade.* São Paulo: Perspectiva, 1994.

_____. Espaço Público e Espaço Privado na Constituição do Social. Notas sobre o pensamento de Hanna Arendt. Tempo Social. In: *Revista de Sociologia da USP.* São Paulo, 2 (1): 23-48, 1sem., 1990.

_____. Operação Desmanche: O Espaço Público em Risco. In: ESCOLA SINDICAL DA CUT. *Cadernos de Formação*, n.º 2. São Paulo, CUT, 2001.

_____. Sociedade Civil, Direitos e Espaços Públicos. In: VILLAS BOAS, R. (org.). *Participação Popular nos Governos Locais.* São Paulo: Publicações Polis n.º 14, 1994.

_____. Sociedade Civil e a construção de Espaços Públicos. In: DAGNINO, E. (org.). *Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil.* São Paulo: Brasiliense., 1994.

THE PLANNING COMISSION, GOVERNMENT OF INDIA, NEW DELHI. Structure and Dynamics of Urban Economy. Study of Linkages between Formal and Informal Sectors in Ahmedabad and Visakhapatnam. In: *Research Study Series. No. 80.* New Delhi, National Institute of Urban Affairs, 2001.

THEODORO, M. *Bases para políticas públicas ao setor informal no Brasil.* IPEA. texto para discussão n. 762. Brasília, dez.2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em Outubro 2005.

THOMAS, J.J. *Surviving in the city. The Urban Informal Sector in Latin America. Critical Studies on Latin America.* London: Pluto Press, 1995.

TINKER, I. *Street Foods: Urban Food and Employment in Developing Countries.* New York: Oxford University Press, 1997.

TOKMAN, V. *Beyond Regulation: the Informal Economy in LA*. Boulder: Lynne Rienner, 1992.

_____. (edit.) *El sector informal en America Latina. Dos décadas de análisis*. Mexico: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 1995.

_____; KLEIN, V. (edit.) *Regulation and the Informal Economy. Microenterprises in Chile, Ecuador, and Jamaica*. Boulder: Lynne Rienner, 1996.

_____. (edit.) *De la informalidad a la modernidad*. Santiago: Oficina Internacional del Trabajo, 2001.

TOLEDO, A.; CHANLAT, A. *Las Otras Caras de la Sociedad Informal. Una Vision Multidisciplinaria*. Lima: ESAN/IDE, 1991.

TORRES, H. Segregação residencial e políticas públicas: São Paulo na década de 1990. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol.19,n.54. São Paulo, fev. 2004.

TURNBULL, D. *Maps are territories. Science is an atlas. A portfolio of exhibits*. Chicago: The University of Chicago Press , 1989.

UCLA DEPARTMENT OF URBAN PLANNING. SCHOOL OF PUBLIC POLICY AND SOCIAL RESEARCH. CENTER FOR LABOR RESEARCH AND EDUCATION. *A "Just" Redevelopment. Lessons from the Figueroa Corridor. Coalition for Economic Justice*. Los Angeles: UCLA, 2000.

UCLA DEPARTMENT OF URBAN PLANNING. SCHOOL OF PUBLIC POLICY AND SOCIAL RESEARCH. CENTER FOR LABOR RESEARCH AND EDUCATION. *Putting Capital in its Place: the Los Angeles Worker Ownership Project*. Los Angeles: UCLA, 1996.

UGÁ, V.D., A categoria "pobreza" nas formulações de política social do Banco Mundial. *Revista de Sociologia e Política*. n.23. Curitiba, nov., 2004.

VALENZUELA, A. *Day Laborers as Entrepreneurs? Journal of Ethnic and Migration Studies*. mimeo.Los Angeles: University of California, 2001.

_____. & MELENDEZ, E. *Day Labor in New York*. In: -----. Los Angeles, 2001. Disponível em: <<http://www.spsr.ucla.edu>>. Acesso em Agosto 2004.

_____. Day Labor Work. In: *Annual Sociology Magazine*. 29:307-33. Los Angeles: Sociology Mag. ,2003.

VAN DEN HEUVEL, D. The diagrams of Team 10.In: *Daidalus*. n.º 74. Alemanha, 2000.

VARGAS, H. *Comércio: Localização Estratégica ou Estratégia na Localização?* Tese (Doutorado em Estruturas Urbanas) Departamento de Planejamento Urbano. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993.

VERSTEEGH, P. Urban Mapping. Drawing the An-/ Un- architectural. In: *The Berlage Cahiers*. n.º 5. Studio 95/ 96. Amsterdam: 010 publishers, , 1997.

_____. Mapping the Unmappable. On Notation. In: *The Berlage Cahiers* . n.º 5. Studio 95/ 96. Amsterdam: 010 publishers, 1997.

VIANNA Jr., E. de O. *Passeios, Calçadas e Infra estruturas para o Tráfego de Pedestres em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Estruturas Urbanas) Departamento de Planejamento Urbano. São Paulo: Universidade de São Paulo 2000.

VIDLER, A.. Diagrams of Utopia. In: *Daidalus* . n.º 74. Alemanha, 2000.

VILLAÇA, F. *Espaço Intraurbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998/ 2a ed. 2005a.

_____. As Ilusões do Plano Diretor. São Paulo, agosto de.2005b. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/fau/galeria/paginas/0508_a_ilusao_do_pd_villaca.pdf>. Acesso em Jan.2006..

VILLAS-BÔAS, R. *Quem são os donos da rua. Conflitos e negociações com o comércio ambulante na gestão municipal de Luiza Erundina em São Paulo*. Publicações Pólis. n.º 23. São Paulo: PÓLIS, 1995.

WAGNER, E. S. *Hanna Arendt e Karl Marx – O mundo do Trabalho*. São Paulo: Ateliê Editorial , 2000.

WARD, P. (edit.) *Corruption, Development and Inequality: Soft Touch or Hard Graft*. London, New York: Routledge:1989.

WEBER, M. *Ciência e Política: duas vocações*. 9ª edição. São Paulo: Cultrix, 1993.

WEBSTER, L.; FIDLER, P. (edit.) *The informal sector and Microfinance Institutions in West Africa. Regional and Sectoral Studies*. Washington D.C.: The World Bank, 1996.

WIEGO. National Policy for Urban Street Vendors in India. Disponível em: <http://www.wiego.org/program_areas/urban_policies/>. Acesso em Jun. 2006.

WISSENBAACH, M. C. C. Da escravidão à Liberdade: Dimensões de uma Privacidade Possível. In: SEVCENKO, N. (org.). *História da Vida Privada. República, da Belle Epoque à Era do Rádio*. vol. 3: São Paulo : Companhia das Letras, 1998.

WODICZKO, K. *Art Public, Art Critique. Textes, propôs et documents. École Nationale Supérieure de Beaux-Arts*. Paris: ENSB-A Presse, 1995.

WOOD, B. Vacant Land in Europe. In: LINCOLN INSTITUTE. *Vacant Land*. Washington, 2002. Disponível em: <[http:// www.lincolninst.edu](http://www.lincolninst.edu)>. Acesso em Outubro 2004.

YAZIGI, E. *O mundo das calçadas*. São Paulo: Humanitas /Imprensa Oficial, 2000.

trabalho informal nos espaços públicos do Centro de São Paulo:

pensando parâmetros para políticas públicas

anexo: conflitos e contradições expressos nas reportagens

Reportagem de capa no jornal O Estado de São Paulo - 05 de Junho de 2005

INTRODUÇÃO

A seguir temos 102 reportagens entre os anos de 1998 e 2006 de diversas fontes, imprensa escrita ou digital. O objetivo desta análise crítica das reportagens é verificar os mais variados matizes ideológicos que estão impregnados nas abordagens da imprensa, seja da TV seja do jornal ou revista.

Foi necessário mostrar duas formas antagônicas de ver o problema: uma, através das várias falas incorporadas na reportagem e um editorial claramente direcionado. Outra, que mostra os conflitos e contradições ocultos por ela, mas que são inerentes na problemática do trabalho informal dos espaços públicos. Diferentes gestões do conflito também são expostas com o objetivo de traçar um perfil da conduta do Poder Público ao enfrentar a atividade.

A permanência de um consenso, seja ele fabricado ou não pela imprensa, é talvez o principal instrumento de reprodução da discriminação social e da criminalização do trabalho informal nos espaços públicos.

Ao final, exponho as principais vertentes de interpretação do problema bem como as contradições não reveladas. Com a justaposição dessas duas versões é possível avaliar quais são as principais resistências do Poder Público e sociedade civil que impedem a formulação a patamares mais justos de trabalho.

As reportagens a seguir estão em ordem cronológica.

fonte

fonte: Jornal Folha de São Paulo

data: 14 de Maio de 2006

título: "Lista aponta 98% de camelôs irregulares"

conteúdo

Levantamento da Associação Viva o Centro analisou as concessões da Prefeitura e apontou que 98% não obedecem a legislação.

agentes envolvidos

trabalhador informal, subprefeitura, Associação Viva o Centro

identificação da problemática pela imprensa

A grande maioria dos trabalhadores que possuem o Termo de Permissão de Uso (TPU) estão contra a lei que regula a atividade, que determina, entre outras coisas, a proibição da ocupação nos espaços públicos próximos a edifícios ou locais que são patrimônio histórico, em frente a bancos, etc. DOs 769 nos distritos Sé e República, 98% estão em desacordo. Segundo a Associação Viva o Centro, "as ruas ficam tomadas. Eles criam uma balbúrdia no Centro e também dificultam a limpeza da cidade. Também inviabilizam a região como local de turismo e entretenimento". Para ele, os trabalhadores deveriam ser alocados em um tipo de mercado. A Prefeitura rebate dizendo que prioriza o combate aos ilegais.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Associação Viva o Centro argumenta que o Centro só pode se viabilizar como região de turismo e entretenimento sem a presença dos trabalhadores informais. Posição excludente.

Legislação é inoperante, como demonstramos no capítulo 5.

gestão do conflito

ONG quer extinção dos trabalhadores, Poder Público continua a repressão aos sem-licença.

fonte

fonte: Jornal Folha de São Paulo

data: 08 de Março de 2006

título: "Camelô usa walkie-talkie contra rapa"

conteúdo

Contra fiscalização, trabalhadores usam tecnologia para escapar da perseguição dos guardas-civis.

agentes envolvidos

trabalhador informal, Guarda Civil, subprefeitura

identificação da problemática pela imprensa

Acostumados a duela com a Prefeitura pela ocupação nas ruas, os trabalhadores se organizaram e criaram um sistema de comunicação para anunciar a presença da Guarda Civil e assim escapar da fiscalização. O artifício é para evitar a apreensão das mercadorias. A tática anterior era avisar através da gritaria. Segundo a GCM, há 873 guardas para coibir a ocupação ilegal.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Apresentamos no capítulo 2 que o sistema de repressão é muito mais lento que o esquema de fuga dos trabalhadores clandestinos. Além disso o Poder Público é burocrático e ineficiente. Segundo um próprio representante da Prefeitura que coordena a fiscalização à atividade, a repressão é apenas para dar exemplo, porque não consegue ser eficaz 100%.

gestão do conflito

Repressão ineficiente

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 11 de Fevereiro de 2006

título: "GCM investiga morte de camelô"

conteúdo

Corregedoria quer saber por que trabalhador baleado na perna morreu ao ser levado por guardas ao hospital.

agentes envolvidos

trabalhador informal, Guarda Civil, corregedoria da Guarda Civil

identificação da problemática pela imprensa

Corregedoria apura a morte do trabalhador após o conflito que houve no dia anterior, quando o trabalhador teria sacado a arma de um Guarda Civil e iniciado um tiroteio. Ele acabou sendo baleado na perna, porém, ao chegar no hospital já estaria morto. Para o presidente do Movimentos dos Ambulantes, Juarez, o trabalhador foi morto dentro do carro da Guarda Civil, que estava sendo perseguido pelos guardas. Os trabalhadores acusam da agressão exagerada contra a categoria e também de cobrança de propina. Segundo os médicos do IML, o trabalhador morreu de parada cardíaca devido ao tiro na perna.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

O título mais certo desta reportagem deveria ser "Procuradoria do Município investiga a morte de trabalhador", pela simples razão que a GCM é a principal suspeita pela morte do trabalhador. Somente os guardas serão testemunhas - Corregedoria da Guarda parcial e corporativa. Ausência de canais de negociação e resolução dos conflitos é a principal causa da opção pela violência de ambas as partes.

gestão do conflito

conflito armado para resolver conflitos.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 29 de Outubro de 2005

título: "Camelô cruza Paulista e foge de fiscal"

conteúdo

Fiscalização fica do lado do Centro e esquece do lado dos Jardins. GCM alega que há confusão de responsabilidades.

agentes envolvidos

trabalhador informal, subprefeituras, polícia militar e guarda civil, associação Paulista Viva.

identificação da problemática pela imprensa

De um lado, a fiscalização contra os trabalhadores de rua é tão rigorosa que poucos se arriscam a ocupar o espaço público. De outro lado, a situação é bem diferente: concentração, disputa, conflito com os pedestres. A origem desta confusão é um problema sobre a responsabilidade de cada perímetro para fiscalização pela Guarda Civil. Até Setembro de 2005, a avenida era de 3 subprefeituras: Sé, Pinheiros e Vila Mariana. A partir desta data a responsabilidade pela avenida Paulista ficou toda para a subprefeitura Sé. Segundo a secretaria das Subprefeituras, houve um problema de transição. Para fugir dos fiscais, um trabalhador apenas cruza a avenida. Segundo representante da Associação Paulista Viva, nenhum trabalhador tem permissão para ocupar a calçada e, portando, todos são irregulares.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Gestão do comércio informal é fragmentada. Associação de empresários, proprietários da avenida Paulista que quer vê-la "revitalizada", não quer a presença dos trabalhadores. Gentrificação e confusão administrativa recorrentes não só no Centro de São Paulo.

gestão do conflito

Fragmentação administrativa no controle da atividade.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 14 de Outubro de 2005

título: "Camelôs apedrejam subprefeitura"

conteúdo

Tumulto teria ocorrido porque a subprefeitura tem impedido a ocupação na rua 12 de Outubro, na Lapa.

agentes envolvidos

trabalhador informal, subprefeitura, polícia militar e guarda civil

identificação da problemática pela imprensa

Cerca de 500 trabalhadores entraram na Subprefeitura e apedrejaram o prédio. A confusão provocou o fechamento de lojas de 9 ruas e onze trabalhadores foram detidos. O protesto ocorreu devido à expulsão de vários trabalhadores da rua 12 De Outubro que passa por obras de revitalização. A operação contra os trabalhadores seguirá com o efetivo de 120 guardas civis e 30 fiscais, apesar da ameaça de resistência dos trabalhadores. Estima-se 1800 trabalhadores irregulares para apenas 243 permissões na região. Contrariando a subprefeitura, 526 trabalhadores apresentaram o TPU, mas apenas 84 estavam com as taxas pagas em dia. A Prefeitura quer obrigar os trabalhadores a respeitar a lei que determina a distância de 15 metros entre barracas, proibição da ocupação em frente às farmácias, pronto-socorros e bancos. A Prefeitura vai priorizar o combate em outros seis pontos da cidade, incluindo São Miguel, Largo 13, etc.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Discrepância entre número de permissões, cumprimento pelos trabalhadores da tributação exigida e número real é muito grande. Os projetos de revitalização não consideram a existência do comércio informal de rua. Não há mesa de negociação entre as partes e o resultado é a opção pela violência de ambas as partes.

gestão do conflito

Prisão em resposta ao vandalismo dos trabalhadores

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 09 de Setembro de 2005

título: "Camelô preso alega que é perseguição"

conteúdo

Líder de sindicato preso alega que é perseguição política

agentes envolvidos

trabalhador informal, líder de sindicato, lojistas, subprefeitura, polícia militar e guarda civil

identificação da problemática pela imprensa

Afonso José da Silva, líder do Sindicato dos Camelôs Independentes de São Paulo, é denunciado por extorsão e formação de quadrilha por ter organizado o protesto ocorrido no dia 11 de Agosto. Na delegacia ele acusou o vereador Adilson Amadeu (PMDB) de perseguição política. Ele denunciou a máfia das propinas em 1999. Segundo ele, o fato de ter conseguido grande número de votos e por atuar no mesmo terreno político que o vereador, contribuíram para sua prisão. Ele conta também que ficou malquisto pela Guarda Civil assim que pediu a rotatividade dos guardas responsáveis pela fiscalização da atividade, devido, segundo ele, à corrupção. Ele nega que tenha cobrado dos seus afiliados para lotear pontos no espaço público, como afirma o Ministério Público. Ele reclama da extinção da emissão dos Termos de Permissão de Uso (TPUs). Ele foi contra o protesto do dia 11 de Agosto.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

A fala do líder aponta para 2 denúncias recorrentes presentes no comércio informal de rua: clandestinidade e corrupção; bem como do clientelismo praticado ou por alguns líderes sindicatos ou vereadores. O elo mais fraco, sem dúvida é o dos trabalhadores informais, que não possuem um canal onde recorrer das denúncias, sejam elas falsas ou não.

gestão do conflito

prisão do líder de um sindicato da categoria.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 13 de Agosto de 2005

título: "Camelôs voltam a causar tumulto no Brás"

conteúdo

O dia seguinte após o protesto do dia 11 de Agosto também foi marcado por revolta dos trabalhadores em relação à repressão dos policiais.

agentes envolvidos

trabalhadores, lojistas, subprefeitura, polícia militar e guarda civil

identificação da problemática pela imprensa

18 trabalhadores de rua foram presos por participar dos protestos no dia 11 de Agosto. A maioria dos presos é integrante do Sindicato dos Camelôs Independentes de São Paulo. Lojistas, com medo dos protestos no dia anterior, fecharam as lojas. Polícia acredita que protesto foi organizado por Afonso José da Silva, líder do sindicato. Se os vendedores testemunharem e confirmarem, ele será preso por formação de quadrilha.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Ausência de canais institucionalizados de debate e negociação entre as ambas partes do conflito urbano resulta na resolução pela força. A lei é colocada em prática circunstancialmente à favor do patrimônio, em detrimento dos trabalhadores.

gestão do conflito

repressão por parte do Poder Público e vandalismo por parte dos trabalhadores de rua.

fonte

fonte: Jornal Folha de São Paulo

data: 12 de Agosto de 2005

título: "Protesto dos camelôs acaba em depredação"

conteúdo

Houve protesto dos trabalhadores em revolta à apreensão das mercadorias irregulares, ordem do subprefeito e repressão dos guardas civis.

agentes envolvidos

trabalhadores, lojistas, subprefeitura, polícia militar e guarda civil

identificação da problemática pela imprensa

Trabalhadores de rua cometeram atos de vandalismo em ato de protesto contra a fiscalização por parte das subprefeituras e dos guardas civis. Foram presas 18 pessoas, 16 delas faziam parte do Sindicato dos Camelôs Independentes de São Paulo, cujo líder é Afonso. Os trabalhadores denunciavam a continuidade da corrupção, mesmo com a troca da responsabilidade da fiscalização dos funcionários da subprefeitura para os guardas civis do município de São Paulo.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Ausência de canais institucionalizados de debate e negociação entre as ambas partes do conflito urbano resulta na resolução pela força. A lei é colocada em prática circunstancialmente à favor do patrimônio, em detrimento dos trabalhadores.

gestão do conflito

repressão por parte do Poder Público e vandalismo por parte dos trabalhadores de rua.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 12 de Agosto de 2005

título: "Projetos de Lerner em estudo"

conteúdo

Jaime Lerner, antigo político, hoje consultor urbanístico, elaborou projetos de revitalização para alguns espaços do Centro de São Paulo.

agentes envolvidos

consultor urbanístico, prefeito, sub-prefeito

identificação da problemática pela imprensa

Jaime Lerner elaborou 4 projetos para o Centro: "*promenade*" ao longo do Tamanduateí, torres residenciais na Cracolândia, reurbanização na região do triângulo histórico no Centro para lojas famosas, ruas portáteis de comércio e serviços feitas de contêineres. Subprefeito relata que alguns deles serão postos em prática, em parceria com iniciativa privada.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Projetos claramente elitizados que não contemplam as demandas por moradia e trabalho, bem como dos vários grupos sociais existentes no Centro.

gestão do conflito

Requisição por parte da Prefeitura de projeto urbanístico de um consultor que fez uma leitura elitista e distanciada da realidade dos grupos sociais no Centro.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 21 de Junho de 2005

título: "Com fim das blitzes, camelôs voltam com tudo ao Centro"

conteúdo

Trabalhadores informais retornam aos espaços públicos após ofensiva da Prefeitura no início do ano de 2005. São 2 mil irregulares.

agentes envolvidos

trabalhadores informais, subprefeito, lojista, Viva o Centro, Guarda Civil

identificação da problemática pela imprensa

A pesada ação da Prefeitura no início do ano de 2005 - 5 enfrentamentos na gestão Serra em 6 meses, que expulsou muitos trabalhadores irregulares do Centro, não foi duradoura e muitos deles têm retornado. Segundo o Subprefeito da Sé, 1.100 têm permissão, porém 2 mil estão irregulares. Segundo ele, "pirataria e contrabando tiram empregos, não criam empregos". O depoimento de um trabalhador é emblemático: "Já apreenderam 100 vezes minhas mercadorias, mas continuo vindo aqui, há 13 anos". Lojista acredita que os trabalhadores informais atraem "malandragem". Presidente da ONG Viva o Centro argumenta que é "crime organizado". Segundo ele "com a retirada dos trabalhadores houve uma queda de 60% das ocorrências policiais". Segundo representante da Guarda Civil, os trab. informais devem ir para os shoppings populares. Para um representante de um sindicato, há espaço na cidade para a atividade: "Os atuais shoppings populares não têm infra-estrutura adequada".

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

A fala do governo e do representante da ONG Viva o Centro, que atende aos interesses patrimonialistas no Centro, criminalizam a atividade, que justifica as ações repressoras, ineficazes, contra os trabalhadores informais.

gestão do conflito

Tanto a fala do governo quanto de representantes dos trabalhadores apontam a importância dos shoppings populares, mas reconhecem que os existentes são inadequados.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 05 de Junho de 2005

título: "A economia do Brasil nas sombras"

conteúdo

Uma em cada 3 empresas é informal e 60% dos empregados não têm carteira assinada.

agentes envolvidos

micro-empresários, Banco Mundial

identificação da problemática pela imprensa

Segundo o Banco Mundial, 39,8% do PIB brasileiro está na informalidade. 3.315.917 normas e 36,8% de carga tributária empurram milhões para a sonegação de impostos. A competitividade no País e com os produtos chineses obriga alguns empresários a terceirizarem parte da sua produção em oficinas de fundo de quintal como forma de reduzir custos. Na sombra da informalidade, outros crimes vêm junto: roubo de carga, falsificação, desrespeito às normas sanitárias e ambientais e exploração indigna do trabalho. A corrupção através do desvio na Previdência e a descrença na aplicação dos recursos advindos dos tributos não incentiva a formalização.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

A informalidade é aceita socialmente e a sonegação é praxe. A legislação brasileira não acompanhou as exigências atuais de adaptação das empresas aos desafios competitivos dos produtos estrangeiros. A saída passa então pelo não cumprimento das normas e a consequente precarização da mão de obra.

gestão do conflito

O governo da gestão Lula não quer comprar briga com os sindicatos de trabalhadores que são contra a reforma trabalhista como perda dos direitos dos trabalhadores adquiridos. Nesse sentido, as políticas direcionadas à informalidade são paliativas e não se enfrenta com amplitude e larga escala.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 05 de Junho de 2005

título: "Quero trabalhar honestamente"

conteúdo

Situação incomoda quem está na informalidade e afeta perversamente a concorrência. É alternativa de geração de renda e ausência de empregos.

agentes envolvidos

micro-empresários

identificação da problemática pela imprensa

Empresas de fundo de quintal têm dificuldade de inserir-se em um mercado de maior escala pelo estatuto informal de sua empresa: "Perd um cliente americano que queria me contratar, mas não tinha como fornecer nota fiscal". Segundo este micro-empresário, não tem acesso à crédito nos bancos em geral e não há política governamental específica para este setor. A informalidade não significa somente desrespeito à legislação trabalhista, como também o não cumprimento das normas sanitárias e ambientais. A sonegação também afeta a competitividade entre grandes redes varejistas e, por isso, aquelas que cumprem as normas não têm como reinvestir em produtividade por causa da concorrência desleal. Empresas multinacionais também não conseguem entrar no mercado no Brasil por conta da sonegação interna que afeta a competitividade.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

A informalidade abarca todas as escalas, desde os grandes varejistas nacionais e internacionais quanto os micro-empresários que não cumprem todas as regras tributárias e trabalhistas. A sonegação em todos os níveis provoca uma reação em cadeia que culmina na crescente precarização das relações trabalhistas e, portanto, no não recolhimento de recursos que revertam em investimento dos próprios empresários e do Governo no setor produtivo.

gestão do conflito

Reforma trabalhista conservadora

fonte

fonte: Jornal Diário do Comércio

data: 31 de Maio de 2005

título: "Iniciativa privada encampa popcentros e cria novas unidades"

conteúdo

Uma empresa de locação de espaços comerciais parte para seu terceiro popcentro na zona oeste da cidade.

agentes envolvidos

Incorporador imobiliário, trabalhadores informais, Associação Comercial

identificação da problemática pela imprensa

Os popcentros, antes iniciativa da Associação Comercial, agora está sendo encampada por pequenos incorporadores imobiliários, que alugam espaços para abrigar boxes de trabalhadores informais autônomos onde existe densa ocupação de trabalhadores nas ruas. Dois empreendimentos na Lapa fazem em torno de 2 anos de existência. Segundo o empreendedor, os dois lados ganham, o investidor e o trabalhador informal de rua que pode trabalhar com segurança e infra-estrutura adequadas. O aluguel pelo box varia de R\$300,00 a R\$2.000,00. Segundo ele, já que o governo não toma iniciativa, são os investidores privados que criam os popcentros. Para o trabalhador informal, os popcentros são a única alternativa para o comércio em micro-escala que são aqueles que trabalhavam na rua, pois eles não podem arcar com as luvas e aluguéis altos.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Os shoppings populares não podem ser formulados apenas pela iniciativa privada e sim também como programa social para ser de fato incluyente porque nem todos os trabalhadores informais de rua podem arcar com os custos de um empreendimento bancado por empreendedores privados.

gestão do conflito

Omissão do governo municipal na formulação e criação dos shoppings populares.

fonte

fonte: Jornal Diário do Comércio

data: 31 de Maio de 2005

título: "No Centro, dois shoppings populares abrigam mais de 500 amb."

conteúdo

2 shoppings populares no Centro são administrados por um sindicato de trabalhadores informais. Abrigam cerca de 500 trabalhadores.

agentes envolvidos

Sindicato de trabalhadores informais,

identificação da problemática pela imprensa

A ocupação de 2 shoppings populares está em torno de 50% porque para os trabalhadores informais é mais vantajoso o ponto na rua, já que ultimamente a fiscalização daqueles sem licença tem sido irregular. Um é localizado na av. Sen. Queiroz e o outro na r. Sta. Efigênia. Segundo o empreendedor, a legislação também dificulta a sustentabilidade de micro-presas como aquelas que poderiam ser formadas por trabalhadores informais de rua.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Pude acompanhar pessoalmente a formação deste shopping popular. Ele inicialmente foi formado por 2 lideranças: uma que permanece no empreendimento e ligada ao sindicato, e outro que era uma liderança de rua, com um grupo bastante coeso, vindo de Pernambuco. Com a discordância na gestão do empreendimento e diferenças ideológicas de ambos, o rompimento da parceria levou a debandada de um grande número de trabalhadores fiéis a uma das lideranças.

gestão do conflito

Sem a mediação do governo municipal, alguns shoppings populares têm dificuldade de se auto-sustentar.

notícia no site do jornal na Internet

fonte

fonte: Jornal Brasil de Fato

data: 27 de Maio de 2005

título: "Milhares vivem na informalidade"

conteúdo

Pesquisa do IBGE - Economia Informal Urbana em 2003 - levantou que 98% das pequenas empresas não agrícolas são informais.

agentes envolvidos

pequenos empresários, governo federal,

identificação da problemática pela imprensa

Há mais de 10,5 milhões de pequenas empresas não agrícolas com até 5 empregados, 98% da totalidade, que estão na informalidade. Nelas trabalham 13,9 milhões de pessoas. Em relação à pesquisa anterior (1997), houve um aumento em 9% dos empreendimentos informais. 31% começaram por não encontrarem empregos e 18% como complementação de renda. Para especialistas, o setor informal funciona mais como rede de proteção do que como trampolim. Em 1997, 93% das empresas do setor informal eram lucrativas. Em 2003, caiu para 73%. A grande maioria, 94%, não utilizou crédito nos 3 meses anteriores à pesquisa.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Ainda há vários outros dados que mostram um amplo panorama da pesquisa sobre o setor informal nos principais centros urbanos do Brasil - constituição jurídica, proteção social, local de trabalho, perfil dos ocupantes, etc. Estes dados trazem subsídio para formulação de políticas públicas que elabore especificamente para este setor, cuja ausência de assistência técnica, jurídica, acesso à informações e proteção social impede a real inserção na economia brasileira e acesso à cidadania.

gestão do conflito

Ausência de políticas e quando existem. são Iniciativas esparsas, fragmentadas e descontínuas por parte do Governo.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 22 de Maio de 2005

título: "Serra defende ação da Guarda"

conteúdo

Prefeito afirmou que foram os trabalhadores informais que atacaram a Guarda Civil em confronto no Centro.

agentes envolvidos

trabalhadores informais, guarda civil, Prefeito, representante de sindicato

identificação da problemática pela imprensa

Prefeito argumenta que são os trabalhadores que iniciam a violência. O representante dos trabalhadores informais argumenta que a Prefeitura não dá alternativas aos trabalhadores informais clandestinos, que são perseguidos diariamente. Ele defende a legalização e a construção de shoppings populares.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Gestão do prefeito Serra 2004-2008 continua a criminalizar a questão e justifica a ação repressora da Guarda Civil. Reprime, mas não dá alternativas.

gestão do conflito

Ação repressora do governo

fonte

fonte: Jornal Folha de São Paulo

data: 21 de Maio de 2005

título: "Guerra na rua"

conteúdo

Confronto violento entre Guarda Civil e trabalhadores informais clandestinos contra a apreensão das mercadorias.

agentes envolvidos

Guarda Civil, trabalhadores informais

identificação da problemática pela imprensa

No confronto entre trabalhadores informais clandestinos e Guarda Civil que apreendiam mercadorias, lojas fecharam e 5 pessoas foram presas.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Não há uma mediação pacífica e alternativas de programas sociais por parte da Prefeitura em relação aos trabalhadores informais irregulares.

gestão do conflito

Criminalização e dura repressão aos trabalhadores.

fonte

fonte: Jornal Folha de São Paulo

data: 20 de Maio de 2005

título: "Camelôs são apenas 7% do setor informal"

conteúdo

São 711.825 trabalhadores de rua, uma atividade e minoritária se comparado ao resto do universo das empresas informais que funcionam em lojas ou na casa do cliente.

agentes envolvidos

trabalhador informal de rua, IBGE

identificação da problemática pela imprensa

O trabalhador de rua é o personagem mais comum quando se pensa em empresa informal. Em relação ao local de trabalho, 20,3% das empresas informais estão instaladas em lojas ou oficinas, 27,6% na casa do cliente e apenas 6,9% trabalham na rua com comércio. Esse número aumenta para 8,8% quando se estende para o setor de serviços. O setor de comércio agrega 33% das firmas, seguida da construção civil com 18%. A maior parte dos trabalhadores é migrante, 55%. O número mais expressivo é a inacessibilidade ao crédito - 94% não possuem as condições para contrair empréstimo. Isso parece emblemático quando se pensa na dificuldade de expansão do negócio.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Micro-crédito não tem tradição como política social pelo governo federal. O micro-empendedor informal não preenche os requisitos para a rentabilidade exigida pelas leis de mercado, daí a maioria absoluta não optar pelo empréstimo privado. A inacessibilidade ao crédito é uma das maiores razões pela limitação à médio e longo prazo do negócio.

gestão do conflito

Ausência de políticas e quando existem, são iniciativas esparsas, fragmentadas e descontínuas por parte do Governo.

fonte

fonte: Jornal Folha de São Paulo

data: 20 de Maio de 2005

título: "Empresa Informal tem 1/4 dos trabalhadores"

conteúdo

Os empreendimento informais empregam 1/4 dos trabalhadores urbanos, mas o setor informal perdeu participação no PIB de 8% para 6%.

agentes envolvidos

trabalhadores informais, IBGE, SEBRAE

identificação da problemática pela imprensa

Segundo a coordenadora da pesquisa sobre Economia Informal Urbana, apesar da diminuição da participação no PIB, a maior importância do setor informal não é a geração de riqueza e sim sua grande capacidade de acolher trabalhadores. O coordenador do SEBRAE, argumenta que o mercado informal vive um período de saturação, com forte concorrência entre os empreendedores e poucos clientes. Com a crise econômica e a retração do consumo, a situação tem ficado mais difícil ainda. Apesar do recuo dos rendimentos, os dados mostram que as pessoas permanecem mais tempo no setor informal. Custos elevados dos registros e impostos e a pesada burocracia para abertura de uma pequena empresa são os principais entraves. Há um projeto de lei tramitando no Congresso que possibilita a criação de uma pré-empresa, com menos burocracia e custos.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

As políticas públicas para as pequenas empresas informais não devem se restringir somente às políticas tributárias. A pesquisa do IBGE, assim como a da SEBRAE mostram as inúmeras vulnerabilidades que as pequenas empresas possuem no que diz respeito à ausência de assistência técnica e jurídica, acesso ao crédito, etc.

gestão do conflito

Ausência de políticas e quando existem, são iniciativas esparsas, fragmentadas e descontínuas por parte do Governo.

fonte

fonte: Jornal Folha de São Paulo

data: 20 de Maio de 2005

título: "Prefeitura diz que ampliará fiscalização"

conteúdo

Subprefeito da Sé promete ampliar a fiscalização contra os trabalhadores de rua.

agentes envolvidos

trabalhadores de rua, Subprefeito da Sé, Guarda Civil

identificação da problemática pela imprensa

Número de trabalhadores irregulares no Centro Novo é alvo de reclamações de comerciantes, moradores e pedestres. 300 trabalhadores de rua fizeram uma manifestação no começo de 2005 pedindo a regularização de mais pontos no Centro, houve confronto.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Questão social é vista como questão de polícia somente.

gestão do conflito

Repressão

fonte

fonte: Jornal Folha de São Paulo

data: 20 de Maio de 2005

título: "Conflito entre polícia e camelôs para o Centro"

conteúdo

No pior confronto da gestão Serra (2004-2008), 200 trabalhadores enfrentaram os fiscais no Centro Novo.

agentes envolvidos

Trabalhadores de rua, Guarda Civil, Polícia Militar

identificação da problemática pela imprensa

No confronto entre trabalhadores e Guarda Civil, pelo menos 5 guardas ficaram feridos, 3 trabalhadores foram presos. Lojistas fecharam suas lojas e o trânsito foi interrompido pois o confronto foi muito violento. Começou às 18:30 até as 23hs, por conta de uma mudança de turno na fiscalização.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

A repressão como política pública, como vimos nas reportagens desde 1998 deste banco de dados não têm sido efetiva.

gestão do conflito

Confronto e repressão violentos

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 20 de Maio de 2005

título: "Camelôs e Guarda Civil se enfrentam"

conteúdo

Um confronto de 3 horas e meia de duração entre trabalhadores de rua e guarda civil

agentes envolvidos

trabalhador de rua, Guarda Civil e Polícia Militar

identificação da problemática pela imprensa

É o segundo confronto entre trabalhadores de rua e Guarda Civil. Os trabalhadores estavam na espreita à espera da Guarda Civil para atacarem em represália ao confronto anterior. A Guarda Civil argumenta que eles já vieram com coquetel molotov e pedras. Um dos trabalhadores disse que tudo começou por conta dos excessos da Guarda Civil - arbitrariedade na apreensão das mercadorias e não dão o direito dos trabalhadores reavê-las.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

A ausência de canais de negociação entre trabalhadores irregulares e o governo restringe a possibilidade de encontrar uma solução razoável para evitar confrontos violentos.

gestão do conflito

Confronto e repressão violentos

fonte

fonte: Jornal Folha de São Paulo

data: 24 de Abril de 2005

título: "País perde R\$84 bi por ano com pirataria"

conteúdo

Cerca de 2 milhões de empregos deixam de ser criados por conta da pirataria

agentes envolvidos

Conselho Nacional de Combate à Pirataria, Departamento de Investigação do Crime organizado, Grandes varejistas

identificação da problemática pela imprensa

O Brasil deixa de arrecadar R\$84 bilhões e de criar cerca de 2 milhões de empregos ao ano com as falsificações e contrabando no país. Esses números foram colhidos pelo Ministério da Justiça a partir de vários setores da economia. O comércio ilegal chega a representar a 60% do consumo de alguns produtos. Apesar das investigações e pressão por parte dos produtores originais, a apreensão das mercadorias é frequente. Mesmo grandes varejistas vendem correntemente produtos pirateados.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

O contrabando e falsificação existe enquanto houver demanda por produtos mais acessíveis. Isso acontece nos grandes centros urbanos, não só nos países em desenvolvimento, como verificou Saskia Sassen em *Global City*. Essa polarização é característico da globalização. Os produtores se organizaram para cobrar do Poder Público ação contra o contrabando e pirataria, a favor dos grandes produtores, mas não existe a contrapartida de políticas sociais para a inclusão na economia das pequenas empresas informais.

gestão do conflito

Poder Público a favor dos grandes produtores e não a favor dos pequenos empreendedores.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 10 de Dezembro de 2004

título: "Bolivianos tentam a sorte nas oficinas do Brás e Bom Retiro"

conteúdo

Brás e Bom Retiro são os dois bairros de maior concentração de imigrantes clandestinos.

agentes envolvidos

imigrantes clandestinos, Câmara de Indústria e Comércio Brasil-Boliviana,

identificação da problemática pela imprensa

Os imigrantes clandestinos ocupam o mercado informal de trabalho, seja em oficinas precárias ou trabalhando na rua. A base da mão-de-obra barata para pequenas confecções de São Paulo vem da Bolívia. Um dos obstáculos para o enfrentamento da precariedade das condições de trabalho e da clandestinidade destes trabalhadores é o pacto de silêncio entre empregador e empregado. A clandestinidade traz prejuízos pela falta de impostos arrecadados.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

A clandestinidade dos imigrantes traz inúmeros prejuízos, não só a falta de arrecadação de impostos: inacessibilidade a qualquer tipo de crédito para financiamento do consumo, habitação, etc., e a impossibilidade de acessar a justiça em caso de abusos trabalhistas e de direitos humanos.

gestão do conflito

Dificuldade de investigação por parte do Ministério da Justiça e outras agências por conta do pacto de silêncio forjado entre os empregadores e imigrantes clandestinos.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 21 de Julho de 2004

título: "Prefeitura amplia número de guardas na região"

conteúdo

Investida da Prefeitura no aumento da fiscalização dos trabalhadores irregulares no Centro de São Paulo

agentes envolvidos

Secretaria de Segurança Urbana municipal, Guarda Civil, trabalhadores de rua

identificação da problemática pela imprensa

Os guardas civis ganharam poder de fiscalização e apreensão de mercadorias dos trabalhadores irregulares na região da rua 25 de Março. São ao todo 200 homens por turno, totalizando 800 guardas, mais 100 pessoas especializadas em mediação de conflitos. Segundo o representante da Secretaria de Segurança, os guardas civis serão mais efetivos que os antigos fiscais, pois a fiscalização não será mais dura e sim mais eficiente. A representante dos lojistas espera que a retirada dos irregulares seja pacífica.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

As notícias posteriores revelaram que a transferência de responsabilidade de fiscalização dos antigos fiscais para os guardas civis não tornaram menos violentos os enfrentamentos com os trabalhadores irregulares. O desconhecimento da questão da informalidade nas ruas pelos guardas civis torna ainda mais complicada a resolução dos conflitos.

gestão do conflito

Repressão como política pública no enfrentamento de questões sociais

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 29 de Fevereiro de 2004

título: "O avanço do trabalho informal "

conteúdo

Tendência crescente de aumento dos trabalhadores informais na categoria assalariados sem carteira assinada.

agentes envolvidos

Trabalhadores Informais, Governo Federal e Municipal, pesquisadores IPEA, PUC-Rio

identificação da problemática pela imprensa

Diminuição dos assalariados com carteira assinada: em 2003 eram 40,52%; em 2004, 39,7% nas 6 regiões metropolitanas. A informalidade como um todo passa da casa dos 50% a partir de 1999. Pesquisador do IPEA credita à abertura da economia na indústria. Para economista da PUC-Rio existe uma disparidade entre a qualidade do trabalho demandado e a oferta de mão de obra. Taxa de desemprego da classe média alta cresceu 50% em 10 anos, acima da média geral entre aqueles de maior escolaridade.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

A informalidade como questão macroeconômica e seus efeitos na microeconomia urbana, em especial os trabalhadores informais nos espaços públicos: modernização tecnológica da indústria e dos serviços coloca um grande contingente de trabalhadores à margem do mercado de trabalho formal. Um dos últimos extratos de inserção do trabalhador é ser comerciante de rua.

gestão do conflito

não foi mencionado.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 04 de Maio de 2004

título: "A informalidade asfixia o salário mínimo"

conteúdo

O maior responsável pelo rombo da Previdência é o mercado informal de trabalho-48 milhões de pessoas. 60% dos brasileiros não contribuem para o INSS.

agentes envolvidos

Governo Federal, microempresários, trabalhadores informais

identificação da problemática pela imprensa

Segundo o autor do artigo, prof. da FEA-USP José Pastore: "É uma praga que corrói a possibilidade de ajudar os pobres". Para ele, toda pessoa que chega aos 60/65, mesmo não tendo contribuído para a Previdência recebe este benefício. Para adequar as contas, é necessário manter o valor do salário mínimo extremamente baixo para não ter um rombo na Previdência. Enquanto não houver a reforma trabalhista que considere alguma contribuição dos trabalhadores informais à Previdência, o salário mínimo continuará sendo de fome.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Há um longo debate sobre a reforma trabalhista que normalmente tem como referência o ponto de vista do trabalhador que tem direitos e não quer perder. O crescimento da informalidade e sua não contribuição à Previdência cria, a longo prazo, uma tragédia anunciada, pois não temos caixa para cobrir um direito que é universalizado. Por outro lado, a diminuição dos direitos trabalhistas no mercado formal de trabalho parece ser uma das grandes polêmicas difíceis de serem negociadas com os atuais sindicatos.

gestão do conflito

Reforma trabalhista para contribuição dos informais à Previdência e diminuição dos encargos trabalhistas às empresas para aumento do emprego.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 21 de Maio de 2004

título: "Camelôs atiram ovos em Marta na zona leste "

conteúdo

Protesto contra abertura de shopping popular para trabalhadores informais foi estopim para agressão à Prefeita porque incluiu a minoria do total de trabalhadores da região.

agentes envolvidos

Prefeita, trabalhaores informais, Polícia Militar, Guarda Civil Metropolitana

identificação da problemática pela imprensa

Protesto de trabalhadores que não foram incluídos no programa social - Shopping Popular termina em agressão física à Prefeita. Não foi o primeiro protesto agressivo. A repressão aos trabalhadores culminou com a chegada da Polícia Militar e a Guarda Civil Metropolitana.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Essa parece ser uma das mais emblemáticas características dos programas sociais seja de Governos de Esquerda ou Direita. A limitação orçamentária e de endividamento faz com que os programas sociais não sejam universalizados. O protesto foi pelo não atendimento de uma grande maioria de trabalhadores informais que não podem ter acesso ao Shopping Popular.

gestão do conflito

Repressão à manifestação

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 26 de Maio de 2004

título: "Justiça condena Gharib a 20 anos de prisão"

conteúdo

Condenado o ex-deputado estadual Hanna Gharib por liderar uma quadrilha que de funcionários do Governo Municipal envolvendo até o 1º escalão, que extorquia de trabalhadores informais em troca da permanência clandestina no espaço público.

agentes envolvidos

Ex-deputado estadual, vereador, Secretário das Administrações Regionais, fiscais, trabalhadores informais.

identificação da problemática pela imprensa

Gharib tinha plenos poderes, com vista grossa de 2 prefeitos, em 2 mandatos para agir sobre os trabalhadores informais clandestinos para extorsão mediante propina. A propina era recolhida para financiamento de campanha e para proveito próprio. A propina variava entre R\$500,00 até R\$2.000,0 por semana. O escândalo da máfia dos fiscais se estendeu até 2 vereadores que foram cassados por exercer o mesmo tipo de influência nas suas bases eleitorais.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Relação espúrea entre Executivo e Legislativo no loteamento de cargos da administração pública revela que esse tutelamento regional escondia máfias de cobranças de propinas e desvio de verbas públicas para enriquecimento próprio ou para fins eleitoreiros.

gestão do conflito

Prisão, cassação dos funcionários públicos relacionados à máfia na administração pública.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 31 de Maio de 2004

título: "Camelô já afeta a política de preços da indústria"

conteúdo

O crescimento do setor informal afeta o poder de formação dos preços da indústria devido à pirataria, contrabando. Preços são forçadamente reduzidos para se aproximarem do mercado informal.

agentes envolvidos

Federação das Indústrias, trabalhadores informais

identificação da problemática pela imprensa

Setor informal ameaça a sobrevivência de alguns setores da indústria devido à margem de preços praticados no comércio informal não serem compatíveis com os custos da criação, produção e distribuição do mercado formal. Segundo a Federação das Indústrias, a sonegação é a informalidade mais danosa, seguida da pirataria e contrabando.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

A questão das fronteiras e da passagem ilegal é subestimada e não é tratada como prioridade nacional. A criminalização da informalidade é a alternativa mais fácil na ausência de políticas públicas e também do ataque frontal ao contrabando. A informalidade é bode expiatório quando não é atacada a raiz do problema: sistema tributário anacrônico, vista grossa ao contrabando e pouca distribuição de renda.

gestão do conflito

não foi mencionado

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 08 de Dezembro de 2003

título: "Ambulantes invadem coração de Manhattan"

conteúdo

Lojistas, donos de imóveis e até governador lutam para retirar trabalhadores de rua em Manhattan.

agentes envolvidos

Lojistas, proprietários, governador, polícia, trabalhadores de rua

identificação da problemática pela imprensa

Proprietários e lojistas da região de Times Square - *Times Square Business District* - querem liquidar com o comércio informal de rua. Envolveram o Senado Federal, o governador e a polícia. Segundo eles, os trabalhadores ameaçam a segurança pública.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Desequilíbrio de influência nas esferas do poder entre os proprietários e lojistas para exigir a retirada dos trabalhadores e de rua. Os chamados *Business Districts* impõem orientações para as políticas públicas.

gestão do conflito

Governo cede às pressões das Comissões de distritos comerciais e expulsam trabalhadores de rua.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 09 de Novembro de 2003

título: "Fiscalização não dará trégua aos camelôs"

conteúdo

A fiscalização contra dos trabalhadores de rua irregulares continua na melhor época para o comércio que é o Natal.

agentes envolvidos

Polícia Militar, fiscais, trabalhadores de rua.

identificação da problemática pela imprensa

Blitz da Polícia Federal fez apreensão de mercadorias contrabandeadas de alguns lojistas da rua 25 de Março e também dos trabalhadores irregulares na rua.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Repressão não é eficaz porque os irregulares retornam às ruas.

gestão do conflito

Repressão

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 30 de Novembro de 2003

título: "Nas ruas do Rio, camelôs 'românticos'"

conteúdo

Trabalhadores de rua no centro do Rio não vendem pirataria ou itens de contrabando e sim relógios antigos e LPs.

agentes envolvidos

Trabalhadores de rua

identificação da problemática pela imprensa

Alguns trabalhadores vendem antiguidades e LPs antigos. Alguns consertam relógios e fazem outros reparos. São geralmente idosos, aposentados que querem complementar renda por meio do comércio na rua.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

É uma das raríssimas reportagens que humanizam os trabalhadores de rua, ao contrário de criminalizá-los.

gestão do conflito

Não foi mencionada.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 27 de Novembro de 2003

título: "Camelôs e guardas entram em confronto"

conteúdo

Trabalhadores depredaram duas picapes de fiscalização, duas pessoas foram detidas.

agentes envolvidos

Polícia Militar, fiscais, trabalhadores de rua

identificação da problemática pela imprensa

Depois de violento confronto após fiscalização no Centro do Rio de Janeiro, trabalhadores botaram fogo e depredaram carro que fazia fiscalização. Uma mulher próximo ao conflito foi alvejada por estilhaços de uma granada.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Ausência de canais de negociação e de formulação de políticas.

gestão do conflito

repressão

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 24 de Novembro de 2003

título: "A burocracia e o aumento da informalidade"

conteúdo

Dois em cada três pequenos empresários estão na informalidade devido à burocracia e aos impostos.

agentes envolvidos

Pequenos empresários informais, SEBRAE, Governo Federal

identificação da problemática pela imprensa

Dois em cada três empresários estão na informalidade - 67%, devido a pesada carga tributária e ao excesso de burocracia. No Brasil, uma firma demora em média 152 dias para abrir, mais que o dobro da média na América Latina. Nos Estados Unidos demora 4 dias; no Chile 28 dias. Na Dinamarca abre-se a custo zero. A Justiça também é lenta: são necessários 380 dias para fazer um contrato ser cumprido. O processo de falência demora 10 anos ,etc.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

O comércio informal de rua é uma das várias alternativas dos trabalhadores que querem ter seu próprio negócio, quando descartados do mercado formal de trabalho.

gestão do conflito

Burocracia, Justiça Lenta e pesada carga tributária aumentam informalidade.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 28 de Outubro de 2003

título: "Máfia dos fiscais: MP quer bloquear bens de Garib"

conteúdo

Ex-deputado e mais 29 pessoas são alvos da promotoria que pretende sequestrar bens de envolvidos na "Máfia dos Fiscais".

agentes envolvidos

Ex-deputado, Ministério Público, assessores políticos, trabalhadores de rua.

identificação da problemática pela imprensa

Ministério Público pediu à Justiça o sequestro dos bens do ex-deputado estadual Hanna Garib e mais 29 pessoas acusadas de participar do esquema de cobrança de propinas de trabalhadores de rua irregulares. O pedido integra ação civil pública que tem ainda como objetivo ratrear o destino do dinheiro arrecadado da propina. Os promotores querem também a quebra do sigilo bancário e fiscal dos acusados. O funcionamento da máquina, segundo o Ministério Público era mantido pela administração da Sé, comandada pelo então vereador Hanna Garib e o Sindicato dos Permissionários. Na sede do sindicato eram obtidas licenças frias para que os trabalhadores atuassem clandestinamente.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

O clientelismo era a sustentação da ocupação clandestina para comércio nos espaços públicos através da atuação de um membro do Legislativo articulado com um sindicato.

gestão do conflito

Ministério Público julga corrupção de ex-deputado que comandava corrupção no comércio de rua.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 04 de Outubro de 2003

título: "Lula quer ceder prédios desocupados a pobres"

conteúdo

Segundo presidente, pessoas poderiam morar no Centro das cidades a preço compatível com salário

agentes envolvidos

Governo Federal, Ministério das Cidades

identificação da problemática pela imprensa

Presidente defendeu o uso de prédios desocupados nas grandes cidades para acomodar a população pobre. Segundo ele, 4,5 milhões de residências desocupadas em grandes cidades como Belo Horizonte, São Paulo e Rio. O déficit habitacional é de 6,5 milhões de unidades. Para ele, nas áreas centrais, obras de saneamento e infra-estruturas não são necessárias porque em muitos casos já estão instaladas. Além disso, deveriam pagar o aluguel a um preço compatível com seus salários. O secretário nacional de habitação acrescenta que isto não significa defender a ocupação ilegal dos prédios. A Caixa Econômica também financiaria a compra de unidades a partir de fundos que estão parados - fundos de ação social e de desenvolvimento social

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

A iniciativa de reforma de prédios em áreas centrais não contempla renda abaixo de 3 salários mínimos. Ela também contaria a postura das administrações municipais que reprimem movimentos que reivindicam a ocupação dos imóveis vazios.

gestão do conflito

Governo Federal deseja formular política de ocupação de prédios vazios mas política é seletiva.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 18 de Setembro de 2003

título: "Camelô leva flores e pássaros à 23 de Maio"

conteúdo

Quando trabalhador montou a barraca no local, plantou mudas em área abandonada.

agentes envolvidos

trabalhador de rua, moradores de bairro.

identificação da problemática pela imprensa

Trabalhador de rua na região do Paraíso mantém um jardim ao lado da sua barraca montada irregularmente. Moradores da área reclamaram da presença, mas trabalhador decidiu ficar por conta do local ser próximo a uma estação de metrô. Depois de 5 anos no local, ele tem respeito dos vizinhos e moradores. As mudas das plantas também foram contribuição de pessoas do bairro. Ele também cuida dos pássaros que são atraídos pelas flores. A jornada do trabalhador é de 20 horas por dia. O amor pelas plantas veio da sua terra natal em Pernambuco.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

É uma das raríssimas reportagens que humanizam os trabalhadores de rua, ao contrário de criminalizá-los.

gestão do conflito

Não foi mencionada.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 05 de Setembro de 2003

título: "Após o rapa, R\$500 oferecidos pela Prefeitura"

conteúdo

Prefeitura abre microcrédito para trabalhadores de rua.

agentes envolvidos

Prefeitura, trabalhadores

identificação da problemática pela imprensa

Prefeitura oferece até R\$500,00 de microcrédito aos trabalhadores de rua. Esta medida faz parte de um pacote que inclui também oportunidade de cursos de recolocação profissional a 6 mil trabalhadores retirados da região central. Desse total, 850 terão prioridade nos benefícios apresentados pela Prefeitura - trabalhadores que comprovem que são irregulares na rua. A secretaria do trabalho reservou R\$1 milhão para o micro-crédito. Como o número de ilegais é superior às vagas e oportunidades oferecidas, a Prefeitura promete inaugurar o Centro de Referência do Trabalhador que será um atendimento para recolocação, orientação profissional e oficinas de capacitação. Na pesquisa feita pela Prefeitura, 80% declarou que gostaria de trabalhar em shoppings populares.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Prefeitura não cumpriu a promessa de criar o Centro de Referência do trabalhador, bem como não criou os shoppings populares.

gestão do conflito

Microcrédito

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 19 de Agosto de 2003

título: "Camelôs fazem passeata contra blitz"

conteúdo

Trabalhadores fazem protesto porque querem voltar a trabalhar na "feirinha da madrugada".

agentes envolvidos

trabalhadores de rua, Prefeitura e Câmara Municipal

identificação da problemática pela imprensa

3 mil trabalhadores fizeram manifestação pacífica - foram até a Câmara Municipal e fizeram um apelo ao presidente da Câmara para pedir que a "feirinha da madrugada" retornasse. Após 5 horas de espera, conseguiram apenas protocolar o pedido. Os trabalhadores querem mostrar que não são marginais e que precisam trabalhar. Segundo o advogado, os trabalhadores querem regulamentar o comércio noturno, através de um abaixo-assinado.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

trabalhadores não são atendidos nem pelo Executivo e muito menos pelo Legislativo, apesar da organização pacífica e da reunião de quase 4 mil pessoas, segundo estimativas dos trabalhadores. Ausência de reconhecimento da categoria e de canais de negociação.

gestão do conflito

Omissão do Poder Público na negociação.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 12 de Agosto de 2003

título: "Parcerias vão ajudar camelôs e incentivar cultura"

conteúdo

Prefeitura firmou parceria com Governo Federal e com a Nestlé para dar alternativas aos trabalhadores de rua.

agentes envolvidos

Prefeitura, Governo Federal, Nestlé, trabalhadores de rua.

identificação da problemática pela imprensa

Duas parcerias foram feitas pela Prefeitura: com a Nestlé, 200 trabalhadores poderão montar barracas de sorvete nos espaços públicos do Centro. A empresa contribui com o treinamento, carrinhos e roupas. Com o Governo Federal, ela espera que a reforma do Centro Cultural dos Correios possa ser uma nova oportunidade de lazer e cultura no Centro. Trabalhador de rua argumenta que a Prefeitura quer mostrar serviço mas atinge pouca gente.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Crítica do trabalhador a esta iniciativa da Prefeitura é correta, uma vez que são oferecidas apenas 200 vagas para um universo de 8 mil trabalhadores no Centro, sendo estes apenas 10% regulares.

gestão do conflito

Prefeitura oferece pouquíssimas vagas para geração de renda aos trabalhadores irregulares.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 09 de Agosto de 2003

título: "Camelôs queimam boneca de Marta na rua"

conteúdo

Manifestantes protestam pela quarta vez em 12 dias contra a proibição da "feirinha da madrugada".

agentes envolvidos

trabalhadores, Prefeitura, Polícia Militar.

identificação da problemática pela imprensa

Trabalhadores queimam o boneco representando a Prefeita Marta Suplicy em protesto à proibição da "feirinha da madrugada". Eles protestaram pela quarta vez em 12 dias em resposta à dura repressão sistemática da Polícia Militar. Líder dos trabalhadores argumenta que estão revoltados com a criminalização da atividade. Lojistas reclamam da queda das vendas. Consumidores estão inseguros.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Imprensa não relata integralmente as reivindicações dos trabalhadores.

gestão do conflito

Repressão.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 07 de Agosto de 2003

título: "Camelôs da madrugada fazem passeata e pedem paz no Centro"

conteúdo

Trabalhadores se unem em protesto para pedir a volta da "feirinha da madrugada".

agentes envolvidos

trabalhadores, Prefeitura, Polícia Militar

identificação da problemática pela imprensa

No décimo dia de confronto entre Polícia Militar e trabalhadores de rua para expulsão e proibição da "feirinha da madrugada", a categoria decide fazer um protesto pacífico. Mesmo com a iniciativa de não enfrentamento por parte dos trabalhadores, a Polícia Militar inciou a repressão aos trabalhadores.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Ausência de canais legítimos de negociação.

gestão do conflito

Repressão

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 06 de Agosto de 2003

título: "Rua 25 de Março tem mais um dia de confusão"

conteúdo

Em um novo dia de confronto entre trabalhadores de rua e policiais, um menino que vendia óculos foi atropelado.

agentes envolvidos

trabalhadores de rua, policiais militares, Prefeitura, Ministério Público.

identificação da problemática pela imprensa

No confronto, um menino que trabalhava irregularmente na rua 25 de Março foi atropelado durante repressão da Polícia Militar aos trabalhadores irregulares. A Prefeitura diz que precisa obedecer decisão judicial para retirada dos trabalhadores sem licença. Com medo do confronto, comerciantes fecharam suas portas.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Repressão sistemática aos trabalhadores não é eficiente. Ausência de canais legítimos de negociação e inexistência de políticas aos trabalhadores de rua.

gestão do conflito

Repressão

fonte

fonte: Jornal Diário do Comércio

data: 04 de Junho de 2003

título: "Sob Pressão, Prefeitura retira camelôs irregulares do Centro"

conteúdo

A Prefeitura tem apenas 28 dias para resolver a questão dos trabalhadores irregulares por determinação judicial.

agentes envolvidos

Prefeitura, Ministério Público, trabalhadores, Polícia Militar.

identificação da problemática pela imprensa

A pressão da Justiça começa a fazer efeito no Centro Velho: a dura repressão dos fiscais e guardas civis para expulsão dos trabalhadores de rua irregulares tem sido muito dura. Em contrapartida à fiscalização, a Prefeitura oferece cursos de recolocação profissional para os trabalhadores irregulares. A idéia é recolocá-los no mercado formal ou capacitá-los para que trabalhem como autônomos. Existe o projeto dos shoppings populares em parceria com a Associação Comercial, como alternativa de inclusão.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

A multiplicação dos shoppings populares não aconteceu, apenas 1 funciona por iniciativa da Associação Comercial e este é altamente excludente, uma vez que os aluguéis são altos e não há mediação da Prefeitura para conter os abusos e promover a inclusão em larga escala.

gestão do conflito

Prefeitura acata de forma submissa a determinação do Ministério Público, ainda que seja excludente e é omissa na coordenação do projeto dos shoppings populares.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 31 de Julho de 2003

título: "Confronto com camelôs. E hoje pode haver mais"

conteúdo

Depois de confronto com a Polícia Militar, trabalhadores de rua prometem manifestação no dia seguinte.

agentes envolvidos

Polícia Militar, Prefeitura, trabalhadores, Ministério Público.

identificação da problemática pela imprensa

Trabalhador mostra que foi ferido por gás lacrimogêneo em duro confronto entre Polícia Militar e a categoria depois da repressão na rua 25 de Março. Depois que os policiais saíram, ele montou novamente a barraca no mesmo lugar proibido. A ação de repressão atende a uma exigência do Ministério Público Estadual que obriga a Prefeitura a expulsar os trabalhadores se não aplicaria uma multa diária. É o terceiro dia de blitz para impedir a montagem da "feirinha da madrugada".

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

O Ministério Público trabalha na direção contrária à inclusão. Ao obrigar somente a expulsão e não exigindo da Prefeitura políticas que dê alternativas de geração de renda é altamente segregadora.

gestão do conflito

Ministério Público aplica multa caso Prefeitura não expulse os trabalhadores irregulares.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 30 de Julho de 2003

título: "Prefeitura amplia blitz contra camelô"

conteúdo

Prefeitura ao ampliar repressão contra trabalhadores de rua para evitar que eles migrem de determinadas ruas para outras.

agentes envolvidos

Prefeitura, trabalhadores e Polícia Militar.

identificação da problemática pela imprensa

Pelo segundo dia consecutivo, a Prefeitura junto com a Polícia Militar impediu a "feirinha da madrugada" realizada na rua 25 de Março. Muitos trabalhadores migraram para outras ruas. A Prefeitura acredita que ampliando a fiscalização possa coibir esta migração. Secretário da subprefeitura Sé justifica que não se trata de criminalizar a atividade e sim garantir a legitimidade do exercício daqueles que têm a licença. Os trabalhadores foram até a Subprefeitura para pedir um reordenamento dos pontos, uma vez que eles não são interessantes comercialmente.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Desconhecimento, muitas vezes deliberado da articulação do comércio informal de rua com as atividades e fluxos urbanos resulta no equívoco na determinação dos locais da atividade.

gestão do conflito

Prefeitura expulsa os trabalhadores irregulares e desloca para áreas distantes os regulares.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 29 de Julho de 2003

título: "Blitz impede feira de camelôs na 25 de Março"

conteúdo

Ação conjunta da Polícia Militar e Guarda Civil impede a montagem de barracas em espaço público no Centro de madrugada.

agentes envolvidos

Prefeitura, subprefeito da Sé, Ministério Público

identificação da problemática pela imprensa

Prefeitura quer acabar com a "feirinha da madrugada". "Força Tarefa" impediu a montagem de barracas. Subprefeito da Sé alega que tudo é irregular, a começar pela ocupação clandestina e pelos produtos vendidos. Por determinação do Ministério Público, a Prefeitura deve tirar os trabalhadores irregulares senão paga multa diária de R\$10 mil.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

O Ministério Público trabalha na direção contrária à inclusão. Ao obrigar somente a expulsão e não exigindo da Prefeitura políticas que dê alternativas de geração de renda é altamente segregadora.

gestão do conflito

Ministério Público aplica multa caso Prefeitura não expulse os trabalhadores irregulares.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 27 de Julho de 2003

título: "Sem emprego, vale tudo para ganhar a vida"

conteúdo

São mais de 8 milhões de brasileiros vivendo de trabalhos por conta própria, segundo o IBGE.

agentes envolvidos

IBGE, DIEESE, trabalhadores informais

identificação da problemática pela imprensa

A geração de renda na informalidade tem várias estratégias: vendas, bordados, soldagem, produção de brindes, etc. São características comuns aos trabalhadores por conta-própria: incerteza do futuro, ganho variável, etc. Como o ganho é variável, a família assume os riscos e o orçamento doméstico fica apertado. Isso cria um círculo vicioso, uma vez que, cai o consumo e a economia entra em recessão. O tempo médio para reinserção no mercado varia de 50 meses até 1 ano. Nesse intervalo, surgem soluções de emergência para gerar renda. Para pesquisador do DIEESE, o desemprego é semelhante a outros países, porém aqui não há mecanismos de proteção social, como seguro-desemprego. Para o desemprego recuar seria necessário o crescimento no mínimo de 4%

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

O reflexo do descarte sistemático de trabalhadores do mercado formal é a busca por diversas atividades informais e o comércio de rua é apenas uma das estratégias de geração de renda.

gestão do conflito

Não foi mencionada.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 18 de Julho de 2003

título: "Shopping de camelô pode virar franquia"

conteúdo

Associação Comercial implanta um "pop centro" e pretende espandir a idéia pela cidade.

agentes envolvidos

Prefeitura, Associação Comercial, trabalhadores de rua

identificação da problemática pela imprensa

Um shopping popular, iniciativa da Associação Comercial e da Prefeitura no Centro da cidade pode virar "franquia" em outras regiões da cidade. O projeto piloto ocupa um prédio vazio na rua Florêncio de Abreu. A Associação reforma o prédio e em troca os proprietários dos imóveis ganham com o aluguel dos boxes que seriam ocupados por trabalhadores de rua. Eles poderão vender apenas produtos legalizados. A infra-estrutura, bem como a ausência da repressão dos policiais é a grande vantagem do empreendimento. O aluguel dos boxes será de R\$300,00. Já os trabalhadores de rua não acreditam que a rua ficará livre por muito tempo.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

A pesquisa de campo levantou que os dados levantados por esta reportagem não correspondem à realidade: Em primeiro, não há garantia da manutenção dos preços dos aluguéis; segundo, a oferta de espaços é muito pequena, em torno de 70 trabalhadores; terceiro, o valor do aluguel é superior aos R\$300,00 mencionados, dependendo da localização do box dentro do empreendimento.

gestão do conflito

Prefeitura apenas deu a licença para a atividade e nada contribuiu para a reforma, divulgação e mediação de conflitos de interesses no empreendimento.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 22 de Junho de 2003

título: "Eles vivem da rua. E ganham bem"

conteúdo

Trabalhadores da zona oeste tiram R\$700,00 líquidos, superior a muitos assalariados.

agentes envolvidos

trabalhador de rua ex-assalariado, pesquisador da USP,

identificação da problemática pela imprensa

Ex-assalariado de uma transportadora caminha entre os carros nas avenidas da Barra Funda e ganha R\$700,00 líquidos vendendo alimentos e utensílios de acordo com a época, valor este que seria impossível ganhar no mercado de trabalho formal com a qualificação que possui. Contribui com o INSS e já construiu uma casa para a família com o dinheiro ganho na rua. Pesquisador da USP afirma que estimativas sobre o comércio na rua indicam que os números assustam o comércio varejista formal. Existem aqueles trabalhadores de rua que se submetem à exploração de um determinado "dono" do ponto na rua que coordena e subemprega outros trabalhadores, o chamado "camelô terceirizado". Em determinados carros há disputa pelos locais mais lucrativos.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Todos estes aspectos foram ressaltados na pesquisa.

gestão do conflito

Não foi mencionada.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 17 de Junho de 2003

título: "Contra camelôs, curso de cidadania e ajuda de R\$315"

conteúdo

Prefeitura cadastra trabalhadores irregulares do Centro até o dia 11 de Julho de 2003 para oferecer cursos e ajuda de custo.

agentes envolvidos

Prefeitura, trabalhadores

identificação da problemática pela imprensa

Prefeitura coloca como alternativa de renda aos trabalhadores que não conseguiram licença para ganhar R\$315,00 para fazer cursos e ações comunitárias. São oferecidas 3 mil vagas. Apenas 150 deles apareceram na Subprefeitura interessados na oferta, porém 50 terão que retornar para comprovar o exercício do trabalho na rua. O curso foca capacitação cidadã, ética, direitos e deveres. Depois poderão escolher entre os demais cursos profissionais ou participação em cooperativas. Os R\$315,00 vão durar apenas nove meses. A Prefeitura é obrigada, por determinação do Ministério público, a retirar os trabalhadores ilegais do Centro. São 4 mil para apenas 1.400 vagas em 2003.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

O valor concedido - R\$315,00 - é genérico e não corresponde à heterogeneidade dos ganhos mensais verificados no levantamento de campo. É uma política inoperante porque não resolve nem do ponto de vista dos trabalhadores de rua existentes na região, quanto da pressão exercida por novos trabalhadores que ingressarão nesta atividade, provenientes do desemprego.

gestão do conflito

Prefeitura formula políticas inócuas.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 07 de Maio de 2003

título: "Camelôs e guardas se enfrentam no Centro"

conteúdo

Enfrentamento entre trabalhadores de rua e Guarda civil terminou com 2 policiais feridos, 3 trabalhadores detidos e um fiscal espancado.

agentes envolvidos

trabalhadores de rua, guardas civis, policiais militares,

identificação da problemática pela imprensa

Trabalhadores de rua reagiram à repressão e expulsão dos guardas civis e policiais militares no Centro: mandaram fechar as lojas, atacaram com pedras e lincharam um dos fiscais. A representante de um dos sindicatos da categoria cobra posicionamento da Prefeitura em relação a enorme demanda de trabalhadores que querem licenças.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

A reportagem mostra a reação violenta dos trabalhadores, mas não mostra a vulnerabilidade sistemática dos trabalhadores que enfrentam não só a repressão diária como também extorsão mediante propina e clientelismo.

gestão do conflito

Repressão

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 03 de Maio de 2003

título: "Empurrados para a marginalidade"

conteúdo

Desemprego leva à informalidade que cruza com negócios clandestinos e até ilegais.

agentes envolvidos

Estado, trabalhadores informais.

identificação da problemática pela imprensa

Um perigoso fenômeno acontece em países onde existem alto índice de desemprego e informalidade: trabalhadores para gerir renda acabam se aproximando de situações que a lei define como clandestinas. Essa mistura se torna um coquetel explosivo porque o Estado sem recursos orçamentários se omite na prestação de serviços básicos à população leva à proletarianização da classe média e a lumpen proletarianização e precarização dos pobres. Segundo Dupas, é notório o envolvimento de alguns trabalhadores da economia informal com expediente ilegais como contrabando, narcotráfico, desmonte de automóveis, etc. Para sobreviver, só vivendo na clandestinidade. O Estado é sempre pronto para persegui-los, multá-los e oprimi-los. A população é tolerante com a marginalidade.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Este artigo de Dupas contribuiu para a estigmatização dos trabalhadores informais que os qualifica, genericamente, de marginais que só tem como única alternativa optar por expedientes ilegais para poder gerar renda. Esta tese provou que é impossível homogeneizar esta categoria.

gestão do conflito

Estado usa a violência como única forma de enfrentamento da informalidade.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 28 de Abril de 2003

título: "Operação Centro Seguro"

conteúdo

Secretaria Municipal de Segurança Urbana pretende colocar em prática a Operação Centro Seguro: policiamento preventivo

agentes envolvidos

Prefeitura, Guarda Civil Municipal,

identificação da problemática pela imprensa

A Operação Centro Seguro é uma iniciativa da Prefeitura, um pacote de segurança pública que articula policiamento das várias escalas do Poder Público, com o objetivo de garantir atendimento à comunidade, proteger patrimônio público e patrulhamento no Centro. A Prefeitura está investindo R\$4 milhões na instalação de 8 bases de segurança com atendimento 24 horas, 40 carros novos, 180 bicicletas, 60 motos, aparelhos de comunicação e contratação de mais 500 guardas civis. O novo treinamento dos guardas civis inclui mediação de conflitos urbanos e ordenamento do comércio informal. Segundo a Prefeitura, as tentativas de implementação do programa de revitalização têm falhado pelo problema de segurança pública.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Na prática, a Guarda Civil têm atuado principalmente na expulsão dos espaços públicos de diferentes movimentos sociais, não só os trabalhadores de rua como os catadores de material reciclável, os moradores de rua e os sem-teto.

gestão do conflito

repressão aos trabalhadores de rua.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 22 de Abril de 2003

título: "Crime organizado abastece camelôs da capital"

conteúdo

50% dos produtos vendidos têm pirataria, roubo de carga ou contrabando como origem.

agentes envolvidos

trabalhadores de rua, Força Tarefa (Guarda Municipal, Polícia Civil e Polícia Federal), subprefeito

identificação da problemática pela imprensa

Um em cada dois produtos vendidos pelos trabalhadores de rua vem de contrabando, pirataria ou roubo de carga. Pelo menos 40 depósitos na cidade são responsáveis pela distribuição aos camelôs dessas mercadorias que chegam do Paraguai. Toda a organização seria controlada por no máximo 15 pessoas. A constatação foi feita pela Força Tarefa (Guarda Municipal, Polícia Civil e Polícia Federal). O levantamento teve como base a apreensão das mercadorias. Os maiores focos estão na Sé, Santo Amaro e Lapa. O trabalhador de rua, segundo o promotor do GAECO é apenas a ponta do iceberg de uma organização comandada por poucas pessoas. Representante dos trabalhadores com licença disseram que o esforço é em vão porque os próprios trabalhadores não respeitam.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

O aparato de repressão é muito mais forte que a formação de um grupo que pense políticas públicas que dê alternativas aos trabalhadores de rua. A criminalização não é eficaz porque a repressão somente não tem evitado o surgimento de novos trabalhadores que ocupam os espaços públicos.

gestão do conflito

Força Tarefa reprimindo trabalhadores de rua.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 02 de Abril de 2003

título: "Máfia dos Fiscais: Savelli condenado a 17 anos"

conteúdo

Ex-secretário de Celso Pitta e mais 4 réus foram culpados pelo esquema de cobrança de propina dos trabalhadores de rua na região da Sé.

agentes envolvidos

ex-secretário das administrações regionais, ex-administrador regional, assessores políticos

identificação da problemática pela imprensa

O primeiro escalão da administração municipal - secretário responsável pelas administrações regionais, o segundo escalão - administrador regional e os demais funcionários da Sé foram julgados por integrar um esquema de cobrança de propinas de trabalhadores de rua clandestinos. A denúncia foi feita pelo grupo de promotores do GAECO - Grupo de Apoio Especial e Repressão ao Crime Organizado. Além disso, eles obrigavam os trabalhadores a comprarem um tipo de barraca para que pudessem continuar a ocupar os bolsões determinados pela Prefeitura.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

4 anos depois das Comissões Parlamentares de Inquérito evidenciarem um esquema de corrupção de grandes proporções que atingiu o primeiro escalão da Prefeitura, os participantes do esquema, incluindo algumas lideranças de trabalhadores, os réus estão ainda soltos e vão responder o processo em liberdade.

gestão do conflito

Ministério Público investiga corrupção na Prefeitura.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 17 de Fevereiro de 2003

título: "HC investe em segurança para afastar camelôs"

conteúdo

Hospital das Clínicas instala no espaço público equipamentos de vigilância dos trabalhadores de rua. Nestes equipamentos estarão os fiscais da Prefeitura, policiais militares e guardas-civis metropolitanos.

agentes envolvidos

Dirigente do Hospital das Clínicas, Prefeitura, usuários do hospital.

identificação da problemática pela imprensa

Com estas cabines de vigilância instaladas nos dois extremos da rua acredita ser possível impedir a ocupação dos trabalhadores na rua e, dessa forma, melhorar as condições de fluxo e trânsito. Eles se apoiaram na legislação que (o último decreto, baseado na lei 11039 de 06/1991) proíbe a ocupação dentro de um raio de 50m a partir de equipamentos de saúde.

Aos trabalhadores estão associados uma série de problemas: agressão; carga e descarga de mercadorias, o que impede a circulação de emergência; dificuldade de circulação; má disposição de lixo, perigo para saúde pública;

O "rapa" até agora não tem sido eficaz em afastar os trabalhadores.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Os dirigentes do hospital acreditam que a vigilância irá eliminar os trabalhadores dos espaços públicos, já que monitorarão continuamente, ao contrário do "rapa" que é eventualmente. Porém, como vimos no capítulo 3, não exclui a possibilidade de vista grossa ou articulação fiscal x trabalhador.

Já os usuários do hospital concordam que atrapalha a circulação mas entendem que é um problema social.

gestão do conflito

Vigilância e repressão (o "rapa")

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 14 de Fevereiro de 2003

título: "Marta admite erro na contratação de fiscais"

conteúdo

Prefeita admite que o processo de contratação de emergência de fiscais há um ano não foi tão criterioso, pois até incluiu "sorteio de vagas".

agentes envolvidos

Prefeita, Ouvidoria do Município, fiscais

identificação da problemática pela imprensa

Segundo levantamento feito pela Ouvidoria do Município, as reclamações e denúncias tiveram uma queda de 4%. Já as denúncias de corrupção diminuíram 51% de 2001 para 2002. 40% das queixas estão na Subprefeitura e destas, 32% são referentes à propinas cobradas por fiscais. Da investigação realizada pela Ouvidoria no ano de 2002, 49 servidores foram demitidos, 8 tiveram aposentadorias cassadas e 95 foram afastados. Na Subprefeitura Sé dps 300 fiscais restaram 160.

Seriam contratados novamente, agora no início de 2003, em caráter de emergência 1000 fiscais (700 agentes administrativos e 300 agentes vistantes).

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Não há um controle da Prefeitura sobre os fiscais contratados. Um deles até respondia por vários inquéritos na polícia. Resta saber se os processos administrativos impetrados pela Prefeitura foram amplos o suficiente para desmontar os esquemas de corrupção dos fiscais.

Não se sabe se os novos fiscais que seriam contratados neste início de 2003, um pouco depois da data desta reportagem, passaram por um exame mais criterioso.

gestão do conflito

Foi prometido pela Prefeitura uma revisão sobre os critérios de seleção dos fiscais.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 21 de Novembro de 2002

título: "Camelôs voltam a tumultuar a 25 de Março"

conteúdo

Os "camelôs" fazem protestos durante uma semana inteira em resposta à dura repressão aos trabalhadores clandestinos pela "força tarefa" (policiais, guarda civil, fiscais)

agentes envolvidos

"Ambulantes"; trabalhadores e consumidores do comércio local; lojistas; fiscais; policiais militares; guarda-civis.

identificação da problemática pela imprensa

A revolta dos "camelôs" em resposta à repressão da "força tarefa" causou muito tumulto na rua 25 de Março, resultando num saldo de várias pessoas feridas.

Houve uma denúncia de cobrança de propina de pessoas ligadas à "força tarefa" para fazer vista grossa à clandestinidade dos "camelôs". Não está esclarecido se há ou não corrupção por parte dos agentes do Governo, como alega alguns representantes dos trabalhadores de rua.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

A perseguição aos camelôs é fruto de um abaixo assinado feito pela associação dos lojistas que querem proibir a permanência do comércio de rua. Os agentes do Governo (fiscais, polícia, guarda-civil), segundo os "camelôs", cotidianamente exigem propina em troca da vista grossa e só mostram serviço eventualmente, quando estão à serviço de representantes de algum interesse patrimonialista.

gestão do conflito

Força tática da Polícia militar usou gás lacrimogêneo e cacetete para reprimir os manifestantes na rua.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 20 de Novembro de 2002

título: "Tumulto, feridos e presos na repressão aos ambulantes"

conteúdo

Operação iniciada para conter os trabalhadores clandestinos na região da r. 25 de Março acabou virando um palco de guerra, pois os trabalhadores também se manifestaram contra a repressão.

agentes envolvidos

"Ambulantes"; trabalhadores e consumidores do comércio local; lojistas; fiscais; policiais militares; guarda-civis, Corpo de Bombeiros.

identificação da problemática pela imprensa

A "Força Tarefa" organizada para retirar os mais de 640 trabalhadores clandestinos na região da r. 25 de Março recebeu uma forte reação por parte dos trabalhadores informais. Eles mandaram fechar as lojas e tentaram atear fogo em um caminhão da Prefeitura.

Para conter os manifestantes caminhões do Corpo de Bombeiros cruzaram a rua com sirene ligada.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

A revolta dos trabalhadores na rua suplantou a repressão por parte da Força Tarefa. Mesmo com a Polícia Militar reprimindo com gás lacrimogêneo e cassetete, somente após 2 horas a revolta foi contida, ainda assim com caminhão do Corpo de Bombeiros. Mesmo com toda a repressão não foi possível eliminar os trabalhadores clandestinos que nessa época aumentam pois é véspera de Natal.

gestão do conflito

Força tática da Polícia militar usou gás lacrimogêneo e cacetete para reprimir os manifestantes na rua.

observações: Os sujeitos protagonistas desta reportagem estão representados por associações que reivindicam uma valorização imobiliária, ou seja, revela uma preocupação patrimonial do bairro. Tanto a associação dos lojistas quanto dos comerciantes de rua não estão postos como interlocutores, ou seja, o comércio popular está posto como um sujeito secundário sem voz, apesar do comércio atacadista de vestuário no espaço privado ter sido identificado como um pólo econômico favorável. No outro extremo, o comércio de rua, não está representado como interlocutor e sua atividade econômica não é desejável para a região.

fonte

fonte: Jornal Folha de São Paulo

data: 17 de Novembro de 2002

título: "Camelódromo e abandono desafiam Brás"

conteúdo

Vários dos problemas existentes no Brás irão desafiar o Plano Diretor Regional do bairro, entre eles a questão dos camelôs e do esvaziamento de alguns setores econômicos.

agentes envolvidos

"Ambulantes"; trabalhadores e consumidores estrangeiros do comércio local; lojistas; empresários e trabalhadores das indústrias instaladas na região; gestor local (subprefeita).

identificação da problemática pela imprensa

Esvaziamento econômico de alguns setores de grande porte do bairro e decadência do patrimônio cultural e arquitetônico do bairro é resultado do zoneamento obsoleto, dos problemas sociais entre eles o comércio de rua, de infraestrutura, falta de posto de saúde, a febre, albergues e falta de estacionamento para turismo de compras.

O zoneamento antigo do bairro impede que este tecido urbano se transforme efetivamente, deixando o tecido urbano ocioso, com vários imóveis vazios e abandonados das antigas fábricas. O comércio de rua é também outro principal entrave identificado pela associação dos moradores, associado ao caos e sujeira das ruas.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Comércio de rua é associado à sujeira, caos e desorganização do bairro. Esta atividade impede frontalmente o desenvolvimento desejável identificado por alguns representantes de atividades do bairro, entre elas, o Conselho de Segurança, a Associação de moradores e o Sindicato das construtoras imobiliárias.

gestão do conflito

Os moradores esperam que o Plano Diretor Regional da Móoca dê uma destinação ao comércio que é realizado no Largo da Concórdia.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 13 de Novembro de 2002

título: "Contra INSS, ambulante tenta seqüestrar Boeing"

conteúdo

trabalhador de rua seqüestra um avião como forma de protesto por, mesmo com idade avançada, não ter aposentadoria.

agentes envolvidos

Passageiros do avião; trabalhador de rua; INSS; polícia federal; Senado; Infraero.

identificação da problemática pela imprensa

Não há segurança suficiente nos aeroportos nacionais para vôos domésticos, somente para vôos internacionais.

Trabalhador informal que mora em Campo Grande e trabalha em Cuiabá vendendo churrasco, protesta contra a falta de aposentadoria.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Apesar da imprensa não ter problematizado uma das questões de maior vulnerabilidade do trabalhador de rua, esta é uma das questões cruciais do setor informal que é o completo desamparo institucional frente à ausência dos benefícios trabalhistas.

Nota-se também que a imprensa não caracteriza este ato, não justificável, como um completo desespero do trabalhador, já que ele não tem perspectiva nenhuma em relação ao seu futuro.

O fato de ele ser um trabalhador de rua é apenas um detalhe para a imprensa. A insanidade não está necessariamente associada à categoria do trabalhador, porém, não é problematizado o contexto sócio-econômico do trabalhador informal.

gestão do conflito

Prisão do ex-trabalhador de rua como cidadão comum.

fonte

fonte: Jornal Folha de São Paulo

data: 20 de Outubro de 2002

título: "De madrugada São Paulo vira Ciudad del Este"

conteúdo

Com a alta do dólar, têm proliferado indústrias de fundo de quintal que fabricam ou pirateiam marcas. Boa parte desta produção é escoada nas ruas de São Paulo, em especial na região da r. 25 de Março, que até funciona de madrugada.

agentes envolvidos

Trabalhadores informais de rua; Sindicato do Comércio Atacadista de Tecidos e Armarinhos.

identificação da problemática pela imprensa

O consumo do comércio informal se estende até a classe média à ponto de haver demanda até de madrugada na chamada "feirinha da madrugada".

O problema desta feirinha é que vende produtos na sua maioria contrabandeados ou pirateados. Estima-se que o valor movimentado em cima da pirataria por ano gira em torno de R\$2,9 bilhões em software; R\$600milhões em música e R\$160milhões em perfumes.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

É muito emblemática a fala do presidente do Sindicato dos Atacadistas: "É a economia real que não aparece na estatística".

A economia da pirataria, falsificação e contrabando movimentam bilhões de reais no Brasil e o trabalho informal nas ruas é a ponta do iceberg desta economia. Esta economia é tão dinâmica que funciona até de madrugada.

gestão do conflito

Força Tarefa promove blitz nos estabelecimentos suspeitos de pirataria e contrabando assim como os próprios comerciantes nas ruas.

Ambulantes retirados do centro fazem manifestação contra Marta

Um grupo de aproximadamente 50 camelôs que mantêm barracas nas ruas centrais da cidade fez ontem uma manifestação em protesto contra a prefeita Marta Suplicy (PT). Segundo o representante dos ambulantes, Ote-lo Ferreira, os camelôs trabalhavam, até a semana passada, entre o meio-dia às 14 horas, em algumas ruas restritas a pedestres, mas foram desalojados pela Guarda Civil.

Com faixas e apitos, os camelôs saíram do Largo São Bento e percorreram as Ruas São Bento, Direita e 15 de Novembro. O comércio não fechou as portas durante a pas-

sagem do grupo, que exibia faixas com a frase: "Marta, camelô também vota". "Com essa medida, a prefeita está tirando o pão de nossa boca", afirmou Ferreira.

A manifestação, iniciada às 10h30, acabou por volta das 11h30. Caso não tenham resposta para suas reivindicações, os camelôs pretendem fazer um protesto em frente do Palácio das Indústrias, sede do governo municipal. Segundo a Subprefeitura da Sé, o comércio ambulante é proibido nas ruas de pedestre. Um efetivo de 100 guardas-civis e 80 fiscais está encarregado de coibir a prática. (M.A.)

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: Agosto de 2002

título: "Ambulantes retirados do centro fazem manifestações contra Marta"

conteúdo

Um grupo de 50 trabalhadores fizeram manifestação em protesto contra a retirada dos seus pontos nas áreas proibidas para comércio na rua.

agentes envolvidos

Trabalhadores informais de rua; representante dos trabalhadores, guardas-civis, fiscais.

identificação da problemática pela imprensa

Trabalhadores se manifestaram contra a proibição da Prefeitura da ocupação nas ruas de pedestres. Segundo eles, a Prefeita estariam retirando a (única) alternativa de geração de renda destes trabalhadores. Eles querem negociar com o Governo.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Aos trabalhadores clandestinos retirados das áreas proibidas para comércio nos espaços públicos não lhes foi dada alternativa de ocupação ou renda, daí a fala do trabalhador: "a prefeita está tirando o pão da nossa boca". A repressão, remoção ou retirada não é eficaz nem como política isolada, já que eles acabam retornando a estes mesmos pontos; seja porque não gera nenhuma alternativa econômica a esta massa de trabalhadores clandestinos.

gestão do conflito

"Remoção" dos trabalhadores pela Guarda Civil e pelos fiscais.

Protesto e chamas

Camelôs do Conselho de Ambulantes da Avenida Paulista atearam fogo, ontem, em dois bonecos, um representando a prefeita Marta Suplicy e outro, o pré-candidato do PT a presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva. O protesto ocorreu às 15 horas, em frente da Prefeitura de São Paulo. Os camelôs ficaram revoltados com as Maras porque ela não os recebeu para uma reunião. Eles pretendiam cobrar o fim das blitzes contra ambulantes e garantir locais de trabalho na região da Avenida Paulista.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: Agosto de 2002

título: "Protesto e chamas"

conteúdo

Trabalhadores atearam fogo em bonecos representando a Prefeita e o então pré-candidato à Presidência Lula, em protesto por terem sido retirados da av. Paulista.

agentes envolvidos

Trabalhadores informais de rua; representante dos trabalhadores.

identificação da problemática pela imprensa

Trabalhadores se manifestaram contra a proibição da Prefeitura da ocupação na av. Paulista. Eles resolveram atear fogo nos bonecos que representavam a Prefeita e Lula porque ela recusou-se recebê-los. Eles pretendiam cobrar o fim das blitzes e por alternativas de trabalho.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Aos trabalhadores clandestinos retirados das áreas proibidas para comércio nos espaços públicos não lhes foi dada alternativa de ocupação ou renda. A repressão, remoção ou retirada não é eficaz nem como política isolada, já que eles acabam retornando a estes mesmos pontos, seja porque não gera nenhuma alternativa econômica a esta massa de trabalhadores clandestinos.

gestão do conflito

"Rapa" - repressão e apreensão das mercadorias pela Prefeitura.

Fiscais corruptos arrecadam R\$ 1,2 milhão com ambulantes

Corretagem de fiscais que arrecadam propina com ambulantes em São Paulo. O valor é de R\$ 1,2 milhão por mês. O dinheiro é usado para pagar a propina dos fiscais.

A máfia dos fiscais movimentam R\$ 1,2 milhão por mês em propinas arrecadadas dos trabalhadores clandestinos nas ruas. O dinheiro é usado para pagar a propina dos fiscais.

Os fiscais arrecadam propina com ambulantes em São Paulo. O valor é de R\$ 1,2 milhão por mês. O dinheiro é usado para pagar a propina dos fiscais.

Os fiscais arrecadam propina com ambulantes em São Paulo. O valor é de R\$ 1,2 milhão por mês. O dinheiro é usado para pagar a propina dos fiscais.

Os fiscais arrecadam propina com ambulantes em São Paulo. O valor é de R\$ 1,2 milhão por mês. O dinheiro é usado para pagar a propina dos fiscais.

O PAPEL DA PROPINA	
Valor	Porcentagem
R\$ 1,2 milhão	8%
R\$ 1,2 milhão	8%
R\$ 1,2 milhão	8%
R\$ 1,2 milhão	8%
R\$ 1,2 milhão	8%
R\$ 1,2 milhão	8%
R\$ 1,2 milhão	8%
R\$ 1,2 milhão	8%
R\$ 1,2 milhão	8%
R\$ 1,2 milhão	8%

Os fiscais arrecadam propina com ambulantes em São Paulo. O valor é de R\$ 1,2 milhão por mês. O dinheiro é usado para pagar a propina dos fiscais.

Os fiscais arrecadam propina com ambulantes em São Paulo. O valor é de R\$ 1,2 milhão por mês. O dinheiro é usado para pagar a propina dos fiscais.

fonte

fonte: Jornal Folha de São Paulo

data: Agosto de 2002

título: "Fiscais corruptos arrecadam R\$1,2 milhão com ambulantes"

conteúdo

A máfia dos fiscais movimentam R\$1,2 milhão por mês em propinas arrecadadas dos trabalhadores clandestinos nas ruas.

agentes envolvidos

Fiscais da Prefeitura, Ouvidoria do Município

identificação da problemática pela imprensa

Dos R\$4,3 milhões em mercadorias que são vendidas na região central, 8% é pago em propinas aos fiscais. Os valores das propinas variam de rua pra rua. Os fiscais terceirizam o recolhimento do dinheiro que é feito por um trabalhador legalizado. Cerca de 95% dos fiscais acusados de corrupção ingressaram na Prefeitura como serventes e foram promovidos à agentes administrativos. Segundo funcionário da Ouvidoria, o salário não compensa e dá margem à corrupção.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Segundo funcionário da Ouvidoria: "A fiscalização deve ser feita por agente vistor com nível médio e superior, concursado e com plano de carreira". Porém, a face mais perversa é que a exploração da clandestinidade gera somas astronômicas por mês, ou seja, a corrupção em cima dos trabalhadores de rua passa a ser extremamente lucrativa.

gestão do conflito

Investigação da Prefeitura contra os próprios funcionários da fiscalização mediante denúncias.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 03 de Agosto de 2002

título: "Camelôs e guardas entram em choque no centro"

conteúdo

Houve uma forte reação dos trabalhadores informais em reação à repressão da Guarda Civil e fiscais na tentativa de retirar todos os trabalhadores clandestinos.

agentes envolvidos

Administração regional da Sé, Fiscais da Prefeitura, Guarda Civil, trabalhadores informais, comerciantes, office-boy e cidadãos.

identificação da problemática pela imprensa

A apreensão das mercadorias dos trabalhadores clandestinos no "rapa" gerou uma revolta tão grande por parte dos trabalhadores que foi preciso chamar reforço da Guarda Civil. Lojas fecham, trânsito pára.

Segundo comerciante, "já virou rotina". Há prejuízo para o comércio e a rua vira um palco de guerra.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

A criminalização, despolitização e descontextualização das políticas de cunho autoritário e repressivo não são eficazes na retirada dos trabalhadores. Há sim uma trégua, mas eles acabam retornando nos mesmos lugares. O ônus destas políticas é que elas acabam gerando insegurança e prejuízo à economia local e aos pedestres e a indignação por meio de confronto por parte dos trabalhadores.

gestão do conflito

"Rapa" - repressão

Protesto

Cerca de 400 camêlo, sem licença para trabalhar, fizeram uma manifestação ontem à tarde, na região da Rua 24 de Maio, no centro. Ambu-

lantes que não têm pontos autorizados pela Prefeitura foram impedidos de vender suas mercadorias. Estão autorizados a permanecer na área por um

de 200 barracos. Os camêlo dizem que, até então, cerca de mil ambulantes trabalhavam na região. Os protestos devem continuar até sexta-feira.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 05 de Junho de 2002

título: "Protesto"

conteúdo

50 trabalhadores sem licença para trabalhar fazem uma manifestação para conseguir mais pontos.

agentes envolvidos

Trabalhadores informais legalizados e clandestinos.

identificação da problemática pela imprensa

Segundo um trabalhador clandestino, há pelo menos 1000 trabalhadores na rua 24 de Maio para apenas cerca de 200 pontos permitidos, ou seja, cerca de 80% estão vulneráveis à esquemas de corrupção.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

A quantidade de pontos permitidos é muito irreal em relação à demanda por ocupação nas ruas mais movimentadas do centro. Deixar na clandestinidade ou expulsar com truculência uma ampla maioria (80%) não deve ser considerado como política pública pois não enfrenta a realidade.

gestão do conflito

"Rapa".

notícia no site do jornal na Internet

fonte

fonte: Jornal da Tarde

data: 22 de Junho de 2002

título: "Força Tarefa usa táticas anti-terrorismo"

conteúdo

Planejamento de "megablitz" pela Força Tarefa revela que estas operações são surpreendentes do ponto de vista do valor que é arrecadado e do esquema de distribuição do contrabando, pirataria que são escancarados.

agentes envolvidos

Força Tarefa, trabalhadores informais.

identificação da problemática pela imprensa

A última "megablitz" realizada recolheu cerca de US\$1 milhão em mercadorias contrabandeadas que alimentavam o comércio de rua. Segundo o coordenador da Força Tarefa o alvo das blitzes não é o trabalhador de rua e sim a fonte de distribuição do contrabando. Existem 40 pontos sendo investigados e as regiões-alvo são: Lapa, Pinheiros e Santo Amaro.

Durante a operação, algumas pessoas aproveitaram o tumulto para saquear algumas lojas. O prejuízo avaliado das lojas é cerca de R\$5mil.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

A fala do Ouvidor-geral é emblemática: "O foco da força não é o camelô. Nosso trabalho é como o combate ao terrorismo. Estamos buscando as linhas de distribuição para cortar o suprimento. Sem as mercadorias, me breve não teremos mais camelôs." Há nestas fala 2 ideologias: a primeira é que o suporte do trabalho informal é essencialmente criminoso, valendo até a atribuição "terrorismo" dado pelo Ouvidor. A segunda é que basta tirar as mercadorias para acabar com a demanda por ocupação e renda. Não é possível da noite pro dia extinguir uma grande massa de trabalhadores desempregados apenas retirando as mercadorias.

gestão do conflito

Blitz da Força Tarefa.

notícia no site do jornal na Internet

fonte

fonte: Jornal Nacional - TV GLobo

data: 24 de Maio de 2002

título: "Máfia da propina"

conteúdo

Trabalhadores Informais acusam fiscais da Prefeitura de cobrar propina ou para liberar mercadoria apreendida.

agentes envolvidos

Trabalhadores informais, fiscais

identificação da problemática pela imprensa

Para que os fiscais não sejam pegos em flagrante, os fiscais "terceirizam" o recolhimento da propina através de um trabalhador informal legalizado (com TPU). Segundo uma trabalhadora, não há um critério quanto ao valor: "uns pedem R\$50,00 e outros R\$100,00". Quem controla a corrupção também seria responsável pela venda irregular de pontos. Há um "mercado imobiliário" da terra pública. Para se instalar é necessário pagar de R\$600,00 a R\$1.200,00 por mês mais o valor da propina

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

O mercado de compra e venda, aluguel da barraca, assim como o valor da propina é resultado de um mercado paralelo, clandestino e irregular de transação da terra pública.

A especulação e valorização da terra pública depende da lucratividade que tal rua têm e está muito à margem da legislação, do valor do TPU (Termo de Permissão de Uso) e dos critérios de ocupação dos pontos.

gestão do conflito

Investigação da máfia dos fiscais.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 05 de Fevereiro de 2002

título: "Universe dos camelôs inspira Arte/Cidade"

conteúdo

No evento de arte/multimídia Arte/Cidade três instalações urbanas interpretam de maneiras distintas o comércio informal.

agentes envolvidos

Artistas, trabalhadores informais.

identificação da problemática pela imprensa

Se na cidade eles representam a fatia marginal do capitalismo globalizado no evento eles serão alvo de um documentário e serão "fonte de inspiração" para os artistas elaborarem suas respectivas instalações urbanas.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

As intervenções artísticas não se apoiaram em uma iniciativa transformadora da condição precária dos trabalhadores. São várias as posturas ao se retratar a pobreza ou marginalidade: "sacralização", como diz Jean Claude Bernadet *, glamourização ou estabelecer uma interlocução franca, honesta até para possibilitar um ideal emancipador deles mesmos?

gestão do conflito

Apropriação da cultura material para elaborar estratégias de intervenção provisórias em espaços urbanos.

*: Jena CLaude Bernadet: professor de cinema na ECA-USP

notícia no site do jornal na Internet

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 28 de Fevereiro de 2002

título: "Proposta: empresários fiscalizam camelôs"

conteúdo

Secretário das Subprefeituras sugere a criação de "agentes inibidores" na região da av. Paulista, como iniciativas dos empresários da região.

agentes envolvidos

empresários da região, trabalhadores informais, Associação Paulista Viva

identificação da problemática pela imprensa

Os "agentes inibidores" que seriam contratados pelos empresários da região acionariam a Prefeitura e a polícia nos casos mais graves em relação à ocupação dos trabalhadores nas ruas. A Associação Paulista Viva recebeu bem a proposta. Se a experiência na av. Paulista der certo será aplicada em outras regiões da cidade.

A função do "agente" será somente advertir, mas não poderá multá-lo ou retirá-lo.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

É de competência do Governo não só zelar pelo espaço público, mas para mantê-lo como sendo de acesso à todos. Na medida em que se atribui uma tarefa à iniciativa privada em um local que é público dará margem à privatizá-lo também, como por exemplo colocar câmeras de vigilância, anúncios de propaganda, etc.

gestão do conflito

Terceiriza uma atribuição que é do Governo

GERAL

Regionais começam a reorganizar os ambulantes

Cerca de 850 ambulantes devem ser cadastrados em Santana.

Em algumas bairres, como Santana, o processo enfrenta dificuldades

Silviano Cunha

A Prefeitura, por meio das administrações regionais, está organizando o comércio ambulante na cidade. Muitos conflitos (ilícitos cadastrados e as barracas deverão obedecer a um padrão de cor, tamanho e localização de frente). A Secretaria de Implementação das Subprefeituras informou que cada Regional elaborou um plano para criar de imediato um balcão em seu distrito.

Em Santana, o processo enfrenta dificuldades. Segundo o administrador regional Hélio Nicolas Moisés, o cadastro feito em 1998 não contempla muitos ambulantes que vivem no centro do bairro, e que gerou questionamentos. "Antes da ordenação, devemos questionar os cadastros e reorganizar os pontos". Por isso, os documentos estão sendo renviados. Hélio estimou que serão cadastrados 850 ambulantes, divididos em 350 pontos, entre ruas públicas e baldios.

O administrador afirma que a fiscalização diária foi flexibilizada para evitar excessos. "Nemso tempo é não deixar que a situação piore, até que o projeto seja implementado, há de ser", disse.

Na região do Jabaquara, foram cadastrados 670 ambulantes, que estão trabalhando em quatro distritos: Mooca, Tatuapé, Bresser e Beldia. A região não terá balcão e as barracas estarão concentradas próximas às estações do Metrô e principais avenidas. Os cadastrados aguardam a IPTU, mas o projeto já está em fase de implementação.

fonte

fonte: Jornal Metrô News

data: 10 de Janeiro de 2002

título: "Regionais começam a reorganizar os ambulantes"

conteúdo

A Prefeitura está reorganizando por meio das Subprefeituras o comércio de rua.

agentes envolvidos

Subprefeitos, trabalhadores informais

identificação da problemática pela imprensa

O planejamento e execução das leis ficarão à cargo de cada Subprefeitura. Em Santana, o processo enfrenta dificuldades. O cadastro que foi feito em 1998 não contempla a demanda por pontos.

A fiscalização diária seria feita diariamente "para coibir excessos", segundo fala de um subprefeito.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Foram priorizados os trabalhadores que haviam sido cadastrados em 1998, porém, outros trabalhadores estão questionando este cadastro e o pequeno número de pontos que não contempla uma grande maioria de trabalhadores. É muito emblemática a fala contemporizadora de um subprefeito: "para coibir excessos". Já se sabe que colocar na prática uma lei, com a quantidade de pontos ínfima e que está descolada da realidade é apenas demagogia.

gestão do conflito

Fiscalização da clandestinidade

notícia no site do jornal na Internet

fonte

fonte: Jornal Folha de São Paulo

data: 14 de Julho de 2001

título: "Economia informal"

conteúdo

Centro de Campinas foi dividido pelos informais em 3 setores. Trabalhadores se reúnem para resolver seus problemas comuns e atuam em cooperativas.

agentes envolvidos

Trabalhadores informais nos espaços públicos

identificação da problemática pela imprensa

Trabalhadores se dividem em 3 setores no centro de Campinas e cada um tem uma comissão cuja atribuição é deliberar, entre outras coisas, sobre a segurança, pagamento de luz, possíveis reformas e a limpeza do local. Alguns entrevistados disseram que a única alternativa ao desemprego é a informalidade. Uma mulher entrevistada disse ter engrossado seu salário em 10 vezes vendendo CDs pirateados.

Os lojistas ainda vêem uma concorrência desleal no comércio de rua: preço das mercadorias devido ao montante de impostos. Alguns deles colcam a mercadoria na rua, usam auto-falante, etc.

Departamento do Governo responsável pelo controle do comércio de rua: SETEC arrecada cerca de R\$1 milhão com os trabalhadores de rua.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

A organização dos trabalhadores prova que só há benefícios para a categoria. Eles podem cotizar e ratear despesas, resolver em um âmbito coletivo os problemas cotidianos, etc. Não se sabe, no entanto, como deve ser acompanhado pelo Governo as decisões que são tomadas pelas Comissões em relação à ocupação nos espaços públicos.

gestão do conflito

Não foi mencionado.

notícia no site do jornal na Internet

fonte

fonte: Jornal Folha de São Paulo

data: 14 de Julho de 2001

título: "Perfil do trabalhador Informal"

conteúdo

Um pesquisa inédita, que traçou o perfil dos trabalhadores informais nos espaços públicos, derrubou alguns mitos sobre a categoria.

agentes envolvidos

SETEC (Serviços Técnicos Gerais), UNICAMP, trabalhadores de rua.

identificação da problemática pela imprensa

Alguns mitos derrubados pela pesquisa: ma maioria dos trabalhadores (66%) estava empregada; é do Estado de São Paulo (36,2%) e chefia a família (94%). O universo da pesquisa envolveu 544 trabalhadores no mercado informal que atuam na região central. Em toda a cidade de Campinas são ao todo 2.000 trabalhadores.

41% têm entre 25 e 39 anos e ganham em média R\$451,52. Apenas 2% dos entrevistados são menores de 18 anos e 3% recebem mais de R\$2.500,00 por mês. A pesquisa revela que enquanto trabalhavam no mercado formal recebiam pelo menos a metade, R\$230,00 por mês. Porém, trabalha cerca de 11 horas por dia.

De acordo com a Associação Comercial local a informalidade traz prejuízos.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Apesar da média de rendimentos na informalidade nas ruas ser quase o dobro do mercado formal de trabalho, "é importante verificar que o salário dos ambulantes não aumentou proporcionalmente à jornada de trabalho". disse o presidente da SETEC. Segundo uma trabalhadora entrevistada, "o trabalho com registro em carteira é mais seguro. a gente não sabe o dia de amanhã". traduz a ausência de perspectivas.

gestão do conflito

Prefeitura contratou a UNICAMP para fazer uma pesquisa sobre o perfil dos trabalhadores informais no centro de Campinas.

O camelô que virou cineasta

Flávio Alves vende tênis e camisetas para pagar atores com cesta básica e terminar seu documentário

Fábio Bittencourt

fonte

fonte: revista ISTO É

data: Julho de 2001

título: "O camelô que virou cineasta"

conteúdo

Um trabalhador informal de São Paulo vende tênis e camisetas para poder terminar seu documentário sobre a seca no Nordeste.

agentes envolvidos

Trabalhadores de rua, SENAC

identificação da problemática pela imprensa

O ex-office-boy e hoje trabalhador informal Flávio Alves atua no comércio de rua para poder pagar os custos de seu documentário. Com apenas o 1º grau completo cursou uma escola de edição e hoje trabalha como trabalhador informal na rua 24 de maio no centro de SP.

O filme conta o drama das "famílias levadas a campos de concentração no Nordeste brasileiro durante a seca de 1932". A pesquisa sobre o tema veio de histórias de familiares e amigos, entrevistas com os moradores e jornais. Por não ter recursos próprios e nem financiamento, endividou-se e agora pretende saldar as dívidas trabalhando na rua.

O SENAC disponibilizou ajuda técnica para editar as cenas e finalizar o filme.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

O trabalho nas ruas parece ser a saída automática e desesperada para geração de renda.

gestão do conflito

Não foi mencionada.

fonte

fonte: Jornal Folha de São Paulo

data: 16 de Maio de 2001

título: "Camelô é obstáculo à mudança no centro"

conteúdo

Dois problemas desafiam os programas de Revitalização do centro de São Paulo: os trabalhadores informais de rua e a poluição visual.

agentes envolvidos

Trabalhadores de rua, Prefeitura, representante dos lojistas.

identificação da problemática pela imprensa

O programa de recuperação do centro de São Paulo lançado em maio de 2001 prevê como estratégia para lidar com o comércio de rua, elegeu um quadrilátero piloto onde serão fiscalizados, junto com a Polícia Federal os trabalhadores clandestinos, além da criação de áreas exclusivas para o comércio.

Segundo o representante dos lojistas da região o comércio informal nas ruas promove a evasão do comércio de alto padrão do centro. Para ele, a desordem do espaço público é a grande causadora do enfraquecimento do comércio.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Ideologia sempre presente que o comércio de rua deve ser "limpo" pois degrada a paisagem, promove a evasão do comércio de alto padrão. Porém não são colocadas em jogo os outros fatores para a baixa performance no mercado imobiliário do centro de São Paulo, entre outras coisas: muitas exigências burocráticas, dificuldade de fiança, de estacionamento, etc.

gestão do conflito

Programa de recuperação do centro não contempla o comércio de rua.

fonte

fonte: Jornal Folha de São Paulo

data: 16 de Maio de 2001

título: "Camelôs reconhecem superlotação"

conteúdo

As lideranças reconhecem a superlotação de trabalhadores nos espaços públicos do Quadrilátero Piloto.

agentes envolvidos

Trabalhadores de rua, representantes do sindicato

identificação da problemática pela imprensa

A região do Quadrilátero Piloto possui pontos controlados por trabalhadores com 2 barracas ou mais. Com a fiscalização prometida, os trabalhadores clandestinos seriam retirados. Porém, a simples retirada é uma visão higienista e segundo um sindicalista, se não houver possibilidade de recolocação possivelmente haverá resistência por parte dos trabalhadores.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

O comércio de rua não é alvo de política pública, muito menos urbana. A simples retirada dos trabalhadores das ruas não é acompanhada da preocupação na efetiva recolocação dos mesmos.

gestão do conflito

Retirada dos trabalhadores clandestinos sem recolocação.

fonte

fonte: Jornal Folha de São Paulo

data: 27 de Março de 2001

título: "Prefeitura tira ambulantes da Paulista"

conteúdo

Uma operação da Secretaria das Subprefeituras e Guarda Civil retira todos os trabalhadores da av. Paulista.

agentes envolvidos

Trabalhadores de rua, Sec. Subprefeituras, Guarda Civil

identificação da problemática pela imprensa

Houve uma grande operação na av. Paulista para a retirada dos trabalhadores. Segundo o secretário não houve confronto. Eles querem manter uma fiscalização permanente para coibir a invasão de novos trabalhadores clandestinos. O problema da corrupção na fiscalização está sendo debatido na CPA (Comissão Permanente de Ambulantes)

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

A velha política de porrete com negociação parece contraditória. A corrupção ainda não foi extirpada, já que o número de clandestinos é grande e também ocupam os lugares proibidos, que geralmente são os mais lucrativos.

gestão do conflito

Criminalização - retirada com a Guarda Civil.

fonte

fonte: Jornal Folha de São Paulo

data: 24 de Março de 2001

título: "Projeto da nova 25 de Março exclui camelôs"

conteúdo

O projeto arquitetônico de revitalização da região da r. 25 de Março prevê a permanência de 400 pontos, apesar de haver na região cerca de 5 mil trabalhadores.

agentes envolvidos

Arquiteto contratado para o projeto, Prefeitura, Associação dos Lojistas, representante de um sindicato da categoria.

identificação da problemática pela imprensa

O projeto da revitalização da região da r. 25 de Março é resultado de um trabalho articulado de um Comitê Gestor composto de técnicos da Prefeitura e empresários da região. O comitê comandará as reformas e captará os recursos. Segundo o representante dos lojistas a questão do comércio informal nas ruas é por falta de fiscalização.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Existe a crença que reprimindo ou aumentando a fiscalização dos trabalhadores irão desaparecer os trabalhadores ou acabará com a corrupção. Ambas as políticas, como vimos no capítulo das políticas públicas não são eficazes. Segundo um representante da categoria, faltou um debate com a população e com os trabalhadores informais, pois a Prefeitura chamou apenas a Associação dos Lojistas.

A interlocução com os trabalhadores por meio das CPAs*, é demagógica, na medida em que as resoluções não são obedecidas pela ampla maioria dos trabalhadores não sindicalizados e na hora de participar de projetos de recuperação de uma área, não são chamados.

Há um grande risco no estabelecimento de "parcerias" para recuperação de determinada área porque quem financia é quem dirá as regras.

gestão do conflito

Projetos de recuperação de área não incluem debate com trab. informais.

*: CPA: Comissão Permanente de Ambulante

fonte

fonte: Jornal Folha de São Paulo

data: 22 de Março de 2001

título: "Marta limita atuação e n.º de camelôs"

conteúdo

Decreto da Prefeita impõe regras e limites na atuação dos trabalhadores informais de rua, baseada em lei de 1991.

agentes envolvidos

Prefeita

identificação da problemática pela imprensa

No começo de sua gestão a Prefeita promoveu um novo levantamento e cadastramento dos trabalhadores, porém, isso não aconteceu. É uma antiga lei aprovada em 1991 na gestão de Erundina e modificada na gestão de Maluf. Esta lei prevê, entre outras coisas, que o planejamento dos pontos e execução das políticas sejam feitas no âmbito das Subprefeituras.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Esta lei provou-se inócua porque não seria possível exercer a fiscalização e atuar os trabalhadores nas condições que a lei exige: de todos os hospitais, escolas, hotéis, bancos, repartições públicas, estações de metrô e trem, aeroportos ,etc.

Segundo a própria Prefeita: "Não acho essa lei (a de 1991) uma maravilha. Ela tem muitos pontos que poderiam ser melhorados. Mas como uma lei demora para tramitar, nós resolvemos regulamentar o que já existia."

gestão do conflito

Emissão de um Decreto a partir de uma lei de 1991.

notícia no site do jornal na Internet

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 20 de Julho de 2001

título: “Camelôs protestam contra blitz”

conteúdo

Trabalhadores protestaram contra blitz que ocorreu pouco depois da meia noite no centro, na Ladeira gal. Carneiro. Foram levadas barracas fixas de trabalhadores legalizados, com TPU.

agentes envolvidos

Trabalhadores informais

identificação da problemática pela imprensa

Segundo um trabalhador informal que tinha ponto nesta região, a operação foi arbitrária porque não deu o direito de defesa aos trabalhadores: eles apreenderam na calada da noite e não é possível reaver as mercadorias. Eles não receberam a notificação da apreensão e quando são devolvidas, elas não vêm na íntegra. Segundo um trabalhador, a mercadoria é saqueada pelos próprios fiscais.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Há uma arbitrariedade na apreensão das mercadorias porque não dá o direito de defesa. A política do então prefeito Pitta, segundo um trabalhador é também contraditória: “Ele dá autorização e ele mesmo quer nos tirar daqui”.

Quanto é gasto nas operações diárias de fiscalização e repressão, quanto poderia ser revertido em políticas sociais?

gestão do conflito

Apreensão arbitrária de mercadorias e barracas.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 15 de Fevereiro de 2000

título: "Com lonas, ambulantes voltam às ruas do centro"

conteúdo

Trabalhadores clandestinos ocupam as ruas com lonas para ser facilitada a fuga em caso de "rapa".

agentes envolvidos

Trabalhadores informais clandestinos, Secretaria das Administrações Regionais, Guarda Civil

identificação da problemática pela imprensa

Com o relaxamento da fiscalização do comércio informal trabalhadores retornam às ruas com suporte de venda de mercadorias que facilitam a fuga em caso de "rapa". Os trabalhadores dizem que é a alternativa ao desemprego e dizem querer se organizar, pagando impostos à Prefeitura. As opiniões se dividem em relação aos bolsões: uns dizem ser mais "sossegado" e outros dizem não ter o mesmo movimento de consumidores que na rua.

A Secretaria das Administrações do governo Pitta informa que a questão do comércio de rua deve ser tratada pela Guarda Civil.

Lojistas e pedestres têm queixas: sujeira deixada nas ruas deixada pelos trabalhadores e circulação de pedestres. Um trabalhador declarou preferir trocar a rua por um trabalho de carteira assinada, pois eles podem ter perspectiva de futuro.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

O governo Pitta enxergou a questão do trabalho informal nas ruas como um caso de polícia, daí ter atribuído a responsabilidade à Guarda Civil para cuidar da questão.

A falha de um trabalhador é emblemática quanto ao risco que é trabalhar nas ruas: não tem perspectiva de futuro.

gestão do conflito

Criminalização por meio da Guarda Civil

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 06 de Fevereiro de 2000

título: "Governo prepara combate ao trabalho informal"

conteúdo

O Ministério do Trabalho prepara um programa contra a informalidade no mercado de trabalho que atinge 36% da força de trabalho brasileira.

agentes envolvidos

Trabalhadores informais; Ministério do Trabalho, SEADE

identificação da problemática pela imprensa

A operação de combate ao trabalho informal começa com a ação de 3.200 auditores fiscais do trabalho, sendo 850 apenas no Estado de São Paulo. A meta é obter a formalização de, no mínimo, 5% dos vínculos empregatícios legais. Para orientar este trabalho, o ministério preparou estudos sobre a incidência da informalidade em cada região. Segundo a pesquisa, os centros urbanos são marcados por relações informais sobretudo no comércio de serviços. Em 1999, dos 418.351 dos postos de trabalho abertos 94,4% eram informais.

Segundo economista do SEADE, o Governo deve se preocupar com a informalidade sobretudo da ausência de tributação recolhida que acaba não financiando as estruturas fundamentais do Estado. No período de 1989 a 1999 a informalidade cresceu em 53%. Os informais eram 25% dos postos de trabalho e hoje são 34%.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

A política proposta pelo Governo de fiscalizar as empresas que contratam informalmente é acusá-las de serem culpadas pela informalidade. Há toda uma série de razões apontadas no capítulo 3, incluindo a tributação. Transferir a culpa às empresas punindo-as e forçando-as a contratar nos mesmos moldes da tributação atual é um indício da ausência de políticas trabalhistas específicas sobre a informalidade.

gestão do conflito

Auditoria nas empresas pelos fiscais do trabalho para forçar a contratação.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 06 de Fevereiro de 2000

título: "Trabalhador sem registro é marcado pela insegurança"

conteúdo

Trabalhadores informais são marcadas pela insegurança: têm medo de ficar doente e chegar à velhice sem aposentadoria.

agentes envolvidos

Trabalhadores informais

identificação da problemática pela imprensa

Trabalhadores informais por não terem nenhum benefício trabalhista (plano de saúde) ou aposentadoria têm medo da desproteção absoluta da categoria. Para conseguir qualquer tipo de crédito, alugar imóvel ou compras à prazo eles precisam dos amigos "testa de ferro" que podem, em nome deles, comprovar renda. Eles contam que suas vidas são marcadas pela incerteza e medo de sofrer um acidente de trabalho (não têm seguro, por isso não podem ter indenização); não têm aposentadoria (não contribuem com a Previdência) e de emergências de um modo geral pois nunca conseguem receber um dinheiro extra (abonos de férias, 13º, participação nos lucros, etc.) para a poupança.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

O mercado não é formatado para a grande maioria dos trabalhadores: para tudo é necessário comprovar renda. Daí eles precisam recorrer, informalmente, à pessoas que possam com carteira assinada para obter garantia.

gestão do conflito

Auditoria nas empresas pelos fiscais do trabalho para forçar a contratação.

Prefeito proíbe presença de camelôs nos parques

O prefeito César Pitta assinou ontem decreto que proíbe a presença clandestina de vendedores em parques municipais da cidade. A medida, adotada segundo a Prefeitura por causa de problemas de segurança dos frequentadores, entra em vigor no dia 1º de abril de 2000, que promete a expulsão de vendedores que não quiserem se registrar nos parques. Segundo o secretário municipal de Vendas e Meio Ambiente, Ricardo Oliveira, a Prefeitura tem como prioridade a venda de bebidas e alimentos junto aos seus visitantes, não

de oferecer produtos. Segundo o decreto, em vigor a partir de hoje, 2000, a proibição na Prefeitura de Manaus, a expulsão dos camelôs de áreas reservadas ao esporte e recreio.

"Essa medida (proibição de vendas) garante a ordem, que vem sendo dada desde 1990, e a fiscalização, segundo o secretário de Vendas, Ricardo Oliveira, não é suficiente para garantir a ordem dentro dos parques. Além disso, os vendedores estão sendo expulsos de áreas reservadas ao esporte e recreio."

A Prefeitura tem 30 parques, que todos têm comitês administrativos. A medida contraria o acordo com o poder do Município. Zona sul, onde um dos parques de lazer e recreio, rapidamente apresentaram problemas de segurança, de acordo com o secretário. "Como não temos dados estatísticos", afirmou Oliveira, ao apontar a necessidade de registrar a situação. A cidade da Prefeitura, no caso de Manaus, é uma das maiores da América Latina para a venda de produtos de lazer e recreio.

fonte

fonte: Jornal Diário Popular

data: 22 de Janeiro de 2000

título: "Prefeito proíbe presença de camelôs nos parques"

conteúdo

Prefeitura proíbe a ocupação dos trabalhadores informais nos parques devido a reclamações dos frequentadores

agentes envolvidos

Trabalhadores informais, Prefeitura

identificação da problemática pela imprensa

O Prefeito Pitta assinou um decreto proibindo a permanência de trabalhadores informais nos parques. Os trabalhadores clandestinos serão retirados pela Guarda Civil. Eles estariam vendendo produtos alimentícios que causariam intoxicação e produtos contrabandeados.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Generalização dos trabalhadores informais e criminalização da atividade.

gestão do conflito

Fiscalização e repressão aos trabalhadores

notícia no site do jornal na Internet

fonte

fonte: revista Isto é

data: Janeiro de 2000

título: "Coincidências mortais"

conteúdo

Três trabalhadores denunciam a corrupção na Prefeitura por meio dos fiscais e recebem ameaça de morte. Outros três fizeram as mesmas acusações e foram assassinados.

agentes envolvidos

Trabalhadores informais, Prefeitura, deputados, vereadores

identificação da problemática pela imprensa

Com a prisão em flagrante de um fiscal em Pinheiros, acabou detonando todo o esquema de corrupção na Prefeitura, chegando até o alto escalão do Governo. Com a CPI e a Força Tarefa investigando os acusados, 2 vereadores e 1 deputado foram cassados de seus mandatos. Os três trabalhadores que denunciaram um dos esquemas de corrupção foram assassinados. Outros 3 estão recebendo ameaças de morte e estão sob proteção do Estado. Um dos trabalhadores sofreu um atentado e se salvou.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Era tradição o Prefeito lotear as Administrações Regionais para vereadores ou deputados. Esses políticos controlavam politicamente a máquina do Estado local estabelecendo regras próprias e armando esquemas de corrupção. Estes esquemas foram desarmados através de denúncias de integrantes dessas máfias, até mesmo os próprios trabalhadores informais. As denúncias de ameaças comprovam que há todo uma máquina montada por estes políticos para também ameaçar quem denuncia.

Esse "coronelismo" nas Regionais ainda é um costume muito arraigado na classe política brasileira, seja de esquerda ou direita. É uma troca de favores de cargos em troca de aprovações no legislativo de projetos e apoio ao Governo.

gestão do conflito

Fiscalização e repressão aos trabalhadores

fonte

fonte: Jornal Folha de São Paulo

data: 20 de Dezembro de 1999

título: "Falta de empregos cria 'neocamelôs' "

conteúdo

A crise econômica com a desvalorização do real fez surgir os 'neocamelôs', trabalhadores provenientes do mercado formal de trabalho.

agentes envolvidos

Trabalhadores informais, DIEESE

identificação da problemática pela imprensa

A crise econômica produziu uma das maiores taxas de desemprego nos últimos 4 anos (2003). Parte dessa massa de trabalhadores migrou para o setor informal, ainda que alguns insistam tentar vagas no mercado formal, pois não vêem vantagens na informalidade.

Um trabalhador informal viu sua renda cair 10 vezes mais que no mercado formal. Outro identificou não ter capacitação suficiente para as exigências do mercado formal.

Segundo o DIEESE, 1,5 milhão trabalham nas ruas em 1999 (12,9% dos ocupados). Houve um crescimento de 79,2% desde 1985 (havia 8,7%).

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Não há uma regra quanto à transição do mercado formal para a informalidade: alguns trabalhadores aumentam seus rendimentos, outros caem bruscamente.

Não há uma política articulada e estruturada para esta transição em massa do formal para a informalidade: capacitação para as sistemáticas exigências técnicas cada vez mais excludentes; microcrédito, associativismo, etc.

gestão do conflito

Não foi mencionada.

Confronto entre camelôs e guardas deixa 3 feridos

Ambulâncias levaram três feridos para o Hospital de Emergência da Lapa e foram impedidos pela Guarda Civil

PRIMA FOLHA

Um guarda civil com três feridos, uma ambulância com três feridos e um comércio de rua com três feridos: este é o saldo de um confronto entre ambulâncias e a Guarda Civil Militar, ocorrido na noite de sábado, na Lapa, na zona sul de São Paulo.

Na noite de sábado, ambulâncias foram impedidas de entrar na Lapa, na zona sul de São Paulo, por guardas civis da Guarda Civil Militar. Segundo a GCM, a ambulância foi impedida de entrar na Lapa, na zona sul de São Paulo, por guardas civis da Guarda Civil Militar.

De acordo com a GCM, a ambulância foi impedida de entrar na Lapa, na zona sul de São Paulo, por guardas civis da Guarda Civil Militar. Segundo a GCM, a ambulância foi impedida de entrar na Lapa, na zona sul de São Paulo, por guardas civis da Guarda Civil Militar.

Enquanto isso, o guarda civil Marcos Falcão foi ferido no encontro com os ambulancieiros. Ele foi levado para o Hospital de Emergência da Lapa, na zona sul de São Paulo, por guardas civis da Guarda Civil Militar.

Segundo a GCM, a ambulância foi impedida de entrar na Lapa, na zona sul de São Paulo, por guardas civis da Guarda Civil Militar. Segundo a GCM, a ambulância foi impedida de entrar na Lapa, na zona sul de São Paulo, por guardas civis da Guarda Civil Militar.

De acordo com a GCM, a ambulância foi impedida de entrar na Lapa, na zona sul de São Paulo, por guardas civis da Guarda Civil Militar. Segundo a GCM, a ambulância foi impedida de entrar na Lapa, na zona sul de São Paulo, por guardas civis da Guarda Civil Militar.

De acordo com a GCM, a ambulância foi impedida de entrar na Lapa, na zona sul de São Paulo, por guardas civis da Guarda Civil Militar. Segundo a GCM, a ambulância foi impedida de entrar na Lapa, na zona sul de São Paulo, por guardas civis da Guarda Civil Militar.

AMBU-
LANÇAS
FICAM
IMPEDIDAS
DE ENTRA-
R NA LAPA

De acordo com a GCM, a ambulância foi impedida de entrar na Lapa, na zona sul de São Paulo, por guardas civis da Guarda Civil Militar. Segundo a GCM, a ambulância foi impedida de entrar na Lapa, na zona sul de São Paulo, por guardas civis da Guarda Civil Militar.

De acordo com a GCM, a ambulância foi impedida de entrar na Lapa, na zona sul de São Paulo, por guardas civis da Guarda Civil Militar. Segundo a GCM, a ambulância foi impedida de entrar na Lapa, na zona sul de São Paulo, por guardas civis da Guarda Civil Militar.

De acordo com a GCM, a ambulância foi impedida de entrar na Lapa, na zona sul de São Paulo, por guardas civis da Guarda Civil Militar. Segundo a GCM, a ambulância foi impedida de entrar na Lapa, na zona sul de São Paulo, por guardas civis da Guarda Civil Militar.

De acordo com a GCM, a ambulância foi impedida de entrar na Lapa, na zona sul de São Paulo, por guardas civis da Guarda Civil Militar. Segundo a GCM, a ambulância foi impedida de entrar na Lapa, na zona sul de São Paulo, por guardas civis da Guarda Civil Militar.

De acordo com a GCM, a ambulância foi impedida de entrar na Lapa, na zona sul de São Paulo, por guardas civis da Guarda Civil Militar. Segundo a GCM, a ambulância foi impedida de entrar na Lapa, na zona sul de São Paulo, por guardas civis da Guarda Civil Militar.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 17 de Dezembro de 1999

título: "Confronto entre camelôs e guardas deixa 3 feridos"

conteúdo

Trabalhadores clandestinos foram retirados à força na Lapa pela Guarda Civil e houve confronto com 3 feridos.

agentes envolvidos

Trabalhadores informais, Guarda Civil

identificação da problemática pela imprensa

3 feridos foi o saldo depois de uma operação de retirada à força de trabalhadores clandestinos. No confronto, os guardas se utilizaram de cassetetes, os trabalhadores pedras e barras de ferro.

Um trabalhador informal foi à delegacia, mas não teve direito de denunciar a atuação da Guarda Civil: "O delegado não pediu exame de corpo de delito alegando que ele tinha se machucado na 'resistência' à prisão."

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

A criminalização da questão fica evidente na fala de um trabalhador: "(a Guarda Civil) nos persegue como se a gente fosse ladrão".

A fala de uma pedestre mostra a contradição da atuação do Governo: "Por que os guardas não vão atrás dos bandidos de verdade? (...) Eles atrapalham o caminho, mas precisam ganhar o pão".

gestão do conflito

Criminalização: repressão da Guarda Civil

Solução para especialistas e disciplinar o comércio informal

Proposta é organizar os camelôs de forma a que saiam da ilegalidade sem excluí-los socialmente

WANDICK DONIZETTI

Economistas, empresários e até políticos que defendem posições completamente antagônicas conseguem concordar com uma questão sobre os camelôs: a principal solução para o comércio informal passa pela disciplina. Organizá-los de forma com que saiam da ilegalidade sem excluí-los socialmente é a principal tarefa do Poder Público para essa questão nos próximos anos.

Com o atual nível de desemprego na Grande São Paulo correspondendo a 1,7 milhão de desempregados da população economicamente ativa de 8,9 milhões de pessoas, o comércio informal passou a ser, nos últimos anos, a única salvação da mão-de-obra mal qualificada. Para não cair na criminalidade e dar sustento à família, a venda de

produtos no semáforo gera algum lucro e a procura de um ponto para montagem de uma banca ilegal é a sequência normal para o desempregado no comércio informal.

Para Odof Grinjew, presidente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e coordenador-geral da Associação Brasileira de Empreendedores pela Cidadania (Cives), são três as propostas para diminuir o número de camelôs na cidade: criar política social, que ampare o desemprego; econômica, que seja geradora de emprego; e também a de facilitação à regulamentação. "Estamos vivendo o pior dos mundos, porque em países com índices de desemprego equivalente, há um amparo maior no desemprega-

do. Segundo ele, na ilegalidade, o camelô não paga imposto, prejudica o comércio formal, diminui a arrecadação do governo, que consequentemente passa a investir menos nas questões sociais. Ele acha que programas de geração de renda com prestação de serviços à comunidade também reduziriam o número de camelôs e trariam mais cidadania. "O camelô não gosta de ser camelô, ele só quer ter renda para sustentar a família."

Turismo — O economista Emílio Alfieri, da Associação Comercial de São Paulo, diz que a saída passa pela regularização de pontos, enquadramento como microempresários, pagamento de impostos e substituição de produtos contrabandeados pela venda de artigos de artesanato e voltados ao turismo.

O vereador Miguel Colasson (PMDB) diz que disciplinar esse comércio, circunscrevê-lo a determinados pontos e regulamentá-lo é a solução ideal. "É um fenômeno mais cultural do que econômico, porque o fluxo mi-

gratório para São Paulo trouxe muitas pessoas acostumadas com essa atividade nas cidades de origem." Segundo ele, o comércio nas ruas deveria ser limitado às feiras de artesanato, como as da Liberdade e da Praça Benedito Calixto.

A líder do PT na Câmara, Aldaíza Sposati, concorda que é necessário disciplinar para ter respeito ao espaço público e ao pedestre, mas acha que precisa mudar o patamar de clandestinidade e regulamentar a atividade de comércio nas vias públicas, como ocorre com bancas de jornais. A regulamentação definiria que produtos, onde poderiam ser vendidos e quantos ambulantes teriam a concessão, além de incentivar a venda de artigos voltados ao turismo.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 17 de Dezembro de 1999

título: "Solução para especialistas é disciplinar o comércio informal"

conteúdo

Proposta é organizar os trabalhadores de forma que saiam da ilegalidade sem excluí-los socialmente.

agentes envolvidos

Trabalhadores informais, Instituto Ethos, Assoc. Comercial, vereadores

identificação da problemática pela imprensa

Economistas, empresários e até políticos defendem posições antagônicas em relação aos trabalhadores informais, porém, há um consenso pelo menos no que diz respeito à disciplina do comércio de rua e legalização dos trabalhadores.

Para o representante do Instituto Ethos e da Cives: "criar política social que ampare o desemprego; econômica que seja geradora de emprego; e também facilitar a regulamentação". Segundo ele, em países com patamares de desemprego equivalentes, há um amparo maior. Ele acha que geração de ocupação e renda através da prestação de serviços à comunidade é uma alternativa.

Um economista da Associação Comercial de SP, a saída passa pela regularização dos pontos, enquadramento como microempresários e contribuintes.

Um vereador (PMDB) diz ser uma tradição cultural das feiras trazidas pelos migrantes. Para outra vereadora (PT), é preciso mudar o patamar de clandestinidade e regulamentar o comércio nas vias públicas.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Há um consenso pelo menos no que diz respeito à regulamentação. Outra sugestão é a geração de ocupação e renda por meio de serviços prestados à comunidade.

gestão do conflito

Sugestão de gestão: política social: geração de ocupação e regulamentação

**TURISMO E
ARTESANATO
TAMBÉM SÃO
INDICADOS**

fonte

fonte: Jornal Diário Popular

data: 9 de Dezembro de 1999

título: "Camelôs brigam para liderar categoria "

conteúdo

Troca de ofensas e acusações entre lideranças sindicais de trabalhadores informais.

agentes envolvidos

Trabalhadores informais, líderes sindicais

identificação da problemática pela imprensa

Um líder sindical acusa outra líder sindical de cobrar propina de trabalhadores como forma de cobrança sindical. Esta última diz não ser verdade.

Na r. 25 de Março é praxe, sindicatos cobrando propinas, trabalhadores informais recolhendo propina como intermediários de fiscais corruptos e aluguel de pontos para donos de lojas.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Há todo um mercado paralelo de cobrança de propinas por sindicatos, por fiscais e aluguel de pontos, cuja propriedade é intransferível. Este mercado que funciona à margem da economia oficial é a exploração da clandestinidade e valorização capitalista do espaço público.

gestão do conflito

Não foi mencionado.

ADMINISTRAÇÃO Líderes afirmam que ambulantes pagam
de R\$ 200 a R\$ 500 mensais para ficar na 25 de Março

Camelôs dizem que máfia está ativa

Vaivém alimer

corrupção

Os que integram o Sindicato
dos Trabalhadores da Rua

barracos, têm uma estratégia pa-
ra resistir às vendas e escapar do
pagamento de impostos.

de reportagem: Lúcio

fonte

fonte: Jornal Folha de São Paulo

data: 8 de Dezembro de 1999

título: "Camelôs dizem que máfia está ativa "

conteúdo

Líderes afirmam que trabalhadores pagam de R\$200,00 a R\$500,00 mensais para ficarem na r. 25 de março.

agentes envolvidos

Trabalhadores informais, líderes sindicais

identificação da problemática pela imprensa

Líderes sindicais denunciaram à polícia um esquema da corrupção dos fiscais na r. 25 de Março.

Além disso, proprietários de pontos estariam alugando para terceiros

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Há todo um mercado paralelo de cobrança de propinas por sindicatos, por fiscais e aluguel de pontos, cuja propriedade é intransferível. Este mercado que funciona à margem da economia oficial é a exploração da clandestinidade e valorização capitalista do espaço público.

gestão do conflito

Investigação do Ministério Público e Instituto de Criminalística.

fonte

fonte: Jornal O Estado de São Paulo

data: 01 de Dezembro de 1999

título: "Economia Informal aumenta renda familiar"

conteúdo

Alguns trabalhadores que saíram do mercado formal de trabalho e ingressaram na informalidade recebem mais hoje que o renda anterior.

agentes envolvidos

Trabalhadores informais

identificação da problemática pela imprensa

A PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios) mostrou que as mulheres chefes de família na informalidade melhoraram seu padrão de vida. Houve uma redução na distância entre os salários dos homens e das mulheres.

Uma mulher entrevistada vive na economia informal, assim como 9 dos seus 10 filhos. Outro trabalhador diz que a estabilidade da inflação aumentou o poder de consumo.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Conforme foi dito anteriormente é ilusório que a informalidade aumenta o padrão de vida ao aumentar os rendimentos. A informalidade aumenta a vulnerabilidade e os riscos ao expor o trabalhador toda a responsabilidade, que antes era do empregador ou do Estado: plano de saúde, seguro-desemprego, seguro-acidente, plano de saúde, etc. Além disso, aparentemente rendimento é maior, porém não acompanha o aumento na jornada de trabalho, que é acrescida de 3 horas diárias.

gestão do conflito

Não foi mencionado.

Camelôs denunciam GCMs a comissão

Artistas denunciam em uma reunião da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal o pagamento de propina por funcionários da Legião, na Zona Oeste, a guarda-civil metropolitana. De acordo com os artistas, os GCMs estão constantemente abusando da sua autoridade, praticando atos de violência. "Os fortes registrados diversos indícios de corrupção e outras práticas ilícitas aliadas ao tráfico", afirma o vereador Marcelo Matos, em sua denúncia aos membros da comissão.

União pela Justiça, a Comissão de Constituição e Justiça se reuniu para discutir o problema dos camelôs em cidade. Mas a principal autoridade, o vereador Wagner Romão, denunciando os GCM, não compareceu. Entretanto, os membros da comissão que ele representa o trabalho de denúncia dos camelos, feito pela GCM. "Está uma situação de emergência", afirma o vereador João Carlos (PT) que relata os seus relatos com os demais membros da comissão.

Segundo Matos, a ideia é fazer um dossiê e entregar ao comitê de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos. De acordo com os artistas, as guardas-civis estão usando armas, além de abusar com desrespeito e até agredir pessoas que não são camelos. "Temos denúncias em relação ao Ministério Público", afirma o vereador. O vereador Romão não foi localizado.

A partir, os artistas se reuniram em frente à Secretaria de Administração Regional, na região central, na tentativa de participar do conselho com representantes da comunidade e do Ministério Público, que discute alternativas para o tráfico de camelos na cidade.

fonte

fonte: Jornal Diário Popular

data: 19 de Outubro de 1999

título: "Camelôs denunciam GCMs a comissão"

conteúdo

Trabalhadores denunciaram aos vereadores da Comissão de Constituição e Justiça o pagamento de propina de lojistas à Guarda Civil.

agentes envolvidos

Trabalhadores informais, vereadores, Guarda Civil

identificação da problemática pela imprensa

Segundo os trabalhadores, os policiais da Guarda Civil além de receberem propina de lojistas, costumam tratar com muita truculência.

Os trabalhadores tentaram participar a reunião da Secretaria das Administrações Regionais e Ministério Público.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

As arbitrariedades da Guarda Civil até hoje não foram julgadas. Os trabalhadores não conseguem ter um canal de participação nas instâncias decisórias de suas próprias atividades e conseguir denunciar. Recorreram à Câmara Municipal.

gestão do conflito

Vereador promove elaborar relatório com a denúncia dos trabalhadores.

fonte

fonte: Jornal da Tarde

data: 13 de Outubro de 1999

título: "A cidade nas mãos de perueiros, camelôs..."

conteúdo

Trabalhadores estão de volta às ruas depois de "rapa" promovido pela Prefeitura na Lapa.

agentes envolvidos

Trabalhadores informais, Prefeitura

identificação da problemática pela imprensa

Os trabalhadores informais protestaram nas ruas da Lapa durante mais de 2 semanas, contra a retirada das barracas nas ruas. Obrigam os lojistas a fecharem suas lojas, que têm suas vendas prejudicadas.

Administrador Regional decidiu emitir as TPUs para cerca de 30 dias após os confrontos.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

As ações da Guarda Civil ou da Prefeitura de retirada simplesmente, sempre provocaram protestos por parte dos trabalhadores informais porque não são acompanhadas de políticas de recolocação.

gestão do conflito

Repressão.

fonte

fonte: Jornal da Tarde

data: 9 de Junho de 1999

título: "Retrato da Informalidade Urbana"

conteúdo

Retrato inédito do IBGE revela várias características do setor informal

agentes envolvidos

Trabalhadores informais, IBGE

identificação da problemática pela imprensa

Pesquisa do IBGE - ECINF comprova que emprega 12 milhões de pessoas em todo o país, o trabalhador é jovem e que 45% tem o primeiro grau incompleto. (ver resultados da pesquisa no capítulo 3)

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Esta pesquisa afirmou a pluralidade do setor informal tanto do ponto de vista dos rendimentos, nível de instrução, atividades, etc. Revelou também algumas características majoritárias: ausência de microcrédito, ausência de assistência técnica, etc.

gestão do conflito

Pesquisa

notícia no site do jornal na Internet

fonte

fonte: Jornal da Tarde

data: 9 de Junho de 1999

título: "Por Conta Própria"

conteúdo

FCESP está apreensiva com a informalidade. Comércio diz sofrer concorrência desleal.

agentes envolvidos

Trabalhadores informais, IBGE

identificação da problemática pela imprensa

Pesquisa do IBGE - ECINF comprova que emprega 12 milhões de pessoas em todo o país, o trabalhador é jovem e que 45% tem o primeiro grau incompleto. (ver resultados da pesquisa no capítulo 3)

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Esta pesquisa afirmou a pluralidade do setor informal tanto do ponto de vista dos rendimentos, nível de instrução, atividades, etc. Revelou também algumas características majoritárias: ausência de microcrédito, ausência de assistência técnica, etc.

gestão do conflito

Pesquisa

fonte

fonte: Jornal Folha de São Paulo

data: 03 de Dezembro de 1998

título: "Camelôs resistem ao calor e à comida"

conteúdo

Trabalhadores informais de rua fazem greve de fome em protesto à retirada do direito dos pontos nas ruas e deslocamento ao bolsão.

agentes envolvidos

Trabalhadores informais, Prefeitura, vereadores

identificação da problemática pela imprensa

Depois de um fracasso de uma reunião entre os vereadores do PT e a Secretaria de Administrações Regionais sobre o destino do comércio de rua e buscava uma conciliação para o caso, os trabalhadores informais decidiram, por tempo indeterminado fazer uma greve de fome.

Somente finalizarão a greve de fome se a proposta deles de retornar às ruas for atendida. A Prefeitura colocou como única alternativa a bolsão do Largo da Concórdia, porém os trabalhadores informais de rua não aceitaram.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

Os bolsões, assim como eram concebidos no governo Pitta eram equivocados porque existia a crença que a solução era somente isolar o comércio de rua. Não é possível colocar os bolsões como única alternativa se não equacionado perdas e ganhos deste deslocamento. Enquanto foi mais lucrativo a rua, eles não exitarão em voltar.

gestão do conflito

Guetificação em bolsões.

fonte

fonte: Jornal da Tarde

data: 25 de Setembro de 1998

título: "Locais onde já foram retirados os camelôs"

conteúdo

Locais no centro de São Paulo onde foram retirados os trabalhadores informais e lugar planejado dos bolsões

agentes envolvidos

Trabalhadores informais, Guarda Civil, Sec. Administrações Regionais

identificação da problemática pela imprensa

Local do conflito registrado no dia 24 de Setembro de 1998 devido ao "rapa" da Prefeitura;

Local onde estariam sendo retirados os trabalhadores informais;

Locais planejados dos bolsões.

conflitos e contradições do trabalho informal nas ruas

É interessante notar na legenda do mapa os símbolos relacionados às ações da Prefeitura: VASSOURA - para os locais onde estariam sendo retirados os trabalhadores; BARRACAS - locais dos bolsões.

É importante observar a noção HIGIENISTA da ação da Prefeitura e a continuação da PRECARIZAÇÃO dos bolsões por meio do símbolo das barracas.

gestão do conflito

Repressão e guetificação em bolsões.

IDENTIFICAÇÃO DA PROBLEMÁTICA PELA IMPRENSA

1) A retirada dos trabalhadores clandestinos sempre redonda em confusão: perseguição, pancadaria, fechamento de lojas, etc. A prefeitura quer investir, no de 2003 por exemplo, R\$4 milhões em segurança no centro de São Paulo e no treinamento de policiais em situações de conflitos urbanos. O comércio de rua deve ser “limpo” porque degrada a paisagem;

2) A “Revitalização do Centro” têm fracassado em razão dos trabalhadores informais nos espaços públicos. Eles promovem a evasão do comércio de alto padrão antes existente no centro, dificultam a circulação, a carga e descarga, etc. Presidente da ONG Vlva o Centro argumenta que é “crime organizado”: “as ruas ficam tomadas. Eles criam uma balbúrdia no Centro e também dificultam a limpeza da cidade. Também inviabilizam a região como local de turismo e entretenimento”. Segundo ele, “com a retirada dos trabalhadores houve uma queda de 60% das ocorrências policiais”. A promotoria defende a retirada porque dessa forma vai diminuir a criminalidade. Plano de Revitalização da região da r. 25 de março, entre outras coisas, cria um “Comitê Gestor” e exclui os pontos dos trabalhadores informais nas ruas;

3) 50% das mercadorias vendidas nas ruas são pirateadas, provenientes de roubo de carga ou contrabando. Segundo a Subprefeitura Sé, com a eliminação do contrabando, irá diminuir os trabalhadores clandestinos. Estima-se que a pirataria gira em torno de R\$2,9 bilhões em software, R\$600 milhões em música. Há empresas de turismo que fazem viagens específicas para contrabando;

CONFLITOS E CONTRADIÇÕES DO TRABALHO INFORMAL NAS RUAS

1) A truculência na retirada dos trabalhadores das ruas é respondida na mesma moeda. A simples retirada não é acompanhada de alternativas à essa grande massa de trabalhadores informais, sendo que 70% a 100% são clandestinos. Não há espaços de negociação ou pacto em larga escala. Há um investimento maciço no controle, monitoramento, repressão em detrimento de políticas de inclusão social. A repressão também não é eficaz pois os trabalhadores acabam retornando aos mesmos lugares. O ônus da conduta repressiva é que elas geram insegurança e prejuízo à economia local e aos pedestres. A transferência de responsabilidade de fiscalização dos antigos fiscais para os guardas civis não tornaram menos violentos os enfrentamentos com os trabalhadores irregulares. O desconhecimento da questão da informalidade nas ruas pelos guardas civis torna ainda mais complicada a resolução dos conflitos;

2) Da “Revitalização do Centro” foram excluídos como interlocutores e agentes de produção do espaço urbano os trabalhadores informais. A evasão do comércio de alto padrão acontece devido a, entre outros fatores, a dinâmicas específicas no mercado imobiliário como o n.º de lançamentos em outras centralidades; e às próprias dificuldades do centro - estacionamentos, trânsito, etc. Predomina a ideologia de que o direito de um não pode prejudicar o direito de todos. Este é um dos principais argumentos de deslegitimação da atividade. Há também o argumento que está sempre associado à criminalidade. A ONG Vlva o Centro ao criminalizar a atividade legitima as ações repressoras e arbitrárias por parte da Força Tarefa (governo municipal e estadual). Segundo a fala de um representante do comércio: “é uma economia real que não aparece nas estatísticas”. A decisão de retirada dos trabalhadores informais das ruas não foi acompanhada de um amplo debate ou negociação com eles;

3) As mercadorias contrabandeadas vendidas nas ruas é a ponta do iceberg do contrabando realizado em escala mundial. Além disso é uma questão das fronteiras nacionais. O contrabando e falsificação existe enquanto houver demanda por produtos mais acessíveis. Isso acontece nos grandes centros urbanos, não só nos países em desenvolvimento, como verificou Saskia Sassen (1991). Os

IDENTIFICAÇÃO DA PROBLEMÁTICA PELA IMPRENSA

4) A máfia dos fiscais é organizada para extorquir dinheiro dos trabalhadores clandestinos. A Prefeitura admite falta de critérios na escolha de novos fiscais contratados. Um deles tinha até ficha na polícia. Os fiscais terceirizam a cobrança de propina: quem recolhe é o próprio trabalhador informal que repassa ao fiscal. Apesar do afastamento de alguns fiscais, há sistemáticas denúncias de cobrança de propinas;

5) Trabalhador informal de rua protesta contra a falta de aposentadoria sequestrando um Boeing. Outro trabalhador desabafa sobre a falta de perspectivas em relação ao futuro: “não se sabe o dia de amanhã”. Eles dizem da dificuldade de contribuir com a previdência porque, com a primeira crise que aparece, o dinheiro destinado à esses benefícios são deslocados para o contingenciamento das emergências e dívidas. Os informais têm dificuldade de contrair dívidas, não podem ter crédito no mercado, pois não podem comprovar renda;

6) Prefeitura sugere que a iniciativa privada arque com a responsabilidade de fiscalização e monitoramento dos trabalhadores clandestinos, os “agentes inibidores”;

7) Prefeitura diz que a fiscalização tem a função de “coibir excessos”.

8) Para ocupar um ponto na rua deve ser pago uma quantia, que varia de R\$600,00 a R\$1.200,00 pelo valor do ponto comercial. Em muitos casos esse valor chega a ser mais alto.

9) Blitz da Polícia leva barracas de trabalhadores legalizados (com TPU);

10) Trabalhadores fazem greve de fome em protesto à retirada de seus pontos na rua;

CONFLITOS E CONTRADIÇÕES DO TRABALHO INFORMAL NAS RUAS

produtores se organizaram para cobrar do Poder Público ação contra o contrabando e pirataria, a favor dos grandes produtores, mas não existe a contrapartida de políticas sociais para a inclusão na economia das pequenas empresas informais.

4) A questão da máfia dos fiscais revelou que a corrupção envolvia funcionários do 1º, 2º e 3º escalões do Executivo e do Legislativo na gestão do então prefeito Pitta. Era uma máquina de corrupção bastante lucrativa para o Governo. Os fiscais terceirizam a cobrança de propinas para não serem pegos em flagrante. A falta de critérios na escolha dos fiscais é muito séria porque eles são facilmente cooptáveis - o salário é baixo e há o corpo a corpo longe de uma auditoria no serviço;

5) Não é problematizado pela imprensa o contexto social dos trabalhadores informais como um todo: desproteção social, isolamento institucional, ausência de benefícios trabalhistas, etc. Há uma ausência de políticas que diminuam a vulnerabilidade da informalidade. O mercado não é formatado para a realidade da informalidade, e acaba sendo cada vez mais excludente;

6) Na medida em que se atribui à tarefa à iniciativa privada de zelar pelo espaço público, dá margem à ela privatizá-lo também, como por exemplo, ter o direito de instalar câmeras de vigilância, propagandas, etc.;

7) O Governo assume a inoperância das leis e incapacidade de gestão da informalidade nas ruas. A repressão como política pública, como vimos nas reportagens desde 1998 deste banco de dados, não têm sido efetiva;

8) Há um mercado paralelo de compra e venda/ aluguel dos pontos concedidos pela Prefeitura que são legalizados com o TPU (Termo de Permissão de Uso);

9) Não há como recorrer em casos de abusos ou arbitrariedades do Governo. Não há uma instância de reclamação ou reivindicação;

10) O Governo coloca como única alternativa os bolsões, sem fazer um cálculo de perdas e ganhos aos trabalhadores. Na medida em que eles estiverem tendo mais desvantagem no bolsão, eles retornarão à rua;

IDENTIFICAÇÃO DA PROBLEMÁTICA PELA IMPRENSA

11) A facilidade hoje de criar um sindicato faz surgir inúmeros “sindicatos fantasmas”, interessados na contribuição sindical. A reforma trabalhista irá modernizar a CLT e rever a contribuição sindical. Irá eliminar os artigos inócuos da legislação e sobretudo irá transformar as relações trabalhistas.

12) Segundo o Banco Mundial, 39,8% do PIB brasileiro está na informalidade. 3.315.917 normas e 36,8% de carga tributária empurram milhões para a sonegação de impostos. A competitividade no País e com os produtos chineses obriga alguns empresários a terceirizarem parte da sua produção em oficinas de fundo de quintal como forma de reduzir custos. Empresas de fundo de quintal têm dificuldade de inserir-se em um mercado de maior escala pelo estatuto informal de sua empresa. Não tem acesso à crédito nos bancos em geral e não há política governamental específica para este setor. A informalidade não significa somente desrespeito à legislação trabalhista, como também o não cumprimento das normas sanitárias e ambientais. A sonegação também afeta a competitividade entre grandes redes varejistas e, por isso, aquelas que cumprem as normas não têm como reinvestir em produtividade por causa da concorrência desleal. Empresas multinacionais também não conseguem entrar no mercado no Brasil por conta da sonegação interna que afeta a competitividade. Para especialistas, o setor informal funciona mais como rede de proteção do que como trampolim. Segundo a coordenadora da pesquisa sobre Economia Informal Urbana, apesar da diminuição da participação no PIB, a maior importância do setor informal não é a geração de riqueza e sim sua grande capacidade de acolher trabalhadores.

13) O trabalhador de rua é o personagem mais comum quando se pensa em empresa informal. Em relação ao local de trabalho, 20,3% das empresas informais estão instaladas em lojas ou oficinas, 27,6% na casa do cliente e apenas 6,9% trabalham na rua com comércio. Esse número aumenta para 8,8% quando se estende para o setor de serviços.

CONFLITOS E CONTRADIÇÕES DO TRABALHO INFORMAL NAS RUAS

11) A modernização da legislação trabalhista deve atribuir novas funções à velhas estruturas nas quais desejamos que permaneçam. Não deve ser relativizada a importância dos sindicatos, deve atribuir à eles novas funções e exigências, cobrando atuação e resultados.

12) A informalidade é aceita socialmente e a sonegação é praxe. A legislação brasileira não acompanhou as exigências atuais de adaptação das empresas aos desafios competitivos dos produtos estrangeiros. A saída passa então pelo não cumprimento das normas e a consequente precarização da mão de obra. A informalidade abarca todas as escalas, desde os grandes varejistas nacionais e internacionais quanto os micro-empresários que não cumprem todas as regras tributárias e trabalhistas. A sonegação em todos os níveis provoca uma reação em cadeia que culmina na crescente precarização das relações trabalhistas e, portanto, no não recolhimento de recursos que revertam em investimento dos próprios empresários e do Governo no setor produtivo. Os dados das pesquisas do Banco Mundial e IBGE trazem subsídio para formulação de políticas públicas que elabore especificamente para este setor, cuja ausência de assistência técnica, jurídica, acesso à informações e proteção social impede a real inserção na economia brasileira e acesso à cidadania.

13) A criminalização do comércio informal de rua é paliativo, na medida em que não se considera a atividade e sua vulnerabilidade econômica e social inserida no universo mais amplo do setor informal como um todo. Nesse sentido, é visto como uma questão de polícia e não como questão social. A ausência de canais de negociação entre trabalhadores irregulares e o governo restringe a possibilidade de encontrar uma solução razoável para evitar confrontos violentos.

IDENTIFICAÇÃO DA PROBLEMÁTICA PELA IMPRENSA

14) O número mais expressivo é a inacessibilidade ao crédito - 94% não possuem as condições para contrair empréstimo. Isso parece emblemático quando se pensa na dificuldade de expansão do negócio.

15) Os popcentros, que deveriam ser parte das políticas públicas, são parte das estratégias de mercado. Existe uma iniciativa da Associação Comercial - Pop Centro da Florêncio - e agora está sendo encampada por pequenos incorporadores imobiliários, que alugam espaços para abrigar boxes de trabalhadores informais autônomos onde existe densa ocupação de trabalhadores nas ruas. Há também 2 shoppings populares no Centro que são administrados por um sindicato de trabalhadores informais. Abrigam cerca de 500 trabalhadores.

16) Os imigrantes clandestinos ocupam o mercado informal de trabalho, seja em oficinas precárias ou trabalhando na rua. A base da mão-de-obra barata para pequenas confecções de São Paulo vem da Bolívia. Um dos obstáculos para o enfrentamento da precariedade das condições de trabalho e da clandestinidade destes trabalhadores é o pacto de silêncio entre empregador e empregado. A clandestinidade traz prejuízos pela falta de impostos arrecadados.

17) 98% das licenças existentes no perímetro Sé e República contraria o que a legislação determina, entre outras coisas, a proibição da ocupação nos espaços públicos próximos a edifícios ou locais que são patrimônio histórico, em frente a bancos, etc.

18) Protesto no Brás teria iniciado com um pedido de lojista à Guarda Civil para que retirasse barraca em frente da sua loja. Morte de trabalhador teria ocorrido porque ele sacou arma de guarda civil e iniciou um tiroteio.

CONFLITOS E CONTRADIÇÕES DO TRABALHO INFORMAL NAS RUAS

14) Micro-crédito não tem tradição como política social pelo governo federal. O micro-empresendedor informal não preenche os requisitos para a rentabilidade exigida pelas leis de mercado, daí a maioria absoluta não optar pelo empréstimo privado. A inacessibilidade ao crédito é uma das maiores razões pela limitação à médio e longo prazo do negócio.

15) Os shoppings populares não podem ser formulados apenas pela iniciativa privada e sim também como programa social para ser de fato incluyente porque nem todos os trabalhadores informais de rua podem arcar com os custos de um empreendimento bancado por empreendedores privados. Sem a mediação do governo municipal, alguns shoppings populares têm dificuldade de se auto-sustentar.

16) A clandestinidade dos imigrantes traz inúmeros prejuízos, não só a falta de arrecadação de impostos: inacessibilidade a qualquer tipo de crédito para financiamento do consumo, habitação, etc., e a impossibilidade de acessar a justiça em caso de abusos trabalhistas e de direitos humanos.

17) Legislação é inoperante e regula em função de um cenário de ficção. Analisamos este aspecto no capítulo 5.

18) Ausência de canais institucionalizados de debate e negociação entre as ambas partes do conflito urbano resulta na resolução pela força. A lei é colocada em prática circunstancialmente à favor do patrimônio, em detrimento dos trabalhadores.